

LUZINETE SIMÕES MINELLA
GLÁUCIA DE OLIVEIRA ASSIS
SUSANA BORNÉO FUNCK

Organizadoras

POLÍTICAS E FRONTEIRAS

Desafios Feministas



Volume 2

GRÁFICA
Copiar
EDITORA

Tubarão-SC
2014

© 2014

Capa , projeto gráfico e diagramação:

Rita Motta sob coordenação da Gráfica e Editora Copiart

Revisão:

Tagiane Mai

P82 Políticas e fronteiras / Luzinete Simões Minella, Gláucia de Oliveira Assis, Susana Bornéo Funck (organizadoras). - - Tubarão : Ed. Copiart, 2014.
522 p. ; 23 cm. - (Desafios feministas; 2)
ISBN 978.85.8388.027.1

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Mulheres - História.
3. Feminismo e arte. 4. Feminismo - História. 5. Mulheres na política. 6. Mulheres na literatura. I. Minella, Luzinete Simões. II. Assis, Gláucia de Oliveira. III. Funck, Susana Bornéo.

CDD (22. ed.) 305.42

Elaborada por Sibebe Meneghel Bittencourt - CRB 14/244

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO

Desafios feministas 11
Luzinete Simões Minella

Da série Fazendo Gênero: percursos e inquietações 19
Jair Zandoná

FEMINISMOS, TRANSFEMINISMOS E POLÍTICAS

Desafios do feminismo: amigos diante da família, sociedade
diante do governo 39
Sarah Schulman

Provocações *queer* à “cultura LGBT” 55
Camilo Braz

É possível um ESTADO* que abarque a multidão *queer*? Notas
para pensar as multiplicidades na biopolítica contemporânea 83
Fátima Lima

Prolegômenos para o futuro pensamento transfeminista97
Jaqueline Gomes de Jesus

Entre “sapos” e “princesas”: sociabilidade e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil 113
Anna Paula Vencato

CIDADANIA, ESTADO, POLÍTICAS E JUSTIÇA

A estratégia da transversalidade de gênero: uma década de experiência da Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil (2003/2013) 131
Lourdes Maria Bandeira
Hildete Pereira de Melo

Movimento feminista e estado: demandas, conquistas e desafios 167
Albertina de Oliveira Costa

Programa Bolsa Família 10 anos – entre vozes soantes e dissonantes 183
Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

Reflexões sobre o Programa Bolsa-Família e seu impacto sobre as questões de gênero no Distrito Federal, no período de 2010 a 2012 213
Sônia Marise Salles Carvalho
Christiane Girard Ferreira Nunes

Poéticas y políticas de la justicia, una ética desde la alteridad: marginalidades y fronteras desde la interdisciplina..... 243
Lucía Raphael

Igualdade ou equivalência de direitos frente às situações que discriminam as mulheres?253

Teresa Kleba Lisboa

SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADES: PSICOLOGIA, HISTÓRIA E POLÍTICA

Gênero, sexualidade e subjetividade: sobre o que calamos ou falamos pouco na psicologia281

Anna Paula Uziel

Gênero é um outro295

Patricia Porchat P.S. Knudsen

Subjetividade, história e política na teoria e prática da psicologia.....309

Sandra Maria da Mata Azerêdo

Contra a psicologia do sacerdócio: a vida que sangra, pulsa, vibra331

William Siqueira Peres

FEMINISMOS, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

O jornalístico, o científico e o pedagógico nas tessituras do campo dos estudos de gênero e feminismo347

Carla Giovana Cabral

Desnaturalizar é preciso: reflexões iniciais sobre resistências religiosas e certezas biológicas nas salas do curso GDE ofertado pela UFSCar367

Larissa Pelúcio

Pedagogia da equidade: gênero e diversidade no contexto escolar	389
<i>Mareli Eliane Graupe</i>	

ABORTO, REPRODUÇÃO E VIOLÊNCIAS

As novas tecnologias de reprodução: permanência ou reconfiguração da violência de gênero?	411
<i>Laurence Tain</i>	

Te doy, pero no tanto. Te saco, pero algo te dejo. La historia del aborto en Uruguay	425
<i>Susana Rostagnol</i>	

O impacto da criminalização do aborto na formação médica em obstetrícia	439
<i>Sonia N. Hotimsky</i>	

Desafios e avanços sobre o aborto no Brasil e na América Latina	473
<i>Rozeli Porto</i>	

Paradojas de la violencia institucional: feminicidio, aborto y feminismo en México.....	487
<i>Lucía Melgar</i>	

Autoras	505
----------------------	-----

The image features a dark gray background with three thin white lines that intersect to form a complex geometric pattern. One line runs diagonally from the top-left towards the bottom-right. Another line runs diagonally from the top-right towards the bottom-left. A third line runs diagonally from the top-left towards the bottom-right, crossing the other two. The word "APRESENTAÇÃO" is centered in the lower half of the image in a bold, white, sans-serif font.

APRESENTAÇÃO



DESAFIOS FEMINISTAS



Os textos apresentados nas mesas redondas do Seminário Internacional *Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos* foram organizados em três volumes: no primeiro deles, intitulado *Linguagens e Narrativas. Desafios Feministas*, foram publicados 26 textos organizados em distintas seções que discutiram os seguintes temas: mulheres e história; epistemologias contra hegemônicas; feminismos e os debates pós e descoloniais; novas narrativas e subjetividades; publicações feministas e, finalmente, os textos em homenagem a feministas recém-falecidas cujas contribuições ressoam na academia e na militância.

Este volume, o segundo da série, reúne um conjunto de 24 trabalhos cujo denominador comum é a discussão sobre políticas sociais, organizados em cinco eixos temáticos: feminismos e transfeminismos; cidadania e justiça; sexualidades e subjetividades; educação e diversidade; aborto, reprodução e violências. O terceiro volume abordará os trânsitos e deslocamentos cujas consequências têm afetado sobremaneira o cotidiano das mulheres em situação de vulnerabilidade.

O presente volume se inicia com o artigo elaborado por Jair Zandoná sobre os percursos da série *Fazendo Gênero*. A partir da sua familiaridade com a dinâmica da rede mais ampla do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), da qual o FG faz parte, o



autor caracteriza o perfil das participantes e identifica as temáticas mais frequentes nos trabalhos apresentados nos Simpósios Temáticos e que foram publicados nos Anais Eletrônicos¹. Recorre a alguns dados relevantes do Fazendo Gênero 9, realizado em 2010, de modo a refletir sobre a nítida expansão da série, revelando as permanências e as mudanças dos perfis e das temáticas. O texto figura logo após esta apresentação, pois seu conteúdo dialoga com esta e com as demais coletâneas da série Fazendo Gênero.

Na primeira parte, cinco artigos instigantes colaboram para o debate sobre feminismos, transfeminismos e políticas. Esta parte se inicia com a conferência de encerramento proferida por Sarah Schulman em 20 de setembro de 2013. Trata-se de uma novelista e historiadora norte-americana e nessa conferência, intitulada *Desafios do Feminismo: amigos diante da família, sociedade diante do governo*, ela sintetiza aquilo que chama de “dramáticas transformações” nas relações entre os movimentos *gay*, LGBT e queer e o movimento feminista. Respalhada pela sua longa trajetória como ativista lésbica e como investigadora pioneira no campo da história da AIDS, a autora argumenta que o movimento LGBT se afastou do feminismo e se deslocou em direção ao nacionalismo e ao aparelho de estado”, cedendo “à manipulação das políticas do medo” e reforçando “deslocamentos desiguais em direção à igualdade”. No âmbito das políticas, a autora identifica a criminalização do HIV, a política queer pró-família e a cidadania queer, como arenas principais nas quais as lutas pelos direitos *gay*, LGBT e *queer*, podem tem como efeito práticas que reforçam exclusões.

Os demais autores falam a partir de outros lugares e experiências ligadas ao contexto nacional. No entanto, os questionamentos que suscitam, convergem, em muitos aspectos com os de Sarah Schulman. O artigo de Camilo Braz focaliza as políticas culturais

¹ Esses trabalhos foram publicados no site do evento em dezembro de 2013.



LGBT no Brasil através da análise de documentos governamentais, problematizando a própria noção de cultura LGBT. Num tom provocativo, amparado numa perspectiva *queer*, o autor reflete sobre os efeitos dessa adjetivação, assinalando que as ações e programas voltados ao combate à homofobia e promoção da cidadania de sujeitos LGBT são marcados por deficiências estruturais e institucionais; inspirada nas contribuições de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler, Marie Hélène Bourcier e Beatriz Preciado, entre outros/as, Fátima Lima também questiona até que ponto a “multidão queer” pode ser assimilada pelas políticas de Estado.

Jaqueline Gomes de Jesus tenta explicar o transfeminismo, recorrendo a um conjunto de sentenças concisas cujo tom provocativo instiga reflexões autônomas e não masculinistas; encerrando esta parte, Anna Paula Vencato sintetiza os resultados de uma pesquisa etnográfica sobre homens que praticam *crossdressing* no Brasil, refletindo sobre as interferências de gênero e sobre as negociações estabelecidas entre o exercício desta prática e as relações que mantêm nos demais âmbitos de suas vidas.

Os textos da segunda parte discutem as relações entre cidadania, estado e justiça. Inicialmente, Lourdes Maria Bandeira e Hildete Pereira de Melo interpretam os dez anos de experiência da Secretária de Políticas para as Mulheres. As autoras sintetizam as principais políticas e ações que foram implementadas entre 2003 e 2013 e que se originaram nas Conferências de Políticas para as Mulheres realizadas em 2004, 2007 e 2011. Destacam as ações ligadas às lutas pela igualdade no âmbito do trabalho e o combate às violências contra as mulheres. Refletem sobre o seu impacto sobre as condições de vida e enfatizam a importância da perspectiva da transversalidade de gênero e raça, interpretada como “instrumento estratégico para a gestão de políticas públicas voltadas às mulheres”, que tentam responder às demandas dos movimentos sociais.



Inspirada nessas interpretações, Albertina de Oliveira Costa sintetiza as principais demandas do movimento feminista, suas conquistas e desafios nas últimas décadas, ressaltando suas especificidades. Nos anos setenta a autora destaca a participação das mulheres na luta pela redemocratização; nos anos 80 a expansão dessa luta através da criação e expansão dos conselhos, coordenadorias, secretarias e delegacias; na década de 90 as peculiaridades do processo de institucionalização do feminismo e no século XXI destaca a criação da SPM como marco na efetivação dos direitos, sinalizando no final do texto, os novos desafios da agenda feminista.

Na sequência, dois artigos abordam distintos aspectos que ajudam a compreender o contexto do Programa Bolsa Família (PBF) a partir da discussão dos resultados de pesquisas recentes realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em regiões distintas do país. Sonia Marise Salles Carvalho e Christiane Girard Ferreira Nunes focalizam o impacto do PBF nas relações entre gênero, raça/etnia, pobreza e trabalho, no Distrito Federal, com base na análise de dados primários obtidos entre 2010 e 2012; Rosana de Carvalho Martinelli Freitas aborda os mitos, preconceitos e dúvidas sobre o PBF, mediante análise do ponto de vista de diferentes agentes: representantes das agências multilaterais, gestores, técnicos, beneficiárias/os e pesquisadores. Suas reflexões se apoiam também numa pesquisa documental.

Finalizando esta segunda parte, Lucia del Carmen Raphael de la Madrid e Teresa Kleba continuam o debate sobre cidadania e justiça. A primeira delas reflete sobre justiça a partir de uma perspectiva ética e estética, atenta as contribuições dos estudos de gênero e da filosofia; a segunda, analisa os ideais de justiça a partir de quatro situações que refletem sua interferência: a Lei Maria da Penha; o Programa Rede Cegonha; a criminalização da interrupção voluntária da gravidez; o Estatuto do Nascituro.



O debate sobre sexualidades, subjetividades e gênero constitui o eixo central dos quatro artigos da terceira parte, os quais problematizam a formação no campo Psi. O artigo de Anna Paula Uziel questiona os binarismos normalidade/anormalidade e sexo/gênero através de uma discussão teórica sobre as concepções de sexualidade e orientação sexual, enfatizando, entre outros aspectos, os avanços do debate sobre a constituição da subjetividade como uma das grandes contribuições para a formação profissional; Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen defende a ideia de que “gênero é um outro”, mediante uma refinada análise de distintos momentos da obra de Judith Butler, perscrutando o modo como o pensamento desta autora evolui no sentido de uma compreensão refinada sobre a constituição do sujeito.

Sandra Maria da Mata Azeredo reflete sobre as relações entre subjetividade, história e política, partindo de uma crítica à obra de Martin Saar sobre subjetividade e genealogia; William Siqueira Peres explora as contradições das práticas da Psicologia, ressaltando tanto as suas contribuições para a emancipação sexual e de gênero, quanto suas dificuldades em respeitar as diferenças, seja em termos da formação profissional, dos programas teóricos e metodológicos e das práticas de intervenção.

A discussão sobre feminismos e educação figura na quarta parte desta coletânea e está centrada numa política específica: o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério de Educação. Tendo atuado em distintas edições do GDE promovidas pela UFSC e pela UFRN, Carla Giovana Cabral insere as reflexões sobre o tema no marco de uma síntese sobre especificidades e transversalidades entre os discursos jornalístico, científico e pedagógico na construção do campo dos estudos de gênero e feminismo; a partir da experiência do GDE na UFSCar, Larissa Pelúcio problematiza as categorias desigualdade e diversidade e defende a incorporação



da diferença como perspectiva conceitual e política no plano pedagógico. A autora constata que a filiação religiosa dos/as cursistas interfere na apreensão e resignificação dos conteúdos, explorando as ambiguidades entre resistências religiosas e certezas biológicas no âmbito do GDE; finalizando a discussão, Mareli Eliane Graupe discute o conceito de pedagogia da equidade na educação básica, bem como as estratégias de implementação das temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar, inspirada na sua tese de doutorado e na sua experiência como pesquisadora e co-coordenadora da segunda edição do GDE na UFSC.

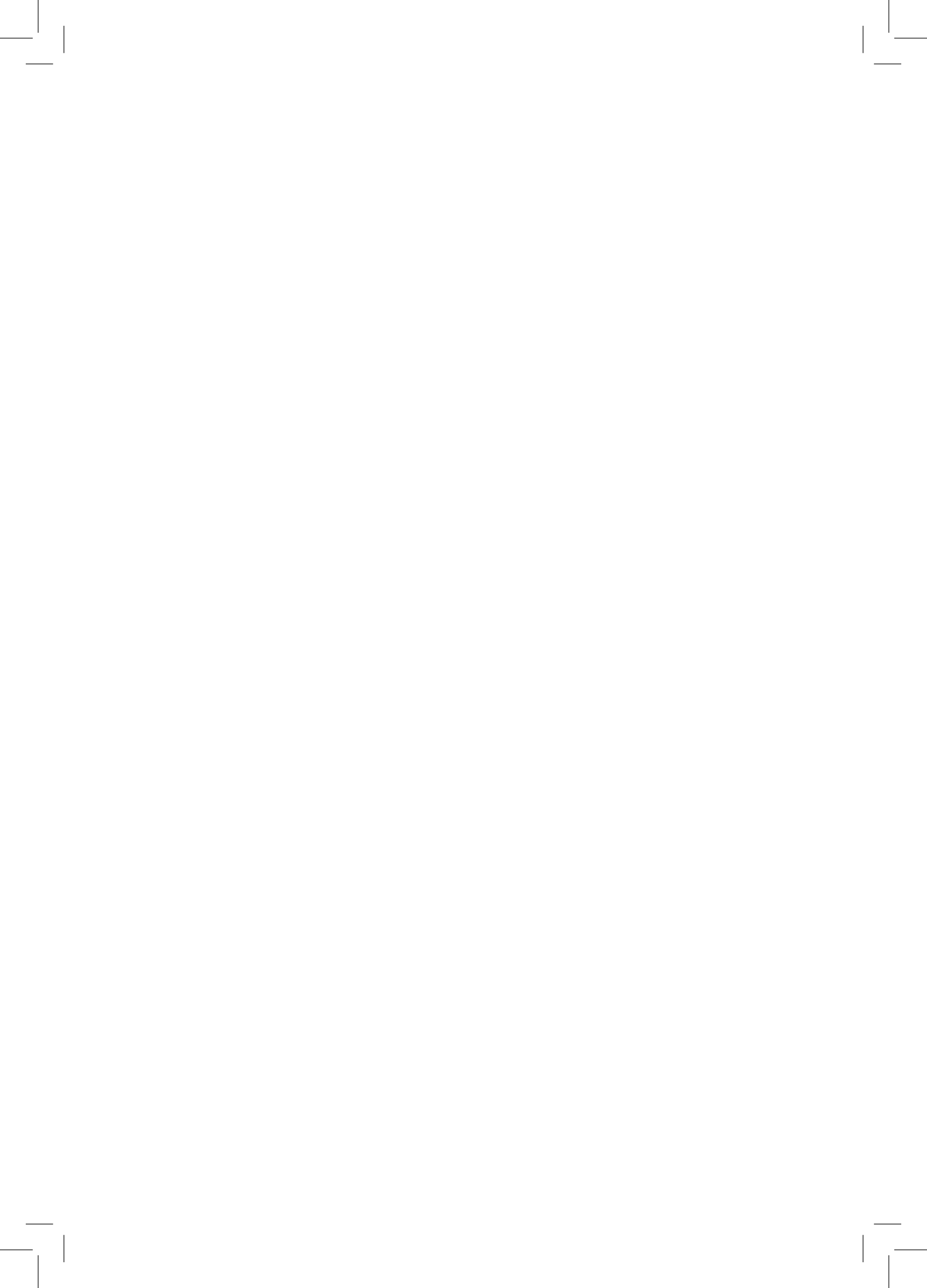
Na última parte um tema cadente continua a ser alvo das discussões: a questão do aborto e sua relação com as violências. Dialogando com depoimentos obtidos através de uma pesquisa empírica sobre itinerários de assistência à reprodução na França, Laurence Tain indaga em que medida as novas técnicas empregadas mantêm ou reconfiguram a violência de gênero; se aproximam ou se distanciam do modelo biológico da reprodução; sofrem interferências do mercado. Susana Rostagnol interpreta as tensões da história da legislação do aborto no Uruguai, ressaltando as origens da despenalização e o retorno à penalização nos anos 30, as marchas e contramarchas durante as décadas seguintes, os avanços e os retrocessos da legislação atual, bem como os problemas de sua implementação; Sonia Hotimsky avalia o impacto da criminalização do aborto na formação médica mediante análise de dados de uma pesquisa realizada em dois hospitais-escola do Estado de São Paulo sobre o ensino e treinamento em obstetrícia. A autora esclarece os sentidos do abortamento inseguro e define os diferentes tipos de violência sofridos pelas mulheres que buscam atendimento: violência institucional, verbal e física. Rozeli Maria Porto, coordenadora da mesa sobre aborto, resalta as razões da importância das discussões sobre o tema, enfatiza sua atualidade e sintetiza as contribuições desses dois textos.



Encerrando esta parte e também esta coletânea, Lucia Melgar Palacios retoma o debate sobre violência de gênero, reflete sobre feminicídio na Cidade Juárez, legislação e impunidade; expansão da violência extrema contra as mulheres no México; o conservadorismo da legislação atual sobre aborto e as razões das dificuldades do movimento feminista para enfrentar esse contexto.

Os textos aqui reunidos reavivam antigas discussões, exploram novas questões, adotam diferentes perspectivas teóricas e utilizam abordagens distintas, apoiadas em criteriosas revisões da literatura e/ou nos resultados de pesquisas empíricas. Esperamos que as ideias neles debatidas possam servir como fontes de inspiração para novas apostas do campo de estudos de gênero e feminismo.

Luzinete Simões Minella



DA SÉRIE FAZENDO GÊNERO: PERCURSOS E INQUIETAÇÕES



Jair Zandoná

Minha participação nas edições do *Fazendo Gênero* se inscreve em minha vida acadêmica como aluno do Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC. Se na edição de 2006, durante o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos*, me envolvi apresentando comunicação oral, nas edições subsequentes – o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*¹, o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*², e o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos*³ – colaborei em sua organização, trabalhando na secretaria do evento no que se

¹ O FG8 aconteceu entre os dias 25 e 28 de agosto de 2008 e foi coordenado pelas professoras Carmem Susana Tornquist, Clair Castilhos, Mara Coelho de Souza Lago e Teresa Kleba Lisboa.

² O FG9 foi realizado entre os dias 23 e 26 de agosto de 2010 e teve como coordenadoras gerais as professoras Carmen Sílvia Rial, Joana Maria Pedro e Sílvia Maria Favero Arend.

³ O FG10 é a edição mais recente do evento e aconteceu entre os dias 16 e 20 de setembro de 2013. Na oportunidade, as professoras Glaucia de Oliveira Assis, Luzinete Simões Minella e Susana Bornéo Funck assumiram a coordenação geral.



refere às inscrições nas diferentes modalidades de participação, para que a coordenação geral e as comissões (científica, pôster, mostras, espaço físico, monitoria etc.) pudessem estruturar a programação geral do Seminário, no tocante às conferências, mesas-redondas, simpósios temáticos e demais atividades. A participação nesse lugar e a experiência acumulada durante o exercício dessas funções ao longo desses anos motivaram a escrita deste texto.

O Fazendo Gênero 10 reuniu, assim como nas edições anteriores, os esforços de professoras pesquisadoras⁴ da UFSC e da UDESC vinculadas ao Instituto de Estudos de Gênero - IEG. Essa décima edição reafirma a relevância do evento no cenário dos estudos de gênero e feministas e (de)marca a longa trajetória da série, cujo primeiro encontro aconteceu em 1994 com o Seminário de Estudos sobre a Mulher. A ênfase desse primeiro evento, de amplitude nacional, foi o gênero na Literatura, na História, na Psicanálise e na Antropologia, focalizando também o feminismo contemporâneo. Como resultado, possibilitou a publicação de uma primeira coletânea, intitulada Fazendo Gênero, organizada por uma comissão de pesquisadoras do Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, a qual reuniu os trabalhos apresentados por cerca de 100 pesquisadoras. De lá para cá, o Fazendo Gênero alavancou proporções internacionais, estreitando o comprometimento de todas as pesquisadoras envolvidas em sua organização, assim como na edição da Revista Estudos Feministas e demais atividades organizadas pelo IEG (www.ieg.ufsc.br).

Levando em conta a nítida expansão da série FG, neste artigo proponho elaborar um panorama do perfil das participantes e das temáticas mais recorrentes entre os trabalhos apresentados

⁴ Por questões semânticas e de escrita, ao me referir às pessoas envolvidas nas diferentes comissões, bem como participantes do evento, usarei a concordância nominal no feminino, uma vez que, no binarismo de gênero, o número de mulheres é significativamente maior que o de homens.



durante as sessões dos Simpósios Temáticos e que, por cumprirem as normas para publicação, tiveram os textos completos incorporados nos Anais Eletrônicos publicados em dezembro de 2013⁵. Alguns dados do Fazendo Gênero 9, realizado em 2010, serão mencionados de modo a revelar permanências e mudanças dos perfis e das temáticas. Essa reflexão parece-me necessária para pensarmos sobre os contornos que a série Fazendo Gênero vem adquirindo por meio das participantes e dos temas das pesquisas que submetem para apresentação durante o evento. Tal exercício dialoga muito estreitamente com as coletâneas resultantes das conferências e intervenções das edições anteriores, cujas publicações, como Miriam Grossi (1999, p. 329) sintetizou no Posfácio de *Falas de Gênero*: “refletem tanto o desenvolvimento teórico dos estudos deste campo no Brasil quanto as inquietações temáticas presentes hoje no campo”.

O Fazendo Gênero 10 teve como principal resultado dar continuidade à série, reforçando seu caráter de encontro internacional e promovendo o diálogo entre pesquisadores e pesquisadoras, bem como o debate interdisciplinar na área de estudos feministas e de gênero em torno dos desafios atuais dos feminismos. Do ponto de vista teórico e político, o evento favoreceu a articulação dos estudos de gênero com abordagens que envolvem outras categorias de análise como classe, raça, etnia, gerações, sexualidade, deficiência, refletindo sobre os impactos e os limites das políticas públicas.

A relevância do evento pode ser observada no seu alto impacto na área, representada no significativo número de inscrições: 5.040⁶. Do total de participantes inscritas, 1518 eram estudantes de graduação em curso, 999 doutoras, 824 mestrandas,

⁵ Agradeço as generosas contribuições feitas pela professora Luzinete Simões Minella em sua leitura.

⁶ Dados obtidos através da análise das informações fornecidas pelas participantes no momento da inscrição.



696 doutorandas, 359 mestradas, 239 graduadas, 131 especialistas, 106 se titulação definida, 84 com especialização em curso, 66 pós-doutorandas, e 18 livres-docentes. Além disso, 4759 pessoas informaram serem brasileiras e 281 estrangeiras. Já a edição de 2010 recebeu 4033 inscrições⁷, das quais 1517 foram de estudantes de pós-graduação, 1116 de estudantes de graduação, 1047 de professoras/pesquisadoras e 353 inscrições na modalidade profissional. Esses números sinalizam, entre outros aspectos, para o significativo aumento da inscrição de estudantes de graduação.

Os números evidenciam também que o evento atingiu um dos seus principais objetivos: incentivar e garantir a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação nas discussões travadas no campo dos estudos feministas e de gênero, possibilitando uma formação mais qualificada na área. Destacamos que tanto profissionais como estudantes, vieram das distintas regiões do país, tendo prevalecido o sul e o sudeste.

Quanto ao gênero, confirmou-se a tendência da série FG, prevalecendo um público feminino (3753), seguido do masculino (893), tendo 394 participantes que não informaram e/ou se declararam “outro”. Na edição anterior, no *Fazendo Gênero 9*, conforme os dados do sistema, 3217 pessoas se declararam mulheres em contraponto aos 816 registros de homens. Em 2013, entre as inscrições recebidas de pessoas residentes no Brasil, ao analisar as regiões e estados de origem, temos o seguinte quadro⁸:

⁷ Análise feita a partir dos dados informados no formulário de Inscrição.

⁸ Os dados considerados se referem às pessoas inscritas em alguma modalidade de apresentação de trabalho ou como ouvinte/participante.



Estado	Inscrições
Santa Catarina	954
São Paulo	570
Rio Grande do Sul	508
Rio de Janeiro	495
Paraná	405
Minas Gerais	330
Bahia	209
Distrito Federal	184
Pernambuco	182
Goiás	118
Ceará	107
Paraíba	106
Rio Grande do Norte	71
Amazonas	69
Mato Grosso do Sul	65
Sergipe	60
Pará	53
Mato Grosso	36
Espírito Santo	33
Maranhão	30
Alagoas	24
Piauí	18
Tocantins	14
Roraima	9
Acre	7
Rondônia	7
Amapá	1

Quadro 2.1 – Número de Inscrições por Estado

Fonte: Dados do Formulário de Inscrição

O quadro evidencia que houve uma predominância de inscrições de residentes na região Sul do país (1867), resultando em 40,0% do total; em seguida da região Sudeste (1428), perfazendo



30,6%; Nordeste (807), 17,3%; Centro-oeste (403), 8,6%; e Norte (160), 3,4%. Algumas considerações sobre essa distribuição regional, que mostra uma participação menor das últimas regiões, serão feitas mais adiante.

No que se refere à participação efetiva no evento, do total de inscrições realizadas, houve a presença de 3.123 pessoas, prevalecendo a participação de estudantes de graduação (878), seguida de Doutoradas (631), mestradas (513) doutorandas (472) e mestradas (208). Das propostas aprovadas na modalidade comunicação oral foram efetivamente apresentados 1541 trabalhos e 382 trabalhos na modalidade Pôster foram expostos.

O significativo número de trabalhos apresentados e o alto comparecimento do público garantiram o êxito dos Simpósios Temáticos, constituindo mais um resultado positivo do evento. Os Simpósios funcionaram em quatro tardes, com o objetivo de reunir os trabalhos apresentados sobre diferentes temáticas dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, propiciando o encontro e a discussão interdisciplinar de pesquisadoras de um mesmo tema e foram coordenados por duas pesquisadoras de instituições diferentes, ambas/os com título de doutorado.

O número de propostas de Simpósio recebidas nesta edição foi de 143 e o número de aprovadas foi de 115, sendo coordenado por professoras pesquisadoras brasileiras e estrangeiras. Desse total, 114 STs efetivamente aconteceram, sendo que a seleção das propostas de simpósio foi realizada por uma comissão acadêmica, designada pela organização do evento. Já a avaliação das comunicações orais foi realizada pelas respectivas coordenações de ST, em até três rodadas de avaliação ou até completar o número de vagas disponíveis. Se considerarmos a edição anterior, o número de Simpósios aprovados superou expressivamente a marca dos 76 do *Fazendo Gênero 9*, que recebeu 113 propostas.

No tocante às temáticas norteadoras dos Simpósios, é possível observar, ao considerarmos os termos-chave das propostas



aprovadas, a recorrência do uso da categoria gênero (51), seguido de sexualidade/s (16), feminismo/s (14), políticas (públicas, de gênero, políticas públicas de gênero, criminal) (7), mulheres (8)⁹ diversidade/s (5), educação (5)¹⁰, direitos (direitos humanos e LGBTT) (5), violência (de gênero, combate à violência) (5), teorias/ estudos feministas (4), saúde (mental) (4). Além disso, esses termos estavam correlacionados a outras categorias atualmente em discussão, tais como: ciências, geração, corporalidade, diásporas, migrações, poder/empoderamento, envelhecimento, esportes, religiões, arranjos familiares/amorosos, família, identidade(s), imaginário/representações, escrita de autoria feminina, juventude, infância, memória, militância/movimentos, psicologia, sociologia, questões étnico-raciais, meio ambiente, subjetividades etc.

Considerando as temáticas dos Simpósios e a efetiva apresentação de trabalhos pelas autoras, 38 STs tiveram 15 ou mais comunicações realizadas durante as sessões. Entre esses trabalhos, as pesquisas que predominaram transitaram pela categoria gênero, bem como pelas questões relativas às sexualidades, aos feminismos, às mulheres, às práticas esportivas, à educação, à saúde, às ciências, às representações, às subjetividades, às teorias feministas, às discussões sobre as violências, ao mercado de trabalho, aos estudos sobre gênero e raça, ao consumo e à família. Esse levantamento demonstra que o *Fazendo Gênero 10* efetivamente possibilita o diálogo interdisciplinar entre pesquisadoras, favorecendo a articulação dos estudos feministas e de gênero a outras categorias de análise.

Foram inscritos 3109 trabalhos na modalidade comunicação oral, dos quais 2863 foram aprovados para apresentação. Se compararmos ao número total de inscrições no evento, as submissões nessa modalidade são muito mais expressivas, fato que

⁹ Dois Simpósios se dedicaram às mulheres negras.

¹⁰ Incluímos a referência à escola nessa contagem.



nos remete aos números de inscrições por titulação, o qual aponta para um número significativo de pessoas com graduação em curso, seguido de doutoras, mestradas, doutorandas e mestradas.

Número de trabalhos inscritos	
Comunicação Oral em ST	3109
Pôster	695
Lançamento de livros, revistas e DVDs	58
Mostra Audiovisual	37
Oficina	37
Minicurso	33
Mostra Fotográfica	27
Total	3996

Quadro 2.2 - Número de trabalhos inscritos nas modalidades

Fonte: Dados do Formulário de Inscrição

Entre as propostas inscritas, foram aprovadas principalmente as comunicações orais (2863), seguidas dos pôsteres (650), Mostra Audiovisual (32), Minicurso (22), Oficina (9), Mostra Fotográfica (7). Desses números, é importante levar em conta que poderiam apresentar trabalhos nos Simpósios Temáticos (STs), sob a forma de Comunicação Oral, doutoras, mestradas, estudantes de pós-graduação e graduadas. Na edição de 2010, foram recebidas 2201 submissões na modalidade comunicação oral e 415 na de pôster, dos quais 1875 e 378 trabalhos, respectivamente, foram aprovados para integrar a programação do FG9. Desse número, 1435 comunicações orais e 271 pôsteres foram efetivamente apresentados durante o evento. Os dados evidenciam que houve um incremento significativo tanto das comunicações orais, quanto dos pôsteres entre 2010 e 2013, justificando-se assim a decisão de ampliar o número de inscrições face à consolidação do campo de estudos.

Ao considerar as mais de 4.100 palavras-chave informadas nos resumos das comunicações orais aprovadas é possível



observar a recorrência dos seguintes termos: gênero/s (e academia, e ciências, e educação, e esporte, e feminilidade, e literatura, e história, e pobreza, e saúde, e saúde mental, e sexualidade, e violência), mulher/es (agricultora, artista, camponesa, cientista, com HIV, de elite, e desenvolvimento, e gênero, e literatura, e poder, e política, idosa, imigrante, inca, indígena, jovem, migrante, muçulmana, na política, negra, no mercado, no samba, operária, pobre, ribeirinha, rural, trabalhadora, xavante), sexualidade/s (e gênero, e política, entre crianças, feminina, humana, e educação, e modos de subjetivação), violência (conjugal, contra a mulher, contra crianças e adolescentes, de gênero, doméstica e familiar contra a mulher, contra a mulher no cinema, obstétrica, sexual, simbólica), educação (a distância, sexual, básica, antirracista, de jovens e adultos, escolar, feminina, em ciências, e homossexualidade, em sexualidade, física, infantil, formal, escolar, profissionalizante etc.), feminismo/s (estatal, islâmico, libertário, negro, transnacional, vegano), identidade/s (camponesa, coletiva, de gênero, feminina, docente, nacional, sexual), representação/ões (de comportamento, de gênero, social, do feminino, do corpo violado, de masculinidade, política etc.), direito/s (humanos, sexuais, reprodutivos, políticos, LGBT, das mulheres, penal, internacional, do trabalho), políticas públicas (para as mulheres, em saúde, em gênero), corpo (da mulher, feminino, feminino juvenil, trans), trabalho (artesanal, da mulher, docente, doméstico, e renda, feminino, infantojuvenil, informal, masculinizado, *offshore*, pedagógico, policial feminino), relações de gênero (étnico-raciais e trabalho).

Quantitativamente, temos os seguintes resultados: gênero/s (383), mulher/es (199), sexualidade/s (97), violência (89), educação (77), feminismo/s (77), identidade/s (63), representação/ões (55), direito/s (53), políticas públicas (48), corpo (43), trabalho (42), relações de gênero (40).

Acrescenta-se a essa lista os termos: discurso/s (feminino, jornalístico, jurídico, médico-científico, midiático, musical, religioso)



(37), masculinidade/s (34), família/s (contemporânea, homoafetiva, negra) (28), homossexualidade/s (masculina, feminina) (26), saúde (coletiva, da mulher, do homem mental, pública, reprodutiva, sexual) (25), memória/s (24), raça (etnia, e saúde racismo, racialidade) (23), transexual/idade (21). Ficaram abaixo de 20 as seguintes palavras-chave: travesti/lidade (juvenil), prostituição (juvenil), homofobia e diversidade/s.

Evidentemente, essa sistematização não contempla todas as combinações das palavras-chave feitas pelas autoras, mas indica os principais eixos das discussões realizadas nos Simpósios¹¹, prevalecendo, então, os termos: gênero, mulher, sexualidade, trabalho, violência, relações de gênero, representações. Se considerarmos a publicação dos anais eletrônicos resultantes do *Fazendo Gênero 9*, podemos observar que essa recorrência também dialoga com os índices de acesso aos textos. Desde dezembro de 2010, os Simpósios e respectivos textos com maior número de visitantes únicos¹² foram: *Gênero e Serviço Social – diversidade, discriminação e violência*, *Gênero e Raça/Etnia na Escolarização*, *Gênero e sexualidade nas práticas escolares*, *Gênero e práticas corporais e esportivas*, *Formação de professoras/es: a importância das questões de gênero e sexualidade*, *Diversidade de experiências de gênero, trabalho e educação: comunidades tradicionais (pescadoras/es, quilombolas, indígenas, agricultoras/es familiares)*, *Relações de gênero, identidades e interculturalidade*, *Mulheres negras e suas diversas formas de organização nos*

¹¹ É importante observar que muito embora outros termos sejam menos recorrentes, são igualmente representativos por estarem combinados, via de regra, às categorias de análise mais usadas. Por exemplo, autoria, autoria feminina, escrita feminina, gêneros narrativos (contos, romances,ônicas, novelas), correspondência, biografismo, escrita de si, crítica feminista, crítica literária, análise de escritor/a específico/a, cinema/filme, dança, *design*, *design* de moda, estudos culturais, estudos *queer*, ficção, literatura (de rua, mirim, latino-americana, infantil, infantojuvenil), mídia/s (digital, impressa, radical), música, imprensa, periodismo/periódicos, processo criativo, revista/s, séries, teatro, telenovela etc.

¹² Informações obtidas por meio do *Google Analytics*, cujo mecanismo registra estatísticas de acesso a sites.



contextos urbano e rural no Brasil, Entre-lugar, deslocamento e crítica cultural, e A centralidade de gênero em povos indígenas.

Ao considerarmos as confluências entre as temáticas dos simpósios aprovados, bem como as sessões com 15 ou mais apresentações durante o FG10, e os textos completos com mais acessos nos anais do evento ocorrido em 2010, podemos apreender os rumos que os estudos de gênero e feministas vêm se delineando nos últimos anos no Brasil, especialmente nas regiões sul e sudeste do país. Parece-me que o número expressivo de trabalhos e pesquisas apresentadas/abordadas por investigadoras originárias dessas regiões se deve ao fato de que concentram um maior número de núcleos de pesquisa, instituições, organizações voltados às discussões propostas/realizadas na/pela série *Fazendo Gênero*. Em outras palavras, notamos que há uma rede de investigação e contatos maior nesses estados (com a realização de cursos, pesquisas, orientações, eventos etc.), uma das razões que justificaria um número mais expressivo de inscritas provenientes desses lugares. Entendo também que o fator econômico interfere sobremaneira na participação de pessoas de cidades muito distantes. O deslocamento até Florianópolis, associado aos gastos com hospedagem e alimentação durante o período de permanência na capital catarinense, é decisivo na efetiva participação do inscrito. Quando não há subsídios da instituição de origem, essas despesas precisam ser custeadas com recursos próprios, impossibilitando o aumento de inscrições das pesquisadoras das regiões norte e centro-oeste, principalmente.

Com relação às mesas-redondas e conferências, a comissão do *Fazendo Gênero 9* organizou 20 mesas. Já na edição seguinte, em 2013, foram 28, ocorridas durante os cinco dias de evento e transitaram pelas seguintes temáticas: aborto, artes, classe, contextos atuais, contextos rurais, direitos sexuais e reprodutivos, discursos, educação/escola, estado, família, feminismos, gênero, gerações, infância, literatura, meio ambiente, mídias, violência,



diversidades, história das mulheres, movimentos migratórios, movimentos sociais, movimentos LGBT, pesca, políticas públicas, políticas para as mulheres, políticas *queer*, políticas sociais, publicações feministas, questões étnico-raciais, subjetividade. A multiplicidade de discussões propostas nas mesas e realizada por pesquisadoras com estudos reconhecidos nas áreas incorpora, portanto, diferentes categorias de análise – traço que igualmente aponta para os atuais estudos e inquietações presentes no campo no Brasil e em outros países.

As três conferências proferidas durante a realização do *Fazendo Gênero 10* reforçam esse entendimento, pois as conferencistas, situadas em continentes distintos, provenientes de países e com formações distintas, assinalaram alguns dos principais desafios dos estudos na área: Sara Beatriz Guardia, da Universidade de San Martín de Porres/Peru, durante a conferência de abertura explorou a relação entre exclusão e gênero nos processos de independência dos países latino-americanos; Rehka Pande, da Universidade de Hyderabad/Índia, ocupou-se dos desafios do Feminismo na Índia e na Ásia do Sul; por fim, na conferência de encerramento, Sarah Schulman, da City University of New York/EUA, abordou o tema “amigos diante da família, sociedade diante do governo”.

Temas atuais e instigantes foram também objeto de reflexão nas duas conferências realizadas durante o evento anterior, em 2010, uma proferida por Trinh T. Minh-ha (Universidade de Berkeley) e a outra por Miguel Vale de Almeida (Instituto Universitário de Lisboa). Enquanto a professora nascida no Vietnã se ocupou de situações de guerra em diferentes continentes e em diferentes momentos históricos, da escuridão, das lágrimas, das vítimas, dos soldados nelas envolvidos; o professor português analisou a construção do movimento social e do associativismo LGBT em seu país desde a década de 1990 aos dias atuais. Essas conferências em certa medida interconectam as discussões



propostas nas mesas-redondas, nos simpósios, nas comunicações orais, na exposição de pôsteres, nas mostras audiovisual e de fotografias: desafios, inquietações, provocações relacionados aos estudos feministas e de gênero (aliados a outras categorias de análise).

Além disso, é importante salientar as iniciativas que as diferentes comissões dedicadas à organização do Seminário apresentaram em 2013, no intuito de ampliar as discussões do evento, como a reedição do projeto *Crianças no Fazendo Gênero*, a criação da Comissão de Acessibilidade e a realização da I Exposição Internacional de Arte e Gênero. O projeto Crianças no FG desde 2010 propõe às crianças que acompanham adultos participantes um espaço para vivências articuladas às discussões sobre feminismos e relações de gênero por meio de atividades/oficinas. A Comissão de Acessibilidade teve como objetivo garantir a inserção da deficiência como categoria de análise dos feminismos contemporâneos e oferecer às/aos participantes com deficiência condições mínimas de participação a partir das adaptações razoáveis e/ou serviços de acessibilidade e de apoio humano. A *I Exposição Internacional de Arte e Gênero* proporcionou uma visibilidade aos projetos artísticos voltados para os desafios dos feminismos, estéticas contemporâneas identitárias, feminicídio ou violência, assim como experiências em poéticas, militâncias, sexualidades dissidentes etc., inseridos no marco da arte contemporânea, culturas visuais, estudos feministas, queer, LGBTQI.

Além dessas três comissões, o *Fazendo Gênero 10* teve outras 18 formadas por professoras, técnicas-administrativas e estudantes de pós-graduação e graduação da UFSC e da UDESC, ultrapassando a marca de 80 pessoas envolvidas diretamente na preparação do evento, que se reuniram regularmente durante cerca de um ano antes da sua realização, sem considerarmos as dezenas de estudantes de graduação e de pós-graduação envolvidas na monitoria na semana do evento. Essa dedicação aponta



para a expansão do campo. Afinal, são mais de 20 anos de histórias e trajetórias de professoras, alunas, ex-alunas, novas alunas. Sinto-me parte (recente) dessa história.

Creio que cabe aqui, ainda, mencionar outros esforços conjuntos promovidos pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que se somam às ações do *Fazendo Gênero*. Menciono as mais recentes. Em 2013 o IEG promoveu a 2ª edição do Curso *Gênero e Diversidade na Escola*¹³, cujo objetivo principal é oferecer aos profissionais da rede pública de Educação Básica conhecimentos acerca da promoção, do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas. O GDE abordou a promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade de orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero. Destacou o respeito à diversidade étnico-racial, o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência relacionada ao racismo, ao sexismo e à homofobia. O curso forneceu elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela/na escola. Por meio desse curso, os profissionais adquiriram instrumentos para analisar e lidar com as atitudes e os comportamentos que envolvem as relações de gênero e étnico-raciais, além das questões sobre sexualidade no cotidiano da escola. O curso aconteceu em 5 polos (localizados nas cidades de Florianópolis, Itapema, Palmitos, Pouso Redondo e Praia Grande), teve 6 turmas e formou 250 docentes do ensino público médio e fundamental.

Entre as ações desenvolvidas pelo IEG nos últimos anos, houve também a realização, desde 2008, do Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismo¹⁴, cujos objetivos vincularam-se

¹³ A esse respeito: <<https://ead.ufsc.br/generodiversidade/>>.

¹⁴ No momento da escrita deste texto, a coordenação do IEG está organizando a 4ª edição do CCD em Gênero e Feminismo, o qual será ministrado por docentes



à formação e à atuação no campo dos estudos feministas e de gênero. Além disso, o curso divulgou as principais questões em debate atualmente neste campo; estimulou a criação de Núcleos de Estudos de Gênero nas diversas instituições envolvidas; buscou uma maior integração entre pesquisadores/as dos diferentes núcleos de pesquisa da UFSC, da UDESC e de outras instituições de Santa Catarina em vista da articulação de redes de pesquisa e ativismo; e, ainda, estimulou a presença de pesquisadoras/es de outros lugares do Brasil em atividades do IEG/UFSC.

Por fim, o IEG organiza, edita e publica, desde 1999, a Revista Estudos Feministas (REF), periódico de publicação quadrimestral e indexado, de circulação nacional e internacional que objetiva divulgar cientificamente textos originais sobre os estudos de gênero e feminismos que podem ser tanto relativos a uma determinada disciplina quanto interdisciplinares em sua metodologia, teorização e bibliografia.¹⁵

Vale ressaltar que em novembro de 2012 as editoras da REF organizaram um evento em comemoração aos 20 anos de publicação e se ocupou da interface entre militância e academia nos estudos feministas (intersecção que me parece imprescindível). Sua publicação é possível apenas por um “esforço coletivo”, como bem lembram Tânia Ramos e Zahidé Muzart no texto que abre a Seção Especial REF 20 anos publicada em 2013. A REF já foi foco de outras pesquisas dedicadas às suas temáticas, linhas editoriais, circulação etc., como o artigo de Lucila Scavone, sobre o “Perfil da REF dos anos 1999-2012”, e o de Mara Coelho de

e pesquisadoras da UFSC, da UDESC e da UNIPLAC. O curso se realizará entre 17 e 21 de março de 2014 e será aberto a estudantes, pesquisadoras, educadoras, gestoras públicas e ativistas que atuam no campo dos estudos feministas e de gênero. Estatisticamente, as três primeiras edições formaram 250 pesquisadoras; já a atual recebeu mais de 180 pré-inscrições que concorrem a 120 vagas disponíveis para participação.

¹⁵ Ver *Políticas Editoriais*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>. Acesso em: 17 fev. 2014.



Souza Lago, “Narrar a REF e fazer a REF: uma história coletiva”. Lucila Scavone (2013, p. 589), ao fazer uma análise dos artigos publicados na revista, divide-os em 8 eixos temáticos: cidadania, movimentos sociais e política; cultura, educação e mídia; corpo identidade, geração e sexualidade; migração, trabalhadoras e trabalho; teorias de gênero; saúde reprodutiva e sexual; e famílias.

Por sua vez, Mara Lago reflete sobre algumas seções da revista, como a “Debates” e “Entrevistas”, bem como analisa a participação de homens como autores de artigos. Essas análises, embora estejam situados no espaço da publicação da revista, reverberam também nos resultados obtidos das análises feitas sobre as conferências, mesas-redondas, Simpósios Temáticos e comunicações orais do *Fazendo Gênero 10*. Seria muito interessante estreitar esta pesquisa, mapear as instituições, titulações, autoras e coautoras e suas respectivas áreas de atuação, de modo a estruturar melhor essa complexa rede formada/reunida (não apenas) na série do FG.

O conjunto dessas ações, além de difundir, instigar e propor espaços de discussão sobre os estudos acadêmicos na área, pretende aliar e aproximar os trabalhos de movimentos, ONGs, grupos ativistas etc. voltados a essas questões, de modo a estabelecer análises e propostas de novas/outras ações no cenário das políticas e políticas públicas nacional e internacionalmente. Por esse viés, considero que a realização do *Fazendo Gênero 10* propôs muitos desdobramentos aos desafios atuais dos feminismos e dos estudos de gênero. E 2017 será ainda mais significativo para o FG, pois, conforme anunciado no encerramento do evento, a 13ª edição do Congresso Mundos de Mulheres (*Women’s Worlds Congress*)¹⁶ acontecerá em Florianópolis em 2017, juntamente com

¹⁶ O primeiro evento ocorreu em 1981 em Israel. Em 2014, o Congresso será realizado na Universidade de Hyderabad, Índia, entre 17 e 22 de agosto, e terá como tema “Gender in a changing world”.



a 11ª edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero. O evento acontecerá pela primeira vez na América do Sul, reunirá acadêmicas e militantes feministas e de movimentos de mulheres, e objetiva criar redes globais que não estejam focadas apenas na academia.

A série *Fazendo Gênero*, ao longo destes mais de 20 anos, tem delineado seus próprios percursos a partir das inquietações próprias do campo, constituindo parte significativa dos percursos e caminhos do Instituto de Estudos de Gênero.

► Referências

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. Spe, dez. 2004.

_____. Posfácio. SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de Gênero*. Florianópolis, Mulheres, 1999.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Narrar a REF e fazer a REF: uma história coletiva. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2013.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira; MUZART, Zahidé Lupinacci. Militância e academia em publicações feministas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2013.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2013.

SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. Spe, dez. 2004.



The image features a dark grey background with three white lines that intersect to form a complex geometric pattern. One line runs diagonally from the top-left towards the bottom-right. Another line runs diagonally from the top-right towards the bottom-left. A third line runs diagonally from the top-left towards the bottom-right, crossing the other two. The text is positioned in the lower-right quadrant of the image.

**FEMINISMOS,
TRANSFEMINISMOS
e POLÍTICAS**



DESAFIOS DO FEMINISMO: AMIGOS DIANTE DA FAMÍLIA, SOCIEDADE DIANTE DO GOVERNO



Sarah Schulman

Queridas Amigas e Queridos Amigos¹,

Muito obrigada por esta oportunidade incrível e pela honra de conhecê-las/los, de visitar o Brasil pela primeira vez e de compartilhar com vocês algumas de minhas experiências e *insights* sobre o momento em que nos encontramos. O tema escolhido é 'Desafios dos Feminismos' e eu tenho que me perguntar 'o que não é um desafio do feminismo?'. Não estamos falando apenas sobre como as mulheres vivem e se sentem, mas também estamos - agora - usando a palavra para significar um sistema de valores, uma forma de fazer as coisas. Nesse sentido, quando olhamos a materialidade das vidas das mulheres ao redor do globo, vemos uma exclusão contínua do poder. Mas também, quando olhamos a metodologia humana, em geral, vemos um eclipse de justiça do âmbito governamental ao pessoal.

Assim, no longo período que levei para preparar essa conferência, decidi que quero me focar nas dramáticas transformações ocorridas no Movimento *Gay*/Movimento *LGBT*/Movimento *Queer*, em um curto período de tempo, e suas relações com o feminismo. Como se desenvolveram

¹ Conferência de Encerramento proferida em 20 de setembro de 2013.



conceitos e autoconceitos que eclipsam/apagam o 'feminismo' – um sistema enraizado na justiça, em oportunidades e acessos iguais, e no valor tanto do individual como da comunidade. Algumas dessas ideias já estão em circulação e outras são novas. Algumas são sólidas e outras provisórias/experimentais. De antemão sou muito grata à atenção de todas e todos e espero ansiosa o debate e nossa discussão.

Em resumo, quero mostrar como o movimento LGBT se afastou do feminismo, e se deslocou em direção ao nacionalismo e ao aparelho de estado. E o que é orgânico a esse deslocamento é a manipulação das políticas do medo. O que é uma alegoria já comum na experiência de outros grupos na medida em que passaram da opressão generalizada à dominância seletiva.

Houve um tempo, não muito distante, em que as pessoas queer ocupavam o lugar mais baixo em qualquer sociedade. Tenho cinquenta e cinco anos e talvez algumas de vocês também lembrem quando globalmente todas as pessoas *queer* viviam na ilegalidade. Foi sem dúvida a minha geração que foi assolada pela experiência massiva da morte pela AIDS, um cataclisma histórico causado pela indiferença e negligência governamental. E algumas e alguns de vocês estão vivendo hoje em países onde essa epidemia continua sem diminuição por causa da ausência de vontade política para que todos os seres humanos tenham acesso igualitário ao tratamento médico padrão. Esses tratamentos foram instaurados pela força dos movimentos ativistas anti-AIDS dos anos 1980 e 1990 – nos quais grupos marginalizados de pessoas, sem quaisquer direitos, abandonados por suas famílias e governos, e enfrentando uma doença terminal, se juntaram para forçar suas sociedades a se transformarem, contra a vontade – dessa forma salvando suas próprias vidas. Mas mesmo que este movimento inédito que transversalizou classes sociais, gêneros e raças tenha sido bem-sucedido ao forçar a criação de tratamentos eficazes, eles não puderam transformar o sistema de classe global, e ainda hoje as pessoas continuam a sofrer da doença do HIV, quando esse sofrimento é completamente desnecessário. Acho, ainda, que todas e todos nós entendemos que a omissão inicial governamental no Ocidente esteve enraizada na ideia de



‘comunidades afetadas’ [NT: no Brasil, ‘grupos de risco’]: os pobres e os *queer*, que não mereciam a proteção de seus governos e não mereciam viver. Não tínhamos cidadania. Enquanto muitas pessoas *queer* – em todos os lugares – continuam ainda hoje a enfrentar graves perigos – de parte de seus governos, de suas famílias, dos sistemas de lazer/mídia/propaganda – temos ainda um *novo* fenômeno simultâneo no qual alguns elementos da comunidade *queer* global ganham direitos suficientes para se colocar em situações de igualdade com pessoas heterossexuais de sua mesma raça e classe social.

E acho que esse é o momento certo para examinarmos as consequências dos deslocamentos desiguais em direção à igualdade. Pois vamos compreender que, da mesma forma como ocorreu com as pessoas vivendo com AIDS – o acesso continua restrito pela classe, raça e gênero, de forma que as soluções há muito tempo desejadas e pelas quais pessoas tão diversas lutaram, estão criando condições profundamente desiguais que pioram as vidas de algumas e alguns de nós, ao mesmo tempo em que transformam os valores daquelas e daqueles que tem o acesso.

Então começemos com o porquê que fizemos isso, porque foi criado um movimento *Gay/LGBT/Queer* em primeiro lugar. Se retornarmos no tempo, podemos nos lembrar que essa formação política era originalmente intitulada o ‘Movimento de Liberação *Gay*’. A palavra ‘liberação’ foi explicitamente escolhida para nos situar no interior do continuum de movimentos globais de liberação que floresciam naquele período (anos 1960) contra o imperialismo e o colonialismo. O objetivo do Movimento de Liberação *Gay* era a transformação social. Queríamos um mundo onde a sexualidade, o gênero e as estruturas emocionais fossem abertas e individuais, e não punidas pelo estado ou impostas pelo estado.

Em 1981, o reconhecimento da crise da AIDS transformou essa situação em muitos sentidos, detalhados em meu livro ‘*The Gentrification of the mind: witness to a lost imagination*’ – mas muito numerosos para serem apresentados aqui. Mais importante, a repentina e incontrolável visibilidade de centenas de milhares de pessoas morrendo, muitas



vezes nas ruas, fez com que a negação ativa da homossexualidade não pudesse mais ser sustentada. A mídia hegemônica foi forçada a reconhecer a existência da homossexualidade e teve que se confrontar com movimentos radicais como a ACT UP - Coalizão Anti-AIDS pela Liberação do Poder - cujas manifestações incluíram a interrupção de uma missa com 7000 pessoas na Catedral de Saint Patrick. Isso fez com que a mídia tivesse a necessidade de produzir um tipo de homossexual que eles pudessem representar, que não ficasse fora dos padrões do status quo. Então, a partir do início dos anos 1990, a mídia começou a construir sua falsa imagem pública da homossexualidade - em que selecionavam e promoviam figuras públicas que não vinham dos movimentos de base - e, ao invés disso, se opunham às políticas de Liberação *Gay*.

Dessa forma, a Liberação *Gay*, através do espaço da mídia hegemônica, foi substituída pelos Direitos *Gays*. Os direitos *gays*, sendo um movimento com objetivos opostos à liberação gay - Direitos *Gays* eram um movimento a favor da tolerância, enraizados na contenção legal, na qual as pessoas *gays* buscavam 'direitos iguais' em todas as esferas de nossas vidas que possam ser reconhecidas e familiares à maioria heterossexual, e abandonaram as arenas da diferença. Também houve um profundo e traumático elemento psicológico nessa transição. Pois a comunidade fora devastada pela morte e sofrimento massivos de seus membros e igualmente, penso eu, pelo indiscriminado abandono dessas pessoas em sofrimento e em situações de morte por seus governos e suas famílias. Dessa forma a transformação de liberação para direitos foi parcialmente uma expressão do trauma da AIDS, do medo de não sobreviver e do desejo consciente e inconsciente de assimilação protetora. Como detalhei no meu livro '*STAGESTRUCK: Theater, AIDS and the Marketing of Gay America*', nesse período, grandes corporações, que tinham sido forçadas a reconhecer pessoas queer por causa da visibilidade da AIDS, agora começaram a cinicamente criar nichos de mercado para pessoas queer. O que começou como campanhas de *marketing* hegemônicas para medicamentos para a AIDS, se tornaram estruturas então usadas para nomear produtos, uma vez que os marketeiros descobriram que as pessoas LGBT eram 'os consumidores de marcas mais leais



dos Estados Unidos'. Nossas famílias não se preocupavam se vivíamos ou se morríamos, nossos governos não se preocupavam se vivíamos ou se morríamos mas Absolut Vodka nos desejava, e éramos muito gratos.

Dessa forma, houve uma transformação significativa na qual o movimento *gay* não era mais sobre nossa luta para transformar a sociedade, e sim sobre a luta da sociedade para nos transformar. Com o prosseguimento da agenda legalista de direitos *gays*, e à medida que diferentes tipos de direitos *gays* e diferentes graus de direitos *gays* começaram a serem aprovados em certos países, ou cidades ou estados, um novo processo foi iniciado, no qual a alguns elementos da comunidade LGBT passaram a ter acesso ao aparelho de estado, à polícia e aos poderes de punição e execução – contra outros elementos da comunidade LGBT que ainda não podiam acessar essas forças. E assim nos vimos passar de uma comunidade na qual todos e todas estavam na ilegalidade, e na qual estávamos no lugar mais baixo da escala social, para uma comunidade na qual algumas e alguns de nós – abertamente pessoas queer – temos agora o poder do grupo dominante em sociedades profundamente injustas. E, de forma muito interessante, profundamente enraizadas nessas desigualdades grosseiras estão as políticas do 'medo', do 'trauma' e da 'segurança'.

Como vejo, as três principais arenas nas quais esse acesso à punição do estado é garantido a pessoas abertamente queer são: a criminalização do HIV, a política *queer* pró-família e a cidadania *queer*. Começemos com a questão da Cidadania. E podemos usar um termo cunhado pela professora da Rutgers, Jasbir Puar ... 'Homonacionalismo'.

Acontece que, em alguns lugares no mundo, a homofobia foi a única coisa que impediu que algumas pessoas *gays* alcançassem todos os privilégios culturais dominantes em sociedades desiguais. Isso é particularmente evidente nos países da Europa Ocidental, onde pessoas *gays* brancas receberam absolutamente o mesmo acesso igualitário que pessoas brancas heterossexuais, começando a participar – como pessoas assumidamente *gays* – nos sistemas de supremacia racial e religiosa dos quais talvez tenham anteriormente sido excluídos por conta da homofobia. Nesse sentido, na Holanda, por exemplo, estamos vendo um



número crescente de holandeses brancos e *queers* se unindo aos grupos de direita anti-imigração. A maioria focados na supremacia cristã contra os muçulmanos – sabendo muito bem, é claro, que existem pessoas *queer* dentre as comunidades de refugiados e imigrantes e dentro das comunidades muçulmanas. Similarmente na Grã-Bretanha vemos grupos como o racista ‘*English Defense League*’ [t: Liga da Defesa Inglesa] tendo uma coluna abertamente LGBT. Em Israel, vemos um movimento judeu LGBT muitas vezes em cumplicidade com a Ocupação Palestina e com discrepâncias similares ao *apartheid* em direitos legais. De fato, com exceção da China, quase todos os movimentos seculares de direita não mais se opõem aos direitos *gays*. Realmente a única oposição aos direitos *gays* no mundo hoje é religiosa. Então vemos que movimentos racistas comprometidos em usar sua cidadania para levar o governo a punir ou prejudicar imigrantes, refugiados, pessoas em situação de ocupação e muçulmanos, estão agora incluindo pessoas *queer* nos dois lados da equação. Nos Estados Unidos, por exemplo, o repúdio à ‘*don’t ask, don’t tell*’ [t: não pergunte, não fale] ofereceu às pessoas LGBT ‘cidadania’, ou seja, o direito a servir no exército como abertamente *gay* em troca da participação nas guerras imorais e ilegais contra muçulmanos no Iraque e no Afeganistão.

Assim, estamos vendo uma tendência no Ocidente onde às pessoas LGBT é oferecida uma plena cidadania abertamente *gay* que as permite excluir, punir e até mesmo matar outros com a total cooperação e encorajamento do Estado. Então essa é a primeira nova divisão na comunidade *queer* entre acesso ao aparelho de estado para punição e estar na ponta receptora da punição – nesse caso entre cidadãos e não cidadãos. E nesses casos as pessoas na posição cultural dominante, aquelas que podem prejudicar – usam o argumento do medo, dizendo que estão com medo – que elas estão com medo de imigrantes, refugiados, trabalhadores estrangeiros, que elas estão com medo dos muçulmanos, árabes, palestinos, que elas estão com medo dos ‘terroristas’ como justificativa para usar o aparelho de estado para evitar e punir com violência, encarceramento e expulsão. Antes de continuarmos, pausemos um momento para pensar sobre esse conceito de políticas do ‘medo’ no qual



um grupo privilegiado – e tem que ser um grupo, uma patologia de grupo, uma multidão, porque indivíduos não podem punir no sentido que grupos que fazem *bullying* o fazem – onde um grupo dominante pode dizer que está com medo de forma a conspirar contra ou punir pessoas que estão realmente em perigo.

Qual a origem disso? Algo aconteceu no discurso popular, e eu não sei quais são as raízes históricas disso – em que se uma pessoa diz que está com ‘medo’ ela tem o direito de causar dano. O conceito de ‘espaço seguro’ costumava ser usado para os que viviam na ilegalidade, mas agora aqueles ou aquelas de nós que se tornaram dominantes continuam a usar essa retórica para reprimir a alteridade [t: outridade]. Ela é usado pelos dominantes para reprimir o desconforto com a realidade das outras pessoas, para apagar as nuances, as múltiplas experiências e o direito humano inerente de ser escutado. Ao invés disso, considera-se uma vitimização o simples fato de não seguir as ordens da pessoa culturalmente dominante que ‘sente’ ou fala que ‘se sente’ em perigo. Mesmo sabendo que determinar punições com base em ‘sentimentos’ de uma parte é a essência da injustiça.

Deixe-me parar aqui para falar sobre justiça. Para falar sobre valores feministas. Uma transformação justa é feita no nível governamental da mesma forma que é feita no nível pessoal. A transformação justa é feita quando todos os lados afetados são levados em conta. A injustiça é por definição unilateral.

Um espaço seguro pode significar estar livre de uma violência real. Mas o que acontece quando a ‘coisa’ da qual você quer estar seguro não tem nada a ver com violência? A reivindicação por ‘segurança’ quando não há violência envolvida pode significar a separação de pessoas que você não quer reconhecer como igualmente humanas. Em termos emocionais, você pode querer que elas sejam silenciadas ou removidas porque elas sustentam visões opostas à sua ou deixam você desconfortável, fazem com que você se questione, dizem a você que suas ações têm consequências nos outros. Sim, esse desejo de não questionar seus próprios conceitos pode ser chamado de ‘ter medo’. Em termos sociais esse outro ser humano pode amedrontá-lo por conta do seu racismo, por conta do seu temor da



diferença, porque você tem medo das pessoas que têm problemas, porque elas são ostracizadas e você tem medo de ser ostracizado. Assim como o estado silencia e pune, pessoas com acesso ao estado podem estender seu poder e fazer o mesmo. E isso agora pode incluir algumas pessoas abertamente *gays*.

O melhor debate conhecido nessa questão é em torno dos 'discursos de ódio' e da legislação dos 'crimes de ódio', em que nós que já fomos vitimizados pelo estado, agora temos acesso ao aparelho de estado para restringir os discursos de outros e puní-los por expressarem ideias que não gostaríamos que eles tivessem. Mas quanto mais poder de estado as pessoas *gays* podem acessar, mais esse modelo amplia suas implicações.

Como feministas, acreditamos que todos os seres humanos, pelo fato de terem nascido, merecem cuidado e oportunidades. É nossa responsabilidade entender que dinâmicas podem ser prejudiciais. Nosso trabalho é reduzir o dano em seu sentido amplo. Inerente a esse objetivo está o conhecimento de que todos os seres humanos merecem ser ouvidos e levados em consideração.

No nível governamental rejeitamos a dicotomia *insider/outsider* [t: de dentro/de fora] pela qual os cidadãos são superiores e humanos ao passo em que os não cidadãos ou os residentes de nações com menos poder deveriam servir e alimentar aqueles de nós que estamos em nações mais poderosas. Rejeitamos isso porque fere as pessoas que estão 'fora', e privilegia as pessoas que estão 'dentro'. Da mesma forma, deveríamos perguntar o mesmo sobre as famílias. O maior desafio do feminismo sempre foi e continua sendo a família. E o fato de que a família é *queer*, não a isenta o feminismo dessa verdade.

À medida que a ideologia pró-família passou a dominar as comunidades *queer*, estamos rapidamente esquecendo tudo o que aprendemos sobre a família quando ainda éramos feministas e examinávamos como as instituições afetam as mulheres. Quais são as políticas de protecionismo em um ambiente onde a comunidade *queer* é agora dominada por uma política pró-família e pró-natalidade? E, ao mesmo tempo, tem mais acesso a e mais tranquilidade em



lidar com o Estado, com a lei e com modos oficiais de fazer valer a lei e de punir. Com esse deslocamento em direção à dominância surge uma nova relação com o governo, pois a família tem uma relação com o estado que o indivíduo não tem. Famílias e governos compartilham a lei e o poder de aplicá-la, que os indivíduos e as comunidades não têm. À medida que muitos *queers* se sentem cada vez mais 'normais', eles se sentem mais identificados com o Estado, e mais dispostos a chamar o Estado para punir em seu nome. O discurso da segurança, perigo e proteção pode cada vez mais se tornar o lugar de intersecção do Estado e da Família contra o individual.

O que acontece quando as famílias são corruptas? O que acontece quando os sistemas familiares inflam o poder de alguns membros e destroem a vida de outros? Quem então é responsável? Quem deve prestar contas? De quem é a função de intervir?

Quanto mais poder e centralidade tem a família na vida *queer* - mais consequências os sistemas familiares disfuncionais têm na comunidade mais ampla. Agora é o momento para uma discussão aberta sobre a responsabilidade dos amigos queer na construção de respostas aos sistemas familiares que são corruptos, ou como nós educadamente chamamos, 'disfuncionais'.

Essa é uma discussão altamente complexa a qual eu posso apenas introduzir de maneira preliminar nessa noite, porque a união entre a família, o estado e as políticas de 'proteção' nos traz questões absolutamente cruciais sobre ansiedade, medo, trauma, projeção e todas as questões emocionais por detrás da família, da dominação e da segurança. Então, temos um desafio enorme agora que a comunidade de amigos *queer* está enfrentando uma profunda transformação pela ideologia *queer* pró-família. Uma ideologia que constrói o fato de que as pessoas se relacionam como uma importante estrutura legal e social de 'proteção' na qual os 'de fora' são uma 'ameaça'. Essa é a mesma construção que vitimizou muitos de nós de maneiras fundamentais em relação às nossas próprias famílias. Para que não esqueçamos.



A política pró-família na comunidade queer sobrepujou um monte de coisas que nós já havíamos entendido, mas que não mais lembramos. O cuidado das crianças é privatizado ao invés de coletivizado. Nossos entendimentos sobre o consumismo da vida privatizada foi esquecido. Perdemos muito terreno imaginativo e também muito de nossa complexidade emocional ao discutir e entender relacionamentos. Mais importante, as idéias sobre pais e mães perfeitos, crianças ideais e o romance de conto de fadas causaram grandes prejuízos a muitos de nós. Na construção da maternidade – a ideia do que é uma boa mãe, predomina ainda o modelo de sacrifício pessoal. *Queerizar* a família não transformou a principal expectativa das mães como mártires. Que direitos emocionais têm as mães *queers* diante dos filhos adultos? Especialmente filhos adultos homens? Se espera que elas sacrifiquem tudo para sempre? Como as diferenças salariais entre mulheres e homens se resolve em famílias *queer*? E os pais *gays* e as barrigas de aluguel? A contratação de mulheres para o cuidado das crianças? Existem muitos tipos de ansiedades, projeções e pensamentos distorcidos envolvidos em nossos conceitos de parentalidade. O fato de que são pessoas queer que estão fazendo isso não torna essas questões menos prejudiciais aos membros da família. E, mais importante, as famílias *queer* DEVEM prestar contas sobre as consequências de suas disfunções na comunidade mais ampla de amigos queer, da qual ainda fazem parte.

Agora, famílias e governos têm relações especiais de coação e também operam conforme modelos semelhantes na oposição 'de dentro'/'de fora'. Certamente quando o governo e a família são bem sucedidos e seus membros prosperam, há uma necessária exclusão de outros. Cidadãos e membros de famílias são privilegiados em detrimento de outros de forma que cidadãos e membros de famílias prosperam à custa de outros.

Governos bem-sucedidos dependem do trabalho mal pago de imigrantes, restringem a imigração e muitas vezes encontram sua riqueza na exploração de outras pessoas, economias e ecossistemas. Governos bem-sucedidos talvez dependam da economia de guerra, da produção



globalizada e de outros empreendimentos que exploram pessoas que estão 'de fora' de suas sociedades. E governos bem-sucedidos talvez proporcionem vidas confortavelmente subsidiadas a alguns cidadãos à custa de outros cujas oportunidades, participação e voz são negadas.

Similarmente famílias bem-sucedidas muitas vezes operam a mesma estrutura de exploração e exclusão. Quantas vezes você já escutou alguém dizer 'eu tenho que trabalhar em uma usina nuclear, pois tenho uma família para sustentar'. Ou alguma outra justificativa para causar dano social porque tem uma família? Como, por exemplo, 'tenho parentes em Israel' ou o sempre horrível 'meninos serão meninos'. Ou, no nível mais banal, pessoas que dizem: 'Desculpe, tínhamos planejado isto há três meses, mas agora meu primo está chegando' ou 'não posso ajudá-la ou cuidar de você porque um membro da minha família...'. Herança, é claro, é uma das formas mais dramáticas pelas quais as pessoas com famílias são recompensadas às custas de outras pessoas. Guerras são travadas para manter o privilégio familiar: racismo e opressão de classe, em certo sentido, são sistemas de supremacia baseados na família.

Cada vez mais a manutenção de privilégios para um membro familiar em detrimento de não familiares é normalizado. Então, assim como o governo exclui e pune os não cidadãos, as famílias excluem e punem as pessoas que não têm famílias. Elas prosperam ao privar outros. E isso é muito fácil de se fazer, se faz praticamente sem esforço. Mas é ainda mais interessante observarmos como más famílias e maus governos ferem os outros.

Quando os governos são corruptos, seus próprios cidadãos sofrem. Os governos roubam as pessoas ou o próprio governo está sob controle corporativo. Ou o próprio governo é uma máquina falida que não pode nem mesmo servir suas próprias necessidades burocráticas. As pessoas sofrem e isso pode levar a uma revolta da sociedade civil, como estamos vendo ao redor do mundo nesse momento. À medida que a comunidade *queer* se torna mais e mais saturada de 'valores familiares', e imperativos familiares,



vemos um privilegiamento crescente da 'família', mesmo quando corrupta e prejudicial, em detrimento de uma comunidade de amigos.

Existem consequências políticas, é claro. Obviamente, se tivéssemos divididos em unidades familiares privatizadas durante a crise da AIDS, nunca teríamos conseguido nos organizar de forma tão eficaz como fizemos. Foi a relação comunitária que tornou possíveis as bem-sucedidas transformações sociais. Mas estou examinando isso também em termos das consequências emocionais. O privilegiamento de relações familiares destrutivas pelos amigos é tão prejudicial em termos emocionais e psicológicos dentro da comunidade *queer*, quanto o é para a sociedade heterossexual. Sei que é difícil, mas para abordar isso temos que incorporar um tipo de fala realista e humanista sobre dor psíquica, ansiedade, projeção e trauma no modo pelo qual entendemos as famílias. Você não pode entender as políticas da família se as questões emocionais são ignoradas.

Vivo em uma cultura, a cidade de Nova Iorque, onde é fácil reconhecer o papel central da dor psíquica nos comportamentos das pessoas. Talvez isso ocorra porque Nova Iorque foi o ponto de chegada de uma geração pioneira de psicanalistas que fugiram do fascismo. Eles se acomodaram e ficaram e, como consequência, aprender a pensar terapêuticamente é uma parte estruturante dessa cultura. Ser um adulto, no meu mundo, é em parte adquirir uma compreensão tácita de que as pessoas talvez façam coisas porque estão deprimidas ou ansiosas ou compulsivas - e vemos esse reconhecimento como compassivo e realista. É amável, carinhoso e perspicaz dizer que alguém fez algo cruel ou destrutivo porque estava emocionalmente fora de controle, ou tão ansioso que não podia ter pensado direito. Dar-se ao trabalho de compreender que uma pessoa é dissociada ao invés de egoísta, ou ansiosa ao invés de malvada. Essa generosidade de percepção é uma forma piedosa de reconhecimento enraizada na aceitação de que todos somos seres humanos e precisamos da ajuda consciente e compassiva de nossos amigos para pensarmos direito e nos acalmarmos ao invés de atuarmos compulsivamente.



Ajudar os outros a se acalmarem é parte de nosso trabalho. Toda pessoa precisa de cuidado parental. Com isso quero dizer que toda pessoa precisa ser ajudada, encorajada, apoiada para ser responsável por si e pelos outros. Para não se sentirem ameaçadas ao levar outras pessoas em consideração. Para não se apavorarem diante das diferenças. Se a família está se tornando o novo estado-nação *queer* – a coisa a ser protegida não importa o quanto de dano isso cause – então as pessoas ‘de fora’ das famílias são as mais vulneráveis, aquelas que serão punidas, culpadas, silenciadas e excluídas.

A terceira e última categoria importante que divide a comunidade queer entre os que têm acesso ao aparelho de estado para punir e os que devem ser punidos é o status do HIV. Vemos uma tendência em direção à criminalização do HIV. Existem leis no Canadá, em alguns estados norte-americanos e em outros lugares que estão surgindo nesse momento pelas quais o Estado está oferecendo às pessoas HIV-negativas a opção de punirem as pessoas HIV-positivas, se elas fizerem sexo e a pessoa HIV-positiva não mencionar seu status sorológico. Anteriormente, quando ambos estavam na ilegalidade, a única opção era aprender como se comunicar uns com os outros. Mas agora o estado está dizendo, ‘não se preocupe, apenas informe e puniremos aquele que é positivo’.

A criminalização do HIV é a manipulação perfeita da política do ‘estar com medo’ – sendo o caso de Trayvon Martin na Flórida nos Estados Unidos o mais óbvio exemplo do abuso das políticas do ‘estar com medo’. O assassino, George Zimmerman, estava ‘com medo’ de pessoas negras. Ele se sentia ‘em perigo’ – e, como resultado, assassinou um homem negro desarmado em uma situação em que o assassino se sentia em ‘autodefesa’. O estado, poderíamos dizer, permitiu isso. Essa ansiedade patológica, na qual o perpetrador viu a si mesmo como a vítima, foi permitida pela sua comunidade, juntamente com o estado, para conservar o autoconceito. O que o Estado e a comunidade não proporcionaram foi uma maneira de ajudá-lo a se acalmar, uma estrutura social de intervenção que o impedisse de colocar em ação as suas ansiedades, e que ao invés disso o ensinasse a nomeá-las. Seus amigos e sua família e o estado



não o ajudaram a aprender como dizer ‘me sinto provocado’, ‘Sinto uma raiva fora do controle’ ‘me sinto obrigado a fazer coisas destrutivas’. Ao invés disso reforçaram sua ansiedade, sua percepção falsa da realidade, sendo suas ações punitivas vistas como razoáveis. Similarmente, para aquelas e aqueles de nós envolvidos com Israel/Palestina escutamos os mesmos argumentos. Os israelitas dizem que têm ‘medo’ e, portanto, a desumanização dos palestinos é justificada. Quando pessoas ansiosas falam que estão com ‘medo’, elas se isentam da necessidade de negociar.

Mas as feministas tomam a responsabilidade de dissiparem o medo, nós não o alimentamos. Estamos envolvidas nas difíceis, mas humanizantes discussões que ajudam as pessoas a se deslocarem de suas posições e construírem vidas de autenticidade e profundidade. Nós não conspiramos contra pessoas, não interrompemos processos humanizantes, e não marginalizamos. Feministas sabem que enfrentar e lidar com problemas é a base da mudança progressiva. Isso se aplica a governos, famílias, comunidades, amantes e amigos. Punição apenas aprofunda e adia o conflito e a ansiedade. A repressão nunca fez com que as pessoas andassem para frente. Quanto mais difícil é punir os outros, mais a pessoa procura soluções equitativas.

Então nessas três arenas: Cidadania, família promovida pelo governo e criminalização do HIV, aqueles ‘de fora’ se tornam os novos *queer*, a nova ameaça, o novo objeto abjeto no qual concordamos nos projetar, e que é agora vulnerável para o estado, pela família *queer* – que não se sente mais ameaçada pelo estado – e que agora se identifica com o estado. Pelo cidadão *queer* que quer proteger sua supremacia racial, pelo *queer* HIV-negativo que não quer a responsabilidade de se comunicar. Então, como o estado, eles se sentem em perigo em parte por causa dessa nova experiência de dominância – o ‘medo’ acentuado (i.e. desdém) do outro.

Se sentir ameaçado não é o mesmo que estar ameaçado. Sentimentos sem justificativa são um privilégio da dominação. Somente aqueles que desdenham não têm que justificar. O desdém os isenta da necessidade de serem responsáveis. São as pessoas na ponta receptora da punição que são culpadas por tudo. Dessa forma, o modo como a



família se sente talvez se torne mais importante do que a verdade. O estado se sente ameaçado, a família se sente ameaçada. A comunidade queer se sente ameaçada. Eles usam uma retórica baseada na 'violência' quando não há violência. Ao mesmo tempo, muitas pessoas em nossa comunidade estão lidando com a violência real, e contudo não tem nenhum aparato.

Então o exército de amantes é agora um exército de cidadãos e famílias e de HIV-negativos. Na realidade eles estão a serviço das famílias. A milícia das famílias, e eles estão a serviço do estado. Como o verdadeiro exército. O exército de amantes, ali para salvarem a família. Usando a retórica da ameaça, do medo e da violência. Mas desde quando a comunicação é o mesmo que a violência? Eu diria que nunca.

Então, quais são as implicações? Temos que ajustar a estória que contamos sobre quem pensamos que somos. Aquelas e aqueles de nós que são abertamente *queer* e querem continuar uma transformação progressista temos que alterar nossos posicionamentos, de forma que nosso comprometimento se alinhe com quem está realmente em perigo: as/os não cidadãos, os/as em ocupação, pessoas 'fora' da família, pessoas que são vitimizados dentro das famílias, pessoas que são HIV-positivos. Aquelas e aqueles de nós que não são queer, e ainda assim querem uma visão totalmente liberacionista, temos que re-desafiar o conceito que temos de nós mesmos de forma a não apenas apoiar o comportamento LGBT que nos faz lembrar de nós mesmos, mas abrir espaço e de fato insistir na ampla gama de variação humana sem ter que ser pessoalmente replicados ou reafirmados.

É uma questão de consciência. De conscientização. E como acontece com todas as ansiedades, políticas e pessoais, há uma responsabilidade grupal no compromisso com a sensibilização que é essencial à justiça, necessária para a transformação progressista e consistente, o constante desafio do feminismo. Obrigada.



PROVOCAÇÕES QUEER À “CULTURA LGBT”



Camilo Braz

► Introdução

Cena 1. No final de 2011, participei como ouvinte da IIª Conferência Nacional LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais), ocorrida em Brasília. Estava, como ainda hoje, me inserindo como pesquisador do vasto campo dos estudos sobre políticas públicas e tentando pensar uma contribuição propriamente antropológica para ele. Era também a primeira vez que observava um evento desse porte. Em determinado momento, o público dividiu-se em vários grupos de trabalho, a fim de debater as propostas encaminhadas a partir das conferências estaduais e retirar aquelas que seriam efetivamente encaminhadas para a confecção do IIº Plano Nacional LGBT. Um desses grupos de trabalho dizia respeito à Cultura, ao Esporte e ao Turismo. Escolhi acompanhar as discussões desta sala. Várias coisas me chamaram a atenção naquela tarde. Em primeiro lugar, como a expressão “cultura LGBT” era o tempo todo acionada nos debates,



dando-me a sensação incômoda de que eu era o único ali que não sabia ao certo o que ela significava. A pulga atrás da orelha saltou mais alto quando notei que uma das propostas encaminhadas pela delegação de um dos estados pretendia o tombamento de uma conhecida zona de “pegação” (*cruising*) da capital federal. Em outros momentos, mencionou-se aqui e ali a ideia de propor que a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo fosse transformada em patrimônio cultural. Saí da Conferência com a cabeça fervilhando e decidi transformar minha inquietação em questão de pesquisa.

Cena 2. Em setembro de 2012, a senadora Marta Suplicy assumiu como Ministra da Cultura, atendendo a um convite feito pela atual presidenta do Brasil, Dilma Rouseff. Em mensagem encaminhada para listas de discussão voltadas para questões relativas à política LGBT¹ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), reafirmou seu compromisso histórico com esse campo, além de incluir a identidade LGBT no rol das discussões em torno da diversidade cultural, aproximando as discussões em torno de políticas culturais daquelas relativas aos direitos de cidadania.

Cena 3. Em novembro de 2012, a portaria 144 do Ministério da Cultura (MinC) criou o chamado Comitê Técnico LGBT, atualmente em fase de implantação, que deverá ser composto por representantes do governo e da sociedade civil, tanto do ativismo LGBT quanto da academia².

¹ Não há consensos no que tange aos modos de se nominar o movimento social organizado em torno de questões relativas às homossexualidades, travestilidades e transexualidades, no Brasil (FACCHINI, 2005). Utilizo aqui, contudo, provisoriamente a expressão LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais) como referência a tal movimento social, uma vez que esta tem sido muito utilizada por estudos recentes, desde que foi aprovada na I Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília, em 2008.

² Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/chamada-publica-para-participacao-no-comite-tecnico-de-cultura-para-lgbt/>>. Acesso em: 9 mar. 13.



Cena 4. Em fevereiro de 2013, a coluna mantida por Ancelmo Gois no site do O Globo trouxe, sob o título “Arco-Íris”, a informação de que o Ministério da Cultura (MinC) autorizou o grupo Somos, organização não governamental do Rio Grande do Sul, a captar cerca de 1 milhão de reais para a produção do Prêmio Cultural LGBT³, que de acordo com a nota distribuirá R\$ 800 mil em prêmios.

Esses quatro fragmentos apontam para um cenário contemporâneo de politização em torno da chamada cultura LGBT, inserindo a diversidade sexual e as expressões de gênero que escapam à heteronormatividade no campo das políticas culturais, no Brasil. Em se tratando do campo das políticas de identidade, embora o movimento LGBT no Brasil tenha pouco mais de 30 anos de atuação (SIMÕES; FACCHINI, 2009), pode-se considerá-lo um dos mais expressivos e visíveis movimentos sociais do país, pautando a questão dos direitos sexuais enquanto direitos humanos (RAUPP RIOS, 2010) relativos ao que vem sendo chamado de “orientação sexual” e “identidade de gênero” em muitas esferas da vida social: os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os sistemas de educação, segurança e saúde, a mídia, as universidades, outros movimentos sociais, sindicatos e associações profissionais, os partidos políticos, as igrejas, entre outros (MELLO; BRAZ; FREITAS, 2012).

Entretanto, como sinalizou uma pesquisa realizada pelo Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, é bastante recente o processo de formulação de políticas públicas para a população LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, tranvestis e transexuais) no Brasil.⁴ A principal conclusão do estudo

³ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2013/02/28/a-coluna-de-hoje-487987.asp>>. Acesso em: 9 mar. 13.

⁴ Trata-se do relatório da pesquisa *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar*, produzido pela equipe do Ser-Tão, com apoio financeiro da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da



aponta para o fato de que tais ações e programas formulados pelo governo federal – e também pelos governos estaduais e municipais – com vistas ao combate à homofobia e à promoção da cidadania da população LGBT são marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais, levando ao diagnóstico de que no Brasil, no que diz respeito a esses temas, “nunca se teve tanto, e o que se tem é quase nada” (MELLO, 2010). Assim, a investigação que dá base ao presente trabalho⁵ busca, em certo sentido, dar continuidade a tais discussões, por meio da análise de alguns documentos relacionados à formulação de políticas culturais LGBT.

► *Provocações queer*

Nesse ponto, podemos nos aproximar do que estou chamando aqui, provocativamente, de provocações *queer*. Uma das características constitutivas deste termo, de acordo com Anna Marie Jagose (1996), é sua indeterminação e elasticidade. Os chamados estudos *queer* podem ser pensados como uma corrente que emergiu nos Estados Unidos em fins da década de 1980, em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero (MISKOLCI, 2009). Nos termos de Judith Butler (2003A), focam nas incompatibilidades entre sexo, gênero, e desejo.

Aproximando-se de perspectivas antropológicas contemporâneas em torno da produção de identidades e corporalidades, vertentes *queer* buscam mostrar como os “fundamentos” ou

República, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) disponível em: <www.sertao.ufg.br/politicaslgbt>.

⁵ Trata-se da pesquisa Políticas Culturais LGBT: interpretações antropológicas de uma cultura adjetivada, por mim coordenada no Ser-Tão. Cabe mencionar aqui a participação de meu orientando, Matheus Gonçalves França, bolsista de Iniciação Científica (Pibic/CNPq) na pesquisa.



“substâncias”, aquilo que é tido como “natural”, é sempre um efeito de práticas discursivas culturalmente dadas, que operam na materialização dos corpos e na produção de identidades tidas como coerentes, inteligíveis, estáveis, fixas, dentro das matrizes (discursivas) de poder. Nesse sentido, as práticas corporais, sexuais ou identitárias que desafiam os binarismos, a “coerência” heteronormativa passam a ganhar relevância acadêmica (BENTO, 2006). A tarefa seria desconstruir categorias analíticas, como sexo ou natureza, que levam à univocidade, à substancialidade. Isso significa pensar tanto as materializações dos corpos quanto a produção das subjetividades e identidades como contingentes: a possibilidade de existência dos corpos e dos sujeitos é sempre, no limite, contextual.

Trata-se, de certo modo, de nos aproximarmos da noção de *diferença* como categoria analítica (MOORE, 1996) e apontarmos a necessidade de pensar a intersecção de diversos marcadores sociais, tais como raça, gênero, sexualidade, idade, nacionalidade etc. na produção contextual e relacional de identidades, sujeitos e corpos.

No Brasil, há uma preocupação atual, no campo dos estudos de gênero e sexualidade, em se analisar como a constituição de categorias e convenções culturais que informam a produção dos sujeitos – no caso deste trabalho, homossexuais, travestis ou transexuais, por exemplo – é influenciada não apenas por diversos marcadores sociais de diferença, mas também por variados campos, como o mercado, a ciência, a mídia ou a política. Nesse sentido, compreender a profusão discursiva em torno da sexualidade é tarefa que implica na análise da atuação de variados campos. E uma vez que se busque interpretar os processos socioculturais de produção discursiva e cultural em torno das homossexualidades, das transexualidades e das travestilidades, parece estratégico tomar como objeto de investigações, por exemplo, as políticas públicas culturais LGBT no Brasil contemporâneo por meio da análise



de alguns documentos que têm a finalidade de nortear sua proposição, implementação e acompanhamento, indagando acerca dos modos como vem sendo discursivamente neles produzida a ideia de uma cultura adjetivada propriamente enquanto “LGBT”, os diferentes sentidos que adquire e seus possíveis efeitos. Nesse sentido, sigo de perto as indicações do clássico trabalho de Mariza Corrêa (1983)⁶, que tomou os inquéritos sobre assassinato de mulheres em defesa da “honra” como espécies de “fábulas” que produzem um conjunto de convenções narrativas. Assim, tentar interpretar como a cultura LGBT está sendo narrada nos planos e programas aqui mencionados parece ser uma boa questão. Se, como afirma Jagose (1996: 78) identidade é provavelmente uma das categorias mais naturalizadas que habitamos, no sentido de ser tomada como uma existência prévia, anterior a esquemas representacionais, podemos indagar se a cultura, especialmente quando adjetivada, não produz efeitos similares.

► Políticas culturais no Brasil – breves considerações

As políticas culturais são parte das políticas públicas. E segundo Isaura Botelho (2001), o primeiro aspecto a ser pontuado ao se falar desse tema no Brasil é o quanto “a área da cultura tende a ser vista como acessória no conjunto das políticas governamentais, qualquer que seja a instância administrativa” (BOTELHO, 2001, p. 76). Além disso, segundo a autora, é preciso também levar em consideração o quanto isso se reflete nos estudos sobre políticas culturais, campo ainda “sem fisionomia definida” (BOTELHO, 2011, p. 84). Isso justifica a afirmação de

⁶ Que inspirou o recente trabalho de Nadai (2012) sobre inquéritos de estupro e atentado violento ao pudor.



Simis (2007), de que o tema das políticas culturais ainda é praticamente desconhecido nas ciências sociais, no Brasil.

Como definição de políticas culturais, sigo aqui a orientação de Antonio Rubim (2007), que toma como base as ideias de Nestor Canclini, para quem

los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 2005: 78).

Para Rubim, a história das políticas culturais no Brasil pode ser condensada por expressões como “autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (RUBIM, 2007, p. 11). Segundo ele, é na década de 1930 que podemos vislumbrar a inauguração das políticas culturais no país, por meio da passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935-1938), bem como pela implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930 (cuja frente foi tomada por Gustavo Capanema de 1934 até 1945). Experiências que, apesar do caráter inovador, tiveram como marca um forte teor autoritário e centralizador (CALABRE, 2007, p. 89).

Entre 1945 e 1964, segundo Rubim (2007), houve pouca atenção a esse campo no país e, já no período militar de 1964 a 1985, “a tradição da relação entre autoritarismo e políticas culturais é retomada em toda sua amplitude” (RUBIM, 2007, p. 21).

Em relação especificamente a um Plano Nacional de Cultura, há que se considerar que, na época da ditadura, o Conselho



Federal de Cultura chegou a elaborar propostas em 1968, 1969 e 1973, mas elas não chegaram a ser colocadas em prática.

Em 1973, no governo do presidente Médici (1969-1974), durante a gestão do Ministro Jarbas Passarinho (1969-1974), foi divulgado um documento intitulado *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*, que rapidamente foi retirado de circulação. Somente em 1975, na gestão do Ministro da Educação e Cultura Nei Braga, durante o governo Geisel (1974-1978), houve a aprovação da primeira Política Nacional de Cultura. (REIS, 2010, p. 62).

As análises realizadas acerca das primeiras tentativas de formulação de uma política nacional de cultura, em pleno regime militar, mostram como elas foram marcadas por “intenções de controle e manipulação social, tratando a cultura como uma questão de segurança nacional” (REIS, 2008, p. 81).

Com a abertura política, por pressão de intelectuais, ativistas e artistas foi criado o Ministério da Cultura, em 1985. O modelo neoliberal, que implicou em retração estatal e predominância da atuação do mercado no que tange a tais políticas, foi iniciado ainda no governo Collor e implementado a partir de 1994, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o que transformou, para Rubim (2007), as políticas culturais em sinônimo de leis de incentivo. O efeito disso foi certa concentração da atuação na região sudeste do país, sobretudo nas mãos de grandes empresas.

Tal cronologia é corroborada por outros/as estudiosos/as da área, como Alexandre Barbalho (2007) e Paula Reis (2008), que ressalta inclusive o caráter limitado do conceito de cultura operacionalizado nesse contexto, sinônimo de “artes, cinema e patrimônio” (REIS, 2010). Assim, para muitos/as estudiosos/as desse tema, foi somente a partir de 2002, já no primeiro governo Lula e com Gilberto Gil à frente do MinC, que o Estado teria se reaproximado do campo das políticas culturais, passando a atuar com base na concorrência de projetos e uso de editais.



Além disso, passa a ser prioridade do governo a criação de um Plano Nacional de Cultura, cujo processo de criação envolveu, em 2008, a participação da sociedade civil por meio de seminários (regionais e no Distrito Federal), fórum virtual, cartas e e-mails (REIS, 2010).

A política cultural só pode ser pensada hoje enquanto ação coletiva, criada e implementada com a participação ativa dos indivíduos, sem o que não faz mais sentido. Política cultural pode ser definida como o programa de intervenções realizado não só pelo Estado, mas por instituições civis, entidades privadas e por grupos comunitários. (OLIVEIRA, 2010, p. 95).

Assim, seguindo as orientações de Simis (2007), devemos ter em mente que na democracia o papel do Estado no âmbito da cultura não é “produzir cultura”, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim

Formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. (SIMIS, 2007, p. 135).

A questão talvez seja a que, nesse processo, invariavelmente, se ajuda a produzir discursos em torno do que venha a ser cultura – e, no nosso caso, “cultura LGBT”.

► Uma cultura adjetivada

Em 1996, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Justiça publicou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Nele, definiu-se que



Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso à riqueza. Todos, enquanto pessoas, devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada. (BRASIL, 1996, p. 3).

Embora “homossexuais” figurem no trecho acima como população-alvo no plano, que tinha o objetivo de eleger prioridades e apresentar propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural visando à proteção aos direitos humanos, uma análise mais detida do documento sugere, contudo, que tais sujeitos não figuravam ainda como população prioritária do programa. Menciona-se a “diversidade” sem adjetivá-la, de maneira bastante genérica e, quiçá, superficial. Além disso, “homossexuais” não aparecem como figuras-alvo de programas ou políticas, como é o caso de mulheres, indígenas, população negra, portadores de deficiência, terceira idade, dentre outros “grupos”.

Quase seis anos depois, a Secretaria de Direitos Humanos publicou o IIº Programa Nacional de Direitos Humanos. No documento, que propunha revisar o anterior, a cultura aparece adjetivada como aquela “de respeito aos direitos humanos”. Além disso, Cultura e Lazer figuram como eixos que não constavam do plano de 1996. Outro inédito é o eixo denominado “Orientação Sexual”, que traz algumas ações estratégicas, que vão desde propor emenda à Constituição Federal para incluir a garantia do direito à “livre orientação sexual” e a “proibição da discriminação por orientação sexual”; até a necessidade de inclusão de dados relativos à orientação sexual nos censos demográficos. Há também um subitem da seção “Garantia de Apoio à Igualdade”, denominado “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais - GLTTB”. Dentre suas ações estratégicas, figuram a realização



de pesquisas acerca da violência sofrida por tais sujeitos, bem como de campanhas a fim de combatê-la. Afirma-se também a necessidade de capacitação (na temática de “livre orientação sexual”) de profissionais de educação, segurança pública, policiais, juízes e operadores do direito visando à eliminação de estereótipos sexuais e de gênero, dentre outras ações. O mote do subitem aponta, no limite, para a questão da violência contra a população LGBT como um problema a ser enfrentado.

O foco do IIº Programa Nacional de Direitos Humanos foram os chamados “grupos vulneráveis”, destacando-se a atuação de múltiplos marcadores sociais de diferença, como gênero ou raça, na produção de desigualdades a serem combatidas por meio de ações estratégicas. A sexualidade, contudo, não figura como um deles ao longo de todo o texto. “Vulnerabilidade” e “discriminação” tendem a surgir ainda como termos englobantes, com exceção do racismo, que é diretamente mencionado – diferentemente, por exemplo, da homofobia, que tende a ser subsumida sob a rubrica de “outros” quando se menciona as formas de discriminação a serem combatidas. Assim, parafraseando a ideia de que “papal aceita tudo”, presente na avaliação preliminar de políticas públicas LGBT realizada pelo Ser-Tão (MELLO, 2010), nesse caso podemos arriscar que estávamos ainda um contexto em que “nem o papal aceitava qualquer coisa”. Além disso, se inegavelmente “homossexuais” aparecem no segundo Plano, para a discussão aqui proposta cabe frisar que, de todo modo, a “cultura LGBT” ainda não era diretamente mencionada.

O “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” foi publicado em 2004, já durante o governo Lula, pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (que foi criado por meio de medida provisória em 2001 e somente em 2010 passou a atuar, por meio de decreto, passando a se chamar Conselho Nacional de Combate à Discriminação



e Promoção dos Direitos de Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT)). Um tema recorrente no texto é a questão da discriminação com base na orientação sexual. As Paradas são mencionadas com destaque na parte que traz a justificativa para a existência do Programa BSH:

A força do ativismo vem se expressando em diferentes momentos e eventos comemorativos, como é o caso do Dia Mundial do Orgulho GLTB, na qual se destaca a realização das Paradas do Orgulho GLTB que mobilizam milhões de pessoas em todo o País. Esses eventos, especialmente, devem, com justiça, ser considerados como as mais extraordinárias manifestações políticas de massa desse início de milênio no Brasil. (BRASIL, 2004, p. 15).

Em seu programa de ações, há o seguinte item, no eixo Articulação da Política de Promoção dos Direitos Homossexuais:

Articular e desenvolver, em parceria com outras áreas governamentais, ações de publicidade de utilidade pública, campanhas institucionais para a divulgação do *Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, Brasil Sem Homofobia*, visando a ampliar o repasse de informações sobre o tema e, sobretudo, sensibilizar a sociedade brasileira para uma cultura de paz e de não violência e da não discriminação contra homossexuais. (BRASIL, 2004, p. 19).

Aqui aparece a palavra cultura mais uma vez adjetivada, mas como “cultura de paz”. E destaca-se a ideia de “ações de publicidade” e campanhas institucionais, o que em alguma medida ecoa questões culturais ou relativas a concepções ou visões de mundo, bem como o plano do vivido, do cotidiano.

Além disso, há um eixo inteiramente voltado à cultura: “VIII - Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana”. Ele traz as seguintes propostas de ações:



31 - Apoiar a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar um plano para o fomento, incentivo e apoio às produções artísticas e culturais que promovam a cultura e a não discriminação por orientação sexual.

32 - Apoiar a produção de bens culturais e apoiar a eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual e da cultura de paz.

33 - Estimular e apoiar a distribuição, circulação e acesso aos bens e serviços culturais com temática ligada ao combate à homofobia e à promoção da cidadania de GLBT.

34 - Criar ações para diagnosticar, avaliar e promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da participação da população homossexual brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura.

35 - Implementar ações de capacitação de atores da política cultural para valorização da temática do combate à homofobia e da afirmação da orientação sexual GLBT.

36 - Articular com os órgãos estaduais e municipais de cultura para a promoção de ações voltadas ao combate da homofobia e a promoção da cidadania GLBT. (BRASIL, 2004, p. 24-25).

O combate à homofobia e a promoção da cidadania são o mote do eixo, bem como do documento em geral. Fala-se no estímulo a ações culturais que reforcem ações nesse sentido, mas não se utiliza ainda a expressão “cultura LGBT”, embora no item 34 apareça algo incipiente relativo à sua “preservação”. Há também item que remetem à ideia da necessidade de fomento de produções artístico-culturais, bem como eventos de massa, o que nos remete à questão da possibilidade de financiamento das Paradas do Orgulho, no país.

Após a publicação do Brasil Sem Homofobia, foi criado no Ministério da Cultura o Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania GLTB⁷ (FRANÇA; BRAZ, 2013). Em 2005, a partir dos

⁷ Portaria do Ministério da Cultura n. 219, de 23 de julho de 2004.



trabalhos deste GT foi publicado um edital de apoio às Paradas do Orgulho, descritas no documento como eventos de visibilidade massiva que incluem manifestações culturais. No edital não fica claro o que estava sendo chamado de “ações de caráter cultural e social” para além das atividades comemorativas ao “Dia Mundial do Orgulho GLTB”.

No ano seguinte, em 2006, o Ministério da Cultura passou a promover esse edital com um novo título: “Edital de Divulgação n. 1, de 19 de maio de 2006 – Cultura GLTB”. É a primeira vez, portanto, que a expressão “cultura LGBT” aparece em um documento governamental (FRANÇA; BRAZ, 2013). E ela passa a contemplar, além das Paradas do Orgulho, um sentido mais ampliado relacionado à visibilidade promovida por atividades e expressões artísticas diversas. Desse modo, é possível afirmar que quando a expressão “cultura LGBT” surge em documentos governamentais no Brasil, estava ligada, sobretudo, ao campo das artes e das Paradas do Orgulho.

Realizei, durante a pesquisa, uma consulta ao canal de acesso à informação do governo, a respeito de quais ações haviam sido financiadas pelo MinC no que diz respeito às políticas culturais LGBT. Por e-mail, obtive a informação de que, entre 2005 e 2009, a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do MinC realizou seis editais para o segmento. Além disso, o Ministério, por meio do Programa Cultura Viva, apoiou projetos de Pontos e Pontões de Cultura voltados especificamente para a população LGBT, sendo que grande maioria deles não está mais vigente.

A Iª Conferência Nacional de *Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais*, *Travestis* e *Transexuais* foi convocada por meio do Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007. Em seu texto-base, menciona-se, no item relacionado à atuação do Ministério da Cultura (MinC), os editais relativos ao “Fomento às Expressões Culturais GLTB”:



Esses editais apoiaram projetos culturais e artísticos de afirmação do direito às expressões de orientação sexual e de identidade de gênero, como as paradas e marchas e, contemplando projetos em diversos segmentos da expressão cultural, tais como teatro, dança, audiovisual, música, cultura popular, literatura, patrimônio material e imaterial. (BRASIL, 2008, p. 33).

Tais editais faziam parte do Programa Cultural para a Redução das Desigualdades – Mais Cultura, que incluía os chamados Pontos de Cultura. Financiamento de Paradas do Orgulho, marchas e expressões artístico-culturais são as potenciais ações apresentadas. E nesse texto-base surge pela primeira vez a expressão “cultura LGBT” em planos governamentais (embora ela tenha surgido antes disso, nos editais mencionados acima), ao serem mencionados desafios na área de políticas culturais:

Dentre os muitos desafios para os próximos anos estão a ampliação e segmentação dos editais; a promoção de uma exposição itinerante sobre a história e a **cultura GLBT**; a criação do Cadastro Nacional de Instituições que desenvolvem projetos e ações voltados para a população GLBT e o incremento da articulação com a sociedade civil, órgãos estaduais e municipais. (BRASIL, 2008, p. 34, grifo meu).

Já no Plano Nacional LGBT, figura como uma das estratégias “incluir os quesitos “orientação sexual” e “identidade de gênero” nos formulários de projetos culturais. Além disso, surge como competência do MinC:

Apoiar, por meio dos mecanismos instituídos pela Lei 8.313/91 – Lei Federal de Incentivo à Cultura, projetos culturais que tratam da temática LGBT, a realização de estudos sobre a temática LGBT, a preservação do acervo que compõe a memória cultural LGBT, a criação de espaços culturais LGBT e eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz, com vistas a promover e socializar o conhecimento sobre o tema LGBT. (BRASIL, 2009, p. 23).



Também são previstas como competência do Ministério estratégias que visem constituir projetos na área de “cultura e arte LGBT”, bem como ações de extensão em escolas públicas “utilizando produções artístico-culturais com temática de sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero, com recorte de raça e etnia, como forma de educar para a cidadania e inclusão” (BRASIL, 2009, p. 24).

Ademais, são mencionadas, tanto no texto-base da Conferência quanto no Plano Nacional LGBT, algumas estratégias que visem incentivar a produção cultural relacionada à “juventude LGBT”. Além disso, figura como ação sob responsabilidade do MinC a capacitação de organizações LGBT para a elaboração e gestão de projetos culturais, visando aos editais na área de cultura.

Assim, quando a “cultura LGBT” aparece nesses dois documentos, estava até certo ponto relacionada a “modos de fazer cultura”, aproximando-se do que vem sendo denominado por alguns/algumas estudiosos/as de cultura em um sentido mais “antropológico” (RUBIM, 2007; REIS, 2010), condizente com as ideias que têm norteados a atuação governamental na área cultural, desde 2002. Ao mesmo tempo, chama a atenção que o “resgate da memória cultural GLBT brasileira” figure nas estratégias de Ação e Gestão do item relacionado à Cultura tanto do texto-base quanto do Plano Nacional.

No texto-base, por exemplo, fala-se na criação de “museus para abrigo do acervo recolhido, resgatando os bens materiais e imateriais dessa população”, bem como na promoção da “circulação deste acervo em exposições itinerantes”, assim como se menciona a produção de materiais audiovisuais com foco em questões LGBT. Menciona-se também a necessidade de apoio a “eventos culturais com foco nas questões GLBT”, bem como na inclusão, no calendário cultural nacional, dos Dias do Orgulho GLBT (28 de junho), da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), da Visibilidade Travesti (29 de janeiro), como datas comemorativas oficiais.



Em dezembro de 2011 ocorreu em Brasília a IIª Conferência Nacional LGBT. Tendo como subtítulo “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”, coadunava-se desse modo ao slogan do governo Dilma, cujo foco é a “erradicação da pobreza” no país. Isso explica que, ao longo de todo o texto, ao serem mencionados os sujeitos foco de cada uma das propostas a questão da classe social figure quase como uma espécie de item obrigatório, aludindo a uma noção de “soma de desigualdades” que pouco se aproxima de uma visão interseccional. Até o momento, não foi divulgado o IIº Plano Nacional LGBT, que seria fruto da IIª Conferência LGBT.

Por fim, em 2012 o Ministério da Cultura divulgou as metas do Plano Nacional de Cultura, cujo foco é a “diversidade cultural”. Já na apresentação, de Sergio Mamberti, fala-se em “cidadania cultural”, pensando “cultura” a partir de três dimensões: expressão simbólica, direito de cidadania e como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade. O documento traz, como perspectiva, a implementação do Sistema Nacional de Cultura, com recursos do Fundo Nacional de Cultura.

A população LGBT figura no texto em duas metas. A primeira delas é chamada de “Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada. Produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil”.

A cartografia da diversidade cultural brasileira deve abarcar as especificidades culturais de cada estado e todas as expressões do patrimônio artístico e cultural brasileiro (material e imaterial). Isso significa que serão mapeadas tanto as expressões das linguagens artísticas (teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre outras), como aquelas de grupos sociais representantes de vários segmentos de nossa diversidade. Entre esses segmentos estão: povos de terreiro; povos indígenas; ciganos; culturas populares;



imigrantes; Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs); mulheres; pessoas com deficiência ou transtornos psíquicos; mestres de saberes e fazeres tradicionais; crianças, jovens e idosos. (BRASIL, 2012, p. 26-27).

A segunda meta é intitulada “450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura. Atender 450 grupos com ações de comunicação para a cultura”:

O objetivo desta meta é promover a comunicação como um aspecto que diz respeito à cultura. É pela rádio, pela TV, pela internet, pelas revistas e pelos jornais que a sociedade constrói e circula alguns dos valores que simbolizam a cultura de um povo. Nem sempre as expressões da diversidade cultural são veiculadas nesses meios de comunicação. Por exemplo, o Carimbó, os modos de cura de um pajé, o Reizado, a Congada, o Coco de Umbigada, a religiosidade dos povos de terreiro, dentre outras coisas. Por meio da mídia e dos meios de comunicação pode-se conhecer a variedade de modos de ser do brasileiro. Por isso, é importante fomentar iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação. O público desta meta são: mulheres, negros e negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, rurais, pessoas com deficiência, LGBTs (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais), entre outros. (BRASIL, 2012, p. 120).

Desse modo, um suposto sentido “antropológico” de cultura figura, nos documentos aqui trazidos, ao lado de propostas de “patrimonialização” ou “musealização” da “cultura LGBT”, afirmada muitas vezes como algo a ser “resgatado”. Cada vez mais, nos aproximamos de uma linguagem que toma a “cultura LGBT” como “patrimônio cultural” em um sentido não apenas estanque, mas também restritivo⁸.

⁸ Além disso, no item do texto-base em que se menciona a atuação do Ministério da Cultura (MinC), a população LGBT aparece como “grupo social carente de atenção e valorização”. Políticas públicas na área cultural são apontadas



De acordo com Izabela Tamaso (2007), há um conflito constitutivo das políticas de patrimonialização, exemplificado pelo hiato entre o “tempo monumental” e o “tempo social” – no limite, entre os discursos oficiais e o plano do vivido. Tal perspectiva é corroborada por Manuel Ferreira Lima Filho (2007), ao indagar criticamente acerca dos riscos dos processos de tombamento, que muitas vezes instituem memórias “musealizadas” e “oficiais” que invisibilizam outras formas temporais e sociais.

► Políticas culturais LGBT em Goiás

Como parte da pesquisa realizei com Matheus Gonçalves França⁹ uma breve etnografia na 10^a Conferência Municipal de Cultura ocorrida em Goiânia, capital do estado de Goiás, durante dois dias de dezembro de 2012. Além disso, realizamos quatro entrevistas semiestruturadas, com ativistas e gestores/as ligados/as a questões LGBT locais.

Em primeiro lugar questionamos o que seria, do ponto de vista dos/as entrevistados, a cultura LGBT e quais seriam exemplos de práticas a ela ligadas. Todos/as titubearam um pouco para respondê-la. E, curiosamente, as respostas, na maioria das vezes, aludiram não ao âmbito do ativismo LGBT propriamente, mas a elementos discursivamente produzidos por e culturalmente associados ao chamado mercado GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes). Assim, a cultura LGBT estaria ligada, para os/

como “ferramentas de construção da cidadania” – e LGBT figuram como “protagonistas do desenvolvimento econômico e social do País” (ano, p. 33), o que evoca, em certo sentido, uma noção de cultura como “razão prática” (SAHLINS, 2003), uma vez que o protagonismo para o desenvolvimento econômico figura como justificativa para que LGBT sejam reconhecidos/as como cidadãos/ãs.

⁹ Estudante de graduação em Ciências Sociais pela FCS/UFG. Este tópico foi escrito tendo como base fundamental uma parte de seu relatório de Iniciação Científica PIBIC (CNPq) (FRANÇA; BRAZ, 2013).



as entrevistados/as, ora às músicas comumente tocadas em boates *gays*, ora às performances realizadas pelas *drag queens* em seu “bate-cabelo”, ou mesmo às Paradas do Orgulho – eventos de visibilidade massiva que, embora organizados e levados a cabo pelo ativismo, contam em geral com a participação do mercado e do Estado em seu financiamento.

Entrevistador: O que envolve, por exemplo, a cultura LGBT, na sua opinião?

Entrevistado: Na minha opinião. Bom, a música, principalmente a música eletrônica... Ela tem um ritmo específico, que é o tribal, que é uma música bem *gay*, mesmo... o que as pessoas chamam de ‘bate-cabelo’ ou *drag music*... A própria cultura da *drag*... O transformista, né? O que mais... A própria... Não é um problema, mas quando você fala ‘a cultura *drag*’, você já tem várias... O leque é grande, né? Você tem a *drag* caricata, a diva, a top, a performática, aí você tem a questão do transformismo, que é diferente da *drag*... A cultura basicamente nesses pilares centrais, e aí nas suas diferenças. E aí tem diferenças locais, regionais. Cada lugar tem uma forma diferente.

Entrevistada: O que é cultura LGBT? Cultura LGBT é aquele colorido todo que tem aquela Parada, sabe? É aquela expressão de vida, é a vivência de cada um, sabe? São as drags montando, são as travestis falando do corpo de uma forma ou outra [...] Então, a gente pensar essa história do corpo... isso é cultura LGBT.

É possível perceber trechos nas entrevistas nos quais alguns/algumas entrevistados/as problematizam o reducionismo de se tomar “cultura” apenas enquanto sinônimo de “arte”, como evidencia o trecho de uma entrevista com um gestor, ao comentar sobre o Sistema Nacional de Cultura:

Entrevistado: Aí vem a discussão: o que é cultura e o que é arte?

Entrevistador: Para você, o que seria?

Entrevistado: São duas coisas fundamentais. A arte é aquilo que o artista produz. A arte é uma peça de teatro. A



cultura, não. A cultura é tudo o que uma sociedade produz. São todos os segmentos da sociedade. É uma visão de uma cidade. Como essa cidade age, como ela come, como ela se veste, como ela anda, quais são os pontos de preconceito que têm que ser combatidos, quais os pontos que têm que ser levantados. Então eu acho que isso seja cultura. A cultura é o que move o cidadão.

Além das ambivalências em torno dos significados atribuídos à expressão cultura LGBT, as entrevistas realizadas evidenciaram o quanto as políticas culturais para tal população em Goiás são algo incipiente ou, como definido por uma das colaboradoras da pesquisa, “aos trancos e barrancos” (FRANÇA; BRAZ, 2013). O cenário local estaria, assim, bastante distante do que é proposto nos documentos governamentais aqui analisados. Haveria uma distância enorme entre o que está nos textos e o plano do vivido, do cotidiano, corroborando a impressão trazida pelos/as entrevistados/as na já mencionada pesquisa realizada pelo Ser-tão acerca das políticas públicas para a população LGBT no Brasil, de que, no limite, “papel aceita tudo” (MELLO, 2010). E tais falas corroboraram também algumas das impressões que tivemos a partir de nosso exercício etnográfico, realizado durante a 10ª Conferência Municipal de Cultura, em Goiânia. Em primeiro lugar, apontam para a redução da noção de cultura quase exclusivamente ao campo das artes, quando se trata de políticas culturais em geral. No evento, havia presença maciça de artistas de distintas áreas, dialogando e discutindo propostas de políticas voltadas para os segmentos por eles/as representados/as. Em segundo lugar, sinalizam para a inexistência de editais específicos para o segmento LGBT na área de cultura, tema que não foi discutido na Conferência. Em terceiro lugar, algumas das falas realizadas no evento sinalizam de certo modo para o fato (apontado por um dos entrevistados) de que a preocupação com políticas públicas seguiria, no Brasil, a tendência geral de



se priorizar propostas em áreas tais como saúde, educação ou segurança pública, consideradas mais relevantes ou estratégicas do ponto de vista governamental. E, por fim, as entrevistas apontaram para certa ausência de demandas por parte do próprio movimento LGBT, no que tange a políticas culturais, em Goiás. Na Conferência, por exemplo, não havia ativistas LGBT – apenas duas pessoas apresentaram-se nas discussões como pertencentes a movimentos sociais, no caso, do movimento Negro.

Entrevistador: [...] eu queria entender um pouco na tua perspectiva como é a atuação do Movimento, se tem algum tipo de demanda, mesmo, na atualidade.

Entrevistado: Não. Não. Não tem demanda. Não tem uma política já, uma política definida. Hoje você tem essa secretaria na prefeitura, de diversidade sexual, [...] mas você não tem uma demanda ainda. Falta ainda que os órgãos governamentais, que seria função deles, chamar pra discutir. Não tem. Não tem demanda. A única demanda que tem é a Parada *Gay*. Mas fora isso, não tem demanda.

Por fim, nosso mapeamento (certamente incompleto e preliminar¹⁰) constatou alguns projetos que poderíamos enquadrar como relacionado às políticas culturais LGBT, nos termos propostos pelos documentos aqui analisados, aprovados em Goiás nos últimos anos. Embora as chamadas semanas da “diversidade cultural” venham ocorrendo há muitos anos em Goiânia, antecedendo as Paradas do Orgulho, foi somente a partir de 2006 que tais eventos passaram a ser financiados, em parte, também pelo Ministério da Cultura (ampliando o foco de financiamento para além do Ministério da Saúde). Cabe lembrar, como mencionado, que em 2005 e 2006 foram publicados pelo MinC editais voltados

¹⁰ Parte dos dados aqui trazidos é proveniente da investigação “Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT em goiás”, realizada pelo Ser-tão e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) (BRAZ et al., 2011).



ao financiamento de atividades artísticas, sobretudo relacionadas às Paradas do Orgulho, no país. Em 2007, a “VIII Semana da Diversidade Cultural GLBTT de Goiânia” e a “XI Parada do Orgulho GLBTT de Goiânia” também contaram, como parte do financiamento, com recursos do Ministério da Cultura. Sob o título *12 horas de Cultura LGBT*, foi realizado um evento pelo Fórum de Transexuais em 22 de novembro de 2009, entre o meio-dia e a meia-noite, em uma casa noturna da cidade. Essa ação foi contemplada pelo Prêmio Cultural LGBT de 2008¹¹. Na ocasião, segundo uma das entrevistadas, ocorreram shows de MPB, *rock*, samba, pagode e música sertaneja, bem como concursos de beleza: *Transex Cultura 2009* e *Drag Cultura 2009*. Além disso, a segunda edição do Prêmio Cultural LGBT, em 2009¹², premiou duas Paradas do Orgulho em Goiás: a de Jataí, no sudoeste do estado, e a da capital.

► Considerações finais

A “cultura LGBT” figura em vários documentos governamentais, fruto de diálogos com a sociedade civil organizada, relativos às políticas culturais no Brasil contemporâneo.

A análise aqui trazida buscou mostrar como os sentidos da expressão “cultura LGBT”, variam, em tais documentos, desde uma concepção essencializada (quando se afirma a “cultura LGBT” como algo a ser “resgatado”, resguardado ou patrimonializado), até uma noção, nessa mesma linha, que enfatiza a necessidade de pensarmos na “cultura LGBT” como sinônimo de “arte” – muito embora não fique claro, à luz desses documentos,

¹¹ O Fórum de Transexuais de Goiás foi uma das organizações vencedoras deste prêmio em decorrência da organização da Parada do Orgulho LGBT de 2008.

¹² Publicado no Diário Oficial da União em 16 de março de 2009.



quais seriam essas manifestações para além, por exemplo, dos eventos de visibilidade massiva, como as Paradas do Orgulho, que ocorrem todos os anos em várias cidades do país (BRAZ; MELLO, 2012). É possível, ainda, vislumbrar nos documentos aqui analisados, ainda que de forma tangencial, proposições que aproximam a ideia de “políticas culturais LGBT” como aquelas que, menos preocupadas com a definição do que seria a “cultura LGBT”, proponham uma produção discursiva positivada de tal população, além das Paradas do Orgulho, em variadas outras instâncias – desde os meios de comunicação até os livros didáticos, passando transversalmente por políticas educacionais, de mídia, turismo, de cultura, dentre outras áreas. Contudo, é necessário ficarmos atentos/as justamente para os riscos de normalização e exclusão que tais propostas, ainda assim, podem trazer.

Dentro do pós-estruturalismo, a própria noção de identidade como um senso de si coerente e permanente é percebida como uma fantasia cultural, ao invés de um fato demonstrável. As objeções à ênfase na identidade na política *gay* e lésbica baseiam-se de início no fato de que a categoria fundacional de qualquer política identitária inevitavelmente exclui sujeitos potenciais em nome da representação (JAGOSE, 1996, p. 82).

Finalizando com provocações *queer*, é necessário lembrarmos que, de acordo com Teresa De Lauretis (2010), uma marca dessa vertente de estudos é sempre questionar os riscos por trás de “políticas de normalização”, assim como o fez, por exemplo, Judith Butler (2003B) ao indagar se o apelo ao Estado pela legitimidade do casamento homossexual, apesar da necessidade de apoiarmos estrategicamente reivindicações por sua inteligibilidade e reconhecimento, não traria implícito o risco de tornar mais difícil a defesa da viabilidade de arranjos alternativos de parentesco. Cabe indagar, então, se esse processo de adjetivação



da cultura LGBT não traz também riscos de normalização e exclusão, sendo preciso que indagemos quais as práticas culturalmente associadas à homossexualidade – como, por exemplo, as chamadas “culturas eróticas” que envolvem experimentações sexuais, usos/cuidados do corpo, estéticas da existência particulares e diversas - que essa expressão, em sua versão higienizada e oficial, *não* abarca.

► Referências

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: Rubim, Antonio e Barbalho, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BENTO, Berenice. *A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, abr. 2001.

_____. Algumas considerações sobre o desenvolvimento de pesquisas no campo das políticas culturais. In: *Políticas Culturais em Revista*, 2 (4). Salvador: UFBA, 2011, p. 80-86.

BRASIL. 1996. Decreto n. 1.904, de 13 de maio de 1996. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDHII)*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2002.

BRASIL. 2004. CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. 2008. *Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o



caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

BRASIL. 2009. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

BRASIL. 2012. *As metas do plano nacional da cultura*. Ministério da Cultura.

BRAZ, Camilo et al. 2011. *Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT em Goiás*. (Relatório de pesquisa). Goiânia: Ser-tão/UFG.

BRAZ, Camilo; MELLO, Luiz. 2012. “Éramos 9 gays, 20 policiais e a imprensa local” - narrativas (de) militantes sobre as paradas do Orgulho LGBT em Goiás. In: Guilherme Rodrigues Passamani. (Org.). *(Contra) Pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual. O combate à homofobia*. Campo Grande: Editora da UFMS.

BUTLER, Judith. 2003A. *Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: *Cadernos Pagu* (21), Unicamp, Campinas, p. 219-260, 2003b.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: Rubim, Antonio e Barbalho, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

CANCLINI, Néstor-García. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel. *Cultura, política y sociedad: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DE LAURETIS. Teoria Queer: sexualidades lesbiana y gay. In: Reyes, Mauricio; López, Alberto. *Florilegio de deseos*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.



FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FRANÇA, Matheus G.; BRAZ, Camilo. Nas (entre)linhas: interpretando antropologicamente as políticas culturais LGBT. Relatório de Iniciação Científica (PIBIC). Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 2013.

JAGOSE, Anna Marie. *Queer Theory – an introduction*. New York: New York University Press, 1996.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Entre Formas e Tempos: Goiânia na Perspectiva do Patrimônio. In: Lima Filho; Beltrão; Eckert (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogo e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra Editora, 2007. p. 221-236.

MELLO, Luiz (Org.). 2010. Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar. Relatório de pesquisa. Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. In: *Revista Sociedade e Cultura*. Goiânia: UFG, 2012.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: *Sociologias*, ano 11, n. 21. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 2009.

MOORE, Henrietta. *Antropologia y feminismo*, Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

NADAI, Larissa. *Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Campinas, Unicamp, 2012.

OLIVEIRA, Lúcia. Participação: para pensar políticas culturais no século XXI. In: *Políticas Culturais em Revista*, Salvador: UFBA, v. 1, n. 3, p. 93-101, 2010.



RAUPP RIOS, Roger. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Homossexualidade. In: Pocahy, Fernando (Org.). *Corpo e Prazer: políticas de enfrentamento ao heterossexismo*. Porto Alegre: NUANCES, 2010.

REIS, Paula Félix dos. 2008. Políticas Nacionais de Cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. In: *Políticas Culturais em Revista*, Salvador: UFBA, v. 2, n. 1, p. 73-90, 2008.

_____. Plano nacional de cultura - estratégias para dez anos. In: Rubim, Antonio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUGBA, 2010.

RUBIM, Antonio. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: Rubim, Antonio e Barbalho, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: Rubim, Antonio e Barbalho, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TAMASO, Izabela. Relíquias e patrimônios que o Rio Vermelho levou... In: Lima Filho; Beltrão; Eckert (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogo e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra Editora, 2007. p. 199-220.

É POSSÍVEL UM ESTADO* QUE ABARQUE A MULTIDÃO QUEER? NOTAS PARA PENSAR AS MULTIPLICIDADES NA BIOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA



Fátima Lima

► Apresentação

Proponho, neste texto, onde o tema nos instiga a pensar a relação entre o Estado, as “políticas queer” e a contemporaneidade, tecer breves considerações, por vezes, provisórias. O texto intitula-se “É possível pensar um ESTADO* que abarque a multidão queer? Notas para pensar as multiplicidades¹ na biopolítica contemporânea” e tem como provocação/interrogação a relação Estado e políticas queer tendo como cenário o contexto atual marcado por profundas transformações no que tange as vidas, os corpos, os gêneros, as sexualidades e os desejos. Não constitui uma tarefa fácil tal exercício na medida em que coloca como elementos para reflexão dois territórios marcados por complexidades: o Estado

¹ Toma-se a ideia de múltiplo ou multiplicidades como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) não no sentido de diversidade como comumente empregamos, mas no sentido de tomar a multiplicidade pela fórmula n-1 onde n configura-se como o múltiplo podendo dele sempre ser extraído o 1 que é a expressão da singularidade.



e a multiplicidade queer Algumas questões e alguns paradoxos norteiam as reflexões deste texto:

a) como, por dentro do Estado, que opera a partir de imperativos normativos, entre eles a heterossexualidade compulsória como matriz de inteligibilidade cultural (Butler, 1993; 2003), políticas que desestabilizam esta ordem podem ser construídas e efetivadas? b) Antes disso, o que queremos realmente dizer com políticas queer? Se a multiplicidade queer é uma construção política, uma aposta em outra política, como é possível converter seus elementos para o âmbito dos poderes constituídos? c) Sendo as possibilidades queer a potência da abjeção, da “anormalidade” como é possível produzir normalizações a partir da política?

Estas, entre outras questões, movimentam as inquietações deste texto. Como elementos heteróclitos, numa bricolagem intelectual e prática, propõe pensar o que queremos mesmo dizer quando falamos Estado e o que podemos afirmar como sendo políticas queer. Como contexto analítico toma como cenário a biopolítica contemporânea onde os desejos têm sido territórios de incitação e controle, exercício pleno daquilo que Michel Foucault (2008) tão bem apontou em *Segurança, Território e População* e Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992) no *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*.

► Para pensar o Estado

“Tudo não é Estado, justamente porque houve Estado sempre e por toda parte.”

“O Estado não para de produzir e reproduzir círculos ideais, mas é preciso uma máquina de guerra para fazer um redondo.”

Gilles Deleuze e Félix Guattari.



O asterisco na palavra ESTADO não é um acaso, mas um artifício gráfico e simbólico que denota a complexidade que é refletir sobre o que queremos dizer quando falamos Estado. A interrogação também perfaz as inquietações. Mais do que afirmar que o Estado é aberto às políticas *queer* ou rarefeito a elas, é interessante refletir, por dentro da noção de Estado, as tensões e alargamento onde as possibilidades queer são capturadas e/ou mantém a sua potência de máquina de guerra, suas resistências e singularidades como expressões desestabilizadoras, principalmente das performances de gênero.

Deleuze e Guattari (1997), no inquietante texto *Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra*, no Mil platôs, volume 5, chamam a atenção para o caráter dual do Estado marcado pela dimensão de déspota e de legislador como “elementos principais de um aparelho de Estado que procede por Um-dois, distribui as distinções binárias e forma um meio de interioridade. É uma dupla articulação que faz do aparelho de Estado um estrato” (DELEUZE, 1997, p. 12). Aqui são possíveis vários diálogos que iluminam as discussões. O primeiro deles refere-se à ressalva de que os Estados se compõem a partir de duas dimensões, dois domínios de poder: o poder centralizado e expresso na figura do imperador, do rei, do chefe de estado e um domínio jurídico habitado por legisladores e leis. Essa dimensão dual coaduna-se para configurar uma sensação de interioridade na forma Estado, sensação esta que acaba naturalizando a ideia do Estado como universal e homogêneo.

Um segundo diálogo que o pensamento Deleuziano possibilita uma análise contrária à ideia do Estado como algo homogêneo, único, estável. Tomando como referência as discussões de Clastres, o texto recupera a ideia das sociedades “primitivas” como sociedades contra o Estado. Longe de se configurarem enquanto sociedades sem estado (sendo o Estado a representação da civilidade) inverte a lógica evolucionista trazendo a dimensão



de conjuração, de antecipação da forma Estado pelas sociedades ditas primitivas; antecipação, antes de tudo, daquilo que é uma recusa: a recusa ao poder centralizado, a figura do chefe de Estado como lugar da ordem, a recusa ao déspota, a um sistema jurídico que seja a representação do poder. Diz Clastres (2003, p. 217):

Existem por um lado as sociedades primitivas, ou sociedades sem estado; e, por outro lado, as sociedades com Estado. É a presença ou a ausência da formação estatal (susceptível de assumir múltiplas formas) que fornece a toda sociedade o seu elo lógico, que traça a linha de irreversível descontinuidade entre as sociedades.

Destaca-se aqui o caráter múltiplo dos Estados, suas formas e singularidades no exercício do poder, sua dimensão enquanto máquina de captura produtora de modos de subjetivação (formas de ser e estar no mundo e em mundos) serializadas, incitadas nas suas potências, controladas em suas singularidades, fenômeno este cada vez mais acentuado nas sociedades capitalísticas contemporâneas, mas o que é mesmo pensar o Estado como máquina de captura? Antes de pensar a máquina de captura faz-se necessário pensar a máquina de guerra.

Para pensar a máquina de guerra é preciso, antes de tudo, desnaturalizar a noção de guerra como geralmente entendemos no aparelho do Estado moderno, ou seja, como integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar. Além disso, constitui condição *sine qua non* entender que a máquina de guerra, enquanto resistência, é irreduzível ao Estado e produzida fora dele; é uma forma plena de exterioridade e como pura exterioridade a máquina de guerra constitui o fora, o não lugar, o espaço liso². A máquina de guerra resiste, metamorfoseia-se,

² Longe de se configurarem em binarismo, o liso e o estriado são nas reflexões de Deleuze e Guattari modos de ser e estar no mundo e em mundos. Formas de conceber espaços e modos de subjetivação diferentes. “O espaço liso



ensiona a máquina-estado. Invenção dos nômades, a atualidade da máquina de guerra pode estar presente tanto numa inovação industrial, tecnológica, num circuito comercial, artístico, nos movimentos sociais, nas ruas, na multidão queer enfim “em todos esses fluxos e correntes que não se deixam apropriar pelo estado senão secundariamente” (DELEUZE, 1997, p. 34). Assim, no plano da micropolítica cotidiana diferentes máquinas de guerra se produzem nas dobras da máquina Estado. No entanto,

O Estado como aparelho de captura tem uma potência de apropriação; mas, justamente, essa potência não consiste somente em que ele captura tudo o que pode, tudo o que é possível [...]. O aparelho de captura se apropria igualmente da máquina de guerra, [...] dos mecanismos de antecipação-conjuração (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 128).

A máquina Estado – este aparelho de captura – apropria-se, de diferentes formas, das máquinas de guerra ao tempo em que estas – fluxos constantes – reatualizam-se em outros devires. Precisamos pensar quais os mecanismos de antecipação-conjuração tem potência de metamorfose, potência de resistência frente à máquina de captura. Este é um paradoxo constitutivo para pensar as possibilidades *queer* enquanto máquinas de guerra, exteriores, capturadas pela forma Estado, mas que se reinventam em outros/novos fluxos. Voltaremos ao tema da antecipação-conjuração.

e o espaço estriado, o espaço nômade e o espaço sedentário, o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado – não são da mesma natureza. [...] O espaço liso é ocupado por acontecimentos e *heceidades*, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afetos, mais do que de propriedades. É uma percepção háptica, mais do que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou lhes servem de sintomas” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 185).



► Para pensar as *multidões queer*

*“As minorias sexuais tornam-se multidões.
O monstro sexual que tem por nome
multidão torna-se queer.”*

Beatriz Preciado

Empregado pela primeira vez por Teresa de Laurettis no ano de 1990, o termo *queer* – até então usado de forma pejorativa para ser referir as performatividades de gênero e sexualidades desestabilizadoras da heteronormatividade compulsória, tem sido utilizado tanto na academia quanto em diferentes movimentos e coletivos para assinalar uma diferença, principalmente nas performances de gênero, que não deseja ser assimilada e tolerada (LOURO, 2001).

Desde então, um campo de diferentes pesquisadores (antropólogos, sociólogos, linguistas, historiadores, pedagogos, as artes em geral, entre outros e outras) tem se organizado e tentado definir um campo dos estudos marcado por discussões que sofreram influência direta dos estudos culturais quanto das discussões pós-estruturalistas.

No que se refere aos diferentes movimentos e coletivos, o termo *queer* e tudo aquilo que ele pode evocar enquanto possibilidade política tem sido usado ora como forma de resistência aos processos marcados pela força da heteronormatividade, ora como forma de pleitear determinadas agendas políticas. Aqui uma multiplicidade de performatividades começaram a fazer da plataforma queer uma possibilidade de reivindicar e manter sua dimensão desestabilizadora.

No campo epistemológico algumas pensadoras têm ressignificado o que podemos tentar definir como os estudos queer. Marie Hélène Bourcier (2006) traz para o debate atualizações



sobre a política queer chamando para reflexão o fato de que esta se distingue do pensamento pós-moderno e pós-estruturalista na medida em que pede uma repolitização do campo sexual; uma crítica dos centros de formação das identidades sexuais e do gênero normativo; formas de intervenção dentro da economia dos discursos disciplinares, dos regimes de verdade e da biopolítica. As reflexões de Bourcier são importantes na medida em que assinala condições imprescindíveis numa plataforma queer: outra política, ou como a autora prefere chamar, uma repolitização do campo sexual (corpos, sexualidades, desejos), mas também uma resignificação dos regimes de verdade, das produções discursivas, das relações entre saberes e poderes, outras formas de dizibilidades (discursos) e visibilidades (práticas).

Neste contexto, as reflexões de Beatriz Preciado vêm também ocupando movimentos interessantes no que tange a pensar a multiplicidade queer na atualidade. Para a autora, a noção de multidão aparece em oposição ou no lugar de diferença sexual onde as possibilidades de corpos e modos de existências se deslocam de uma base natural, biológica, para se expressar a partir de diferentes performatividades de gênero. Aquilo que a princípio é visto como uma política das “minorias” acaba por se converter em uma “política das multidões” com potência de processos identitários (em devires) que desconstrói as identidades sexuais normalizadas social e culturalmente, desterritorializando a heterossexualidade compulsória como norma vigente. Essas novas apostas de leituras quanto de organização de territórios oxigenam tanto o campo epistemológico quanto as práticas sociais (campos indissociáveis) que apostam sempre na desestabilização como elemento central.

► Para pensar a biopolítica contemporânea

Discutir a questão da biopolítica na contemporaneidade dialoga com as reflexões que partem do pensamento de Michel



Foucault, principalmente nos cursos intitulados *Segurança, Território e População*, ministrado em 1978, e na sequência o *Nascimento da Biopolítica*, curso ministrado em 1979.

Pensar a Biopolítica significa, ao contrário do que muitas vezes é colocado sobre o pensamento de Foucault, entendê-la no conjunto de sua obra, na constituição do pensamento Foucaultiano, na arqueogenealogia sobre a relação saber/poder nas culturas ocidentais.

Para tanto, faz-se necessário ressaltar que a biopolítica não é outro/novo regime de poder, mas um acoplamento de poder naquilo que Foucault inicialmente analisou como as sociedades disciplinares cujas características eram, entre outras, a disciplinarização dos corpos individuais e coletivos e seu adestramento a partir de uma norma estabelecida. O que começa a mudar a partir do século XVII e, principalmente do século XVIII, é a invenção do conceito de população e como este, com todo seu aparato adjetivo, passará a ser o espaço sobre o qual a relação saber/poder, a incitação e controle atuarão. Deleuze (1992) sobre esse acoplamento de poder nos assinala que:

É certo que entramos em sociedades de ‘controle’, que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o confinamento (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. (DELEUZE, 1992, p. 215).

Neste contexto, a própria definição de uma norma e, conseqüentemente do “normal” e do “patológico” sofrerá alterações consideráveis.



Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras [...]. São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT, 2008, p. 82).

Esse processo mudou radicalmente a relação com os poderes (as normas). Estas não constituíam mais o balizador que separava a normalidade (a razão) da anormalidade (a des-razão, a loucura). Agora, as séries passam a compor degradês de normalização onde nada e ninguém escapa (DELEUZE, 1992). Entender a capilarização do poder é fundamental e ilumina os processos atuais que se mostram revestidos de novas/outras complexidades onde o que está em jogo são as produções discursivas (saberes), as relações de poder e como estas produzem, modelam e capturam sujeitos e processos de subjetivação.

Preciado (2008) quando aborda o investimento do capitalismo industrial, que transformou o sexo e a sexualidade em objetos privilegiados de gestão pública a partir do final da segunda guerra mundial e, principalmente, durante a guerra fria, recupera a ideia de biopolítica no pensamento de Michel Foucault onde um dos conceitos chave é a noção de sexopolítica. Tomando, mais precisamente o conceito de Biopoder e Biopolítica, a autora volta às observações empíricas para a biopolítica contemporânea cuja proliferação das tecnologias corporais constitui sua principal característica e fazem parte da parafernália atual que coloca,



cada vez mais, os corpos individuais e coletivos nos cálculos do Estado e do capitalismo produzindo e proliferando as “minorias” de “anormais” no século XX.

Diz Preciado (2011):

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados ‘sexuais’, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida. (PRECIADO, 2011, p. 11).

É no que considera uma distância entre as observações empíricas de Michel Foucault e o que estava além do limite de suas observações que a autora recupera a constituição, a complexidade e a potencialidade dos anormais frente às “tecnologias de normalização” que agem sobre a vida dos indivíduos atuando como um dispositivo de controle e modelagem à norma heterossexual. Neste contexto designa a atualidade capitalista como uma era farmacopornográfica onde seu funcionamento é possível “graças à gestão biomédica da subjetividade, através de seu controle molecular e da produção de conexões audiovisuais” (PRECIADO, 2008, p. 44).

É neste contexto que precisamos refletir sobre as possibilidades, avanços, retrocessos, recrudescimentos das apostas nas transformações das possibilidades *queer* enquanto política.

► **Tantos possíveis**

Permanece, no meio destas inquietações, uma interrogação: o que pode ser as possibilidades de políticas *queer* frente ao Estado?



Mais do que oferecer respostas, estas não apenas provisórias e impossíveis enquanto uma positividade ou uma negatividade. O objetivo do texto não é afirmar ou negar se existe a possibilidade de políticas queer no âmbito do Estado, mas provocar uma reflexão que só podemos falar em estados e que as formas Estados possuem dobras, franjas constitutivas por onde se produzem as resistências, as conjurações.

Tomemos, como analisador, uma proposta política e concreta: o “casamento *gay*”. Judith Butler (2003) no inquietante texto *O Parentesco é sempre tido como heterossexual*, para além do esforço em separar a noção de parentesco da noção de casamento, nos provoca a pensar em que medida esta plataforma política acaba por produzir um campo do não reconhecível, um campo de inúmeras performatividades e modos de existência que não deseja o desejo de ser representado pela política, pelo Estado. Vale a pena ler o fragmento:

O casamento *gay* obviamente interfere nos investimentos profundos e permanentes não só da própria dupla heterossexual, mas também na questão de quais formas de relacionamento devem ser legitimadas pelo Estado. Esta crise de legitimação pode ser pensada a partir de várias perspectivas, mas consideremos, no momento, a dádiva ambivalente na qual a legitimação pode se transformar. Ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos de legitimação oferecidos e descobrir que o senso público e reconhecível da personalidade é fundamentalmente dependente do léxico dessa legitimação. Dessa forma, a delimitação da legitimação ocorrerá somente através de uma exclusão de um certo tipo, embora não evidentemente dialética. A esfera da aliança íntima legítima é estabelecida graças à produção e intensificação de zonas de ilegitimidade. Todavia, ocorre aqui uma oclusão ainda mais fundamental. Compreendemos mal o campo sexual se considerarmos que o legítimo e o ilegítimo esgotam todas suas possibilidades imanentes. Fora da luta entre o legítimo e o ilegítimo – a qual tem como objetivo a conversão do ilegítimo em



legítimo – existe um campo menos imaginável, que não se delinea à luz de sua derradeira convertibilidade em legitimidade. Este é um campo externo à disjunção do ilegítimo e do legítimo; não é ainda pensado como um domínio, uma esfera, um campo, não é ainda nem legítimo nem ilegítimo, ainda não pensado através de discurso explícito de legitimidade. De fato, este seria um campo sexual que não tem a legitimidade como seu ponto de referência, seu derradeiro desejo. (BUTLER, 2003, p. 226).

Voltamos, portanto a potência da anormalidade, a força das abjeções. Voltamos novamente à máquina de guerra que se encontra em constantes fluxos, reatualizando-se em diferentes modos de existências, formas de vidas quiçá não categorizadas.

Para concluir trago um fragmento de Michel Foucault (2010) no texto *O Sujeito e o poder*, quando nos alerta que:

Talvez o alvo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrar de uma dupla obrigação política, que é a simultânea individualização e a totalização das modernas estruturas de poder. Talvez o problema político, ético, social e filosófico do presente não seja tentar libertar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas liberar-nos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que está ligado ao Estado. Temos que promover formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que tem sido imposta sobre nós ao longo dos séculos. (FOUCAULT, 2010, p. 283).

Voltamos ao tema da conjuração-antecipação, entendendo que conjurar é antes de tudo “conspirar”, “intentar”, “tramar”, “maquinar”, “insurgir-se”, “rebelar-se” antecipadamente aquilo que não desejamos. É não desejar o desejo do Estado. Talvez, só haja possibilidade de produzir políticas que podemos designar como queer se a potência de resistir continuar a reinventar outros/novos modos de vida. Só há política, só há Estado porque há sempre um devir-rebelde!



► Referências

BOURCIER, Marie Hélène. *Queer Zones*. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Nova York: B. Library; 1993.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2013.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DELEUZE, Gilles; FÉLIX, Guattari. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. 1227- Tratado de Nomadologia: A Máquina de Guerra. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. 7000 A. C. Aparelho de Captura. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. 1440 - O liso e o Estriado. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. *Post-Scriptum sobre sociedades de controle. Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



_____. O Sujeito e o Poder. In: Dreyfus, H. L e Rabinow, P. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LOURO, Guacira. Teoria Queer: uma política pós-identitária para Educação. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, Florianópolis, 2001.

PRECIADO, Beatriz. Multitudes queer: notas para uma política de los anormales. *Revista Multitudes*, 2004.

_____. *Testo yonki*. Madrid: Espasa, 2008.

PRECIADO, Beatriz. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2013.

PROLEGÔMENOS PARA O FUTURO PENSAMENTO TRANSFEMINISTA



Jaqueline Gomes de Jesus

► Como explicar o transfeminismo?

Em setembro passado estive em uma mesa redonda e em um simpósio temático inéditos, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero, que em sua décima edição na Universidade Federal de Santa Catarina trouxe como tema os desafios atuais dos feminismos, abordagem renovadora nesse evento tradicional, simplesmente por reconhecer a pluralidade do feminismo.

Inserido em tal espírito, o mote da mesa e do simpósio dos quais participei foi a novíssima vertente transfeminista.

Inicialmente, estimulou-me, e a outras(os), a notícia da aprovação da proposta do simpósio temático, sob o título “Feminismo Transgênero ou Transfeminismo”, tanto que mobilizou muitos a apresentarem trabalhos. Posteriormente, vivi uma grata surpresa com o convite para integrar a mesa redonda “Transfeminismos no Brasil”.



Confesso que, à primeira vista, causou-me estranheza o plural, entretanto o entendi como adequado (e apresentei essa visão na referida mesa), a partir do momento em que há diferentes formas de aplicação do pensamento transfeminista; como sabemos, as/os transfeministas, e aqueles que têm observado nossos colóquios apaixonados com seriedade ou, às vezes, lamentavelmente, tão somente como bisbilhoteiros que se divertem propagando nossas conversas de maneira superficial e distorcida.

Posto isso, fica claro que esses dois encontros presenciais não se restringiram a pessoas que há algum tempo se envolvem no debate, desenvolvido principalmente por meio da internet, nas redes sociais e nos *blogs*.

Mudando o público deve-se adequar o discurso.

Em Florianópolis, meu foco foi o de escrever e dizer, do meu ponto de vista, o que é o transfeminismo ou “os transfeminismos”, com foco na realidade brasileira.

Tudo muito instigante, porém essas oportunidades para abordar a temática em tão grande evento me impuseram uma questão prática: o que é o transfeminismo me é suficientemente entendível, mas como explicar o transfeminismo para um amplo e variado público de feministas experientes e diletantes, além de estudiosas/os de gênero e sexualidades, o qual, provavelmente, nunca teve um contato com semelhante discussão?

Estava eu certa de que as pessoas estariam lá, curiosas ante a esse título entre tantos outros igualmente interessantes. O prefixo “trans”, em particular, pode sugerir muitas e diferentes coisas para o(a) leitor(a), todas além do comezinho. Isso geralmente causa estranhamento, e por isso mesmo atrai.

No simpósio temático, em consequência de sua proposição, houve um encontro de pessoas que pensam sobre a diversidade humana a partir do olhar transfeminista, compondo uma polifonia de temas, não necessariamente se restringindo às vivências trans. Creio que a discussão foi mais fluida do que na mesa



redonda, na qual a fala de nós, as palestrantes, foi, como sempre, extremamente empoderada, trazendo como ônus o recato ou até mesmo a animosidade de elementos da plateia.

Se para o simpósio preparei um artigo de acordo com os padrões do seminário, com a finalidade de apresentar uma análise sistemática acerca dos elementos que compõem o pensamento transfeminista (é nisso que almejo me aprofundar neste texto, no pensar mais do que no agir), o que no momento da exposição não trouxe maiores complicações, já para a mesa refleti longamente, e decidi apresentar algo fora das normas, um texto incomum: em síntese, uma lista de aforismos sobre os quais erguer o transfeminismo.

Aforismo: definição concisa, próxima do provérbio, que se coloca entre o discurso filosófico e o literário que tem por finalidade apresentar uma determinada percepção. Por que fazer uso de aforismos?

Conforme orientação das organizadoras do evento, o texto de cada componente da mesa serviria “de suporte a ser exibido em tela para que as/os participantes possam acompanhar a fala, favorecendo assim a compreensão de todas/os, principalmente das/os estrangeiras/os e também das/os deficientes auditivos”. Em outros termos, o texto bruto, em tese, seria acessível a todas(os).

Tenho feito palestras para diferentes públicos, e o que sinto que há em comum entre alguns de seus integrantes é a tendência – perniciososa para a criatividade do intelecto – de gostar excessivamente:

- 1) das orações bem mastigadas, onde cada elemento se liga a outro, obedientemente, na lógica sujeito-predicado;
- 2) das frases de efeito ou temas populares para aqueles para os quais se discursa; e
- 3) dos relatos floreados, em que uma experiência de vida é recontada com fins didáticos, gerando alegria ou comoção, um excelente apelo ao afeto de quem assiste.



Nada contra o apelo a esses recursos, no entanto, como estava então preocupada com a forma superficial como o transfeminismo estava sendo citado – senão acusado – em fóruns compostos indistintamente por pessoas trans e cisgênero, resolvi tornar difíceis as coisas, estimulando as(os) ouvintes a pensarem, a refletirem, a cada frase, sobre o que seria dito/escrito.

Está tudo escrito, uma série de afirmações e questionamentos relacionados ao transfeminismo e o mundo no qual ele se coloca. O meu dilema, que parecerá simples para alguns, era: devo simplesmente lê-los ou explicitar a minha perspectiva sobre eles (não caberiam aí “explicações” porque esse tipo de texto pode ser interpretado de modos diversos)?

Só o que sei quanto ao como explicar o transfeminismo, no fim das contas, é que a condição *sine qua non* para tanto é a de estar, fundamentalmente, livre das correntes que subordinam tantos gêneros ao domínio do Sexo-Rei.

O texto que você ora está a perscrutar é, no conjunto (não se restringindo aos aforismos), vários prolegômenos, introduções sobre o transfeminismo, desembaraçadas de conclusões, que poderás aprofundar em artigos e livros. Também podem ser, surpreendentemente, pressupostos para o que pode estar por vir. Terreno adubado para o que se quiser cultivar, sobre o tema.

Olhemos para um futuro, sem perder de vista o agora e os ensinamentos de quem nos antecedeu nesta dura lida.

Se você não me entende agora, continue lendo e matutando, e compreenderá bastante sobre tudo o que eu escrevi aqui e falei lá, no *Fazendo Gênero*. Avante.

► **Aforismos sobre os quais se ergue o transfeminismo**

Este não é um texto introdutório. Não se pretende didático, não é um jogral, tampouco se quer esotérico. Exigirá de



você alguma experiência, senão a vontade de buscar informações quando não as tiver e, indispensavelmente, a capacidade de refletir de maneira autônoma.

Este é um texto feminista por excelência. Portanto, ele se exime da obrigatoriedade naturalizante de repetir os códigos masculinistas que sedimentaram nossas ciências, e que algumas de nós buscamos aprender, para ousar questioná-los.

A atual conjuntura cultural permite que se façam as afirmações a seguir, a mentalidade da população está preparada para receber esta mensagem, pelo menos é capaz de ouvi-la. Quanto a entendê-la, isso dependerá de políticas sociais que ainda estão por vir, de uma educação sobre gênero que é embrionária e experimental, de uma estrutura de poder que inexistente.

Neste momento, somos apenas eu e você dialogando. Quem por acaso ouvir nossa conversa, lá nos píncaros dos poderes estabelecidos ou sob as suas sombras, rotular-nos-á de “minoría radical”. Agora acenderei a fogueira.

1. Se posso iniciar descrevendo algo certo sobre o transfeminismo é que ele é uma chama e o combustível se chama gênero, embebido no pavio do feminismo – servindo como lamparina ou coquetel molotov.
2. Mas se eu pudesse ser menos objetiva, diria que o pavio, tanto quanto o combustível e a chama, são fabricados.
3. Caso você reflita, andando pelos mesmos caminhos tortuosos desta negra chata que peripateticamente vai planejando modos de luta ao longo da vida, também se perguntará, como eu agora: quem fabricou? O individualismo, elemento essencial de nossa modernidade, direciona nosso olhar para as pessoas, evitando ver os coletivos.
4. Porém, não elenquei como uma das metas deste texto apontar culpados. Então, para não perdermos muito tempo com filigranas, sugiro que se faça outra pergunta: no que o transfeminismo te beneficia?



5. Uma chama pode se tornar pavio de outras chamas.
6. A vós, pessoas trans, foi legado o juízo da inquisição nas chamas do ódio, da repulsa, do avesso do normal que deve ser extirpado – sois novas bruxas e feiticeiros!
7. Você conta em uma das mãos os professores transgênero que conhece? Você conta em uma das mãos os chefes transgênero que conhece? Você acha que assim o é por decreto? Talvez tenham decretado que estas pessoas sejam comparáveis a ratos, como o povo judeu foi assim rotulado pelos nazistas.
8. Agora eu sou apenas as mãos de que essa gente se serve para escrever e a boca para que falem.
9. Se há alguém que, com livros e artigos, preparou o terreno para uma revolução no pensar e agir sobre gênero aqui em Pindorama, e abasteceu o povo trans desta Terra das Palmeiras com um arsenal de ideias antes restritas à Academia, esse alguém se chama Berenice Bento.
10. Transfeminismo: pensamento com ação. Ação entremeada no pensamento. Radical porque vai à raiz das coisas.
11. Transfeminista: alguém que questiona a ordem do dia, gritando dos corredores (quaisquer) que lhe estão roubando a vida.
12. Quando penso em transfeministas antes do transfeminismo, meus ouvidos ecoam os nomes de Anderson “Bigode” Herzer, Carla Machado, Cláudia Wonder, Fernanda Benvenutty, Kátia Tapety, Keila Simpson, Madame Satã, Patrícia Gomes e demais guerreiras e guerreiros não tão conhecidos, entre estes as travestis que se automutilavam para enfrentar a transfobia da polícia (como Luiz Mott deu a conhecer em artigo científico), antes mesmo da palavra existir.
13. O transfeminismo incendiará os “santos de pau oco” vestidos com a verdade dos gêneros – mas as costureiras podem tecer para outros ídolos.
14. Por que um transfeminismo?



Porque ainda há parceiros da população trans que divulgam artigos e livros sobre as pessoas trans de todos os gêneros, mas mantêm um discurso paternalista que infantiliza a população transgênero e generaliza suas diversas mobilizações como se fossem oriundas de um único movimento social, com uma pauta única.

Porque ainda há travestis, homens e mulheres transexuais que internalizam o cissexismo e a transfobia, adotando essas formas de dominação psicossocial como se fossem parte “essencial” de sua identidade, ou renegando a própria diversidade das vivências trans, para além de rótulos reducionistas (desde o planalto curitibano, Letícia Lanz denuncia a geração de “trans-restos”, e profetiza a assunção da “transgente”).

Porque ainda há pessoas cisgênero e transgênero que, se não naturalizaram o discurso no qual as pessoas trans são sempre as diferentes, e diferentes como sinônimo de inferiores, tentam impelir as pessoas trans a serem objetos de uma guerra teórica segundo a qual elas teriam identidades políticas em tempo integral e, portanto, seriam obrigadas a contestar diuturnamente o binarismo de gênero.

15. E por falar em parceiros, como não pensar em Anna Paula Vencato, Daniela Murta, Flávia Teixeira, Hélio R. S. Silva, Márcia Arán, Marcos Benedetti, Miriam Ventura, Paula Sandrine Machado, Patrícia Porchat, Tatiana Lionço (minha eterna colega de graduação), Willian Siqueira Peres *et cetera*? A paixão pode se expressar e ser interpretada de diferentes maneiras.
Essa gente de talento é brasileira, como eu.
16. A transfobia funciona porque os que se apropriaram dos ideários de humanidade e de democracia os vendem em estabelecimentos nos quais a transgeneridade está ausente. O acesso não é permitido, e quem ouse adentrar é expulso.
17. Nem infantilizadas, nem unânimes, nem transtornadas, nem objetos: apenas pessoas, como quaisquer outras. Isso



para mim é transfeminismo, uma linha de pensamento e ação que não se permite ser propriedade privada deste ou daquele gênero, deste ou daquele grupo social, desta ou daquela identidade de gênero, mas que pode, isso sim, ser parte do discurso e da prática de todas as pessoas.

18. O transfeminismo tem suas raízes no feminismo negro, no feminismo da diferença, nas vertentes pós-estruturalistas do feminismo – e nessas loucas e nesses loucos que vêm gritando dentro de casa, na internet e nas ruas, pelo direito de serem quem são.
19. Um olhar transfeminista é aquele que investiga, no mundo e no tempo, objetividades dinâmicas: contraposto à dominação científica que busca balizar, de forma fixa, totalidades universais.
20. O feminismo negro pariu o transfeminismo, foi um nascimento difícil, um processo longo.
21. Se o feminismo negro exige um olhar afrocentrado, qual seria a exigência do transfeminismo? Um olhar a partir do ponto de vista dos marginalizados, das prostitutas, dos humilhados?
22. Se esse for mesmo o olhar, Larissa Pelúcio já enxergava desse modo há tempos, e nos aponta hoje para essa rota, que chama de “cu-caracha”.
23. O transfeminismo tanto é filho do feminismo negro que partilha com esse – pelo menos com suas linhas mais críticas – o entendimento de que, se as pessoas negras foram “desgenerificadas” quando da Diáspora (homens negros não eram tidos como homens, nem mulheres negras como mulheres), também pessoas trans têm sido vítimas de desgenerificação, em nome do modelo branco, heterossexual e cisgênero.
24. O transfeminismo é irmão do feminismo lésbico, também este, por muito tempo, tachado como uma “ovelha negra”



- por alguns integrantes da família dos feminismos, particularmente os brancos. Irônico e lamentável considerarem, algumas ovelhas, mais ovelhas do que outras, não é mesmo? Os critérios de classificação só têm mudado.
25. Comentário à parte 1: há muita militância trans fora do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, especialmente se levarmos em conta o ativismo *online*. Creio que estamos chegando em um ponto no qual não fará mais sentido falar em movimentos trans restritos aos LGBT.
 26. Comentário à parte 2: causa trans não se restringe a questões de “aceitação”; políticas públicas não se restringem ao âmbito político; histórias pessoais não conseguem descrever plenamente a complexidade da luta trans.
 27. Comentário à parte 3: a bandeira do arco-íris é linda, divertida, porém ela tem sido utilizada para encobrir as pessoas trans. Eu escrevo o que ouço: “Que as bandeiras trans sejam hasteadas!”, um sussurro a cada dia mais audível.
 28. Reflexões soltas: se é transfeminismo...
...Desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia;
Reitera o caráter interacional das opressões;
Reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral; e
Valida as contribuições de quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero.
 29. Essas são táticas de guerrilha, quem as ensina por estas terras é Hailey Alves.
 30. O que seria misoginia vinda de mulheres trans? Uma forma de autodepreciação? Quanta transmisoginia abunda. Juno Cremonini tem falado bastante sobre isso.



31. O transfeminismo não reforça dicotomias. Isso é diferente de afirmar que pessoas se consideram homens ou mulheres, trans ou cis, e que há privilégios sociais para alguns, em detrimento de outros.
32. Transfeministas são sementes que podem ser cultivadas ou esmagadas.
33. Assassinar pessoas trans é hábito desta sociedade, quanto mais àquelas que defendem que são gente.
34. Se há um compromisso social do transfeminismo, ele é com a construção de uma sociabilidade alternativa.
35. Quais são os desafios do transfeminismo?
Despontar como uma filosofia e uma prática dos movimentos sociais;
Popularizar-se como discurso viável;
Adotar um olhar que reconheça particularidades etnicorraciais, regionais, de classe e habilidades físicas nos contextos sociais diversificados da população transgênero; e
Questionar diuturnamente os modelos idealizados de homem e de mulher.
36. Entender o transfeminismo em si, para além dos estereótipos de gênero e de conflitos pessoais, é um dos desafios atuais dos feminismos.
37. Quais práticas se demonstram mais consistentes para a consolidação do transfeminismo? Criticar a socialização de gênero que aí está, combater a lógica classificatória que segrega pessoas trans de cis sem considerar as nuances entre elas.
38. Se as pessoas trans não forem empoderadas a falarem por si mesmas, continuarão infantilizadas ou tratadas como objetos descartáveis.
39. A razão indolente é um fato cotidiano para pessoas trans: é apagado seu pensamento autônomo como racio-nalidade possível.



40. Do que falam as pessoas transgênero? De quaisquer assuntos que lhes interessem. Essa mesma pergunta soaria natural se feita com relação às pessoas cisgênero?
41. Devem elas e eles serem assassinados? Demitidos, expulsos, perseguidos, agredidos, ridicularizados, reprovados? Isso ocorre tão cotidianamente...
42. As pessoas trans há muito falam dos sabores amargos em suas bocas, precisam agora dizer que também experimentam delícias e fazem doces.
43. Nem só de lamentos vivem as pessoas trans, mas também de beleza.
44. Uma minoria desprezível: pensamento seguido de sensação de alívio para alguns que observam silentes os gritos de dor, horror ou protesto dessa gente tida como abjeta.
45. Ainda bem que não é comigo – outro pensamento comum.
46. Sabe que falam pelas suas costas – sobre você – quando te saúdam alegremente usando tratamento de gênero incoerente com a sua identidade – a armadilha dos liberais de fachada. Pergunte a eles de quem estão falando. Aprendi isso com Viviane Vê.
47. Como identificar uma pessoa cisgênero? Quais são os “marcadores cis”?
48. Por que essas perguntas fariam sentido se fossem feitas com relação a pessoas trans?
49. O que são as mulheres transexuais e as travestis? coitadas / doentes / confusas / exóticas / humanas / putas sujas.
50. O que querem as mulheres transexuais e as travestis? um homem para chamar de seu / uma vagina para chamar de sua / glamour / viver suas vidas.
51. Márcio Sales Saraiva, acochado à amada Giowana Cambrone Araújo (que vai tecendo direitos), ouve-me falar isso e relembra: “as opções são múltiplas”!



52. Homens transexuais, tão invisíveis. Quem não está olhando para eles? Ou talvez a pergunta correta seja: estão olhando para eles ou para outra direção? Eis o clamor incessante de João Walter Nery. A trajetória instigante de Raicarlos Coelho Durans. As lições de Guilherme Silva de Almeida.
53. Falta se pensar na autorrepresentação de gênero dos homens trans, tanto como...
54. ...Na autorrepresentação sexual dos homens cis heterossexuais que em relações sexuais gostam de serem penetrados por mulheres...
55. ..Na autorrepresentação sexual de mulheres cis heterossexuais que gostam de penetrar homens nas relações sexuais...
56. ...Na autorrepresentação de gênero de homens e mulheres cisgênero cujos pênis, úteros ou seios foram extirpados, por quaisquer razões.
57. Nossos modelos de representação sobre quem são e o que fazem homens e mulheres são por demais tacanhos, deveras pautados pela lógica dos contos de fada, que a massa silenciosa tenta reproduzir no dia a dia. Não é à toa que haja tantos seres humanos invisíveis.
58. O pensamento transfeminismo, traduzido por diferentes meios, criará indivíduos sociais novos, que o feminismo ainda terá de reconhecer. Gente extraordinária, pela qual não há como não se apaixonar, como os jovens André Menino Guerreiro, Bia Paganini, Ve Máximo, Leonardo Tenório, Marcelo Caetano e dezenas de outras pessoas queridas, cujos nomes fariam destes aforismos um catálogo.
59. Como existir racionalmente na sociedade sexista?
Lutando contra a naturalização das estruturas de dominação e do binarismo de gênero (homem = pênis, mulher = útero).



60. O corpo como território da rebeldia.
Fátima Lima canta essa pedra, do alto de Santa Teresa.
Hilan Bensusan faz dela um vestido de noiva.
61. Ilude-se quem pensa “esse assunto não é comigo”. Iluminando a condição das pessoas trans também conseguimos enxergar a das demais.
62. Como chegamos a ser quem somos? Antigo questionamento da Psicologia para o qual há tantas respostas... A novidade seria perguntar como nós podemos não nos tornar o que os outros são, como nos tornarmos o avesso do que tantos idolatram. Pensar gênero no mundo de hoje tem a ver com essa questão um tanto prospectiva e obviamente iconoclasta, tem a ver com mostrar que as estátuas mais adoradas têm ranhuras e podem ser quebradas.
63. Um velho poema escrito por esta quando jovem. Ao fundo, dança uma Iabá, uma Orixá (escolha a sua, não precisa acreditar):

PORQUE SOU MULHER

Antes de morrer
Quero ver brotar
Do papel mais árido,
O suave prazer
De ter um lugar
Pro som do meu hálito.

Depois de nascer
Desabrochará
A flor do meu nome?
O encanto de ver
Satisfeita cá
Essa minha fome?



Porque sou mulher.
Essa é a minha letra,
Verdade adorada,
Igual a qualquer
Outra, que remeta
À minha alvorada.

Serei este ser
Sempre, não importa
Se dizem 'jamais'.
Não posso esquecer
O que me conforta,
Meu canto fugaz.

64. Onde está a mulher ideal, a mulher hiper-real? É tão fácil vê-la nos meios de comunicação, nas propagandas, nos livros didáticos e paradidáticos... porém, há quem a procure com uma lupa pelas ruas, dia e noite, e não a encontra...
65. O *apartheid* de gênero está entranhado nos corações e mentes.
66. Porém há uma revolução em curso. Ela tem uma festa de lançamento, que já foi marcada pela internet. Talvez se espalhe pelas ruas.
67. Das margens, das sombras, estão aquelas e aqueles que subvertem o controle institucionalizado sobre os corpos, que maquinam contra a tirania do Sexo-Rei.
68. Incomodam aquelas e aqueles que pulam as cercas que segregam homens e mulheres nesse regime totalitário para a livre vivência de identidades e sociabilidades.
69. Desde o princípio do feminismo como pensamento e ação há um temor no núcleo das inquietações contemporâneas (ocidentais), ora potencializado: de que seja possível se libertar das amarras de gênero, que então se fragilize a esta-bilidade das identidades e a "naturalidade" corporal do ser mulher ou ser homem.
70. O gênero, quando pensado e abordado como sinônimo de sexo biológico, situa algumas pessoas fora de suas



fronteiras rígidas, tornando-se, dessa forma, um conceito excludente, herdeiro do patriarcado e da supremacia colonialista.

71. Como pensar o gênero aquém do sexo? Grandes são os desafios para se superar o paradigma dimorfista. Mais do que instilar medo, precisamos demonstrar confiança.
72. Minha intuição: o caminho começa não no dizer não para o sexo, mas no dizer sim para o gênero. Reiterando: isso é um começo, e como você deve ter notado, há dezenas de pessoas na frente de luta, umas mais visíveis que outras.



Era noite de Lua Cheia quando pela primeira vez encerrei a escrita destes aforismos (também o Bebê Real nasceu e o Papa chegou). Era tarde da véspera do dia de Iemanjá, sábado das Iabás, quando redigi a versão final.

Um canto da internet cochichou que a revolução será transfeminista ou não será.

Eu, da minha escrivadinha na Colina da Universidade de Brasília, olho palerma para a tela do computador, fazendo o meu trabalho de intelectual que vislumbra o mundo e reflete com vagar, enquanto o amor da minha vida me prepara um chá de hortelã.

Não tenho a prontidão verbal dos(as) militantes que saem de imediato às ruas e redes virtuais para denunciar diariamente o que lhes move; esse papel, já o exerci em tempos de antanho.

Intelectuais batalham de outra forma, são como caçadores com arco e flecha, que ficam entre as folhas da mata observando, analisando, estudando seu objeto não importa quanto tempo, até sentirem que chegou a hora. E eu sou mulher da folha.

Agora, voltemos nossos olhares para a vida.



ENTRE “SAPOS” E “PRINCESAS”: SOCIABILIDADE E SEGREDO ENTRE PRATICANTES DE CROSSDRESSING NO BRASIL



Anna Paula Vencato

Este texto embasa-se em uma etnografia das negociações sociais e construções de gênero de homens praticantes de *crossdressing*¹ da cidade de São Paulo e associadas do *Brazilian Crossdresser Club* (BCC). O clube se organiza pela internet, embora existam encontros presenciais. Há diversas instâncias de negociação envolvidas no ato de *se montar*², que partem dos jogos de classificações e aproximações com/rejeições de outras formas de “se vestir”³ com

¹ O uso do termo em inglês *crossdressing* é feito correntemente pelas pessoas com que tenho conversado ao longo deste trabalho de campo, mesmo que algumas se manifestem desconfortáveis com o estrangeirismo, sendo que a maior parte delas relata que teve o primeiro contato com o termo através da internet. Algumas usam também o termo “cd”, um diminutivo de *crossdresser*.

² A expressão “se montar” é bastante utilizada pelas *drag queens* (ver VENCATO, 2002). Pode-se dizer que uma *drag queen* não se veste ou maquia, ela se “monta”. “Montar-se” é o termo “nativo” que define o ato ou processo de travestir-se, (trans)vestir-se ou produzir-se. De qualquer modo, não são apenas as *drags* que podem se montar e o uso do termo é bastante comum dentre as pessoas com que venho tendo contato durante este trabalho de campo.

³ O termo “se vestir”, para algumas *crossdressers*, significa quase o mesmo que “se montar”, embora o percebam como mais adequado. Há *crossdressers* que se sentem incomodadas com o termo “montagem”. Conforme uma interlocutora



roupas do outro sexo” (notadamente travestis e transexuais), e passam também por decidir até onde ir com a publicização da prática do *crossdressing* (VENCATO, 2013).

Há entre essas negociações uma tida como muito importante e complexa pelas interlocutoras de meu trabalho, sobre a qual gostaria de me ater aqui. É aquela que envolve o *eu desmontado* (*sapo*) com o *eu montada* (*princesa*). Esta negociação, embora possa parecer algo da ordem do individual, abrange também uma série de fatores como o medo de comprometimento da sua vida social caso o segredo de que se vestem de mulher seja revelado, a relação com esposa, filhos/as ou outros/as familiares, a relação com amigos/as de fora do *meio crossdresser* e, também, os processos que são conhecidos dentro do universo pesquisado como *purge* e *urge*⁴.

Urge e *purge* são conceitos que têm significado antagônico e são geralmente relatados como momentos comuns à vivência do *crossdressing*, algo pelo qual todas as *crossdressers* já passaram um dia ou, inevitavelmente, passarão. A *urge* é um processo de intensificação da vontade de *se montar*. É quando ocorre um grande investimento na compra de roupas e acessórios, nem sempre tido como úteis ou adequados depois que a fase passa. Já a *purge* é definida pelo afastamento ou repulsa à ideia de *se montar*, que implica também no afastamento (quase sempre temporário) do *meio*.

Os termos *sapo* e *princesa* aparecem aqui como categorias êmicas que fazem referência à experiência de estar *desmontado* e *montada*, respectivamente. Conta-se que a ideia de *sapo* e *princesa* vem da metáfora dos contos de fadas, em que um sapo feio, possivelmente amaldiçoado por algum feitiço, ao ser beijado por uma princesa torna-se um belo príncipe. De qualquer modo,

deste trabalho me explicou: “eu particularmente não gosto do termo montar, eu não sou um guarda roupa para ser montado (risos)” (Conversa online, 30 abr. 2007).

⁴ Para uma análise e descrição mais completa dessas categorias, ver Vencato (2009).



diferente dos contos de fadas, a transformação não depende do beijo de uma princesa, mas de *montar-se* e o resultado final desejado não é transformar-se em príncipe, mas na própria princesa. A *maldição*, na interpretação das *crossdressers*, seria estar *desmontado* e a quebra dela é *montar-se*.

Uma das afirmações que ouvi com mais frequência ao longo do trabalho de pesquisa foi “*Se eu deixar, a [nome feminino] gasta todo o meu dinheiro...*”, e que foi repetida em todas as entrevistas que realizei com homens que se identificam como *crossdressers*. Também ouvi esta assertiva em diversas conversas entre eles ou, em alguns momentos, elas. Esta afirmação refere-se a uma das relações mais instigantes que pude observar no grupo pesquisado: a do *sapo* com *sua crossdresser*. O *sapo* é quem dá as bases para a mulher que se pretende *estar*. *Estar* é, inclusive, a forma verbal indicada como mais adequada para se fazer referência à *montagem* de uma *crossdresser* já que, conforme argumentam, o *cross-dressing* implica sempre em uma *montagem* e uma *desmontagem*.

É comum que se refiram a um ou outro lado na terceira pessoa. Assim, é como se na construção de pessoa que realizam houvesse uma linha muito clara que separa o *sapo* da *princesa*. Eventualmente, referem-se ao lado *montada* ou *desmontado* na terceira pessoa do singular, nomeando essa pessoa: a *fulana* é assim, o *fulano* gosta de tal coisa. Um exemplo é dado por uma *cd* ao contar que, certa vez, disse à mãe, que sabe do seu *crossdressing*: “não me venha com essas coisas de querer saber aonde eu vou ou a que horas volto, que a [nome da princesa] é puta”. Ao que complementou me explicando que embora seu *sapo* seja calmo, a *princesa* gosta de zoeira. O mesmo se dá na relação contrastante entre o papel profissional que exercem em suas vidas *desmontados* e aquilo que falam sobre as *princesas*: enquanto os *sapos* tendem a ser pessoas bem posicionadas e com grande poder decisório na esfera profissional, alguns dizem da sua *princesa* que ela é uma mulher que gosta de *ficar em sua própria casa, cuidando das coisas* e,



por vezes brincam, *lavando as cuecas sujas do bofe*. Nesse sentido, pode-se dizer que há duas pessoas construídas pelas *crossdressers* que não são, necessariamente, continuidade uma da outra mas que são interdependentes. Para algumas *cds* esta *mulher* que *montam* representa aquilo que admiram nas *mulheres GG* (ou *mulheres genéticas*⁵, que nasceram com os órgãos sexuais femininos⁶).

Às vezes, quando *se montam*, é possível ver que as *cds* fazem coisas que não correspondem àquilo que as *mulheres GG* fazem. Elas mesmas afirmam isso quando conversam, brincam ou brigam umas com as outras. É o caso de uma intervenção realizada em uma lista de e-mails do BCC pela moderadora quando ocorreu uma discussão e ela inicia uma mensagem pedindo calma às envolvidas com a frase “*Queridas associadas testosteronadas do BCC?*” ou quando ao falar sobre cólicas menstruais com outra interlocutora ela disparou “*Nós, mulheres genéricas, não temos este problema*”.

Se montar funciona como algo que as aproxima de um universo que *as encanta* e do qual *querem fazer parte*, mesmo que não comprem da *feminilidade* todas as suas dimensões. Assim, estão sempre reafirmando seu *status* social de homem quando *desmontados*, ou fazendo propaganda do sucesso profissional, da masculinidade (traduzidas por ideias como ser viril, fazer/conseguir o que quer e ser heterossexual) e do quanto são desejados pelas mulheres. As interlocutoras deste trabalho afirmam que não necessariamente *feminino* significa o mesmo para elas e para as *GG*. É comum que as encenações de feminilidade que algumas realizam mostrem uma mulher contida, calada, calma ou, para outras, ser mulher é se comportar de modo oposto a isso. Algumas

⁵ *Mulheres genéticas* é o termo empregado pelas pessoas pesquisadas para se referirem as mulheres que tem, como sexo assignado ao nascer, o sexo feminino.

⁶ Termo presente ao longo da pesquisa para explicar, em alguns momentos, o que significa *GG*.

⁷ A frase estava em “caixa alta” no fórum, o que na comunicação virtual implica em gritar. Em e-mail para o Fórum Virtual do BCC, em 4 mar. 2009.



crossdressers que falam bastante quando estão de *sapo* chegam a não falar nada quando montadas. Algumas outras, quando *en femme*, apenas lançam mão de sorrisos ou olhares tímidos quando interagem com as outras.

Há *crossdressers* que *se montam* e esperam que as outras pessoas as notem. Para algumas outras, *se montar* diz respeito à sua satisfação pessoal, pouco importando serem vistas ou notadas em público. Algumas relatam, inclusive, que para elas a graça é justamente passarem despercebidas, como se fossem “mulheres de verdade”. Outro aspecto importante é a ideia de que esta *mulher* que *montam* precisa ser controlada o tempo todo e, ao contrário do *sapo*, sempre correm o risco de gastar mais do que deve/pode, e sem pensar muito nas consequências disso. É comum, também, que afirmem gastar muito mais com o *lado feminino* que com o *sapo*. Enquanto a mulher é descrita como alguém que demanda tempo, dinheiro e investimento, o *sapo* é geralmente descrito como alguém de gostos simples e contido.

A construção do lado *princesa*, por vezes, remonta a mulheres jovens. Assim, algumas *crossdressers* comportam-se, quando montadas, como mulheres adolescentes ou quase isso, lançando mão de artifícios linguísticos daquela faixa etária para conversar ou falar. Eventualmente, elas fazem uso de roupas que também parecem feitas para adolescentes. Isso é relatado por algumas outras *crossdressers* como algo que as irrita, uma vez que consideram mais adequado portar-se ou conversar como pessoas de sua faixa etária e que isso seria *levar o crossdressing a sério*. De qualquer modo, quase todas as *crossdressers* com que convivi ou não contam a idade que tem ou dizem que tem em média dez anos a menos do que o *sapo*, algo evidenciado em seus perfis de redes de sociabilidade virtual.

Ser mais jovem é tido como um atributo importante para a *passabilidade* (ou passar batido, passar por mulher). Em um dos primeiros eventos a que fui, estava com uma *cd* de trinta e poucos



anos e que se hormonizava na época. Outra *cd*, de mais de 60 anos, veio conversar conosco e falou que era *uma maravilha ser novinha assim e já se montar*, pois isto fazia com que o resultado da *montagem* pudesse ter maiores chances de sucesso em relação à *beleza e feminilidade*, até porque ela teria mais tempo para se aprimorar. Disse também que *na idade dela* isso ficava bem mais difícil. Curiosamente, pouco antes, a *cd* que havia ido comigo comentara, me mostrando esta outra que veio conversar conosco: *ela parece uma de minhas tias*. As duas falavam de dois tipos de mulheres possíveis e que existem no mundo. A diferença é que enquanto uma das produções era tida como desejável ou adequada, enquanto a outra escapava a este modelo.

Essa ideia de agir ou falar como uma mulher bem mais jovem implica também na produção de um contexto em que a feminilidade ou o *se montar* é tido como algo mais lúdico que sério. Algumas dizem explicitamente que se montar tem um caráter lúdico e terapêutico e funciona como uma válvula de escape de sua rotina dura, seja de trabalho ou de chefe de família. Como elas se inspiram em certos modelos de mulher e não em outros, pode-se perceber que a construção de si nesse contexto remete-se a algo que as distancia de suas experiências pessoais *desmontados*, uma vez que, se o *sapo* é *sério, profissional, calmo, contido e centrado* a *princesa* é *brincalhona, puta, frívola, descontrolada e descabeçada* (lançando mão aqui de adjetivos que ouvi delas referindo-se a si mesmas).

No caso das *cds*, parece que os lados *sapo* e *princesa* precisam se revezar para se manifestar, já que são dois lados de um mesmo indivíduo que socialmente não podem aparecer de forma concomitante. Um desses lados está de acordo com o sexo assignado ao nascer e o outro não. Mas o *sapo* não precisa sair do corpo, como aconteceria, por exemplo, nos casos de *possessão*⁸.

⁸ Analisados em vasta literatura antropológica, como em Landes (2002), Fry (1977, 1982), Birman (1995, 2005), Maggie (2001) e Moutinho, 2005.



Para as *crossdressers* a consciência do sujeito está presente nos dois momentos: na *montação* e *desmontagem*. Esses lados devem se revezar por razões que vão da *princesa* não ser aceita socialmente à necessidade de que o *sapo* mantenha uma vida que possibilite que sustente a *princesa*. O lado *princesa*, nesse contexto, só pode se manifestar quando é possível ou permitido e é nesse momento que um clube como o BCC aparece como uma instituição que pode intermediar esta vinda a público de seus lados *femininos*.

No caso das *crossdressers* a ideia de que há duas pessoas ali, como ocorre com a possessão, se mantém, mas não relacionada à ideia de mundo espiritual. Há duas personagens que fazem parte do mesmo indivíduo. Se na possessão se tem um indivíduo e um espírito que se apropria temporariamente do corpo dele, no caso da *cds* haveria dois lados de um mesmo eu, que se traduziriam na ideia de *sapo* e *princesa*. Talvez por esta razão se refiram sempre a um ou outro lado na terceira pessoa, uma vez que *sapo* ou *princesa* é sempre outro lado de si mesmo. Assim, a relação da *princesa* com o *sapo* não é de exterioridade como no caso do médium e da entidade, em que um espírito precisa sair para dar lugar a outro. Ainda, é preciso lembrar que enquanto os fenômenos de possessão são explicados dentro da lógica da religiosidade, no caso das *crossdressers* a explicação do que acontece consigo é pautada quase sempre em justificativas *científicas*, através do acionamento dos discursos da sexologia e da psiquiatria.

A mudança está muito mais na aparência e na gestualidade do que no *eu*, já que o *sapo* é sempre relatado como quem dá as bases para a *princesa* que se *monta*. Assim, no caso das *crossdressers*, há um *eu* que gestiona os dois lados. É este *eu* que preside a existência dos dois lados, e por esta razão, diferente do que ocorre na possessão, elas se lembram do que fizeram quando estavam *montadas*. A estratégia de cindir esses dois lados – e tratar a ambos na terceira pessoa – talvez seja uma maneira de administrar toda a necessidade do segredo e que possibilita a



esses homens viver uma experiência que lhes é importante de forma menos arriscada e com menos chance de perdas em suas vidas cotidianas.

Nessa construção de si realizada pelas *crossdressers*, são acionadas ainda diversas convenções sobre classe e geração. Assim, a *mulher de verdade* é a mais jovem, e todas dizem que as *princesas que montam são mais novas que seus sapos*. As roupas que usam também tem que ter *glamour*. Assim, os saltos são geralmente muito altos, as roupas muito enfeitadas e as *montagens* muito carregadas de acessórios, maquiagem e brilhos. Como disse uma *S/O*⁹ certa vez, *vê se alguém quer se montar para lavar louça*. A ideia de *se montar* raramente passa pela ideia de ser uma *mulher básica*, a não ser nos momentos em que desejem *se montar* e, ao ir à rua, *passar batido*.

Os *armários femininos* que me foram apresentados ao longo da pesquisa eram sempre abarrotados de roupas e referidos como maiores que o do *sapo* e, por vezes, que os da própria esposa ou filhas. Isso pode acontecer por razões que vão de possuírem em geral alto poder aquisitivo, pela maior durabilidade das peças relacionada a um uso esporádico ou pela representação de que as mulheres são descontroladas quanto ao consumo de roupas e acessórios¹⁰. Há de se considerar também que a mulher

⁹ *Supportive Opposite*, ou *S/O*, "é uma pessoa do sexo oposto que apoia a prática *Crossdresser*. Pode ser uma amiga, namorada, esposa, irmã, prima... Importante ressaltar que é alguém que APOIA, não só que aceita" (definição retirada de uma comunidade para *S/O's* de uma rede social virtual em 15 jun. 2008). É comum, contudo, dentre as pessoas que venho tendo contato que as *S/O's* sejam esposas ou namoradas. De qualquer modo, nem toda *crossdresser* tem uma *S/O*.

¹⁰ Como a maior parte das *crossdressers* com que tive contato tem um bom poder aquisitivo e não fazem uso constante das roupas de mulher que adquirem, é comum que tenham armários abarrotados de coisas, que nem sempre usam, mas das quais também tendem a não se desfazer. De qualquer modo, as peças que compram e não ficam bem ou não servem podem ser vendidas nos bazares que acontecem em seus eventos ou são passadas adiante para outras *cds* que possam fazer melhor uso daquelas roupas, no caso de não haver possibilidade de reformá-las em uma costureira.



que muitas desejam ser devem estar sempre com roupas novas, diferentes, com uma produção a casa uso. Algumas das roupas que compram têm espaço privilegiado nos guarda-roupas, como os vestidos de festa, sapatos e sandálias de salto altos e as calcinhas. Muitas têm verdadeiras coleções desses itens.

Há *crossdressers* que compram roupas femininas pela internet. Outras compram quando estão *de sapo* e para tanto, às vezes fingem que estão comprando um presente para alguém. Algumas *cds* só compram roupas femininas quando estão *en femme*. Algumas outras fazem questão, mesmo *de sapo*, de dizer que as roupas são para si mesmos e de contar que *se montam*. Há um misto de se esconder e se tornar visível nas formas como as *crossdressers* lidam com essas situações. Eventualmente contar que *se monta* para as vendedoras e experimentar coisas na loja pode ser algo que lhes gera muito prazer, conforme relatam. De qualquer modo, a forma como gerenciam o *sair do armário* na ocasião de fazerem compras varia de uma *crossdresser* para outra, assim como com o fato de se sentirem a vontade ou não para fazê-lo. Assim, ora o segredo se faz necessário, ora não, a depender de como se sentem em relação à pessoa que os atendem e aos riscos que podem ser acarretados pela exposição. Algum grau de *exibicionismo* pode ser acrescido a esta decisão também e, eventualmente, *testar a reação do outro* (geralmente quando são mulheres) aparece como uma forma de maximizar o *prazer de comprar roupas de mulher para si*. O ato de comprar roupas em lojas, por vezes, também tem um lado de testar limites e de tentar fazer com que a vendedora entre num certo jogo e acabe, nele, tratando a *crossdresser* como mulher durante a venda. Quando isso acontece, é comum que a *cd* torne-se cliente regular da loja. O fato também é descrito como algo que proporciona grande satisfação a elas.

Há formas diversas utilizadas pelas *cds* para comprar/esconder roupas, acessórios, sapatos e maquiagens, que dependem diretamente de quem sabe, com quem moram e de seu poder



aquisitivo. Algumas *crossdressers* possuem apartamentos que utilizam para se montar e para guardar essas coisas. Algumas dividem locais para isso. Outras lançam mão de artifícios diversos, dependendo se as pessoas com quem moram sabem ou não que *se vestem de mulher*.

No caso de comprar as coisas que necessitam para *se vestir*, há todo um aprendizado para que consigam comprar objetos que *sirvam* efetivamente e que *fiquem bem*. Isso é bastante dificultado pelo fato de que nem sempre é possível que provem as roupas que compram nas lojas, o que faz com que eventualmente as peças adquiridas não caibam ou fiquem esquisitas. Com o passar do tempo, é comum que as *cds* passem a tentar provar as roupas no ato da compra, ao menos em algumas lojas.

É evidente que o potencial de consumo é proporcional à renda do *sapo*. Contudo, um traço comum entre as *crossdressers* com que pude conversar é que todas, sem exceção, investem muito financeiramente (embora não apenas financeiramente) no *cding*. São as roupas e coisas do *lado feminino* que são objeto de ciúmes e cuidados especiais. Foi comum ouvir que não se importam muito com as coisas *do sapo*, mas que *odeiam* quando as mães ou esposas “que sabem” pegam suas joias ou roupas *de menina* emprestadas. De qualquer modo, em alguns momentos soube que elas acabam emprestando uma ou outra coisa para mães ou esposas.

O *sapo* é visto como aquele que possibilita a vida da *princesa*. Eventualmente ele é referido como um provedor que precisa estar bem em sua vida profissional e financeira para proporcionar à *princesa* uma existência confortável. Sem este lado bem estruturado, foi comum relatarem, não haveria a possibilidade de fazer *crossdressing*, já que os gastos com roupas femininas, as quais não usam no cotidiano, são por vezes referidas em tom de brincadeira como *desperdício de dinheiro*. De qualquer modo, a noção de *desperdício* precisa ser relativizada aqui, uma vez que o



crossdressing ocupa um lugar importante na vida das pessoas pesquisadas e, a ideia de *jogar dinheiro fora* merece reflexão. É comum ressaltarem que o *crossdressing* é só uma *brincadeira*, que só fazem de vez em quando e se quiserem, e que, nesse sentido, não é algo que atrapalha suas vidas *desmontadas*. O que ocorre é que, para dar vida à *princesa*, alguns sacrifícios são requeridos. A sociabilidade das *crossdressers* dificilmente se mostrou a mesma antes e depois de passarem a sair *montadas* na rua. Os lugares de frequência mudaram, assim como a periodicidade com que se *montam*. Muitas *crossdressers* passaram a se relacionar mais com outras *cds* do que com amigos de antes desta *fase mais intensa* de *se montar*. A forma como administram esta questão varia, mas, sobretudo nos períodos de *urges*, a relação com os amigos da vida de *sapo* torna-se distante. O mesmo ocorre nas fases de *purge*, em que tendem a se afastar de todo e qualquer contato com outras *crossdressers*.

Se quando falam sobre as transformações corporais e da produção da *princesa* referem-se ao que eles imaginam que é *ser feminina* ou remontam ao tipo de *feminilidade os satisfaz*, que acham “bonita” ou “interessante”, mesmo que afirmem saber que isso é diferente do que as *GG* pensam e/ou fazem, o que se evidencia é que constroem a sua persona feminina de forma relacional com a masculina, uma vez que a *princesa* só existe em relação ao *sapo*. Assim, na composição da *princesa* são acionados comportamentos relacionados ao estereótipo de *mulher faceira*: gastar demais, ser fútil, ser *puta*, ser contida/ingênua etc., e como essa visão permeia também o *tipo de mulher* que interpretam quando estão *montadas* e em suas *montagens* (conforme MOTTA, 1998).

Se estigma, nos termos de Goffman (1975, 2005) e, mais tarde, de Velho (2003), é um atributo dado a um indivíduo ou grupo em processos de diferenciação estabelecidos dentro das relações sociais é preciso reconhecer que, ao mesmo tempo em que ao se vestir do outro sexo as *crossdressers* se contrapõem a certas convenções sociais, o modo como o fazem também dialoga com



essas mesmas normas. Assim, são homens que usam roupas que não são tidas como apropriadas ao seu sexo assignado ao nascer, mas, ao mesmo tempo, aquilo que produzem como feminilidade legítima acorda com certo padrão de beleza que circula na vida social. Assim como nas revistas de moda, para as *crossdressers* uma mulher bonita é jovem, usa salto alto, está sempre maquiada e veste roupas de festa.

Assim, é através do uso de certos objetos e itens, assim como da compra desses, que esta outra pessoa pode ser concretizada, uma vez que estes objetos operam na transformação dos *sapos em princesas* e são, mesmo, fundamentais nessa passagem. Mas a produção dos corpos e a relação entre *sapo* e *princesa* é só uma das instâncias da negociação que estes homens operam para praticarem *crossdressing*. Há outras ainda, que também tem grande peso, embora extrapolem a proposta desse texto, como a relação com a família, o manejo do segredo (e das consequências da exposição, que englobam perdas afetivas e econômicas) e a relação entre *adrenalina* e *risco* que está contida nele.

É justamente através da ideia de segredo (SIMMEL, 1906, 1999) que é possível pensar a manutenção de uma vida dupla, tão cara às interlocutoras de meu trabalho, mais apropriadamente. Assim, é o segredo que possibilita que se tenha um segundo mundo junto com aquele que se manifesta. Estes dois mundos se influenciam mutuamente e dialogam, o que, no caso das *crossdressers*, aparece muito claramente na forma como gerenciam sua cisão do eu.

As *crossdressers* apontam que a noção de desvio precisa ser matizada no que tange a uma ideia de separação entre desvio (BECKER, 2008) e norma. Isso porque, indicam que não há um distanciamento das normas pelo fato de levarem uma vida dupla. Pelo contrário, a própria manutenção desta duplicidade indica que há aí um diálogo. A vida dupla das *crossdressers* indicaria um jogo entre o apreço às convenções sociais (de gênero,



sexualidade, geração e classe social) *versus* a aceitação do descumprimento de algumas delas. Assim, pode-se afirmar que há transgressões que são aceitas, enquanto outras não são e que há algumas piores que outras, o que possivelmente explica uma diferenciação e produção de hierarquias tão grande no interior das sociabilidades estabelecidas intragrupo. É preciso lembrar, conforme Perlongher (1987), que não há uma oposição frontal entre normal e desviante. O que há é uma deriva.

Há um medo constante de se perder a vida respeitável construída como sapo, caso a princesa seja descoberta. Há um diálogo permanente entre a euforia de vestir-se de mulher e o risco de perder a respeitabilidade que o *sapo* construiu para si. A construção de legitimidade que um indivíduo precisa empreender ao longo de sua vida é complexa, assim como o é a construção de hierarquias no interior da vida social. Estas construções dependem de um jogo entre fatores complexos que, no caso das *crossdressers*, põem em diálogo coisas que normalmente seriam tidas como que pertencentes a ordens diversas. Assim, misturam elementos frívolos como saias, saltos, maquiagens, etc., com classe, geração, gênero e sexualidade, de modo a produzir indivíduos que brincam com a norma em alguns momentos para dar vida a um desejo e que, também, (re)conhecem o valor dela para a manutenção de certo *status* arduamente alcançado (e posto em risco pela cessão ao desejo de se montar) na vida cotidiana.

► Referências

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIRMAN, Patricia. Transas e transes: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevoo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 2, ago. 2005.



_____. *Fazer estilo criando gêneros: possessão e diferenças de gênero em terreiros de Umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/RelumeDumará, 1995.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Mediunidade e sexualidade. *Religião e Sociedade*, n. 1, p. 105-123, 1977.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

MAGGIE, Yvonne. *Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MOUTINHO, Laura. Homossexualidade, cor e religiosidade: flerte entre o 'povo de santo' no Rio de Janeiro. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 273-297.

MOTTA, Flávia de Mattos. *Velha é a vovozinha: identidade feminina na velhice*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SIMMEL, Georg. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. MALDONADO, S. (Trad.) In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 1, p. 219-242, abr. 2009.

_____. The Sociology of Secrecy and of Secret Societies. *American Journal of Sociology* 11, p. 441-498, 1906.



VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 11-28.

VENCATO, Anna Paula. *Sapos e princesas: prazer e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. *Fervendo com as drags: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da ilha de Santa Catarina*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. Negociando desejos e fantasias: corpo, gênero, sexualidade e subjetividade em homens que praticam crossdressing. In: DÍAZ-BENITEZ, Maria Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo (Org.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: CLAM - Garamond, 2009. p. 93-117.



The image features a dark gray background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned diagonally across the frame. In the lower right quadrant, the text 'CIDADANIA, ESTADO, POLÍTICAS E JUSTIÇA' is displayed in a bold, white, sans-serif font. The text is arranged in two lines, with 'CIDADANIA, ESTADO,' on the top line and 'POLÍTICAS E JUSTIÇA' on the bottom line.

**CIDADANIA, ESTADO,
POLÍTICAS E JUSTIÇA**



A ESTRATÉGIA DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO: UMA DÉCADA DE EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL (2003/2013)



*Lourdes Maria Bandeira
Hildete Pereira de Melo*

► Introdução

O movimento feminista internacional e nacional nasceu a partir das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres. Seu desenvolvimento ao longo do século XX e XXI se constituiu como uma poderosa narrativa de desconstrução das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres a partir da denúncia sobre a invisibilidade feminina nos espaços domésticos e da sua posição secundária na sociedade.

A luta pela cidadania alterou as perspectivas de milhares de mulheres em diversas áreas da sociedade ocidental. As ativistas feministas fizeram campanhas pelo reconhecimento dos seus direitos e os alcançaram lentamente, ainda que se mantenham grandes desafios para que sejam integralmente vividos: direito a existir com dignidade, direito de propriedade, direito à educação



e ao trabalho, direito de votar e ser eleita, direito a participar de espaços de poder e decisão, direito a seu próprio corpo, direito a viver livre de violências, direito de viver em igualdade de condições com os homens.

Nos anos 1980, no Brasil, com a aprovação da Constituição de 1988 houve a ruptura com o governo autoritário instalado a partir de 1964 e instaurou-se um novo ordenamento político, jurídico e legislativo. No processo de luta pela restauração da democracia o movimento de mulheres teve uma participação marcante, ao visibilizar um conjunto de reivindicações relativas ao seu processo histórico de exclusão lutando pela inclusão de seus direitos humanos. Na *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes* (1988), muitas das demandas propostas foram aprovadas e incorporadas à nova Carta Magna do Brasil.¹ Foi inscrito no texto constitucional que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Art. 5º, I); e, que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (Art. 226, § 5º). Garantiu-se a proteção dos direitos humanos das mulheres e a partição na chefia conjugal. Esta era definida pelo Código Civil (1916) que legitimava a dominação masculina dentro da relação marital.²

O movimento de mulheres que havia ampliado seu protagonismo no final dos anos setenta lutando para a melhoria das condições de vida [sobrevivência] manteve sua atuação política fortalecida com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da

¹ A propósito consultar: THURLER, Ana Liési; BANDEIRA, Lourdes, 2010.

² O Código Civil de 1916 foi substituído pelo atual instituído, pela lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, uma vez que o primeiro “[...] impedia uma mulher de aceitar herança ou de ter atividade profissional sem a autorização formal de seu marido, o qual podia, a qualquer momento, suprimir sua aprovação” (Ver MARQUES; MELO, 2008).



Mulher (CNDM) (1985) e na participação do processo constituinte de 1988. Este se tornou um marco significativo na trajetória da conquista de direitos fundamentais das mulheres brasileiras. De início vinculado ao Ministério da Justiça, objetivava promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. O corpo técnico do conselho era composto, na maioria, por feministas autônomas vindas de diversas regiões do país, com o compromisso de abrir espaço na estrutura política do governo, ser um canal de interlocução com os movimentos de mulheres, além da formulação e monitoramento das políticas.³ O CNDM teve um papel fundamental no processo constituinte, pois conseguiu canalizar, em 1988, através do *lobby* do batom, liderado por feministas e pelas vinte e seis deputadas federais constituintes, a obtenção de importantes avanços na nova Constituição Federal, garantindo igualdade a direitos e obrigações entre homens e mulheres perante a lei.

No entanto, várias mudanças estruturais ocorreram nas trocas de mandatos presidenciais, muitas em função de tendências políticas, sendo que em 1995 o CNDM foi reativado sem estrutura administrativa e sem orçamento próprio. Em 1997, com a implementação do Programa Nacional de Promoção da Igualdade e Oportunidade na função pública (em parceria com o Ministério da Administração), o Conselho Nacional sofre um rebaixamento na hierarquia do Ministério da Justiça. Assim, de 1985 a 2010, teve suas funções e atribuições bastante alteradas e reduzidas. A partir de 2003 quando passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), contou em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, o que amplia o processo

³ A propósito consultar *site* do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM): <www.spm.gov.br/conselho>.



de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres, retoma suas funções de maneira mais consistente e permanente.

A partir dos anos noventa, a situação das mulheres brasileiras foi se transformando pelo progresso feminino no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Nestas últimas décadas verificou-se um aumento crescente da participação feminina no mundo do trabalho produtivo, por exemplo, em 1996, 46% da população feminina estava ocupada ou procurando emprego, esta proporção subiu para 52,2%, em 2008. Analisando o nível de escolaridade das mulheres ocupadas observa-se que foram aquelas com mais de 11 anos de estudos que registraram o maior crescimento proporcional nas taxas de ocupação e esta tendência permanece, pois nos dias atuais o mercado de trabalho: em 2011, as mulheres foram 42,2% das pessoas ocupadas, enquanto esta taxa de participação foi 42,6% em 2009. Nota-se que a entrada delas no mundo do trabalho fora de casa é uma permanência, pois não há mais variação significativa na taxa de participação feminina ao longo da última década (PNAD/IBGE, 2011; RASEAM/SPM, 2013; BANDEIRA et al., 2010).

A chegada das mulheres no mercado de trabalho teve enorme importância no processo de desenvolvimento nacional e no reconhecimento de suas múltiplas possibilidades de integração nos espaços produtivos. Em 1990, Júnia Marise foi à primeira mulher eleita para o cargo de senadora, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT/MG), mas a luta política das mulheres continuou avançando com realização da 1ª Conferência de Direitos Humanos de Viena, 1993, cuja pauta centrou-se no repúdio e na condenação veemente a todas as formas de violência contra as mulheres. Em 1994, na cidade do Cairo, no Egito, aconteceu a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Ainda em 1994 foi aprovada a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, conhecida como a *Convenção de Belém do Pará*. Em 1995, foi realizada Beijing (China), a



IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. O evento marca o reconhecimento definitivo do papel econômico e social da mulher; abre os caminhos do futuro, consagra todas as conquistas das mulheres; reafirma o princípio da universalidade dos direitos humanos e o respeito à especificidade das culturas. Pode-se concluir que as mulheres participaram ativamente destas conferências e marcaram sua presença nas reivindicações escritas nos documentos finais. (cf. ABEP; UNFPA, 2009).

Com a posse do novo presidente da República, em 1995, Fernando Henrique Cardoso, este reativou o CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça, que foi novamente esvaziado em estrutura e *status* nos anos de 1997 e 1998. Em 1999, inicia-se uma reestruturação deste, resultante de pressões do movimento feminista e as demandas feministas ingressaram timidamente na agenda política, graças à compreensão de que se fez necessário institucionalizar políticas públicas voltadas às mulheres.

Assim, em 1996, visando às eleições para prefeitos e vereadores, as mulheres se organizam em todo o país, por meio do movimento *Mulher Sem Medo do Poder*: esta campanha aumentou o número de vereadoras e prefeitas em todo o território nacional, por exemplo, o crescimento do número de vereadoras foi o maior salto dado pelas mulheres na história das eleições municipais no Brasil. Em 1992, nas eleições municipais nacionais foram eleitas 3.952 mulheres vereadoras e este número cresceu nas eleições de 1996 para 6.536 vereadoras eleitas, as mulheres passaram a representar 11,1% das Câmaras Municipais brasileiras. Alves (2012) afirma que este foi o maior salto na participação feminina em eleições na história do Brasil. Seguramente a lei de cotas e a *Campanha Mulher sem Medo do Poder* tinha tido algum efeito.

A presença das mulheres no cenário político nacional, embora ainda escasso já indicava mudanças no cenário político. Assim, também em 1996, o Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral, obrigando os partidos políticos



a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres em suas chapas proporcionais (Lei n. 9.100/95, § 3º, art. 11), e a Lei n. 9504/97 eleva esse percentual para 30%. Houve então dois momentos da presença feminina em espaços políticos – simbolicamente importantes tanto da perspectiva de mudanças na estrutura dos papéis tradicionais como na visibilidade das mulheres em espaços públicos considerados de presença exclusiva masculina. Estes foram, a saber: em 1998, a senadora Benedita da Silva torna-se a primeira mulher a presidir a sessão do Congresso Nacional. Em 2000, Ellen Gracie Northfleet, nascida no Rio Grande do Sul, indicada a primeira mulher ministra do Supremo Tribunal Federal.

Desta forma, a mudança exigida por um novo modelo de política pública começa a ser desenhado, expressando a força da longa luta das mulheres brasileiras, que propugnava novas demandas feministas reconhecidas a partir do debate em torno da Constituição de 1988. Esta se tornou um marco importante de proteção de seus direitos humanos. Ao mesmo tempo, o êxito dos ganhos constitucionais extensivos às mulheres, foi da maior importância na trajetória de suas conquistas, pois, ampliou seus direitos individuais e sociais consolidando sua cidadania no espaço público e na vida privada. As consequências foram sentidas na área da saúde, incluindo os direitos sexuais e os direitos reprodutivos; a segurança; a educação; a titularidade da terra e ao acesso à moradia; o trabalho, renda e a Previdência Social, além do acesso aos direitos civis e políticos.

A Constituição Federal (1988), nas décadas seguintes, re-direcionou a atuação do Estado brasileiro, não apenas no seu corpo burocrático e de gestão, mas, sobretudo, na elaboração e efetivação de políticas públicas mais igualitárias. Esta tendência foi reforçada a partir da gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que teve como um de seus desafios à busca pela participação e a inclusão social. Trata-se de uma mudança paradigmática porque ruíram as bases das políticas públicas elaboradas em um viés de exclusão social. Nesse novo contexto, a



política de estado possibilitou a inovação, ao incorporar a perspectiva de gênero e de raça no escopo das políticas públicas nacionais. Assim, a vontade política de introduzir estas dimensões rompe com a predominância da perspectiva de neutralidade dos direitos humanos e com a visão de cidadania universal. A gestão do presidente Lula foi marcante em algumas áreas sociais, pois estas assumiram maior prioridade no Plano Plurianual da União (PPA) 2004-2007 e novas instituições e ações governamentais foram criadas e realizadas. Esta agenda prosseguiu na gestão da presidenta Dilma Rousseff e outras ações foram incorporadas a através do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).⁴

► A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) na agenda política feminina

A Secretaria de Políticas para as Mulheres foi criada em 1º de janeiro de 2003,⁵ como órgão vinculado à Presidência da República, simbolicamente assinado pelo presidente Lula no dia de sua posse.⁶ Desde sua criação está explícita no seu eixo conceitual o reconhecimento de que, em uma sociedade democrática, a condição de igualdade entre homens e mulheres é o princípio fundador dos Direitos Humanos. Este novo olhar constitui toda a diferença, seja como uma peça estratégica no contexto do novo governo, seja na promoção da igualdade social e de gênero, ambas articuladas ao processo de crescimento econômico. Naquele momento, instalava-se um novo paradigma de atuação da gestão

⁴ Ver BANDEIRA, Lourdes e BITTENCOURT, Fernanda. 2005, RASEAM 2013.

⁵ Quando de sua criação se intitulou Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em 2010, perdeu a condição de Especial, pois foi galgada a condição de Ministério e passou a ser denominada de Secretaria de Políticas para as Mulheres.

⁶ Como antecessora da SPM foi criada em 2002 a Secretaria de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM), vinculada ao Ministério da Justiça, quando foi criada a SPM/PR incorporou esta Secretaria (SEDIM).



pública, que priorizava o combate a todas as formas de desigualdades, sobretudo as que atingem as mulheres.

A SPM foi fundada tendo como centralidade erradicar todas as formas de desigualdades que atingem às mulheres, as quais ainda são partes constitutivas das populações femininas ditas ‘vulneráveis’. Portanto, instaurava-se um olhar institucional específico para as políticas públicas destinadas às mulheres, este centrado na inclusão, participação e no investimento social. Ao longo da primeira década do século XXI se consolidou uma visão de que era necessário ter políticas para as mulheres e que se deveria incorporar sua participação nos diversos programas econômicos e sociais do governo. Seja como parte da gestão pública, seja como sujeitos de demandas. Este reconhecimento tem sido fundamental no combate as situações de desigualdades, de pobreza e vulnerabilidades, como também para construir a autonomia feminina.

A criação da SPM com a missão de incorporar a temática de gênero nas políticas públicas representou um espaço inaugural no Estado brasileiro, centrado no reconhecimento de que a desigualdade entre as mulheres e entre os homens altera a estrutura de sustentação do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural e não responde a uma visão republicana que se pretende presente. Com este intuito buscou-se assegurar que os braços do Estado fossem suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições conservadoras e patriarcais que continuam relegando as reivindicações das mulheres à esfera privada. Assim, pretendeu-se deixar no passado, o conservadorismo do Estado brasileiro que se traduzia na maneira como eram elaboradas as políticas públicas, que tinham como uma de suas marca a exclusão feminina.

Nessa nova perspectiva, o Estado amplia sua interlocução com a sociedade civil por meio da criação da SPM, a qual institui um novo modelo de gestão, no qual seus agentes e as beneficiárias dessa política podem exercer o controle social. Assim, a sociedade



civil organizada participa da formulação e avaliação das políticas públicas, com propostas revestidas de caráter transformador diante dos novos paradigmas (YANNOULAS, 2002), sobretudo com o impacto de um novo sujeito político coletivo: a mulher.

Para tanto foram introduzidas mudanças fundamentais na arquitetura de atuação do Estado, assim como de seus organismos de governo, e a SPM incorporou novas estratégias criativas à participação social tanto para a formulação de políticas públicas como para o controle social – de seus atos e dos recursos públicos. Este controle expressa-se na realização das Conferências da Mulher, na atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como pelo Comitê de Monitoramento do PNPM.

Assim, em sua atuação cotidiana e inspirada no princípio de igualdade de condições entre homens e mulheres, propõe que estratégias para o desenvolvimento sejam definidas a partir das demandas e iniciativas da sociedade civil. Que estas também sejam igualitárias, inaugurando, no contexto da sociedade brasileira, um conjunto de políticas públicas voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminações de gênero, com vistas à consolidação dos direitos humanos e da cidadania das mulheres. Políticas públicas para as mulheres representam estratégias de avanço tanto para o governo como para a sociedade, uma vez, que envolvem e recobrem a transversalidade das áreas e ações ministeriais, abrangendo a multiplicidade de agentes públicos, assim como as diversas esferas de poder.

A SPM tomou como tarefa urgente na efetivação das políticas públicas, a discussão ao enfrentamento das condições de desigualdade e discriminação vivenciadas pelas mulheres. Este entendimento político pôde se concretizar de forma clara, através do compromisso com as mulheres e na busca pela igualdade de gênero, assim como instaurou esta temática de forma transversal em parceria com os demais Ministérios, através da participação de suas representantes na efetivação do Plano Nacional de Políticas



Públicas (PNPM), constituindo-se na principal ação pública de articulação das questões de gênero. Assim, um novo campo de ação e atuação política foi permeado por um corpo de reflexões questionadoras das práticas políticas, fundadas em identidades essencializadas ou naturalizadas que tendem a desaparecer. E no novo cenário, as mulheres se tornaram, finalmente, protagonistas da construção de um novo caminho. Este aponta em direção a um futuro de independência, autonomia e de igualdade cidadã.

No trajeto para estabelecer os direitos das mulheres, a Secretaria convocou e realizou três Conferências Nacionais que resultaram no lançamento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), com a primeira publicação do Plano em 2004, em 2008 e em 2013 respectivamente. Estes foram construídos a partir das diretrizes emanadas das Conferências Nacionais, as quais tiveram ampla participação da sociedade civil e dos movimentos sociais. A existência do PNPM demarca um novo momento no campo das políticas públicas direcionadas às mulheres, uma vez que tenta responder as demandas dos movimentos. Papa (2012, p. 108) afirma “que estes planos podem ser considerados produtos de um processo participativo e, ao mesmo tempo, resultado de uma busca da SPM por alianças internas com vistas à implementação de ações intersetoriais e transversais”. Assim, de forma *sui generis* estes planos são executados em parcerias com a maioria dos atuais Ministérios e Secretarias reforçando o princípio da gestão transversal e interinstitucional. Ao mesmo tempo, o conceito de gênero ganha características próprias atuando no campo político cujas práticas institucionais devem manter-se avessas as instrumentalizações essencialistas.⁷

⁷ A implementação dos compromissos firmados no PNPM é coordenada pela SPM e desenvolvida por um conjunto de 22 ministérios e secretarias. Este Plano é composto por 11 eixos que orientam a atuação e o estabelecimento de metas quantificáveis. Estas significaram a execução de 17 bilhões de reais na efetivação de 388 ações distribuídas pelos temas: I. Autonomia econômica e igualdade no



Assim, as ações em desenvolvimento a partir dos PNPMs foram fruto desta construção coletiva e permanente instrumento de uma nova forma/maneira de fazer políticas públicas. E isto garantiu unicidade e articulação entre todo o governo federal no campo das políticas direcionadas para as mulheres.

► A SPM e a perspectiva da transversalidade de gênero

Para se compreender o significado da expressão - *transversalidade de gênero*⁸ é necessário recorrer as suas raízes históricas e conceituais (Stiegler, 2003). Estas emergiram no contexto internacional dos movimentos de mulheres, cujas escassas experiências em relação às repercussões de suas demandas e reivindicações frente aos Estados Nacionais e as instituições governamentais, motivaram o movimento organizado de mulheres, sobretudo, na Europa, a agir de maneira mais expressiva e contundente. Nessa direção, a União Européia se pronunciou favoravelmente a incorporação do princípio da “transversalidade de gênero” e a partir de 1993, já se conhecia esse princípio-estratégia, cujo objetivo era: “a busca pela igualdade de oportunidades para mulheres e para homens”.

Mas foi na *IV Conferência Mundial das Mulheres*, em Beijing (1995), finalmente, que essa nova estratégia é assumida e foi designada como *gendermainstreaming* reconhecida e registrada,

trabalho; II. Educação inclusiva; III. Saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; IV. Enfrentamento da violência contra as mulheres; V. Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; VI. Desenvolvimento sustentável; VII. Direito a terra, moradia e infraestrutura social; VIII. Cultura, comunicação e mídia igualitárias; IX. Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; X. Enfrentamento das desigualdades geracionais; XI. Gestão e monitoramento.

⁸ Transversalidade de gênero para muitos autores é usada como sinônimo de *gendermainstreaming*



como “transversalidade de gênero”, que acabou sendo adotada em toda a documentação correspondente.

Stiegler (2003, p. 7) propõe como definição do princípio-estratégia:

Elgendermainstreaming consiste en la reorganización, mejora, desarrollo y evaluación de procesos de decisión en todas las áreas políticas y de trabajo de una organización. El objetivo del gendermainstreaming es incorporar la perspectiva de las relaciones existentes entre los sexos en todos los procesos de decisión y hacer que todos los procesos de decisión sean útiles a la igualdad de oportunidades.

Assim, configurava-se plasmado como objetivo geral de igualdade de oportunidades para as mulheres, registrado na *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, (Art. 23, 1999).⁹ Com a entrada em vigência do Tratado de Amsterdã (1º de maio de 1999) reafirmou-se o princípio de incorporação da “transversalidade de gênero”, segundo os Art. 2 e 3 ap. 2 do Tratado da União Europeia. A partir de então todos os Estados membros desta se comprometeram a aplicar em suas políticas públicas tal princípio. Em outras palavras, acordaram em aplicar tal princípio-estratégia, impulsionando, assim, o objetivo de eliminar todas as formas de desigualdades entre os sexos, nas políticas comunitárias, de emprego, do mercado laboral, da educação, entre outras.

Portanto, no contexto internacional, as políticas públicas de promoção das mulheres, a partir da perspectiva da “transversalidade de gênero” significaram aos governos não unicamente que ocorresse sua incorporação em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, senão que o impacto vinculante da perspectiva de gênero deveria ser assimilado pelo

⁹ Em alguns dos países escandinavos assim como na Inglaterra, o princípio da *transversalidade de gênero* foi implementado ainda nos anos de 1980.



conjunto de políticas desenvolvidas por cada uma das áreas governamentais, considerando a especificidade da situação das mulheres e dos homens. Assim, cada ação política deveria ser contemplada com tal perspectiva, uma vez que a pergunta chave implícita estaria sempre presente: *em que e de que maneira se modificam as condições de vida das mulheres e se melhora sua condição de autonomia?*

A partir de então, o princípio da “transversalidade de gênero” passou a se fazer presente nas comissões e grupos que planejam e discutem políticas governamentais. Sendo dúvida isto representou uma mudança significativa na esfera política e jurídica, pela articulação do caráter vinculante do princípio em níveis nacional, estatal e municipal. Foi extensivo às ações da cooperação internacional junto aos países em desenvolvimento.

► A introdução do princípio da “transversalidade de gênero” pela SPM

O princípio da “transversalidade de gênero”, no Brasil, tampouco é desconhecido, na medida em que já se incorporava, de alguma maneira, no Plano Plurianual-PPA 2004/2007, regendo as ações de políticas públicas do Estado. Tal iniciativa possibilitou um novo/outro olhar em relação à elaboração de políticas públicas conduzindo a mudanças tanto na gestão como nos processos de tomada de decisões. Sem embargo, esta implementação na organização dos processos de gestão e das ações políticas governamentais, ainda não é unanimidade, uma vez que o processo de “convencimento” ainda não cobre a unanimidade de todos os servidores e gestores envolvidos.¹⁰ Esse processo, sem

¹⁰ Pode ser definida uma organização, instituição ou mesmo uma política como patriarcal, quando as decisões são tomadas, predominantemente, pelos homens, enquadrando-se em esquemas de pensamento tradicionalmente masculinos. Por um lado, esse tipo de esquema encobre um tipo de pensamento,



dúvida passa pela presença efetiva e pela eficácia de atuação da SPM que significa estabelecer parcerias e monitorar a incorporação das relações de gênero em todas as ações políticas que sejam implementadas no governo via o PPA e outras ações políticas. As resistências de algumas das instituições e órgãos públicos se fazem presentes, pois ainda continuam assentadas em estruturas hierárquicas conservadoras e persistentes, cujo processo de convencimento e de sensibilização ainda não conseguiu desestruturá-las. Sem dúvida que a força de incorporação dessas demandas está relacionada, permanentemente, com o poder organizativo e de mobilização das mulheres, da crítica feminista, dos movimentos sociais, da atuação das ONGs, entre outros/as.

No geral, a maioria das políticas públicas já incorpora o “enfoque de gênero” como tema transversal, deixando de ser um marcador exclusivo da ação política de grupos feministas, mas envolvendo a presença das mulheres nas políticas públicas indicando a identidade de um sujeito político que fala – as mulheres e suas questões. A democratização das relações de gênero, com visibilidade para homens e para as mulheres, não vem ocorrendo impunemente, sofre críticas, uma vez questiona a concepção binária acerca das relações de gênero, como um limite imposto por nossa formação cultural ao nos fazer crer no dimorfismo sexual como anterioridade lógica.

As desigualdades de gênero expressam as relações hierárquicas e de poder entre homens e mulheres na sociedade e estão profundamente institucionalizadas e seus desdobramentos refletindo-se também nas diferenças e discriminações relativas à

encobre as questões de gênero que condicionam a vida real, por exemplo, quando se entende por trabalho, somente aquele que é remunerado e não se inclui aquele trabalho que não é remunerado como o trabalho doméstico, por exemplo. Por outro lado, estabelecem regras e normalizações que se ajustam unicamente a uma biografia e a um modo típico masculino, por exemplo: uma jornada de trabalho de 10 horas como requisito óbvio para todas as pessoas que ocupem cargos.



condição racial e etária das mulheres, e desencadeiam/geram a violência institucional. Portanto, um dos principais fatores da cegueira para a introdução da perspectiva de gênero nas políticas públicas felizmente por poucos, relaciona-se, a preponderância de pressupostos e formas de pensar que fazem as relações entre homens e mulheres apresentarem-se através de um espectro positivista da condição humana. Ao contrário das perspectivas holísticas e leituras plurais que se interrogam e que se fecundam mutuamente, admitindo, a presença da diferença, do heterogêneo, do complexo, da alteridade, explicitamente situados à margem, e, portanto, nem sempre alçados ao nível do olhar dirigido à formulação das políticas públicas. Essa margem deve fazer parte integrante também das políticas para as mulheres. Também podem se conjugar elementos particulares e singulares – gênero, raça, classe e idade, entre outros, com os universais republicanos propiciando uma articulação histórica e política com a estratégia da transversalidade na busca de Direitos Humanos.¹¹

Portanto, a estratégia de transversalidade pressupõe olhares e ações múltiplas e oblíquas opondo-se as dimensões lineares e longitudinais características da exclusão e de desigualdade. No âmbito da governabilidade, remete, a processos de gestão institucional não mais centrados em paradigmas positivistas em relação às políticas para as mulheres/de gênero. Ao contrário, articula e estimulam verticalmente os três níveis federativos e as ações intersetoriais compartilha a percepção de interdependência, interdepartamentalidade e inter-institucionalidade.

O olhar transversal implica, necessariamente, aceitar nuances qualitativas e heterogêneas acentuando a polissemia, em relação a outros olhares. Diferentes olhares pressupõem racionalidades plurais – multireferenciais, desarticulando a supremacia ou

¹¹ Ver sobre este tema da transversalidade na gestão das políticas públicas (REINACH, 2013).



predomínio de uma razão única. Enquadramentos conceituais novos operados pelo princípio-estratégia da transversalidade de gênero possibilitam socializar novos conhecimentos, experiências, recursos, técnicas e gestões acumuladas por diferentes instituições e atores em convergência. Sobretudo, àquelas voltadas aos grupos sociais demarcados pelos preconceitos, discriminações, pela violação de direitos, como as mulheres, sobretudo as mulheres negras. Esses grupos têm maiores dificuldades de se incluírem e de incluir legitimamente, nas políticas públicas, assim como na agenda das demandas das políticas públicas.¹²

A SPM, ao assumir a perspectiva da transversalidade de gênero, na elaboração e implementação efetiva das políticas públicas voltadas às mulheres expressa seu compromisso no âmbito da governabilidade, através da incorporação de princípios paradigmáticos que além de nortear o PNPM se constituem agentes de mudanças. Estes princípios estão centrados: a) na autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; b) na busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; c) no respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; d) no caráter laico do Estado; d) na universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; e) na participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e, f) transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.¹³ Tais princípios exigem mudanças

¹² Em relação aos Direitos Humanos para as Mulheres, a transversalidade torna-se uma *démarche* intencional que se compromete em realizar outras leituras em relação à normatividade estabelecida à condição de gênero, com a criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisões (fóruns, comitês, conferências, estruturação de redes, relações de confiança e reciprocidade). Sabe-se que a prevalência de seu oposto, o modelo burocrático-departamental, é resistente a inovações e isto leva, portanto, a uma gestão transversal e, por sua vez, esta constitui-se num desafio.

¹³ Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015). SPM/PR. Brasília, 2013. Disponível em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.



diversas, desde a ruptura com a visão homogênea sobre o coletivo feminino, associada a sua condição reprodutiva; nos processos de planejamento e de tomada de decisão; na interconexão com a atuação das redes de governabilidade do estado, não apenas altera a base de sustentação do processo de desenvolvimento econômico social, não só porque as mulheres eram excluídas, mas também, porque sua inclusão ocorre com vistas a reconhecê-las como sujeitos políticos. Isto já não pode mais ser ignorado.

Por fim, Walby (1997, p. 34) sistematiza alguns elementos que incorporados nas ações da SPM, nos conduzem a atuação ou desempenho transversal:

- O reconhecimento da condição de igualdade real, pressupõe uma efetiva equivalência entre homens e mulheres, em relação as suas atividades sociais, assim como em suas demandas e interesses em todos os âmbitos necessários, que deve pressupor a estratégia de transversalidade de gênero;
- As políticas públicas de igualdade – estratégia da transversalidade de gênero – são aquelas impulsionadas de distintos espaços/âmbitos públicos com a finalidade de promover a igualdade, removendo obstáculos e resistências, barreiras estruturais e culturais que discriminam as mulheres erradicando as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

► **A SPM e a política nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres**

A igualdade entre mulheres e homens está assegurada na Constituição Federal de 1988, mas estar escrita nas leis não significa que está presente na vida das mulheres. A violência doméstica ainda assombra milhares de mulheres em nosso país. Destaca-se que a complexidade do fenômeno da violência doméstica contra as mulheres não pode ser entendida de maneira



desarticulada do lugar ou do contexto que ocupa em uma rede mais ampla de violência estrutural, cuja interseção com outros fatores determinantes das dinâmicas sociais, tais como as condições de classe social, raça/etnia, geracionais, assim como das representações sociais femininas e masculinas hegemônicas se fazem presentes (BANDEIRA, 2013).

Desagregando os dados de agressões por sexo do suplemento *Vitimização e Justiça* da PNAD/IBGE, 2009, a pesquisa mostra que 70% das agressões sofridas pelas mulheres, seu agressor era uma pessoa do seu conhecimento e, em 25,9% era o marido ou ex-companheiro (IBGE, 2012).¹⁴ Em pesquisa recente (2010) realizada pela Fundação Perseu Abramo com representatividade nacional¹⁵ surpreende ao evidenciar que “os dados iniciais apresentados pela amostra masculina informam que 91% dos homens admitem que bater em mulher é errado em qualquer situação”; ao mesmo tempo:

[...] que 84% dos homens entrevistados admitem que já bateram em uma mulher ou namorada; 57% admitem que bateu uma vez, enquanto, 43% já o fez algumas vezes. Perguntado *se agiu bem ou mal em bater nela*, 14% respondeu que agiu bem; 76% responderam *que em parte agiu bem em parte mal*. Portanto, os dados indicam a prevalência de uma forma de violência de mão única ou unilateral. Perguntado *se bateria de novo*, as respostas foram: 15%= sim; 56%= não; e, 30% não sabe” (BANDEIRA, 2013, p. 65).

Ao longo da história as motivações que levam a estas agressões e mesmo homicídios contra as mulheres estão relacionadas aos chamados “crimes da paixão” explicados pela estrutura patriarcal da sociedade, estes são diferentes daqueles cometidos

¹⁴ Esta taxa de participação é idêntica a dos registros da Central de Atendimento à Mulher - LIGUE 180 (SPM), estudado adiante neste artigo.

¹⁵ A pesquisa foi realizada em 25 estados brasileiros e entrevistou 2.365 mulheres e 1.181 homens.



contra o sexo masculino. Para os homens estas agressões e mortes são relacionadas a tráfico, vingança e brigas, e geralmente ocorrem nos espaços de sociabilidade pública. Embora a condição de pobreza, falta de acesso a serviços essenciais, baixo nível de escolaridade e precário acesso à saúde são indicadores que agravam a situação de violência feminina e estão presentes na grande maioria dos casos. Para as mulheres também deve ser levado em conta à prostituição bem como o tráfico de mulheres que acabam por se reverter em outra causa do aumento do assassinato feminino.

No Brasil até o ano de 2003 as iniciativas de enfrentamento a violência contra as mulheres constituíram-se na criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Casas-Abrigo (1985/2002), mas só depois da criação da SPM é que se inicia a formulação propriamente dita de diretrizes de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Até então o movimento e as organizações de mulheres é que tiveram iniciativas ao criarem os SOS e ao dar visibilidade a esse fenômeno social.

Em 2004, o 1º. PNPM dedicou um capítulo ao combate a violência, na sequência foi criada, em 2005, a Central de Atendimento à Mulher – LIGUE 180. Serviço de âmbito nacional, que funciona 24 horas e tem o objetivo de receber denúncias e de orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis para o atendimento de suas demandas. É um número de utilidade pública que pode ser acessado gratuitamente pela população de todo o país. Desde sua criação, o Ligue 180 recebeu mais de dois milhões de ligações, os quais indicam os elevados percentuais de violência contra a mulher que ocorrem cotidianamente em nossa sociedade.

Todas as informações registradas pelo LIGUE 180 que entre os anos de 2006 a 2012 fez três milhões de atendimentos são indicativas de que, mesmo após grandes conquistas no enfrentamento à violência contra as mulheres, esta ainda é persistente,



assim como o desafio de ampliar e aprimorar o atendimento para amparar tais mulheres que vivem nesta situação.

Por sua vez a promulgação da Lei 11.340/2006, cunhada como Lei Maria da Penha, surge em sintonia com a Constituição Federal e com os marcos internacionais ao combate à violência contra a mulher, especialmente baseada na *Convenção Belém do Pará/1994*. Resultou do processo de mobilização e de luta feminista e se constitui, atualmente no principal instrumento legal para a erradicação, prevenção e punição da violência doméstica e familiar contra as mulheres no país. Trouxe a ampliação do conceito de violência, assim como deve servir de estímulo ao poder público e ao judiciário ao tratar desse fenômeno de grandeza social. Questionada em sua isonomia e inconstitucionalidade, inúmeras vezes, o que ancora há muitos operadores da justiça a se desculparem pela sua não aplicação, finalmente, foi ratificada como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 11 de fevereiro de 2012.

Sem dúvida que a SPM e os movimentos feministas e de mulheres lograram uma grande vitória com a aprovação desta Lei, pois se tornou uma referência internacional.¹⁶ Esta possibilitou mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres em situação familiar e em relações afetivas, em todas as suas expressões, em qualquer contexto socioeconômico. Em 2007 foi lançado pela SPM o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, este consolida a política de criação de uma rede articulada de atendimento à violência contra a mulher nos municípios da federação.

Portanto, a Lei 11.340/06 é o resultado do amplo debate realizado na esfera pública, coordenado pela SPM/PR, que reafirma

¹⁶ Esta legislação foi iniciativa do movimento feminista através das organizações CFEMEA, ADVOCACI, CEPIA, AGENDE, THEMIS e CLADEM e de advogadas feministas. Esta proposta inicial foi entregue a SPM que a encaminhou ao Congresso Nacional.



o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais de proteção e participação das mulheres vítimas de violência no Brasil. Para cumprir esta legislação o Estado teve que instituir uma série de serviços destinados ao atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, e nesse sentido, a SPM priorizou as ações da Agenda Social através Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher resultando no maior compromisso com os todos os estados através da implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. O modelo de desenvolvimento do Pacto envolve ação articulada na perspectiva da transversalidade de gênero, da intersetorialidade entre as esferas governamentais e da capilaridade destas ações que devem chegar até aos municípios.

Vários são os desafios que se apresentam para a plena efetividade da *Lei Maria da Penha*. Com certeza o principal diz respeito à carência de recursos humanos qualificados e sensibilizados, assim como a presença de certas áreas de resistência, sobretudo, no âmbito do judiciário. Inversamente, está à dificuldade das mulheres de romper com a invisibilidade da violência e dos homens de romper com a negação da igualdade e permanecer nas relações assimétricas de dominação sobre a mulher.

Em relação à expansão dos serviços, por exemplo, levantamento realizado pela MUNIC/IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2009) identificou que existem hoje 262 municípios com casa abrigo, 397 com 475 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (sendo que em 2003 eram 200 DEAMs), 469 com núcleos especializados de atendimento à mulher nas Defensorias Públicas e 274 com Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Embora tais serviços atendam uma rede mais ampla do que a definida pelo território municipal, é fato que há necessidade de maior oferta e fortalecimento das instituições implantadas recentemente. A Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é o desafio para



incorporar a intersetorialidade e a transversalidade como diretriz das políticas públicas federais.

Tendo em vista que a violência constitui uma violação aos direitos humanos e trata-se de um fenômeno de caráter multidimensional e requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social (educação, trabalho, saúde, segurança pública, assistência social, entre outras), a SPM tem como missão central promover a transversalização da perspectiva de gênero no conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Isso significa que sua principal função não é executar as políticas, mas atuar junto com as mulheres, em diferentes instâncias governamentais para que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres seja concretizado na ponta.

► **As mulheres nos espaços de poder e de decisão**

A história da formação política no Brasil evidenciou, no decorrer de séculos, o alijamento da presença das mulheres nas esferas de poder e decisão. Isto deve-se à persistência de práticas patriarcais que continuam a associar os espaços de poder como masculinos, a sobrecarregar as mulheres com as tarefas domésticas e de cuidado e a bloquear sua ascensão nas carreiras e ofícios. Foi longa a luta das mulheres pelo direito ao voto em todo o mundo e no Brasil, este direito foi instituído pelo Código Eleitoral de 1932, mas no decorrer destas décadas a presença das mulheres na política foi e continuou sendo muito tímida e o momento eleitoral de 1986 que culminou com a Carta Constitucional Democrática de 1988 permitiu uma ligeira inflexão na representação feminina no Congresso Nacional, que se alterou lentamente nas décadas seguintes, na atual legislatura tem-se 45 parlamentares federais do sexo feminino na atual legislatura (eleições de 2010).¹⁷

¹⁷ Nas eleições de 1986 foram eleitas vinte e seis deputadas federais para uma representação anterior (Legislatura de 1983) de oito deputadas federais (TSE).



Historicamente, a frágil articulação entre práticas privadas e públicas reforçou a permanência dos modelos de confinamento das mulheres à esfera do privado, não apenas afastando-as do espaço público, como do acesso a qualquer forma/expressão de representação política. Dito de outra forma, a dificuldade de acesso das mulheres aos espaços de poder público sempre foi restrita, e de maneira mais contundente, atingiu as mulheres oriundas de grupos populares, sobretudo devido ao grau de submissão aos seus maridos/companheiros.

Após a conquista do voto, certamente, que o acesso à educação e ao mundo do trabalho contribuiu para emergir algumas situações de visibilidade da presença feminina nos espaços públicos: aquelas engajadas no movimento feminista que se tornaram as “militantes” que romperam com maior radicalidade com seu papel tradicional e como decorrência ingressam na esfera pública. Outras formas de reagrupamento de mulheres populares, sobretudo, em atividades vinculadas à comunidade de vivência resultam em coletivos organizados, com objetivos mais imediatos, sobretudo, direcionados as questões de sobrevivência. Esses diferentes grupos compõem um movimento social que se propõe a mudar as relações entre homens e mulheres, a partir dos anos 1980. As questões e demandas propostas pelas feministas se transformam em questões sociais e políticas mais complexas que interpelam um público mais amplo do que as próprias feministas: demandam acesso aos partidos, à criação de creches, direito ao aborto, demandas na área da saúde e o combate à violência contra as mulheres. A militância feminista se articula com as mulheres dos movimentos populares nos congressos, nos bairros, nos sindicatos. A transversalidade dos movimentos mulheres remete a redes, pessoas e temas que tomam a forma de um sujeito coletivo: as mulheres nos movimentos. As reivindicações, muitas vezes definidas como ‘específicas’, se articulam com problemáticas emergentes, como a cidadania e a igualdade (SOUZA-LOBO, 1990).



Em outras palavras, pode-se afirmar que as mulheres não fizeram parte, pelo menos até a segunda metade do séc. XX, da construção do projeto político nacional e nem no aparelho do Estado, uma vez que a inscrição partidária feminina não conseguiu transpor a rígida/autoritária organização dos partidos, pois predomina ainda o ideário de um partido dominado por homens, em sua composição e direção. A situação se altera para um segmento muito específico de mulheres, quando estas fazem parte de um feudo político familiar. Com o apoio deste e com recursos conseguem transpor tais barreiras. No entanto, enquanto não for posta em causa as formas de dominação masculina, certamente, o poder/partidos reservam às mulheres a condição de – esposa ou companheira que mantém a infraestrutura e o apoio para o “combatente”. Com esse ‘modelo’ andocrático a dominação só faz se reproduzir.

Este vácuo e a pressão do movimento de mulheres, da própria SPM e da Bancada Feminina no Congresso Nacional tentado alterar este quadro. E como consequência destas ações houve a adoção de uma política de cotas, ainda em 1996 e depois veio a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo que cada partido ou coligação seria obrigado a reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% de suas vagas para candidaturas de cada sexo. Esta foi uma tentativa frustrada, pois, a reserva de vagas não equivalia a vagas efetivas de mulheres no processo eleitoral. A luta continuava e em 2008, foi lançada a campanha *Mais Mulheres no Poder* com caráter permanente, promovida pela SPM, Bancada Feminina no Congresso Nacional e os Partidos Políticos, finalmente, em 2009, foi instalada uma Comissão Tripartite para discutir a legislação eleitoral em relação às cotas por sexo. Esta Comissão foi formada por representantes do Executivo Federal, sociedade civil, Congresso Nacional (bancada feminina) e o Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos (participavam 16 partidos brasileiros), as propostas emanadas destas



discussões foram responsáveis pelos avanços (ainda que pequenos) da presença das mulheres no tecido político nacional. Esta atuação culminou com a promulgação da Lei n. 12.034, de 29 de setembro de 2009 que determinou a cota de 30% de mulheres no preenchimento das listas eleitorais de cada um dos partidos.

O resultado foi sofrível, contudo, a eleição presidencial de 2010 contou com duas mulheres candidatas entre os três candidatos mais competitivos. Uma delas foi eleita e assim Dilma Rousseff, tornou-se a primeira mulher Presidenta da República e isto tem tido um efeito político estimulador para fortalecer a presença das mulheres em todas as esferas de poder. Para as assembleias estaduais e distrital e câmaras de vereadores a situação não mudou substancialmente, embora as eleições municipais de 2012 tenham mostrado um crescimento das candidaturas femininas (31,9%), pode-se afirmar que a lei de cotas de 2009 foi cumprida pela primeira na história eleitoral nacional, mas o resultado foi apenas um pequeno avanço no número de mulheres eleitas, em 2008 elas tinham sido 12,5% e em 2012 foram 13,3% (SPM, REVISTA DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO, 2012).

O baixo índice de participação feminina na estrutura do Estado, assim como nos espaços de tomada de decisão é possivelmente um dos fatores que mais contribui para a manutenção da situação desfavorável em que vivem as mulheres brasileiras. Embora a presidenta Dilma Rousseff tenha contemplado a presença de 26% de mulheres nos cargos de ministras, isso não representou que as estruturas internas ministeriais tenham alterado a sua composição. Numa dimensão histórica estas relações de gênero assentadas na sociedade patriarcal definem este padrão de comportamento subordinado das mulheres e sua exclusão da vida política. Um exemplo disso é o fato de que o enfretamento à violência de gênero só foi incorporado efetivamente às políticas de Estado quando se criou uma institucionalidade com a atribuição



de elaborar e executar políticas para as mulheres. Outro é a baixa representação política nos cargos executivos e legislativos do país. Por isto a SPM tem como uma das suas políticas o incentivo à criação de órgãos de políticas para as mulheres (OPMs) nos âmbitos municipais e estaduais para que as políticas públicas traçadas na esfera federal possam atingir todo o território nacional. Os últimos dez anos consolidaram a cidadania no Brasil e as ações afirmativas desnudaram a subrepresentação feminina e trouxeram para a agenda política os desafios da inclusão democrática, no entanto, os desafios são enormes (CEPIA; ONU/MULHERES, 2011).

► **Trabalho e educação: para autonomia e para a igualdade cidadã**

A sociedade brasileira viveu nas cinco últimas décadas um processo de ampliação da educação e o movimento feminista desde os anos 1930 tinha que esta bandeira como reivindicação. A vitória das mulheres foi inegável, pois, há paridade entre os sexos no acesso e progressão escolar, embora permaneça uma desigualdade educacional entre as mulheres urbanas e rurais, brancas e negras ou desigualdade salarial entre os homens e mulheres com o mesmo nível educacional. Os dados da PNAD/IBGE, 2012 mostram que há uma diferença entre o rendimento médio masculino e feminino: as mulheres com ensino superior completo ganham 65,7% do que ganha um homem na mesma situação (sobre a desigualdade educacional ver *O Progresso das Mulheres no Brasil*, CEPIA; ONU, 2011, p. 390-434).

Ao longo destes anos da criação da SPM, as políticas de gênero no campo educacionais avançaram apoiadas pela criação no âmbito do Ministério da Educação (MEC) da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD,



em 2004¹⁸, e pela realização das conferências nacionais de políticas para as mulheres, seguidas do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (MEC), em 2007 e, em 2010, da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e lançamento do PNE 2011-2020 que inauguram uma nova gestão neste campo, buscando promover o acesso e a universalização da educação básica e desta forma completar o processo de desenvolvimento socioeconômico nacional.

No percurso destes dez anos, a institucionalização da SPM e da SECADI/MEC possibilitou o desenvolvimento e a transversalidade de uma política educacional com perspectiva de gênero. A SPM induziu e apoiou à formulação de políticas para as mulheres e a SECADI/MEC ficou com atribuição de difundir no interior do Ministério e na rede escolar nacional a temática de gênero e da diversidade de forma ampla.

Os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs) formulados pelo governo e sociedade civil através das Conferências (2004, 2008 e 2011), incluíram objetivos específicos para a educação, embora estas políticas sejam quase que totalmente de responsabilidade de execução do MEC, pois a SPM é um órgão articulador de forma transversal destas políticas, esta tem ao longo destes anos buscado cumprir esta missão, ainda que em projetos pontuais como através do Programa Mulher e Ciência e dos cursos à distância – Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e em Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça – GPP-GeR.

No campo acadêmico, os desafios colocados pela construção da igualdade oriundos da implementação das resoluções do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do governo federal destaca-se a aplicação do projeto de Lei 235/2007 de autoria da

¹⁸ Em 2011 a reestruturação organizacional do MEC transformou esta secretaria em Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), incorporando o tema das pessoas com deficiências em suas políticas.



Deputada Alice Portugal (PCdoB, Bahia), que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ao recomendar o ensino sobre “os direitos da mulher” no ensino médio. Em 2011, o Congresso Nacional promulgou a “nova” LDB atualizada com as reivindicações colocadas pela sociedade brasileira.

O desafio da SPM é introduzir no sistema educacional brasileiro, em todas as suas fases a temática da igualdade entre mulheres e homens nos currículos escolares e desta forma transformar o sistema educacional. Como na educação o movimento feminista não fez incursões reivindicatórias tão fortes como fez para a saúde, provavelmente isto se explica pelo desenrolar do processo educacional nacional: as mulheres assumiram ao longo do século XX a educação como obstáculo a ser vencido e foram vitoriosas. Esta conquista pode ser atestada tantos pelos indicadores educacionais como pelos do mercado de trabalho. Timidamente a educação foi assumida como uma bandeira de luta das mulheres ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990. A LDB, o Plano Nacional de Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais são os pilares do arcabouço institucional das políticas nacionais de educação. Segundo Costa et al. (2010) o processo de construção destas políticas não foram lineares e resultaram das demandas expressas dos movimentos de mulheres, feministas, negros e indígenas. Mas, nem sempre essas políticas tiveram um tratamento claro, ficaram veladas ou ambíguas. Observa-se que há uma ausência ainda da inclusão de gênero nas práticas e ações docentes na grande maioria dos projetos político-pedagógicos das redes públicas em todos os níveis da Federação. O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, criado no âmbito do Programa Mulher e Ciência (SPM/CNPq/MCTI e MEC) com nove edições realizadas e especificamente a Categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero na sua quarta edição mostram que há uma grande fragilidade na rede pública em relação ao Ensino Médio de práticas e ações sobre a igualdade de gênero na rede escolar.



A SPM através da política traçada pelos Planos Nacionais busca garantir a igualdade no mundo do trabalho com foco na corresponsabilidade da sociedade e do Estado pela reprodução da vida. As atividades relacionadas à reprodução e manutenção da vida humana têm recaído historicamente e exclusivamente sobre as mulheres. A realização das tarefas domésticas e de cuidados com marido/companheiro, filhos/as, dos/as e doentes acabam por se tornar fatores de “aprisionamento” das mulheres no âmbito doméstico. Com o progressivo aumento de sua participação no mercado de trabalho, as mulheres têm somado cada vez mais atribuições na sociedade. Como resultado, as taxas de fecundidade já se encontram abaixo do nível de reposição populacional e as pesquisas apontam um grave quadro de adoecimento feminino, cada vez mais freqüente e precoce, derivado de sua exposição cotidiana ao *stress* e à sobrecarga de trabalho.

Paradoxalmente, embora sejam as mulheres que recebem salários em torno de 30% inferiores se comparados ao dos homens,

declarar ou não uma atividade remunerada ou uma profissão, distinguir o fato de ocupar um emprego das funções domésticas ou estritamente familiares é se afirmar como membro de uma sociedade econômica. A delimitação do trabalho é uma linha vermelha para entender o lugar das mulheres nas sociedades contemporâneas, pois, a despeito do que possa ter sido dito sobre o declínio do ‘valor-trabalho’ a atividade profissional continua sendo uma experiência social importante. (MARUANI; MERON, 2013, p. 14).

Não surpreende, portanto, que aflorassem novos focos de conflito social. Tanto há mais mulheres trabalhando quanto se revelam as desigualdades de gênero no trabalho como noutras dimensões da participação social. A rapidez com que estas atividades extradomiciliares surgiram, predispondo-as a maior autonomização pessoal, não foram acompanhadas, de mudanças substanciais nos padrões das relações familiares e



interpessoais, em especial com os homens, o que se traduziu na revelação dos dramas de violência familiar decorrentes, em parte, deste descompasso.

Outra dimensão a considerar que envolve esta esfera diz respeito às mudanças que vêm ocorrendo na estrutura familiar e que combinadas afetam, de uma parte, a disponibilidade e a qualidade da atenção à criança pequena e aos filhos menores e pré-adolescentes; e, de outra parte, prejudicam as condições com que os jovens chegam ao momento – não raro precocemente – da maior inserção social. Tais assimetrias, no fundo, são parecidas e estão associadas às que introduzem outros tipos de conflitos na passagem para a juventude. Dificuldades para articular a instrução (educação formal) à aquisição de qualificações – ainda na acepção fordista de organização da produção – e de competências que vão além desta qualificação – o novo desafio posto pela reestruturação produtiva nos anos 1990; dificuldades para obter emprego de qualidade e/ou escapar da precarização, da marginalidade e da ilegalidade; dificuldades para ganhar maturidade e chegar à constituição de nova família, de novas redes de sociabilidade e do exercício pleno da cidadania.

Paradoxalmente, se por um lado, o denominado fenômeno da “feminização da pobreza” passou a ter destaque, no início do século XXI, embora acompanhado da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, ainda que em empregos precários e acompanhado do aumento significativo do número de mulheres chefes de família; por outro, emergiram novas dinâmicas de ação [atuação], ao articular a distribuição de responsabilidades pelo bem-estar das mulheres entre Estado, mercado, a comunidade e a família, resultando em uma significativa alteração na gestão pública, envolvendo novas parcerias como as Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, comunidades e com as próprias mulheres, individualmente. Disso resultou a importância do papel desempenhado por essas instituições,



assim como na redefinição do padrão de atuação do Estado (SORJ; GOMES, 2011).

Notem que a sociedade brasileira está realizando uma descentralização com a ocupação de novos espaços físicos e de disputas, de decisões, e da emergência de novos atores sociais. Ao mesmo tempo em que rompe com os papéis tradicionais de mulheres e homens. Embora estes ainda estejam tão entranhados no ordenamento social, mas competindo com leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres.

► Conclusões

Estas notas sugerem que na perspectiva sociológica pode-se afirmar que a partir do final da década de 1980, com a chegada do processo de redemocratização do país, houve um denso questionamento dos legados históricos deixados pelo governo anterior, cujas características materializaram-se em escassas políticas públicas de proteção social. Com a chegada do estado de direito, a ruptura significou o surgimento de esferas de participação social com destacada interferência na gestão pública, na composição do governo, assim como a implementação de políticas específicas – política para as mulheres, para a questão racial, para a questão ambiental, entre outras. Concomitantemente, foram criadas novas esferas de gestão técnica e administrativa com a carreira de gestor de políticas públicas, os quais produziram olhares específicos sobre as políticas públicas voltados a novos enquadramentos conceituais.

Em síntese, houve várias mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade, com ênfase em novos processos e dinâmicas sociais que – atores societais da sociedade civil e atores estatais de organizações, instituições do estado passam a assumir novos papéis relevantes na construção/elaboração de políticas



públicas (cf. CORTES, 2013). Assim, ao longo de uma década de caminhada, a SPM enfrentou muitos desafios e obstáculos, no entanto, vem conquistando o direito de caminhar lado a lado com os demais ministérios e secretárias do governo brasileiro.

Seguramente têm contribuído com ideias, histórias, capacidades e lutas para consolidação de um Brasil que seja para todos e todas. No importa o sexo, a idade, a cor/raça, e a identidade de gênero. Deve-se reconhecer que a construção de um Brasil livre da desigualdade de gênero não é tarefa para um só governo ou uma só geração. É preciso garantir que o Estado brasileiro siga dialogando com as mulheres, legitimando as suas demandas e garantindo o espaço e os recursos necessários para que os seus direitos sejam garantidos e aprofundados.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para a SPM decretar que sua missão foi concluída: é preciso introduzir no sistema educacional brasileiro a temática da igualdade de gênero nas grades curriculares brasileiras e desta forma transformar o sistema educacional nacional. Outra dificuldade diz respeito às próprias políticas públicas. É necessário que estas se adaptem aos novos desafios impostos pela sociedade na construção de uma sociedade igualitária. Tais como criar um conjunto de ações voltadas para as áreas em que o progresso tem sido relativamente mais lento. Neste particular é preciso dispensar especial atenção para a redução da mortalidade neonatal, a promoção do aleitamento materno exclusivo, a expansão do acesso ao saneamento básico e a redução drástica da proporção de crianças sem registro de nascimento. Estas políticas são atribuição do Ministério da Saúde e a ingerência da SPM foi marginal, embora tenha estado presente no diálogo ministerial.

Reconhecemos que ainda restam muitos desafios a serem enfrentados pela SPM e que estes vão bem mais além dos aqui mencionados, pois se trata de evidenciar a necessidade de mudanças profundas em relação à condição de erradicação das



desigualdades entre homens e mulheres, uma vez que os custos sociais, econômicos e políticos das desigualdades de gênero acabam por onerar não apenas às mulheres, mas toda a sociedade brasileira, e, sobretudo comprometer as futuras gerações.

► Referências

ABEP, Associação Brasileira de Estudos Populacionais; UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. BRASIL, 15 anos após a Conferência do Cairo. Campinas: ABEP/UNFPA, 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Aumento no número de mulheres eleitas em 2012. Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <agenciapatriciagalvao.org.br>. Acesso em: 24 abr. 2012.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *RBCS*, v. 18, n. 51, fev. 2003.

BANDEIRA, Lourdes; BITTENCOURT, Fernanda. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas*. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005 (mimeo).

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete P. de; PINHEIRO, Luana S. Mulheres em Dados, o que informa a PNAD/IBGE, 2008. In: *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, SPM/PR, Edição Especial, julho de 2010.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo-SESC, 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), "RASEAM, Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, 2013", Brasília, SPM/PR, dez 2013.



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, Dezembro de 2012, ano II, n. 4.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), Secretaria de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, Ligue 180, 2013 (mimeo).

CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação; ONU-MULHERES. O Progresso das Mulheres no Brasil. 2003-2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/progresso.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília, M. B.; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. 2º ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA – PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS. *Anais...* Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), 2010.

CORTES, Soraya Vargas. “Sociologia e Políticas Públicas”. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos A. P. de (Orgs). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo/UNESP; Rio de Janeiro/FIOCRUZ. 2013.

GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. *Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher*, n. 8, 2004, 188 p.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas Públicas de Gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, v. 1, p. 127-135.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado*. São Paulo, em parceria com o SESC, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC-2009*. Rio de Janeiro, 2009. Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2012.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2012. *Estudos & Pesquisa*, 29, Rio de Janeiro, 2012.

MARQUES, Teresa C. de N.; MELO, Hildete P. de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. In: *Revista Estudos Feministas* (REF), v. 16, n. 2, Florianópolis, UFSC, maio/ago. 2008.

MARUANI, Margaret; MERON, Monique. Histórias mal contadas sobre o trabalho das mulheres. In: *Le Monde Diplomatique – Brasil*, São Paulo. Ano 6, n. 66, p. 14, 2013.

PITANGUY, Jacqueline. As Mulheres e a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação (CEPIA). Disponível em: <cepia.org.br/images/nov089>. Acesso em: 22 abr. 2013.

PAPA, Fernanda de C. *Transversalidade e Políticas Públicas para Mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política*. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2012.

REINACH, Sofia. *Gestão Transversal das Políticas Públicas: a experiência do Governo Federal Brasileiro entre 2003 e 2012*. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2013.

STIGLER, Barbara. *Género, Poder y Política*. División de Cooperación Internacional de la Friedrich – Ebert- Stiftung. Departamento América Latina y el Caribe. Bonn, Alemanha. 2003.

SORJ, Bila e GOMES, Carla. O Gênero da “Nova Cidadania”: O Programa Mulheres da Paz. In: *Revista Sociologia & Antropologia*, PPGSA/UFRJ, v. 1, n. 2, 2011.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Daniell C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.



SOUZA-LOBO, Elisabeth. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_01.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2012.

WALBY, Sylvia. *Gender Transformations*. Londres: Routledge, 1997.

YANNOULAS, Silvia Cristina. DOSSIÊ: POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO. Brasília, Fundo para a Igualdade de Gênero Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional - FIG CIDA, CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria). Brasília, novembro de 2002.

THURLER, Ana Liési; BANDEIRA, Lourdes. As Mulheres e a Constituição: ainda um processo em construção. In: Messenberg, Débora et al. (Org.). *Estudos Legislativos: 20 anos da Constituição Brasileira*. Brasília/DF: Senado Federal/Câmara Federal/Tribunal de Contas da União/UNB, 2010, v. 1, p. 34-69.

MOVIMENTO FEMINISTA E ESTADO: DEMANDAS, CONQUISTAS E DESAFIOS



Albertina de Oliveira Costa

► Celebração

Chegamos ao décimo Fazendo Gênero, são 19 anos, quase a maioridade, celebrada num megaevento de cinco mil pessoas, imagino a euforia, o orgulho e o espanto daquelas que organizaram e participaram do primeiro seminário, que em 1994 ainda se denominava Estudos sobre a Mulher. Vivido como um sucesso, aquele evento inaugural contou com a significativa presença de uma centena de pesquisadoras. Nas duas últimas décadas ocorreu um crescimento exponencial dos estudos de gênero e o Fazendo Gênero 10 é uma bela demonstração da pujança de um campo de estudos. Uma vitória.

Em 2013 comemoramos o décimo aniversário da Secretaria de Políticas para Mulheres e de avanços na implementação da equidade de gênero nas políticas públicas. Uma expressiva conquista do movimento de mulheres no Brasil.



As celebrações assim como as conquistas estão interligadas, demonstram o enorme caminho percorrido pelas mulheres e pelo movimento feminista.

No Brasil é inegável o avanço das mulheres na última década, que pode ser considerada de acordo com os mais diversos indicadores como a década das mulheres. Mudanças radicais marcaram o estatuto das brasileiras. As mais notáveis foram o incremento da escolaridade, o declínio da natalidade e a significativa ampliação da participação no mercado de trabalho. A constância e a intensidade desses processos sinalizam uma estrada sem volta. No entanto, esse percurso é acompanhado por notas dissonantes, persistem acentuadas desigualdades entre homens e mulheres, bem como entre mulheres de raças diversas e diferentes classes sociais.

As brasileiras demonstraram um elevado grau de satisfação em pesquisa realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, 74% das entrevistadas julga que sua situação está melhor que no passado, resultado que sugere que em sua avaliação as mulheres tendem a priorizar as melhorias que efetivamente conquistaram e a desconsiderar ou minimizar as barreiras sociais que ainda se interpõem à realização de seu potencial (COSTA, 2013).

► Breve histórico das demandas do movimento feminista no Brasil

A segunda vaga do movimento feminista permanece em efervescência por mais de quatro décadas no Brasil. Vou arriscar uma periodização em linhas muito gerais de suas demandas por políticas públicas.



► **Prioridade da década de 70, século XX. Redemocratização**

No Brasil, durante a ditadura militar, particularmente a partir de meados dos anos 70, o feminismo se afirma como um novo ator político no cenário nacional, como força social que lutava, simultaneamente, pelo restabelecimento da democracia política e pela ampliação desse conceito, de forma a incluir a cidadania plena das mulheres como um pilar dessa nova agenda.

Luta por relações igualitárias e por uma nova inserção da mulher na sociedade para além do espaço privado reivindica uma presença maior no espaço público, esfera de decisão sobre direitos e oportunidades de todos e todas.

Movimento feminista afirma novos valores, discursos e práticas apontando a necessidade de a democracia estar presente em todas as relações sociais e enfatizando a necessidade de construir a democracia não apenas no espaço público, mas também no espaço privado.

Desde seu ressurgimento em meados da década de 70, o movimento de mulheres tem lutado na defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, defendendo a eliminação de todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais

A nova onda do movimento feminista na segunda metade do século XX trabalha desde o início com a noção do alargamento da democracia, que assegure a cidadania plena das mulheres.

O contexto político brasileiro, no entanto, demarcava limites e possibilidades de definição de agendas e estratégias. Portanto, o movimento de mulheres se insere aqui no amplo arco de forças que se opõe ao regime autoritário e luta pelo reestabelecimento das instituições democráticas. Essa inserção, de algum modo influenciará a definição de bandeiras prioritárias do movimento, como a luta contra a violência contra a mulher e relegará



a um segundo plano reivindicações relativas a direitos reprodutivos. Mas o importante a ser ressaltado é que se muitas das reivindicações diziam respeito às políticas públicas a serem implementadas pelo Estado – desde as mais genéricas como água, luz esgoto até as mais específicas como creches – a natureza autoritária do regime impunha um divórcio entre Estado e sociedade civil e inexistiam demandas de participação no aparelho governamental.

Aliás, a demanda por equipamentos sociais, mais relevante em países do sul, divergia do modelo mais contracultural das feministas do norte, onde o estado de bem-estar social ainda se fazia presente. O imaginário feminista tendia nos anos 60/70 a ser mais crítico, mais de utopia do que de proposição.¹

A criação de organismos governamentais voltados para políticas para mulheres também não constava da agenda do movimento feminista brasileiro nos anos 70. Trata-se de proposta elaborada inicialmente por especialistas em Mulher e Desenvolvimento, assessores do sistema UN, muitas delas feministas que, baseadas em teorias da modernidade, apostavam na importância do papel da mulher para alavancar o desenvolvimento em regiões atrasadas.

Como lembra Jacqueline Pitanguy (2011), para analisar os caminhos percorridos pelos movimentos e organizações de mulheres no Brasil em busca da garantia de direitos não é possível deixar de mencionar sua articulação com arenas internacionais.

Assim, a declaração de 1975 como Ano Internacional da Mulher pela ONU e a realização da Conferência da década da mulher no México servem para dar visibilidade e legitimidade ao movimento de mulheres no Brasil.

¹ O contraste entre demandas do sul e do norte deveria ser revisitado, na medida em que o movimento brasileiro tem sido interpretado mais por suas discrepâncias com os feminismos centrais e menos por sua contribuição original. A questão da violência contra a mulher, bandeira local, poderia ser analisada como uma astuciosa combinação de direitos individuais e sociais.



Em 1980, na conferência de Copenhague, governo Brasileiro vai assumir compromissos internacionais que não serão cumpridos.

O Programa de ação para a segunda metade da década da mulher adotado pelo Brasil na conferência de Copenhague em 1980 estabelecerá estratégias nacionais para acelerar a plena participação das mulheres no desenvolvimento econômico e social. Reproduzo a título de curiosidade:

Os governos devem explicitamente afirmar o seu firme compromisso de conceder alta prioridade a medidas legislativas e outras que acelerem a participação plena e igual das mulheres no desenvolvimento econômico e social, com vistas a eliminação das desigualdades existentes entre homens e mulheres em todos os setores. (BARROSO, 1982, p. 113).

Recomenda-se o estabelecimento de metas qualitativas e quantitativas especialmente no campo do emprego, da saúde e da educação, com cronogramas para atingir determinados objetivos.

Recomenda-se que as mulheres sejam integradas nos planos nacionais de desenvolvimento criando se também um sistema de avaliação com coleta de dados confiáveis para a verificação periódica do grau em que as mulheres participam e se beneficiam dos programas de desenvolvimento gerais e setoriais.

O III PND Plano nacional de desenvolvimento do governo brasileiro para 1980/1985 não faz qualquer menção a este compromisso (BARROSO, 1982, p. 113).

A fim de assegurar a efetiva implementação desses programas, o Programa de Copenhague estabelece a necessidade de criação de uma instituição central no mais alto nível do governo e de uma ampla cadeia de extensões em forma de comissões, cargos ou posições, inclusive nos níveis da administração local, assim como grupos de trabalho nos diferentes ramos da administração pública.

Segundo Barroso, em estudo patrocinado pelo UNICEF que resultou no livro *Mulher Sociedade e Estado no Brasil*, O Plano da



Década da Mulher já havia recomendado a criação de um organismo governamental que se responsabilizaria por ampla gama de medidas que incluiriam desde o aumento das oportunidades de emprego e formação profissional para as mulheres até a definição de uma política básica de creches e a reorientação da educação no sentido de eliminar atitudes preconceituosas. Suas funções incluiriam investigar a situação da mulher, propor legislação, definir uma política de prioridades e respectivos programas de implementação, manter programas de supervisão e fiscalização dos planos adotados e cooperar com organismos internacionais e entidades privadas. Esse organismo deveria ter caráter interdisciplinar e multisetorial, contar com orçamento suficiente e quadro de pessoal adequado e dele deveriam participar todos os grupos representativos da sociedade.

A referência ao compromisso assumido pelo Brasil em nível internacional de criação de um organismo governamental de alto nível voltado para políticas para as mulheres precede a efetiva reivindicação pelo movimento.

► Anos 80. Conselhos, coordenadorias, secretarias e delegacias

A redemocratização das instituições políticas do país e, internacionalmente, o apelo de organismos internacionais reiterado na Conferência da Mulher de Nairóbi que em 1985 encerrou a década da mulher para que se criassem mecanismos governamentais de promoção das mulheres influenciou o feminismo brasileiro em suas ações de *advocacy* voltado para a criação de espaços governamentais

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/CNDM em 1985 foi o resultado de uma conjuntura de redemocratização com forte presença dos movimentos feministas e de mulheres no cenário público.



O Brasil foi um dos primeiros países da América Latina do cone sul a instituir um órgão de políticas públicas de gênero no mais alto nível da administração.

A criação do CNDM foi precedida por iniciativas precursoras nos estados de São Paulo e de Minas Gerais. O primeiro conselho relativo a assuntos das mulheres foi criado em 1982, em São Paulo, na gestão de Andre Franco Montoro, que embora fosse um governador nomeado tinha afinidades com um modelo mais participativo de gestão. Montoro tinha um programa de governo bastante avançado na questão, assentado nas formulações de grupo que se reunia na Rua Madre Teodora e que viria a se integrar no PMDB mulher. Várias integrantes deste grupo se declaravam feministas como Eva Blay, Silvia Pimentel, Florisa Verucci, Ida Maria, Maria Malta Campos e Schuma Schumacher e, posteriormente, viriam exercer um papel de liderança no movimento de mulheres. Outras, como Ida Maria, preferiram uma carreira política tradicional. Interessante notar que o formato deste conselho que combinava participação da sociedade civil e de representantes de secretarias de estado, número de conselheiras etc. vem, desde então, sendo replicado automaticamente sem maior reflexão. A escolha das representantes da sociedade civil era integralmente da alçada do governador.

O formato do primeiro conselho nacional foi inspirado no modelo do conselho paulista e teve como primeira presidente Ruth Escobar, então deputada federal pelo PMDB, O CNDM estava vinculado ao Ministério da Justiça, tratava-se de órgão consultivo, sem autonomia orçamentária, quadro etc. As representantes da sociedade civil indicadas pelo Presidente da República em razão de sua notória atuação.

O CNDM mudará de localização e inserção institucional por diversas vezes no decorrer de sua trajetória.

E importante lembrar que com a redemocratização as militantes feministas tenderam a filiar-se a diferentes partidos



políticos e que disputas partidárias muitas vezes influenciaram a atuação do movimento.

A criação do CNDM gerou controvérsias no seio do movimento de mulheres, em razão do formato ambíguo do organismo propor e monitorar políticas públicas para mulheres em conformidade com as demandas dos movimentos de mulheres mesclava sociedade e estado.

Setores importantes do movimento condenam o modelo. Nos *Alertas Feministas* documentos elaborados em anos eleitorais, o movimento feminista mais próximo do campo dos partidos de esquerda discutia a necessidade de que políticas públicas incorporassem a questão de gênero e apontava as limitações dos conselhos, nomeadamente a falta de estrutura e de orçamento.

Baseados no entendimento que esses mecanismos eram insuficientes para enfrentar os desafios de transformar as relações de gênero e alterar significativamente a situação das mulheres no Brasil, os movimentos de mulheres passaram a lutar por mecanismos de governo com poder de execução (de maior articulação de políticas específicas e melhores condições de intervenção pública) por contar com estrutura e orçamento próprios como secretarias e coordenadorias.

Em 1988 surgiram os primeiros desenhos de uma instância pública com *status* de secretaria municipal/estadual, com a atribuição de coordenar as políticas para as mulheres no conjunto dos governos, dando centralidade às ações pertinentes às mulheres.

Nesse ano com a sedimentação do processo democrático e com os movimentos sociais fortalecidos, algumas prefeituras abraçaram uma agenda progressista e específica para as mulheres. Assim foram criados os primeiros organismos governamentais de políticas para as Mulheres. As Coordenadorias da Mulher. A primeira coordenadoria do país foi criada em São Paulo, em 1988, pela prefeita Luiza Erundina; no Partido dos Trabalhadores em Santo André, o prefeito Celso Daniel criou no mesmo ano uma Assessoria da Mulher ligada a seu gabinete.



Inicialmente as coordenadorias foram idealizadas como estrutura de transição - um agente na construção das políticas de gênero nos governos representando não só um canal de acolhimento das demandas elaboradas pelos movimentos de mulheres, mas com a função de propor políticas transversais e, muitas vezes, coordenar e executar diretamente aquelas ações e programas até então inexistentes em quaisquer secretarias.

► **Do impacto simbólico ao feminismo de resultados. Ganhos simbólicos, ganhos reais**

A criação do CNDM foi um marco. Teve papel decisivo no reconhecimento da legitimidade de políticas específicas para mulheres. Em sua fase inaugural tem, sobretudo, um forte impacto simbólico, questões das mulheres entram oficialmente na agenda pública.

No entanto, a história do CNDM não é bem representada por uma trajetória de avanços. Entre 1985 e 2003 podemos distinguir três fases.

A primeira vai de 1985 a 1989, essa fase é a que costuma ser mais lembrada. O CNDM sob a presidência de Jacqueline Pitanguy desempenhará um papel crucial na defesa dos direitos das mulheres no período de elaboração da Constituição de 1988, atividade que viria a ser conhecida como *lobby* do batom.

A Constituição Federal de 1988 ampliou direitos individuais e sociais consolidou a cidadania das mulheres no espaço público e na esfera familiar, assegurou seus direitos no campo da saúde (incluindo saúde sexual e reprodutiva), da segurança, da educação da titularidade da terra e do acesso à moradia, do trabalho, renda e previdência social e do acesso a direitos civis e políticos.

Normalmente, quando se fala no CNDM está se referindo a esta que é sua primeira fase e que termina em 1989, quando o



conselho perde sua autonomia administrativa e financeira, o que acarreta a renúncia da presidente e de sua equipe.

Na segunda fase: o conselho entra num período de eclipse, perde seus quadros, sua autonomia, praticamente desaparece do cenário político por um lado e, por outro, rompe seus laços com o movimento social. O vácuo deixado pelo CNDM foi por vezes preenchido por um fórum de conselhos estaduais. Nesse período, ocorre a preparação das conferências do Cairo e de Nairobi precedida por forte participação da sociedade civil, seminários regionais, as delegações governamentais serão compostas também por expertas convidadas, representando a sociedade civil.

A terceira fase corresponde praticamente ao governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995 o conselho volta a emergir no cenário político nacional. Foram suas presidentes Rosiska Darcy Oliveira e Solange Jurema nesta etapa, que se encerra em 2002 com a criação de uma secretaria dos direitos da mulher no âmbito do Ministério da Justiça de curta duração.

Em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/SPM alocada na Presidência da República com *status* de ministério. O CNDM foi mantido como órgão subsidiário. A criação da SPM representou um avanço institucional que abriu a possibilidade de efetivação dos direitos reivindicados pelas brasileiras.

► Anos 90. A feminista profissional

Nos anos 90 vai se consolidando um processo de institucionalização do feminismo que tende a deixar de ser apenas uma atividade militante para se tornar também uma ocupação. Ocorre uma profissionalização. Surgem novos postos de trabalho tanto na administração pública quanto no setor privado, mas os novos postos se concentram, sobretudo, no terceiro setor para



especialistas em gênero, saúde da mulher, ações afirmativas e diversidade, violência contra mulher e assim por diante.

Diversos setores do movimento social passam a atuar em organizações não governamentais e as feministas não escapam à regra. Esse novo modelo de organização é radicalmente diverso do formato dos grupos menos formalizados das décadas anteriores. Essa formalização, ainda pouco estudada, como, aliás, toda a trajetória do movimento feminista, foi considerada por analistas tanto como um avanço quanto um retrocesso. As atividades das Ongs, notadamente as voltadas para a saúde da mulher foram, num primeiro momento, fortemente subsidiadas por agências internacionais de fomento, criando um vínculo que, ao se romper, colocou em risco a própria continuidade de existência das organizações. Essa dependência deslocou-se parcialmente para o financiamento público. As visões sobre o fenômeno divergem. Como sublinha Bila Sorj (2013), segundo algumas interpretações, esse processo representaria um aparelhamento do movimento pelo Estado ou pelo menos uma transferência da responsabilidade de prover certos serviços da esfera pública para a privada, já para outra corrente, o fenômeno permitiria uma conscientização do direito a ter direitos e a promoção de políticas sociais mais afinadas como o feminismo.

► **Século 21. Do reconhecimento à efetivação de direitos**

A criação da SPM em 2003 representou um divisor de águas nesse processo. Segundo o impecável raciocínio de Cristina Buarque², desde 1985 o Estado brasileiro tem feito esforços no

² Em declaração reproduzida na publicação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Com todas as mulheres, por todos o seus direitos* em 2010.



campo das políticas para mulheres, mas de formas diferenciadas, até 2003 o percurso caracterizou-se pelo reconhecimento de direitos. A partir de 2003 houve a criação e a implementação de políticas para a efetivação desses direitos.

Dentre as iniciativas da SPM deve ser ressaltada a grande repercussão alcançada pela lei 10.788/2006, conhecida como *Lei Maria da Penha*, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência. Considerada por especialistas um marco no cumprimento de garantias internacionais e constitucionais foi o resultado, segundo Leila Barsted (2011), de uma bem-sucedida ação de *advocacy* feminista dirigida ao Estado e à sociedade. A distância entre a lei e sua implementação ainda é gigantesca, mas sua promulgação mobilizou corações e mentes e suscitou um amplo debate sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência.

O incentivo governamental à participação cívica foi uma tônica no período. A multiplicação de conferências com temas atinentes a questões de gênero e particularmente a realização de três Conferências Nacionais de Políticas para mulheres em 2004, 2007 e 2011, precedidas por conferências municipais e estaduais, implicaram a mobilização de um grande número de mulheres e a disseminação de temas, reivindicações e argumentos nos mais diversos segmentos da população feminina. As conferências nacionais são uma dimensão inovadora de mobilização e participação. Seu caráter pedagógico na disseminação dos direitos das mulheres atinge tanto comunidades de base como gestores públicos.

A existência de diversos organismos governamentais em nível federal, estadual e municipal propiciou uma presença não desprezível nos meios de comunicação de massa de campanhas institucionais divulgando os direitos das mulheres e promovendo a igualdade entre os sexos.



► Desafios para a agenda feminista

É no mínimo intrigante constatar a tenacidade com que dois temas, a injusta distribuição do trabalho doméstico entre os sexos e a descriminalização do aborto, continuam a desafiar a agenda das feministas brasileiras.

Quanto ao abrandamento da política restritiva com relação ao aborto convém lembrar que sua aprovação na opinião pública não aumentou na última década. É curioso ver nos resultados de recente pesquisa da Fundação Perseu Abramo que um número não desprezível de mulheres, 31%, que se autodeclaram feministas e demonstram uma correta percepção do sentido de busca por direitos não são necessariamente favoráveis à liberalização da legislação punitiva.

De outro ângulo, poucos avanços podem ser esperados nesse terreno por questões de governabilidade, num presidencialismo de coalisão torna-se necessário negociar o apoio parlamentar de forças políticas fortemente conservadoras neste domínio em razão de convicções religiosas.

Igualmente intrigante é a questão da distribuição entre os sexos do tempo gasto em afazeres domésticos. Na última década, o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado por homens e mulheres permaneceu intocado. Em 2009, segundo o IBGE, as mulheres gastam 25 horas por semana em atividades de cuidado com a casa (limpeza, cozinhar, lavar, passar roupa), cuidado com as crianças, atenção aos idosos, aos doentes (em 2002 eram 27 horas, ganhamos duas horas), enquanto os homens despendem 10 horas, mesmo tempo que gastavam anteriormente. Bila Sorj (2013) mostra que a classe social é um fator que pesa significativamente no tempo do trabalho doméstico das mulheres em detrimento das mais pobres. No entanto, classe social é indiferente para o sexo masculino, não afeta o tempo gasto pelos homens em afazeres domésticos.



Embora os resultados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo demonstrem que o tempo gasto em afazeres domésticos pelas mulheres é muito maior (29 horas e 21 minutos) que o dos homens (8 horas e 45 minutos), as entrevistadas não identificam essa divisão desequilibrada como um dos obstáculos prioritários para a melhoria das suas vidas. No entanto, resultados da pesquisa *Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente* realizada em 2012 pelo Instituto Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão para conhecer o cotidiano das brasileiras evidenciam que a principal aspiração das mulheres é dispor de tempo para cuidar de si..

Realmente espantoso que passado meio século os desafios para agenda feminista brasileira continuem os mesmos que impulsionaram o ressurgimento do movimento de mulheres: aborto e trabalho doméstico não pago.

► Referências

BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. Brasília: UNICEF/São Paulo: Brasiliense, 1982.

BARSTED, Leila Linhares. O progresso das mulheres no enfrentamento da violência. In: BARSTED, Leila; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA/Brasília: ONU Mulheres, 2011.

_____.; PITANGUY Jacqueline (Orgs.). *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA/Brasília: ONU Mulheres, 2011.

COSTA, Albertina de Oliveira. Felizes, contentes e feministas. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc SP, 2013, 504p.



PITANGUY, Jacqueline. Advocacy e Direitos Humanos. In: PITANGUY, J. e BARSTED, L. *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA/Brasília: ONU Mulheres, 2011.

SORJ, Bila. *The institutionalization of feminism in Brazil and its challenges*. Princeton, 2013 (mimeo).

_____. Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 478-491, maio/ago. 2013.

SOS CORPO, DATA POPULAR. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2012.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc SP, 2013. 504p.



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA 10 ANOS – ENTRE VOZES SOANTES E DISSONANTES



Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

► Apresentação

O ano de 2013 marcou os 25 anos da promulgação da Constituição de 1988; 20 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); 10 anos da promulgação do Estatuto do Idoso e 10 anos da implementação do Programa Bolsa Família (PBF). O momento é oportuno para a recuperação de alguns elementos históricos, refletirmos sobre sua importância e limites a partir de diferentes interlocutores.

Submetido a todo tipo de pesquisas, estudos e questionamentos, muitos mitos, preconceitos e dúvidas sobre o Bolsa Família foram paulatinamente desconstruídos e outros permanecem; assim, este artigo tem como objetivo apresentar a polifonia sobre o Programa a partir de quatro eixos: as vozes de representantes das agências multilaterais, gestores, técnicos, beneficiárias/os e pesquisadores sobre o PBF e, nas considerações finais, as vozes das ruas.



Foi elaborado a partir dos resultados *da pesquisa documental*: Proteção Social e a Política de Combate à Pobreza: o paradoxo entre a participação e o controle/UFSC¹, e da pesquisa empírica, *Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)*² e outras fontes documentais e bibliográficas.

► Breves elementos do contexto histórico

Para se compreender o PBF, apresentar alguns elementos do contexto histórico desde a década de 1980 é relevante, pois houve modificações adaptativas na forma de como se apreende a desigualdade, a pobreza, a política social, e como será possível constatar procedimentos antes usuais foram sendo substituídos por outros padrões, nem sempre novos.

A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã” ou “Constituição Democrática” expressou, nas condições sociais, econômicas e políticas existentes na década de 1980, uma nova consciência de democracia, cidadania e esperança após 20 anos de ditadura e autoritarismo.

Como desdobramento dos dispositivos constitucionais, após cinco anos da promulgação da Constituição, em 7 de dezembro de 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência

¹ Pesquisa documental realizada no período de 2011 a 2013, sob a coordenação da autora deste artigo e que se desdobrou em trabalhos de conclusão de curso elaborados por Ana Paula Martins, Selma Ramalho de Paula e artigos (Daniele Araújo, Kelly Dihl -bolsistas de IC. Cnpq).

² Pesquisa realizada no período de 2011 a 2013. A equipe era composta pela autora deste artigo e pelas professoras Mara C. S. Lago (Coord.), Elizabeth Farias da Silva e dez estudantes da Universidade Federal UFSC. Certificada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o n. 2209.



Social, conhecida como LOAS. Ao dispor que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, a LOAS demarcou o intento de substituir o antigo modelo de assistência social marcado pelo assistencialismo e clientelismo, por outra forma de se entender e fazer Assistência Social, desta feita, como uma política que está voltada para a reprodução dos indivíduos e das coletividades, portanto sujeita a fatores, muitas vezes contraditórios, assim como a interesses que também determinam o seu rumo e formato.

Entretanto, praticamente um ano após a promulgação da LOAS, em 12 de janeiro de 1995, através do Decreto Federal n. 1.366, de 17 de fevereiro de 1995, foi instituído pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o Programa Comunidade Solidária (PCS) e extinta a Legião Brasileira de Assistência e o Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência (CBIA). Este Programa foi apresentado sob a justificativa de que se fazia necessário um novo modelo de gestão como alternativa viável ao mero assistencialismo, caracterizado pela ineficiência e obsolescência de políticas centralizadoras.

O PCS foi implementado de 1995 a 2002, durante as duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Norteou-se por quatro princípios fundamentais: parceria na luta contra a fome e a miséria, o entendimento é que as diversas instâncias do governo e da sociedade civil não podem atuar de forma isolada e desarticulada. Para haver parceria, requer-se um razoável nível de consenso entre os agentes envolvidos sobre o tratamento a ser dado para cada assunto específico; a solidariedade como engajamento ético de quem quer acabar definitivamente com a situação de fome e miséria existente no Brasil; a descentralização das ações como forma de estimular a participação da sociedade e melhorar a eficiência e a eficácia das ações e a integração e convergência das ações, no sentido de potencializar os resultados. (PELIANO; RESENDE; BEGHIN, 1995 apud FREITAS, 2004, p. 265).

O Programa, posteriormente denominado *Estratégica Comunidade Solidária*, embora apoiado pelas agências multilaterais,



foi considerado “à margem da lei”, pois seus princípios, objetivos e estrutura eram contrários à Política de Assistência Social em construção.

Em face da permanência da magnitude dos indicadores de desigualdade e pobreza, no dia 20 de outubro de 2003, o Programa Bolsa Família (PBF) foi lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sob a expectativa de garantir que todos os brasileiros pasassem a ter três refeições ao dia. Naquele momento, o PBF³, um Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR)⁴ foi implementado para atuar em conjunto com o Fome Zero e apoiar as famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00) à época, garantindo a elas a possibilidade de uma alimentação básica, por meio de transferência direta de recursos financeiros à família, sob a condição de que estas famílias cumprissem as condicionalidades, entre elas a manutenção de seus filhos na escola e vacinados. Ao Bolsa Família foram integrados outros programas federais como o Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação.

O Programa, em sintonia, com recomendações do Banco Mundial (BM)⁵ e equipes do governo federal, priorizou as mulheres, atualmente elas representam 97% das beneficiárias titulares; utilizou o pagamento via cartão magnético, instrumento

³ Ao considerar a política de assistência social como uma política social e o Bolsa Família como um Programa que a compõe, uma das consequências imediatas é assumir que a assistência, inclusive às pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza – mas não somente a estas – é um dos direitos inerentes à condição de cidadania, pois a plena participação dos indivíduos na sociedade política se realiza a partir de sua inserção como cidadãos.

⁴ No Brasil estes tiveram início em 1995, com destaque para o Programa de Renda Mínima (PREFEITURA DE CAMPINAS, 1995) e o Programa Bolsa Escola ou Bolsa-Educação (DISTRITO FEDERAL, 1995).

⁵ Também conhecido como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foi criado efetivamente em 1945; tem sede em Washington e é formado por 183 países-membros, entre os quais o Brasil.



justificado para facilitar o controle, desburocratizar o Programa, tornar as relações impessoais, e reduzir interferências políticas.

A seleção das famílias para o BF, desde a criação do Programa, é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona por meio dos dados do CadÚnico, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa, como se constatou por meio das pesquisas.

A gestão do Bolsa família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados devem trabalhar em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa. Tendo em vista esta diretriz o processo de capacitação deverá ser realizado em parceria com os estados e o Distrito Federal, cabendo à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do MDS, promover ações de capacitação e disseminação de informações para os profissionais que atuam na gestão e na implementação do PBF e do CadÚnico, para programas sociais do Governo Federal.

Em 2010, durante a campanha ao cargo de Presidente da República, Dilma Rousseff com o slogan *Para o Brasil seguir mudando* e documento intitulado, Programa de Governo 2011/2014, apresentou 13 pontos para a Assistência Social, dentre os quais três firmavam seu compromisso em dar continuidade ao PBF. O primeiro objetivo seria ampliar o acesso ao Programa a todas as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; o segundo ampliar o papel do Programa na erradicação da pobreza e da desigualdade de rendimentos; e o terceiro ampliar o acesso das famílias atendidas pelo Programa a outras políticas.

Em 2011, dando continuidade à política de seu antecessor e cumprindo promessa de campanha, a Presidente Dilma Rousseff



incorporou o PBF a uma política mais ampla, o Plano Brasil Sem Miséria. Este tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais e tem como objetivos a garantia de renda, a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos.

Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de acordo com as características de cada família - considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrizes e de componentes da família.⁶

Os recursos despendidos em 2012 eram da ordem de 0,46% do PIB (MACEDO, 2013), o que expressa que o Programa não demanda elevados investimentos financeiros, embora se justifique como sendo expressão de um investimento social.

Em outubro de 2013, quando completou 10 anos de existência, de acordo com os dados do governo federal, o Bolsa Família contemplava 13,8 milhões de famílias, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas⁷. O valor do benefício variava de R\$ 32 a R\$ 306 por família, no entanto valor médio do benefício, em outubro de 2013, era de R\$ 152,67 (MDS, 2013),

Após 10 anos de existência o PBF é um dos 18 programas que abrangem o CadÚnico, preenchido pelos municípios para localizar todas as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza de cada uma das 5.564 cidades em todo o país. Em outubro de 2013 (MDS, 2013), mais da metade das famílias cadastradas no CadÚnico recebiam o Bolsa Família.

⁶ O Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), lançado em 2012 é um dos benefícios que compõem o Programa Bolsa Família, assim como o Benefício Básico, Variável e o Benefício Variável Jovem. O BSP tem como objetivo garantir renda mínima de R\$ 70,00 por pessoa da família beneficiária do PBF que, mesmo recebendo outros benefícios do Programa (Básico, Variável e o Benefício Variável Jovem), permanece em situação de extrema pobreza.

⁷ Cabe lembrar que em 2011 o Brasil era a sexta maior economia do mundo, e em 2012 a sétima, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).



► A voz de representantes das agências multilaterais⁸ e do governo – sintonia e convergência

Os pobres são os principais agentes da luta contra a pobreza. Assim, devem ocupar um lugar central na elaboração, implantação e monitoramento das estratégias de redução da pobreza. (BM, 2011, p.12).

Nós sabemos que o Bolsa Família nunca veio para ser o fim do caminho, mas uma ponte nunca veio para ser uma escada, mas o primeiro degrau, veio, como disse o presidente Lula, [para ser] a porta de saída da miséria e a grande porta de entrada para um mundo com futuro e esperança. (ROUSSEFF, 2013).

A situação internacional, no período entre 1980 e 2000, caracteriza-se tanto no plano econômico como no político e social, pela emergência de novas realidades que, sobretudo a partir da década de setenta, têm acelerado os ajustes estruturais e a redefinição das relações entre os povos, os governos e as sociedades em geral⁹. Relativamente ao Brasil, as reformas estruturais foram implementadas no início dos anos noventa. Portanto, houve uma adesão tardia do país a essas reformas em comparação à maioria dos países latino-americanos.

Com relação à pobreza, na década de 1970 esta já ocupava lugar de destaque na política do BM, para este, a solução para o problema dependia menos do crescimento do país e mais do

⁸ O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional constituem, junto com os Bancos Regionais de Desenvolvimento, as denominadas Instituições Financeiras Multilaterais.

⁹ Conforme a Pesquisa Nacional sobre Medição dos Níveis de Vida, de 1991, 13 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza extrema, ou seja, eram incapazes de cobrir os gastos necessários para a obtenção de uma cesta de consumo mínimo (INSTITUTO CUANTO, 1993 apud TORRES, 1995).



aumento da produtividade dos pobres, que passou a ser considerada como a principal estratégia para garantir a distribuição dos benefícios do desenvolvimento. Esta visão foi reiterada na sequência dos documentos que o BM elaborou para a área social, inclusive para a implantação de estratégias privatizantes, durante a década de 1980, reforçando o deslocamento da responsabilidade pública para o indivíduo, a família e a sociedade.

Na década de 1990, este enfoque permaneceu. *O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (BANCO MUNDIAL, 1990)¹⁰ sugeriu crescimento com uso intensivo de mão de obra e ampla prestação de serviços sociais. Segundo O BM “[...] os países que alcançaram o maior êxito no ataque à pobreza estimularam um padrão de crescimento por meio do uso eficiente de mão de obra e investiram no capital humano dos pobres. Os dois elementos são essenciais. (BM, 1990, p. 51).

Nesse Relatório, a pobreza era definida como “baixo consumo e baixo aproveitamento em educação e saúde”, sendo que o desenvolvimento econômico, gerado, em essência, pela liberalização do comércio e dos mercados, pelo investimento em infraestrutura e pela prestação de serviços sociais básicos aos pobres, a fim de aumentar o seu capital humano, era tido como fundamental para reduzir a pobreza.

Uma década depois o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001 Luta Contra a Pobreza - Panorama Geral (2001)¹¹, assim apresentou os pobres:

¹⁰ Foi em agosto de 1978 que o primeiro Relatório do Desenvolvimento Mundial foi publicado, tendo como tema as perspectivas para a aceleração do crescimento e a redução da pobreza, além de identificar as principais políticas que afetavam estas perspectivas. A série de Relatórios do Desenvolvimento Mundial tornou-se a principal publicação anual do Banco Mundial. No entanto, as Tabelas Mundiais das Dívidas, documento compilado pelo Banco Mundial, para uso interno, desde 1972, somente foi apresentado ao público em geral em fevereiro de 1983.

¹¹ Segundo o mesmo Relatório, dos 6 bilhões de habitantes, 2,8 bilhões (quase a metade) vivem com menos de 2 dólares por dia e 1,2 bilhão (um quinto) com menos de 1 dólar por dia, sendo que 44% vivem no sul da Ásia... (BM, 2001, p. 3).



Os pobres vivem sem a liberdade fundamental de ação e escolha que os que estão em melhor situação dão por certo. Muitas vezes não dispõem de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde; essas privações os impedem de levar o tipo de vida que todos valorizam. Além disso, são extremamente vulneráveis a doenças, crises econômicas e catástrofes naturais. Frequentemente, não são bem tratados por instituições do Estado e da sociedade e não podem influenciar as decisões que afetam sua vida. **Essas são as diversas dimensões da pobreza.** (BM, 2001, p.1, grifo nosso).

As ideias de Amartya Sen (2000, 2001) conformam a base para a teoria do desenvolvimento humano, propagada por organismos, o BM, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Monetário Internacional (FMI) vêm dando sustentação ao PTCR implementados desde a década de 1980 e que estão presentes em mais de 40 países. Um dos principais aspectos do pensamento seniano ligado à política social é sua análise sobre pobreza e desigualdade. Pobreza, para o autor, é um desdobramento da sua discussão sobre desigualdade, esta que têm duas dimensões principais a serem consideradas: a desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete à estrutura; e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), onde o foco está naquilo que as pessoas podem realizar.

Amartya Sen (2000) afirma que temos que igualar as capacidades de funcionar e as vantagens individuais e não a renda. Reitera-se a análise realizada por Ana Paula Mauriel (2010, p. 4), ou seja, o “problema, na interpretação do autor, não está só na prioridade da pobreza, enquanto categoria de análise, em detrimento da desigualdade, mas na forma e no tratamento dado aos ‘pobres’, que são renomeados por suas fragilidades, descontextualizados, des-historicizados [...]”.



No âmbito do PBF, a pobreza no Brasil é apreendida como “resultado de um legado histórico e requer ações continuadas e integradas em diferentes áreas para o seu enfrentamento” (MDS, 2010, p. 1), ela não é considerada decorrente de relações de exploração econômica e apropriação desigual da riqueza, elementos intrínsecos à ordem capitalista. Como desdobramento da concepção de pobreza adotada pelo MDS é possível identificar o incremento dos programas sociais. Estes deverão abordar as dimensões da pobreza expressas pelas vulnerabilidades e riscos aos quais as pessoas em situação de pobreza estariam sujeitas.

A implementação do PBF também suscita debates na mídia, sobre como os gastos com os programas sociais do governo pressionam o sistema tributário e os contribuintes e mais recentemente sobre os mecanismos de controle sobre a inclusão dos milhões de beneficiários – este último aspecto será abordado posteriormente.

Respondendo a primeira questão, dados governamentais são utilizados para se contraporem a esta crítica, exemplo a ser citado é a informação de que em outubro de 2013 os recursos transferidos via Bolsa Família ultrapassaram a cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em cerca de 457 cidades brasileiras, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (Folha de São Paulo, 2013)¹². Cabe destacar que o Bolsa Família é depositado diretamente na conta dos beneficiários, gerando renda imediata à transferência¹³. Igualmente, Oliveira (2013) relata estudo realizado pelo IPEA em 2013, no qual indicava que cada R\$ 1 investido no Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, provoca

¹² *Repasse do Bolsa Família supera receita do FPM em 56 prefeituras do Pará.* Fonte: Portal ORM: <<http://bmtv11.com/brasil/repasse-do-bolsa-familia-supera-receita-do-fpm-em-56-prefeituras-do-para/>>.

¹³ O FPM, composto pela receita de impostos como o IPI e o Imposto de Renda, integra a receita das prefeituras para ser usado basicamente para o custeio, com pagamento de funcionários, até ser convertido em serviço ao cidadão, enfrenta todos os trâmites burocráticos da administração pública, enquanto como mencionado, isto não ocorre com o PBF.



aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB). Com estes elementos gradativamente vêm diminuindo a crítica ao Programa e à assistência social, área tida como de pouca relevância orçamentária e política pela esquerda e pela direita. Em que pesem as acusações de paternalismo ou de abandono das pretensões de transformação social, nenhuma força política relevante no país propõe o desmonte do atual aparato. Mesmo antigos pleitos por uma “porta de saída” do Bolsa Família não fazem parte da pauta do atual governo e de seus adversários.

Para o BM o Programa é exemplo de *good practices* (FREITAS, 2004, 2008), tornou-se modelo e está entre os mais recomendados pelo BM e PNUD, e mais recentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU), razão pela qual há uma ampla divulgação sobre o mesmo alicerçada na justificativa que o Brasil exporta “tecnologia social”.

► A voz dos gestores, técnicos e beneficiários/as do PBF - mudanças e continuidades

[...] o Programa não é ruim, mas não cumpre a maior meta, que é tirar a família da pobreza... uma família de quatro pessoas, com renda de um salário mínimo fica fora, pois a renda per capita ultrapassa R140,00, mas ela continua sendo pobre. (GESTORA apud MAGRI, 2013¹⁴).

[...] é muito pouco... não vamos ganhar poder por causa disso [...] eu sou muito pé no chão, sou muito realista. (E.2 apud LAGO; FREITAS; SILVA, 2012, p. 15).

Embora o PBF se estruture de forma semelhante nacionalmente, devido às exigências legais e institucionais, dependendo

¹⁴ Para mais informações sugere-se consultar Magri (2013, p. 10)



da forma como se apreende o que venha a ser proteção social, quem deve ser protegido, o acesso ao Programa pode ser caracterizado como um favor, um benefício adquirido ou o usufruto de um direito de cidadania, bem como as famílias poderão ser mais ou menos acompanhadas pelas técnicas e profissionais a depender do direcionamento político/partidário do prefeito e seu secretariado, desta forma, neste item serão abordados alguns elementos que permitem apreender algumas das características do Programa em Florianópolis.

O PBF começou a ser implementado no município¹⁵ em 8 de agosto de 2005, com a assinatura do *Termo de Adesão do Município de Florianópolis*. Desta forma, as famílias que recebiam os benefícios dos Programas Auxílio Gás e Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação foram sendo remanejadas para o PBF.

Em 2011, quando tiveram início as pesquisas (FREITAS; 2013, LAGO; FREITAS; SILVA, 2013, PAULA, 2011; MARTINS, 2011) eram 4732 famílias inseridas no Programa (outubro de 2013); quando o Programa completou 10 anos de existência eram 5024 famílias, havendo uma fila de espera de 2644 famílias, podendo o município beneficiar 7668 famílias, conforme dados sistematizados a partir do Relatório de Informações Sociais (MDS, 2014). Segundo a declaração de uma gestora municipal entrevistada. Tal situação deve-se ao fato de o governo alegar falta de orçamento para a inclusão destas famílias.

O valor do benefício médio do BF, em Florianópolis, subiu de R\$97 ao final de 2010, ano que teve início a pesquisa, para R\$145 ao final de 2012, o aumento do valor sinaliza que as novas famílias incluídas possuíam renda *per capita* cada vez mais baixa, ou que em muitas o nascimento de um novo filho ou a perda de

¹⁵ Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, segundo o Censo Demográfico - 2010 (IBGE, 2010) possui uma população de 421.203 mil habitantes e 7668 famílias com perfil para o PBF. O termo de Adesão ao Programa foi assinado em 2005.



emprego poderia ser o fator para famílias já incluídas passassem a receber um valor maior.

As dificuldades enfrentadas pelas técnicas e gestoras entrevistadas das áreas de assistência social, saúde e educação para a implementação do Programa são diversas, destacam-se a infraestrutura local inadequada; recursos humanos insuficientes recebendo esporadicamente capacitação; ausência de articulação entre a equipe técnica, especialmente quanto aos responsáveis pelo controle das condicionalidades (educação, assistência social e saúde); falta de conectividade entre a rede de serviços sociais e o Programa; ausência de ações no âmbito do controle democrático (MARTINS, 2011; PAULA, 2011 e LAGO; FREITAS; SILVA, 2012).

As narrativas das entrevistadas¹⁶, em sua maioria as mulheres, expressam naturalidade em assumir as responsabilidades que lhes são atribuídas; acham que o recurso é pouco, mas ajuda muito; acreditam que os homens não realizariam com a mesma responsabilidade e qualidade o acompanhamento escolar e de saúde dos filhos. Sobre serem as titulares para o recebimento dos recursos expressaram como sendo positivo. As entrevistadas não relataram participação em grupos promovidos pelos profissionais dos Centros de Referência em Assistência Social e/ou Unidades de Saúde ou Educação.

Constatou-se que não somente pelas diretrizes do Programa, mas também pela forma como este vem sendo implementado pelos técnicos e profissionais – em sua grande maioria mulheres – o Programa reforça as atribuições das beneficiárias como mães e cuidadoras, colocando-as como as responsáveis diretas pela família. Um reconhecimento que mantém a dicotomização das atribuições masculinas e femininas na família. Cabe ressaltar, no entanto, que não aparecerem nas narrativas das mulheres,

¹⁶ Para mais informações sugere-se consultar: Lago, Freitas e Silva (2012); Martins (2011); Paula (2011).



técnicas, profissionais e gestoras que participaram das pesquisas a percepção de que isto esteja ocorrendo (LAGO; FREITAS; SILVA, 2012; MARTINS, 2011; PAULA, 2011).

No que se refere à forma como os recursos monetários são utilizados foram expressivas as falas de entrevistadas quanto à parcimônia com que utilizam o BF.

No começo só comprava comida, quando vinha aquele dinheiro era uma festa no supermercado, fazia a compra mesmo, aí quando chegava à época de escola, no começo do ano, tirava todo mês um pouquinho pra comprar o material pra eles [...]. Eu toda a vida comprei bem, fiz bem o uso do Bolsa Família e pra mim foi muito importante, se não tivesse aparecido o PETI, se não tivesse pegando esse dinheiro, talvez não tivesse dado oportunidade aos meus filhos, a não ser tá catando reciclado até hoje... (NÍVEA MARIA, Ponta do Leal, apud LAGO; FREITAS; SILVA, 2012, p. 18).

De modo geral, as mães beneficiárias entendem o recurso proveniente do Bolsa Família (ou do PETI ou do Bolsa Jovem) como um dinheiro para os/as filhos/as, a ser utilizado em itens que digam respeito à prole.

Algumas mulheres se encarregaram de responder espontaneamente às críticas divulgadas pela mídia sobre o uso do BF. A garantia de um ganho fixo mensal lhes permite o acesso a bens necessários, até então pouco acessíveis. Valorizaram a autonomia, para a escolha em que e como utilizar o recurso:

É o dinheirinho que a gente tem, que a gente conta. Não vou dizer que eu gasto só com eles. Às vezes bem na hora acaba um gás. Bem na hora tem uma conta de luz pra pagar...então. [...] Pra te dizer a verdade, a verdade, eu lava a roupa na mão. É até absurdo hoje em dia uma mulher que se mata a trabalhar e lava a roupa na mão... (ROSA; TAPERA apud LAGO; FREITAS; SILVA, 2012, p. 9).



Se para Patrus Ananias e Maria Fernanda Ramos e Coelho (2009) as políticas sociais, em especial as de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família, formam potentes instrumentos para combater o ciclo da reprodução da pobreza, identifica-se que após 10 anos, a segunda geração já faz parte do Bolsa Família.

Pesquisa realizada por Ana Paula Martins (2011) sobre os fatores de permanência e inclusão intergeracional no PBF das mulheres e posteriormente suas filhas, após constituição de uma nova família, constatou a continuidade do círculo intergeracional da pobreza, bem como apontou a inserção de um membro da composição familiar no Programa, como positivo pela mãe e pela filha, “minha mãe já recebeu o benefício e agora eu e as minhas irmãs recebo. Eu acho isso uma coisa boa porque elas precisam”. “Eu acho ótimo que minha filha receba, porque ela tem duas meninas, e precisa dar as coisas para elas” (E. 3 apud MARTINS, 2011). A permanência foi justificada pelas entrevistadas pela “necessidade” de aquisição de produtos do gênero alimentício como arroz, feijão, verduras e a compra de roupas, calçados e remédios, ou seja, o suprimento de necessidades básicas.

A partir das narrativas das mulheres entrevistadas e documentos oficiais, constatamos que ocorre no PBF uma estratégia semelhante à encontrada em ações estatais junto às organizações populares de mulheres, pelo menos desde a década de 1980. Nessas ações são fomentadas as demandas que focalizam as necessidades das mulheres, como é o caso dos tradicionais projetos de geração de renda com trabalhos manuais, e outros implementados, via os programas complementares do PBF. Essas demandas correspondem às necessidades práticas, visando minimizar as dificuldades das mulheres dentro do padrão das relações de gênero, sem atacar diretamente a questão da subordinação feminina e sem alterar, portanto, o padrão das relações sociais de gênero.



As necessidades das mulheres são interpretadas pelos técnicos e gestores em relação à situação de pobreza, sem levar em consideração a situação de subordinação feminina. Por fim, a ênfase na autonomia é focada na família, considerando-se muitas vezes que a titularidade do benefício pelas mulheres é um indicador de autonomia, o que merece maiores reflexões já que constatamos que ocorre o reforço de responsabilidades das mulheres no âmbito familiar em decorrência das condicionalidades.

Há trabalhos e matérias que enfatizam a importância do PBF para a autonomia e emancipação feminina. Para Walquiria Leão Rego e Alexandre Pinzani, (2013, p. 1) o Programa contribui para “uma autonomia que foi possibilitada pela renda fixa mensal, que trouxe a liberdade para fazer escolhas sobre a própria vida”. “Com o dinheiro, a gente tem mais liberdade”. No entanto, entendemos que questões referentes à autonomia, emancipação liberdade e gênero são termos que vêm sendo ressignificados, ou seja, a eles vêm sendo atribuídos novos significados e acontecimentos através da mudança dos sujeitos individuais e políticos, estes termos assim como as diferenças geográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais brasileiras não devem ser subsumidas na análise do PBF.

► A voz dos pesquisadores – encontros e desencontros

[...] os atores, setores e instituições envolvidos na operacionalização do PBF são muitos e possuem interesses e modos de agir próprios. Questão que impõe interação entre interesses e conveniências, muitas vezes divergentes quanto à importância de se desconstruírem consensos sobre a importância do estabelecimento de um ‘ranking dos pobres’; ou sobre o quanto programas que se denominam de combate à pobreza são efetivamente capazes de atender



necessidades básicas e privações que ameaçam a própria condição humana. (LAGO; FREITAS; SILVA, 2012, p. 6).

Análises referentes ao BF argumentam sobre as contribuições e os limites do Programa para a construção de autonomia, empoderamento e emancipação de seus beneficiários. Brevemente, neste item, discorreremos sobre alguns aspectos que nos parecem relevantes, vejamos.

Inicialmente há de se ressaltar que a autonomia, considerada como um dos grandes objetivos das ações sociofamiliares, é pouco explicitada em seu entendimento e concepção.

A conquista da autoestima decorrente de uma autonomia garantida pelo acesso ao recurso até então inexistente, ou insuficiente, acompanhado da titularidade de um cartão de banco que possibilita um maior poder para mulher, no uso e aplicação dos recursos recebidos é um aspecto que vêm sendo valorizado na sua relação com o exercício da cidadania, contudo em que pese as mudanças decorrentes de tal situação a possibilidade de inclusão via o acesso ao consumo mínimo necessário para a sobrevivência imediata da família, é um indicador simplista. Como apontado por Vera Soares (2003) e Lena Lavinias (1997) é uma cidadania fragilizada¹⁷, incompleta e atrelada mais às necessidades do arranjo familiar do que a das mulheres enquanto sujeitos.

Walquiria Leão Rego e Alexandre Pinzani (2013)¹⁸ concluem que o Bolsa Família mudou a vida nos rincões mais pobres

¹⁷ A concepção de cidadania fragilizada (SOARES, 2003, p. 91) parte de uma reflexão crítica sobre as separações entre o público e o privado e a divisão sexual do trabalho. Esta expressa relações de gênero forjadas na divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar, naturalizando aí sua atuação. Esta é, ainda, pautada na passividade.

¹⁸ Os autores ouviram, entre 2006 e 2011, mais de 150 mulheres cadastradas no Bolsa Família, nas regiões mais empobrecidas do país, onde a circulação de dinheiro é escassa: Vale do Jequitinhonha (MG), sertão e litoral de Alagoas, interior do Piauí e do Maranhão, periferias de São Luís e do Recife.



do país e que o tradicional coronelismo perdeu força e a arraigada cultura da resignação está sendo abalada. Em Florianópolis, portanto, em um contexto social, econômico e cultural social distinto, não identificamos os mesmos resultados, o que nos leva a necessidade de evitar um alto grau de generalização quanto ao Programa e contextualizá-lo sempre no tempo e espaço, pois estes lhe conferem sentido e significado (LAGO; FREITAS; SILVA, 2012; MARTINS, 2011; PAULA, 2011).

No que se refere ao empoderamento, os estudos realizados ressaltam que para os gestores e profissionais o conceito de empoderamento vêm se apresentando como um objetivo dos PTCR, mas os gestores e profissionais não têm uma clara concepção do conceito, e não o têm como um de seus objetivos de suas ações. Igualmente não se identificou na fala dos gestores, profissionais e técnicos concordância de que PBF estaria reforçando as funções de prestação de cuidados atribuídos historicamente às mulheres e, portanto, também estaria contribuindo para os seus múltiplos tempos (FREITAS, 2010; PAULA, 2011; MARTINS, 2011). Contudo, Paula (2011) identificou a existência dos múltiplos tempos no exercício profissional das gestoras, profissionais e técnicas em decorrência das exigências do trabalho de rotina acrescida de atividades burocráticas relacionadas ao Programa, aspecto que não pode ser ignorado quando se discute questões de gênero, ou seja, esta não envolve somente as mulheres beneficiárias, seus companheiros ou companheiras, mas também todas aquelas que diretamente, ou não, estão envolvidas com a implementação do Programa e que, portanto, detém responsabilidades quanto aos seus objetivos, justificativas e metas.

Francesca Bastagli (2013 apud MDS, 2013, p.1) analisa de forma positiva a existência das condicionalidades. Para a autora ao exigir dos beneficiários que os filhos frequentem a escola e tenham a vacinação em dia, o Programa “garante condições mínimas de saúde e educação e estimula a demanda por esses serviços,



que deve ser atendida pelos municípios”. Igualmente a autora ressalta que a gestão descentralizada permite mais transparência; assegura que o Programa seja mais permanente; que haja uma diminuição de uma possível manipulação política. Quanto a este aspecto cabe destacar que o levantamento feito pelo MDS cruzando dados do cadastro de beneficiários do Bolsa Família e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) identificou em outubro de 2013 que 2.168 políticos eleitos no pleito municipal em 2012 continuaram a receber o benefício mesmo depois de empossados. Depois de constatada a irregularidade, em janeiro deste ano, o Ministério suspendeu o pagamento do benefício em fevereiro. A estimativa do MDS é que tenham sido sacados aproximadamente R\$ 308 mil de forma irregular.

Diferentemente dos resultados da pesquisa da autora identificamos que em Florianópolis, em decorrência de seus Indicadores de Desenvolvimento Humano, estes aspectos não parecem com tão relevantes para os técnicos, gestores e beneficiárias. As narrativas das entrevistadas apresentam elementos técnicos, burocráticos e políticos que comprometem a eficiência e eficácia na implementação do Programa. Estas vão se expressar por meio da identificação da inexistência de uma rede socioassistencial; a quantidade dos serviços de assistência, saúde e educação como impedimento para o acompanhamento e conhecimento das famílias, ou então dificuldades para a adoção de procedimentos quanto ao não cumprimento das condicionalidades, suas causas e consequências (LAGO; SILVA; FREITAS, 2012).

Não foram identificados trabalhos realizados pela assistência, saúde e educação que tivessem como objetivo proporcionar a participação das mulheres nas instâncias de representação política e na esfera pública (conselhos de direitos, estabelecimentos de ensino, entidades educativas, associativas, comunitárias e/ou religiosas). Igualmente em Florianópolis, a assiduidade das mulheres aos diferentes serviços de saúde, em especial àqueles



relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos não foi motivo de uma mudança decorrente da ação dos profissionais com as beneficiárias do PBF.¹⁹

Reitera-se que a “vida política propriamente dita, entendida como participação ativa nas discussões e nas deliberações dos assuntos coletivos, é outro ponto nevrálgico na relação entre as mulheres usuárias e a política de assistência social” (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 10). As mulheres atendidas não participam dos debates e das deliberações sobre as ações que influem em suas vidas, nem mesmo sobre as formas de execução dos programas e dos serviços dos quais são “alvo” e não sujeitos. Tal situação denota a continuidade da limitação de nossa tradição democrática, pois a cidadania pressupõe o sentimento de pertencimento à comunidade política, pressupõe também, além de crenças e sentimentos, um vínculo jurídico e político, o que requer participação. No caso específico do PBF, este requer a participação de gestores, técnicos e beneficiárias/os, mas ela não é por si só suficiente, pois precisamos definir participar por que, de que modo, para quê? A abordagem bélica da pobreza, ou seja, como algo a ser combatido e que têm as mulheres/famílias como alvo, e não a sua condição de inserção subalterna, contribui para a solidificação de uma cidadania fragilizada, como mencionado anteriormente.

Salvo melhor juízo, a opção de calcular com precisão crescente “os mais pobres entre os pobres”, sedimenta segmentos de “excluídos” da própria proteção social. Isso vem gerando uma distorção de sentidos na relação entre os cidadãos e o Estado do ponto de vista dos direitos, criando uma nova estratificação social na base. Isso tem implicações políticas importantes, pois desloca o foco das lutas pelo acesso às riquezas socialmente produzidas, dissociando a inclusão nos programas da agenda política de proteção e direitos sociais.

¹⁹ Sugere-se consultar Carloto e Mariano (2010).



Se, por um lado, há avaliações sobre mudanças de natureza técnica e operacional que estariam contribuindo para que o PBF atingisse seus objetivos, por outro lado, não são inexpressivas as informações que apontam restrições às avaliações positivas quanto à efetiva mudança das condições de parcela significativa daqueles que passaram a ser denominados de classe média emergente pelo governo. Esta é dividida em três grupos, sendo o extrato mais baixo aquele que possui renda familiar *per capita* mensal entre R\$291 a R\$441, ou seja, ela é formada por pessoas que sobrevivem com R\$9,7 a R\$14,7 por dia, sendo que 20% da população pertence a este extrato mais baixo. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), o Brasil contava com uma população de 190.732.694 de pessoas, logo 38.146.535 (so) breviviam com este valor. Do ponto de vista econômico o PBF, contribuiu para que a apreensão de gastos em programas sociais fosse substituída pela compreensão de investimento social, o fenômeno e a perspectiva de expansão da denominada classe média emergente trouxeram consigo o crescimento da região Nordeste - 46% das famílias da região recebem o benefício do Bolsa Família, e 42% dos trabalhadores formais ganham salário mínimo.

O número de pessoas em situação de pobreza reconhecidos em cadastro pelo governo subiria de zero para ao menos 22,3 milhões caso a renda usada oficialmente para definir a indigência fosse corrigida pela inflação (MAGALHÃES, 2003, p. 1).

O governo usa o valor de R\$ 70 como “linha de miséria” – ganho mensal *per capita* abaixo do qual a pessoa é considerada extremamente pobre. Esta linha foi estabelecida, com base em recomendação do BM, como principal parâmetro da iniciativa de Dilma para cumprir sua maior promessa de campanha: erradicar a miséria no país até o ano que vem, quando tentará a reeleição. Desde o estabelecimento por Dilma da linha, em 2011, até janeiro de 2014 não foi alterada, embora os preços tenham subido em média 10,8%. Atingindo 2,5% só em 2013, de acordo com o índice



de inflação oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Corrigidos, os R\$ 70 de junho de 2011 equivalem a R\$ 77,56 hoje. No Cadúnico, 22,3 milhões de pessoas, mesmo somando seus ganhos pessoais e as transferências do Estado (como o Bolsa Família) têm menos do que esse valor à disposição a cada mês, calculou o governo. Esse número corresponde a mais de 10% da população brasileira e é praticamente a mesma quantidade de pessoas que tinham menos de R\$ 70 mensais antes de a Presidente Dilma ser eleita, e que ela, com seis mudanças no Bolsa Família, fez com que ganhassem acima desse valor (MAGALHÃES, 2003).

Os dados possibilitam concluir que um reajuste da linha anularia todo o esforço feito pelo governo até aqui para cumprir sua promessa, do ponto de vista monetário, sendo que os “resgatados” da miséria que ganhavam no limiar de R\$ 70 obtiveram, na quase totalidade, no máximo R\$ 7,5 a mais por mês e mesmo assim foram considerados fora da extrema pobreza.

O que pode apreender é que o PBF está inserido na Política de Assistência Social, embora com grande dimensão pelo número de pessoas incluídas, sua dimensão nacional ainda permanece dissociada de uma política de garantia de renda efetiva, de efeito anticíclico e redistributivo, elemento constitutivo, porém nem de longe exclusivo, de um sistema de proteção social universal.

► **A voz das ruas e o que vem sendo (dês) construído – a título de considerações finais**

Mercadorias nos espreitam, mas não somos meros consumidores inconformados com produtos e serviços de baixa qualidade: não abandonamos a ideologia, não acreditamos no fim da história... mas... há... outros gritos... (FUKS, 2013).



As manifestações de rua que eclodiram nas últimas semanas do mês de junho de 2013, com milhões de pessoas nas ruas reivindicando direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado, aparentam sinalizar um impulso para algo mais profundo comece a mudar no país. O que mudará e como não é algo que poderá ser motivo de uma profunda análise neste momento, no entanto, entre as causas de insatisfação algumas possuem predominantemente natureza política, mas pesa o decisivo aspecto socioeconômico. A grande maioria dos participantes, que expressaram nas ruas por meio dos meios de comunicação, acredita que os problemas se referem a falhas em oportunidades de emprego, acesso à saúde, acesso à educação de qualidade, transporte, a insegurança no emprego, os baixos salários. Eles acrescentam que essa piora decorre ainda, de problemas como a corrupção, o crime e o tráfico de drogas e as grandes disparidades econômicas pessoais, locais e regionais.

Contudo, considerando os 10 anos de existência do PBF, é particularmente importante sinalizar que as manifestações apontaram para a necessidade de melhoria da educação e saúde, estas duas últimas são áreas que compõem o tripé das condicionalidades e que são consideradas pelo BM e autoridades governamentais como sendo fundamentais para o rompimento do círculo vicioso da pobreza e o rompimento intergeracional da mesma. Tal situação indica um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que milhões de brasileiros/as são inseridos no programa, igualmente as reivindicações indicam que às áreas consideradas como um investimento no futuro, ou seja, educação e saúde e que por meio das condicionalidades deveriam criar as condições para a próxima geração tenha mais capital humano que a de seus pais, seja mais produtiva e, portanto, consigam empregos de maior qualidade, com melhores salários, saindo definitivamente da condição de pobreza são motivo de críticas quanto aos seus objetivos, a quantidade e qualidade de serviços oferecidos.



Segundo o recente relatório divulgado em janeiro de 2014, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aponta que o Brasil aparece em 8º lugar entre os países com 12,9 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, entre 150 países analisados. Ainda segundo o mesmo Relatório, o gasto anual por aluno da educação básica no Brasil é de cerca de R\$ 5 mil, sendo que em países ricos, esse valor é três vezes maior.

Se por um lado o Bolsa Família efetivamente deu visibilidade à existência de milhões de famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, e vêm se constituindo em uma ajuda para milhares de famílias, por outro vozes de mulheres, pesquisadores e das ruas nos dizem que não queremos uma sociedade de assistidos em detrimento da garantia de direitos sociais e políticos.

► Referências

AGÊNCIA BRASIL. Ministério identifica 2.168 políticos que recebiam Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3302442/ministerio-identifica-2168-politicos-que-recebiam-bolsa-familia>>. Acesso em: 21 out. 2013.

_____. Dilma diz que Bolsa Família é porta de saída da miséria. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-diz-que-bolsa-familia-e-porta-de-saida-da-miseria-4770.html>>. Acesso em: 21 out. 2013.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Bolsa família: tutela ou emancipação? Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bolsa_familia_tutela_ou_emancipacao_11jul09.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2010.

ANANIAS, Patrus; COELHO, Maria Fernanda Ramos. Políticas sociais ajudam na inclusão. In: *Valor Econômico*, São Paulo, 27 out. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/artigo-politicas-sociais-ajudam-na-inclusao-economica>>. Acesso em: 16 dez. 2009.



BANCO MUNDIAL (M). Relatório de Desenvolvimento Humano 190. Washington/DC, 1990.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano 2000/2001. Washington/DC, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2009.

_____. Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Lei Federal n. 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, 8 dez. 1993. Brasília, DF, 1993.

_____. *Estatuto do Idoso*. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 18, n. 2, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Jan. 2014.

FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis Maafort. Política de saúde: uma política social, 2008. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/_uploads/documentos-pessoais/documento-pessoal_11957.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013

FRAGA, Érica. No Brasil, 22% da população ainda se equilibra no limiar. In: *Folha de São Paulo*, 14 abr. 2013, B6.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. *A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.



_____. Programas de Combate à Pobreza: o poder das mulheres às avessas. In: *Leituras de Resistência: corpo, violência e poder*. v. 2. Florianópolis: Mulheres, 2008. p. 269-298.

_____. Proteção social e política de combate à pobreza: o paradoxo entre a participação e o controle - Relatório Parcial de Pesquisa. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, CSE, 2010.

FUKS, Julián. *Uma flor nasceu na rua: crônica de uma passeata*. 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/115333-uma-flor-nasceu-na-rua.shtml>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Brasília IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico, 2010*, Brasília: IBGE, 2010.

LAGO, Mara C. de S. et al. *Táticas locais e estratégias internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)*. Relatório de Pesquisa, Florianópolis/UFSC, 2012.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 169-187.

LESSA, Sérgio Afranio. A emancipação política e a defesa de direitos. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

MACEDO, Danilo. Bolsa Família completa dez anos beneficiando 50 milhões de pessoas, 20 out. 2013 - 13h42. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-20/bolsa-familia-completa-dez-anos-beneficiando-50-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

MAGRI, Keli. *Bolsa Família traz avanços, mas ainda apresenta pendências ao longo de 10 anos*. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/>>



noticias/113184-bolsa-familia-alcanca-avancos-mas-ainda-apresenta-pendencias-ao-longo-de-10-anos.html>. Acesso em: 20 out. 2013.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: *Revista Katálysis*, 2010, v. 13, n. 2, p. 173-180. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

MAGALHÃES, João Carlos de. Indicador defasado “esconde” 22 milhões de miseráveis do país. *Folha de São Paulo*, Brasília, 19 maio 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/109631-indicador-defasado-esconde-22-milhoes-de-miseraveis-do-pais.shtml>>. Acesso em: 21 maio 2013.

MARTINS, A. P. *Pobreza e proteção social: um estudo sobre a permanência e a inclusão intergeracional das famílias inseridas no Programa Bolsa Família em Florianópolis*. TCC, Curso de Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2011.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200004&lng=en&nrm=iso>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Pate II- Vigilância da saúde da mulher no Brasil*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Fev/21/saudebrasil2011_parte2_cap11.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Instrução Normativa GM/SENARC n. 1, de 20 de maio 2005*. Brasília, MDS, 2005.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília. 2006.



_____. *Guia de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família*. Brasília. 2010.

_____. *Relatório de Informações Sociais* (2012). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

_____. *Relatório de Informações Sociais* (204). Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Benefícios>>. Acesso em: 20 jan. 2014

PAULA, Selma Ramalho de. *Intersetorialidade: um debate necessário para a gestão de políticas públicas e organização do trabalho*. TCC, Curso de Graduação em Serviço Social - UFSC. Florianópolis, 2011.

PRADO, José Luiz Aidar; MOASSAB, Andréia. O Programa Bolsa Família na revista. Veja: assistencialismo governamental ou ressentimento midiático? In: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, E-compós, v. 14, n. 1, jan./abr. 2011, p. 1-19.

PORTAL BRASIL. *Bolsa Família paga R\$ 2,1 bilhões em outubro*, 22 out. 2013. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP, 2013.

ROUSSEFF, Dilma. *Programa de Governo 2011-2014 - Proposta Desenvolvimento Social*. Brasília, 2010.

SARACENO, C. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de Gênero e Cidadania. In: BONACHHI, G.; GROPPI, A. (Orgs.). *O dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p. 205-234.

SALOMON, Marta. Governo quer estimular emancipação no Bolsa Família. In: *Agência Estado*, 19 set. 2011, p. 1. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,governo-quer-estimular-emancipacao-no-bolsa-familia,774507,0.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

SERRENTINO, Alberto. *A nova classe média*, 17 mai. 2010. p. 1 Disponível em: <http://www.brasileconomico.com.br/noticias/a-nova-classe-media_82800.html>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMILIO, M. et al. (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para a política pública*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 89-100.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência. *11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos*. ONU, 2014.



REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NO DISTRITO FEDERAL, NO PERÍODO DE 2010 A 2012



Sônia Marise Salles Carvalho
Christiane Girard Ferreira Nunes

► **Introdução: a metodologia da pesquisa**

Essa pesquisa se inicia em 2009, com o objetivo de identificar as especificidades na gestão familiar dos recursos do Programa/Ia Bolsa-Família/PBF, com enfoque nas questões de gênero, raça/etnia, pobreza e trabalho, bem como realizar análise das políticas de trabalho e transferência de renda no Brasil.

A pesquisa ocorreu no Distrito Federal, na cidade estrutural, localizada às margens da DF-095 e que ocupa uma área de 154 hectares. Esta cidade nasceu ao redor do “Lixão da Estrutural”, principal local onde são destinados os resíduos sólidos de todo o DF. O “Lixão da Estrutural” começou na década de 60, após a inauguração de Brasília e, poucos anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local, embora tenha sido considerada imprópria para habitação, por se



tratar de área de depósito de lixo, foram feitas várias tentativas de fixação dos moradores.

Para que fosse possível descrever o contexto social dos sujeitos atendidos pelo Programa Bolsa Família, bem como mostrar a relevância social de marcadores sociais tais como gênero, raça etnia e idade no que se refere à gestão dos recursos, à inserção no mundo do trabalho e à mudança no quadro social intrafamiliar, foi necessário a utilização do método de pesquisa qualitativo e quantitativo.

Na primeira parte da pesquisa realizou-se a metodologia quantitativa, por meio da técnica do questionário e sistematização dos dados no SPSS. Houve levantamento da população atendida pelo Programa Bolsa Família residente na área da Estrutural e delimitado a amostragem para aplicação de questionário.

Em um segundo momento, foi feita uma pesquisa de cunho qualitativo, a fim de aprofundar as questões levantadas na pesquisa quantitativa, verificar a consistência das hipóteses e obter uma análise da percepção das/os beneficiárias/os do PBF. Este momento qualitativo se deu por meio da formação de grupos focais, nos quais homens e mulheres, beneficiárias, ex-beneficiárias ou pessoas cadastradas no CadÚnico que nunca receberam o benefício, fossem divididos em grupos e responderam a diversas perguntas relacionadas às hipóteses abaixo:

Hipótese 1: Os beneficiários do Programa Bolsa Família e os cadastrados no CadÚnico não beneficiários possuem o mesmo perfil de pobreza e exclusão social.

Hipótese 2: Receber o Bolsa Família não desestimula o trabalho.

Hipótese 3: O Bolsa Família não modifica as relações de gênero dentro da família do beneficiário. A mulher continua responsável pela organização do espaço doméstico e o homem pelo provimento da família.

Hipótese 4: O Programa Bolsa Família constitui uma política de erradicação da pobreza Intergeracional. O potencial de mobilidade social intrageracional é limitado.



As análises dessas hipóteses deram origem a quatro temas, que refletiram as relações entre o programa Bolsa-família e seus impactos no mundo do trabalho, nas relações de gênero e na condição de cidadania das famílias em situação de pobreza.

Houve dificuldades institucionais vividas pela equipe de pesquisa¹ no que toca ao acesso dos dados do CadÚnico e impediu que se obtivessem os dados da população da Estrutural que recebia o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Com isso, não foi possível fazer uma amostra probabilista, que nos permitiria realizar uma generalização dos dados coletados. Os cálculos estatísticos foram feitos, no entanto, para que se pudesse ter uma amostra significativa dos beneficiários do PBF. Por meio desses cálculos e considerando a população da cidade Estrutural, foi fixado como meta a aplicação de 420 questionários. Esses questionários foram aplicados em toda a cidade, focalizando espaços frequentados pelas pessoas que estão no CadÚnico, como o CRAS, o CREAS, Restaurante Comunitário, Postos de entrega de pão e leite (programa social do Governo do Distrito Federal).

Desse modo, tendo em vista os objetivos da pesquisa o questionário contribuiu para captar informações acerca do contexto social vivenciado por estes sujeitos, de sua percepção sobre o Programa, fazer o levantamento dos marcadores sociais como raça, gênero, idade e escolaridade, bem como avaliar questões preliminares sobre a gestão dos recursos do Bolsa Família, dos papéis familiares e da inserção no mundo do trabalho.

Após a aplicação dos 420 (quatrocentos e vinte questionários) beneficiárias/beneficiários do programa e não beneficiários(as),

¹ A pesquisa foi realizada por uma equipe multidisciplinar que se constituiu por meio da chamada pública 090/2010 e foram: doutoras Christiane Girard e Sônia Marise, Mestres Pedro Henrique Isaac Silva, Thamires Castelar e Priscila Furtado dos Santos; Graduandos/as Iorrana Lisboa Camboim, Sant'Anna Luedy Oliveira, Mariana de Oliveira Marchão, Rafael Pereira Fernandes e Ricardo Rodrigues da Rocha.



os dados foram tabulados, tratados e, posteriormente, analisados. Para a tabulação, utilizou-se o Excel, software estatístico SPSS, versão 17.0.

Uma vez aplicados, tabulados, tratados e analisados os questionários, foi feita uma nova seleção entre os respondentes e realizada a segunda fase da pesquisa, com abordagem qualitativa, a fim de aprofundar as questões levantadas na aplicação do questionário, por meio da entrevista com a utilização da técnica do grupo focal.

► O referencial teórico da pesquisa

Segundo Medeiros (2000), a importância de se levar em consideração o arranjo familiar na formulação de políticas públicas na América Latina tem contribuído para mediar as questões do combate a pobreza. Para ele, a relação entre arranjos familiares e intervenções do Estado se afeta mutuamente em sua composição. Esse efeito é tão mais significativo quando se trata da ação de políticas sociais ali onde é menor a capacidade de a população de suprir suas próprias carências pelo recurso imediato ao mercado e onde o poder do Estado de mediar esse recurso ao mercado sozinho ou de remediar diretamente essas carências é mais limitado – deva-se essa limitação a questões orçamentárias e/ou a motivos de outras ordens.

O efeito dessas influências formativas – isto é, o efeito das formações familiares sobre as políticas sociais públicas e vice-versa – conforma uma tendência à “intensa e sistemática responsabilização das unidades familiares pela proteção social de seus membros” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p. 23).

Embora remeta à família esta sorte de encargos em grau menor que muitos outros países latino-americanos e conte igualmente com uma ação relativamente mais expressiva do Estado



pela proteção social, é praticamente consensual o diagnóstico de que o regime de bem-estar social brasileiro não destoa significativamente do padrão familista do subcontinente. (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010, p.24-25).

É comum na literatura sobre o tema, desde sua popularização por ESPING-ANDERSEN (1999), que se use o termo “familista” para qualificar regimes de bem-estar social ou políticas públicas específicas que se encaixem nesses moldes.

É em grande medida graças às críticas feministas a esse modelo familista ou pluralista de regime de bem estar social que uma dimensão parcialmente velada deste se evidencia: uma maior responsabilização da família pela sobrevivência e pela provisão do bem-estar de seus membros se traduz, fatalmente, numa responsabilização relativamente maior da mulher pelas tarefas associadas a isso e não numa alocação igualitária de tarefas dentro da família.

A família, instada a utilizar seus recursos internos tal como se encontrem, não faz diferente – e esses recursos envolveriam uma divisão sexual do trabalho que, tradicionalmente, remetaria mulheres ou indivíduos (mais) marcados como femininos preferencialmente a tarefas reprodutivas e domésticas, ao passo que aos homens ou aos indivíduos (mais) marcados como masculinos caberiam, prioritariamente, atividades de mercado – ou “produtivas”, definição inspirada por Kergoat .

Ao ser especificado um modelo funcional de família a um tipo e momento da economia e sociedade (no caso concreto do Brasil atual) e ao se admitir que “a grande maioria das mulheres casadas deve ser vista como ocupada com um trabalho que é vital, embora não pago, sem o qual seus maridos não poderiam fazer seu trabalho pago, e sem o qual a nação não poderia continuar” (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010 apud ESPING-ANDERSEN, 1999) e ao se formular políticas públicas, tendo isso por modelo de vida da população-alvo, se está utilizando – e incentivando – uma determinada divisão sexual do trabalho.



O Programa Bolsa Família tem, reconhecidamente, as mulheres como suas principais interlocutoras. A titularidade do cartão que permite o acesso à renda condicionalmente transferida é concedida preferencialmente a elas e isso tem efeitos que vêm sendo interpretados, no que tange a seus conteúdos e a sua desejabilidade, de diferentes formas pelos/as autores/as que se debruçaram sobre o tema.

Parece-nos que haja uma tal divisão do trabalho e que a condição de estar associadas ao programa expande o engajamento das mulheres em atividades como as de maternagem, isto é, de cuidado de crianças, sejam elas seus filhos ou não, as de cuidado de outros membros da família dependentes, e em afazeres domésticos em geral. Isso se daria em função seja de sua liberação para tanto, confirmada pelo pensamento de Clarissa Teixeira, em que a autora sugere que, porque de fato contribuem mais nos trabalhos domésticos e reprodutivos que os homens, as mulheres seriam mais sensíveis ao choque de renda positivo causado pela adesão ao programa. O resultado disso seria uma diminuição do tempo de trabalho “de mercado” e um aumento daquele outro tipo – seja da soma às suas obrigações domésticas e reprodutivas anteriores, daquelas ligadas ao cumprimento das condicionalidades do programa, seja às demais pequenas tarefas burocráticas que a administração da adesão ao programa requer (ver, por exemplo, MARIANO; CARLOTO, 2011).

A diminuição do tempo de trabalho “de mercado” não significaria, porém, uma menor taxa de ingresso no mercado de trabalho. De acordo com Brito, Medeiros e Soares (2007), o PBF tem provado ter impacto positivo sobre a oferta de trabalho e sobre o nível educacional de mulheres em geral. Apenas aquelas mulheres que, entre as beneficiárias, chefiam suas próprias famílias teriam menor probabilidade de participar no mercado de trabalho do que suas contrapartes que não recebem essa transferência de renda – o que não é de todo ruim, posto que esteja relacionado com a diminuição ou o fim da dupla jornada de trabalho para ela.



Apesar da concordância quase generalizada quanto ao ponto anterior, há discordâncias entre os autores sobre o sentido dos efeitos desse suposto aumento nas tarefas domésticas e reprodutivas para a vulnerabilidade social dessas mulheres. Vulnerabilidade social diz respeito, aqui, à disponibilidade relativa tendencialmente precária que têm os atores sociais, individuais ou coletivos, de recursos materiais ou simbólicos eficazes para acesso à estrutura de oportunidades e de incremento do bem-estar do Estado, do mercado e da sociedade e aos efeitos negativos que isso tem para as suas estratégias de alcance de bem-estar. (definição baseada na de MARIANO; CARLOTO, 2011)

Por exemplo, de um lado, os partícipes da produção de uma pesquisa sobre o tema pela AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) e pelo NEPeM/UNB (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília) sugerem que a identidade feminina das mulheres em questão se firmaria, em grande medida – a seus olhos e aos das pessoas que circulam em suas redes de sociabilidade em geral –, no desempenho da maternagem e que, portanto, a possibilidade de fazer mais e melhor teria de ser positiva (ver SUÁREZ et al., 2006, p. 56).

De outro, Daniela Ramos, em seu texto sobre a análise das desigualdades de gênero pela observação dos usos do tempo, afirma categoricamente que “a dedicação maior ao trabalho não remunerado é um traço que as une (as mulheres) e as coloca em posição de desvantagem em termos de renda e bem-estar”. (RAMOS, 2011, p. 27) Esse diagnóstico está ligado ao fato de que o trabalho doméstico, apesar de produtivo, qualificador e essencial para que a renda líquida do trabalho “de mercado” seja mais vultosa, permanece dependente de renda oriunda desse outro tipo de trabalho para ser realizado. Portanto, na medida em que a mulher se restringe ao trabalho doméstico ou se insere por menos tempo e mais precariamente no mercado de trabalho, ela não se qualifica para o mesmo, o que pode ter consequências infaustas



caso ela não tenha outra opção, algum dia, senão buscar a inserção no mercado de trabalho.

No que toca aos efeitos da passagem do benefício monetário diretamente para as mulheres, há também discordâncias. Por um lado, são comuns interpretações como as de Mireya Suárez et al. (2006) e Socorro Peixoto (2010), segundo as quais, mulheres se sentem efetivamente mais autônomas na gestão do recurso recebido e, por conta disso, se sente também mais valorizadas na comunidade em geral e em sua família em particular, tendo, inclusive, seu poder de negociação relativo frente a seu marido e a seus filhos necessariamente aumentado.

Admite-se, porém, que esse poder de compra esteja condicionado a um gasto dos recursos que toma uma forma específica e que só é legítimo enquanto se dê nestes moldes: usa-se o recurso financeiro para suprir as necessidades da casa como um todo e em especial das crianças. Isto, que é ao mesmo tempo um constrangimento e um impulso, prova ser muito mais mandatório nos casos em que o sujeito da compra é uma mulher – é isso o que aquele *insight* de que a maternagem é um traço essencial da identidade feminina corrobora, juntamente com as pesquisas que apontam a menor taxa de retenção de renda frente à família pelas mulheres, como as que determinaram os moldes do regime de titularidade do cartão do programa.

Outro efeito do recebimento do benefício frequentemente assinalado diz respeito a sua relação com o estímulo ao reconhecimento, pelas mulheres, de sua condição de cidadãs. Ao passo que alguns autores reconhecem nas obrigações de se mobilizar documentos oficiais para o cadastro no programa efeitos significativos na percepção que as mulheres têm de sua cidadania (ver, por exemplo, SUÁREZ et al., 2006, p. 57), outros, como Carlotto e Mariano (2011) frisam ser simplista a conclusão de que isso, mesmo quando considerado em conjunto com o acesso ao consumo mínimo necessário, seja um bom indicador de ganhos em termos



de cidadania, porque o programa atenderia a vulnerabilidade social das mulheres pobres dentro dos padrões das relações de gênero, isto é, sem questioná-los – as autoras dizem que “a relação das mulheres com a cidadania passa pela associação destas à maternidade” (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 73), ele não poderia conferir a elas senão uma cidadania sexuada e, portanto, frágil.

O presente artigo buscou dialogar com essas leituras e relacionar com os dados provenientes da pesquisa empírica.

► **Análise dos dados da pesquisa empírica**

A pesquisa quantitativa

A pesquisa quantitativa foi realizada com a aplicação de questionário, por parte da equipe que o produziu, na cidade Estrutural, no início de 2011, durante um período que se estendeu por cerca de dois meses. Quatrocentos e onze pessoas de ambos os sexos, beneficiárias do programa ou não, responderam a ele. Os questionários foram aplicados em visitas realizadas em horário comercial em domicílios da região ou em visitas a sedes do CRAS e do CREAS.

O questionário foi dividido em quatro categorias de análise: o perfil do beneficiário (a), a questão do trabalho, do gênero e da vulnerabilidade social. A ideia foi articular essas categorias por meio dos dados gerados pelo questionário. As questões sobre o engajamento atual nos estudos, ao tempo de permanência no local de moradia, à renda familiar média, à jornada de trabalho, à permanência nesse trabalho, as atribuições do trabalho doméstico, a responsabilidade com os filhos foram o aporte para as perguntas que poderiam subsidiar a pesquisa em geral.

Os cruzamentos dos dados do questionário no sistema SPSS mostraram que, na cidade Estrutural, as pessoas são, em



sua maioria, pardas. Exceto para as mulheres ex-beneficiárias, a categoria mais representada depois de pardas é a negra. Se se considera a proporção de negras beneficiárias entre o total de negras e a proporção de beneficiárias brancas entre o total de brancas que logram ser beneficiárias, tem-se que as negras têm mais sucesso em acessar o recebimento do benefício do que as mulheres brancas na mesma faixa de renda.

Isso talvez indique que esteja funcionando uma focalização preferencial – formal ou não – em favor de pessoas dessa raça/ dessa cor de pele, ou pelo menos de mulheres dessa raça/ dessa cor de pele, coisa que efetivamente contribuiria para a eficácia do programa, dado que estas pessoas estejam, segundo a maior parte da literatura sobre a questão racial no Brasil contemporâneo, em situação de maior vulnerabilidade. Esta é a hipótese que lançamos para explicar a leve desproporção na taxa de ingresso de mulheres negras no programa em comparação com a de mulheres de outras raças/ de outras cores de pele.

Os dados tratados pelo sistema SPSS apontou que dos 397 entrevistadas, 211 estão em união estável/moram junto ou estão casadas com homens, coisa que indica que não deve haver uma desproporção tão grande entre o número de pessoas de cada sexo neste recorte de espaço e tempo.

As informações que decorreram do cruzamento entre idade e estado civil foram compreendidas pelo fato dos homens beneficiários serem comparativamente mais velhos que as mulheres beneficiárias e talvez se explique por referência ao fato de que a maioria delas é casada e por referência à tendência de que os homens, especialmente entre as classes econômicas mais baixas, conquanto tenham relacionamentos e filhos cedo, só venham a formar uma família mais estável mais tarde – não com mulheres de sua idade, mas mais frequentemente com mulheres mais jovens.

Outro aspecto importante do cruzamento dos dados da pesquisa foi a questão da escolaridade, visto que no engajamento



atual no estudo entre homens e mulheres não haja grandes dissimetrias. Mulheres concentram-se entre as pessoas que estudam ou estudaram até a 4ª série do Ensino no fundamental, até a 8ª ou até o final do Ensino Médio, mais ou menos na mesma proporção. Disso é possível depreender que o recebimento imediato do benefício para as mulheres não se traduza, muito provavelmente, em ganhos significativos de escolaridade, não obstante, em longo prazo, estimule o engajamento nos estudos. As beneficiárias se engajam um pouco mais nos estudos.

No que tange à mobilidade residencial, os dados de nossa pesquisa sobre a unidade federativa de origem dos respondentes mostra que a maior parte deles vem do Nordeste, essa população permanece, em geral, por mais de dez anos no local em que se estabelece no Distrito Federal. Uma vez tendo se estabelecido na cidade Estrutural, as mulheres permanecem mais tempo que os homens, possivelmente, o recebimento do benefício favoreça sua permanência no local.

Sobre a baixíssima concentração de homens beneficiários entre aquelas pessoas que realizam apenas os trabalhos domésticos frente à grande concentração de mulheres de todas as categorias nesta ocupação, pode-se dizer que isso sugere uma manutenção duma divisão sexual do trabalho em moldes tradicionais. Uma tal interpretação poderia ser corroborada pelos resultados do cruzamento sobre se o respondente já havia trabalhado fora ou para fora alguma vez na vida.

Os dados da pesquisa mostraram que a maioria das mulheres solteiras e separadas estão inseridas no mercado de trabalho, a maioria das mulheres casadas ou em união estável não o estão e se dedicam aos afazeres domésticos e reprodutivos. Isso sugere que na ausência de um cônjuge masculino ou de um homem que se relacione afetiva e sexualmente com elas por um tempo prolongado, há uma tendência significativamente maior de seu ingresso no mercado de trabalho.



O que provavelmente acontece é que na presença de um cônjuge masculino haveria, em geral, uma fonte alternativa suficiente e legítima de renda monetária em sua família – neste caso, haveria mais chances de que a mulher seja remetida para o trabalho doméstico e reprodutivo em sua própria casa e o homem ao trabalho remunerado “de mercado”. Enfim, as mulheres, mais que os homens, se dedicam a tarefas de cuidado e afazeres domésticos mesmo quando trabalham fora, se engajam nos trabalhos domésticos muito mais que os homens.

Ao mesmo tempo, o maior encargo das mulheres no que tange aos afazeres domésticos e à maternagem incentiva sua inserção no mercado de trabalho por vias que lhe permitam uma maior flexibilidade de horários, isto é, uma maior possibilidade de ajuste das horas de trabalhos às necessidades ligadas àqueles encargos – o que significará, frequentemente, uma situação de emprego mais precária e insegura.

Quanto aos efeitos disso para a vulnerabilidade social relativa da mulher, é razoável reafirmar que não ingressar no mercado de trabalho ou ingressar precariamente é particularmente negativo, posto que produz dependência com relação a um provedor de renda monetária. Porém, para aquelas mulheres que têm filhos e que estão encarregadas dos afazeres domésticos, pode representar um alívio de sua jornada de trabalho diária ampliando a dedicação ao cuidado dos filhos e da casa e, portanto favorecendo seu bem-estar.

A atribuição, pela média das mulheres, de um menor tempo livre, em comparação com a média dos homens, pode ter alguma relação com o fato de que os afazeres domésticos, relativos à maternagem ou não, são, geralmente, atribuição sua, trabalhem elas “fora ou para fora” ou não, e ao fato de que estes não podem, novamente em geral, ser realizados em intervalos de tempo delimitados como é o caso de boa parte das atividades de “trabalhos de mercado”.



Praticamente nenhum dos homens beneficiários entrevistados acusou ser o principal responsável pelo cuidado das crianças que vivem em seu domicílio, ao passo que a grande maioria das mulheres entrevistadas, tomadas em geral ou separadamente de acordo com sua relação atual com o Programa Bolsa Família, disse o ser.

Quanto ao tempo diário médio despendido nessa atividade de cuidado das crianças, enquanto a maioria das mulheres disse dedicar o dia inteiro a essa atividade, essa opção sequer foi mencionada para os homens beneficiários respondentes. A grande disparidade entre homens e mulheres nos quesitos de protagonismo e maior dedicação de tempo serve de confirmação à tese de que funciona, neste recorte populacional, uma divisão do trabalho sexual que encarrega prioritariamente as mulheres do trabalho reprodutivo – divisão esta que parece ser reforçada pela participação no programa.

A pesquisa apontou que a grande maioria das mulheres entrevistadas, de acordo com sua relação atual com o Programa Bolsa Família, diz ser a principal responsável a cuidar das crianças que vivem em seu domicílio e que estas tarefas se estendem, em geral, por dois ou três turnos do dia, ao passo que pouquíssimos entre os homens beneficiários entrevistados se declararam os principais responsáveis por estas tarefas e que nenhum deles disse que seu engajamento no cuidado das crianças se estendia por dois ou três turnos do dia.

É mais frequente entre beneficiários respondentes de ambos os sexos que eles mesmos façam cumprir as condicionalidades, que eles mesmos decidam como será gasto o recurso do programa e que eles mesmos o gastem. O fato é que sendo titulares isso lhes dá este poder ou este dever a despeito de quaisquer motivos ligados a sua condição de gênero que, por ventura, agissem no sentido contrário.

O que explica que, no caso em que provavelmente predominam homens como sendo titulares (isto é, no caso dos homens



beneficiários respondentes) suas cônjuges participem em peso das decisões sobre os gastos e dos gastos efetivos do recurso, ao passo que o mesmo não é verdade para os cônjuges das mulheres respondentes, é que este poder e este dever lhes são atribuído socialmente com grande vigor, sendo o papel de fazê-lo parte do papel de ser mãe, papel reconhecivelmente determinante nas personalidades da imensa maioria, senão da totalidade, seja da mulher média até agora retratada na literatura de ciências sociais ou de outras áreas do saber ou da cultura, seja da mulher média de condição socioeconômica análoga à de nossas respondentes.

Parece-nos que os titulares, sejam homens ou mulheres, sempre tendem a se engajar no cumprimento das contrapartidas, a decidir sobre para onde vai o dinheiro e a efetivamente o gastar. Essas atividades são, em grande medida, uma extensão do trabalho reprodutivo e familiar. Ora, até mesmo por determinações que o programa estabelece sobre a concessão prioritária da titularidade do benefício à mulher, os titulares são, em sua maioria, deste sexo.

► **A pesquisa qualitativa: o resultado dos grupos focais**

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio da entrevista de grupos focais com homens e mulheres, beneficiárias, ex-beneficiárias ou pessoas cadastradas no CadÚnico que nunca receberam o benefício.

Os seis grupos focais foram realizados na Cidade Estrutural aos sábados. O local escolhido foi a sede do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Cidade Estrutural. Essa localidade foi escolhida tendo em vista sua



centralidade dentro da cidade, que facilitava o acesso dos/as beneficiários/as, além do fato de o Creas estar diretamente ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), órgão do governo do Distrito Federal responsável pela gestão do Programa Bolsa Família no DF. Para a realização dos grupos focais foi feito o agendamento antecipado com os participantes.

Foram totalizadas 48 pessoas nos seis grupos focais, que tiveram entre seis e dez participantes cada. Os grupos focais tiveram duração média de uma hora e vinte minutos, com alguns durando uma hora e outros uma hora e quarenta minutos. Os grupos focais realizados pela manhã iniciaram por volta de 09h00min e os grupos da tarde iniciaram por volta de 14h30min.

A análise dos dados e o registro da entrevista focal foram feitas pela Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo/DSC onde se apreende os discursos-sínteses de grupos de entrevistados para aferir opiniões, impressões, depoimentos e leituras individuais sobre o Programa Bolsa Família.

O objetivo desta parte da análise foi apontar em que direção ocorreu a ação do PBF sobre a vulnerabilidade social dos sujeitos pesquisados sob a ótica de um recorte de gênero. Os marcadores sociais de gênero importam em distinções quanto à vulnerabilidade social dos sujeitos? Inserimos nos quadros a seguir, exemplos dos relatos obtidos durante a pesquisa de campo, seguidos de breves comentários.



DSC - Quem fez o cadastro no PBF?

Mulheres beneficiárias, ex-beneficiárias e não beneficiárias

- "Pedi carteirinha de participante, que eu trouxesse os meus documentos pra fazer o cadastro pro leite. Aí eu vim, fiz, pra ganhar. Aí eu vim e fiz o cadastro. Recebi pão, leite, recebi o Bolsa Família também que na época era 130, depois passou para um cartãozinho que era pra receber a Cesta e depois da Cesta passou pro 130".

- "Eu fui eu mesma. Só sei que eu cheguei lá, fui tirar o dinheiro e só dava 'suspensão', 'suspensão', 'suspensão'. Aí eu fui no CRAS na época em que ele era lá, né? Fui conversar com a mulher e ela falou assim, oi: 'uai, seu benefício foi suspensão. Aí você tem que fazer novo cadastro de novo'. Aí eu peguei - aí falou os documentos que eu tinha que levar da escola das meninas e tal. Aí eu levei tudinho.

Homens

- "A minha companheira que recebia, agora quando comecei eu não sei não, porque quando eu me ajuntei com ela, ela já recebia pela criança dela, uma menina de treze anos, pela idade da época, deve ser uns seis anos atrás, ela tinha uns sete anos, aí pela idade da criança ela tava na escola e tinha direito ao benefício".

- "Eu cheguei na Estrutural em dois mil, aí a gente ficou sabendo pelos vizinhos que podia fazer cadastro para essas coisas aí, que podia participar aí minha mulher, sempre a mulher é mais ativa né, eu tava trabalhando aí não tinha como aí ela mesmo fez".

- "É, eu não sei (como foi conseguir a documentação, minha mulher que fez o negocio lá). O bolsa família eu não sei não. Eu sou titular do benefício porque na época que nos fizemos isso eu tive uma discussão com a mulher e ela e eu estávamos separados certo? É ela que fazia, ela saiu daqui e foi morar em outro lugar aí eu fiquei aqui morando aqui, aí eu fiz no lugar dela".

Misto

- "E até mais difícil de eu falar, porque, assim, foi minha esposa que sempre recebeu o benefício. Minha esposa que foi correr atrás e pegou os documentos da gente e minha carteira de trabalho pra ver quanto a gente ganha e mostrar que tava trabalhando, aí foi aprovado".

- "Para mim não fazia diferença, porque fui eu mesma que corri atrás".

Quadro 10.1 - Discursos sobre a realização do cadastro no Programa Bolsa Família (PBF)

Fonte: pesquisa de campo realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Cidade Estrutural no dia 7 de janeiro no horário de 14 às 17 horas.



De uma forma geral, o cadastro para o recebimento do benefício referente ao PBF fica sob responsabilidade da mulher e é dela que parte a iniciativa de fazê-lo. Este fato, como outros dentre os citados nesta seção, parece ter um valor ambíguo para a correção de sua vulnerabilidade social dessas mulheres. Por um lado, isso parece contribuir para reforçar a cultura de atribuição do papel de cuidado às crianças à mulher, na medida em que envolve remeter formalmente às mulheres, como titulares prioritárias do benefício, a responsabilidade prioritária pela observação das condicionalidades – e isto pode ser um agravante de sua situação de vulnerabilidade, posto que incentivaria a opção pelo afastamento completo ou parcial da mulher de ocupações com trabalhos remunerados de mercado, o que lhe poderia garantir maior autonomia pessoal, mas também que a manteria em trabalhos que, ainda que mercantilizáveis, são pouco valorizados socialmente.

Por outro lado, isso poderia contribuir para minorar a vulnerabilidade social das mulheres, na medida em que não apenas repassasse formalmente para elas algum recurso monetário e em que facilitasse a realização de tarefas que são tidas, por elas e/ou pela média daqueles com que convivem, como atribuições suas e a sustentação de comportamentos que são, por elas e/ou pela média daqueles com que convivem, esperados de si, mas também na medida em que permitisse diminuir seus encargos de dupla jornada.



DSC - Tipo de trabalho
<p>Mulheres beneficiárias, ex-beneficiárias e não beneficiárias</p> <p>“Eu sou empregada doméstica”.</p> <p>“Eu trabalho de serviços gerais na rua”.</p>
<p>Homens</p> <p>Catador.</p> <p>Construção civil.</p> <p>Borracheiro.</p> <p>Aposentado</p>
<p>Misto</p> <p>- “Trabalho com artesanato”.</p> <p>- “Eu olho criança em casa. Eh! Porque os outros trabalhos que eu arrumei, né, era de domingo a domingo e pra mim não dava. Antes eu trabalhava lá no berçário do STF. Não era bem cuidar das crianças, era na limpeza, mas era só lá mesmo”.</p> <p>- “Eu também gostaria de mudar meu trabalho de <i>motoboy</i>, né? É uma vida muito corrida, né, e muito perigosa também”.</p>

Quadro 10.2 – Discursos sobre o Tipo de Trabalho

Fonte: pesquisa de campo realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Cidade Estrutural no dia 7 de janeiro no horário de 14 às 17 horas.

Verificamos, nessa fase da pesquisa, que a maioria dos entrevistados se envolve em atividades culturalmente admitidas como sendo “trabalho de mulher” ou “trabalho de homem” de acordo com essa atribuição – isto é, mulheres que trabalham fora de casa realizam, em geral, trabalhos “reprodutivos” mercantili- zados e homens não. Esse dado reforça as premissas da conclusão precedente.

**DSC - Conciliação de trabalho reprodutivo com trabalho remunerado****Mulheres beneficiárias, ex-beneficiárias e não beneficiárias**

- “Tem que pagar uma pessoa pra ficar com meu filho, pra cuidar. Eu não tô trabalhando agora porque eu não tenho com quem deixar esse rapazinho. Porque creche não é nem difícil, é impossível. E aí teve que arrumar alguém pra cuidar”.

- “Oportunidade não, eu tenho vontade de mudar e trabalhei só em casa de família e trabalhei em restaurante uma vez, só que a mulher... Aí o pobre do menino adoeceu, né, e me mandou embora. Empresa não quer saber, né? (se ela tem problemas de saúde em sua família). Então eu fui ameaçada, né? De me mandarem embora. Às vezes eu venho esse chega atrasada, porque eu trabalho meio período, venho correndo e ainda peço para a menina arrumar ele pra poder vir pro posto só pra ver - ou o levo pro Hospital da Criança pra fazer exame, né? Até foi por isso que eu saí do trabalho. [...] Aí tinha que faltar toda vez, tinha que faltar. Aí, minha filha, doméstica não pode usar atestado nem nada, não perde nada. Aí tive que sair do trabalho. Aí saí. Aí depois não pude mais voltar, porque tive que observar o menininho durante um ano. Aí agora tem que dar mais um tempo, porque tem que pagar uma pessoa pra olhar. Tem que ver se vale a pena receber dinheiro pra pagar uma pessoa. Não vale, mas eu tenho que ir. Como eu vou pagar meu aluguel?”

Quadro 10.3 – Discursos sobre trabalho reprodutivo e trabalho remunerado

Fonte: pesquisa de campo realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Cidade Estrutural no dia 21 de janeiro no horário de 14 às 17 horas.

Participar do PBF não parece desincentivo ao engajamento dos membros da família beneficiária em uma atividade que gere renda, dado o valor oferecido por si só geralmente não ser suficiente para garantir a eles em condições minimamente confortáveis de vida. A maior parte dos depoimentos sugere, porém, que de fato, porque vige uma divisão sexual do trabalho, segundo a qual caberia preferencialmente à mulher o trabalho reprodutivo com o cuidado da casa e das crianças e ao homem o trabalho remunerado, fora de casa, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é dificultada e, quando se dá, é, em razão disso, relativamente mais frágil e intermitente. Há uma clara preferência, da parte das mulheres, por trabalhos que possam ser conciliados com o cuidado de suas crianças. Os homens, em geral, ajudam de bom



grado nos trabalhos domésticos, mas a dedicação prioritária a esse tipo de trabalho não parece constituir, para a maioria dos casos, sua obrigação – se houver, na unidade familiar, uma mulher apta a fazê-lo, mesmo quando esta trabalhe para fora ou fora de casa também, é mais comum que isto caiba a ela e é mais comum que ela, e não ele, abandone seu trabalho fora de casa, se preciso for, para garantir os cuidados dos membros dependentes da família. Há que se ressaltar, porém, que também registramos casos que não se adequam a esse padrão majoritário.

Dados os moldes da divisão sexual do trabalho que parece vigor, na medida em que o PBF deixa em grande medida para a família a responsabilidade pelo provimento bem-estar dos membros da casa, tem-se, em realidade, que ele deixa que esse encargo recaia desproporcionalmente sobre as mulheres. O ponto aqui não é o de sugerir que o PBF produza mais encargo desproporcional nesse sentido. Vimos que não há, inclusive, qualquer percepção dos sujeitos entrevistados que permita concluir o contrário: a imensa maioria afirmou que seus encargos domésticos não aumentaram após o ingresso no programa. O ponto aqui frisado é o de que o PBF funciona contando com uma divisão social do trabalho que agrava a vulnerabilidade social das mulheres e não envolve a compensação dos efeitos negativos disso.



DSC - Diferença na gestão do benefício

Mulheres beneficiárias, ex-beneficiárias e não beneficiárias

- "A gente é mais cuidadosa com as coisas de casa, né? Com o que falta, com tudo. E eles não tá nem aí Eu conheço muitos mesmo aíque quando eles tira o Bolsa Família mulher nem vê a cor do dinheiro. Entendeu? Eu acho que o dinheiro tem que ficar com a mulher mesmo".

- "Eu acho que lá em casa no caso não faria muita diferença não. Se ele recebesse, eu acho que ele administraria do mesmo jeito que eu administro".

- "O meu também administraria, mas mesmo assim eu prefiro eu - é mais seguro".

- "Mas acho que mulher é que tem que pegar esse (dinheiro). (Homem não compra nem) roupa, nem calçado, nem nada. Não, não, acho que não. A mesma coisa também o dinheirinho dele é na minha mão também. Quando ele recebe o dinheiro dele, é mais pra água, pra luz, né. Agora, as coisas das meninas, o que mulher gosta ele não compra".

- "Para mim seria diferente. Se o cartão fosse no nome do marido, o marido não iria comprar as coisas que eu compro hoje [...] ele fala que qualquer coisa eu quero comprar. Ele já pensa em gastar mais com o que é preciso e não no que nós precisa. 'Por que você comprou isso, menina?! Isso não precisava agora!' Eu acho que tinha que ficar na minha mão, porque [...] eu trabalho de catadora, né. Eu ganho pouco também. Mudaria sim [...] Quando eu vou no mercado às vezes compro um creme e ele fala: 'tu vai comer creme, é?'"

Homens

- "Esse bolsa família, como dizer, é tipo uma ajuda de custo que o governo dá para você se desenvolver, pagar o aluguel, é um auxílio gás, às vezes não tem dinheiro para o gás no final do mês, vai ter o dinheiro só para compra, mas aí o gás pesa no orçamento, isso ajuda também na energia elétrica, na água, na luz e outras coisas mais".

- "Porque serve para comprar o uniforme da escola e o material também. [...] principalmente agora no final do ano [...] a gente recebe mixaria, às vezes a mulher tem um pouquinho ali por fora desse benefício, mas a gente sempre gasta a mais. Serve para a gente não ficar sem nada. [...] Elas participam do programa do Peti também."

Misto

- "Lá em casa é os dois, dividimos serviço de casa. Um dia ele faz, outro dia eu faço".

- "Lá em casa é a mesma coisa. O que eu tenho é dele, o que ele tem é meu".

- "Lá em casa não tem essa coisa. Lá em casa é unido também, graças a Deus. Eu tenho que falar que eu vou gastar com isso, isso e isso".

- "Se eu falar assim: 'eu quero tanto', ele quer saber com o que que eu vou gastar aquilo. Se for pra mim, ele não dá, mas se for pra gastar com as crianças, aí ele dá, mas fora isso, não vejo nem a cor. Assim basicamente é a união. Todo mês eu converso com o meu esposo, né, 'nesse mês nós vamos comprar isso, isso'. Conversar sobre o que vamos fazer. [...] Eu e meu esposo todo mês a gente fala assim 'vamos comprar isso'. É mais eu porque ele trabalha a noite, né, chega 6h, 7h. É o tempo pra ele sair pra dormir. Aí, às vezes, quando eu não dou conta de fazer nada, porque eu sinto muita dor por causa da barriga, é ele que faz".

Quadro 10.4 – Discursos sobre diferença na gestão do benefício

Fonte: pesquisa de campo realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Cidade Estrutural no dia 28 de janeiro no horário de 10 às 12 horas.



Não é apenas formalmente esperado das mulheres, como titulares, que garantam o cumprimento das condicionalidades. Conforme sugerimos, garantir a realização de tarefas análogas a estas que levariam ao cumprimento das condicionalidades do programa, como decidir como será gasto na casa e no cuidado das crianças parte do dinheiro de sua unidade familiar, parece caber, em sua prática cotidiana, prioritariamente às mulheres, sejam elas beneficiárias ou não. Em geral, seus companheiros parecem participar das decisões sobre os gastos comuns à família, bem como do gasto efetivo, se bem que, neste último ponto, comparativamente menos em razão do tempo que lhes tomam suas ocupações com o trabalho de mercado etc.

DSC - Se foi notada qualquer mudança nas relações familiares após o recebimento do benefício
<p>Mulheres beneficiárias, ex-beneficiárias e não beneficiárias</p> <p>- "Pra mim não mudou nada".</p> <p>- "Não, a mesma coisa... Só os meninos que ficam atrás... 'Mãe...'"</p> <p>- "Não, continua a mesma coisa. Porque eu não passo o dinheiro pra ele)... A mesma coisa".</p> <p>- "Acho que muda...)... quando você não tem dinheiro, você fica toda sem graça, triste...)... às vezes o filho vem e pede alguma coisa e você não tem... (1:06:15)... Muda. Você pode ajudar. É uma coisa assim que você tira e 'que bom que eu posso ajudar meu filho!', né?"</p> <p>- "Aumenta e muito [a autoestima da pessoa]. Porque, igual como eu fiz. A minha neta adoeceu e o meu filho tava sem dinheiro a mulher dele não tinha recebido ainda, aí ele chegou todo sem graça: 'mãe, meu filho ta doente, ta queimando de febre, não sei o quê que eu faço, não tenho um centavo' eu falei: 'ah, meu filho, tá aqui oh, tem 20 reais aqui, você leva ela no hospital, vê o quê que tem, que precisar de comprar um remédio, você vem que ainda tem um trocadinho aqui, do 130 que eu vou deixar guardado, se precisar você vem que eu te arrumo para comprar o remédio." Ele panhou ela, foi no hospital, consultou...)... ela andava com a garganta inflamada, né? Aí o médico já passou a receita pra ele pegar lá na farmácia, aí ele veio, pegou o remédio lá, dizendo: 'mãe, não vai precisar, precisar de pegar, mas valeu, mãe'. Quer dizer, o dinheiro que eu dei pra ele já ajudou ele a levar a filha dele no hospital, já ajuda pra você e pra sua família, né? - É bom. Ajuda".</p> <p>- "Por que lá em casa não mudou nada, a gente continua na mesma, porque tudo é acordo".</p>

Continua



DSC – Se foi notada qualquer mudança nas relações familiares após o recebimento do benefício

Homens

- “Pra mim não, ela sempre trabalhava, ela tinha o dinheiro dela, [...] sempre que ela recebe ela já sabe o que ela faz [...]” (fala muito baixa)

- “É porque de certa maneira, ela presta conta. [...] saiu o centro e trinta. Saiu? [...] eu morro de trabalhar e nunca sei o que falta em casa, mas mesmo assim a noite ela sempre me trás e presta a conta toda, [...] ela gosta e faz questão de fazer isso, tá sempre aqui, de onde saiu, de onde entrou dinheiro, o que tá aqui”.

Misto

- “Muda não” (as responsabilidades de cada um/a).

Quadro 10.5 – Discursos sobre mudanças nas relações familiares após o benefício
Fonte: pesquisa de campo realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) da Cidade Estrutural no dia 28 de janeiro no horário de 10 às 12 horas.

Percebemos que o impacto do programa nas relações de gênero é ambíguo e, embora não tenha efeito facilmente mensurável, não parece as modificar muito significativamente: por um lado, ele funciona se valendo duma divisão sexual do trabalho que tem efeitos negativos para a posição social global da mulher e não conta ainda com mecanismo que corrija esse fato; por outro, ele parece ser eficaz não apenas em endereçar em alguma medida a situação de vulnerabilidade das famílias em que elas se inserem (e, por consequência, de sua situação pessoal), como também facilita o cumprimento, pelas mulheres, de tarefas e de comportamentos que são, objetiva, intersubjetiva e subjetivamente, seus.

► **Considerações em relação aos resultados da pesquisa**

Os dados coletados, tanto por meio da pesquisa qualitativa quanto da quantitativa, nos permitiram fazer uma série de reflexões acerca dos impactos do PBF junto às pessoas beneficiadas. Nosso



estudo partiu de quatro hipóteses, que guiarão nossas considerações finais.

Em relação à Hipótese 1: “ Os beneficiários do Programa Bolsa Família e os cadastrados no CadÚnico não beneficiários possuem o mesmo perfil de pobreza e exclusão social”, o que podemos perceber é que os perfis constantes no CadÚnico, seja de beneficiários ou não beneficiários, são bastante semelhantes entre si em muitos aspectos. Graças ao Programa Bolsa família, o acréscimo de aproximadamente $\frac{1}{4}$ na renda real da família das pessoas que recebem o PBF faz com que os beneficiários e os não beneficiários se tornem praticamente iguais no seu perfil como um todo. O que resta saber é por que algumas pessoas recebem o PBF e outras não, sendo que o grau de pobreza e exclusão dos beneficiários e não beneficiários é semelhante. Foi visto também que o Programa ameniza a situação de escassez e colabora com a melhoria da autoestima dos/as beneficiários/as no sentido de assegurar-lhes o acesso mínimo à educação e saúde dos filhos e ao poder de compra. Mesmo aqueles que relatam ter uma renda ligeiramente superior ao máximo permitido ao beneficiário, os recursos do PBF constituem ajuda inestimável à família, pois, na maioria das vezes, a renda é oscilante, tendo em vista que a maioria dos/as entrevistados/as não possui trabalho formal.

A Hipótese 2: “Receber o Bolsa Família não desestimula o trabalho” ocorreu que as diferenças entre os beneficiários e os não beneficiários, quanto à participação no mercado de trabalho e à jornada de trabalho semanal, foram de pequena magnitude e, na maioria das vezes, estatisticamente não significativas. Acreditamos que os dois grupos tomem decisões similares quanto à oferta de trabalho, pois apresentam basicamente o mesmo perfil socioeconômico, como detalhado anteriormente. Portanto, diante dos resultados discutidos acima, não podemos afirmar que o PBF desestimula a oferta de trabalho dos beneficiários.



A Hipótese 3: “O Bolsa Família não modifica as relações de gênero dentro da família do beneficiário” apontou que a mulher continua responsável pela organização do espaço doméstico e homem pelo provimento da família.

A hipótese em relação ao tema “Gênero” era a de que o Bolsa Família não modifica significativamente as relações dentro da família da beneficiária ou do beneficiário no que importa a marcação de gênero dos sujeitos envolvidos. Os resultados de nossas análises sugeriram que, de fato, o impacto do programa nessas relações é ambíguo e que, embora seu efeito não seja facilmente mensurável, parece sensato dizer que não ele não as modifica significativamente. Por um lado, o programa funciona se valendo duma divisão sexual do trabalho que tem efeitos negativos para a posição social global da mulher e faz isso sem propor um mecanismo que corrija esse efeito; por outro lado, o programa parece ser eficaz não apenas em endereçar em alguma medida a situação de vulnerabilidade das famílias em que elas se inserem (e, por consequência, de sua situação pessoal), como também facilita o cumprimento, pelas mulheres, de tarefas e de comportamentos que são, objetiva, intersubjetiva e subjetivamente, seus.

Há, portanto, uma situação de ambivalência no que diz respeito ao impacto possível duma medida governamental realizada nesses moldes sobre vulnerabilidade social específica desses sujeitos, situação essa que se deve mais à própria natureza de sua posição que ao desenho de programa. O lugar pouco valorizado socialmente é, não obstante, seu lugar. O sujeito se esforçará, então, por garanti-lo e por não experimentar as dores do deslocamento para uma posição ainda menos favorável da hierarquia social. Ao esforçar-se por fazê-lo, estará, porém, se atrelando mais e mais não só às vantagens, mas também às desvantagens de se ocupar a posição que se ocupa.

No tocante à Hipótese 4: O Programa Bolsa Família constitui uma política de erradicação da pobreza intergeracional.



O potencial de mobilidade social intrageracional é limitado, pois os dados apresentados mostram que a superação da situação de pobreza, isto é, a mobilidade social ascendente dos beneficiários do PBF é limitada por outras variáveis que o Bolsa Família, por si, não consegue dar conta, como o aumento da escolaridade dos provedores familiares (pai ou mãe), o que resultaria em uma ascensão sócio ocupacional. Tal ascensão não é percebida. A relativa piora em alguns dos indicadores sociais dos entrevistados que recebiam e não recebem mais o benefício, especialmente os referentes à escolarização de seus dependentes, mostra que a retirada do benefício das famílias ainda não é algo que pode ser concretizado. Nas diversas falas, ficou evidente que todo o benefício do Programa é para atender as necessidades básicas dos dependentes e que na vida dos pais não se observa uma mudança de *status* ocupacional com melhoria da educação ou mesmo da renda de forma satisfatória.

No entanto, a geração dos filhos pode ter a chance de melhorar a escolaridade e mudar o status sócio ocupacional. Tal movimento também é acompanhado entre aqueles que não são beneficiários, o que mostra que isso é, atualmente, uma tendência “natural”, das pessoas em situação de pobreza. Nossos dados e mesmo a análise da percepção dos/as beneficiários/as indicam que a provável superação da pobreza só se dará na próxima geração, isto é, entre os filhos dos beneficiários, ou entre os beneficiários mais jovens, que são aqueles que possuem maior escolaridade. No entanto, deve-se estar atento às novas formas de exclusão social que atingem os jovens que, mesmo tendo maior escolaridade, se encontram em situação de vulnerabilidade similar aos adultos e idosos de menor escolaridade.

Essa pesquisa, a partir da busca de resposta às hipóteses constituídas, contribuiu para que o estudo da superação da fome e da pobreza no Brasil pudesse ser pensado a partir: 1) promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta



de renda à família; 2) reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; 3) coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários da Bolsa-Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

Outro aspecto relevante que essa pesquisa demonstrou foi a possibilidade de construir um debate acerca da perspectiva da integração econômica e social de grupos sociais. Esse contexto suscita reflexões sobre o fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia, bem como da geração de oportunidades. Inscreve-se também no campo de estudos sobre gênero e política, contemplando o gerenciamento do cotidiano de mulheres pertencentes a camadas populares. As reflexões sobre gênero e classe, sobretudo, as atravessadas pelas categorias de raça e etnia, reconduzem ainda o debate concernente ao trabalho.

► Referências

BRITO, Tatiana; MEDEIROS, Marcelo; SOARES, Fábio. Transferência de Renda no Brasil. *Novos Estudos*, v. 79, nov. 2007.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: desigualdades fomentadas pela política social. In: *Rev. Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1. p. 20-28, 2010.

ESPING-ANDERSEN, G. et al. *Why We Need a New Welfare State*. Oxford: OxfordUniversity Press, 1999.



GOMES, Vera Lúcia de Oliveira et al. Grupo focal e discurso do sujeito coletivo: produção de conhecimento em saúde de adolescentes. Esc. Anna Nery, *Rev. Enferm*, p. 856-862, out-dez 2009.

JANUZZI, Paulo. Construção de um escala sócio-ocupacional: notas metodológicas. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 214, p. 7-24, 1999.

MARIANO, Silvana Aparecido; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza no Programa Bolsa Família. In: BONETTI, Aline; ABREU, Maria Aparecida (Org.). *Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. São Paulo, *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 79, nov. 2007, p. 05-21.

PEDROZO, E. *Efeitos de elegibilidade e condicionalidade do Programa Bolsa Família sobre a alocação de tempo dos membros do domicílio*. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) - Escola de Economia de São Paulo, EESP/FGV, São Paulo, 2010.

PEIXOTO, Socorro. *Os significados do programa bolsa família na vida das mulheres: um estudo na comunidade morro da vitória*. Dissertação (Mestrado em. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2010.

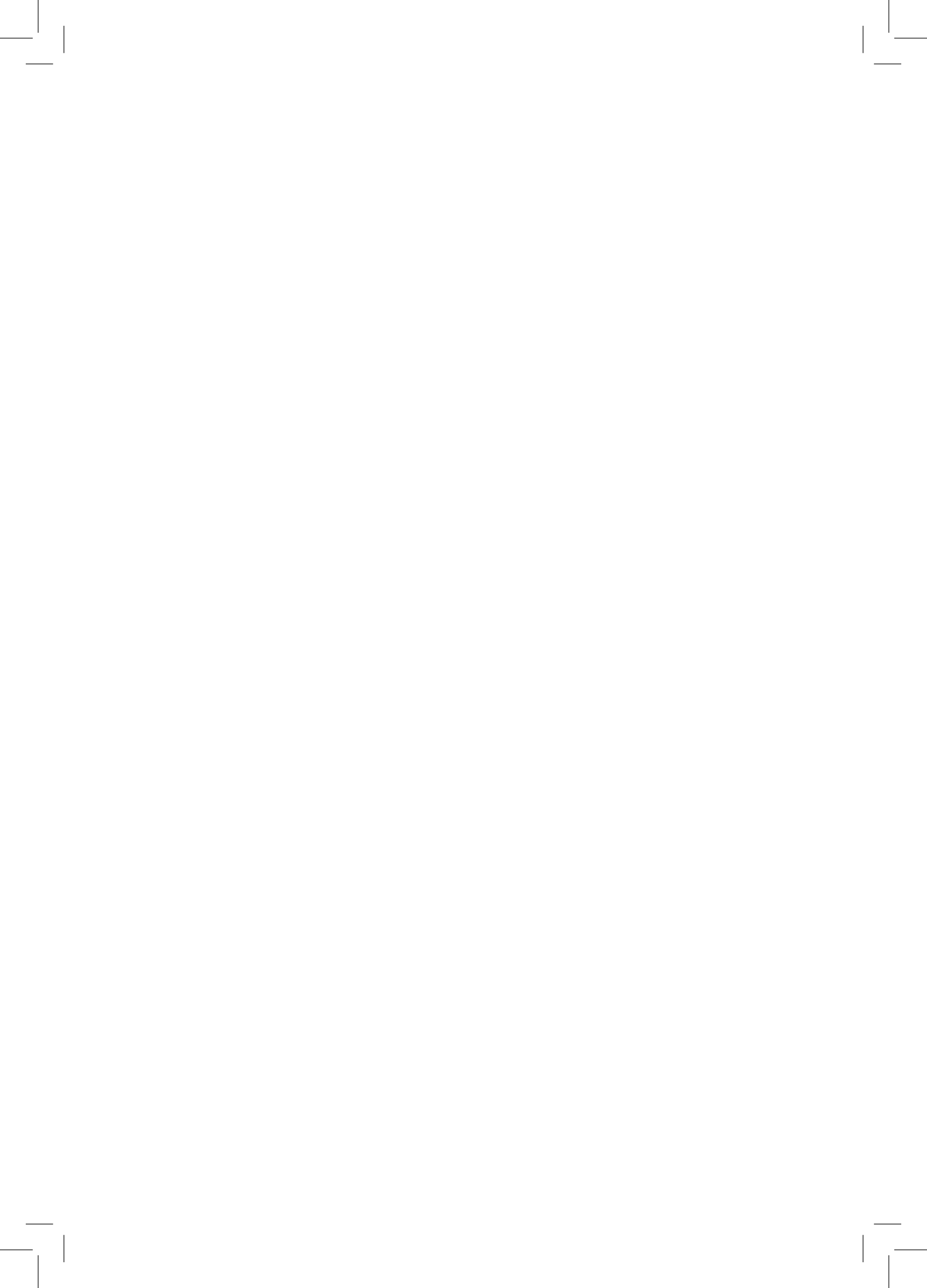
SILVA, Maria Ozanira da. *O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil*. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 2007.

SUÁREZ, Mireya et al. *O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero - o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público*. Brasília, outubro de 2006. p. 1-78.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010.



TEIXEIRA, Clarissa Gondim. Análise da Heterogeneidade do Programa Bolsa Família na Oferta de trabalho dos Homens e das Mulheres. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Org.). *Bolsa-família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: IPEA, 2010, v. 2.



POÉTICAS Y POLÍTICAS DE LA JUSTICIA,
UNA ÉTICA DESDE LA ALTERIDAD:
MARGINALIDADES Y FRONTERAS
DESDE LA INTERDISCIPLINA



Lucía Raphael

“La esencia de la razón no consiste en asegurar al ser humano un fundamento y unos poderes, sino en ponerlos en cuestión e invitarla a la justicia”.¹

Emmanuel Levinas.

Desde la perspectiva de los “Estudios Femeninos y de Géneros” (título de mi formación doctoral), la ética de los filósofos Emmanuel Levinas y Jacques Derrida me permitieron integrar en un mismo trabajo de reflexión las poéticas y las políticas del cruce de temas Derecho, Literatura y Género y me dieron el marco teórico necesario para mostrar que tanto el arte como la justicia pueden y deben ser analizados también, desde una perspectiva ética y estética; desde una perspectiva poética y una perspectiva

¹ *“L’essence de la raison ne consiste pas à assurer à l’homme un fondement et des pouvoirs, mais à le mettre en question et à l’inviter à la justice.”. Levinas, Emanuel, In: LEVINAS, Emmanuel. Totalité et Infini, essai sur l’exteriorité. Paris: Biblos, 1971. p.88*



política, para entender las aportaciones que el género, como herramienta de análisis interdisciplinario y transversal nos da para la comprensión de nuestra cultura, una perspectiva de alteridad, de excentricación, de una heteronomía (incluyente), frente a una autonomía (exclusiva). Frente a la comprensión de que, como explica Derrida “el falogocentrismo” es continente y contenido de nuestra cultura desde todos sus flancos.

La Metafísica no consiste en inclinarse sobre el ‘por sí [-mismo]’ del yo-mismo, en el acto de buscar el terreno sólido para una aproximación absoluta del ser. No es en el ‘Conócete a ti mismo’ que se da la búsqueda última. No es que la búsqueda en el ‘por sí [-mismo]’ sea limitado o de mala fe, pero es porque ‘por sí-mismo’ no es otra cosa más que libertad [megalomana]; una arbitraria e injustificada y en éste sentido odiable; porque es ‘yo’, egoísmo. El ateísmo del yo, marca, ciertamente, la ruptura de la participación y, en consecuencia, la posibilidad de buscar una justificación, es decir una dependencia en miras a una exterioridad. Es una dependencia que no busca absorber al ser dependiente, detenido en hilos invisibles. Dependencia, por consecuencia, que mantiene al mismo tiempo la independencia. (LEVINAS, 1971, p. 88).

Esa es la relación del “cara a cara”, al origen de la filosofía de Emmanuel Levinas, es en el entendimiento de las consecuencias de un humanismo androcéntrico y megalómano que define las razones que rigen nuestra cultura, nuestra sociedad, nuestra relación con los otros...

► La Literatura lugar de todos los posibles

Desde que realicé mi trabajo de tesis sobre Virginia Woolf y Michel de Montaigne, cuando, en plena fuga del derecho, me descubrí intentando articular paralelamente dichos temas, para terminar por constatar que, en la escritura de estos autores (comenzando por Virginia Woolf y por Michel de Montaigne)



la ética de su mirada de *poetas*² y la estética, como forma ética de flujo y de escritura, se cumplía una operatividad poética y política de lo femenino. Y que es en lo que Woolf llama los “*vuelos de la mente*”³, que se constituye la dinámica libre, los trazos que delinear al ser humano, su capacidad de sugestión y su creatividad, donde se va tejiendo la asociación de ideas y se define el hilo conductor de cualquier trabajo para la ética. Lo que nos hace comprender que los flujos del pensamiento humano, aunque necesiten del orden y la estructura (cartesianos) para poder ser expresados, y que es inevitable la fragmentación de las ideas para su desarrollo, dentro de un *papper* o un ensayo; el tejido de las poéticas y las políticas del pensamiento humano son inseparables.

► La transdisciplina; más que un cruce de fronteras

Es en ese espacio del trabajo creativo de la reflexión, donde el Derecho es concebido en sus orígenes. Y es ahí en donde puede ser recibido y acogido por la hospitalidad infinita de la Literatura; donde tomado por sorpresa, en la apertura que produce la hospitalidad y la libertad, el Derecho baja la guardia y se deja mirar, atravesar, alimentar, cuidar, curar (cuando lo requiere) y enriquecerse de ella. En lo que dura el lapso de una vigilia, el Derecho pierde su rigidez, su rigurosidad totalizante y se deja atravesar, sin encerrar bajo llave las preguntas que en otras circunstancias resultan incómodas o imposibles. Entonces el Derecho es Filosofía, es Antropología, es escritura; es palabra, ficción; teatro, máscara, *personae*... persona.

² Freud escribió que los poetas son, para nosotros pobres mortales, nuestros maestros, porque ellos sabían abreviar ahí donde nosotros nunca llegaríamos.

³ “*The flight of the mind*”, como los llama Woolf,



► *Lo femenino...*

“*Lo Femenino, se inscribe* – explica el académico francés Frédéric Regard – *en la operatividad de lo poético*” (REGARD 2002, p. 7). Una operatividad cuya fuerza radica en el trabajo en la lengua. El escritor de lo femenino realiza al mismo tiempo el gesto de pensar lo que escribe de la misma manera en que suscribe el pensamiento. Lo femenino tiene la capacidad de construir el pensamiento que trabaja desde “los vuelos de su mente”, mientras que en el gesto de escritura va construyéndose, en una búsqueda de estética-ética, y de una ética-estética que trabajan siempre tomadas de la mano. Es de esta manera que lo femenino expone su poética como su política, en el proceso analítico y creativo de pensar-escribir-crear-transformarse-crear-escribir-pensar...

La operatividad de lo femenino, consiste en una búsqueda del pensamiento, que es elíptica y jamás es frontal, es por ello que prefiere las preguntas a las respuestas. O en palabras de Frédéric Regard:

[...] esta clase de juego sesgado, de abordar temas tan oficiales, tan rigurosos, ésta manera indirecta, marginal, ‘dándole vueltas al castillo para encontrar su pasadizo secreto’, eso precisamente, la operatividad de lo femenino. Lo femenino no afronta, lo femenino desvía, lo femenino busca «otras maneras de dar vuelta a Goliat», lo femenino sugiere, inventa. Lo femenino no busca el desafío, ni el duelo, prefiere la espiral, el sesgo, el punto ciego, no la fuga como huida; sino la fuga como variación en perspectiva. (REGARD, 2002, p. 7)

Lo femenino se define en contraposición a lo masculino. Lo femenino se define desde la marginalidad, todo pensamiento, toda existencia que no forma parte de la cultura dominante, construida a partir del “paradigma masculino”: “hombre, blanco, letrado, propietario, católico, adulto”.

Creo que, para comenzar, precisamente, por el carácter de inasible de lo femenino puede jugar, atravesar, cuestionar,



confrontar, visitar y volver a salir del y por el Derecho, sin dar pie, ni un solo segundo a intentar ser reglamentado por el Derecho mismo. Quizás hacer derecho... estar a la búsqueda de la justicia, tenga que pasar, no únicamente a través de la mirada sólida, incuestionable, monolítica, históricamente endogámica y única de la institución romana, de la Basílica o “casa real” denominada por el derecho romano para nombrar al foro donde la Ley tenía lugar. Donde más que casa la ley deviene fortaleza, bastión del poder, herramienta de éste. No digo que se salga de los Tribunales, no digo que no se establezcan guardianes de la ley, digo que recordemos que las glosas romanas, fueron antes que nada ficciones, propuestas por los glosadores para imaginar todos los posibles, para establecer reglas y principios que rijan las más hipótesis posibles. Digo que como explica Michel de Montaigne, al ser la vida un *continuum* de cambio, no hay ley que sea capaz de abarcar y definir el cambio, de ser justos, de, siguiendo el termino literario en francés de “justeza”, la búsqueda de la palabra más cercana a lo que queremos nombrar, a lo que sentimos, vivimos, intentamos plasmar, lleva implícita la aceptación de la captura, del “apropiamiento imposible de la idea”.

► La literatura márgenes y alteridades

*“Sobre todo, sobre todo, el deber de hospitalidad
hacia el extranjero o el exiliado, hacia otra lengua,
al que llega, al que viene, a la novedad
de aquel que arriba, a ese que falta por
venir o que viene de lejos.”⁴*

Jacques Derrida

⁴ *“surtout, surtout, le devoir d’hospitalité à l’étranger ou à l’exilé, à la langue de l’autre, à l’arrivant, à ce qui vient, à la nouveauté de ce qui arrive, à ce qui reste à venir ou qui vient de loin”.*



La Literatura en tanto lugar de todos los posibles puede hacer comprensible las nociones de ciudadanía, de pertenencia, de memoria y de tradición para el ciudadano, para el sujeto, pero también nos permite confrontarnos con nuestro rol de “extranjeros”, nos hace conscientes de que siempre somos “otro” para el otro, y nos enriquece de diversidad a través de los ojos del escritor, a través del trabajo insustituible del traductor. Un traductor que no solo lo será de una lengua a otra, sino de una mirada a otra, de una tradición a otra, de un género a otro, de una disciplina a otra. La Literatura nos regala-si sabemos escucharla-la capacidad de empatía, la capacidad de ponernos en los zapatos del “otro”, de reconocernos alteridades para “alguien”.

Situarse en “*extranjero*”⁵ entonces, es el primer paso para la comprensión de las existencias distintas, diversas, alternas. El fenómeno riquísimo de las migraciones, de las experiencias que nos hacen hablar, también de estas fronteras otras; desde éstos otros márgenes y éstas otras marginalidades, las de las razones y las reflexiones para el Derecho, las de un ensayo por y para la igualdad de géneros, a través del reconocimiento de la alteridad, como una ética jurídica incluyente.

► ¿Poéticas y políticas de la justicia...?

Virginia Woolf analiza las políticas de su cultura como resultado de una organización social que se basa en el poder; los valores del poder, de dominación, de privilegio de prestigio, todos ellos contruidos y organizados desde un “*stablishment*”

⁵ En este caso, la extranjería corresponde a las mujeres en migración, pero también al rol de exterioridad que nos toca a vivir desde alguna parte siempre, desde la ciencia, como desde las escuelas de pensamiento, desde las disciplinas de las ciencias sociales hasta las diferentes culturas, desde una formación determinada a otra. Yo soy, siempre, desde algún lugar alteridad.



que pone al varón como centro de la organización social y cuya posición de cercanía al centro (del poder) depende de “la capacidad” del sujeto de adjudicarse y acumular los elementos y símbolos de ese poder que aumenten su jerarquía.

Woolf (1977, p. 171) critica a la sociedad como sistema de exclusiones y expone frente a sus contemporáneos y connacionales un ejemplo más que vivo, para mostrar los efectos negativos de dicho sistema: La Ila Guerra Mundial en la que los ingleses sufren en ese momento, en carne propia, lo que sus madres han sufrido históricamente, mientras han sido relegadas a sus casas por el solo hecho de ser mujeres. Hoy “ustedes sufren lo mismo— escribe la autora en “Tres Guineas”— pero ahora lo vivimos juntos y eso hace toda la diferencia”. Woolf propone – no sé si como solución, al menos como el principio de algo distinto, como una metáfora – una sociedad de marginales, en la que el sistema no pase por “la inversión y la economía”, sino por la capacidad creativa de sus miembros y sobre todo, por la libertad (Ibid., p. 177).

La escritora inglesa entendió muy bien como la construcción de la sociedad patriarcal y esta su manera “viril” de ver y construir la vida, estaban al origen de todas las guerras, particularmente de esa II Guerra Mundial, por lo que escribió en 1936.⁶

Woolf expone de manera muy sencilla y comprensible como todos los seres humanos, incluso los más fuertes y “bien

⁶ Y en el extranjero, el monstruo ha surgido más abiertamente a la superficie. Allá, imposible de ignorarlo. Ha expandido sus horizontes. Interfiere ahora con su libertad; les dicta su manera de vivir; establece distinciones no solamente entre los sexos, también entre las razas. Ustedes están viviendo en su persona, eso que sus madres sentían cuando eran excluidas, cuando eran encerradas por el solo hecho de ser mujeres. Ahora es a ustedes a quienes excluyen, a quienes encierran, ustedes, en tanto que judíos, en tanto que demócratas, por su raza, su religión. No es más una fotografía que contemplan; he ahí que son ustedes ahora los que siguen la procesión. Y eso hace una diferencia. Toda la iniquidad de la dictadura, que tenga lugar en Oxford, en Cambridge, en Whitehall o en Downing Street, que este dirigida a los judíos, a las mujeres, en Inglaterra o en Alemania, en Italia o en España, les hace frente hoy. Pero hoy, todos luchamos juntos. WOOLF, Virginia. *Trois Guinées* (1938). Paris: Bibliothèques 10/18, 1972. p. 171-172



posicionados” dentro de ese famoso *stablishment*, se encuentran tarde o temprano (fuera de los parámetros definidos por su privilegio) en la mira de su propia maquinaria de poder, y como la errónea percepción de nuestra cultura basada en la ley del más fuerte, crea situaciones de evidente marginalidad y como un cambio de los parámetros frágiles de esa idea de la razón para la guerra aunado a un salto inesperado en cualquier vuelta de esa “rueda de la fortuna”, no solo los pone en situación de vulnerabilidad y fragilidad a la que tanto temen, sino que desestabiliza y destruye sus referentes, evidenciando los falsos símbolos sobre los cuales su visión de la vida esta construida.

Cuando Emmanuel Levinas habla de la comprensión de una razón para la justicia, confronta el pensamiento occidental con el egoísmo de una “libertad irresponsable” que el hombre como centro del universo y de la sociedad implican, el filósofo está hablando también de descubrir; de entender la heteronomía del sujeto forjado para esa cultura androcéntrica desde la posibilidad de la muerte, la muerte humana y por consecuencia, la muerte de esta ficción del poder que implica la autonomía como un “Yo” árido e infértil (Woolf), ese que lleva al ser humano a negar al otro y a asesinarlo. Al exponer ésta realidad a sus connacionales, Woolf plantea la posibilidad de hacer de su situación de perseguidos y bombardeados por los nazis, una promesa de cambio, una promesa para la Paz. Es entonces cuando les explica que desde su propia marginalidad, de esa posición de vulnerabilidad en la que se encuentran, pueden; no a erigirse en armas, ni regresar al fortalecimiento de sus símbolos para el poder, sino reconocer en esa situación de marginación, un momento de cuestionamiento vital. Permitiéndose identificar que lo que ellos viven como sometidos a un poder en apariencia externa, lo han vivido las mujeres de su propio grupo por siglos, “*toda la marginación de siglos de historia que vivieron las mujeres*”



la viven ellos mismos ahora, pero hoy es una promesa, porque ahora “*luchamos juntos – escribe Woolf- y eso hace toda la diferencia*”. La invitación es a entender que:

La Guerra no es producida por los conflictos de intereses económicos, estratégicos, políticos (como escribe Frédéric Regard a partir del ‘Tres Guineas’), sino por una disposición cultural de la masculinidad a funcionar según la economía de la subasta mimética, por una ley de la representación inherente a la producción y a la reproducción de la masculinidad. La representación tiene consecuencias inmediatamente pragmáticas: la imagen genera actos [...] un simple título [...] es una promesa de Guerra. He ahí el verdadero fraude. (REGARD, 2002, p. 104).

La solución, en términos de Woolf entonces, comienza por visibilizar lo nefasto de estas dinámicas de la actuación y la ficción que se sustentan en la sola necesidad del aparato, de la apariencia, de la representación en todas las formas y niveles de la masculinidad, como el simio que se erige frente a los otros golpeándose el pecho y gritando para mostrar su superioridad. La solución que propone Woolf como lo menciono anteriormente, es la creación de una “sociedad de marginales” (ya que solo desde la marginalidad pueden surgir las ideas y las propuestas más humanas, más creativas y posibles), en donde todos estos símbolos de poder pierdan sentido, y que el sentido (como lo expone Levinas) para una sociedad que opta por la Paz y la posibilidad de infinito, frente a la guerra y la totalidad, es darle sentido a la razón para una verdadera justicia desprovista de esta “*economía de la subasta mimética, por una ley de la representación inherente a la producción y a la reproducción de la masculinidad*”. Creo, por lo que he tenido el privilegio de escuchar estos días de ustedes maestras y alumnas que es el camino que propone hoy hacia un feminismo de de las dicotomías sino, como dice mi querida compañera Lourdes Enríquez, de estrategias de resistencia pacíficas. Muchas gracias.

► Referencias

REGARD, Frédéric. *La force du féminin*. Paris: La Fabrique, 2002.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalité et Infini, essai sur l'exteriorité*. Paris: Biblos, 1971.

WOOLF, Virginia. *Trois Guinées*. Traduit de l'anglais par Viviane Forrester. Paris: Bibliothèque 10/18, 1977.

IGUALDADE OU EQUIVALÊNCIA DE DIREITOS FRENTE ÀS SITUAÇÕES QUE DISCRIMINAM AS MULHERES?



Teresa Kleba Lisboa

A desigualdade entre homens e mulheres é a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero.

(Célia Amorós, 1995).

Qual o significado de “justiça” ou de “igualdade de direitos” em um país no qual os índices de violência de gênero têm aumentado assustadoramente e que as leis que deveriam proteger as mulheres são feitas, na sua grande maioria, por homens de acordo com seus interesses e perspectivas de gênero? Como desconstruir normas, valores, formas de pensar e de agir que discriminam as mulheres, que o social institui nos corpos e nas mentes das pessoas e que a sociedade considera como “natural”?

Propomos, neste artigo lançar um debate inicial sobre os ideais de justiça analisados em consonância com os ideais, desejos, necessidades e direitos das mulheres, a partir de quatro situações que demandam a interferência da justiça: 1. Direito a



uma vida livre de violência / Lei Maria da Penha. 2. Direito à Saúde / Programa Rede Cegonha. 3. Direito a escolha de parir / Criminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez. 4. Direito a não ser obrigada a permanecer com uma gestação fruto de estupro ou violência sexual / Estatuto do Nascituro.

Constata-se que ainda existe uma lacuna muito grande entre os direitos preconizados pelas leis em nosso país, e as reais necessidades e desejos das mulheres que deveriam ser consideradas cidadãs em nível de equivalência aos homens e como tal, terem direito a liberdade de escolhas.

As quatro situações apresentadas neste artigo tem como objetivo tecer reflexões sobre o fato de que as mulheres ainda são tratadas de forma desigual perante as leis evidenciando que a concepção dos papéis de gênero estabelece um conjunto objetivo de referências nos campos político e jurídico e estrutura não só a percepção individual senão a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Esta rigidez de parâmetros que constitui o campo do “Direito” remete a Bourdieu (2010), para o qual a ordem social está tão profundamente arraigada que não requer justificção: se impõe a si mesma como auto evidente e é tomada como “natural” graças ao acordo quase perfeito que obtém, por um lado, de estruturas sociais como a organização social do espaço-tempo e a divisão sexual do trabalho e, por outro, das estruturas cognoscitivas inscritas nos corpos e nas mentes como *habitus*¹.

► O direito das mulheres a uma vida livre de violência e os desafios da Lei Maria da Penha

De acordo com o IPEA (2013), de 2009 a 2011 ocorreram no Brasil, 13.071 mortes violentas de mulheres, o que equivale a uma

¹ O *habitus*, que é ao mesmo tempo um produto (trama cultural) e um princípio gerador de disposições e práticas, contribui para que as estratégias de reprodução determinadas pelas condições sociais de produção não sejam somente práticas senão que também produzam “subjetividades socializadas”.



taxa bruta de mortalidade de 4,48 mortes por cada 100.000 mulheres; porém, em decorrência desse alto índice de crimes somente 10% dos agressores foram julgados e destes, somente 1% punidos!

A violência contra as mulheres no Brasil não é um fenômeno novo. Em 1979 as Nações Unidas firmaram a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher lembrando que “a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito à dignidade humana”. Essa Convenção foi assinada pelo Brasil somente em 1984.

A Constituição de 1988, denominada Constituição Cidadã trouxe avanços no tocante ao reconhecimento dos direitos individuais e sociais das mulheres, resultado do intenso trabalho de articulação dos movimentos feministas, que apresentou propostas para um documento mais igualitário.

Atualmente, possuímos uma das mais completas (e elogiadas) leis de enfrentamento a violência contra as mulheres – a Lei Maria da Penha (Lei 11.340) aprovada em 7 de agosto de 2006, que tem ganhado notoriedade nos últimos anos. Seu principal objetivo é garantir proteção a mulheres que sofrem com ações violentas. Apesar de estar quase dez anos em vigor e a Secretaria de Políticas para Mulheres (Brasil) reconhecer que o enfrentamento a violência contra as mulheres constitui um desafio prioritário, constata-se ainda uma lacuna considerável entre a incidência e a gravidade dos problemas, e a qualidade das respostas jurídicas e políticas obtidas pelas demandas registradas.

Não obstante os esforços que tem sido empreendidos para adotar um marco jurídico político que permite abordar com eficácia a violência contra as mulheres persiste uma enorme distância entre a disponibilidade formal dos recursos e sua aplicabilidade efetiva. A ineficácia dos sistemas de justiça cuja função é julgar e punir os agressores também se vê afetada pela existência de padrões socioculturais discriminatórios: “em briga de marido



e mulher não se mete a colher”, ou “mulher apanha porque merece” ou ainda “homens (juízes, advogados) não condenam homens (agressores)”, fazendo com que, em sua maioria, os casos de violência contra mulheres não sejam investigados, julgados, sancionados formalmente pelos sistemas de administração de justiça. Constata-se dessa forma, um padrão de impunidade sistemática e a impunidade é uma das principais causas do aumento da violência contra as mulheres.

Um diagnóstico elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2007, apontou as principais dificuldades encontradas no processamento judicial dos casos de violência contra as mulheres. Com base em Saucedo (2011) destacam-se: a) a escassa utilização do sistema de justiça pelas mulheres vítimas de violência, geralmente por desconhecimento, dificuldade de acesso ou por medo de sofrerem represálias por parte do agressor; b) os maus tratos a que se expõem as vítimas e seus familiares ao tentarem acessar os recursos judiciais; um grande número de funcionários em todos os âmbitos do judiciário ainda consideram os casos de violência contra mulheres – NÃO prioritários. Desqualificam as vítimas, desacreditam de seus relatos, não efetuam provas que seriam chaves para identificação dos responsáveis, priorizam exclusivamente as provas físicas e testemunhais, outorgam pouca credibilidade para os depoimentos das vítimas e prestam atendimento inadequado a estas e seus familiares quando estão investigando os fatos; c) e uma persistente desconfiança das mulheres em situação de violência com relação às instâncias judiciais, sobre a eficácia do atendimento, ou seja, com base em exemplos de casos que aconteceram com parentas ou conhecidas, cujos agressores não foram punidos, as queixosas tem pouca esperança que seu caso seja resolvido.

Também em Florianópolis/SC, a implementação da Lei Maria da Penha tem esbarrado com sérios obstáculos. Os principais fatores que prejudicam a sua aplicação aqui no Município são



a falta de recursos humanos e financeiros. Em muitos casos, o judiciário determina sanções para o acusado, porém o Estado não possui pessoal nem recursos para efetivá-las. Além disso, um dos agravantes tem sido a morosidade da Justiça em conceder medidas protetivas para as mulheres que são ameaçadas de morte e estão em situação de risco, acrescida da falta de “efetivos” para acompanhar a mulher que está protegida pela “medida” bem como a falta de capacitação dos agentes públicos que atendem as mulheres em situação de violência. O Estado carece, ainda, de uma política integral institucionalizada – uma rede, um Protocolo da Violência – para prevenir, atender, sancionar, investigar e reparar os atos de violência praticados contra as mulheres.

Conforme Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013) que teve como finalidade “investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, em Santa Catarina:

Apenas nas Delegacias da Mulher de Florianópolis, Joinville, Lages, Criciúma e Chapecó há equipes multidisciplinares para atendimento às mulheres. Os postos de atendimento são locais compostos por um cartório, que usam a estrutura de uma delegacia policial comum e funcionam, na maioria dos casos com apenas um(a) funcionária(o). De modo geral, o número de mulheres que buscam atendimento é alto, mas há carência de pessoal, de políticas de capacitação, de padronização dos registros de ocorrência e de privacidade no atendimento. Ademais o funcionamento é restrito ao horário comercial. Por não ter plantão 24h, quando as delegacias se encontram fechadas, o atendimento é realizado pela Polícia Militar. (RELATÓRIO CPMI, 2013, p. 733).

Ao falar sobre os direitos das mulheres, Irma Saucedo (2011, p. 15) enfatiza três elementos que entrelaçam a possibilidade das



mulheres de aceder a justiça: “1. A cidadania das mulheres; 2. A tipificação dos atos violentos como delitos; 3. E o respeito e reconhecimento em relação às queixas (falas) das mulheres”.

De acordo com a autora, estes três elementos representam uma complexa trama de relações sociais, de pautas culturais, de problemas estruturais do sistema de procuração de justiça e da subjetividade dos operadores.

Irma Saucedo reflete que, se partirmos da definição dos princípios que estão na base do sistema penal propostos por Michel Foucault (2007) em seu livro *A verdade e as formas jurídicas*: a) a lei penal deve representar o que é útil para a sociedade; b) definir como reprimível o que é nocivo, determinando assim, negativamente o que é útil; c) derivado dos dois primeiros deve existir uma definição clara e simples do que é crime, o conjunto desses três princípios deixa claro que crime é algo que traz dano à sociedade; que é uma perturbação, um incomodo para o conjunto da população e que o criminoso é um inimigo da sociedade. A partir desse pressuposto, a autora lança os seguintes questionamentos:

- Como podemos entender esse processo confrontando a irrupção das mulheres na arena discursiva da lei e do castigo?
- Pode-se considerar “inimigos da sociedade” o elevado número de homens que exercem, cotidianamente, violência contra as mulheres? (SAUCEDO, 2011, p. 15).

Se a resposta for positiva teríamos que reconhecer que há algo inerentemente danoso à sociedade nas relações entre homens e mulheres, que até o presente momento tem sido normalizado pelas sociedades contemporâneas, ou seja, que a violência exercida pelos homens contra as mulheres está sendo considerada como algo simplesmente “normal”, e não danoso.

Afinal, uma das grandes conquistas da Lei Maria da Penha foi justamente definir a violência contra mulheres como “crime”, pois até então era vista como “infração de menor potencial



ofensivo” cuja pena era uma cesta básica ou uma prestação de serviço à comunidade. Os sucessivos atos de violência cometidos por homens, contra as mulheres (assassinatos em nome da honra, estupro, cárcere privado, torturas, violências física, psicológica patrimonial entre outros tipos) têm sido considerados crimes? O que acontece com estas pessoas que estão cometendo esse tipo de crime?

Para a pesquisadora do IPEA, Leila Garcia (2013), o grande problema é que a Lei Maria da Penha não está sendo aplicada com exatidão em alguns lugares do Brasil. Para Leila, são necessários outros projetos de lei para ajudar a proteger as mulheres. Um deles é a tipificação do crime de feminicídio² no Brasil. O projeto de lei (PLS 292/2013) sobre o assunto está em tramitação na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado, é de iniciativa da CPMI da Violência contra a Mulher e prevê penas mais pesadas para quem comete assassinato contra mulheres no Brasil. O feminicídio seria um agravante para crime. Em sessão plenária, o presidente da CSSF da Câmara, Dr. Rosinha (PT-PR), afirmou nunca ter visto no Brasil, um homem ser condenado por feminicídio e que os altos números de assassinatos de mulheres (a maioria ainda são por ciúme, sentimento de posse ou para “lavar a honra”) refletem uma cultura no Brasil que precisa ser mudada³.

Uma vez mais, o Relatório da CPMI (2013) revela que em Santa Catarina as mulheres em situação de violência, inclusive as ameaçadas de morte ou em situação de risco, não dispõem de um acesso efetivo (amplamente divulgado e em pleno funcionamento)

² Feminicídio é a morte de mulher que decorre de conflito de gênero cometidos por homens (geralmente parceiros). Em suma, é o crime em que a mulher é assassinada “por ser mulher”. Normalmente, o feminicídio está ligado a outros crimes, como o estupro, tortura e mutilação de corpos.

³ Conforme depoimento publicado em Notícias UOL Brasília, 25 set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.



aos recursos judiciais, quando criam coragem para denunciar os fatos dos quais são vítimas. Não há delegacias especializadas voltadas exclusivamente para o atendimento da mulher, assim como não há nenhum tipo de capacitação específica para policiais (advogados, juízes, promotores entre outros)⁴ que trabalham com mulheres vítimas de violência. Por esse motivo, na maioria dos casos os agressores permanecem impunes e em consequência as mulheres seguem desprotegidas em relação aos seus direitos.

Desprotegidas por quem? Conforme Saucedo (2011, p. 12) “o conceito de proteção se baseia na premissa de que o acesso aos recursos judiciais idôneos e efetivos constitui a primeira linha de defesa dos direitos básicos que devem ser protegidos pelo Estado” e cujos princípios vinculantes de igualdade e discriminação representam o eixo central do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

► **A propósito da cidadania das mulheres e a igualdade perante as leis**

De acordo com Francesca Gargallo (2011), a relação que as mulheres têm tentado estabelecer com o “Direito” esbarra sempre com a distância que existe entre as expectativas de alcançar um ideal de justiça, a elaboração de leis e instituições que deveriam garantir seus direitos e a realidade sexuada e sucessiva exclusão de seus corpos, fazeres e saberes. A autora insiste

⁴ Os cursos de Direito não possuem em seus currículos disciplinas que abordam os temas “relações de gênero”, “violência de gênero” nem Lei Maria da Penha. Quando oferecemos Cursos de Capacitação ou Oficinas para estudantes, profissionais ou técnicos que trabalham com a questão da violência, delegados, advogados, juízes e estudantes de Direito apresentam enorme resistência em participar dos mesmos!



que esta brecha entre o desejo e o direito demonstra a falácia de um sistema legal que se contradiz quando sustenta a igualdade das mulheres, porém, promulga leis de proteção “especial”, programas “especiais” de atendimento às mulheres, secretaria “especial” de políticas para mulheres – ou pior ainda, “quando a afirmação legal de igualdade das pessoas organiza o sistema sutil de opressão para aquelas pessoas que não são portadoras de genitais masculinos e de todos os símbolos, obrigações e comportamentos a eles assinalados” (GARGALLO, 2011, p. 25).

Esta autora argumenta, que em seus aspectos práticos, a suposta neutralidade implícita na igualdade expõe às mulheres aos mesmos perigos de indefesa e frustração social que a discriminação, situando-as em um campo de desconhecimento de si mesmas em meio a um mundo pensado, pactuado e elaborado em função de um único sujeito de cidadania, o sujeito masculino, que lhes outorga o direito de fazer, de serem julgadas da mesma forma que ele para impossibilitar que um possível sujeito político feminino se organize e o questione. As mulheres deverão demonstrar constantemente suas habilidades, para igualar-se ostentando o estatuto de eternas aprendizes.

A reflexão que impõe esta contradição, lembra Gargallo, remete ao ponto que teve sua origem no sistema liberal moderno: “a real ou pretendida cidadania das mulheres entendida como igualdade de todos os cidadãos perante a lei; e ao ponto para onde se dirige o controle da vida das mulheres em todos os âmbitos de sua atuação” (2011, p. 26).

Três aspectos da legalidade do Estado Moderno remarcados pelo feminismo são apontados por Gargallo que por sua vez se inspira na obra de Luci Irigarai:

A existência de um único sujeito de cidadania de direitos – o masculino – na cultura política e jurídica; a dificuldade para definir os parâmetros que permitem a constituição de uma subjetividade feminina autônoma; e a inexistência de



condições filosóficas, linguísticas e políticas que conduzem a uma cultura dos sujeitos jurídicos não submetidos ao outro. (LUCI IRIGARAI, 1992 apud Gargallo, 2011, p. 26).

A forma como as mulheres são tratadas ao tentarem acessar os recursos judiciais – pouca credibilidade para os depoimentos das vítimas e prestação de atendimento inadequado a estas e seus familiares – e o fato de um grande número de funcionários que atuam nos âmbitos do judiciário ainda considerarem os casos de violência contra mulheres – NÃO prioritários – demonstram que ainda existe uma grande desigualdade no atendimento a esse “outro” sujeito do direito (que não o masculino) acrescida de um desconhecimento sobre uma subjetividade própria que deve ser levada em consideração no tratamento às mulheres em situação de violência.

Gargallo (2011) defende que os direitos subjetivos das mulheres só podem nascer da afirmação de uma identidade humana feminina, de uma valorização coletiva e pessoal, de uma genealogia feminina, ou seja, os direitos das mulheres só podem existir, se as mesmas tiverem a possibilidade de afirmar sua própria identidade sexual e a autonomia de seus princípios, do direito masculino.

Nos últimos 30 anos, o movimento feminista tem lutado para o reconhecimento da violência de gênero pela via do Judiciário e os resultados alcançados são parte de uma importante estratégia política. A pressão organizada pelos movimentos feministas teve um papel fundamental em todo o processo de elaboração de leis e das propostas de políticas públicas que temos até o presente momento, para enfrentar e, sobretudo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Não obstante o esforço empreendido pelas integrantes dos Movimentos, ainda estamos longe de alcançarmos a plena cidadania.

Em relação à cidadania das mulheres, Gargallo (2011) lamenta que esta ainda não é real, senão fruto de uma confusão



entre igualdade das pessoas e a equivalência dos direitos, onde por igualdade resta entender que as mulheres neguem a sua identidade e não postulem fundamentalmente equivalentes em direitos, suas formas de fazer política, a partir da seguridade da inviolabilidade de seus corpos, e por fim, de sua liberdade.

► **Igualdade ou equivalência de direitos a partir da diferença entre homens e mulheres?**

De acordo com Gargallo (2011, p. 27), “a igualdade remete a um modelo, a uma imposição de igualar-se e tem relação com a posse de bens e qualidades específicas, ao passo que equivalência supõe níveis práticos de valor positivos atribuídos a identidades diferentes”. Para a autora, a lei igual para todos é uma injustiça ao passo que a equivalência dos direitos e deveres das mulheres e dos homens – pobres e ricos, indígenas, negros e brancos, jovens e velhos, homossexuais e heterossexuais corresponde a uma aproximação mais concreta da justiça, ao reconhecimento das diversas formas de ser.

Ao falar sobre “equidade entre mulheres e homens”, Gargallo a entende como “uma busca de equivalência de direitos no âmbito de uma desigualdade de fato, desigualdade que a formulação positiva de uma lei universal esconde” (2011, p. 27).

Além das dificuldades encontradas na implementação da Lei Maria da Penha, discorreremos sobre mais três situações específicas que demandam legislação e encaminhamentos jurídicos e políticos que afetam diretamente os direitos das mulheres e requerem “equivalência”, ou seja, o reconhecimento de situações diferenciadas que deveriam levar em conta a subjetividade das mulheres: a saúde, a gravidez voluntária e o direito a não ser violentada sexualmente.



► O direito à saúde integral das mulheres

No Brasil, em pleno Século XXI, ainda morrem 1.500 mulheres por parto, ao ano, ou seja, segundo dados do Ministério da Saúde, a cada 100 mil mulheres ocorrem 68 mortes em decorrência de complicações na hora de “dar à luz”. Entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a ONU estabeleceu a meta para que em 2015 tenhamos no máximo 35 mortes a cada 100 mil nascidos vivos. É importante destacar que 90% das mortes maternas são mortes evitáveis!

Uma das medidas adotadas em 2011 pelo Governo Dilma para fazer frente as mortes maternas foi o Programa REDE CEGONHA (Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal/SES) – trata-se de um programa que visa garantir as mulheres brasileiras o acesso ao Sistema Único de Saúde desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos da criança. O Programa Rede Cegonha visa contribuir para a redução dos óbitos maternos, definindo o local do parto durante o pré-natal e garantindo o atendimento hospitalar no momento do nascimento. Além disso, especifica outras medidas de atenção a saúde das mulheres a partir da detecção da gravidez com pré-natal, parto, puerpério e cuidados com a criança até seus 2 anos de idade.

Saudada (e reconhecida) a importância do Programa Rede Cegonha para o enfrentamento à mortalidade materna, uma das críticas feitas por alguns segmentos dos Movimentos Feministas (nos quais me incluo) é que o Programa elege, reforça e enobrece o ato de reprodução e a maternidade como centralidade na política da saúde da mulher. A prioridade do Programa é dirigida à Saúde Materno-Infantil desconsiderando uma longa luta dos Movimentos Feministas juntamente com uma equipe técnica da área da saúde, para efetivar a Política Nacional de Assistência



Integral à Saúde da Mulher⁵ – que prevê uma nova concepção sobre os conceitos de Saúde da Mulher. De maneira alguma pretendemos desconsiderar a importância das ações materno-infantis e ressaltamos que a Assistência Integral à Saúde da Mulher inclui pré-natal, parto, puerpério, tratamento da infertilidade e inúmeras ações indispensáveis ao longo de todo o ciclo vital da mulher previsto no Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Ao defendermos a implementação do Programa, salientamos que este prevê em suas diretrizes atender de forma integral a saúde da mulher, levando em consideração seus direitos sexuais e reprodutivos, a saber: diminuir a mortalidade materna; promover a atenção obstétrica, qualificada e humanizada, inclusive a assistência; atenção em situações de abortamento em condições de risco e revisar a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez; assistência em anticoncepção (orientação em relação a métodos anticoncepcionais); promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e de infecção pelo HIV/Aids; atenção nas situações de violência doméstica e sexual; garantir a saúde das adolescentes (prevenção da gravidez entre outras); a saúde das mulheres em fase de climatério/menopausa; a saúde mental das mulheres; as doenças crônicas degenerativas, o câncer de mama e ginecológico; a saúde das mulheres lésbicas e transexuais; das mulheres negras, das índias, das trabalhadoras (e residentes) rurais, das mulheres em situação de prisão, entre outros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, Brasília, DF, 2009).

⁵ O Ministério da Saúde elaborou o documento “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes”, em parceria com o movimento de mulheres, o movimento negro e o de trabalhadoras rurais, sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos da área, organizações não governamentais, gestores do SUS e agências de cooperação internacional. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>> e <<http://bvsmms.saude.gov.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2014.



Os Movimentos Feministas continuam lutando para que o Plano Nacional seja implantado na íntegra, porém ainda estamos longe de alcançarmos a plena cidadania.

► **O direito das mulheres de escolher a interrupção de uma gravidez involuntária**

Uma das questões apontadas por alguns segmentos do Movimento Feminista é que ao priorizar a Saúde Materno-Infantil “desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos da criança” estariam implícitas medidas que fiscalizarão as possíveis intenções de mulheres que optam pela interrupção voluntária da gravidez impedindo e criminalizando a escolha da mulher.

No Brasil, o direito ao abortamento legal é garantido em casos de risco de vida para a gestante, ou em gravidez decorrente de estupro e, recentemente, o Supremo Tribunal Federal (um órgão jurídico, portanto não foi iniciativa da área legislativa que altera as leis do país) abriu a possibilidade de abortamento em casos de gestações que portem fetos anencefálicos.

Com exceção das duas situações descritas acima, o Código Penal (Decreto Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940) pune de forma diversa, dois personagens que estão envolvidos diretamente no aborto: a gestante e o terceiro que nela realiza as manobras abortivas. O aborto provocado, sendo este doloso, é o alvo da lei penal, como esclarece Rogério Greco:

De acordo com os artigos do Código Penal em caso de autoaborto (art. 124) a pena é de detenção, de 1 a 3 anos; no aborto provocado por terceiro, sem consentimento (art. 125), a pena é de reclusão, de 3 a 10 anos; no aborto consensual (art. 126), a pena é de reclusão, de 1 a 4 anos. Se a gestante for absolutamente incapaz, a pena do aborto consensual também será de 3 a 10 anos. Nas ditas formas ‘qualificadas’, as penas serão majoradas em um terço se a gestante



sofrer lesão corporal grave e, duplicadas, se lhe sobrevier a morte. (GRECO, 2012, p. 232).

Novamente constata-se, que a brecha entre o ideal de justiça das mulheres e suas lutas por leis que as convertem em cidadãs cresce cada vez que o Estado afirma sua igualdade sem garantir as possibilidades que realmente sejam livres de tomar decisões sobre sua vida e seu futuro em equivalência de condições com os homens. Para Gargalo, “somente as pessoas livres podem normatizar decisões éticas, só as pessoas livres podem respeitar as normas de convivência de cujo estabelecimento participam (GARGALO, 2011, p. 36).

Assim mesmo, a brecha cresce pela frustração que as mulheres experimentam quando descobrem que a lei as castiga com severidade quando infringem em condições que não são iguais para elas e para os homens, tampouco as defende da violência específica que a sociedade (coletivamente ou mediante indivíduos masculinos) descarrega sobre elas. Em particular, não castiga as autoridades que abusam delas por considerá-las como membros de uma cidadania complementária a serviço do coletivo masculino.

Falar de aborto é transitar por uma experiência particular e pessoal de mulheres. Esta prática afeta um número dificilmente quantificável de mulheres em todo o mundo devido à clandestinidade na qual é praticado. As mulheres que adotam esse recurso diante da sua incapacidade de assumir a maternidade em um determinado momento de suas vidas pertencem a todas as esferas de idade compreendida dentro do período fértil, sem importar-se com sua religião, condição conjugal ou outra condicionalidade.

No mundo atual, o aborto é considerado um problema. Cabe perguntar: problema para quem? O grande paradoxo é que a resposta imediata deveria ser: “representa um problema para as mulheres, e precisamos solucioná-lo”, mas não é isso que ocorre. Não se pensa nelas quando se trata de buscar soluções.



Elas, e o problema delas entram em jogo quando se transita pelo terreno dos juízos de valores, da moral e das proibições, nos países em que o aborto está penalizado, criminalizado.

Outra pergunta que paira no ar quando se trata de aborto é: onde estão os homens que participaram da fecundação dessas mulheres que decidem que não podem levar adiante esta gravidez? Na maioria das vezes desaparecem ou estão completamente ausentes na hora que as mulheres mais necessitam de apoio.

Por outro lado, os homens se fazem presentes, em grande escala e de maneira incisiva, quando se trata dos juízes, advogados, desembargadores, dos médicos, dos padres e pastores de diferentes credos religiosos, pais de família, jornalistas, parentes vizinhos e amigos que se outorgam a si mesmos a capacidade de ajuizar, castigar, proibir, condenar a todas as mulheres reduzindo-as a úteros que deverão assumir a gestação até o final, pelo simples fato de honrar a continuidade da espécie!

O medo que controla, o olhar que paralisa, os costumes que submetem, reprimem a liberdade das mulheres e a liberdade é uma característica da cidadania.

Constata-se mais uma vez que a concepção de cidadania já nasceu distorcida uma vez que sempre foi considerada (e de várias formas continua sendo) um *status* que um poder confere àqueles membros da comunidade que possuem determinadas características sexuais (homens), etárias (adultos), étnicas (as do grupo dominante e majoritário) ou nacionais (não migrantes). Esta característica da cidadania, de acordo com Gargallo (2011, p. 29).

Está na base da dinâmica de exclusão político jurídica das mulheres como sujeitos sociais em relação de reciprocidade com os homens: mulheres excluídas da cidadania, impossibilitadas a constituir-se em sujeitos sexuados da política [...], organizadas como seres de serviços para o sujeito masculino e não como sujeitos mulheres em espaços de comportamento, deveres, simbolizações e expectativas



diferenciadas rigidamente (hierarquizadas) com base na aparência externa de seus genitais.

Apesar de muitas lutas, na modernidade ocidental, as mulheres alcançaram o direito ao voto e a nacionalidade, porém, ainda hoje, algumas práticas políticas e de organização social do Estado desconsideram a sua cidadania.

Ao não reconhecerem o sujeito mulher na mesma relação de reciprocidade com o sujeito masculino, ou seja, ao não considerar a existência de dois sujeitos de cidadania, o sistema jurídico tenta usar a mesma lei que marginaliza as mulheres para alcançar uma justiça que deveria garantir a negação de toda a marginalização das mesmas.

► **O direito das mulheres a optar por não levar adiante uma gestação decorrente de estupro ou violência sexual**

Constamos, atualmente, um aumento significativo de parlamentares que integram a bancada religiosa e fundamentalista no Congresso Nacional brasileiro. O avanço que os movimentos feministas conseguiram demarcar na legislação brasileira em relação aos direitos das mulheres, principalmente aqueles relacionados com a discriminação do aborto e a garantia para uma interrupção segura de uma gravidez involuntária está regredindo a passos largos em função do peso exercido, sobretudo por homens⁶, das bancadas religiosas pertencentes às Igrejas pentecostais de cunho fundamentalista.

Em meio a essa situação que afronta os direitos das mulheres, dois deputados homens, integrantes de Igrejas Pentecostais

⁶ A quantidade de mulheres eleitas está limitada, por mais de 10 anos, a menos de 10% da Bancada Legislativa.



tiveram a iniciativa de elaborar e propor o Projeto de Lei 478/2007, conhecido como ESTATUTO DO NASCITURO⁷. Atualmente, o referido Projeto encontra-se em tramitação, já foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal.

Entre as intenções deste Projeto de Lei está a extinção de qualquer possibilidade legal de abortamento, ou seja, mesmo as situações previstas no Código Penal de 1940 caem por terra. Trata-se de uma afronta a laicidade do Estado e desconsidera totalmente a mulher como cidadã, com liberdade de escolha e portadora de direitos.

Para advogada Alda Facio (2009), enquanto o corpo das Mulheres esteja de fato controlado pelo sistema de violências misóginas imperantes, guerras, submetimentos, escravidão sexual e laboral, principalmente na América Latina e nos países do Terceiro Mundo, somente os direitos à igualdade entre as mulheres e homens entendida como NÃO discriminação (Convenção Belém do Pará - 1979, adotada em 185 países) pode por um limite à conspiração conservadora que está “batendo de frente” com os tímidos avanços em matéria de garantias individuais conquistadas pelas latino-americanas durante o século XX.

Um desrespeito total estabelecido pelo Estatuto do Nascimento é a garantia de direitos primordiais ao ser humano que vai nascer em detrimento dos direitos da mulher que já vive (e muitas vezes possui outros filhos para criar). Assim, o Estatuto prevê que mesmo que a mulher corra risco de vida iminente, ela terá que correr o risco de levar a gravidez adiante e não terá o direito ao aborto hoje assegurado por lei. O Projeto também proíbe todas as possibilidades de fertilizações *in vitro* e as pesquisas com “células-tronco”.

⁷ Conforme o texto, de autoria dos ex-deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG) e aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, se a mulher engravidar após o estupro, não poderá interromper a gestação.



O Estatuto do Nascituro proíbe o aborto em caso de gravidez decorrente de estupro, obrigando a mulher a passar por uma tripla humilhação: 1 – ter sido estuprada, violentada sexualmente; 2 – ser obrigada por força de lei (pelo Estado) a manter no ventre um ser concebido contra a sua vontade e num ato de extrema violência sexual; 3 – continuar a ter algum tipo de convívio com o agressor, que seria obrigado a pagar pensão à criança.

A proposta tem causado polêmica em todo o país, principalmente pela forma como trata mulheres vítimas de violência sexual. O Estatuto do Nascituro garante direitos de cidadão ao feto, ou seja, o pagamento de um salário mínimo, por 18 anos, à mulher que for estuprada, engravidar e concordar em ter a criança – apelidado pelas feministas de PL “Bolsa Estupro”.

Mais uma vez, dois homens, deputados proponentes do Projeto Lei se impondo (dominação masculina) e elaborando leis para mulheres sem levar em conta as diferentes subjetividades, a liberdade de escolha, os desejos, as necessidades, ou seja, os direitos das mulheres.

O fato que nos aflige é que o aborto inseguro é a 5ª causa de mortes de mulheres no Brasil. Segundo dados apontados em pesquisa,⁸ a curetagem (procedimento cirúrgico realizado após abortamento) foi a cirurgia mais realizada pelo SUS. O fato concreto é que as mulheres abortam, e diante da criminalização e do alto custo cobrado pelas clínicas clandestinas, as mais empobrecidas, na sua grande maioria, mulheres negras, morrem ou ficam com graves sequelas.

A aprovação do Estatuto do Nascituro implicará no aumento da mortalidade de mulheres por abortos ilegais, já que as vítimas de estupro não poderão fazer o procedimento na rede pública de Saúde. O Brasil é cobrado pela OMS (Organização

⁸ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,curetagem-apos-aborto-e-a-cirurgia-mais-realizada-no-sus-revela-estudo,580854,0.htm>>.



Mundial da Saúde) e ONU (Organização das Nações Unidas) para que produza estatísticas sobre mortes em abortos clandestinos. Estima-se que, atualmente, essa seja a segunda causa de mortalidade materna em algumas cidades.

A forma como as mulheres são tratadas em observância com as leis – Lei Maria da Penha, Programa Rede Cegonha, Criminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, Estatuto do Nascituro, as leva à conclusão de que não podem obedecer normas de cidadania universal se devem obedecer normas privadas particulares, propostas por homens e levadas a cumprir, por homens.

Excluir as mulheres do acesso à liberdade implica permitir abusos que se incrementam segundo descendem as hierarquias dos cidadãos (geralmente homens) no interior do Estado, hierarquias que mantem esse mesmo Estado de direito.

Mais uma vez é procedente a objeção de Gargallo (2011, p. 35):

Se a Lei segue sendo devedora das mulheres como seres complementários, não pode considera-las responsáveis na mesma magnitude que os homens, entendidos como seres definidores da cidadania. Se segue considerando que as mulheres são portadoras de um corpo natural à disposição do homem e do Estado, esperará que prociem e não que se comportem como cidadãs capazes de aportar o conjunto da sociedade, seus valores com respeito à vida e a saúde, de cuidado da natureza e do maio ambiente, do gosto pelo diálogo e pelas artes.

Trata-se de um aparato jurídico e político sutil e danoso na medida em que os mesmos homens exercem sua supremacia sobre os corpos das mulheres de geração em geração, para detê-las no papel de gênero que foi atribuído pela sociedade e impor um comportamento de submissão e obediência que satisfaça seus interesses, e através delas, para controlar toda a hierarquia de



cidadãos que não alcançam a igualdade e a liberdade próprias da cidadania.

► **É possível um ideal de justiça que contemple a subjetividade das mulheres a partir de um direito universal?**

Seguramente os postulados de igualdade, direitos e cidadania tem convergido em muitas práticas políticas e legais desde que o liberalismo do século XIX optou por uma tendência mais democrática. Não obstante, para Gargallo (2011, p. 28), estes postulados:

Tiveram sempre por inimigos as correntes racistas, positivistas, classistas, entre outras que se infiltravam no mesmo liberalismo e utilizavam a igualdade como um instrumento da exclusão de quem não podia ser identificado ou igualado com o modelo de cidadão liberal (pobre, mulher, ignorante, pertencendo a etnias não ocidentais, pessoas com ideias políticas contrárias, entre outros).

Desde o início, os movimentos feministas que lutaram pela libertação das mulheres, questionaram o sujeito da cidadania e dos sistemas de justiça. Conforme Gargallo (2011), a igualdade já não foi seu horizonte político, senão, o reconhecimento de sua subjetividade, sua liberação de “ser para o outro” e de ser definida por esse outro.

A ideia de cidadania, para a autora remete ao ideal de justiça, e este ao conceito de universalidade. Pergunta-se: acaso, existe um direito universal?

A partir das reflexões tecidas pela autora inferimos que as perguntas sobre a existência de um direito universal em particular nos âmbitos da política e da justiça têm sido formuladas desde o princípio do sistema estatal liberal, tanto pelos democratas como pelos anarquistas. Porém, somente em meados da década



de 1960, graças aos aportes teóricos dos movimentos feministas, LGBTT, de negros, indígenas entre outros movimentos sociais que passaram a colocar “o ser”, a própria identidade no centro de suas reivindicações políticas, é que surgiu a possibilidade de analisar o direito às diferenças vitais, legais, econômicas, de organização dos afetos, dos direitos às sexualidades – como inerentes ao ideal de justiça e a construção de uma cidadania complexa.

A universalidade tem um lado positivo: o da equivalência de trato; implica o direito a ser considerada ou considerado como qualquer “outro”, o direito a uma vida livre de discriminação. Portanto, em sua própria definição, os direitos humanos se assentam como universais: garantias próprias de todas as pessoas sem distinção de sexo, sexualidade, idade, pertencimento étnico, religião, filiação política, entre outros.

Entretanto, a universalidade tem também um lado negativo, que se torna evidente quando algo pretensamente universal não se reparte equitativamente ou quando coloca em risco a vida de quem pode ser excluído da definição universal. Quando atribuem ao universal significações que o recortam.

Esse recorte da universalidade, para Gargallo (2011) é o que outorga a uma parte a representatividade do todo. Quando se utiliza a palavra homem para definir o ser humano, tudo o que não é masculino imediatamente fica excluído da humanidade é uma exceção e não o que a define: a proteção legal contra a violência no âmbito doméstico, a depressão pós-parto, o direito à maternidade livre e voluntária (entre outros).

Se a lei é igual para mulheres e homens, também deve sê-lo a repartição da riqueza e do tempo livre, a percepção da lei (e de quem a ensina) de que gozam os mesmos direitos a livre circulação e expressão, da mesma responsabilidade do trabalho doméstico, de idêntica permissividade ou restrições sexuais e iguais proporções do dever ser.

Se não for assim, todas as mulheres são presas de considerações de uma igualdade mediada, de uma universalidade



construída sobre a particularidade masculina negada ou considerada neutra, de uma lei que as obriga a portar-se de uma forma que é, em si, antagônica com o ideal de justiça.

Em todos os espaços destinados à formação para a cidadania (escolas, universidades, famílias); nos espaços em que a cidadania se expande (instituições políticas, empresas, finanças); ou ainda nos espaços em que a cidadania é castigada (tribunais, cárceres) abundam essa concepção de igualdade mediada e se perpetua o papel do gênero feminino como algo que não é próprio de um sujeito mulher que se afirma a si mesmo e que é hierarquicamente inferior ao gênero masculino, destinado ao âmbito público com responsabilidades civis.

Se as mulheres em geral são cidadãs que devem esforçar-se para provar sua cidadania, as pobres, as indígenas, as negras, as meninas, as idosas, as analfabetas, as com deficiência somam uma discriminação a outra e estão mais expostas à agressões do coletivo masculino investido na titularidade de cidadania. A falsa universalidade das leis regula seus comportamentos com base em uma realidade alheia a suas vidas.

No cotidiano dos lares, nos ônibus, no espaço de trabalho, nas escolas, universidades, nas fábricas, nos campos de esporte, quando saímos para a rua, vamos ao mercado, ou quando chegamos às comunidades rurais, constatamos que as mulheres experimentam violência sistemática sobreposta ou invisibilizada pelas leis e suas custódias que nos confirmam uma cidadania não plena e, portanto nos remetem a necessidade de desconfiar da universalidade de suas leis que se sustentam sobre a universalidade de uma cidadania que se sustenta sobre um único sujeito masculino.

As proibições de sair de casa para trabalhar ou para estudar (cárcere privado), a violência física e sexual nas relações conjugais, a misoginia nos serviços públicos (por parte da polícia, dos juízes entre outros); o controle das instancias sociais sobre o corpo (igreja, sindicatos, associações); empregadores que limitam



o acesso ao trabalho ou despedem as mulheres por sua condição sexual precisa (gravidez, amamentação, cólicas menstruais) são equiparáveis a crimes contra a cidadania das mulheres, pois representam mensagens explícitas para afastá-las de fazer coincidir seus ideais de justiça com a possibilidade de alcançar uma legalidade que garanta suas demandas e proteja seus direitos e interesses como mulheres.

Portanto, as mulheres devem se organizar para reivindicar o que intuem lhes pertencer por direito próprio, sua reclamação por justiça deve ir ao sentido de reverter seu processo de exclusão. Dado que em quase todo o mundo, atualmente, as mulheres tem acesso à vida pública, urge que sua identidade civil se reconheça, que seus direitos sejam respeitados e que a sua subjetividade feminina, diferente e equivalente, se tome em consideração.

Porém, os valores e as normas em uma sociedade não se modificam por decreto. A sociedade e o conjunto de Instituições que a integram se modificam somente se os significados e valores de quem vive nelas, também se modificarem. Há que pensar em modos de racionalizar e propor leis mais equânimes respeitando às diferenças entre homens e mulheres e em estratégias de ação que visem à mudança de comportamentos que levem em conta dimensões mais coletivas, mais solidárias, mais democráticas respeitando a liberdade e a escolha de cada ser humano.

Para que isto aconteça, mais mulheres deveriam identificar-se com as lutas feministas, mais mulheres deveriam formar coletivos, participar de movimentos, construir “pactos”, uma vez que entre homens os pactos já existem há muito tempo!

► Referências

BARSTED, Leila Linhares; GARCEZ, Elizabeth. A legislação civil sobre família no Brasil. In: BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. *As mulheres e o direito civil*. Rio de Janeiro, CEPIA, 1999. p. 9-26.



BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 160 p.

FACIO, Alda. "Derecho a una vida libre de violencia de género. Derechos reproductivos y la responsabilidad estatal". Ponencia presentada el 5 de marzo en San José da Costa Rica. Costa Rica, 2009

FOUCAULT, Michel. *La verdad y las formas jurídicas*. Argentina: Gedisa, 2007

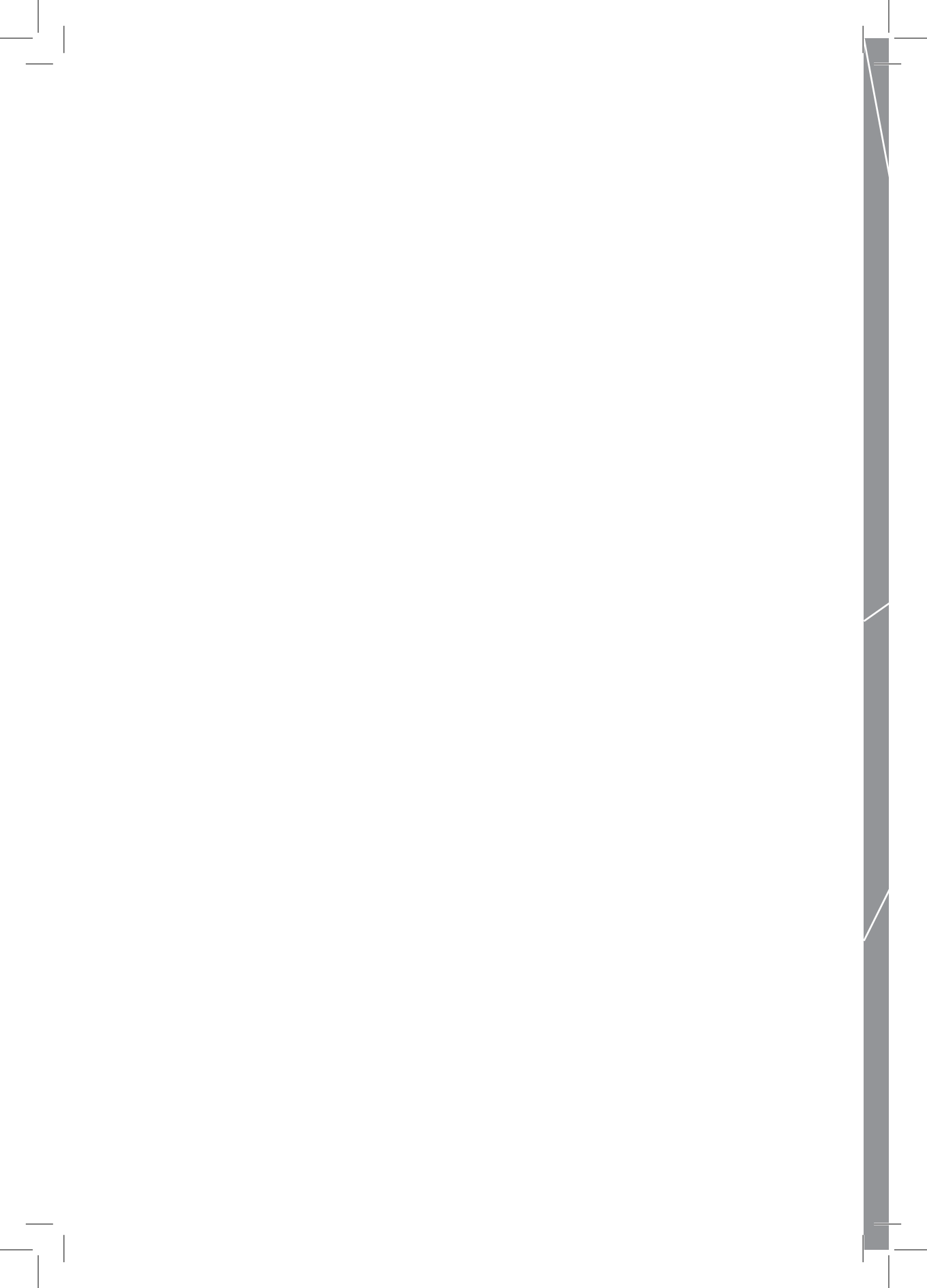
GARCIA, Leila. "Lei Maria da Penha não diminui assassinato de mulheres no Brasil, diz Ipea". In: *Notícias UOL*, Brasília, 25 set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

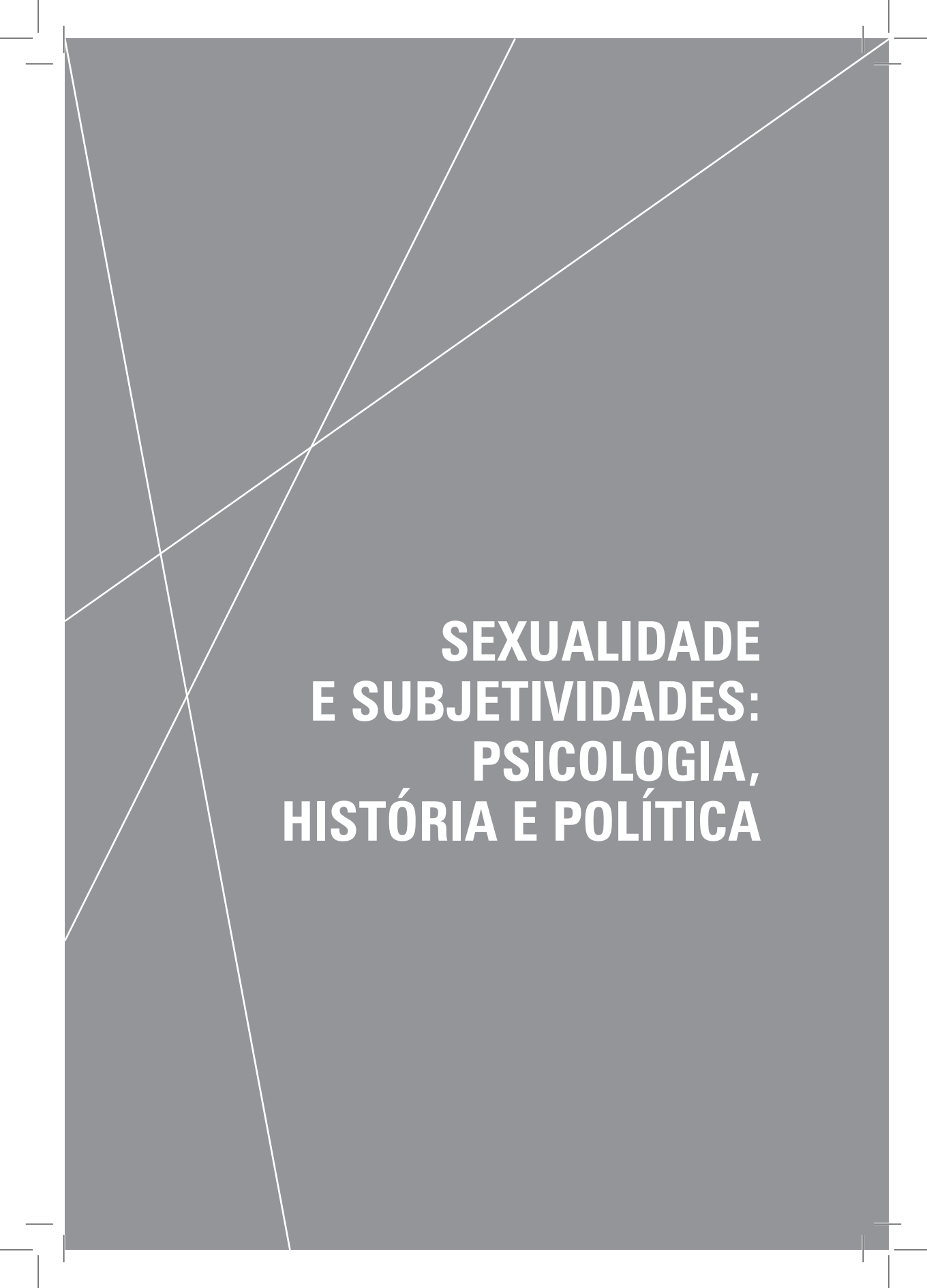
GARGALLO, Francesca. "La justicia, las demandas de ciudadanía y las frustraciones ante los derechos humanos de las mujeres." In: *¿Y usted cree tener derechos? Acceso de las mujeres mexicanas a la justicia*. Programa Universitario de Estudios de Género, UNAM, México, 2011. p. 25-40.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial, volume II: introdução à teoria geral da parte especial: crimes contra a pessoa. 9. ed. Niterói: Impetus, 2012.

SAUCEDO, Irma; MELGAR, Lucia (Coord.) *¿Y usted cree tener derechos? Acceso de las mujeres mexicanas a la justicia*. Programa Universitario de Estudios de Género, UNAM, México, 2011.

SAUCEDO, Irma. *Introducción* al libro: *¿Y usted cree tener derechos? Acceso de las mujeres mexicanas a la justicia*. Programa Universitario de Estudios de Género, UNAM, México, 2011. p. 11 a 22.



The background is a solid grey color. Three thin white lines intersect to form a complex geometric pattern. One line runs diagonally from the top-left towards the bottom-right. Another line runs diagonally from the top-right towards the bottom-left. A third line runs diagonally from the top-left towards the bottom-right, crossing the other two lines. The text is positioned in the lower-right quadrant of the page.

**SEXUALIDADE
E SUBJETIVIDADES:
PSICOLOGIA,
HISTÓRIA E POLÍTICA**



GÊNERO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE: SOBRE O QUE CALAMOS OU FALAMOS POUCO NA PSICOLOGIA¹



Anna Paula Uziel

Duas histórias de duas Carol(s) da Psicologia... na época estagiárias, atualmente excelentes profissionais trabalhando na nossa área.

Nosso estágio no abrigo estava numa fase ótima, com projetos leves e caminhando bem, outros com momentos difíceis, negociações cujo rumo era impossível prever, o grupo engajado e animado... Referencial teórico? Análise Institucional. Um dia Carol conclui, querendo meu aval, de certa forma: 'Anna, este é um caminho sem volta, né?' Ela se referia a uma perspectiva crítica que vínhamos construindo em nosso cotidiano de cumplicidade...

Poucos anos depois, trabalhando especificamente com gênero e sexualidade, escrevendo sua monografia de final de curso, outra Carol me diz: 'Às vezes eu acho que a gente

¹ Este texto é inspirado em uma junção de dois artigos publicados com outros autores que me autorizaram a produção deste trabalho: "Gênero e sexualidade nas trilhas da formação", com Aureliano Lopes da Silva Junior, Amanda Duarte Moura, Anelisa Martins Ribeiro, Geisa de Oliveira Loureiro, Isabela Maciel Pires, publicado pelo CRP/05, organizado pela Comissão de estudantes e "Gênero e sexualidade na formação e prática profissional em Psicologia", ainda no prelo, com Maria Lúcia Chaves Lima.



vive numa ilha'. Ela se referia ao desafio que compramos ao duvidar que o binarismo de gênero e as identidades construídas a partir dele, insistindo em deixar inseparáveis corpo, gênero, orientação sexual e desejo são eternos e necessários. Percebia, naquele momento, de forma bem concreta, que fora do nosso mundinho, transitar com os corpos trans, não exigir definições em relação a gostos, práticas e desejos sexuais era estranho para as pessoas, de um modo geral.

Gênero e subjetividades no campo psi é um tema amplo que nos cabe e a muitos que aqui estão conosco. Elegi, então, provocar a formação no campo psi a partir de alguns pensamentos sobre gênero e sexualidade, muito inspirada em Sandra Azeredo (2010), aqui ao lado.

Para isso, quero tomar como minhas as palavras de Guattari em "Cheguei até a encontrar travestis felizes", do já esgotado *Revolução Molecular*. Falando do grupo *Mirabelles*, que a tradutora Suely Rolnik compara aos *Dzi Croquetes*, ele diz:

Elas recorrem ao travesti, ao canto, à mímica, à dança etc não como meios de ilustração de um tema, para distrair o espírito do espectador, mas sim para perturbá-lo, para agitar dentro dele zonas turvas de desejo que ele sempre se recusou a explorar. A questão não é mais a de saber se vamos desempenhar o papel feminino contra o masculino, ou o contrário, e sim fazer com que os corpos, todos os corpos, consigam livrar-se das representações e dos constrangimentos do 'corpo social', bem como das posturas, atitudes e comportamentos estereotipados, da 'couraça' de que falava Wilhem Reich. (1987, p. 43).

Gênero e sexualidade no campo psi soam mais urgentes e interessantes se perturbarem, se contribuírem para esses deslocamentos que nos tiram da zona do conhecido, do confortável. Se for para fazer visitar essas "zonas turvas do desejo".

Gênero e sexualidade são termos que com frequência aparecem juntos. Conceitos distintos que se entrelaçam e emergem



como tema de pesquisa, nas conversas do dia a dia, no sofrimento de muitos oprimidos por uma sociedade limitada em admitir poucas combinações. Constituintes da história dos sujeitos são, ao mesmo tempo, indispensáveis e invisíveis.

No entanto, sem que seja um paradoxo, gênero e sexualidade só são vistos quando os vemos como disformes, quando suas combinações escapam daquilo que nossas lentes heteronormativas apreendem como contorno. Se o que parece um quadro harmonioso não for perturbado, são invisíveis. O que entendemos que escapa não escapa porque transborda, porque excede, porque convida. O que escapa tende a ser visto como aquilo que deve ser aprisionado, capturado; o que precisa ser escondido, banido, enquadrado. Ou, se aparecer, que tenha um nome compreensível, em geral dado como contraponto ao já incontestavelmente conhecido.

A discussão sobre gênero e sexualidade parece bastante oportuna para por a formação psi em análise. E exatamente pelo que nos diz Sandra Azeredo, companheira de mesa:

Gênero implica 'encrenca' (trouble), sobretudo para a psicologia, na medida em que essa é uma área disciplinar e a complexidade de gênero, segundo Judith Butler, exige um discurso inter e pós-disciplinar para resistir à domesticação acadêmica. (AZEREDO, 2010, p. 175)

Gênero, portanto, exige diálogo e posicionamento, deslocamentos, resistências, viagens. Guacira Lopes Louro (2003) nos ajuda nessas trilhas:

Nós, educadoras e educadores, geralmente nos sentimos pouco à vontade quando somos confrontados com as ideias de provisoriedade, precariedade, incerteza – tão recorrentes nos discursos contemporâneos. Preferimos contar com referências seguras, direções claras, metas sólidas e inequívocas. [...] A muitos talvez pareça mais prudente



buscar no passado algumas certezas, algum ponto de estabilidade capaz de dar um sentido mais permanente e universal à ação. [...] Para outros – e aqui pretendo me incluir – a opção é assumir os riscos e a precariedade, admitir os paradoxos, as dúvidas [...] (LOURO, 2003, p. 41-42).

Transitar pelos gêneros e por sexualidades é correr risco de ter desfeitos os territórios, de se encontrar com provisórios.

Ousamos afirmar que nossa sociedade ocidental é organizada de modo sexista e fóbico em relação a tudo o que não soe heterossexual. Fala-se, mesmo sem que se perceba, de um suposto universal que reúne e cristaliza um masculino, heterossexual de camadas médias e branco.

A psicologia se constituiu, por sua vez, como dispositivo normalizador. Em nome da individualidade, da busca de uma felicidade que não se quer universal, mas que possa atender a todos/as e a cada um/a, amolam-se facas (BAPTISTA, 1999). Em um interessante livro que reúne artigos de Psicologia Jurídica, Esther Arantes (2004) inaugura a obra levantando várias interessantes questões das quais destaco duas: afirma que uma marca do nosso campo de atuação é a da fragmentação, da pluralidade; não somos definidos pela unidade, não é possível falar em uma Psicologia – a-histórica e universal. Esta característica não é um estágio em uma suposta evolução dos saberes, mas uma condição que optamos por preservar. A outra ideia da autora, baseada em Canguilhem e que convido para compor essas reflexões é sobre os caminhos que, se andando por Paris, pode-se tomar: de um lado o Pantheon, conservatório de grandes homens, diz Canguilhem através de Arantes. E de outro, a chefatura de polícia. Sem querer estabelecer binarismos, afinal, é para povoá-los com outras forças, romper com sua estrutura que propomos outros movimentos, há que se pensar que alianças a Psicologia quer fazer. E que usos faremos dessa caixa de ferramentas, como aparece em diálogo entre Foucault e Deleuze (FOUCAULT, 1979), que são os saberes psi e os estudos de gênero e sexualidade.



Este texto pretende, de forma bastante breve, apresentar ideias de um debate possível na inclusão dessas temáticas no curso de psicologia e iluminar discussões sobre formação, a partir de uma perspectiva disruptiva iluminada por autores deste campo.

[...] acreditamos que o exercício ético nas sociedades contemporâneas não nos faria sucumbir à servidão, mas nos impulsionaria a inventar experiências de liberdade. Desta forma, não nos caberia permanecer indignados, mas ousar lutar. Inventar outras formas, estar aberto às transformações que vêm sem selo de garantia de um “melhor” absoluto, apostando em perspectivas de mudança que são provisórias e precisarão ser sempre problematizadas. (MACHADO, 1999, p. 9).

► Fazer ranger os conceitos: desafio

O par normalidade/anormalidade insiste em ecoar nas discussões sobre sexualidade. Os personagens apresentados por Foucault (2002) em *Os anormais* nos dão algumas pistas de por que isso acontece, processo assustadoramente naturalizado. O autor fala, na aula de 22 de janeiro de 1975, no monstro humano, no indivíduo a ser corrigido e na criança masturbadora, que depois será substituída pela criança indócil em outra aula. Esses três personagens remetem à família, sexualidade e infração, esferas que habitam, atravessam nossas vidas e são reguladas cotidianamente. Hoje, a sexualidade é concebida como aspecto do “eu” que conecta corpo, identidade e normas sociais, adquirindo importância social e política, além da moral. A psicologia – saber que aborda corpo, identidade, “eu”, normas sociais – quer proferir que discursos?

Jeffrey Weeks (1991) postula três momentos fundamentais sobre concepções da sexualidade: a regulação do sexo através do casamento, no século 1 d.C.; a incorporação, nos séculos XII



e XIII, da discussão sobre a vida sexual dos casais, não apenas como exercício intelectual, mas como prática de controle moral e, nos séculos XVIII e XIX, a definição de sexualidade “normal” como aquela exercida com o sexo oposto. Sobre o século XVIII, Laqueur (1992) nos mostra a inversão proporcionada pelas ciências sociais que tiveram êxito em convencer a sociedade de que se localizava na biologia a natureza da diferença intransponível entre os sexos. A partir do século XIX, criou-se uma identidade para homens que fazem sexo com homens e mulheres que fazem sexo com mulheres; as práticas amorosas e sexuais ganharam destaque como atributo definidor do ser humano e os homossexuais tornaram-se objeto de estudo da ciência (MELLO, 2005).

Segundo Foucault (1985a), a sexualidade é muito mais um processo que se inscreve na necessidade, nossa hoje em dia, de criar uma nova vida cultural sobre nossas escolhas sexuais do que portadora de um segredo, como é concebida no cotidiano (UZIEL, 1996). Fundamental e central porque trata do indivíduo e da espécie (FOUCAULT, 1985a), o sexo não é uma fatalidade, é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa, afirma Foucault (1984, p. 735). A sexualidade² torna-se, assim, esfera essencial de construção do sujeito.

Ao enfrentarmos agora claramente a discussão sobre orientação sexual, fazendo reverberar nossas concepções acerca da sexualidade, invadimos, ainda que de forma incipiente, os espaços de formação do psicólogo, nos aproximamos de alguma forma de ações feministas que foram inserindo nas universidades, a partir dos anos 1980, problemáticas de gênero que ficavam circunscritas à militância.

Guacira Lopes Louro destaca a história das feministas que “deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram

² Embora se reconheça a importância da Psicanálise neste movimento, este campo não será abordado neste texto.



áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos” (LOURO, 1997, p.19), iniciando-se assim as discussões sobre o tema. Todo o debate era em cima do lugar destinado à mulher na sociedade, naturalmente inferior ou nascida para cuidar do lar e da família.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 1997, p. 21).

Como dissemos anteriormente, sexo e gênero se confundem na busca de compreensão das formas de expressão que descolam gênero feminino de corpo-de-mulher-com-vagina e desejo por homem ou gênero masculino, corpo de homem-com-pênis e desejo por mulher. Por isso, parece imprescindível convidar Guacira Louro (1997, p. 26) para esclarecimentos a respeito das diferenças entre identidades de gênero e identidades sexuais. “Identidade sexual se constituiria, pois, através das formas como vivem sua sexualidade” podendo ser com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, ambos os sexos ou sem parceiros, enquanto a identidade de gênero se constitui na identificação do sujeito como masculino ou feminino, em um contexto histórico e social. Ou seja, “sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais” (LOURO, 1997).

Segundo Louro (1997), as identidades sexuais são construídas não só pela sexualidade, mas também pelo gênero, pois essas duas esferas estão muito ligadas. É interessante notar que com a



interligação dessas duas esferas há a possibilidade das identidades sexuais assumirem diversos papéis não ficando assim restrita a uma norma heterossexual.

É claro que ao possibilitar formas de sexualidade, de certa maneira minimiza-se, mas se não exclui o caráter binário encontrado e imposto historicamente às relações. A organização binária ainda é fortemente celebrada por esferas da sociedade com caráter conservador e religioso, onde se vê a possibilidade de família somente vinculada a padrão de gêneros feminino (reprodutivo) e masculino (sustento familiar), excluindo assim as diversas outras possibilidades de família que podem ser formadas.

Continuando esta linha de raciocínio, é preciso se ter clareza que o que comumente concebemos como identidade é um filtro (ROLNIK; GUATTARI, 1986) que pode reduzir as pessoas a alguns traços das suas vidas eleitos como definidores. Apostamos, no entanto, que essas identidades, no plural, se insistirmos nesta palavra, são construídas e instáveis, não são inatas ou se finalizam em uma determinada etapa da vida. Assim como as de gênero não se limitam a masculinas e femininas. Ou, mais conveniente, nos parece, para esta linha de raciocínio, seria falar em subjetividade:

Do outro lado, podemos caracterizar os processos de subjetivação pela via de poderem inaugurar subjetividades singulares, desarticuladoras do modelo de indivíduo [...]. Estamos no campo das linhas de fuga (GUATTARI; ROLNIK, 1986), ou seja, das experimentações nas quais os indivíduos rompem com modelos subjetivos de manutenção de um *status quo* para enfatizar espaços de criação, de outras formas de existência que redimensionam o campo social, ou para dizer com Foucault (1995), que redefinem a forma de exercício do poder. (LEITE; DIMENSTEIN, 2002, p. 21-22).

No entanto, comumente acredita-se que “tornar-se parte da cultura significa ter [...] alcançado tanto a heterossexualidade



normativa como uma identidade de gênero distinta” (BUTLER, 2003, p. 247).

► Gênero, sexualidade e o que se cala na formação

Heilborn e Sorj (1999) discutem transformações que no campo da sexualidade favoreceram a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizaram aspectos relacionais e culturais da construção social do gênero.

Podemos dizer que os primeiros achados acerca de uma não naturalidade da concepção de gênero surgem com a antropologia e com estudos sobre parentesco, contribuindo para a percepção das diversas constituições das sociedades humanas; nos estudos sociológicos encontramos debates a partir da incorporação da divisão sexual do trabalho; na história, os diversos arquivos contendo análises documentais puderam ser verificados revelando o importante papel das mulheres nas lutas sociais e em diferentes grupos; a psicologia também contribui para os estudos de gênero ao dar o merecido respeito à constituição da subjetividade neste complexo campo do saber (NUERNBERG, 2005).

No Brasil, a década de 1980 teve destaque devido às produções acadêmicas e científicas que surgiam. Nuernberg (2005) faz um breve recorte de três momentos que considera importantes para o entendimento do processo de construção e consolidação da temática: um primeiro de luta pela legitimidade dos estudos da mulher, entre 1970 e 1975; identifica o ano de 1978 como um marco de ampliação dos temas estudados, que introduzia família, por exemplo, quebrando o monopólio das pesquisas sobre trabalho, e um terceiro, na década de 1980, de formação de redes de pesquisa, estudos de relações de gênero, com o intuito de desbiologizar o sexo.



Para Jeffrey Weeks (1999), o gênero é a diferenciação social entre homens e mulheres e sexualidade é uma descrição geral para uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas. Ao falarmos de sexualidade e, mais especificamente, sobre sexo, a literatura aponta que nas últimas décadas esta vem sendo utilizada para referir-se às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, e assim, criando uma ideia de corpo com marcas diferenciadas, reforçando uma divisão e não uma igualdade entre os mesmos.

Se os estudos de gênero foram um marco no sentido de ampliar para além do corpo da mulher as diferenças notadas inicialmente sobre os sexos anatômicos, como mencionamos, a partir da perspectiva da Esquizoanálise, a discussão caminha no sentido de desconstrução das dicotomias. Suely Rolnik fala de dois planos: no visível, “guerra entre identidades sexuais, ‘gênero feminino oprimido’ em luta com o masculino, opressor. No invisível, impossível registrar o gênero, ‘com sua lógica binária’, o que se tem é um desestabilizar de figuras. ‘No invisível, a infinitude do processo de produção de diferenças; no visível, a finitude das figuras nas quais os personagens se reconhecem, com suas identidades e seus gêneros’” (1998, p. 63-64). Nessa linha, a autora defende uma guerra contra o aprisionamento no visível, apostando que no outro plano, o máximo que se consegue são inversões, com “perpetuações de gêneros”, contra “a processualidade da vida” (1998, p. 67).

E pode se aliar a outra autora:

[...] penso que o movimento feminista deve sonhar com algo mais do que a eliminação da opressão das mulheres. Ele deve sonhar com a eliminação das sexualidades obrigatórias e dos papéis sexuais obrigatórios. O sonho que acho mais fascinante é de uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), em que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é, faz ou com quem cada um faz amor. (RUBIN, 1975, p. 22).



Judith Butler (2007) insistirá na tese de um poder produtivo que hierarquiza nossos corpos segundo um ideal heteronormativo. Tais corpos só adquirem legitimidade e são considerados plenamente humanos se conformarem a este modelo, ao passo que aos corpos desviantes resta a adequação via normalização – muitas vezes através de dispositivos médicos e/ou psicológicos – ou marginalização, de modo a servirem como parâmetros para a normalidade da qual estão fora. Em sua afirmação de vida, *gays*, lésbicas, travestis, transexuais e mulheres de diferentes localidades, nacionalidades e raças/etnias parecem servir como o limite da normalidade, daquele local que é perigoso visitar, se identificar, ou seja, daquilo que não se deve ser ou tocar (LOURO, 2004) e o qual muitas vezes é reforçado por concepções e práticas psicológicas que primam por classificações patológicas e propostas de correção dos supostos desviantes.

Os movimentos de desconstrução presentes nos estudos de gênero e sexualidade, como vimos apresentando, podem certamente inspirar rupturas, deslocamentos, perturbações nos estudos psi. Em especial neste campo transdisciplinar, de estudos de gênero e sexualidade.

► Considerações finais

Recentemente identificamos a necessidade de percorrer o Brasil de forma sistemática com o intuito de investigar em que cursos de Psicologia há disciplinas ou menção a estudos de gênero e sexualidade e de que forma acontecem. Mais do que mapear o campo no sentido de conhecer a formação oferecida e montar uma rede, gostaríamos de perceber se e de que forma essas discussões perturbam a formação psi. Esta pesquisa ainda não foi possível, mas certamente será um investimento para breve.

São muitos os autores e as autoras que constroem o já consolidado campo de estudos sobre gênero e sexualidade, inclusive



no Brasil. Acreditamos que a diversidade de abordagens dentro dos estudos da sexualidade e de gênero se mostram fundamentais na formação de psicólogos e psicólogas, auxiliando-os/as naquele referido exercício de desnaturalização do que apresentamos como natural, ampliando as possibilidades de novas formas de vida e subjetivação.

Sim, Carol, às vezes é uma ilha, mas ela pode se encontrar com outras, podemos montar arquipélagos. Às vezes o horizonte vai dar noção de continuidade e isso vai nos tranquilizar. Ousaria afirmar que temos os pincéis para construir essas paisagens. Ah, da crítica? Não escapamos não. Mas a inquietude não é uma condenação, ao contrário, é movimento.

► Referências

ARANTES, Esther M.M. Pensando a Psicologia aplicada à Justiça. In: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Orgs.). *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 2004, p. 15-49.

AZEREDO, Sandra. "Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, jan./abr. 2010, p. 175-188.

BAPTISTA, Luiz Antonio. "A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de facas". In: *Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus, 1999.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.151-173.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



_____. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.

_____. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUATTARI, Felix. "Cheguei até a encontrar travestis felizes". In: *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. MICELI, Sérgio (Org.). São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

LAQUEUR, Thomas. *La fabrique du sexe*. Paris: Galimard, 1992.

LEITE, Jäder F.; DIMENSTEIN, Magda. Mal-estar na psicologia: a insurreição da subjetividade. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online], v. 2, n. 2, p. 9-26, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Leila Domingues. Ética. In: BARROS, Maria Elizabeth Barros (Org.) *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: Edufes, 1999.

MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Garamond: 2005.

NUERNBERG, Adriano Henrique. *Gênero no contexto da produção científica brasileira*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em) Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, PPGICH-UFSC, Florianópolis, 2005.



ROLNIK, Suely. Tristes Gêneros. In: LINS, Daniel (Org.) *A dominação masculina revisitada*. São Paulo: Papirus, 1998. p. 63-68.

RUBIN, Gayle. [1975]. "O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo". Tradução da ONG SOS-Corpo. Recife, 1993. (Mimeo).

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality*. Londres e Nova York: Routledge, 1991.

_____. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GÊNERO É UM OUTRO



Patricia Porchat P.S. Knudsen

Ao estabelecer um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas acerca de gênero e de subjetividade, certamente há uma especificidade da psicanálise ao tratar dessas questões. E dentro da própria psicanálise, aquela na qual acreditamos e aquela que praticamos também possui sua particularidade. Trata-se de uma perspectiva freudo-lacanianista vista sob uma ótica muito específica, que é a ótica de uma teórica de gênero, Judith Butler.

Butler não admite a ideia de psicanalistas que trabalhem considerando que a psique seja uma entidade autônoma que siga suas próprias regras, como se o que acontecesse na transferência estabelecida em situação clínica fosse algo isolado do que ocorre no mundo exterior. Seu papel, como pensadora e como filósofa é o de promover um encontro ou uma espécie de reunião entre psicanálise e movimentos sociais mais amplos, políticas culturais, e questões relativas a *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo. Em sua opinião, os movimentos sociais teriam a ganhar com a psicanálise a possibilidade de desenvolver vocabulários mais complexos para pensar a identidade, o desejo, ou mesmo



a solidariedade. Acrescentemos, por nossa conta, a possibilidade de refletir sobre a formação de grupos através da noção de identificação entre os membros e destes com o líder, desenvolvida por Freud ao problematizar o comportamento no interior da igreja e do exército, entre outros grupos (FREUD, 1921, 1976).

Se podemos dizer que Butler exerce aqui uma função política, a de fazer a psicanálise e os psicanalistas se abrirem para o social e, por outro lado, fazer os movimentos sociais refinarem seu pensamento ao levar em conta as ideias psicanalíticas, também é possível sugerir que, ao dialogar com a psicanálise, percebe-se o pensamento butleriano tentando dar conta da existência do sujeito. E, como veremos, para ela o sujeito só existe a partir do outro. Esse “outro” aparece em Butler ao menos de três maneiras: o outro do reconhecimento, o outro dos significantes enigmáticos e o outro como abjeto que originariamente nos habita.

Ao falar sobre o ser humano, Butler toma como pressuposto uma formulação de Spinoza, na *Ética*, de que se as condições sociais forem solidárias, os seres humanos, como os outros animais, buscam persistir em seu próprio ser. Mas o indivíduo persiste em seu próprio ser apenas em relação aos outros, e apenas na medida em que as relações com os outros permitem uma grande afetividade ou uma maior expressividade desse desejo de viver.

Trata-se aqui do primeiro caso, o outro do reconhecimento. A permissão desse outro para que o sujeito expresse seu desejo de viver nos coloca no campo do reconhecimento e da inteligibilidade. Segundo Butler, o reconhecimento é uma relação intersubjetiva, e para um indivíduo reconhecer o outro, ele tem que recorrer a campos existentes de inteligibilidade. Esses campos nos circundam sob diversas formas: as diversas linguagens que habitamos, as categorias com que trabalhamos, as instituições das quais fazemos parte. Esses campos são uma espécie de solo comum em que a nossa existência faz sentido para o outro. E é por isso que ele nos reconhece. Mas o reconhecimento também



pode ser o lugar onde os campos existentes de inteligibilidade são transformados. Pode acontecer de, num primeiro momento, não sermos reconhecidos pela forma como estamos nos expressando ou pela maneira como estamos nos comportando ou, de modo geral, existindo e tentando viver. Pedimos um reconhecimento, mas já estamos fora do campo da inteligibilidade. Nossa existência ou nossas expressões deixam de fazer sentido para o outro. Ele se recusa a nos reconhecer. Mas sabemos que é possível retrabalhar, revisar e expandir o campo de inteligibilidade – e isso de vez em quando realmente acontece – de modo a alcançar uma nova forma de reconhecimento (PORCHAT, 2010)

Esse outro que permite ou não a expressão de nosso desejo surge igualmente como receptor de nosso gênero. O reconhecimento da “humanidade” ou da condição humana, do gênero e da narrativa acerca de nós mesmos, por um outro que seja um ator do reconhecimento, bota em cena a psicanálise através, principalmente, das noções de pulsão e de transferência. Há duas perguntas aqui: o que nos move, ou seja, que parte nossa vai em busca de reconhecimento? E a segunda é: como isso se dá, ou seja, qual o lócus em que o reconhecimento é possível? Vejam bem, estamos falando da situação analítica.

Esse avanço na teoria de Butler em relação à psicanálise parece dizer respeito à sua busca por uma teoria de gênero mais refinada. Como encontrar uma resposta para aquilo que em nós é enigmático e que produz sujeito e gênero, sem atribuir a essa produção o puro e simples acaso ou, pelo contrário, uma agência, uma escolha livre e consciente por uma determinada performance de gênero?

Butler toma os seres “abjetos” como paradigma para pensar gênero. Os abjetos são aqueles que não mantêm coerência entre sexo anatômico, identidade de gênero, desejo e prática sexual. Para eles não existe inteligibilidade e nem reconhecimento. A teoria de gênero como ato performativo, criada por Butler, tinha o objetivo político de colocar estes seres no campo da *inteligibilidade*. Ou



melhor, de expandir os campos de inteligibilidade para fazer caber os abjetos. Afinal, colocá-los simplesmente nos campos de inteligibilidade existentes não pasaria de uma adaptação (BUTLER, 2003).

De modo resumido, o ato performativo é um ato que torna real e produz aquilo que nomeia ou atua. Butler dirá que gênero é um ato, requer uma performance que, ao se repetir, mantém o gênero em sua estrutura binária. O gênero é um efeito performativo de atos repetidos, sem um original ou uma essência. Cria-se uma ilusão de uma essência por trás do gênero. Mas o gênero não expressa nem revela uma identidade preexistente.

A novidade de Butler era dizer que na repetição dos atos aprendidos e incorporados desde que a criança nasce, pode haver uma repetição subversiva e transformadora. São as repetições que fornecem condição de mudança. Justamente por que a relação entre esses atos é arbitrária, diz Butler, pode haver incapacidade de repetir, pode surgir uma deformidade, uma modificação na maneira de repetir. A resposta para essas mudanças Butler encontrará no conceito freudiano de pulsão.

Em *Problemas de Gênero*, Butler diz que gênero é um ato intencional e performativo. Intencionalidade aqui foi compreendida pelos leitores de Butler como uma espécie de deliberação, de voluntarismo, como uma escolha. Mas não se tratava disso. O sentido de intencional dizia respeito à fenomenologia, à consciência intencional, tal como proposta por Sartre, para quem consciência é sempre consciência de alguma coisa. Refere-se a algo, visa algo. Não é uma consciência sem referência. Nesse sentido, gênero pode e deve necessariamente ser pensado da mesma maneira. O ato, a fala, o gesto de gênero referem-se a alguma coisa no mundo. A estrutura do discurso é intencional, sempre visa um objeto, está sempre em relação com alguma coisa. Gênero só existe para um outro (BUTLER, 2003; PORCHAT, 2010).

Quanto à pulsão sexual, ela aparece em Butler para dar conta do debate entre natureza e cultura na explicação do gênero.



Ainda em *Problemas de Gênero*, Butler afirma que não existe um “sexo” natural. Sexo e gênero seriam uma única e mesma coisa. A opção por manter o termo “gênero” era para realçar sua recusa de que a biologia fosse o destino, isto é, que a biologia ocupasse o lugar do determinante dos modos de ser do gênero, limitando-os ao binarismo clássico. No entanto, Butler igualmente recusa a ideia de um gênero como construção cultural porque não se pode definir o mecanismo pelo qual gênero se constrói. Butler quer evitar chegar à ideia de que, no lugar da biologia, a cultura determina o destino. E quer igualmente recusar a noção de um agente construtor, de um voluntarismo na construção do gênero, como condição lógica para que exista um gênero que não seja determinado pela biologia. Se existem gêneros não inteligíveis, não é por determinação de um sujeito que escolhe o gênero.

Esse sexo-gênero habita um corpo, um corpo que sofreria um processo de materialização pelo discurso. Mas o corpo não aceita totalmente aquilo que lhe é imposto. Esse corpo repete as normas reguladoras de “sexo”, é pela repetição que os fenômenos do corpo, do gênero e do sexo se instalam, mas é igualmente através dela que uma transformação pode ocorrer.

O corpo excede as intenções do sujeito e não acata completamente as normas que impõem sua materialização. Nesse sentido, o corpo resiste tanto às intenções do sujeito quanto às normas sociais. Em *Undoing Gender*, Butler descobre a pulsão freudiana. Cito Butler: “...somos dirigidos por aquilo que não conhecemos e não podemos conhecer e esta pulsão (Trieb) é precisamente o que não se reduz à biologia e nem à cultura, mas sempre o lugar de sua densa convergência” (BUTLER, 2004, p. 15). A psicanálise é invocada como uma teoria que mostra de que maneira a sexualidade falha em se conformar às normas sociais pelas quais ela é regulada. A sexualidade se caracteriza pelo deslocamento, excede a regulação, mas jamais pode ser concebida como livre e selvagem. Ela no máximo pode improvisar, o que talvez já seja



o bastante, dentro de um campo de constrictões. As normas não exercem sempre um controle definitivo. A improvisação da sexualidade permite a Butler pensar em como se abre um espaço a transformação individual e, conseqüentemente, social.

A ininteligibilidade de gênero e a revolta do corpo - termos que escolhemos para designar o fato de que o corpo excede as intenções do sujeito e de que somos dirigidos por algo que emana do corpo, as pulsões, ambas as ideias se afunilam finalmente em 2005, em *Giving an account of oneself*, quando Butler aborda a narrativa de si no contexto transferencial. Nesse espaço em particular é onde vemos se manifestar a incoerência existencial do sujeito como produto de sua constituição a partir de outro que lhe inunda e subjuga com significantes enigmáticos. Butler parece renovar seus argumentos sobre a condição de gênero como aquele que em si contém o germe da transformação, através das ideias do psicanalista francês Jean Laplanche (BUTLER, 2005)

Cabe aqui uma pequena precisão de termos. A existência do sujeito a partir do "outro" dos significantes enigmáticos é, na verdade, uma apropriação de um conjunto de ideias. Temos como ponto de partida aqui o conceito de Outro de Lacan (leia-se grande Outro). O Outro determina o lugar terceiro, para além as relação dual com o semelhante (o outro - pequeno outro). O lugar terceiro é aquele da determinação pelo inconsciente do que é do campo da dualidade. Ele designa então um lugar simbólico: do significante, da lei, da linguagem, do inconsciente, da mãe (do *infans*). É o lugar daquilo que determina o sujeito à revelia deste (ROUDINESCO; PLON, 1998). No entanto, para Laplanche não há outro no sentido simbólico, apenas os vários outros que constituem o conjunto de cuidadores adultos na vida de uma criança (BUTLER, 2005). Laplanche aqui briga com Lacan, mas não descarta o uso do termo "significante" para nomear aquilo que do inconsciente nos determina. E quem introduziu o conceito de significante na psicanálise, propondo um giro na relação



estabelecida entre significante e significado por Saussure, foi justamente Lacan. Com ele, o significante se desvencilha, digamos assim, do significado, ou melhor, resiste a ele e passa a deslizar de modo metonímico ou metafórico, determinando atos, palavras e o destino do próprio sujeito. É o elemento primordial do discurso para a psicanálise. De certa maneira, poderíamos avançar a ideia de que permite pensar na improvisação, na falha da repetição, outro modo de falar da subversão do sujeito, como aprecia Butler.

Ao usar a teoria laplanchiana da sedução generalizada, que introduz a ideia de significantes enigmáticos, Butler está reconhecendo a presença de Lacan em Laplanche e, portanto, mais uma vez, confere ao inconsciente e à linguagem um lugar de destaque na constituição do sujeito, na relação intersubjetiva, na determinação de aspectos fundamentais, individuais e sociais.

A teoria da sedução generalizada foi proposta por Laplanche em substituição à teoria freudiana da sedução, abandonada pelo fundador da psicanálise muito cedo, em 1897. Tratava-se, para Freud, de não poder acreditar que de fato teria havido tantas seduções de crianças por adultos em sua querida Viena *fin-de-siècle*, afinal, se fosse para acreditar em todas as suas históricas, Viena seria a sede européia dos pais perversos. Nesse sentido, o trauma causado pela suposta sedução deixou de ser concebido como real e passou a ser compreendido como fruto de uma fantasia sexual infantil. No entanto, Laplanche retém dessa teoria uma importante ideia que é a da existência de um certo estado “infantil” das funções psíquicas que seriam impróprias para uma compreensão mais elaborada e adequada ao que se passa em torno da criança. O efeito sobre a criança, ou melhor, sobre o bebê, ou ainda, o *infans*, daquilo que ele escuta sem exatamente entender, mas que lhe é endereçado, é o que tentará abarcar com a proposta de uma sedução generalizada: um abuso da linguagem (LAPLANCHE, 1988). Logo adiante veremos essa ideia.

Butler enreda a teoria da sedução generalizada e seus significantes enigmáticos à questão do reconhecimento. Trata-se, no



entanto, de um tipo de reconhecimento diferente. É menos um reconhecimento pela presença positiva de algo que identificamos no outro como semelhante, mas um reconhecimento pela ausência.

Butler (2005, p. 70) parte do princípio de que ao falarmos de reconhecimento recíproco, trata-se, antes de mais nada, de um reconhecimento baseado na cegueira parcial acerca de nós mesmos, naquilo que nos torna opacos para o outro. O reconhecimento de nossa incoerência em nossa narrativa é o que dá condição de não exigir coerência do outro, de escapar à violência dessa exigência. Pode-se então reconhecer e ser reconhecido somente sob a condição de estar desorientado acerca de si mesmo, ter falhado em alcançar uma identidade pessoal. O reconhecimento é pela ausência de identidade.

Nesse sentido, qualquer narrativa de si terá de fracassar para se aproximar de ser verdadeira. Ao perguntar a alguém quem ele definitivamente é, é importante não esperar uma resposta que, definitivamente, iria nos satisfazer, diz Butler. Ao desistir dessa satisfação, e deixando a questão em aberto, permitimos que o outro viva, desde que *vida* possa ser compreendida como aquilo que excede qualquer narrativa que tentemos fazer. E se deixar o outro viver é parte de uma definição ética de reconhecimento, então essa versão de reconhecimento será baseada menos no conhecimento do que na apreensão dos limites epistêmicos. Reconhecer é ter ideia daquilo que limita o nosso próprio reconhecimento – acerca de nós mesmos e do outro.

É interessante fazermos o paralelo com a situação de gênero. Da mesma forma que gênero é atuado, pois não existe uma essência, dele tampouco se espera coerência no sentido da heteronormatividade. Mas se espera que o outro esteja aberto para acolher o gênero e que se questionem as condições e os limites em que gênero (ou o sujeito) possa ser construído. Como então chegam as normas de gênero e como elas operam em nós? Butler (2005, p. 76) irá se perguntar quem é este EU e que condições tanto



este eu como o sujeito que acolhe sua narrativa, o analista, têm de saber algo a respeito da opacidade e da incoerência do analisando.

O que se deve esperar da psicanálise certamente não é um saber absoluto, não é um domínio do eu, uma revelação completa do modo de funcionamento psíquico. Não é uma reconstrução da vida, nem um trazer de volta as lembranças apagadas. E isso tem a ver com a própria formação do sujeito.

Para Butler, a narrativa funciona num contexto da transferência não apenas como um modo de transmissão de informação, mas como um deslocamento retórico da linguagem que busca agir sobre o outro, motivado por um desejo que assume uma forma alegórica na cena de interlocução de análise. O desejo se encena na transferência. Fazemos algo com esse dizer, estamos agindo sobre alguém, de um modo que talvez não compreendamos. Narrar, não é falar de si. Narrar é agir sobre o outro, o analista (BUTLER, 2005, p. 68).

Se narramos algo a alguém, nossa narrativa depende de uma estrutura de endereçamento. Butler analisa quais as condições possíveis para que nos encontremos numa situação de endereçamento a um outro. Seguramente, porque nós mesmos fomos postos numa estrutura semelhante em nossa infância. Se podemos nos endereçar a um outro é porque devemos ter sido postos numa estrutura de endereçamento como uma possibilidade de linguagem, antes mesmo de poder fazer o nosso próprio uso dela. Isso acontece porque a linguagem primeiramente pertence ao Outro. Sim, o Outro enquanto lugar do código, da linguagem, do tesouro dos significantes, vem antes de nós. Se primeiramente somos endereçados por um outro – pensemos aqui no outro materno, concreto, a mãe do pequeno *infans*, e se isso vem antes de nossa existência enquanto EU, como isso nos chega? Como nos tornamos narrável, pergunta-se Butler?

Butler recorre a Laplanche porque nele a presença do outro sobre o sujeito é esmagadora. Em sua teoria da sedução generalizada, Laplanche coloca o outro como uma espécie de causa



ou fundamento do inconsciente. O que vem do outro, diz ele, implanta ou insinua o que será chamado de inconsciente. Somos esmagados por esse excesso, não temos condições de compreendê-lo. O outro é inicialmente excessivo, mas excessivo de uma maneira enigmática para nós. O inconsciente, na verdade, se constrói como uma forma de manejar esse excesso (LAPLANCHE apud BUTLER, 2005, p. 76).

Se pedimos a alguém narre a história de sua vida, que seja capaz de contar sob a forma de história as razões pelas quais sua vida tomou um determinado rumo, ou seja, pedir que seja um biógrafo coerente, estaremos dando mais importância à coerência do que a algo que poderíamos chamar de verdade da pessoa. Essa verdade, num certo sentido, poderia ser mais evidente em momentos de interrupção, paradas e aberturas – seriam estas articulações enigmáticas que não poderiam facilmente ser traduzidas em formas narrativas.

Butler não tem como propósito celebrar uma certa noção de incoerência, mas apenas apontar que nossa incoerência estabelece o modo pelo qual somos constituídos em relação a um outro, implicados, e derivados e sustentados por um mundo social que está além de nós e é anterior a nós. Ao fazer uma narrativa, identificar momentos, e mesmo perceber padrões, não apenas comunicamos algo. O Eu que narra se reconstitui a cada momento em que ele é invocado na própria narrativa. “Essa invocação é, paradoxalmente, um ato performativo e não narrativo, ainda que funcione como o fulcro da própria narrativa” (BUTLER, 2005, p. 66). Fazemos algo com este Eu. E este fazer é da ordem da performance.

Um problema se coloca em relação às origens, pois não temos como contar como o Eu surgiu, como ele apareceu. O Eu fracassa ao tentar contar a sua história, pois não alcança o seu início. Apesar de desejá-lo, não acessa o seu ponto de partida. O Eu é introduzido como alguém para quem nenhuma narrativa



pode ser dada. Ele não pode voltar à sua cena de endereçamento através da qual foi originado.

Laplanche (apud BUTLER, 2005, p. 73) sugere que o limite para uma plena articulação de um sujeito são as esmagadoras e enigmáticas impressões vindas do mundo adulto, tão diferente e incompreensível em suas especificidades sobre a criança. Os adultos cuidadores no mundo da criança são, de fato, vários “outros”. Para a criança, essas primeiras impressões são profundamente sem dicas sobre o mundo adulto. O que emerge na transferência é então um resíduo de uma situação primitiva de ter sido esmagado antes mesmo da formação do inconsciente e das pulsões.

A partir daqui, podemos dizer que Butler encontra em Laplanche a origem das pulsões e consegue assim fechar o ciclo do gênero, isto é, o ciclo butleriano. Afinal, aquilo que em nós é incoerente, indizível, subversivo (no caso de gênero) vem, finalmente, do outro. É a partir dele que nos constituímos, é a ele que nos dirigimos, e é na impossibilidade narrativa, na incapacidade de articulação completa e de domínio de si, que nos reconhecemos (BUTLER, 2005, p. 71). Expliquemos.

Tão logo se abre perceptivamente para o mundo, o *infans* é exposto ao mundo adulto da sexualidade inconsciente. A sexualidade aparece como consequência de um mundo social. São mensagens e significantes que se impõem para a criança e produzem impressões esmagadoras e não domináveis às quais ela não se adapta imediatamente. A repressão originária institui o inconsciente e também as primeiras fontes objetais, ou seja, as fontes pulsionais. Um objeto originalmente externo se instala como causa ou fonte das pulsões sexuais. O Eu se encontra estrangeiro para si próprio no que diz respeito aos impulsos mais elementares. O abjeto, nesse sentido, reside inicialmente no próprio inconsciente.

Queremos sugerir uma semelhança em Butler na forma de entender o narrar em análise e o ato performativo de gênero.



Ambos supõem um agente, uma substância que não existe. O fracasso na repetição do gênero e as interrupções da narrativa servem apenas para evidenciar que gênero coerente não existe, assim como não existe um eu coerente ou mesmo uma narrativa coerente de um eu. Desfazer o gênero é uma forma de revelar as normas sociais que o impõem e o mantêm. Analisar-se é desfazer o eu e reconstruir os limites que condicionam a nossa fala. Narrar, diz Butler, é performar um ato que pressupõe um outro. Assim como gênero, narrar é relacional. A imposição de ser homem é uma norma estabelecida a partir da relação que existiria entre homens e mulheres. A imposição de ser mulher é, justamente, não ser homem. Desfazer o gênero é a condição para perceber-se singular numa relação de alteridade imposta, mas igualmente perceber o outro como condição de nossa existência.

Narrar é uma ação direcionada a um outro, requer um outro. O outro está dentro da ação de nosso narrar. Então, se não podemos falar sobre o início, sobre a constituição desse eu, podemos certamente dizer que Eu estou endereçado a você, a um outro. Eu não sou nada sem esse outro e dificilmente podemos nos referir a nós mesmos fora dessa relação.

O que acontece em uma análise? Butler parece fazer uma apologia da situação transferencial psicanalítica (de certas psicanálises), pois esta legitima a ininteligibilidade do sujeito e, por extensão, deve ou deveria legitimar a ininteligibilidade de gênero. O ato performativo encontra na situação transferencial o campo da inteligibilidade e, portanto, de reconhecimento. A transferência é declarada por Butler como uma prática ética porque suporta a ininteligibilidade do inconsciente. A transferência parece um dos lugares primordiais para a apresentação do sujeito estrangeiro a si mesmo. Esse estrangeiro é o outro que nos habita.

Por último, gostaria de comentar a ideia do outro como objeto, termo já introduzido nesse texto, mas que é bem menos frequente na psicanálise do que, por exemplo, a noção de objeto,



com a qual por vezes é confundida (pelos psicanalistas). Certamente ambas podem ser contrapostas à noção de sujeito. Em relação ao objeto, o sujeito se distingue como um outro que lhe é exterior, ainda que objetos sejam introjetados no psiquismo. Já em relação ao abjeto, pode-se dizer que o sujeito ilusoriamente acredita, ou ao menos gostaria de acreditar, jamais ter tido algum vínculo com aquele. No entanto, o abjeto é um outro que se constituiu a partir desse sujeito. Por ter sido expulso do sujeito, de certa forma ajuda a constituir desde fora essa subjetividade aparentemente pura, sem resquícios da sujeira que também lhe pertence.

Ao ser expelido do corpo, o abjeto designa aquilo que foi tornado literalmente 'outro' e esse processo se torna modelo pelo qual certas formas de diferenciação da identidade são praticadas (BUTLER, 2003). "A desonra é o que é descartado pelo sistema simbólico. É o que escapa à racionalidade social, à ordem lógica em que se baseia uma agregação social..." (KRISTEVA apud BUTLER, 2003, p. 232). A ideia do abjeto é a ideia daquilo que não cabe em mim, que não dou conta, que não quero ver, que não entendo, que não explico, que me causa horror. Kristeva define o abjeto como os excessos do corpo, que foi expelido e descartado: fezes, urina, vômito, lágrimas, saliva (KRISTEVA, 1982). Os excrementos que originalmente pertencem ao corpo, ao serem expelidos e dos quais se tem repulsa, ajudam a construir a fronteira entre o interno e o externo. O corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos: nossos excrementos e nossos excessos. A ideia de abjeto passa do plano individual ao social e coletivo. Passa-se de um corpo biológico a um corpo social. Os excessos, seja daquilo que causa nojo quanto daquilo que causa prazer, devem ficar de fora do sujeito e da sociedade, devem se tornar um outro. Mas, no entanto, o Eu é um outro, como disse o poeta Rimbaud.

Para concluir, retomando nossa ideia de que gênero é um outro, tentamos mostrar que isso aparece em Butler pela via da



constituição do sujeito, pela tentativa de negar em si a abjeção e pela necessidade do outro para reconhecer o sujeito pois sem o outro, não há existência nem de sujeito e nem de gênero.

► Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Undoing Gender*. New York and London: Routledge, 2004.

_____. *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press, 2005.

FREUD, Sigmund. [1921]. *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KRISTEVA, Julia. *Powers of horror: an essay on abjection*. New York: Columbia UP, 1982.

LAPLANCHE, Jean. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

PORCHAT, Patricia. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SUBJETIVIDADE, HISTÓRIA E POLÍTICA NA TEORIA E PRÁTICA DA PSICOLOGIA



Sandra Maria da Mata Azerêdo

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?

Almeida Garrett

(Epígrafe de José Saramago em *Levantado do Chão*)

► Subjetividade e genealogia

Martin Saar (2002)¹ estabelece uma importante relação entre subjetividade e genealogia, na verdade, como ele escreve,

¹ 2002. Agradeço à Patrícia Monteiro e Silva que me apresentou a esse artigo de Saar, argumentando que ele, de alguma forma, tinha a ver com minha escrita.



“uma relação decisiva e constitutiva”², na medida em que ele identifica três aspectos interrelacionados da genealogia nos trabalhos de Nietzsche e Foucault: a genealogia como um modo de escrever a história; como uma forma de avaliação e crítica; e como uma prática específica de escrita. Em outras palavras, Saar vê a genealogia envolvendo simultaneamente questões de método, de valor e de estilo, todas essas questões dizendo respeito à constituição do sujeito.

Em sua análise da genealogia como história, Saar mostra como a genealogia se opõe à naturalização e substancialização de seus objetos de estudo através da historicidade. Segundo Saar (2002, p. 240) este é um tema que atravessa os trabalhos de Foucault desde seus primeiros escritos, como no artigo de 1957 sobre a história da pesquisa em Psicologia entre 1850 e 1950, que ele conclui propondo que a Psicologia precisa retomar “o que há de mais humano no homem, quer dizer, sua história” (FOUCAULT, 2002, p. 151). Este método histórico expõe as condições de produção do sujeito em regimes de verdade e de poder.

Na análise da genealogia como crítica, Saar discute como questões de valor – excluídas dos discursos dogmáticos sobre essência tanto na ciência quando na religião – se tornam possíveis a partir da abertura para a liberdade trazida pela exposição da contingência histórica – as histórias poderiam ter acontecido de outra forma. E aqui Saar esboça um incômodo com o fato de a genealogia associar a revelação da contingência a descrições valorativas que criticam processos de violação e sujeição como podemos encontrar em vários trabalhos de Nietzsche e Foucault. Saar argumenta que o fato de que as coisas poderiam ter se dado de outra forma não as desvaloriza automaticamente.

Saar discute também que essa crítica genealógica é sempre uma auto-crítica, na medida em que não parte de fora e se

² *A decisive and constitutive relation* (Minha tradução. Todas as traduções que se seguem são minhas) (2002, p. 232)



auto-implica. Pois o poder requer a participação do sujeito sobre o qual ele age, como mostra o trabalho de Judith Butler sobre “a vida psíquica do poder” (1997, p. 84), em que ela argumenta:

a sujeição é, literalmente, a *produção* de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual o sujeito é formulado ou produzido. Tal sujeição é um tipo de poder que não apenas *age sobre* um determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também *ativa* ou forma o sujeito.³

Para Butler (1997, p. 90-91), não se trata apenas de subordinação, mas de subjetivação: de se assegurar o lugar do sujeito. Saar (2002, p. 237), portanto, assimila a tarefa da genealogia como sendo a de contar ao sujeito a história das forças que agem sobre ele – a história de seu próprio tornar-se. Para ele, a crítica “significa criar... um sentido para o não necessário, i.e., para o que poderia ser de outra forma porque é assim agora apenas porque um certo poder está em jogo”⁴.

Finalmente, Saar (2002, p. 238) argumenta que a questão da forma do texto é decisiva na genealogia. Segundo ele, a crítica genealógica “só se torna um ato, uma performance de crítica, no ato concreto da descrição. Não há, então, crítica genealógica fora dessa mesma forma de representação”⁵. E espera-se que quem lê o texto se veja como o sujeito e o objeto desses mesmos processos de subjetivação que estão sendo contados. Essa relação do texto, assim como a historicização e o questionamento crítico ligam o sujeito à genealogia, constituindo-o.

³ *Subjection is, literally, the making of a subject, the principle of regulation according to which a subject is formulated or produced. Such subjection is a kind of power that not only unilaterally acts on a given individual as a form of domination, but also activates or forms the subject.*

⁴ *Means creating... a sense for the non-necessary, i.e., for that which might be otherwise because it is as it is now only because a certain power is in play.*

⁵ *It becomes an act, a performance of critique, only in the concrete act of description. There is, then, no genealogical critique outside this very form of representation.*



Há um tom de ironia que, de alguma forma, perpassa o texto de Saar (2002, p. 239-240), especialmente no parágrafo final, quando ele define genealogias como “histórias do presente”, escritas para:

Os habitantes de nosso presente, para um ‘nós’. Mas quem é esse ‘nós’? São a audiência autorizada/apropriada (*called for*) inespecífica, pressuposta, e de algum modo ‘constituída’, as/os destinatárias/os para quem o autor genealógico (SIC), frequentemente escondido atrás da ‘máscara de filósofo’, escreve. Ele pressupõe que elas/es são atingida/os, afetada/os e preocupadas/os com seu relato histórico, que elas/es são provocadas/os e chocadas/os, iluminadas/os pelo raio do insight instantâneo sobre o que são, como se tornaram quem são e o que elas/es poderiam não querer ser. Ele pode esperar (às vezes em vão), que o que elas/es se tornaram apareça como um escândalo para elas/es uma vez visto sob a luz brilhante da análise histórica. Ele é bem-sucedido quando, quem o lê, começa a escrever projetando suas próprias versões do presente⁶. (SAAR, 2002, p. 240)

Apesar desse tom irônico sobre as pretensões do genealogista, retratado como um homem que se esconde atrás da máscara da filosofia, escolhi iniciar meu texto com a análise de Saar porque acredito que ela resume bem a importância da história na constituição do sujeito e a necessidade de a Psicologia levar isso em consideração no estudo da subjetividade. Escolhi também a análise de Saar para mostrar como nela falta explicitar o aspecto

⁶ *The inhabitants of our present, for a ‘we’. But who is the ‘we’? They are the unspecified, presupposed, and in a weak sense ‘constituted’, called-for audience, the addressees for and to whom the genealogical author, often hiding behind the ‘mask of the philosopher’ writes. He supposes that they are hit, affected and concerned by his historical account, that they are provoked and shocked, struck by the lightning of instantaneous insight into what they are, how they have become and what they might not want to be. He may hope (sometimes in vain), that their having become what they are appears scandalous to them when it is seen in the bright light of historical analysis. He is successful when his readers take over the writing and start off projecting their own versions of the present.*



político da genealogia, que é justamente o que pode explicar sua crítica à exposição pela genealogia da contingência das coisas humanas colocadas em termos binários e hierárquicos. Como vimos acima, Saar cita o texto de 1957 de Foucault, em que ele se refere apenas à história. Porém, num trabalho de 1979: “É inútil revoltar-se?” (2004, p. 81), Foucault define seu trabalho de intelectual como sendo “obra penosa: pois é preciso ao mesmo tempo espreitar, por baixo da história, o que a rompe e a agita, e vigiar um pouco por trás da política o que deve incondicionalmente limitá-la”. Foucault está sempre atento às relações entre história e política e me parece que esta última é um ponto cego na análise de Saar. Daí seu incômodo com o posicionamento crítico da/o genealogista, que presta atenção à questão da diferença na constituição da subjetividade. Acredito que Saar não leva em conta essa questão na medida em que não vê a hierarquia e a diferença nas relações binárias.

► Subjetividade e diferença nas relações binárias e hierárquicas

Numa conversa de Baukje Prins e Irene Meijer com Judith Butler (PRINS; MEIJER, 2002, p. 166) aparece a sugestão de que a subjetividade seja “uma prerrogativa⁷ dos humanos” e os trabalhos de Butler, assim como o de Chantal Mouffe (1999) e o de Suely Rolnik (1994), sugerem que é justamente essa especificidade humana que vai caracterizar a subjetividade como não se

⁷ É preciso verificar a tradução, pois o termo pode indicar “privilégio”, mas também “apanágio (propriedade característica, atributo)”. Trato dessa questão da subjetividade como prerrogativa humana em contraposição ao agenciamento numa conversa com Donna Haraway (ver HARAWAY, 2011, p. 404). Apoiando-se no trabalho de Vinciane Despret, Haraway vê a subjetividade não como “algo a ser procurado na natureza de um ser...”, mas algo tornado possível, talvez inventado, nos processos através dos quais os seres ‘tornam uns aos outros capazes’.



restringindo simplesmente à identidade. A subjetividade é mais do que o eu – ela necessariamente inclui o outro, a alteridade, a diferença. O sujeito, portanto, não está pronto e completo, de acordo com uma essência, mas é construído num permanente processo de subjetivação através da intervenção da alteridade em suas brechas.

Essa visão de sujeito é, na verdade, uma crítica a outra visão de sujeito que prevaleceu até a modernidade – a de um sujeito inteiro, presente, com uma essência imutável – e que, de alguma forma, continua entre nós, gerando o que Rolnik (1994, p. 158) chama de “crise” para enfrentar os “impasses em que nos encontramos atualmente no conjunto do planeta”. Segundo ela, essa crise se deve ao “desmoronamento do muro dos ideais que nos guiavam” e ao “desmoronamento de um modo de subjetivação onde predomina soberano o homem da moral” (1994, p. 174).

Em sua teorização sobre a subjetividade, Rolnik (1994, p. 165) caracteriza o “homem da moral” como “o vetor de nossa subjetividade que transita no visível”, guia nossas escolhas com referência aos códigos. “É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo vigente e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência”. Enquanto o homem da ética atua no invisível, “escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente”. É “o operador da produção de nossa existência como obra de arte” (1994, p. 166) fazendo escolhas que favorecem a vida.

A complexa teorização de Rolnik sobre os modos de subjetivação tem sido importante para o entendimento da subjetividade e do sujeito na contemporaneidade, porém, aqui estou usando a noção de “modos de subjetivação” de forma diferente da que ela usa, pois, a partir do trabalho de Butler e Mouffe, acho importante, não apenas considerar, como Rolnik (1994, p. 161), ser “impossível pensar a subjetividade sem o outro, já que o outro nos arranca permanentemente de nós mesmos”, mas vamos



tentar entender como o outro se torna o “exterior constitutivo” do sujeito, sendo excluído num processo de abjeção. Butler relaciona o abjeto “a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161). Ou seja, são corpos que não pesam, não importam, ou, como veremos mais adiante, são corpos que não contam, no sentido que Jacques Rancière dá a esse termo. Em seu livro *Bodies that Matter*, em que busca entender o debate essencialismo/construtivismo, Butler (1993, p. 8) escreve que:

Não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos ‘humano’, o inhumano, o humanamente impensável. Esses lugares excluídos vêm delimitar o ‘humano’ como seu exterior constitutivo, e assombrar essas fronteiras com a persistente possibilidade de seu rompimento e rearticulação⁸.

Da mesma forma, Mouffe também entende:

As condições que regem a constituição de toda identidade são a afirmação de uma diferença. Consequentemente, é preciso perguntar-se qual o tipo de relação que pode ser estabelecida entre identidade e *alteridade*, de maneira que se desative o perigo de exclusão sempre presente que implica essa relação de identidade/diferença. O objetivo da investigação dessas questões é mostrar o caráter de relação de toda identidade e o fato de que frequentemente a constituição de uma identidade implica o estabelecimento de uma hierarquia: por exemplo, entre forma e matéria, essência e acidente, negro e branco, homem e mulher. (MOUFFE, 1999, p. 269).

⁸ *It is not enough to claim that humans subjects are constructed, for the construction of the human is a differential operation that produces the more and the less ‘human,’ the inhuman, the humanly unthinkable. These excluded sites come to bound the ‘human’ as constitutive outside, and to haunt those boundaries as the persistent possibility of their disruption and rearticulation.*



A partir daí, segundo ela, será possível entender o antagonismo que surge nessas relações.

Assim como Butler, Mouffe vai se apoiar nas noções de *différance*, traço e suplemento, desenvolvidas por Jacques Derrida (1980, 1982) para criticar a metafísica da presença e o logocentrismo, que ele considera como sustentando a dominação e hierarquização das oposições.

Derrida tece uma extensa teorização criticando a noção clássica de escrita considerada como apenas um suplemento da fala, do som, que é o que é visto como garantindo a presença do sujeito e o sentido do que ele quis dizer. Em sua crítica, Derrida mostra como a escrita é vista como tendo sido desenvolvida apenas para suprir a ausência, quando se quer comunicar alguma coisa para algum outro sujeito que está ausente. E é a ausência do/a destinatário/a da mensagem que é enfatizada. Não se pensa nunca na ausência de quem escreve a mensagem – sua ausência, como escreve Derrida (1982, p. 313): “das marcas que ele abandona, que são separadas dele e continuam a produzir efeitos além de sua presença e além da atualidade presente de seu sentido, isto é, além de sua própria vida, essa ausência que entretanto pertence à estrutura de toda escrita ... e de toda linguagem em geral”⁹. Além disso, Derrida aponta para a forma como a representação é mostrada como suplementando a presença e essa operação de suplementação “não é considerada como sendo uma quebra na presença, mas antes como uma reparação e uma modificação contínua e homogênea da presença na representação”¹⁰.

Derrida (1982, p. 315) vai argumentar, por outro lado, que a escrita tem que poder ser repetida, tem que ser iterável (iter =

⁹ *From the marks that he abandons, which are cut off from him and continue to produce effects beyond his presence and beyond the present actuality of his meaning, that is, beyond life itself, this absence, which however belongs to the structure of all writing ... and of all language in genera”.*

¹⁰ *Is not exhibited as a break in presence, but rather as a reparation and a continuous, homogenous modification of presence in representation.*



itara = outro, em sânscrito), tanto na ausência de quem a produziu como na ausência de a quem ela se destina e essa iteratividade estrutura a marca da própria escrita mesmo na ausência radical/morte de quem escreve e de quem a recebe: “Uma escrita que não fosse estruturalmente legível-iterável-para além da morte do/a destinatário/a não seria escrita”¹¹.

Derrida (1982, p. 316) argumenta ainda que “essa derivação essencial da escrita devido à sua estrutura iterativa impedida de toda responsabilidade absoluta, da *consciência* como a autoridade em última análise, a escrita órfã, e separada no nascimento da assistência de seu pai, é, na verdade, o que Platão condenou no *Phaedrus*”¹², num gesto que sugere ser o movimento filosófico fundamentando a metafísica da presença. Para Derrida (1980, p. 144), essa metafísica permanece em Rousseau, que vê a escrita como um perigoso suplemento, que é adicionado à fala, considerada como a expressão natural do pensamento. O perigo para Rousseau está na pretensão da escrita de ser presença e o signo da própria coisa, quando ela não passa de um recurso para suprir a fala quando essa, considerada como natural e protegendo naturalmente a presença, sofre alguma interrupção.

Segundo Derrida, a redução da escrita a uma posição de suplemento se dá dentro de uma lógica fonologista e logocêntrica. Porém, não se trata de inverter a dissimetria entre fala e escrita, mas de produzir um novo conceito de escrita, que se pode chamar *différance*, palavra que, na língua francesa, pode ser escrita e lida, mas não pode ser ouvida. Significa diferir, que tem o duplo sentido de adiar e diferenciar. Na ordem do discurso falado ou

¹¹ *A writing that was not structurally legible-iterable-beyond the death of the addressee would not be writing.*

¹² *This essential drifting, due to writing as an iterative structure cut off from all absolute responsibility, from consciousness as the authority of the last analysis, writing orphaned, and separated at birth from the assistance of its father, is indeed what Plato condemned in the Phaedrus.*



escrito nenhum elemento – fonema ou grafema – pode funcionar como signo sem enviar a um outro elemento que também não está simplesmente presente. Há apenas diferenças e traços de traços. Para Derrida, a subjetividade é um efeito de *différance*, onde a referência a uma realidade presente, a um ente é sempre diferida.

Derrida (1982, p. 17) pensa na possibilidade de:

Se reconsiderar todos os pares de opostos sobre os quais a filosofia se constrói e sobre os quais nosso discurso vive, não para ver a oposição se apagar, mas para ver o que indica que cada um dos termos deve aparecer como a *différance* do outro, como o outro diferente e diferido na economia do mesmo (o inteligível como diferenciando-diferindo o sensível, como o sensível diferente e diferido; o conceito como diferente e diferido, diferenciando-diferindo a intuição; a cultura como natureza diferente e diferida, diferenciando-diferindo...)¹³.

O trabalho de Derrida nos possibilita uma visão crítica dos binarismos que sustentam a produção da subjetividade no mundo ocidental e capitalista, apontando para sua relação hierárquica e de interdependência. Porém, considero que é no trabalho de Rancière (1995, 1996a e 1996b) que se explicita a relação entre subjetividade e política.

De acordo com Rancière (1996a, p. 47), “a política é assunto de sujeitos” ou, como ele escreve, de “modos de subjetivação”. Para ele, a subjetivação é “a produção por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação,

¹³ *Reconsider all the pairs of opposites on which philosophy is constructed and on which our discourse lives, not in order to see opposition erase itself but to see what indicates that each of the terms must appear as the *différance* of the other, as the other different and deferred in the economy of the same (the intelligible as differing-deferring the sensible, as the sensible different and deferred; the concept as different and deferred, differing-deferring intuition; culture as nature different and deferred, differing-deferring [...]).*



portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência”. Um modo de subjetivação cria sujeitos “transformando identidades definidas na ordem natural da repartição das funções e dos lugares em instâncias de experiência de um litígio”. Neste sentido, como mostra Rancière (1996a, p. 48), “mulheres” indica “identidades aparentemente sem mistério”, visíveis para todo mundo de quem se trata, porém:

A subjetivação política arranca-(as) dessa evidência, colocando a questão da relação entre um *quem* e um *qual* na aparente redundância de uma proposição de existência. ‘Mulher’ em política é o sujeito de experiência – o sujeito desnaturado, defeminizado – que mede a distância entre uma parcela reconhecida –o da complementaridade sexual – e uma ausência de parcela. [...] A bem conhecida lógica policial que julga que as militantes dos direitos das mulheres são criaturas estranhas a seu sexo tem, afinal de contas, fundamento. Toda subjetivação é uma desidentificação.

Rancière (1996a, p. 41) usa o termo “polícia” no sentido mais amplo para se referir a essa repartição de lugares e funções e ao sistema que a legitima. A política, por outro lado, se refere à atividade que rompe com as divisões sensíveis da ordem policial introduzindo a afirmação da igualdade de qualquer ser falante com outro ser falante. A política existe quando a lógica de dominação supostamente natural é interrompida pelo efeito da igualdade. Para Rancière (1996b, p. 371), a investigação da igualdade na ordem policial na forma de litígio é o que define a política. A política, segundo ele, é um acontecimento raro: “a política não advém naturalmente nas sociedades humanas. Advém como um desvio extraordinário das coisas, um acaso ou uma violência em relação ao curso ordinário das coisas, ao jogo normal da dominação”. O que é mais importante é que Rancière (1996b, p. 377) argumenta que “o universal da igualdade, da lei ou dos Direitos do Homem não está presente simplesmente como a regra à qual



o particular deve se submeter. Está presente uma segunda vez, na potência de construir casos em que ele seja singularizado, posto à prova em sua contradição". Para ele, não se trata simplesmente do exercício de "direitos da vítima que se lamenta, os direitos dos que são incapazes de fazer valer um direito. O universal em política está ligado à potência expansiva de sua singularização. Ele é colocado em funcionamento por obra de sujeitos específicos".

Esses sujeitos específicos são os sujeitos políticos, que "só existem por sua distinção em relação a qualquer grupo social", sendo constituídos pelo próprio litígio. Como escreve Rancière (1996b, p. 378):

Os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis. Existem como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto, são sempre precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização de sua parte. [...] O risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse próprio corpo.

Para Rancière (1996b, p. 372), a igualdade, que não existe diretamente na ordem social, se manifesta apenas através do dissenso, que significa "uma perturbação do sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável". De acordo com Rancière (1996a, p. 11), o dissenso e o desentendimento constituem a lógica que caracteriza a atividade e a racionalidade da política. O desentendimento se refere ao conflito entre duas pessoas que usam a mesma palavra, mas não entendem a mesma coisa: "não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa". Segundo Rancière (1996a, p. 61), "a querela não tem por objeto os conteúdos de linguagem mais ou menos transparentes ou opacos. Incide sobre



a consideração dos seres falantes como tais”. O problema para ele é saber se os sujeitos que participam da conversa falam ou apenas produzem ruído.

Assim, Rancière reformula o conceito de política em relação a noções que têm sido comumente associadas a ele, tais como a noção de consenso, que se refere à idéia que a política seja uma forma de combinar os sentimentos e interesses das pessoas que vivem juntas. Rancière (1996b, p. 374) considera que a noção de consenso seja, na verdade, a repressão do que é próprio da política, que é a racionalidade do dissenso. O que ele chama dissenso

não [é] um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para serem ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados.

Segundo Rancière (1996a, p. 48), o dissenso tem o sentido estético de tornar visível uma questão que não era visível anteriormente. É uma invenção que torna visíveis dois mundos em apenas um mundo. Por exemplo, o mundo público que vê as mulheres como pertencendo ao mundo doméstico e o mundo público que afirma que as mulheres pertencem ao mundo público.

A democracia é outro importante conceito que Rancière associa à política, lembrando-nos de que originariamente a democracia foi usada para nomear algo grotesco e impensável – o poder do povo, do *demos*. Em Atenas o *demos* era constituído pelos pobres – os que não tinham nada, nenhum valor, nem título para governar. A idéia que precisamente esse povo que não tinha título para governar devia governar era um escândalo para Platão e especialmente para os que pretendiam fazer uso de um título para governar. Platão se referia às qualidades dos que governavam e dos que eram governados referindo-se respectivamente



às diferenças entre nobres e plebeus, senhores e escravos, pais e filhos. Para Platão a democracia era considerada como uma ruptura em relação a esses pares de opostos, rompendo com o princípio de repartição natural de papéis em termos das qualidades de cada parte. Para Rancière (1996b, p. 370), a política tem sua racionalidade específica nesse escândalo da democracia. Como ele escreve:

A reciprocidade cívica das posições de governante e governado só é pensável como consequência dessa ruptura radical de toda lógica de dominação legítima. Aí se situa para mim o próprio da política, o núcleo primeiro de sua racionalidade específica. A política se apóia neste fundamento paradoxal que é a ausência de todo fundamento da dominação. Num certo sentido, a razão última da política poderia se resumir num único axioma: ninguém possui título para governar. Não há título para governar. O poder não pertence ao nascimento ou à sabedoria, à riqueza ou à antiguidade. Não pertence a ninguém. Nenhuma propriedade específica distingue os que têm vocação para governar dos que têm vocação para ser governados. A autoridade política não possui, em última instância, outro fundamento senão a pura contingência.

Rancière (1996b, p. 372) considera que o *demos* “encarna ... a parte dos que não têm parte”. Porém, ele adverte contra possíveis interpretações românticas ou populistas dessa expressão. De acordo com ele, é preciso entender seu sentido estrutural:

O povo identifica-se ao todo da comunidade política porque o todo da política como forma específica da atividade humana é a inclusão dos que não são contados, ou seja, a destituição de toda lógica da dominação legítima, de toda lógica que conta as partes que cabem a cada um em função de suas propriedades e de seus títulos.

Na filosofia política de Aristóteles o uso de palavras para comunicar define o homem como um animal político em



contraste com outros animais que produzem apenas sons. Mas, pergunta Rancière (1996b, p. 373), como reconhecemos como um discurso o som que o animal diante de nós faz com sua boca? Seu reconhecimento não é apenas natural. Ele pressupõe a subversão da ordem natural das coisas. Recusamo-nos a ouvir as palavras de quem consideramos que não pertence à comunidade política.¹⁴ Na mesma lógica de dominação, a oposição que Aristóteles estabelecia entre ordem política e ordem doméstica negava às mulheres, aos escravos e trabalhadores a posição de seres políticos por pertencerem à ordem doméstica. Rancière (1996b, p. 375) argumenta que para as mulheres mudarem essa lógica não era suficiente se deslocarem da casa para o espaço público da fábrica, mas construir uma relação entre esses dois mundos numa cena onde o princípio de igualdade que era restrito ao povo no espaço público poderia se estender para ser aplicado aos dois mundos numa discussão de um tema comum com pessoas que não consideravam as mulheres como parceiras nessa discussão. A casa, então se torna um lugar político não porque se mostra que há relações de poder ocorrendo nela, mas apenas quando ela for questionada no interior de um litígio referente à competência das mulheres de terem um espaço na comunidade. Assim, para Rancière (1996a, p. 54), a existência de relações de poder não é suficiente para se definir a presença da política. Como ele diz: “A política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos”.

A definição de política como consistindo de relações de mundos está presente na visão de Rancière (1995, p. 9) sobre a escrita. Para ele,

¹⁴ A esse respeito há uma bela passagem em *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, em que um monge e uma jovem camponesa são pegos juntos no mosteiro e são presos. Enquanto ele permanece em silêncio, ela grita palavras que não são compreendidas por nenhum dos homens perto dela. Eco escreve: “Embora ela falasse, estava como muda. Há palavras que dão poder, outras que deixam mais desamparados, e dessa espécie são as palavras vulgares dos simples, a quem o senhor não concedeu o saber exprimir-se na língua universal da sabedoria e do poder” (1994, p. 277).



a escrita é aquilo que, ao separar o enunciado da voz que o enuncia legitimamente e o leva a destino legítimo, vem embaralhar qualquer relação ordenada do *fazer*, do *ver* e do *dizer*. A perturbação teórica da escrita tem um nome político: chama-se democracia. À condição órfã do escrito sem pai corresponde o estado de uma política sem pastor nem *arquê*. Pois a democracia não é um modo particular de governo. Ela é, bem mais radicalmente, a forma da comunidade repousando sobre a circulação de algumas palavras sem corpo nem pai – povo, liberdade, igualdade... –, que determinam a esfera própria de sua manifestação, afastando qualquer relação ‘natural’ entre a ordem das palavras e a das condições.

Essa visão de democracia e escrita trazida por Rancière coincide com a contingência da história, analisada por Saar, e também com a crítica feminista de que “as coisas podem ser de outra forma¹⁵”, para usar a expressão de Haraway (2004, p. 326), em sua entrevista com Nina Lykke, Randi Markussen, e Finn Olsen. Foucault (1984, p. 14-15) também, em sua Introdução a *O uso dos prazeres*, aborda essa questão da contingência das coisas ao definir a atividade filosófica como “o trabalho crítico do pensamento sobre si mesmo” e como “tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe”. Aí Foucault vê seu trabalho como sendo parte de estudos de história, mas também como sendo “o protocolo de um exercício filosófico”, com o objetivo de “saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode libertar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente e permitir-lhe pensar de outra maneira”.

► Subjetividade nas práticas da Psicologia

Como incluir explicitamente a história e a política em nossas abordagens na Psicologia? Como não tomar como dada

¹⁵ *Things might be otherwise.*



a repartição de lugares e condições nas relações entre os seres? Como levar em consideração a constituição de nossa subjetividade permanentemente perpassada pela diferença, que, no Brasil, cria um abismo entre nós e a maioria da população? Como enfrentar em nossa prática o jogo normal da dominação de que fala Rancière, a fim de não assumirmos a função de “guardiães da ordem”, denunciada por Cecília Coimbra (1995) em seu importante estudo sobre as práticas psi durante o período da ditadura no Brasil nos anos 1970? Coimbra documentou como profissionais em psicologia e psicanálise apelaram para a neutralidade em relação ao regime autoritário enquanto usavam métodos psicológicos para ajustar os chamados “subversivos”, que eram, na verdade, pessoas que militavam contra o regime.

Esse exercício de introduzir a política e a história na Psicologia tem o sentido de pensar diferente do que estamos acostumadas/os a pensar de modo a possibilitar a transformação de nosso pensamento e da realidade. Um dos grandes desafios de nos engajarmos nesse exercício é que na Psicologia prevalece a visão do sujeito da modernidade, baseada no individualismo, que o impede de ver o privilégio que o constitui e “os milhões de seres condenados à miséria para produzirem um rico”. Trata-se de ouvir a diferença que nos constitui como sujeitos, com a qual nos deparamos em cada relação com outros sujeitos em nossa prática, e de “inventar” nossas subjetividades nesses processos, “tornando-nos uns aos outros capazes”, como sugere Haraway. Trata-se, enfim, de verificar a igualdade, atravessando esse abismo que constitui um obstáculo para mudanças realmente significativas no sistema de dominação, abismo que se sustenta no discurso da Casa Grande e Senzala, ainda vigente entre nós aqui no Brasil, país em que uma jornalista não se constrange em publicar suas suspeitas da pouca competência de médicas que “têm cara de empregada doméstica”, em que ainda se apela para a legítima defesa da honra em assassinatos de mulheres, em que



os seres trans e homossexuais são considerados anormais, em que a prática do aborto continua criminalizada, em que, enfim, predomina a divisão rígida entre papéis para meninas e meninos na socialização das crianças, como se pode observar agora nas vitrines expondo os presentes para o dia 12 de outubro, estimulando, além disso, o consumismo.

Em nosso trabalho com grupos de mulheres em instituições temos tentado trabalhar com essas noções de subjetividade, nos apoiando no trabalho de Félix Guattari (1987), que considera a subjetividade como sendo sempre de grupo. No artigo com o sugestivo título “Somos todos grupelhos”, Guattari (1987, p. 17) afirma que:

O movimento revolucionário deve [...] construir para si uma forma de subjetividade que não mais repouse sobre o indivíduo e a família conjugal. A subversão dos modelos abstratos secretados pelo capitalismo, e que continuam caucionados até agora, pela maioria dos teóricos, é um pré-requisito absoluto para o reinvestimento pelas massas de luta revolucionária.

Guattari tem nos servido de inspiração justamente porque ele insiste em articular a produção social e as produções do desejo na luta revolucionária. Rolnik associa a noção de grupelho de Guattari (1987, p. 92) ao conceito de “grupo sujeito”, que ele desenvolveu para caracterizar o grupo que “se esforça para ter um controle sobre sua conduta, tenta elucidar seu objeto, e, nesse momento, secreta os meios de sua elucidação... é ouvido e ouvido... opera o desapego a uma hierarquização das estruturas que lhe permitirá se abrir para além dos interesses do grupo”. O grupo sujeito, por outro lado, “sofre hierarquização por ocasião de seu acomodamento aos outros grupos”. Para Guattari, qualquer grupo tende a oscilar entre essas duas posições e o importante é saber que essa instabilidade existe, assim como a dos sujeitos políticos, como vimos em Rancière. Trata-se de abrir fronts para



que se mude o sujeito e as instituições, trabalho que tem que ser levado conjuntamente.

Nesse sentido, acho sugestiva a pergunta que Mário Resende (2008, p. 95) faz, encerrando seu artigo sobre mercado e práticas de consumo GLS. Considero que esta pergunta seja uma boa forma de encerrar os pensamentos que tentei desenvolver neste ensaio.

Como [...] fazer irromper a diferença no seio da uniformidade, para que o vir a ser possa sempre se descortinar em diferenças, em intensidades e não em identidades-raiz? O mundo pode revelar-se, assim, mais enigmático e ininteligível, onde todas as tentativas de organização de um quadro geral de referências identificável sucumbam diante da proliferação de sentidos, abrindo espaços para agenciamentos que culminem numa trama rizomática de devires minoritários que podem tornar esse mesmo mundo ainda mais enigmático, instável e ininteligível. E por que não?

► Referências

BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: on the discursive limits of "sex"*. London, New York: Routledge, 1993.

_____. *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

COIMBRA, Cecília. *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

DERRIDA, Jacques. [1967] *of Grammatology*. 4ª. Impressão. Tradução de Gayatri Spivak. Baltimore: The John Hopkins Univ. Press, 1980.

_____. *Margins of Philosophy*. Trad. Alan Bass. Chicago: The University of Chicago Press, 1982 (1972).

ECO, Humberto. *O Nome da Rosa*. Trad. Aurora Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 35 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.



FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Sexualité 2 L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. "A Psicologia de 1850 a 1950". In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos & Escritos*, volume I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 133-151.

_____. "É inútil revoltar-se?". In: MOTTA, Manoel Barros de (Org.). *Ditos e Escritos*. v. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 77-81.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARAWAY, Donna. "Companhias Multiespécies nas Naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo". In: MACIEL, Maria Esther (Org.). *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 389-417.

_____. "Cyborgs, Coyotes, and Dogs: a Kinship of Feminist Figurations and There are Always More Things Going on Than You Thought! Methodologies as Thinking Technologies". In: *The Haraway Reader*. New York and London: Routledge, 2004, p. 321-342.

MOUFFE, Chantal. "Por uma política de identidade nômade". *Cidadania e Feminismo*. Tradução de Mônica Mansour. Brasil, México: Edição Especial, 1999. p. 266-275.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene, "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, 1º. semestre 2002.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramallete et al. São Paulo: Editora 34, , 1995.

_____. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996 a.

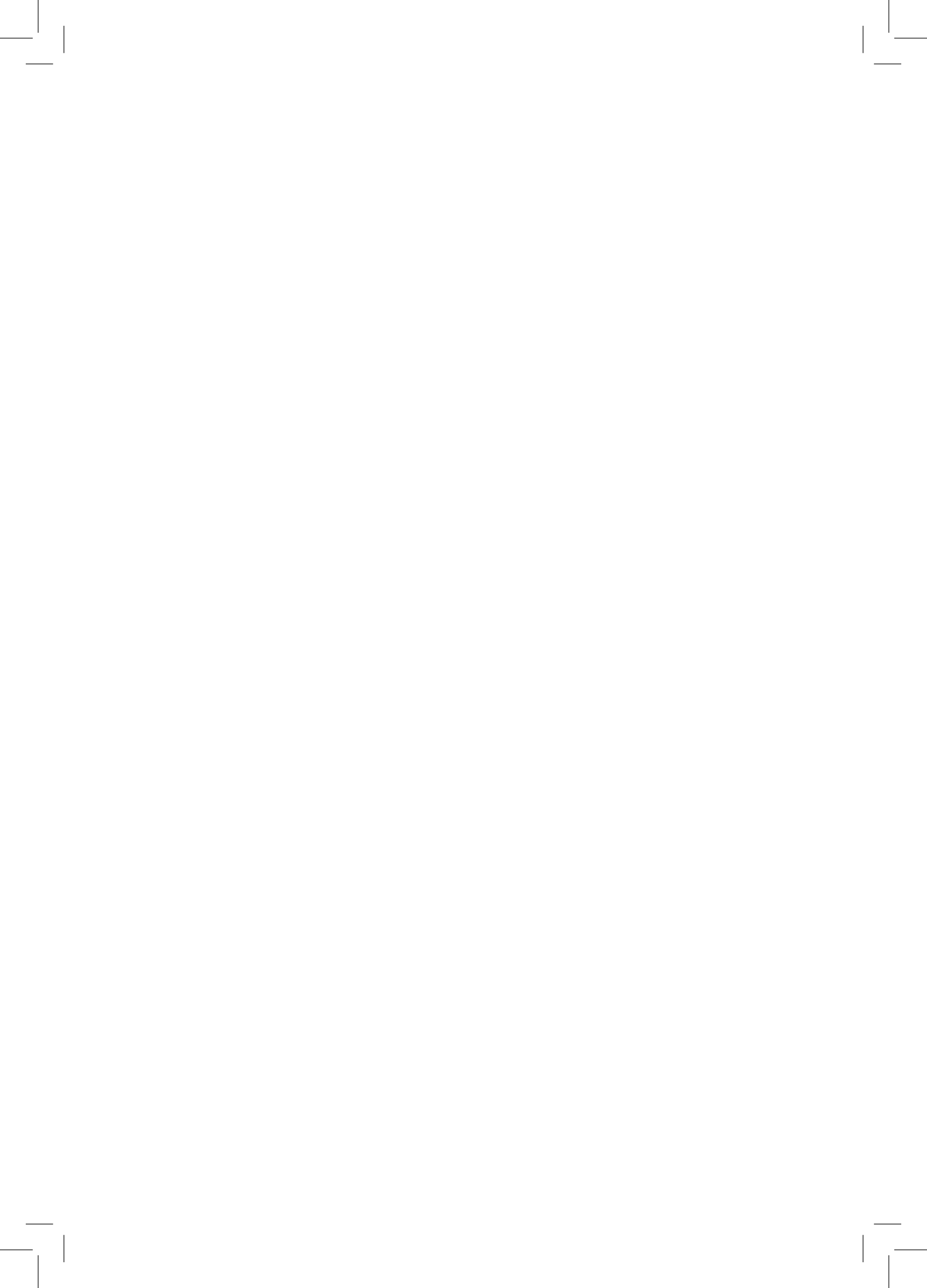
_____. "O dissenso". In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. p. 367-382.



RESENDE, Mário. "Movimentações políticas e discursivas em torno da segmentação do mercado de consumo GLS. In: LAGO, Mara et alii (Orgs.). *Gênero e pesquisa em Psicologia Social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 91-96.

ROLNIK, Suely. "Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia", In: SPINK, Mary Jane (Org.). *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 157-176.

SAAR, Martin. "Genealogy and Subjectivity". *European Journal of Philosophy*, v. 10, n. 2, Blackwell Publishers LTD, p. 231-245, 2002.



CONTRA A PSICOLOGIA DO SACERDÓCIO: A VIDA QUE SANGRA, PULSA, VIBRA



William Siqueira Peres

Em uma das passagens do livro *Sujeitos Nômades*, Rosi Braidoti (2000) problematiza a respeito da crise e decadência do sistema clássico de representação do sujeito, em suas interfaces sociais, epistemológicas, éticas e políticas, que coloca sob suspeita a manutenção de premissas teóricas e metodológicas que são demarcadas pelos regimes de verdades binários e universalistas, intensamente influenciados pela heteronormatividade e falocentrismo, e, que se aproxima das atribuições dadas por Gilles Deleuze (1976) como efeitos - consequências produzidas por sistemas de pensamentos sedentários.

Problematizar a respeito da produção dos pensamentos implica em privilegiar a idéia de que assim como os discursos trazem embutidos linhas duras de subjetivação normatizadoras que produzem modos indivíduos (território existencial totalizado) e linhas de fugas de subjetivação singularizadora que produzem modos sujeitos nômades (território em construção permanente), e que duelam o tempo todo com o acaso para compor os modos sujeitos de ser, existem movimentos de composição dos pensamentos que se fazem através da codificação de imagens que



tanto podem estar carregadas de signos de disciplinas e regulações como pode se mostrar como fragmentos de multiplicidades em vias de estilização da existência.

Há uma luta entre os componentes de subjetivação que se alternam na composição dos sujeitos com probabilidades dos processos normatizadores prevalecerem dadas as engenhocas perspicazes das ações disciplinares do biopoder e as biopolíticas regulatórias dos prazeres que tendem em uma perspectiva binária e universalista de impor regimes de verdades que forjam crenças que se restringem às escalas classificatórias impostas pelos essencialismos biológicos e psíquicos, privilegiando os modos sedentários de pensar os mundos, os outros e o si.

Uma das demarcações influentes na composição dos sistemas sedentários de pensamento nos remete as problematizações estabelecidas sobre o conceito de ilustração, que se associa à idéia de que somente será possível alcançar o sucesso/progresso e a liberdade às pessoas que souberem e conseguirem fazer o uso adequado da razão; esse uso adequado implica em uma configuração de modos de pensar que se efetiva através de regimes binários e universalistas que se limitam à lógica da racionalidade heteronormativa e falocêntrica.

Essa perspectiva sedentária de pensamento se mostra como parceira na efetivação de modos de subjetivação restritos ao modo indivíduo, ou seja, na produção de corpos restritos a padrões normativos disciplinares e regulatórios determinantes na autorização de certas práticas, que aliadas aos fundamentalismos religiosos, biológicos e psíquicos, fomentam e mantêm sistemas sociais, sexuais, raciais, políticos, culturais e de gêneros em escalas de desigualdades e de abjeção impeditiva de acesso de direitos a ter direitos das pessoas dissidentes dos imperativos da norma, ou seja, de acesso à cidadania.

Esses processos de subjetivação individualizadora-normatizadora apesar de muitas vezes se mostrar como absoluta e



universal se esbarra em outros processos que também participam da feitura dos sujeitos em uma perspectiva que dá passagem para que devires outros produzam expressões humanas diversas e que indicam de uma vez por todas que o ser humano, ao contrário dos processos de subjetivação individualizadora, que toma o sujeito como tendo um único corpo, um único sexo, um único gênero, um único psiquismo, se compõe pela multiplicidade, pela diversidade que atesta a diferença em sua positividade.

O momento atual nos remete a problematizações a respeito dos movimentos sociais, assim como de globalização em que os processos sociais, políticos e emancipatórios têm colocado em tela diversas expressões sexuais e de gênero que estavam invisíveis e que vêm conquistando espaços e reivindicando direitos; essa emergência de novas expressões existenciais coloca em oposição valores, sentidos e significados que se mostravam pertinentes em outros momentos sócio-históricos e que na atualidade solicita revisões, ampliações e criações de novos saberes, poderes e prazeres.

Trata-se de um momento de crise dos paradigmas frente às novas desterritorializações dos padrões normativos dos modos de viver; aqui parece que a ideia de transcontemporaneidade problematizada por Rosi Braidotti pode ser bastante procedente.

Essa transcontemporaneidade, diria Braidotti (2009, p. 20):

Indica una transferencia intertextual que atraviesa fronteras, transversal, en el sentido de un salto desde un código, un campo o un eje a otro, no meramente en el modo cuantitativo de multiplicidades plurales sino, antes bien, en el sentido cualitativo de multiplicidades complejas. No se trata sólo de entretejer diferentes hebras, las variaciones sobre un tema (textual o musical), sino también y más precisamente de interpretar la positividad de la diferencia como un tema específico en si mismo.

Nesta perspectiva, palavras como transformação, trânsitos, transgêneros, transexualidades, transgressão, mudanças ganham



outros contornos, valores e significação afinados pela emergência de sua positivação, a emergência da diferença da diferença.

Mas, a força eminente dos processos de normatização em sintonia com a cristandade, com os regimes de verdades universais e as estruturas sedentárias de pensamento resistem a colocar seus pressupostos em análise e flexibilizar seus posicionamentos de modo a acompanhar o bonde da história e a emergência de novos modos de existencialização, produzindo embates de forças radicais diante do reconhecimento e respeito às diferenças humanas, de sua transitoriedade afirmativa da vida, o que favorece a crise dos paradigmas científicos, morais, éticos, religiosos e existenciais.

Essas crises a respeito das ilustrações do sujeito colocam em tela urgências de problematizações a respeito dos processos de subjetivação em ação que participam da feitura dos corpos, sexos, gêneros, desejos, práticas sexuais, mas também, da construção de modos de percepção, de sensação, de pensamentos e de sensibilidades implícitas na efetivação de performances inteligíveis e coerentes com as premissas e modelos impostos pelas ações disciplinares do biopoder e suas respectivas biopolíticas regulatórias do prazer.

Diante desse panorama queremos trazer algumas problematizações a respeito das posições e de como certa psicologia e suas práticas se situam e de como contribuem para o exercício político e emancipatório diante das expressões sexuais e de gênero que tem ganhado visibilidade no cenário transcontemporâneo, de como contribui para o exercício de respeito à diferença humana e de promoção dos direitos sexuais e humanos; mas, também, e principalmente de como muitas das vezes se posiciona no sentido contrário revelando-se retrógrada e estacionada em tempos históricos distantes da realidade que se apresenta viva, criativa e potente.

Entre tantas linhas possíveis de problematização a respeito da posição de certa psicologia a respeito dos modos que concebe,



recebe e encaminha as questões sobre as diversidades sexuais e de gênero, nos deparamos com três eixos que embora possam parecer distintos se mesclam o tempo todo em um tom de complementação: a formação profissional, os programas teóricos e metodológicos e as práticas de intervenção.

Os três eixos são atravessados por discursos que se orientam pelas estruturas de pensamentos sedentários marcados por concepções binárias e universalistas ainda aprisionadas ao referencial identitário, que cai na armadilha da crença de um corpo único, sexo único, gênero único, desejo único, aparelho psíquico único, negando definitivamente a potência criadora de vida que é inerente a todo ser vivo como diverso, múltiplo e polifônico.

Orientados por Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998) somos levados a considerar que o ser humano não se limita mera e simplesmente a uma estrutura e muito menos a uma configuração monolítica de funcionamento psicossocial heterocentrado e falocêntrico, mas se constitui como multiplicidades de devires em ação que se processa pelo viés da heterogeneidade e da polifonia dos discursos, que ora normatiza, ora singulariza em uma processualidade rizomática, intempestiva e oscilante.

Seguindo essa perspectiva pensamos colocar em análise um dos baluartes centrais na composição das teorias e metodologias predominantes no ensino e na prática da psicologia: a noção de identidade.

A referência identitária se apresenta como um marcador psicossocial político que restringe o ser humano à idéia de estrutura, a uma configuração fechada e totalizada que nega a concepção da diversidade humana no humano, da diferença em sua positividade, ou seja, limita o indivíduo ao ritual personalístico e rígido que o obriga a ser vigilante consigo mesmo, no sentido de promover autocontrole, autogoverno de si para fixar-se e ser reconhecido dentro do padrão normativo restrito à heterossexualidade procriativa imperativa de base falocêntrica.



Um dos grandes dispositivos disciplinares e de controle se efetiva pela ordem dos discursos que determina padrões psicossociais de relações e seus respectivos modos de percepção do mundo, as atribuições de valores dadas as sensações, pensamentos e desejos, de regulação dos corpos e seus prazeres, de redução da vida a padrões normativos de contenção, regulação e manutenção dos modelos hierárquicos disponíveis. Entre os discursos que participam dos processos de subjetivação Michel Foucault (1996) coloca em evidência alguns discursos que ele denomina “discursos imperativos” responsáveis pelas determinações que nos dizem, “faça assim”, “fique ali”, “não fale com qualquer um”, “defenda isso”, “ não seja assim”. “brigue por aquilo”.

Evidentemente que muitos discursos e práticas do faça assim e não ao contrário de certa psicologia contribuem para que os modos de normatização imperativos que determinam padrões ascéticos, moralistas e conservadores que reificam as ações disciplinares do biopoder e as regulações biopolíticas sejam efetivadas, de modo a dar manutenção para que as pessoas se adaptem aos modelos fascistas de existencialização; parece haver certo prazer em alguns psicólogos e psicólogas em estratificar as subjetividades de resistência e reduzi-las aos padrões normativos e calar as vozes da diferença que pede passagem para poder exercer o seu direito fundamental à singularidade, de expressar o seu desejo de ser, estar e circular no mundo de acordo com seu projeto de felicidade nômade.

O vício e a dependência de certa teoria psicológica e a prática orientada pelo marcador psicossocial da identidade se mostram caducos diante da emergência da transcontemporaneidade e, diante dessa configuração, certa Psicologia precisa ampliar seu escopo teórico e metodológico para que não caia no descrédito e na banalização de uma prática equivocada diante da vida e suas vicissitudes, distanciando-se do lugar restrito a um “modo Carolina”, parafraseando a frase de Chico Buarque,



que em uma de suas composições nos alertou sobre o tempo que passa na janela, “e só Carolina não viu”, traduzido por *e só a psicologia não viu*.

É preciso colocar em questão a necessidade de uma crítica mais incisiva que denuncie as limitações dos essencialismos biológicos e reducionismos psíquicos e promover posições políticas em que a psicologia possa não só denunciar as violações dos direitos sexuais e humanos, mas que se comprometa com sua função emancipatória de valorização e respeito das expressões sexuais e de gêneros dentro de uma visão ampliada e positiva do ser humano enquanto diversidades, multiplicidades, diferença da diferença.

Promover uma problematização crítica dentro da própria psicologia a respeito de seus cânones teóricos e metodológicos e suas interfaces com a diversidade sexual não significa compor um tribunal em que teorias e práticas se acusem e se defendam das críticas, mas que se abra para novas conexões em que o respeito pelas diferenças das diferenças humanas seja possível de modo a positivá-las como estilísticas da existência e não como identidades totalizadas, putrefatas e patológicas.

Para realizar uma problematização ampliada vou me orientar por algumas questões advindas do campo da filosofia, mais especificamente a filosofia do martelo nietzschiana, quando realiza a genealogia da moral, assim como alguns diálogos com Gilles Deleuze entre outros.

Embora estejamos problematizando sobre as interfaces entre a psicologia e sua relação com a diversidade sexual e de gênero, os mapeamentos que se seguem servem para problematizar a respeito da psicologia e suas práticas diversas; permitem problematizar o modo como psicólogas e psicólogos tiveram a emergência de seus modos, posturas e posições políticas diante da vida e de suas multiplicidades humanas existenciais. Assim como permitem analisar o modo como efetivaram as ações de suas práticas profissionais e suas proveniências; trata-se de clarificar sobre o viés político que efetiva os lugares e as práticas da Psicologia.



Friedrich Nietzsche (1987), em sua obra *Genealogia da Moral*, mais precisamente na *Primeira Dissertação “Bom e mau”, “bom e ruim”*, logo em seu início nos alerta:

Esses psicólogos ingleses, aos quais até agora devemos as únicas tentativas de reconstruir a gênese da moral – em si mesmos eles representam um enigma nada pequeno; e é como enigma em carne e osso, devo admitir, que eles possuem uma vantagem essencial sobre os seus livros – eles são interessantes. Esses psicólogos ingleses – que querem eles afinal? Voluntariamente ou não, estão sempre aplicados à mesma tarefa, ou seja, colocar em evidencia a *partie honteuse* (o lado vergonhoso) de nosso mundo interior, e procurar o elemento operante, normativo, decisivo para o desenvolvimento, justamente ali onde nosso orgulho intelectual menos desejaria encontrá-lo (por exemplo, na *vis inertiae* [força da inércia] do hábito, na faculdade do esquecimento, numa cega e causal engrenagem ou trama de idéias, ou em algo puramente passivo, automático, reflexo, molecular e fundamentalmente estúpido) – o que impele esses psicólogos nesta direção? Seria um segredo, pérfido, vulgar, a si mesmo talvez inconfesso instinto de apequenamento do homem? Ou, digamos, uma suspicácia pessimista, a desconfiança de idealistas desencantados, ensombrecidos, enfim venenosos e enraivecidos? Ou um certo desamor e rancor subterrâneo pelo cristianismo (e a Platão), que talvez não tenha sequer alcançado o limiar da consciência? Ou mesmo um gosto lascivo pelo que é estranho, dolorosamente paradoxal, problemático e absurdo para a existência? Ou, por fim – de tudo alguma coisa, um pouco de vulgaridade, um pouco de pessimismo, um pouco de anticristianismo, um pouco de comichão e gosto por pimenta?... Mas ouço dizer que não passam de velhos sapos, frios e aborrecidos, pulando e se arrastando dentro e em torno do homem, como se nele estivessem em seu elemento, isto é, num pântano. Ouço isso com relutância, mais ainda, com descrença; e se nos é permitido desejar, quando não podemos saber, então desejo de coração que se dê precisamente o oposto – que esses pesquisadores e



microscopistas da alma sejam na verdade criaturas valentes, magnânimas e orgulhosas, que saibam manter em xeque seu coração e sua dor, e que se tenham cultivado a ponto de sacrificar qualquer desejo à verdade, a *toda* verdade, até mesmo a verdade chã, acre, feia, repulsiva, amoral, acristã... Porque existem tais verdades. (NIETZSCHE, 1987, p. 20-21).

Apesar de se tratar de problematizações que datam de 1887 (primeira edição em alemão), parece que a pertinência e veracidade dessas figurações se mostram pertinentes e propositivas de serem re-colocadas para a discussão transcontemporânea, pois, para certa psicologia em exercício, ainda hoje parece que a vida se manteve do mesmo modo que 126 anos atrás e os valores, sentidos e narratividades atribuídos a existência humana ainda se mantivessem aprisionados as lógicas de percepção, sensação, pensamentos e práticas do século XIX, se orientando pelo mesmos pressupostos teóricos e metodológicos, aqui, coloco em evidência as referências psicopatológicas restritas aos manuais nosográficos que se orientam pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais em sua dimensão heteronormativa e falocêntrica.

Dentro da crítica nietzschiana, o que entra em questão diz respeito ao modo de vida que certa psicologia politicamente esclarecida e suas atrizes e atores psi pretende fazer com a vida das pessoas e suas modulações existenciais, se fincará posição como regulação biopolítica do psiquismo e do estado – Felix Guattari e Suely Rolnik (1986) os definem como “meganhas do psiquismo” – ou se querem dar passagens para a expressão da diversidade humana e seus projetos singulares de emancipação, em uma perspectiva positiva e solidária da diferença e da promoção e respeito da dignidade humana.

Essa posição restrita de certa psicologia de referencia, defesa e manutenção dos modos de disciplina dos corpos e de regulação dos prazeres precisa ser debatida dentro dos espaços de



formação acadêmica, de modo a promover revisão conceitual e metodológica que possa afinar a psicologia com atualização de suas posições em consonância com a emergência de novas expressões sexuais e de gêneros na transcontemporaneidade, sempre em interfaces com outros marcadores psicossociais, tais como, classe social, raça/cor, etnias, sexo, sexualidades, orientação sexual, geração, estilos de vida. É preciso conectar-se diretamente com a vida.

A consolidação de uma psicologia restrita à demarcação do corpo e sua estruturação bio-psico-social como única, padronizados pela heteronormatividade e pelo falocentrismo engessa as práticas das psicólogas e dos psicólogos, e, seguindo as problematizações nietzschianas, nos remeteria a delimitação de uma psicologia comprometida com as determinações de sacerdócio, comprometidas com ascetismos e higienismos que destroem a possibilidade de tomar a vida como valor maior.

Nietzsche (1987) nos alerta que há uma tendência de formação de castas sociais que de certa forma controlam e regulam qualquer tentativa da vida se efetivar como potência criativa, como fluxo intempestivo que busca a vida de forma ampliada, vibrátil e intensa, para submetê-la a reatividade que enfraquece e despotencializa a vida, o que por sua vez facilitaria a emergência, manutenção e continuidade de indivíduos dóceis, úteis, servís e cristãos; essa posição é anunciada como psicologia limitada às premissas sacerdotais.

A psicologia sacerdotal seria uma das grandes responsáveis pela transmutação de experiências concretas vividas em interioridades, tomando as teorias representacionais e os dogmas do cristianismo como fundantes de valores e princípios que enfraquecem as expressões de existências que criam novas possibilidades de vida, impondo a todo custo classificações, diagnósticos, tratamentos e curas das dissidências às normas e padrões estabelecidos como regimes de verdades; em conjunto e cumplicidade



com outros dispositivos regulatórios é possível cartografar abismos e oposições nas conexões humanas que enfraquecem a vida e a torna prisioneira da moral do escravo.

Como tentativa possível de ilustrar os modos de funcionamentos da proposta sacerdotal – aquela que arrebanha as diferenças em uma prisão identitária ascética – talvez não seja tão importante delimitar as causas, mas problematizar a respeito dos efeitos produzidos, de certo comprometimento desse modo sacerdotal de certos Psicólogos e Psicólogas que insistem na manutenção dos sistemas de subjetivação restritos à lógica binária e universalizante da patologização das dissidências de corpos, sexos, gêneros, desejos e estilos de vida.

O Psicólogo/Psicóloga sacerdote se orienta pela prática dos manuais, pelas receitas prontas dos modos de viver que foram prescritos por ocasião dos fins do século XIX, restritos aos regimes de valores e de verdades daquele tempo, expressando suas fraquezas e medos diante de novas expressões estéticas, sexuais e de gêneros, pois, como não as encontram em seus manuais e bíblias de referências entram em confusão mental e atuam com truculências e reducionismos insanos; ao invés de potencializar as diversas vidas que se apresentam a sua frente, as enfraquecem e as enquadram em rituais de contenção dos corpos, dos desejos e dos prazeres, reificando e dando manutenção ao sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, que se orienta pela idéia de que se uma pessoa nasce com corpo/sexo de macho, seu gênero será masculino, seu desejo será heterossexual e sua prática sexual ativa; se por acaso nasce com corpo/sexo de fêmea, seu gênero será feminino e sua prática sexual passiva; qualquer alteração desse modelo perde inteligibilidade e coerência para os sacerdotes da Psicologia, e daí, para patologizar e excluir é muito simples.

A Psicologia do sacerdócio é demarcada pela lógica do ressentimento, isto é, pela negação da potencia da vida que se afirma como alegre e guerreira, logo como diferença, que quando se



depara com estilos de vida que afirmam a sua potencia e liberdade imediatamente sente a necessidade de aprisionamento, ou seja, na prática da Psicologia Sacerdotal emerge a dimensão “sapo”, apontada por Nietzsche ao se referir aos psicólogos ingleses, em que os psicólogos e psicólogas se mostram frios e entediados.

Essa posição sacerdotal afirma um total descaso para as dissidências de corpos, sexos, gêneros, e outros marcadores estigmatizantes que impedem às pessoas dissidentes terem direitos e acesso à cidadania, de ter direito de participação nas tomadas de decisão da sociedade; isto, por sua vez, denota uma Psicologia comprometida com a manutenção das desigualdades sociais, sexuais e de gêneros, mostrando-se, portanto, aliada ao Estado neoliberal e fascista que nega o direito à vida as pessoas que romperam com os padrões impostos de verdades normativas e regulatórias do Estado.

Contra a Psicologia Sacerdotal apresentamos a proposta de uma Psicologia Queer, uma Psicologia nômade que se orienta por um viés político emancipatório e de expansão e potencialização da vida, que, positiva as diferenças e o direito fundamental à singularidade.

Uma Psicologia que se propõe Queer se afastará das análises totalizadoras e reducionistas provindas dos sistemas binários, sedentários e universalistas de pensamentos e se aproximará de análises geopolíticas contextualizadas e situadas que ampliem as referências e as tomem sempre como processuais e provisórias.

Para tanto, promoverá a desconstrução dos sistemas de pensamentos binários e sedentários, imagens e discursos capturados pela lógica normativa; mapeará conflitos existentes entre as estratégias de resistências e a dominação psicossocial, política e cultural; priorizará e positivará os enfrentamentos ao poder que facilitam passagens para a potência do novo, que promovam a expansão da vida; facilitará a emergência de novos sujeitos emancipados, destacando sua posição política de direitos a ter



direitos, distanciados dos reducionismos conceituais da Psicologia do Sacerdócio e dos manuais.

Essas demarcações teóricas ajudam a **pensar uma Psicologia Queer** e a traçar possíveis problematizações:

- Desfazer o binarismo sexual e de gênero, heteronormatizado e falocêntrico;
- Desterritorializar os territórios sexualizados e gendrados através da decodificação dos códigos que dão inteligibilidade para os estereótipos de classe, raça, sexualidade, sexo, gênero, orientação sexual etc.; e,
- Assumir posições políticas emancipatórias de respeito às diferenças e de positivação da criatividade humana e de estilísticas da existência, ampliando as ações da Psicologia em defesa da vida como valor maior.

Problematizar a respeito da emergência de novos corpos e novas expressões sexuais e de gênero em tempo real, significa ampliar as referências teóricas e metodológicas psi de modo a promover conexões com a realidade e cartografar novas linhas de subjetivação que participam da produção de novos sujeitos, novos corpos, novos sexos, novos gêneros, novos desejos e estilos de vida.

► Referências

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos Nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BRAIDOTTI, Rosi. *Transposiciones: sobre la ética nómade*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.



GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, 1986.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

The image features a dark grey background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned diagonally across the frame. In the lower right quadrant, the text 'FEMINISMOS, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE' is displayed in a bold, white, sans-serif font, arranged in three stacked lines.

**FEMINISMOS,
EDUCAÇÃO E
DIVERSIDADE**



O JORNALÍSTICO, O CIENTÍFICO E O PEDAGÓGICO NAS TESSITURAS DO CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMO



Carla Giovana Cabral¹

*contra o prédio cinza
uma só flor
e todas as cores*

(Por Alice Ruiz em *Haikais*, 2003).

Desde o ano de 2009, tenho tido a oportunidade de contribuir com uma ação oriunda de política pública que muito tem enriquecido minha trajetória acadêmica e reflexões feministas. Refiro-me à Formação de Professores/as em Gênero e Diversidade na Escola, iniciativa que tem se traduzido em cursos semipresenciais de formação continuada com cerca de 200 horas, possíveis graças à efetiva contribuição de docentes de instituições de ensino superior públicas na sensibilização de milhares de professores/as da Educação Básica de inúmeras cidades brasileiras

¹ Agradeço à Comissão Organizadora do Seminário Internacional Fazendo Gênero pela oportunidade de compartilhar minhas reflexões neste livro.



em temáticas, tais como diversidade, gênero, orientação sexual, sexualidade e relações étnico-raciais,

Essa experiência me levou a prestar mais atenção à relação entre a academia e a escola, como os discursos acadêmicos sobre gênero e feminismo ecoavam no cotidiano de formação propriamente dito; de que maneira o material didático alcançava os objetivos de sensibilização; e de forma mais latente, como se processava a articulação dos discursos acadêmicos com as demandas da escola na produção de novos discursos, aulas a distância, encontros presenciais, construção de materiais didáticos, entre outras coisas.

As reflexões que aqui grafo não tem o objetivo de oferecer respostas a essas questões, mas de pontuar aspectos que podem iluminar esse caminho reflexivo, o que, parece-me, tem exigido um esforço coletivo, algo no sentido de relevar “afinidades”, como disse Donna Haraway (2009, p. 33-118).

Assim, passei a pensar na constituição do campo dos estudos de gênero e feminismo no Brasil, em seus primórdios, nas reivindicações feministas por meio do discurso jornalístico; na produção do conhecimento científico e sua publicação em periódicos; na relação desses discursos com um outro – que chamo, ainda que provisoriamente, de pedagógico – na constituição do campo e nas implicações que isso tem no que toca às hierarquias entre saberes, por exemplo, e na construção de uma ação dialógica e militante.

Neste texto, sintetizo e, em parte, dou continuidade, mesmo que ainda preliminarmente, a reflexões que outrora iniciei²

² CABRAL, Carla Giovana. Gênero e diversidade na escola: vivências e experiências na formação de professores/as da educação básica brasileira. In: *Pensando gênero e ciências*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009/2010. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. CABRAL, Carla Giovana. Percursos e discursos na construção de ua igualdade de gênero na escola. In: CASAGRANDE, Lndamir S.; LUZ, Nanci Sancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. *Igualdade na diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia*. Curitiba: UTFRP, p. 177-186.



sobre a contribuição e algumas especificidades dos discursos jornalístico, científico e pedagógico na construção do campo dos Estudos de Gênero e Feminismo. Também convido a refletir comigo sobre o papel que as universidades públicas brasileiras têm no que tange à extensão de suas produções e como uma ação dialógica entre diferentes saberes pode contribuir para uma sociedade mais igual e justa.

► Feminismos, discursos

Diferentes tipos de discurso têm construído o feminismo e o campo dos estudos de gênero no Brasil. Isso implica considerar também diferentes objetivos, alcances, públicos e publicações, histórica e socialmente situados. Na segunda metade da década de 1970 e início da de 1980, jornais como o *Mulherio*, *Nós Mulheres e Brasil Mulher* participaram de um diálogo feminista, de reivindicação de direitos, de ideias consideradas progressistas para a época.

Um pouco depois, nas décadas de 1990 e 2000, o surgimento de publicações científicas, como a *Revista Estudos Feministas*, *Pagu* e *Gênero* foi crucial para a chamada institucionalização do campo dos estudos de gênero e feminismo, provando quanto de espaço havia para temáticas afins (COSTA, 2008, p. 131; GROSSI, 2004).

A criação dessas revistas possibilitou um espaço privilegiado de circulação do conhecimento produzido em nosso campo e uma maneira de propagação de saber diferente daquela propiciada pelos jornais feministas. Trata-se de uma circulação de saber própria do conhecimento científico e suas especificidades, em termos de, por exemplo, validação social no âmbito das comunidades científicas ou nos círculos esotéricos (FLECK, 2010) concernentes a uma determinada área. Em outras palavras, diferente dos jornais feministas da década de 1970, as publicações científicas não são voltadas a um público não especializado, e



seus objetivos, muitas vezes, não se relacionam diretamente com a informação ou formação de opinião, mas, como dito, como a socialização e a validação de um saber, suas verdades, pelos pares, ou seja, pelos especialistas da área.

Percurso um pouco mais essa questão do discurso jornalístico a partir do interessante depoimento de Mariza Corrêa sobre a sua história de vida e as confluências com o campo dos estudos de gênero e feminismo. Relevo o papel que esses periódicos tiveram na reivindicação das mulheres por direitos, no contexto da segunda onda do feminismo. Perpasso ainda questões relacionadas à produção de saber científico pelas feministas brasileiras, e chego a uma questão em curso nesses primeiros decênios do século 20, que é a circulação do conhecimento e das experiências feministas no contexto escolar e a possibilidade de produção de um outro saber, igualmente transformador, calcado em outras narrativas e experiências.

► **Jornais, militância, direitos**

Uma das questões importantes pontuadas por Mariza Corrêa no texto em que narra sua trajetória feminista foi a articulação entre diferentes movimentos sociais na década de 1970. Ela se refere à ligação que havia entre os movimentos feministas, populares de luta pela moradia, reivindicação por construção de creches em fábricas, nas universidades, movimentos políticos, ainda pela anistia de presos políticos, direito dos indígenas pela terra, contra o racismo e dos homossexuais. No princípio daquela década, no Brasil, vivenciamos os piores momentos da ditadura militar, sua ação repressiva, o que se traduzia em censura a jornais, dissolução de partidos e cassação de direitos políticos. Segundo Mariza (2001, p. 14), nesse cenário, os movimentos sociais, e também o movimento feminista, apoiavam-se,



muitas vezes em partidos políticos como o partido Comunista e instituições como a Igreja.

Após defender o mestrado, em 1975, Mariza foi trabalhar no jornal feminista *Nós Mulheres*, que havia sido fundado por um grupo de mulheres que costumava reunir-se em um espaço onde se produzia uma revista cultural de resistência à ditadura (CORRÊA, 2001, p. 16). Segundo ela, esses eram grupos bastante “atravessados por dissensões políticas quanto quaisquer outros”. Ela se refere a “lealdades” diversificadas, quais sejam em relação à Igreja, ao Partido Comunista ou mesmo à universidade.

Assim, uma das questões que reiteradamente aparecia nas nossas discussões era a clivagem entre militantes e pesquisadoras, clivagem que se tornou importante à medida que a pesquisa sobre a situação da mulher no país ganhou preeminência sobre os movimentos de mulheres. (CORRÊA, 2001, p. 17).

O trabalho no jornal *Nós Mulheres* (1976-1978) era praticamente voluntário e essa característica acabou desaglutinando muitas das mulheres que participavam de sua elaboração. Houve desencontros, mas também reencontros, em outros grupos ou instituições, caso da Fundação Carlos Chagas.

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj relatam que a Fundação Carlos Chagas, “além da destacada reputação e boa infraestrutura organizacional e de comunicação, era a instituição mais bem informada sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas no país nesta área temática” (1999, p. 6).

Com um outra característica e financiamento de instituição estrangeira, a Fundação Ford, na década seguinte outro jornal feminista foi criado, o *Mulherio* (1981-1987). De acordo com Mariza, este era mais profissional, suas matérias eram assinadas e havia equipe técnica.

Cláudia Nichnig, ao pesquisar periódicos feministas publicados nas décadas de 1970 e 1980 verificou que as temáticas



relacionadas ao trabalho das mulheres tinha destaque. Em 1970, segundo Cláudia, o acesso massivo das mulheres ao mercado de trabalho não se deu sem contestações em torno das diversas formas de discriminação que paralelamente emergiam, desde receber salário inferior aos colegas homens, vivenciar cotidianamente péssimas condições de trabalho, sofrer com a ausência de proteção, entre outras. Nesse contexto de lutas, com forte influência do pensamento marxista, o trabalho passa a ser considerado um espaço de tomada de consciência, uma “uma consciência mais ampla de uma opressão” que não estava a depender somente da vida pessoal das mulheres. Em outra direção, buscava-se também deslocar o que até então era visto como um problema privado para a esfera pública (KARTCHEVISKY, 1986, p. 15, apud NICHNIG, 2013, p. 39).

Havia lutas para reivindicar os direitos das mulheres e também visibilizar o seu trabalho, não apenas aquele assalariado, mas também o que era realizado na esfera privada, ou seja, em suas próprias casas (NICHNIG, 2013, p. 41). De certa forma, esse contexto banhava os discursos produzidos pelos periódicos feministas como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Cláudia Nichnig considerou que havia uma predominância do chamado feminismo da igualdade porque as reivindicações em geral tratavam de exigir direitos iguais aos homens. Porém, há também uma presença do feminismo da diferença, quando “pretende que a legislação trabalhista observe as especificidades das mulheres, que são, portanto, merecedoras de uma legislação protecionistas que lhes garanta direitos diferenciados” (2013, p. 41-42).

Com novas linguagens e um olhar para a “difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas com a condição das mulheres” (LEITE, 2003, p. 234), esses jornais e seus princípios coadunavam com a imprensa “democrática” da época. Tinha, segundo essa autora, formato tablóide, tiragem irregular



e circulação restrita e vendidos em banca, embora a comercialização entre militantes fosse mais corriqueira³.

Segundo Leite, é na fase de “maior efervescência política e abrandamento da censura” que a imprensa denominada alternativa cresce e surgem jornais feministas, tais como o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Esses jornais trouxeram inovações, não apenas na linguagem, mas nas reivindicações e propostas e na maneira de divulgar uma visão de mundo e uma nova concepção de política também (ARAÚJO, 2000, p. 159 apud LEITE, 2003).

Se um dos caminhos da política alternativa era buscar unir público e privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; levar em conta e politizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; dar importância à transformação do cotidiano e às questões domésticas do dia a dia; falar de amor e sexo, de dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, valorizando as experiências pessoais, o vivido, a troca dessas experiências – o movimento feminista e a sua imprensa são os melhores exemplos dessa concepção de política. (ARAÚJO, 2000, p. 160 apud LEITE, 2003, p. 235).

O discurso assumido por jornais como o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* entrelaça uma série de assuntos relacionados à “subjetividade, ao indivíduo”, algo que Leite (2003) interpreta como a politização do cotidiano das mulheres de esquerda, a busca por novas formas de expressão, a crítica às relações verticalizadas, hierarquizadas e burocratizadas que estavam presentes nas práticas da esquerda mais tradicional.

Dentre os temas de caráter mais geral abordados pelos dois periódicos destacam-se eleições (período 1976-1978), o Movimento

³ Diferentes tipos de jornais e com diversidade de tendências políticas representavam essa imprensa alternativa, por exemplo, *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, que mostravam um conteúdo fundamentalmente político; periódicos, tais como *Versus*, *Ovelha Negra*, *Lampião* e *De Fato* dedicavam-se a informações e questões voltadas à orientação sexual e ideologia.



pela Anistia e campanhas contra a carestia e creches. Os mais específicos tratavam dos direitos reprodutivos da mulher (pílulas anticoncepcionais, planejamento familiar, sexualidade e aborto), creche e organização popular das mulheres, a mulher e o trabalho (salários diferenciados, discriminação no cotidiano do trabalho, direitos trabalhistas, trabalho noturno, profissionalização para as mulheres etc.).

Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu próprio espaço de representação e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas com o convívio familiar, a intimidade, a sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos etc., introduzindo-as no movimento popular. (LEITE, 2003, p. 238).

É no *Nós Mulheres* que a inovação linguística, com o uso da primeira pessoa do plural – nós – busca um diálogo com seu público-alvo e a construção de uma identidade coletiva, muito diferente da linguagem impessoal em terceira pessoa que é tradicional nos textos jornalísticos e que busca marcar uma certa objetividade na elaboração do texto e um conseqüente distanciamento de quem escreve para aquele que lê. Isso não envolve apenas questões óbvias de autoria, mas de autoridade.

O uso da primeira pessoa do plural destrói, em parte, a autoridade do autor que fala para um outro; outrossim, conclama a quem lê uma espécie de reconstrução de sua própria experiência a partir da experiência narrativa de um outro: dialogicidade⁴.

A preocupação com questões relacionadas à educação de meninos e meninas já está presente no editorial do número inaugural do *Nós Mulheres*. Esse editorial critica o discurso de instituições como a família e a escola de uma educação feminina

⁴ Referencio a dialogicidade, característica ideológica e intertextual da palavra, segundo Bakhtin. BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud. 9. ed. São Paulo: 1999.



voltada ao casamento e à maternidade; também aponta o papel dos brinquedos em nossa socialização e como, quando crianças, já somos submetidas aos significados de estar e circular nos espaços privado e público (LEITE, 2003).

A seguir uma outra ordem, negociações e autoridade estão também presentes nas narrativas das revistas científicas do campo Estudos de Gênero e Feminismo, o que se dá nas malhas das práticas de legitimação de verdades, cunhadas pelo conceito de científico. Nascidas em um momento de crescimento e consolidação da formação em pós-graduação e da pesquisa brasileiras, as revistas científicas feministas tiveram um papel crucial na institucionalização do campo no Brasil. Do ponto de vista da sociologia do conhecimento, as revistas científicas podem ser compreendidas como atividades comunicativas que estão imbricadas na construção coletiva da ciência (FLECK, 2010) e (KUHN, 2011). Como ressaltam Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2004, p. 116), também do ponto de vista da sociologia do conhecimento, é preciso submeter os resultados das pesquisas aos rituais de publicação para que se tenha a autoridade de cientista reconhecida.

Schäfer e Schnelle, ao comentar a sociogênese do conhecimento de Fleck, dizem:

[...] para o desenvolvimento de um fato científico, há fatores em jogo que não são ancorados, em primeiro lugar, no pensamento de um cientista individual. A permanência de ideias vinculadas a uma sociedade, a uma situação histórica ou a uma cultura é para Fleck tão ou ainda mais importante do que aquilo que é intencionado pelo pesquisador individual e que as técnicas de verificação que o mesmo inventa e elabora. [...] a ciência deve ser entendida essencialmente como um processo coletivo. (SHÄFER; SCHNELLE apud FLECK, 2010, p.17).

Muito embora se tenha fraturado a ideia de neutralidade, autonomia e universalidade científicas, permanece em intenso



debate a questão de que o conhecimento científico é dotado de uma verdade superior a outros tipos de saberes, ou seja, permanecem as hierarquias.

Quais implicações essas questões trazem a nossa prática acadêmica, militante, e no papel de educadoras? Como o discurso das revistas científicas feministas têm construído o nosso campo?

Luzinete Simões Minella vê as revistas científicas feministas e todo o trabalho que a circunda como uma forma de militância, pois provoca, por exemplo, debates teóricos que acabam por interferir e influenciar nossas práticas, por meio das reflexões que suscitam sobre suas implicações e impactos (MINELLA, 2008, p. 106). Luzinete valoriza o contexto de redemocratização do país e da expansão dos movimentos sociais de maneira geral e em especial os movimentos feministas em que publicações como a *REF* surgiram, refletindo sobre a implicação desse momento político no redirecionamento nas práticas editoriais da revista, “em contramão às políticas editoriais tradicionais”. Ela se refere ao esquema de rodízio que a *REF* adotou: editada inicialmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desloca-se posteriormente para Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A implementação desse rodízio institucional foi uma forma de se evitar a configuração de um “nicho editorial, controlado pelas mesmas pessoas, grupos e tendências”, uma espécie de “quebra de certas tradições” na circulação do conhecimento científico.

Um outro ponto abordado pela autora é a relação entre as revistas científicas feministas como espaço de estímulo à produção de conhecimento e o crescimento do campo dos estudos de gênero e feminismo no País. A partir do segundo semestre de 2004, exemplifica Luzinete, a oferta de artigos para publicação na *REF* aumentou, e isso levou a uma ampliação da equipe editorial (MINELLA, 2008, p. 107). Em outras palavras, diversos fatores, também relacionados à circulação do conhecimento, contribuíram, naquele momento e também presentemente, para



a ampliação do campo. Como espaço de circulação de conhecimento entre especialistas, uma revista científica recobre-se de um status privilegiado no que toca à validação de verdades e sua legitimação, tem um papel ímpar na institucionalização de um campo e seu desenvolvimento.

Isso implica diferentes hierarquias de poder, de quem remete um artigo, avalia e edita (MINELLA, 2008, 107). Além disso, o conhecimento é contextualizado social e historicamente, e isso implica circulação e até mesmo prestígio maior ou menor de um tema a depender do momento em que ele circula e das redes às quais se vincula. São processos de negociação e escolhas (LOPES; PISCITELI, 2004, p. 116-117).

Adentrando-se em outras questões, e se tratando de países não centrais, Margaret Lopes e Adriana Piscitelli acreditam que pensar as publicações acadêmicas e as redes de colaboração é desafiante para o desenvolvimento de um pensamento científico nacional/regional. Colaborações entre cientistas de um país ou de uma região, como a latino-americana, pode viabilizar a constituição de um pensamento crítico que valorize “suas próprias pautas investigativas” (2004, p. 117).

As publicações acadêmicas que veiculam abordagens feministas estão marcadas pela singularidade de estar orientadas por um interesse político específico. Do nosso ponto de vista, esse interesse é o de compreender, denunciar e oferecer elementos para alterar as maneiras como gênero, articulado a outras categorias de diferenciação, incide no posicionamento desigual das pessoas e, de maneira específica, das mulheres, na vida social. Esse interesse político foi alicerçado no marco de uma série de práticas, tais como o trabalho para desmontar hierarquias em todos os planos possíveis, o que exigia alcançar públicos ou audiências, amplos e diversificados. Todavia, o fato de estarem marcadas por interesses políticos feministas não exige essas revistas da integração num sistema social acadêmico ou ciência. (LOPES; PISCITELI, 2004, p. 118).



Como disse em outro texto, citando Claudia de Lima Costa (2003), “as revistas são parte de um aparato material para a tradução cultural das teorias feministas, elas proporcionam essa viagem, necessariamente marcada pelos contextos de produção do conhecimento e sua recepção”. Para Claudia de Lima Costa, teorizar no feminismo implica um engajamento em tradução, quer dizer “traduzir conceitos e terminologias de um campo disciplinar para as categorias analíticas de outro(s)” (COSTA, 2003, p. 255), algo como uma “transação dinâmica de leituras” (SPIVAK, 2005 citada originalmente por COSTA, 2003): uma espécie de contato ou transação entre teorias na leitura de qualquer tipo de texto, seja literário ou social. Conforme a autora, “nos resvalos resultantes desse encontro de linguagens, textos e significados, e a partir de traduções necessariamente infieis, faz-se possível a construção de outros “mapas relacionais do conhecimento (SHOHAT, 2002 apud COSTA, 2003).

Assim como Claudia o fez em seu texto, também aqui me parece pertinente pensar o que a análise dos diferentes lugares e histórias da produção jornalística feminista (GODARD, 2002)⁵ vai representar na construção dos discursos e também na reprodução de tipos de autoridade e poder simbólico na constituição de um campo. Ou como esses diferentes discursos como o jornalístico, o científico, e o pedagógico constituem, dele se apropriam e se deslocam na produção do conhecimento e de uma aprendizagem feminista.

Essa questão traz como discussão, entre outras, quais discursos estamos empreendendo e de quais lugares o fazemos. Ou, para usar uma expressão de que lançou mão Claudia de Lima Costa, ficar ‘vigilante’ na apropriação que fizemos do conceito de gênero “a fim de que este não se desprenda de um projeto político e epistemológico feminista” (COSTA, 2003, p. 259). Qual seria esse projeto, pergunto.

⁵ Citada originalmente em Costa (2003).



► Discursos, tensões, diálogos

Até aqui, dediquei-me a refletir algumas questões sobre os discursos que constituem o campo dos estudos de gênero e feminismo em nosso País. Perpassei trajetórias do discurso jornalístico, do científico e, vejo, que as vivências e experiências do curso Gênero e Diversidade na Escola ampliam o sentido de campo, também o de campo científico, pensando-se, aí, numa quebra de hierarquia entre os saberes, pensando esse campo de uma maneira mais ampla, considerando as inter-relações entre diferentes sujeitos e seus saberes; a produção de verdades em diferentes espaços, não apenas o acadêmico propriamente dito.

Eu compreendo a Formação em Gênero e Diversidade na Escola como uma ação militante que se apropria da experiência militante que o próprio campo dos Estudos de Gênero e Feminismo possivelmente carrega como marca de nascença. Havia militância no discurso dos jornais; há no discurso das revistas científicas; como ela também existe quando professoras da Educação Superior e Básica, de uma certa forma, unem-se em torno de uma política pública para desconstruir ideias estereotipadas, preconceitos, injustiças sociais. Estamos nos referindo a um olhar para a escola. Que olhar é esse? Ou, quais caminhos seguir?

No meu entendimento, esse olhar, esse caminho, passa pelo diálogo, e pela reflexão do que é uma educação transformadora, em oposição àquela que “narra e sempre narra” conhecimentos aos educandos, supondo-os desprovidos de vivência, experiências e conhecimentos também.

Paulo Freire (2004) chama essa educação que “narra e sempre narra” de “bancária”, que está na essência da educação que chamamos tradicional. Muito presente no cotidiano escolar, estabelece uma relação hierárquica entre aquele que narra – o professor – e aqueles pacientes ouvintes – os educandos.



Nela, o professor aparece como indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos do conteúdo de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor não seria dizê-la. (FREIRE, 2004, p. 57).

Nesse contexto narrativo, a palavra, ou como diz Paulo Freire, a “sonoridade da palavra”, perde sua força transformadora. Ela passa a conduzir os educandos a algo como uma memorização mecânica do que se narra, a se resumir a “vasilhames” a serem preenchidos por essa narração. Ou depósitos de “comunicados”. Por isso, Freire denomina essa concepção de educação de bancária, em que “a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 2004, p. 58).

Isso implica em uma relação hierárquica entre os conhecimentos também. Quer dizer que o conhecimento do professor sobrepuja-se a qualquer experiência existencial dos educandos. Dito de outra forma, o “saber” é doado por aqueles que se consideram sábios aos que acreditem não saber nada – é uma forma de opressão.

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, imutáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez de suas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca. [...] a razão de ser da educação libertadora está em seu impulso inicial conciliador. Daí que tal forma de educação implique a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos (IDEM, p. 58-59).



Uma das graves consequências dessa educação bancária é que, ao se tornarem depósitos de conhecimentos sem significação, os educandos perdem a capacidade de desenvolver o senso crítico para sua verdadeira inserção/inclusão no mundo, não como sujeitos passivos, mas, ao contrário, transformadores de suas próprias realidades, daquelas que o cercam e do mundo.

Para Freire, uma das vocações ontológicas dos homens e mulheres é humanizar-se, e ao tomarem consciência das contradições existentes na educação bancária, que lhes amordaça a voz e prende o movimento, podem libertar-se. A ação de um educador humanista, revolucionário atua na contramão da educação bancária, caminha na direção de uma concepção problematizadora e transformadora da educação.

Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educados, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. No pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens, crença no seu poder criador. (IDEM, p. 58).

Essa epistemologia está no fundamento do que anteriormente mencionei a respeito da relação, dos entrelaçamentos entre a academia e a escola. Parece-me que uma concepção problematizadora e dialógica coaduna com uma proposta de formação educativa que busca sensibilizar para questões a envolver diversidade, gênero, orientação sexual/sexualidade relações étnico-raciais, que estão presentes na Formação Gênero e Diversidade na Escola. Nesse caminho, as vivências e as experiências das/os professoras/es cursistas e os demais sujeitos que circulam no ambiente escolar são considerados. Creio que se trata de uma relação dialética em que o próprio pesquisador-educador percebe, por vezes, o seu próprio sistema de conhecimento científico fraturado, à luz de novos conhecimentos que emergem das relações que está travando num espaço outro que é a escola, não a academia.



Obviamente que uma pesquisa mais sistematizada traria mais elementos e contundência ao debate, porém são recorrentes os depoimentos de professores e tutores do curso GDE sobre questões e experiências, conhecimentos que a escola e seus sujeitos colocam como inquietantes, para os quais teorias e práticas construídas até o momento parecem ser insuficientes para, por si só, contribuir para uma melhor elucidação ou tratamento do que se apresenta.

Clama essa teoria, esse conhecimento, por um diálogo com aquela determinada realidade encontrada, e isso não se dará sem que se equilibrem as relações de poder entre sujeitos da Formação e seus saberes. No fundo, o GDE traz uma possibilidade de formação muito mais ampla do que aparenta em seu enunciado de política pública – qual seja a de desconstruir estereótipos e preconceitos no ambiente escolar, sensibilizar para temática envolvendo gênero, diversidade, relações étnico-raciais, sexualidade.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar. (FREIRE, 2004, p. 78).

A pensar em uma prática pedagógica feminista, o que em muitos casos, significa produzir textos, outros materiais didáticos, a construção das relações entre os sujeitos da formação – discursos – nosso olhar precisa problematizar nossas próprias hierarquias, que são hierarquias de saber-poder. Reflito sobre as negociações de nossa autoridade científica, a apreensão de uma capacidade comunicativa, a disposição para aprender também com a cultura do/a outro/a.



Há aí uma outra questão que gostaria de alinhar. Trata-se, talvez, de “fraturar” algo que nos é caro e que se relaciona intimamente com nossas histórias de vida, vivências, experiências, subjetividades: identidades. Ao modo de Donna Haraway, em seu *Manifesto Ciborgue* (2009, p. 33-118), penso que a questão de fraturar identidades também concerne a provocar certas turbulências em nossas relações de saber-poder, buscando em quais pontos nossas afinidades se entretecem e nos conjugam em um coletivo, que não é unísono.

As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas. Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade ‘essencial’. Não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. [...] E quem é esse ‘nós’ que é enunciado em minha própria retórica? Quais são as identidades que fundamentam esse mito político tão potente chamado ‘nós’ e o que pode motivar o nosso envolvimento nessa comunidade? [...] Mas existe também um reconhecimento crescente de uma outra resposta: aquela que se dá por meio da coalizão – a afinidade em vez da identidade. (HARAWAY, 2009, p. 47-48).

Diversos, recheados de tensões, nossos discursos muitas vezes têm encontrado nas diferentes formas de militância e seus lugares afinidades que nos unem. De uma certa forma, isso parece estar presente em diversos momentos da trajetória do nosso campo. Como trata Haraway (2009, p. 46), essa afinidade não se enlaça pelo sangue, biologia, mas escolhas, mesmo que perpassem uma espécie de afeição política provisória.



► Referências

CABRAL, Carla Giovana. Gênero e diversidade na escola: vivências e experiências na formação de professores/as da educação básica brasileira. In: *Pensando gênero e ciências*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009/2010. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

_____. *O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC*. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 13-30, 2001.

_____. “Percurso e discursos na construção de uma igualdade de gênero na escola”. In: CASAGRANDE, Lndamir S.; LUZ, Nanci Sancki da; CARVALHO, Marília Gomes de. *Igualdade na diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia*. Curitiba: Editora UTFRP, p. 177-186.

COSTA, Albertina de Oliveira. O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. *Rev. Estud. Fem.*, v. 16, n. 1, p. 131-132, 2008.

COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *Rev. Estud. Fem.*, v. 11, n. 1, p. 254-264, jun. 2003.

FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.



GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, v. 12, número especial, p. 211-221, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré/ ANPOCS, 1999. p. 183-221.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Rev. Estud. Fem.*, v. 11, n. 1, p. 234-241, jun. 2003.

LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. *Rev. Estud. Fem.*, v. 12, n. especial, p.115-121, dez. 2004.

MINELLA, Luzinete Simões. Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial. *Rev. Estud. Fem.*, v.16, n.1, p. 105-116, abr. 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. *Educ. Pesqui.*, v. 27, n. 1, p. 47-68, jun. 2001.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 269-281, jun. 2008. (Apresentação de Maria Margaret Lopes.)

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero e políticas da educação: impasses e desafio para a legislação educacional brasileira. In: SILVEIRA, Maria Lúcia da; GODINHO, Tatau. *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.



DESNATURALIZAR É PRECISO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE RESISTÊNCIAS RELIGIOSAS E CERTEZAS BIOLÓGICAS NAS SALAS DO CURSO GDE OFERTADO PELA UFSCAR



Larissa Pelúcio

► Com quem Bianca se encontrou?

Como educadores é importante debater o preconceito, informando sobre as leis, mas levando em consideração que a escola não tem tanta influencia sobre a formação de valor dos alunos, pois eles carregam consigo uma vasta bagagem de vivencia anterior. Esse debate ajudar as pessoas diferentes a se encontrar mostrando possibilidades e maneiras diferentes de viver a vida, mostra como enfrentar obstáculos, superar e crescer com adversidade, **pois assim serão respeitados independente de suas diferenças e sim pelo caráter e valor que têm.** (Comentário reflexivo postado em fórum de debate por uma das professoras do Ensino Básico matriculadas no GDE. Grifo meu).

O fórum de debates havia sido aberto. Começo, então, meu passeio pelas 12 salas de aula virtuais, percorrendo os comentários feitos pelas/os cursistas - tod@s professoras/es do Ensino Fundamental e Médio da rede pública em escolas situadas no interior paulista - inscritas no curso de formação



continuada Gênero e Diversidade na Escola (GDE)¹. O fórum compunha uma das atividades avaliativas do Módulo “Gênero”, do qual era coordenadora².

O enunciado do fórum orientava a atividade que tinha como objetivo “promover interação e troca de ideias” entre a turma, além de “estimular o debate articulado e refletido” acerca de dois materiais que deveriam ser colocados em diálogo: o vídeo *Encontrando Bianca*³ e o artigo “Banheiros, Travestis, Relações de Gênero e Diferenças no Cotidiano da Escola”, de Elizabeth Cruz (2011).

O tom geral do debate, em todas as salas, era de empatia em relação à Bianca, a jovem travesti que protagoniza o vídeo. Muitos comentários traduziam a admiração pela persistência suave daquela aluna fictícia, mas possível, em ser aceita no ambiente escolar. Havia muitas Biancas, reconheciam as/os cursistas, como também identificavam no cotidiano exigente de suas escolas dificuldades para lidar com temas como aquele. Afinal, discutir relações de gênero, sexualidades, convívio com as diferenças é entrar no delicado terreno das intimidades, é mexer com moralidades, desestabilizar certezas, provocar incômodos que podem gerar insatisfação por parte de pais e dos próprios

¹ O GDE compõe um conjunto extenso de programas coordenados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir de diversas secretarias especiais incumbidas de implementar políticas públicas voltadas para a diversidade cultural e sexual. Integro, até o momento desta escrita, o quadro de coordenadoras/es de módulos do GDE ofertado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² O Curso conta ainda com os seguintes módulos: “Introdução a EaD” (Ensino à Distância); “Diferença”; “Sexualidade”; “Raça” e, como último módulo, “Implantação Pedagógica de uma abordagem pela Diferença”. No momento da escrita deste artigo, estava em curso a terceira oferta oferecida pela UFSCar, na qual segui como coordenadora do Módulo “Gênero”.

³ *Encontrando Bianca* é o terceiro vídeo do conjunto de produções audiovisuais que estava sendo formulado pelo Ministério da Educação e Cultura como material para subsidiar o combate à homofobia nas escolas. Em maio de 2011 o chamado “Kit anti-homofobia”, que ainda estava em elaboração pelo MEC, teve sua elaboração e distribuição suspensas por veto da presidenta Dilma Russef.



pares. Daí, também a importância daquele espaço de debate, no qual a sensação de isolamento era diluída e algumas ferramentas de trabalho oferecidas.

A maioria das professoras e dos professores ali naquele fórum-atividade queria acolher Bianca. Afinal Bianca é doce, cordata, discreta e procura compensar sua “inadequação” esmerando-se em ser “normal”. Sua luta pela normalidade lhe trouxe compensações. Pelo menos é assim que percebo a lição que o vídeo quer passar. Creio que não estou sozinha nessa recepção da mensagem. Na postagem que abre este artigo grifei os trechos que me levam a essa afirmação.

O que leio naquela postagem é que independente dos constrangimentos sociais, dos limites cotidianos para ser viver fora dos espartilhos do binário de gênero, do sentimento de vergonha e rechaço reiterado pelos diversos discursos públicos sobre gênero e sexualidade ou pela reiterada invisibilidade e deslegitimação de outras formas de viver e amar fora da heterossexualidade, o sujeito que luta (sem se revoltar) consegue, como Bianca, ser aceito graças à retidão de seu caráter. O caráter aqui não tem qualquer marca cultural, histórica ou social. Ao contrário, se impõem sobre a realidade sem se deixar contaminar por ela. Parece, na maneira com o entendo o comentário, associado à ideia de essência.

Este foi outro desafio enfrentado pelas tutoras⁴ ao longo deste e de outros fóruns: problematizar a percepção bastante cristalizada de imutabilidade das identidades que, em diferentes postagens apareciam como algo que alguém porta desde o nascimento, que vem pronto e, que por contingências sociais diversas, por vezes temos que abdicar.

⁴ Na segunda edição do GDE ofertada pela UFSCar tivemos 12 tutoras, todas mulheres jovens, com nível universitário, algumas cursando pós-graduação em diferentes áreas das ciências humanas e todas residindo no interior paulista. Duas delas já haviam sido cursistas na primeira oferta. Outras três já vinham de experiências com tutorias em Educação à Distância (EaD).



O comentário a seguir ilustra essa perspectiva:

Eu nunca tinha pensado neste assunto, o uso do banheiro feminino por um travesti, só que depois de assistir o vídeo passei a ter uma visão clara e acho que devemos sim aceitar os travesti usar o banheiro feminino, pois **não podemos ter preconceitos** e também não devemos tratá-los de maneira diferente, pois isso é uma busca da sua **verdadeira identidade**.⁵

Faço estas observações a fim de provocar essas perspectivas que operam com a ideia de uma essência identitária, com a potência do indivíduo frente aos constrangimentos sociais e de que a diferença “é normal”, quer dizer, o diferente da norma pode seguir diferente desde que aceite a norma.

Acho que vale a pena observar que, apesar das provocações que estou lançando, quando percorro as salas do GDE vejo mais motivos para celebrarmos a disposição dessas educadoras e desses educadores em lidar com os desafios que o tema da diferença e da diversidade de gênero impõe, do que para lamentarmos possíveis resistências. Nossas cursistas estão se propondo a desafiar preconceitos, inclusive os seus próprios. Estão questionando convenções de gênero e sexualidade que excluem suas alunas e seus alunos do uso pleno de seus direitos à educação. Põem-se a pensar sobre os silêncios e sussurros quando se trata de discutir comportamentos de gênero e sexuais na escola. Interrogam-se sobre a arquitetura binariamente generificada daquele espaço, pensam nas suas práticas, em um exercício muitas vezes penoso. Buscam ferramentas teóricas e práticas, sobretudo estas últimas, para ultrapassar barreiras simbólicas e concretas capazes de provocar transformações e mitigar o incômodo gerado pela falta de formação para lidar com temas candentes em um

⁵ Cursista, no mesmo fórum.



tempo cambiante. Daí a frequente demanda, bem traduzida por Richard Miskolci, coordenador geral do GDE – UFSCar, por definições identitárias que possibilitem não apenas nomear as múltiplas expressões de gênero, mas fazê-lo sem reforçar exclusões.

[E]sse ‘incômodo’ com as ferramentas educacionais incapazes de fazer frente à realidade de pessoas fora da norma, essa vontade de acolhê-las ao invés de julgá-las, frequentemente se expressa em questões como: Como chamo tal pessoa? O que é tal aluno? Ele é travesti? Ele é transexual? E foi um desafio lidar com estas questões, foi muito difícil explicar que era justamente isso que a gente não queria, não queríamos embarcar no processo de criar um escaninho das espécies sexuais alocando cada uma em uma caixa ou identidade. Evitar esse tipo de abordagem classificatória é uma forma de realmente transformar a experiência educacional. (MISKOLCI, 2012, p. 17-18).

O desafio de se trabalhar fora dos marcos identitários e das referências binárias relativas aos gêneros e à orientação sexual é exigente. Pois, demanda torções na nossa forma de perceber as dinâmicas sociais que oferecem esses termos classificatórios capazes de definir e fixar identidade. De maneira que a pergunta crucial deixa de ser “o que é Bianca?”, e se desdobra em muitas outras questões importantes: “por que não sabemos dizer quem ela é, sem acionar termos desprestigiados ou patologizadores?”; “Como esses termos foram entrando em nosso vocabulário?”; “quem tem autoridade para dizer quem ela é, e por que conferimos a determinados saberes esses poderes?”. Quando deslocamos nosso olhar do indivíduo para as normas e convenções sociais que o conformam, criamos um campo complexo de tensões, evidenciando que sexo e gênero, são antes questões de Estado, e, portanto públicas, do que de foro privado. São antes políticas, do que biológicas.

Essa mirada torcida exige que questionemos seriamente os processos culturais pelos quais nos generificamos. Não fazemos



isso sem desnaturalizar esses processos. Para tanto, é preciso conferir-lhes espessura cultural, histórica e política.

Neste artigo procuro compartilhar parte dessa experiência inovadora⁶ e desafiante que são os cursos à distância para a formação continuada de professoras e professores da educação básica em temas absolutamente atuais, cuja discussão é premente, porque, de fato, há um potente silêncio sobre a temática da sexualidade, do gênero e das diferenças justamente nesse espaço onde estamos friccionando cotidianamente nossas certezas: a escola. Paralelo aos silêncios, aos interditos, há também uma imensa vontade de saber que atravessa os pátios de recreio, invade a sala de professores e tem mobilizado interesses em torno de temas agrupados institucionalmente sob a rubrica de “Diversidade”.

► **Diversidade x diferença em um cenário de transformações**

Em fins do século XX começamos a ver a emergência – com muita polêmica – de demandas de reconhecimento e ações afirmativas. As políticas governamentais criadas sob o rótulo da diversidade buscam fazer frente a esse novo cenário cultural e político tão recente quanto imprevisível. (MISKOLCI, 2012, p. 46).

Sabrina Moehlecke registra o esforço do Estado em sistematizar estas demandas, levou o Ministério da Educação a criar

⁶ Os dados que trago aqui para discussão são oriundos de um lugar específico: minha atuação como coordenadora do módulo “gênero” durante a segunda edição do Curso *Gênero e Diversidade na Escola*, oferecido pela Universidade Federal de São Carlos, em 2012, resultado do envolvimento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e do grupo de pesquisa *Corpo, Identidade Social e Subjetivações*. O GDE na UFSCar está sob a coordenação geral dos professores Richard Miskolci, Jorge Leite Júnior e coordenação pedagógica de Thamara Jurado.



em 2004 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)⁷, “com o intuito de articular, entre outras questões, o tema da diversidade nas políticas educacionais” (MOEHLECKE, 2009, p. 462). As profundas transformações pelas quais o País vem passando desde o fim da ditadura militar reverberam nessas novas políticas, nas quais aspectos culturais ganham dimensão política, como é o caso das relações de gênero e orientação sexual.

Desde o final dos anos de 1990⁸, questões relativas à diversidade de raça, etnia, naturalidade, gênero e sexualidade passam a ser consideradas pelo MEC como resposta a uma série de mobilizações e demandas provocadas por eventos distintos, mas relacionados, proporcionados pelo processo de democratização do País em meados da década de 1980; a rearticulação de movimentos sociais; o processo constituinte que culmina na promulgação da chamada Constituição Cidadã, em 1988; bem como o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais” (DUHRAM, 1984) de cunho identitário, com demandas por mudanças culturais, além daquelas políticas e econômicas. Some-se a esse cenário, o surgimento da Aids e as respostas sociais que a epidemia exigiu.

Em um país que assistia a uma série de mudanças comportamentais, a necessidade de se fazer frente à Aids fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da

⁷ Desde 2011, adicionou-se o “I” de “inclusão” à sigla (agora Secadi), aglutinando na mesma Secretaria a Secretaria de Educação Especial.

⁸ No final de 1996 são lançados os cadernos de Temas Transversais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, material que procurava oferecer referenciais de trabalho para professoras e professores do Ensino Fundamental frente a discussões relativas às diversidades regionais e culturais; étnicas, religiosas e políticas, à valorização da “dignidade humana”, considerando o papel da educação escolar não como mero reproduzidor de valores cristalizados, mas ambiente para o questionamento e oferta de ferramentas críticas para a intervenção e participação social (BRASIL, 1997).



Educação e o Ministério da Saúde, passassem a estimular projetos de educação sexual, nos finais dos anos 80 e anos 90. Contudo, assim como ocorreu em diversos outros países desde o fim dos anos 1970, muitas iniciativas em que se abordavam as temáticas relativas à sexualidade acabaram por alimentar uma visão conservadora de educação sexual – uma espécie de política sexual voltada a conter ameaças à família e ataques à normalidade heterossexual. (HENRIQUES et al. 2007, p. 12-13).

Ainda assim, ou talvez, justamente por este recrudescimento do conservadorismo, diversas respostas coletivas começam a ser elaboradas a fim de enfrentar a culpabilização de alguns sujeitos pela epidemia, disseminando-se verdadeiro pânico moral (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009), que reverberava dentro das escolas em abordagens bastante biologizadas e patologizadas sobre sexualidade. Esta, quase sempre tratada na chave do “risco” (de gravidez, de se contrair doenças). O que acabava por reforçar a percepção de que as práticas não normativas sob suspeita e rechaço (LOURO, 2004, p. 130-131).

Do final dos anos de 1990 até o presente, as discussões em torno da igualdade de gêneros, feminilidades, masculinidades, sexualidades, direitos e educação se adensaram. Mas, ainda me parece flagrante a necessidade de qualificarmos o debate, refinarmos conceitos, alicerçarmos teoricamente nossos argumentos. Nesse esforço, desde a segunda oferta do GDE pela UFSCar⁹ optamos por estruturar o conteúdo do curso a partir do conceito de “diferença” e não mais da “diversidade”. Essa mudança semântica tem relação com escolhas teóricas, e acho importante me concentrar um instante neste ponto.

⁹ Em 2009, na primeira oferta do GDE gerida pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tivemos mais de mil cursistas e mais de 100 tutoras incluindo as virtuais e presenciais. Um desafio e um aprendizado que fez com que repensássemos o formato e abrangência da segunda oferta.



Como escreveu Richard Miskolci (2012, p. 46): “conviver com a diversidade não quer dizer aceitá-la. Em termos teóricos, diversidade é uma noção derivada de uma concepção muito problemática, estática de cultura [...] na qual se pensa: há pessoas que destoam da média e devemos tolerá-las” de maneira que a cultura dominante não é questionada, desafiada. Por isso optamos pela diferença como categoria analítica e mobilizadora. O que queremos reivindicar e trazer para a escola é, justamente, uma discussão que torne visível as linhas sutis, mas potentes, que a diversidade com seu mote da “tolerância” desenha entre a pretensa “normalidade” e o “desvio”, o Eu e o Outro. Cecília de França resume perfeitamente nossa questão:

Tolerar diz respeito a uma aceitação com indulgência, ou seja, aceito o Outro, o diferente, porque tenho facilidade em ‘perdoar’ seus ‘erros’. Esta conduta tem como eixo central o etnocentrismo. O prazer da convivência com o diferente explícita, não somente a importância e o valor do Outro, mas a possibilidade de aprender com ele. Esta disposição e posicionamento são em decorrência de um modo de pensar e de viver que se ancora em uma matriz complexa de pensamento (FRANÇA, 2010, p. 43).

Quer dizer, essa matriz complexa não oferece caminhos lineares, mas torções. Pede que mudemos nossas questões, justamente porque desestabiliza o terreno da tolerância, aplainado pela força da cultura hegemônica. Não queremos apenas ensinar a nossas alunas e a nossos alunos (sejam cursistas do GDE ou discentes do ensino básico) a serem indulgentes com Bianca, mas levá-las a interrogar por que nos parece problemático que pessoas como ela existam e, mais, por que aprendemos a deslegitimar seus desejos, por que lhes negamos o direito ao reconhecimento.

Reconhecimento tem sido, desde a filosofia hegeliana, trabalhado com o princípio de que tudo o que é humano não nos deve ser estranho, princípio que estou simplificando bastante



aqui, mas que é tratado com grande complexidade pela filósofa contemporânea Judith Butler (2006), quando aponta o potencial humanizador do reconhecimento, tomando este **não** como uma adequação do sujeito às normas instituídas do que é ser humano, mas forçando as fronteiras destas convenções para conferir direitos a todas as pessoas, que não se coadunam as estreitezas das normas, a terem vidas habitáveis e menos precárias.

Como diferenças passam a ser percebidas como desigualdades? Esta é uma questão que a abordagem pela diversidade não coloca em sua radicalidade. A abordagem multiculturalista tem o mérito de celebrar a diversidade, mas não de promover a fricção entre as diferenças e de provocar o questionamento sobre porque alguns grupos são mais desprestigiados que outros, por que determinados comportamentos são desqualificados e, até mesmo, deslegitimados, punidos, banidos. Interrogar os silêncios, esse tem sido um desafio que, consideramos, o conceito de “diferença” nos ajuda a trabalhar de forma mais profícua.

► Entre Deus e Darwin

Essa investida na diferença tem a ver com a proposta pedagógica que procura trabalhar e questionar os mecanismos sociais e de poder que hierarquizam saberes e culturas. Então, optamos por não tomar o relativismo cultural como premissa de trabalho, não porque não reconhecemos a importância da proposta relativista de tratar todas as culturas como equivalentes, mas, justamente, porque queremos interrogar por que elas não são na prática cotidiana consideradas assim. Como chegamos a ter modelos culturais prestigiados e tidos como dignos de reprodução, enquanto outros são desqualificados ou silenciados? Acreditamos que quando, como educadoras e educadores deixamos de provocar perguntas sobre o porquê dessas hierarquias, como



elas se instituíram como verdades, como foram parar nos livros escolares, por que orientam currículos, acabamos por trabalhar na epiderme dessas disputas, desses jogos de verdade. E ainda corremos o risco de fortalecer visões paternalistas e estereotipadas sobre as culturas não hegemônicas.

Dito isso, vejo que, de uma maneira geral, nossa experiência no GDE da USFCar não diferiu muito dos diversos relatos que pude ler em coletâneas sobre o GDE¹⁰ e ouvindo colegas que em algum momento já estiveram envolvidos/das com o curso. Mas há uma singularidade que chamou a atenção de todas e todos coordenadoras de módulos desta oferta específica à qual estou me reportando: a filiação religiosa, nem sempre declarada, das cursistas e dos cursistas¹¹. Essa filiação, muitas vezes só insinuada, marca a forma como o conteúdo oferecido nos módulos é recebido, resignificado e, por vezes, contestado.

Entendo que esta não é uma experiência particular da nossa oferta, em diversos relatos e análises sobre a experiência do GDE toca-se na questão religiosa, mas não a vi discutida em sua radicalidade e desdobramentos. Assumo que não tenho dados suficientes para aprofundar esta discussão, nem teria como esgotá-la nos limites deste artigo. Mas a vejo com premente, porque dogmas, preceitos, valores religiosos, às vezes bem assistemáticos, mas muito eloquentes, têm sido acionados como contradiscurso diante do material e dos debates que levamos para as salas

¹⁰ Entre estas destaco o livro *Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola* organizado por Carla Cabral e Luzinete Minella (2009) e a coletânea organizada por Bruna Irineu e Cecília Froemming, intitulada *Gênero, Sexualidade e Direitos, construindo Políticas de Enfrentamento ao Sexismo e a Homofobia* (2012).

¹¹ Daqui em diante usarei sempre o feminino, pois foram majoritárias, foram 300 inscrições. Destas, 283 eram mulheres e 17 homens. Das mulheres, um pouco mais de 20% não conclui o curso. Dos 17 homens inscritos 14 desistiram, quer dizer, só 18% conclui, um abandono de 82%. E isso é um dado significativo sobre o qual ainda não nos debruçamos.



virtuais e presenciais. Curiosamente, essa retórica busca também na biologia, enquanto ciência, recursos retóricos para sustentar alguns argumentos. O determinismo é o ponto comum mais flagrante destas articulações. São discursos poderosos porque oferecem normas morais relativamente simples, mas é justamente a simplicidade que as torna fortes e sedutoras. A questão é que esses preceitos muitas vezes achatam o terreno acidentado das relações sociais, dos universos culturais múltiplos, das diferentes lógicas explicativas para se levar a vida. Essas normas, que são também regras, se apresentam, muitas vezes, como bastante lineares, e é essa linearidade, esse preto no branco, sem matizes, sem desafios ao maniqueísmo, é que faz com que elas pareçam seguras. Mais que isso, pareçam ser tão perenes, que desafiá-las seria tolo, contra produtor, quando, não, perigoso. Assim, elas vão se constituindo como alicerces seguros diante de um mundo cambiantes e que constantemente desafia nossas certezas.

De maneira que Deus e Darwin podem ser convocados, na mesma postagem, para alicerçar argumentos e desmontar as teses sobre o caráter histórico dos comportamentos de gêneros, a plasticidade da sexualidade humana, a pluralidade dos arranjos familiares, entre outros temas abordados ao longo dos módulos.

Temos notado a presença cada vez mais sensível de professoras e professores que levam princípios religiosos dogmáticos às salas do GDE. É difícil fazer esta menção sem que ela soe contraditória, uma vez que estamos justamente tratando no curso do “aprendizado pelas diferenças” (MISKOLCI, 2012). Não se trata, em absoluto, de uma recusa a diferentes olhares relativos ao conteúdo ministrado, mas de questionar posições refratárias aos objetivos¹² do Curso como a promoção da cultura de reconhecimento

¹² Segundo o *Caderno Secad – 4: Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*, o objetivo de programas promovidos pela Secretaria, no qual o GDE se inclui, é de “capacitar e formar profissionais da educação das redes públicas de ensino para promover a cidadania, o respeito à



da diversidade sexual e de gênero, além da garantia de um ensino laico e verdadeiramente inclusivo.

O que observamos na maior parte das postagens destas professoras e professores não foi uma recusa aberta ou de confronto direto aos conteúdos dos módulos, mas cuidadosos artifícios retóricos nos quais adjetivos eram fartamente acionados para qualificar as boas intenções da “inclusão” dos historicamente alijados do direito à educação, somadas à substantivação dos termos que serviam à defesa de valores cristalizados. Dito de outro modo: a relação de desigualdade entre os gêneros tornava-se “ruim” (ou seja, colocada no nível da opinião, da subjetividade), enquanto, por exemplo, a formação dada pela família se torna substância inquestionável que alicerça certezas.

Creio que a reprodução de um desses comentários tornará mais claro o que estou procurando descrever e analisar. Ainda sobre o fórum “Encontrando Bianca” escreveu a cursista:

Essa questão sobre qual banheiro os travestis devem usar é realmente muito *complexa e delicada*. Mas pensando na minha **criação**, na minha **família**, na minha **formação** religiosa e nas **maldades** de algumas pessoas da **sociedade**, acredito que a **separação** dos banheiros entre meninas e meninos, principalmente na **infância** seja algo extremamente necessário, pois há algumas particularidades e cuidados com o corpo que cabe a família zelar por e orientar seus filhos, e na escola ou em qualquer outro lugar que a criança vá ao banheiro sozinha, sem alguém da família, ela pode sofrer algum abuso que irá traumatizá-la para sempre, acarretando traumas e sequelas muitas vezes irreversíveis. As diferenças físicas existem de fato, os banheiros são divididos mais pelo sexo *masculino ou feminino* do que por qualquer outro princípio, e para mim essa separação é necessária sim e não traz mal algum. Quanto aos

diversidade sexual, o enfrentamento da homofobia no ambiente escolar e prevenir a violência e a discriminação contra lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais (LGBT)” (BRASIL, 2007, p. 47).



travestis, não sei o que realmente dizer, ele pode *se sentir mulher*, mas possui **o aparelho reprodutor masculino**, se ele souber se comportar e respeitar o banheiro feminino, sem querer ‘se aparecer’, sendo *discreto*, não vejo problema algum, desde que seja um banheiro frequentado por adultos e que todos saibam respeitar a si mesmo e ao próximo também. (Os destaques são meus. Grifei os adjetivos e negritei os substantivos que, acredito, ajudam a perceber o meu argumento).

Logo em seguida outra cursita se posiciona de forma suscita: “Concordo plenamente com você acredito que devemos respeitar ao próximo indiferente as suas escolhas, porém acredito que alguns valores devem ser preservados”.

Qual o problema destes discursos? Vou deixar para falar da infância como esse lugar de pureza mais para frente. Vou me centrar neste momento nas naturalizações, primeiros da instituição família, tida como espaço inquestionável de proteção. Assim substantivada, ela perde sua espessura histórica, sua multiplicidade de arranjos, é descolada da dinâmica social, das tramas culturais, achatada em sua complexidade a qual envolve, inclusive, estatísticas nada alentadoras sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes¹³.

Assim também se passa com os valores advindos da família. Na perspectiva defendida pelas cursistas estes seriam suficientes e eficientes como norteadores das condutas de todos os seus membros, independente do contexto e das situações com as quais estes venham a se deparar; indiferente à própria realidade concreta por meio da qual cada família chega a construir

¹³ Dados divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, relativos a 2012, mostraram que 77% das denúncias registradas por meio do Disque 100 foram relativas à violência contra crianças e adolescentes, o que corresponde a 120.344 casos relatados. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/dados-estatisticos>>. Acesso em: 30 dez. 2012.



seus valores e produzir seus conhecimentos sobre si e a sociedade. Quais valores devem ser, então, preservados? A segunda cursista não chega a mencionar. Mas não é difícil de se inferir tomando-se o contexto em que a observação aparece.

Continuo provocando os comentários: se são os adultos, aqueles que realmente sabem o que fazem e, por sua naturalizada “adulterez” estão capacitados para dar suporte e proteção (mais uma vez o termo aparece) às crianças, quem as ameaça, então, nos banheiros? Uma resposta se insinua na argumentação da cursista: são aquelas, e, sobretudo aqueles, que não aceitam a genitália como um marcador seguro de ordenação do social. Essas são pessoas potencialmente perigosas, que não parecem ter o benefício da aclamada ingenuidade infantil. Mas se as crianças são ingênuas e assexuadas, por que separar os banheiros por sexo genital desde a infância? Meninos femininos, meninas masculinas, transexuais e travestis não teriam, por acaso, infância?

► **Nem vítimas nem algozes: para pensar para além do binário**

Tomo estas falas como exemplares, mas há outras que também se valem da “natureza”, da verdade da “biologia” como enunciadores fixos de verdades sobre os sujeitos. Por exemplo, argumenta a professora: travestis têm o “aparelho reprodutor” masculino, devem, portanto, querer reproduzir, como todo e qualquer homem, mesmo os ainda meninos, mesmo aqueles que aparecem em outro trecho da postagem alocados na categoria assexuada e ingênua da “infância”. E se querem reproduzir desejaram mulheres, mesmo que elas ainda sejam meninas. Então, só nos resta vigiá-los em sua inocência.

Não é incomum que a natureza seja associada ao determinismo, ora divino, eivando de sabedoria; ora científico, cheio de



irrefutável verdade. De modo que “o” travesti nunca deixará de ser um homem, o que significa que é potencialmente ameaçador, porque tem uma genitália “naturalmente” violadora. Vejam que em raramente questionamos essa visão que associa a masculinidade à violência, considerando-a não só biológica (são os “hormônios”), como até estimulando que meninos ajam pela força e não pelo diálogo. Nosso próprio vocabulário de palavrões evidencia como aprendemos a entender a genitália masculina como legitimamente opressora e violadora. Basta fazermos uma lista de apelidos populares dados ao pênis para que o desnaturalizemos como mero órgão reprodutor para dar a ele o seu sentido cultural e social nas relações de gênero. Muitos destes termos estão associados a armas, a instrumentos de combate.

Fecho este parênteses para seguir tratando das posições que me parecem mais desafiantes nesse processo de formação dialógica que o GDE propõe e no qual eu aposto. Já mencionei a naturalização do social como um recurso intelectual e retórico para enfrentar as proposta de mudança que o Curso pretende. Destaco agora a vitimização dos “desviantes” como outro elemento escorregadio, o qual exigiu grande esforço argumentativo das tutoras.

Vamos a outro comentário de uma delas:

Acredito mesmo que cada um tem o direito de ser o que quiser ser, de agir de acordo com seus princípios, valores, desejos; mas nunca perdendo de vista o foco principal que é o respeito pelo próximo; e a escola deve educar de modo que esse respeito aconteça para, a partir daí, gerar a igualdade de direitos e oportunidades. Não aceito a famosa frase da Simone de Beauvoir, ‘não se nasce mulher, torna-se mulher’; acrescento que se nasce do sexo feminino ou masculino. Será que alguém diz pro seu filho: - Meu amor, vamos colocar uma calcinha hoje que é pra você se acostumar caso algum dia queira usá-la. Será que quando alguém pergunta pra uma grávida qual o sexo do bebê, ela responde que pode ser *gay*, lésbica... Tudo bem se um dia ele quiser usar, quiser ser. Todos os setores da sociedade, não só a escola, precisa respeitá-lo, amá-lo...



Sob a égide da vitimização, os “desviantes” são vistos como pessoas que precisam de “amor”, “compreensão”, “aceitação”. Como se colocar contra sentimentos tão nobres? Não se trata de fazer oposição a eles, mas de lê-los a contrapelo. Nesse discurso aflora uma réstia de esperança que esse acolhimento normalize estes diferentes. O que fica patente quando analisamos a linguagem utilizada para expressar a “aceitação”, ou melhor, a “compreensão” destes comportamentos é que não se quebrou hierarquias. Os bons aceitam os “menos bons” no seu mundo bom, salvando-os de um mundo ruim. Quer dizer, as diferenças ainda são tratadas como desigualdades. Nada se tem a aprender com os diferentes, ao contrário, se tem tudo a ensinar.

A questão é que este discurso do “amor” e da vitimização é mais difícil de se enfrentar do que aqueles que se mostram claramente avessos às sexualidades dissidentes e às transformações nas relações de gênero. Neste sentido apresento uma intervenção em fórum de uma cursista que expressa bem o que quero demonstrar.

Quero salientar que quando a análise acima foi feita já havíamos lido três textos sobre o conceito de “gênero”¹⁴. Ou seja, desnaturalizar o gênero é algo que exige muito mais que uma boa bibliografia e tutoras competentes. Temos que estar abertas para a discussão formativa, paciente, sem muito calor no tom da escrita, mas bem fundamentada. Isso desafia grandemente as tutoras, pois, elas, pelo menos no curso que ofertamos, estiveram assoberbadas de trabalho, super demandadas, e tinham de ser extremamente cuidadosas nas respostas e intervenções que faziam junto às cursistas. Na maior parte das vezes estas intervenções foram

¹⁴ BELELI, Iara. “Gênero”. *Marcas da Diferença no Ensino Escolar*. São Carlos: EDUFSCar, 2010. Texto que compõe o material impresso do GDE, referência imprescindível uma vez que foi elaborado justamente para atender ao perfil das/dos alunas/os da disciplina Gênero. LOURO, Guacira Lopes. “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas”. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, Aug. 2008. E o já citado artigo de Elisabeth Cruz sobre o uso do banheiro nas escolas.



bem recebidas, mas também foram rebatidas com os argumentos que já apresentei. Enfrenta-se, nesse terreno de disputas de verdades, um certo “fundamentalismo” biológico que respalda o olhar e as certezas das professoras que fazem o curso. E isso para mim é muito significativo, pois penso que estas pessoas que se inscreveram no curso são justamente aquelas mais afeitas a pensar de forma crítica sobre gênero e diversidade na escola. O que nos leva a pensar apreensivas: como esse conhecimento trabalhado aqui, com todas as resistências citadas, poderá se efetivar nas salas de aula, nos pátios de recreio, nos banheiros e corredores das escolas? Tivemos na nossa oferta um espaço final para elaboração de projeto, mas ficamos frustradas e frustrados com os resultados. A tendência foi a de procurar cumprir o curso e de operar mecanicamente com o conteúdo oferecido.

Sobre o que acontece com a atuação das cursistas após o GDE ainda não sabemos nada. Seria fundamental que promovêssemos pesquisas qualitativas junto a estas pessoas para que pudéssemos ter uma ideia do que mudou, das permanências também, das dificuldades enfrentadas, enfim, gerarmos dados mais concretos para a reflexão e para repensar os caminhos teóricos e, sobretudo, metodológicos do GDE.

Ainda que eu tenha apontado para as resistências de posições valorativas e morais que atravessaram o nosso curso, quero também ressaltar que as mudanças são flagrantes e mobilizadoras. Mas, reitero, ainda não temos dados para mensurarmos os efeitos destes questionamentos e transformações fora do espaço das salas virtuais do GDE.

Falo um pouco sobre isso, já buscando finalizar este texto que será inconcluso, pois o debate é ainda bastante novo e tem a marca da polêmica. O que percebi, sobretudo nos fóruns de discussão, atividade que, aliás, considero riquíssima, foi que acabamos por criar um ambiente propício para os questionamentos e enfrentamentos de preconceitos e/ou conceitos estabelecidos. O



que não significa que a mudança se operará de fato. Pois o cotidiano escolar pauta rotinas por vezes estressantes, é eivado por relações hierárquicas implícitas e explícitas, envolve o diálogo, nem sempre suave, com os pais e mesmo com colegas. Aquele clima de horizontalidade e aberto às discussões que permearam os fóruns do GDE não se reproduz facilmente fora do ambiente virtual proporcionado pelo curso. E isso é expresso de forma angustiada pelas cursistas, como na postagem de uma das professoras, a qual reproduzo aqui:

Nas escolas sofremos muito, pois não podemos falar claramente com os alunos sobre determinados temas, os pais não gostam e até chegam a reclamar na direção. Outro caso é a idade dos alunos, no meu caso, são alunos de 6 anos e fica mais complicado a abordagem. (relato de uma das cursistas, ambiente virtual, segunda edição do GDE na UFScar, 2012).

O que leio nesse fragmento? Que a escola ainda é um lugar de opressões também para as e os educadoras/es; que estamos muitas vezes bastante isoladas e solitárias em nossas lutas; que, como instituição, não dialoga franca e tranquilamente com a família; que pais têm tido uma relação esquizofrênica com a escola e personificam na figura da professora/professor suas insatisfações. Querem que a escola cuide e eduque as crianças e adolescentes, mas não querem que ofereçamos uma educação que desafie os cânones domésticos. Leio, ainda, no mesmo fragmento, que temos reiterado a ideia de que a infância é uma fase de inocência e esta é sinônimo de ser assexuado. O que percebemos é uma estreita associação entre sexualidade e o sexo com impureza. São, portanto, assuntos maculadores da pureza infantil, que nós sabemos que é falaciosa. Implicado nessa premissa esta, ainda, que quando falamos de sexualidade, estamos falando, sobretudo daquelas que não reproduzem o padrão heterossexual. Pois, tendemos a naturalizar essa expressão da sexualidade, assim como fazemos com o gênero e a raça, quero dizer, que os padrões



tidos como corretos, os hegemônicos são invisibilizados, ficando a marca da diferença para os que são desqualificados e inferiorizados socialmente. Assim, a heterossexualidade não necessita de discussão e problematização. Quando os fatos mostram é que são nas relações heterossexuais que aprendemos as assimetrias de gênero, que são nesses arranjos que mulheres são mais violentadas e crianças também; que são famílias heterossexuais aquelas que expulsam de casa seus filhos e filhas que não atendem às expectativas de sexo e gênero da casa. Com isso, não quero “demonizar” a heterossexualidade, fazer isso seria operar dentro da mesma matriz lógica que autoriza a desqualificação das outras sexualidades. Mas quero, isso sim, provocar nosso olhar, instigando outras perguntas quando nos sentamos para pensar um curso tão desafiador quanto imprescindível como o GDE. Vejo que nesse processo reflexivo que estamos percebendo não apenas a violência de gênero, mas o próprio gênero como uma categoria que violenta muitas pessoas. Como lidar com essas descobertas, com as provocações e resistências, ainda não sabemos. Mas certamente, sabemos hoje mais do que soubemos antes de nos deixarmos desafiar pelas demandas sociais, que refletem grandemente na educação, sobre qual a escola que queremos; qual projeto de sociedade consideramos que temos que discutir e como faremos isso de forma mais crítica, plural, horizontal e profícua.

► Referências

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith. *Deshacer el Género*. Barcelona: Paidós, 2006.

CABRAL, Carla G.; MINELLA, Luzinete S. (Orgs.). *Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: Mulheres, 2009.



CRUZ, Elizabete F. "Banheiros, Travestis, Relações de Gênero e Diferenças no Cotidiano da Escola". *Psicologia Política*, v. 11, n. 21, p. 73-90, jan./jun. 2011.

DURHAM, Eunice R. "Movimentos sociais, a construção da cidadania". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 10, out 1984.

FRANÇA, Cecília de C. "O Outro e Eu: Que Relação é esta na Educação?" In: GRANDO, Beleni S.; PASSOS, Luiz Augusto. *O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

HENRIQUES, Ricardo et al. Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. *Cadernos Secad 4*, Brasília, maio 2007.

IRINEU, Bruna. A.; FROEMMING, Cecília, N. Homofobia, Sexismo e Educação Notas sobre as possibilidades de enfrentamento a violência a partir de um projeto de extensão universitária. *Advir*, p. 75-91, Julho de 2012.

LOPES, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. "As políticas de diversidade na educação no governo Lula". *Cadernos de Pesquisa*, 2009, v. 39, n. 137, p. 461-487.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. "A prevenção do desvio: o dispositivo da AIDS e a repatologização das sexualidades dissidentes". *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, v. 1, abril, 2009.



PEDAGOGIA DA EQUIDADE: GÊNERO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR



Mareli Eliane Graupe

[...] Se na verdade não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda a possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

► Introdução

Nos últimos anos, ocorreram mudanças políticas, sociais, econômicas na sociedade e a partir deste novo cenário, as teorias educacionais são desafiadas a repensar seus conceitos para atender as novas necessidades impostas pela sociedade atual. Nesse contexto, surgem as competências de gênero e diversidade como conceitos fundamentais na formação d@s¹ cidadãos/

¹ Usa-se o @ para contemplar linguisticamente os gêneros feminino e masculino.



cidadãs de uma sociedade plural, onde as diferenças não podem mais ser vistas como problema ou ignoradas, mas devem ser entendidas como uma possibilidade para que tod@s @s sujeit@s possam aprender com e na diversidade.

Sabemos que atualmente é importante problematizar o papel que a educação exerce na produção das desigualdades, especialmente na constituição das masculinidades, nos comportamentos machistas, sexistas, racistas e homofóbicos, buscando a desconstrução da ideia de uma essência ou natureza que explique e justifique as violências, as desigualdades de gênero, as ações discriminatórias, bem como, as desigualdades estabelecidas entre os vários grupos sociais.

Nesta perspectiva, enfatizamos a importância da pedagogia da equidade, por entender que esta pode abranger as temáticas de gênero², relações étnico-raciais, diversidade sexual, religiosidade e outras, e apontar algumas competências necessárias @s profissionais da educação para que ess@s sejam capazes de identificar se a escola participa ou não, na construção de um modelo normativo de gênero, sexista e misógino. Busca-se acima de tudo, reconhecer espaços e possibilidades para a desconstrução de fobias, ideias preconceituosas e práticas de discriminação nas relações interpessoais e intergrupais, no currículo e na prática pedagógica.

A pedagogia da equidade objetiva uma educação democrática para tod@s. Ela prioriza que @s alun@s (sejam el@s, indígenas, quilombolas, negr@s, brancos, pobres, ric@s, homossexuais, heterossexuais, transexuais, bissexuais, religios@s ou não religios@s) vivenciem em salas de aulas atitudes, ações, que buscam desenvolver com criticidade, ideias, competências, embasadas nos princípios dos direitos iguais para pessoas diferentes.

² Segundo Grossi (2010, p. 5) “gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo”.



A implementação da pedagogia da equidade nas escolas, é um processo individual e coletivo, que envolve não somente a razão e, sim a vontade política, o desejo e a subjetividade de tod@s @s envolvid@s. Primeiramente, é necessário reconhecer que @s professor@s, além de possuírem saberes e conhecimentos teórico-metodológicos, também necessitam construir e exercitar as suas competências profissionais, e que estas não podem ser reduzidas ao domínio dos conteúdos a serem ensinados e técnicas a serem aplicadas.

Neste contexto abordaremos o pensamento pedagógico de autoras alemãs³, Edith Rosenkranz-Fallegger, Ruth Enggruber, Hannelore Faulstich-Wieland e Lena Sievers que são referência nos estudos sobre pedagogia da equidade⁴.

Segundo Rosenkranz-Fallegger (2009) o conceito de competência no campo das relações de gênero e diversidade é considerado como palavra-chave para a formação e atuação de um profissional da educação embasado nos princípios da pedagogia da equidade.

A autora Ruth Enggruber (2008) nos ajuda a compreender o conceito de competência classificando-o em quatro elementos: Competência teórico-prática, didática, social e pessoal.

Competência teórico-prática explicita a necessidade d@ profissional de educação apresentar diferentes tipos de conhecimentos e capacidades cognitivas no campo das discussões teórico-práticas sobre as relações de gênero. Além disso, @ profissional deve ser capaz de diagnosticar situações em que a temática de gênero se apresenta, objetivando desenvolver atividades e conversas sobre a mesma, sem emitir sua opinião sobre o tema em discussão.

Segundo Enggruber (2008, p. 151) a competência teórico-prática

³ A autora fez tradução livre das citações em alemão para o português.

⁴ No original: *Geschlechtergerechtigkeit* ou *geschlechtergerechte Pädagogik*.



abrange as dimensões normativas, culturais e políticas de gênero, o conhecimento sobre o resultado dos principais estudos acerca de mulheres, homens e relações de gênero, insights sobre as políticas e estratégias de igualdade de gênero, bem como o conhecimento específico sobre gênero nas respectivas áreas de trabalho, como por exemplo, gênero e crianças, jovens, saúde, e educação.

Competência didática é a capacidade de identificar quando os estereótipos sexuais e as discriminações surgem no contexto escolar, e de reconhecer os efeitos destas, na formação de opiniões entre os estudantes. Também deve ter, além do conhecimento teórico, o didático-metodológico, para intervir de forma ágil e eficiente nestes contextos, evitando a propagação destas mensagens entre os estudantes.

Competência social é importante para identificar e discutir conflitos emergidos das diferentes opiniões sobre as questões de gênero, diversidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. O profissional deve ter a capacidade de reconhecer atitudes discriminatórias e preconceituosas sobre os temas e empaticamente promover diálogos a partir de um embasamento teórico-metodológico, fazendo prevalecer uma postura ética e que o direito de todos (maioria e minoria) seja preservado.

Competência pessoal significa que cada profissional deverá ter *ferramentas pessoais* que poderão contribuir no desempenho de suas atividades profissionais, isto é, deverá ter habilidade para analisar e avaliar as temáticas de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e orientação sexual sem que a sua opinião, experiência pessoal e valores culturais e/ou religiosos sejam evidenciados.

Para que ocorra o desenvolvimento das competências de gênero e diversidade é necessário que os profissionais da educação articulem a discussão das questões de gênero, sexualidades, diversidade e relações étnico-raciais, considerando a **esfera da vida privada, política e profissional**. Alguns desafios para que ocorra



este desenvolvimento são, por exemplo, ter sensibilidade e consciência sobre a influência dos aspectos relacionados ao seu campo de atuação enquanto profissional de educação, assim como ter capacidade de realizar autorreflexão sobre o seu papel em relação a sua expectativa individual à contribuição da implementação das temáticas de gênero e diversidade no campo educacional.

A temática da violência também deve ser contemplada no campo das relações de gênero. Uma das competências de profissional, é de identificar os tipos de violências que são cometidos pelos jovens na sala de aula, na escola e, buscar desenvolver projetos sociais que objetivam a conscientização dos mesmos e redução da violência. Por todas estas razões, é indispensável que futuros professores sejam qualificados para esta importante tarefa de educar priorizando a construção de uma sociedade mais justa.

A abordagem das competências de gênero e diversidade na escola pode proporcionar a desconstrução e re-construção das regras e normas necessárias para a convivência entre os diferentes, sem preconceitos e sem estereótipos de discriminação. Trabalhá-las no campo educacional permite vislumbrar que a educação pode contribuir na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária para ambos os sexos.

As competências de relações de gênero e diversidade proporcionam discussões sobre os estereótipos que estão, de forma consciente ou inconsciente, presentes nas práticas educativas; proporciona o reconhecimento consciente do direito e da liberdade dos estudantes serem motivados em diferentes áreas.

Além das competências de gênero e diversidade, também é indispensável o conhecimento sobre os princípios do querer, saber e poder. Esses princípios são importantes para que o profissional da educação se instrumentalize e seja capaz de desenvolver as competências no campo da educação, que certamente, poderão auxiliar o desempenho de sua atividade enquanto professor comprometido com a sua função social na formação de meninos, homens e mulheres.



a) Princípio do querer:

Este princípio se refere à vontade, à disponibilidade e ao engajamento d@ professor@, da equipe pedagógica e diretiva em proporcionar a educação equitativa na sua escola. Ele possui duas dimensões importantes – a individual e coletiva. Na individual, é importante considerar que @ professor@ incorpore em sua subjetividade⁵ e suas práticas sociais, ideias, conhecimentos, valores e opiniões sobre como e por que a perspectiva da pedagogia da equidade deve ser trabalhada na escola.

Na dimensão coletiva é primeiramente indispensável que exista um projeto político pedagógico, objetivos claros, interesse e motivação por parte d@s profissionais da educação para que est@s possam trabalhar e contribuir à implementação das competências de gênero e diversidade no cotidiano escolar. Enfim, este princípio requer uma vontade política individual e coletiva de tod@s @s envolvid@s no processo escolar, para que @ profissional da educação possa desenvolver as competências necessárias e, posteriormente, introduzi-las nas suas práticas pedagógicas.

b) Princípio do saber

O saber proporciona ao profissional da educação a possibilidade de debater, relacionar as questões de gênero desmistificando normas, preconceitos e construções sociais, culturais e históricas sobre como homens e mulheres devem ser e se comportar. O conhecimento sobre os estudos, pesquisas no campo das relações de gênero e diversidade oferecem ferramentas @o professor@ para que el@ se sinta segur@ ao trabalhar com seus/suas alun@s em sala de aula. O princípio do saber é necessário para

⁵ As técnicas de subjetivação são, pois, as maquinações, as operações pelas quais somos reunidos, em uma montagem, com instrumentos intelectuais e práticos, componentes, entidades e aparatos particulares, produzindo certas formas de ser humano, territorializando, estratificando, fixando, organizando e tornando duráveis as relações particulares que os humanos podem honestamente estabelecer consigo mesmos (ROSE, 2001, p. 176).



que @ docente tenha consciência sobre a importância da discussão dos temas das relações de gênero e diversidade, assim como a consciência sobre a sua influência direta ou indiretamente na construção d@s nov@s cidadãos, cidadãs. Ter consciência sobre o que são estereótipos sexuais, identidades sexuais, preconceitos, desigualdade de gênero, relações de poder, violências, discriminações etc., é indispensável para a concretização do próximo princípio, que é o fazer.

c) Princípio do fazer

A implementação da pedagogia da equidade e o desenvolvimento das competências de gênero e diversidade no campo escolar se efetivarão a partir do princípio do fazer. Esse princípio pressupõe competências, habilidades e estratégias tanto d@s gestor@s como d@s professor@s. Para que ocorra o desenvolvimento de uma educação equitativa na escola é necessária uma interconexão entre todas as competências e os outros dois princípios. Também, é importante investimentos na formação d@s profissionais, seminários que venham a propiciar e incentivar o desenvolvimento do trabalho sobre relações de gênero na escola e, além disso, investimentos em materiais didáticos e livros pedagógicos. Desta forma, @s professor@s terão aporte teórico-metodológico para identificar os aspectos ligados às questões de gênero e diversidade na interação entre @s alun@s, entre professor@s e alun@s.

► Pedagogia da equidade

A pedagogia da equidade abriga várias temáticas que são interdependentes e transversais: Gênero, classe social, raça/etnia, religiosidade, nível de aprendizagem, nacionalidade/regionalidade, corpo e sexualidade, etc. Segundo Faulstich-Wieland (2005, p. 13), a pedagogia da equidade objetiva o desenvolvimento de



uma educação equitativa, isto é, “estimula a discussão de uma educação que reconheça a existência das diferenças entre os sexos, mas não faz desta diferença uma barreira para o desenvolvimento individual de cada ser humano”. Defende uma educação que invista no desenvolvimento de “homens e mulheres”, livres de estereótipos apropriados para cada sexo e, que enfatiza a competência e os princípios de responsabilidade, ética e de cidadania.

A pedagogia da equidade pretende oferecer aos meninos e as meninas condições para que el@s possam descobrir e desenvolver seu pleno potencial. Para que esta possa ser posta em prática é necessário que @s professor@s “tenham conhecimentos sobre as relações de gênero e as diferenças culturais existentes na escola, e a consciência de estas influenciam no desenvolvimento d@s estudantes” (SIEVERS, 2006, p. 66).

Segundo a proposta da pedagogia da equidade “as meninas e os meninos devem receber, na escola, a mesma oportunidade para desenvolverem suas habilidades e interesses, sem serem limitados pelos estereótipos sexuais, pelos papéis sexuais relacionados à masculinidade ou à feminilidade” (SIEVERS, 2006, p. 67). Esta proposta ainda possui como objetivo refletir criticamente sobre as diferenças entre os sexos e promover possibilidades em favor da construção de uma educação de qualidade para tod@s @s educand@s.

De acordo com Faulstich-Wieland (2005, p. 15):

Se meninas e mulheres, assim como rapazes e homens, forem aceitos e entendidos no processo educacional como indivíduos únicos, isto é, que cada ser é diferente, possui desejos e atitudes diferentes, seria possível oferecer uma educação voltada para o desenvolvimento das potencialidades de cada um, sem essencialmente identificá-los como representantes de um grupo (2005, p. 15).

A escola necessita reconhecer o potencial não somente dos meninos e das meninas, mas especialmente o potencial de cada



criança indiferente do seu sexo, sua classe social, sua religião. Todos podem ser motivados a realizar diferentes atividades, sem rótulos, preconceitos, discriminações.

A perspectiva da equidade caracteriza-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento. Esta valoriza e trabalha com os diferentes níveis de desempenho escolar, considerando a pluralidade um fator relevante para o desenvolvimento do pensamento.

Para que a educação escolar se estruture e se consolide, segundo os princípios da pedagogia da equidade, devem-se considerar as experiências socioculturais d@s alun@s, seus saberes e práticas familiares. O contexto escolar se organiza em torno de espaços e de tempos que de aprendizagem e desenvolvimento em seus estilos e ritmos próprios e da sala de aula à comunidade em que a escola se insere.

A escola tem papel fundamental no combate ao preconceito, pois, ela é formalmente responsável pela formação de cidadãos e cidadãs. Desse modo deve estar sempre preocupada em não reproduzir estereótipos, que podem ser definidos como rótulos usados para desqualificar grupos raciais, étnicos ou de sexos diferentes.

Sabemos que na escola, algumas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professor@s, alun@s, gestão escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente, o que causa constrangimento a essas pessoas que se veem expostas.

Na pedagogia da equidade, @ professor@ precisa conhecer a dinâmica da sala de aula e reconhecê-la como espaço produtor de conhecimentos. El@ deve ser mediador, aproximando os saberes d@s alun@s e valorizando as experiências individuais, as culturas e os costumes del@s. As diferentes posições d@s professor@s também, resultam em diversos olhares sobre



os conceitos didático-pedagógicos, e diferentes intervenções d@s mesm@s no decorrer das aulas, que algumas vezes, são politicamente corretas com a pedagogia da equidade e que outras vezes, nem tanto.

@ professor@ deve construir, junto com a @s alun@s, um ambiente de respeito pela aceitação e pela valorização das diferentes culturas, trilhando, desta forma, o caminho da superação do preconceito e o da discriminação.

Para que a pedagogia da equidade seja colocada em prática, é indispensável investimentos em boa formação e qualificação continuada para @s docentes. Para tanto, é necessário que haja investimentos no que diz respeito à formação e qualificação d@ professor@, enquanto mediador entre o que o currículo oficial reconhece como legítimo e o que a realidade em sala de aula lhe apresenta como demanda. É necessária a valorização dess@ profissional para que el@ reconheça na educação o componente substancial para o desenvolvimento de políticas em favor de cidadania. Segundo Auad é necessário “repensar a Formação de Professores/as, à luz das relações de gênero, é parte do caminho que temos que trilhar para construirmos a igualdade na escola” (AUAD, 2005, p. 3).

Na pedagogia da equidade é necessária que @s professor@s usam técnicas e métodos de ensino que facilitam o desempenho escolar de alun@s de diferentes grupos raciais, étnicos e de classes sociais. Isto inclui a utilização de uma variedade de estilos de ensino, coerente com a diversidade de estilos de aprendizagem dos vários grupos étnicos e culturais.

A integração da perspectiva do gênero no campo escolar pode começar com uma análise da situação cotidiana sobre a vida das mulheres e dos homens, tornando visíveis as suas necessidades e os diferentes problemas que estes enfrentam no seu dia a dia. Para além do gênero, el@s também são caracterizad@s, constituíd@s pela religião, origem étnica, educação, orientação



sexual, classe, etc., que reforçam ou dão origem a outras desigualdades que podem ser abordados no âmbito da pedagogia da equidade. Um dos desafios desta perspectiva consiste em mostrar que tod@s podem se beneficiar de uma sociedade mais equitativa, asentada no reconhecimento da diferença, que acolhe e valoriza as necessidades, potencialidades individuais e de grupo.

Pedagogia da equidade busca incentivar o desenvolvimento de meninas e de meninos em diferentes aspectos, capacidades e habilidades. Um menino deve ser considerado como um menino independentemente, se sua área de interesse está no domínio da Física ou no campo das Artes Plásticas, independentemente, se ele fala alto, é agressivo ou sensível e cauteloso. A menina deve ser tratada como uma menina independente, se ela gosta da área das ciências sócias ou técnica, se ela é tranquila ou agitada.

A igualdade de gênero é um dos principais objetivos da pedagogia da equidade e é importante que esteja presente como tema na educação escolar, principalmente nas discussões sobre as estruturas de poder, na escolha de conteúdos e métodos de ensino, nas atividades de lazer, no desenvolvimento social e cognitivo de meninos e meninas.

A escola deveria despertar o interesse das meninas para as áreas técnico-científicas assim, como estimular o desenvolvimento de meninos no campo artístico, na área de estudos linguísticos. Tod@s @s alun@s devem desenvolver competências nos aspectos intelectual, cognitivo, comunicativo, social, emocional, independentemente do seu sexo. A escola pode incluir no seu currículo a discussão sobre exemplos de mulheres e homens bem-sucedidos em diferentes áreas do saber.

A linguagem que é apresentada nos livros didáticos e principalmente, usada pel@s profissionais da educação durante a realização das aulas, pode influenciar na constituição de valores e na construção de imagens e representações sobre o que é apropriado para cada sexo, sobre quais profissões, quais culturas,



quais classes sociais, são privilegiadas ou rejeitada consciente ou inconscientemente nos discursos e nas práticas sociais d@s sujeit@s. Ressalta-se a necessidade de observar e refletir sobre quais valores, estereótipos, modelos, padrões são privilegiados ou rejeitados no cotidiano escolar.

O material didático e a linguagem usada pel@s professor@s na escola deveria estimular o desenvolvimento de cidadãos/ cidadãs sem o menosprezo, discriminação de um ou outro sexo, uma ou outra cultura, uma ou outra religião. A redução das desigualdades de gênero e sociais é possível por meio da implementação da pedagogia da equidade.

A pedagogia da equidade procura combater toda a forma de discriminação, estereótipos e preconceitos que limitam o pleno desenvolvimento dos indivíduos, buscando promover a igualdade de participação das mulheres e homens em todos os segmentos da sociedade.

A escola como um lugar de aprendizagem para a vida, deve estar sensível aos estereótipos de gênero e aos papéis sexuais que são atribuídos aos meninos e as meninas, permitindo que os mesm@s possam desenvolver habilidades, competências, talentos, senso crítico e que possam se configurar como um@ membr@ ativ@ na sociedade.

Uma boa escola não é somente aquela que prepara @s seus/ suas alun@s de forma técnica e metodológica - em que @s alun@s são ótim@s nos conteúdos exigidos. Mas sim, uma escola que se preocupa com o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e físico de cada sujeito. Meninos e meninas chegam à escola com diferentes ideias de masculinidade e feminilidade, com diferentes comportamentos, com diferentes perspectivas. El@s realizam as mesmas atividades, mas constroem experiências diferentes. Essas experiências podem estar carregadas de diferentes valores sobre as perspectivas de vida para cada um@.

A pedagogia da equidade busca proporcionar não uma educação típica para meninos e outra para meninas, mas sim



uma educação equitativa para tod@s. Ela possui como princípio educar os diferentes sujeitos de forma igualitária, buscando questionar as desigualdades existentes entre os sexos, através dos exemplos, representações contidas nos livros didáticos, nos comerciais, nas falas formais e informais em sala de aula sobre escolhas de carreira, planejamento de vida, lazer etc.

Para a concretização de uma educação equitativa é necessário que @s professor@s proporcionem @s menin@s que apresentam diferentes condições sociais e culturais, diferentes necessidades, interesses, perspectivas de vida, uma educação capaz de atender as necessidades e as potencialidades individuais de cada alun@.

Na perspectiva da pedagogia da equidade, a escola possui como função identificar e promover a discussão sobre as competências de gênero e diversidade. É importante observar se @s professor@s questionam e trabalham não somente os conteúdos mínimos exigidos em cada disciplina, mas também as atitudes e representações que são atribuídas a cada sexo e as diferenças culturais presentes no cotidiano escolar.

► Implementação da pedagogia da equidade?

A partir de 2003, na gestão do Presidente Lula (2002-2010), criou-se secretarias e políticas educacionais voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural, a promoção da igualdade para tod@s e o enfrentamento do preconceito e de todas as formas de discriminação. Assim, programas no campo da formação de profissionais da educação, como o Curso Gênero e Diversidade na Escola, podem proporcionar a ampliação e compreensão da importância da ação de combate à discriminação e ao preconceito no contexto escolar e na sociedade e, também, propiciar a inclusão dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997.



Os estudos de doutorado e de pós-doutorado buscaram analisar, no contexto brasileiro, se as temáticas de gênero e diversidade estão sendo implementadas no cotidiano escolar. No curso de doutorado buscou-se pesquisar sobre como as questões de gênero e as diferenças culturais são entendidas e trabalhadas no campo escolar, em três escolas no Estado do Rio Grande do Sul, considerando os princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, especialmente, os Temas Transversais: Pluralidade Cultural (Volume 10.3) e Educação Sexual e Relações de Gênero (Volume 10.6).

Os PCNs foram publicados no ano de 1997 no território brasileiro, com abrangência nacional, objetivando oferecer aos profissionais da educação, subsídios teórico-metodológicos sobre diversas áreas do saber. Este documento propõe que o conhecimento escolar seja organizado em diferentes áreas, conteúdos e temáticas sociais, as quais devem contribuir para a compreensão e intervenção na realidade em que vivem @s educand@s.

A pretensão dos PCNs é que a perspectiva de gênero seja abordada nas escolas, de forma que valorize os direitos iguais para as meninas e os meninos, desvinculando os tabus e os preconceitos. Enfim, o trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecida para homens e mulheres e apontar para sua transformação (BRASIL, 1998).

Neste estudo constatou-se que, a maioria d@s professor@s desconhece os conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e considera as temáticas de gênero e diversidade pouco relevante no cotidiano escolar.

@s professor@s que fizeram parte dessa pesquisa⁶ abordaram as questões de gênero essencialmente, de duas formas;

⁶ Participaram dessa pesquisa de doutorado 13 professor@s que estavam lecionando Matemática e Língua Portuguesa nos 5º e 8º Ano. A parte empírica da pesquisa foi desenvolvida a partir de dois métodos qualitativos que se complementam: observação participativa informal e entrevistas focalizadas.



a) Numa perspectiva tradicional, ou seja, enfatizaram estereótipos típicos para meninas e meninos: Guris são desorganizados, agressivos; garotas são organizadas, meigas, etc. b) Outra posição foi a de neutralidade, partindo do pressuposto que meninos e meninas são iguais. Os estereótipos (sobre interesse, comportamentos, atitudes, notas, etc.) impõem significados e verdades sobre o que é ser menino ou o que é ser menina, sobre o que é ser um@ bom/boa alun@. Por isso, é importante discutir a forma como @s professor@s na escola dramatizam e consolidam estereótipos e papéis sexuais (GRAUPE, 2010).

Durante a realização do curso de pós-doutorado buscou-se investigar os impactos e contribuições do Curso Gênero e Diversidade para a prática pedagógica d@s professor@s. Esse estudo também possuía como objetivo conhecer as necessidades d@s protagonistas do sistema educacional na perspectiva do desenvolvimento de uma educação de qualidade para tod@s.

Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) objetiva a implementação das temáticas de gênero e de diversidade no contexto escolar. GDE surgiu como resultado de uma articulação inicial entre vários ministérios do Governo Brasileiro (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres-SPM, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), *British Council* (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/ UERJ), (HEILBORN; RODHEN, 2009, p. 11).

No Estado de Santa Catarina ocorreu a primeira edição do curso de formação em Gênero e Diversidade na Escola no ano de 2009 e a segunda edição nos anos de 2012/2013 sob a coordenação do Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG-UFSC).



Nestes dois anos de estudo⁷ constatou-se que o curso GDE é importante para a formação d@s professor@s, que na maioria das vezes, estão pela primeira vez tendo contato com os temas - gênero, diversidade, relações étnico-raciais e diversidade sexual.

O curso GDE/SC ofereceu, nestas duas edições, vagas para 800 professor@s. Esse dado representa menos de um por cento do total dos professor@s de educação básica no Estado de Santa Catarina. Ou seja, é um número insignificante para que realmente ocorra a implementação das temáticas do GDE.

Os dados sobre a realização do curso GDE ainda apontam que @s cursistas possuem dificuldades em realizar um curso a distância, falta de familiaridade com as ferramentas do Programa *Moodle*, desafios teórico-metodológicos do ensino e aprendizagem a distância relativos a gênero, orientação sexual, sexualidade e às relações étnico-raciais. Também, apresentam problemas em conciliar a pesada carga horária de muit@s professor@s com as exigências do curso GDE (disponibilidade para participar de chats, fóruns, fazer leituras e trabalhos), poucas oportunidades formais de interlocução sobre as temáticas do curso com @s própri@s colegas da escola.

A partir das lentes da pedagogia da equidade podemos dizer o curso GDE com o seu material didático - Livro de Conteúdos e Caderno de Atividades - abrange as competências teórico-prática e didática, mas não aprofunda as competências social e pessoal, que são indispensáveis à implementação da pedagogia da equidade. Não basta ter conhecimentos e técnicas, é necessário empatia, ética e capacidade de dialogar sobre assuntos polêmicos que mexem com a subjetividade de tod@s os envolvid@s na discussão.

⁷ Mais informações sobre essa pesquisa in: GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. Desafios no proceso de implementação do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Estado de Santa Catarina. *Poiésis*, UNISUL, n. 8, v. 13, p. 100-120, 2013.



Sabemos que o curso GDE possui como meta a realização do projeto de intervenção⁸ nas escolas que é, do meu ponto de vista, uma excelente oportunidade para o exercício das competências de gênero e diversidade no contexto escolar.

► Considerações finais

Os estudos de doutorado e pós-doutorado indicam que não basta ter Parâmetros Curriculares Nacionais, cursos de formação continuada sobre gênero e diversidade, como é o caso do GDE. É necessário, além disso, compreender que essas temáticas estão inter-relacionadas com os valores culturais, religiosos, com os princípios éticos e moral, com a subjetividade e a constituição pessoal e profissional de cada professor@. Portanto, é necessária uma formação sólida sobre gênero e diversidade nos cursos de Ensino Superior.

As relações de gênero e diversidade ganham pouca relevância entre @s professor@s e a comunidade escolar em geral. Também, são insignificantes nos currículos dos cursos de Ensino Superior. Ou seja, essa ausência dos conteúdos sobre gênero e diversidade nos currículos dos Cursos de Licenciatura e na maioria dos cursos de formação continuada implica na resistência da discussão e implementação dessas temáticas nas práticas cotidianas da escola e da sala de aula.

No campo das competências de relações de gênero é importante que @s professor@s e outr@s profissionais que trabalham no

⁸ "O projeto de intervenção deve ser compreendido e desenvolvido como ação coletiva entre professor@s, alun@s e gestor@s. Logo, não se trata da elaboração solitária de um projeto para, posteriormente, ser executada por uma pessoa num curto período de tempo. Este projeto objetiva gerar impactos de curto, médio e longo prazo na escola, e @s professor@s são considerados mediadores e potenciais agentes multiplicadores de mudanças no cotidiano escolar, capazes de aplicar na prática pedagógica os pressupostos teórico-metodológicos do curso GDE" (GRAUPE; GROSSI, 2013, p. 112).



ensino, se politizem para discussão e implementação da igualdade de gênero na sala de aula, buscando realizar cursos de aperfeiçoamento que abordam o aspecto metodológico, pedagógico e didático de implementação. A formação das competências de relações de gênero e diversidade ocorrem a partir do exercício da teoria e da prática cotidiana em sala de aula. É indispensável propiciar a@s profissionais conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos como base para a compreensão e a atuação d@smesm@s na área da educação escolar.

A formação do profissional da educação deveria abranger discussões sobre as questões de gênero e diversidade para que cada profissional pudesse aprender a reconhecer e trabalhar as representações que são atribuídas para as mulheres, homens, menin@s, homossexuais, bissexuais, heterossexuais, pobres, ricos, branc@s, índi@s, negr@s, etc, estimulando para que tod@s possam se desenvolver de forma integral independente do seu sexo, cor, classe social.

Implementar a pedagogia da equidade e exercitar as competências de gênero e diversidade no campo escolar é um processo “complexo, individual e também coletivo, que envolve não somente a razão, e sim a vontade política, o desejo e a subjetividade de todos @s sujeit@s envolvid@s (gestor@s, professor@s, alun@s, pais, comunidade) no processo educativo” (GRAUPE; GROSSI, 2013, p.)

Enfim, uma escola poderá desenvolver a sua proposta pedagógica na perspectiva da pedagogia da equidade somente, se ela primeiramente, vivenciar internamente (entre professor@s, supervisor@s, direção e funcionários, pais e alunos) os princípios de democracia, direitos iguais, a capacidade de dialogar com os seus diversos segmentos de forma ética e justa. Uma escola livre de violência e que @s alun@s estejam engajados na construção de uma cultura escolar em que os interesses de tod@s sejam respeitados e trabalhados. Desta forma, a escola terá uma grande



chance de oferecer aos seus/suas alun@s uma educação equitativa que questiona os papéis sociais e culturais que são atribuídos para cada sexo, estimulando-os a superar estas representações e desenvolverem suas potencialidades individuais livre de estereótipos e preconceitos.

► Referências

AUAD, Daniela. *Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade: um caminho para a construção da igualdade*. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=4%3Aeducacao&id=18%3Aformacao-de-professoras-relacoes-de-genero-e-sexualidade-um-caminho-para-a-construcao-da-igualdade&Itemid=15>. Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL. *Secretaria de Educação Fundamental: parâmetros curriculares nacionais/ terceiro e quarto ciclos/ apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FAULSTICH-WIELAND, Hannelore. Reflexive Koedukation als zeitgemäße Bildung. In: Otto, Hans-Uwe & Jürgen Oelkers (Hg.). *Zeitgemäße Bildung. Herausforderung für Erziehungswissenschaft und Bildungspolitik*. Unter Mitarbeit von Petra Bollweg. München: Basel, 2006. p. 261-274.

FAULSTICH-WIELAND, Hannelore (2005). *Spielt das Geschlecht (k) eine Rolle im Schulalltag?* Plädoyer für eine Entdramatisierung von Geschlecht. Vortrag in der Reihe Gender Lectures an der Humboldt-Universität Berlin am 11 jul. 2005. Disponível em: <http://www.genderkompetenz.info/veranstaltungen_publications_und_news_archiv/genderlectures/faulstichwieland_manuskript_genderlecture.pdf/view>. Acesso em: 22 jan. 2014.

FAULSTICH-WIELAND, Hannelore; WEBER, Martina; WILLEMS, Katharina. *Doing Gender im heutigen Schulalltag*. Empirische Studien zur sozialen Konstruktion von Geschlecht in schulischen Interaktionen, Weinheim, 2004.



GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, p. 1-18, 2010 (Versão revisada).

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. Desafios no processo de implementação do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Estado de Santa Catarina. In: CRUZ, T. M.; PASSOS, J.C. *Relações Étnico Raciais, Gênero e Educação. Poiésis*, UNISUL, n. 8, v. 13, p. 100-120, 2013.

GRAUPE, M. E. *Geschlechterfrage und kulturelle Differenz in der Schule: Eine Studie über die geschlechtergerechte Schule am Beispiel von drei unterschiedlichen Schultypen in der Stadt Ijuí des Bundeslandes Rio Grande do Sul in Brasilien*. 2010. 370 p. Berlin:dussertation.de Verlag im Internet GmbH, 2010. 370 p. INBN 978-3-86624-485-6.

ROSENKRANZ-FALLEGGER, Edith. Gender-kompetenz: Eine theoretische und begriffliche Eingrenzung. In: LIEBIG, Brigitte; ROSENKRANZ-FALLEGGER, Edith; MEYERHOFER, Ursula. *Handbuch Gender-Kompetenz: ein Praxisleitfaden für (Fach) Hochschulen*. Vdf Hochschulverlag AG, Zürich, 2009.

SIEVERS, Lena: Stockholm, Genderarbeit in der schwedischen Schule. In: JÖSTING, Sabine; SEEMANN, Malwine (Hrsg.): *Gender und Schule: Geschlechterverhältnisse in Theorie und schulischer Praxis*, Oldenburg: BIS-Verl. der Carl-von-Ossietzky-Universität, 2006.

The image features a dark grey background with several thin white lines that intersect to form various geometric shapes, including triangles and quadrilaterals. The lines are positioned diagonally across the frame. In the lower right quadrant, the text 'ABORTO, REPRODUÇÃO E VIOLÊNCIAS' is displayed in a bold, white, sans-serif font, arranged in two lines.

**ABORTO, REPRODUÇÃO
E VIOLÊNCIAS**



AS NOVAS TECNOLOGIAS DE REPRODUÇÃO: PERMANÊNCIA OU RECONFIGURAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO?



Laurence Tain

No começo dos anos 1980, Paola Tabet ([1980], 1985, p. 127-131) esboçou magistralmente a transformação em curso das “relações de reprodução”, tratando-as como questões sociais no trabalho. Ela colocou em evidência a fragmentação das estruturas sólidas que tinham controlado a reprodução há séculos. Ela notou, por exemplo, que a prática da “barriga de aluguel” tornava visível o fato de que a apropriação privada de reprodutoras não era mais a condição necessária para a reprodução. Esta transação tem a ver, na verdade, com a capacidade de uma reprodução independentemente da apropriação de uma pessoa. Ela analisou esta evolução como uma “transformação estrutural das questões de reprodução, comparável a certas visões da dissolução do sistema de servidão na Europa” (TABET, [1980], 1985, p. 129). Simultaneamente, se interrogou sobre os efeitos de tal evolução: quais as novas técnicas de reprodução aumentam o diminuem a violência de gênero? A esta questão, ela não deu respostas definitivas. O objetivo da contribuição que segue é de trazer uma luz a esta interrogação a partir da experiência contemporânea destas últimas três décadas.



Na França, a legislação é constituída em um quadro heteronormativo conformado à violência de gênero, como fica evidente na lei de bioética de 1994. Podemos dizer, portanto, que há uma reprodução idêntica das relações sociais de sexo? Eu não creio nisso, por que atualmente a maioria das reproduções assistidas acontece em instituições médicas. O cenário é transmitido, desta forma, da intimidade dos casais ao espaço público do hospital.

A questão se torna então: quais são os usos, quais são as interpretações deste modelo ambíguo de reprodução colocado em questão com as tecnologias de assistência à procriação? Quais recomposições, em matéria de legalidade, de ilegalidade, de permanência ou de turbulências podemos reparar no plano da ordem social? Meus trabalhos colocaram em evidência quatro configurações de conformidade de distanciamento ou de transformação do modelo biológico de reprodução. Vou esboçar essas características nos itinerários de assistência à reprodução.

Uma primeira utilização corresponde a um modelo biológico de reprodução, considerado como natural, em sinergia com a recondução das relações sociais dominantes. Esta situação é ilustrada pelos percursos heteronormatizados manifestando uma forte diferenciação sexuada na divisão do trabalho e na combinação entre sexualidade e reprodução. Estas práticas e representações estão ligadas aos indivíduos que estão em uma posição de dominação. Cativos do sistema hospitalar, estes casais aderem ao sistema de gênero e se situam na parte inferior da hierarquia social.

O percurso de vida, o desenrolar dos procedimentos médicos, são marcados por um reforçamento normativo ligado à convergência entre a instituição médica e a ordem de gênero. Estas duas normas se combinam e se articulam em um longo processo do qual participam médicos e os pacientes. Esta conjunção normativa faz com que se aguarde por um resultado a qualquer preço, como eu já havia observado nos relatórios dos dossiês médicos.



Encontrei nas entrevistas¹ esta mesma vontade conjunta por parte das mulheres e dos médicos em conduzir a uma gravidez. Isto significa para as mulheres, contrariamente aos homens, de tentar ao máximo possível, sejam quais forem os riscos:

Eu penso que era a fadiga de todo o tratamento que fazia com que depois eu ficasse um pouco cansada. Eu queria mesmo assim tentar por que era possível. Eles estavam confiantes sobre a fecundação in vitro, eles me tinham dito 'olhe Madame, esta tudo passando bem'. E depois, *paf*, quando dava três meses, no momento de declarar a gravidez, era logo visto, aborto espontâneo [...]. Diríamos que Michel, ele já teria parado antes de mim. Mas eu tinha dito, eu vou tentar todo este percurso, para não ter nenhum arrependimento' (Beatrice S, .)

Meu marido disse: 'como assim, dois? Não quero'. E eu disse: ,eu acabei de terminar 40 dias de tratamento, e parece que não está funcionando, não se iluda, tu não terás uma filhinha'. Escute, vamos fazer. Vamos fazer, mesmo. Então eles me reimplantaram dois embriões [...]. Meu marido não estava contente. Ele tinha medo de 2. Mas eu escutei o que tinham me dito, sobre o fato de que isso não tinha nunca funcionado [...] o risco que eu corria era mínimo, mas as perspectivas eram mínimas [...] e depois, *voilà*, eu tinha feito, tinha funcionado [...] mas por outro lado, foi uma catástrofe: eu dei a luz com seis meses [...] eu quase morri, os gêmeos também (Isabelle S.).

Uma outra utilização manifesta um distanciamento do modelo biológico de reprodução, marcando uma mudança nas relações de poder da instituição médica e na ordem de gênero.

¹ Os testemunhos são provenientes de questões abertas de um questionário. Foram aplicados dois mil questionários entre 2008 e 2010 no âmbito do projeto DAIFI, uma enquete realizada pelo Institut National Études Démographiques (INED) coordenado por Élise de La Rochebrochard. Ou de entrevistas realizadas entre 2008 e 2013 por Irène Lucile Hertzog, Virginie Rozée ou sob minha direção, com a assistência de Françoise Cortel. O estudo incluiu também uma análise qualitativa de 126 trajetórias. Ver anexo no final do capítulo com o perfil das entrevistadas.



Assistimos aqui a um recurso diferenciado às técnicas reprodutivas, a uma relativização da filiação “natural”, a uma forma de autonomia em relação à autoridade médica e a um investimento das mulheres em sua carreira profissional. Estes percursos colocam em cena novas configurações da ordem de gênero e da organização do trabalho como tinha dito Michel Serres (1985, p. 24):

Nós avançamos lentamente em direção à celebração de dois casamentos em um: aquele do artifício e da natureza, inesperados e previsíveis; aquele do homem reduzido pela natureza ao engendramento cultural e da mulher, longamente condenada por algumas culturas a se contentar com o trabalho dito natural. Nós avançamos em direção à igualdade por processos que estão se unificando.

De fato, observamos, qualquer que seja a trajetória médica, uma ruptura com as relações sociais herdadas.

A obtenção de um nascimento é o símbolo de uma conciliação entre maternidade e carreira, marcando uma forma de reconhecimento do lugar das mulheres, ao mesmo tempo no espaço do trabalho produtivo e reprodutivo. A falha técnica pode também constituir um passaporte para legitimar outros caminhos.

Efetivamente, certas histórias de vida explicam que a impressão de ter ido “até o esgotamento” (Cécilia B, Hermine A.), “de ter tentado tudo” (Cécilia B.) permite não ter arrependimentos, ficar “aliviada” (Mickaëlle R.). O percurso é assim aberto para fazer “o luto de uma criança biológica” (Line R.) e se voltar à direção de outros projetos.

Todo o trabalho de distanciamento frente à composição biológica do corpo reprodutor e da instituição médica que é associada a ela, transita então entre duas modalidades: os processos de parentalidade não biológica, de uma parte, uma orientação em direção a projetos profissionais ou artísticos, de outra parte.



A 'construção de uma parentalidade de uma outra ordem' (Guilaine J.) é acompanhada de uma reflexividade normativa. A biomedicalização do corpo reprodutor é irrelevada e o foco é colocado sobre o caráter mais 'humano' da adoção, a partir de um processo associativo e de reuniões (Judith K.). Um 'outro olhar sobre a parentalidade' se elabora (Marie-Christine E.). A adoção permite uma parentalidade 'de parte inteira', descentrada dos 'laços de sangue' (Coraline D.) 'sem a priori', 'sem similaridade' (Éva L.).

Trata-se da construção de uma parentalidade de uma outra ordem do que do nascimento de um filho biológico. A adoção de um ou mais filhos, nascidos de outros pais necessita uma real mudança do casal, enriquecendo de ensinamentos. [...] a adoção deve ser pensada como um direito para uma criança de ter uma família e não o direito à criança dos casais, qualquer que seja sua aflição quanto à esterelidade (Guilaine J.).

A adoção é quase sempre apresentada como uma segunda opção na nossa sociedade onde os laços de sangue são primordiais pois eles permitem ser pais completamente (Coraline D.).

'Analisando bem a situação, isto me permitiu me tornar mãe sem para isso ter engravidado, de criar um filho sem ter um a priori, sem ideia de similaridade' (Éva L.).

A orientação em direção à criação intelectual ou artística marca um outro tipo de ruptura. Este processo se estende aqui com a injunção entre biomedicina e gênero para traçar um caminho uma vez reservado essencialmente à categoria masculina de humanidade. Os percursos de Claire E. e de Monique F. ilustram estas reconversões de trajetórias.

Minha vida não vai ser com filhos, o que eu vou fazer de minha vida? então, sim, e depois é... Claro que uma vida é possível sem filhos. De principal, é saber o que queremos fazer. Não é necessário ficar neste momento, é preciso lamentar. É preciso saber passar a outra coisa, por que se não passamos a vida a chorar [...] E depois, o fato de não



ter filhos, eventualmente, tem vantagens também. Eu quero dizer, depois, agente se coloca a ver os lados positivos. É obrigado, não vamos para sempre lamentar o infortúnio. Bem, é isto. Então, as partes positivas, vamos ver: podemos comer quando quisermos, podemos nos levantar quando quisermos nos dias de folga, vamos onde quisermos nas férias. Por que, as crianças nos restringem também [...] E depois nós temos muito mais tempo para fazer aquilo que tivermos vontade. Ao nível profissional, também. Eu penso que se eu tivesse filhos, eu não teria feito meus estudos de terapia familiar, eu não teria tido tempo ou então isto seria mais complicado, ou também seria preciso esperar que eles estivessem grandes (Claire E.).

Eu não podia mais. Eu fiz o que pude, eu fui até o máximo que pude. Eu poderia ter me ridicularizado, mas isso não teria sido ridículo e eu não podia mais, psicologicamente, sobretudo. Eu percebi que não estava funcionando. A falta de fertilidade, como uma necessidade de dar vida a alguma coisa. A falta de dar vida a alguém, a necessidade de exprimir alguma coisa de uma criatividade pessoal. Ele realmente veio naquele momento. Eu não estava pensando sobre isso mas minha primeira exposição, eu a fiz em 2002. Os amigos não paravam de me dizer: 'você deveria, você faz boas fotos'. E sim, é realmente em 2000 que eu comecei e eu tive uma oportunidade de exposição em 2002 (Monique F.).

Podemos propor uma leitura sociológica a partir da realocação destas injunções. Como se a superposição de duas normas tornasse possível quitar o dever das crianças a partir do momento em que se é sujeitado ao dever da medicina. A instituição médica, seu poder de absolvição poderiam então, em certos casos, conter injunções ligadas à ordem de gênero. No entanto, essas inversões são altamente segmentadas socialmente falando e envolvem as mulheres que ocupam um local cultural privilegiado. O avanço em direção à igualdade entre os sexos seria reservado a uma fração dentre as mulheres? A questão permanece colocada.

Enfim, uma última utilização corresponde a uma transformação do modelo biológico, heteronormativo, manifestando aqui



também uma autonomia da instituição médica e simultaneamente de outras rupturas médicas pelas quais a mudança da ordem do gênero tem ligação com a articulação entre sexualidade e reprodução. Estas novas montagens reprodutivas, geralmente pela iniciativa de indivíduos de orientação homossexual, mas nem sempre, fazem explodir o quadro normativo e beneficiam aos j privilegiados.

Estes processos se inscrevem claramente nos quadros do mercado. Os homens gays, tendo recursos para uma gestação por outra pessoa, no estrangeiro ou de forma ilegal na França, se colocam de maneira explícita esta questão. Tem um custo (Yannick C.) que se paga (Philippe H.).

Eu sei bem que é uma construção cultural [...] e depois [...] é o custo. É preciso estar claro, dada a minha posição na hierarquia social, tem coisas que eu posso fazer até 50.000\60.000 euros. Eu acharia indecente ir mais longe que isso. Voilà. Eu não me choco em ter que pagar (Yannick C.).

Não se pode se esconder atrás de si mesmo e ser hipócrita. Tem uma questão de dinheiro atrás de tudo isso. Bem, depois, é preciso procurar. É preciso ter atenção que a pessoas tenha uma “boa moral”, que ele não vá embora com o dinheiro. Mas, no final, tem uma questão de dinheiro entre os dois por que é proibido. É um mercado negro, então isso é com dinheiro [...]. De fato, o mercado da GPA na França, a remuneração da mãe que porta o bebê, é entre quinze e vinte mil Euros (Philippe H.).

Quanto às mulheres lésbicas, a questão se torna um pouco mais complicada (Sylvie A., Sybille K. e Anaïs B.). “Eu estou muito brava por causa desta clínica [...]. Eles só falam sobre dinheiro. Depois, seu dinheiro de venda não é assim tão ético. Eles dizem que os espermias vêm dos países nórdicos onde todos os homens são loiros e de olhos azuis” (Sylvie A.). “Nós dizemos: ‘não é possível, eles estão nos enrolando’. De fato, eles dividem



os óvulos para várias receptoras; desta forma todas as receptoras pagam [...] isto se tornou um comércio” (Sybille K, Anaïs B).

Os interesses chegam a ironizar sobre o contexto de consumo (François T.): “Eles não sabem o que comprar! Depois dos apartamentos e das roupas da Gucci, eles vão comprar um bebê! [...] Eu mesmo sei de amigos *gay*s que dizem: ‘Ah! você vai fazer um bebê, quanto vai custar?’ É a primeira questão e depois para me importunar ‘tu não vais comprar um bebê?’” “O que você quer dizer ou saber sobre nós termos meios, eu iria até a Bélgica para doar um óvulo” (Marie-Noëlle W).

Mesmo se os processos são facilitados por associações, as viagens ao estrangeiro custam muito caro, sobretudo para os homens que solicitam a gestação por outra pessoa. As transações, sejam elas realizadas no estrangeiro por meio de uma dupla doação (Catherine B.) ou a partir de uma gestação em barriga de aluguel (Franck C.), necessitam poder dispor de uma soma de dinheiro. As pessoas que se encontram neste contexto exercem profissões como: médicos, jornalistas, chefes de empresas para os homens ou cargo privado, professora, pesquisadora para as mulheres, que os permite fazer face às exigências deste mercado, frequentemente depois de um período de economias.

Nosso casal teve que fazer economias. Em tudo, nós gastamos entre 2.500 e 2.800 euros que incluem as taxas anexas de transporte. Na Bélgica, a doação de óvulos custava 230 euros e na Grécia a doação dupla custava 760 euros. Agora, os custos aumentaram por causa da concorrência. Eles alinham os preços. E não há reembolso pela *Sécurité Sociale* (plano público de saúde). Catherine B.

Eu vendi meu apartamento em Paris, eu construí uma casa [...] e a surpresa, eu não fiz minhas contas direito, as economias que eu tinha feito desde que a casa tinha sido terminada, e eu percebi que o projeto americano estava na minha porta financeira. Franck C.



Assim a violência de gênero, suas permanências e suas reconfigurações no contexto reprodutivo, está diretamente dependente do papel primordial da instituição médica, como nos mostram os diferentes percursos evocados. Em conclusão, eu gostaria de sublinhar o impacto de duas outras questões sociais, a posição na hierarquia social e o lugar na sociedade global.

De fato, o distanciamento em relação à medicalização, o desenvolvimento dos calendários de maternidade, a renúncia a uma parentalidade biológica, os protocolos de colaboração para uma reprodução biológica são mais facilmente acessíveis aos indivíduos mais bem localizados financeiramente. Por outro lado, as mulheres pioneiras, de baixos estratos na hierarquia social, acumularam todos os riscos de “cobaias” de experimentação.

Enfim, o trabalho reprodutivo entra na mercantilização com dois efeitos de ordem de gênero. De uma parte, há uma remuneração quanto ao trabalho reprodutivo, o que o faz parecer claramente como um trabalho. Así, ele sai da invisibilidade que tinha na esfera privada. Há então aqui, uma revalorização possível deste trabalho para todas as mulheres. De outra parte, existem realocações entre as mulheres para assumir o encargo do trabalho reprodutivo. Existe então aqui um risco de exploração de certas mulheres em relação a outras que escapariam particularmente à penalidade do trabalho reprodutivo no quadro de uma divisão mundial do trabalho.

As questões de igualdade se encontram então colocadas. A possibilidade de escapar da ordem de gênero para as mulheres infecundas ou ao menos de trazer a elas a possibilidade seria reservada a uma minoria em detrimento de uma maioria que veria sua situação se degradar?



► Referências

CORREA, Marilena. Medicina reprodutiva e desejo de filhos. In: *Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptionais: Questões e Desafios*. Obra coletiva organizada por Miriam Grossi, Rozeli Porto e Marlene Tamanini, 2003.

DAUDELIN, Geneviève. "Des savoirs de femmes sur les nouvelles techniques de reproduction". *Recherches féministes*, v. 12, n. 2, p. 61-83, 1999.

EPELBOIN, Sylvie. "De l'enfant désiré... à l'enfant né... un si long parcours". *Contraception fertilité, sexualité*, v. 19, n. 3, p. 253-259, 1991.

GUÉRIN, Guite. *L'enfant inconcevable: histoires de femmes stériles*. Paris: Acropole, 1988.

ROEGIERS, Luc. FIV, crise, deuil et choix. Analyse d'une série de trente entretiens psychologiques préliminaires". *Psychologie médicale*, v. 24, n. 2, p. 153-158, 1992.

SERRES, Michel. "Contribution". In: *Génétique, procréation et droit*. Paris: Actes Sud, 1985 p. 23-30.

TABET, Paola. [1985]. "Fertilité naturelle, reproduction force". In: *La construction sociale de l'inégalité des sexes, des outils et des corps*. Paris: L'Harmattan, 1998. p. 77-181.

TAIN, Laurence. "L'hôpital, la femme et le médecin: la construction des trajectoires de fécondation in vitro". *Population*, v. 56, n. 5, p. 811-844, 2001. (Translation: 2002, "The Hospital, the woman and the physician: the construction of In Vitro Fertilization trajectories". *Population-E*, v. 57, n. 2, p. 373-404).

_____. *Le corps reproducteur*. Local: EHESP, 2013.

TESTART, Jacques. *De l'éprouvette au bébé spectacle*. Paris: Complexe, collection Le genre humain, 1984.



► Anexo² - Breve perfil das entrevistadas

Aline B.: 45 anos, assistente de crédito. O casal se conheceu em 1995, parceiro intermitente e tem 48 anos. Estão atualmente separados. Devido a uma infertilidade feminina, fez três tentativas de FIV sem resultados.

Anaís B.: em casal com Sybille K. há sete anos, dois filhos de 25 e 23 anos.

Béatrice S.: 53 anos, trabalha na Previdência Social, casada com Alexandre S., 51 anos, administrador de dezessete lojas automobilísticas; trajetória médica dos 26 aos 33 anos (de 1981 à 1988).

Catherine B.: 47 anos, casou com 32 anos; a trajetória médica se iniciou aos 33 anos (1995); estimulação, duas doações diretas de óvulos na Bélgica e depois lista de espera na França; doação de óvulos na Grécia; detectaram uma fragmentação ruim do esperma, doação dupla na Grécia (2003); atualmente tem dois gêmeos de cinco anos.

Cécilia B.: 39 anos, vigilante em um estabelecimento escolar; parceiro é lixeiro, mas estão separados atualmente; duas tentativas de FIV devido à uma infertilidade feminina; parou hoje as tentativas de FIV sem ter tido filhos

Coralie D.: 39 anos, engenheira ambiental vive com o parceiro desde 1993, ele é gestor de negócios e tem 57 anos. A infertilidade foi constatada nos dois parceiros. Após três tentativas de FIV, eles decidiram parar o tratamento. Não tem filhos.

Éva L.: 37 anos, enfermeira. Vive desde 1997 com um comerciante. Devido à infertilidade vinda dos dois parceiros, fez uma tentativa de FIV e continua os tratamentos.

Franck C.: 47 anos, veterinária, com parceiro Gilles R., um filho de um ano graças a um GPA feito nos Estados Unidos após várias tentativas infrutíferas de coparentalidade. Eventual projeto de ter um segundo filho na Índia graças aos embriões que ainda estão em sua posse.

François T.: mais de 40 anos, gerente de uma agência bancária, solteira, um GPA em andamento nos Estados Unidos.

² Entrevistas citadas em (TAIN, 2013).



- Hermine A.:** 43 anos, adjunta administrativa. Vive desde 1996 com um parceiro de 51 anos que é técnico de som. Por causa de uma infertilidade feminina fez um IAC. Renunciou a uma tentativa de FIV e não teve filhos.
- Isabelle S.:** 47 anos, com cargo de agente e depois chefe de equipe de triagem numa agência postal; casada teve o primeiro filho com 25 anos; divorciada; casou novamente com Thierry S. que exerce a mesma profissão que ela; trajetória médica se iniciou aos 33 anos (1994); uma fecundação in vitro, uma transferência de embrião e o nascimento de um menino (1995); uma segunda fecundação in vitro e o nascimento de gêmeos (1996).
- Judith K.:** 39 anos, professora de ensino fundamental, vive desde de 1994 com um parceiro de 37 anos, motorista entregador. Fez três tentativas de FIV devido a uma infertilidade masculina. Decidiram parar o tratamento, não tem filhos.
- Line R.:** 40 anos, educadora técnica em um instituto técnico e pedagógico, vive desde 1994 com um agente de controle na indústria automobilística que tem 39 anos. Devido a uma infertilidade dos dois parceiros, fez três tentativas de FIV e decidiu parar o tratamento, não tem filhos.
- Marie-Christine E.:** 39 anos, contadora; vive desde 1994 com um parceiro que é motorista entregador. Devido a uma infertilidade feminina fez um IAC, depois tentou quatro FIV. Decidiram parar o tratamento, não tem filhos.
- Marie-Noëlle W.:** 48 anos, funcionária de serviços gerais em um colégio, vive desde 1998 com um parceiro que é agricultor e tem 41 anos. A causa da infertilidade é desconhecida. Após duas tentativas de FIV renunciou ao tratamento, não tem filhos.
- Mickaëlle R.:** 44 anos, assessora de imprensa por meio período. Vive desde 1993 com um parceiro que é industrial e tem 56 anos. Devido a uma infertilidade feminina e masculina, fez quatro tentativas de FIV. Parou sem ter tido filhos.
- Monique F.:** 48 anos, assistente social em psiquiatria, vive com o parceiro desde 1992, casaram em 2006; sua trajetória médica se iniciou aos 37 anos (1998), três fecundações in vitro não seguidas de nascimentos; parou o tratamento médico em 2000.



Philippe H.: médico, vive desde 2000 com Charles R.; união civil em 2001; trajetória médica desde 2006; doou esperma nos Estados Unidos em 2007; escolheu uma mãe portadora; um menino nasceu em 2008.

Sylvia A.: 37 anos, trabalha na iniciativa privada; vive com Brigitte L.; a trajetória médica se iniciou em 2001; cinco inseminações artificiais com doação de esperma por Brigitte L. e depois quatro por Sylvia A. nos Países Baixos e o nascimento de um menino com a quarta inseminação (2006); no momento da entrevista Sylvia A. está grávida de uma menina.

Sybille K.: 43 anos, enfermeira em pedopsiquiatria, vive há 7 anos com a parceira Anaïs B., falha das inseminações e FIV na Espanha; duas gêmeas de um ano após fazer uma FIV na Grécia.



TE DOY, PERO NO TANTO. TE SACO, PERO ALGO TE DEJO. LA HISTORIA DEL ABORTO EN URUGUAY



Susana Rostagnol

Uruguay es un país *suavemente ondulado*. La creación de un estado nacional entre dos grandes potencias: la Confederación Argentina y el Imperio de Brasil, lo ubica desde el inicio, como estado tapón, estado bisagra, algodón entre cristales. Años después, una *uruguayez* impulsada desde el Estado -de la mano de la escuela pública, gratuita y obligatoria; reflejada en las pinturas de J. M. Blanes en las cuales canta al heroísmo de los protagonistas de las gestas independentistas; asociado a la temática del gaucho y siguiendo los versos de J. Zorrilla de San Martín, con una “Leyenda Patria” y “Tabaré”, que representan una mezcla de canción de gesta y relato cuasi mítico del origen de la nación.¹ Sobre esas bases se consolida un Estado fuertemente liberal, positivista, que rompe drásticamente con la

¹ En particular la última obra citada presenta una relación idílica entre el conquistador español (representado por una mujer cargada con los más hegemónicos atributos de la feminidad) y los indígenas locales, que enmascara el carácter de las relaciones entre la sociedad criolla que se fue conformando a lo largo del S XIX y aquellas poblaciones autóctonas.



Iglesia Católica, que en los primeros años del siglo XX se nutre de las ideas de los inmigrantes anarco-sindicalistas y socialistas, con las que fortalece cierto liberalismo radical, especialmente en la figura de José Batlle y Ordóñez. Ese sentido de *uruguayez* promovido desde “los aparatos ideológicos del Estado”, por usar la terminología althouseriana, coincide o se mezcla con un sentir que parece provenir también de la sociedad en su conjunto.

Uruguay, país suavemente ondulado; además de constituir ésta una característica de su topografía, es una metáfora de la uruguayez, caracterizada a lo largo del s. XX, al menos en su imaginario colectivo, por la *sociedad igualitaria* -con moña azul usada por todos los alumnos de las escuelas públicas-, *fuertemente integrada* -gracias a las leyes laborales entre otras-, *sin problemas raciales* -no hay indios, y no hay problema con los afrodescendientes-, *sin discriminación de género* -las mujeres acceden al voto y a la representación parlamentaria tempranamente-, *gran estabilidad política* -sólo rota en 1933 con el Golpe de Terra y 1973 con el golpe cívico-militar-, sin grandes conflictos políticos ni sociales. Además, es un país pequeño - apenas 176.215 km² - *todos nos conocemos*. Real de Azúa (2000) va a problematizar estas características sosteniendo que la uruguayesa es una sociedad amortiguada y amortiguadora. El sentido de “amortiguar” para este autor, se relaciona directamente con una sociedad que evita el conflicto, o mejor dicho que no tolera, no soporta el conflicto. Real de Azúa propone como una de las razones las dificultades de ciertos colectivos en alcanzar el “umbral de poder suficiente para entablar el conflicto abierto” (REAL DE AZÚA, 2000, p. 14).

Entender lo que acabo de decir se me hace imprescindible para comprender los avatares del aborto a lo largo del siglo XX y lo que va del XXI.



► Las tensiones en la “historia del aborto”

Cuando se estaba *gestando la patria*, organizándose jurídicamente, figura, en 1889 en el Primer Código Penal, el delito de aborto; es decir al aborto se lo tipificaba como delito.

Poco se sabe de lo sucedido con las mujeres que abortaron durante las primeras décadas de vigencia del Código Penal. En 1934 se lo desincrimina. Esto sucede en el marco de la dictadura de Gabriel Terra, como parte de la promulgación de un nuevo Código Penal formalmente inspirado en el Código Rocco de la Italia fascista. Esto significa que el aborto se despenaliza sin que mediara discusión legislativa. La historiadora feminista Graciela Sapriza (1995, 1997, 1999, 2000a y 2000b), gran estudiosa del tema, sostiene que la despenalización estuvo más relacionada al pensamiento eugenésico, bastante extendido en el continente latinoamericano en las primeras décadas del siglo XX que al pensamiento feminista, a pesar de la influencia del feminismo anarco-socialista presente en el Uruguay de aquellos años. Esto muestra que una práctica (aborto legal) generalmente asociada a una mayor equidad, no necesariamente va unida a un cambio en las relaciones de género. Es preciso señalar también, que en las primeras décadas del siglo XX parece ser que el aborto estaba bastante extendido como práctica anticonceptiva. En Uruguay sucedía lo mismo que señala Joana Pedro (2000) para el área de Santa Catarina, el aborto –así como el infanticidio– estaban ubicados exclusivamente en el ámbito femenino. De modo que, además de su relación con el pensamiento eugenésico, la despenalización del aborto constituyó un acto de quitarlo del ámbito de lo estrictamente femenino.

Esto se pone aún más de manifiesto, cuando unos meses después de su despenalización, se promulga la Ordenanza 131, que establece la exclusividad de los ginecólogos en estos temas: “[las parteras] ... son las colaboradoras técnicas del médico [...]



estándole severamente prohibida toda maniobra o intervención que el médico no haya formulado por escrito". En otras palabras, inmediatamente de despenalizado el aborto, se instaura una ordenanza cuyo contenido programático y práctico representa la institución de una modalidad de dominación masculina sobre la reproducción y el cuerpo de la mujer.

En 1938, cuatro años después, es recriminalizado mediante la ley 9.763. Esta acción debe entenderse integrando un proceso de biopolítica, usando la terminología foucauldiana; ya que estuvo de la mano de una serie de otras acciones que resultaban en la medicalización de la sociedad como mecanismo de control/gobernabilidad. Vale anotar que este cambio en el Código Penal nada tiene que ver con una evaluación de lo sucedido durante los cuatro años en que abortar no era delito.

Sin embargo, de la mano de la recriminalización, se instaura mecanismos de eximentes y atenuantes a la pena, es decir, se deja abierta una ventana para la práctica de determinados tipos de abortos bajo ciertas circunstancias, no obstante en todos los casos es considerado delito.

Para que esos atenuantes y eximentes tengan efecto, el aborto debe ser realizado por médicos y con el consentimiento de las mujeres; quedándoles expresamente prohibido a las parteras. Inmediatamente de promulgada la ley 9.763, la Ordenanza 179/38 que pauta los pasos que debe seguir el médico y la institución de salud luego de realizado el aborto, así como los decretos complementarios "constituyen una secuencia de normas que pueden interpretarse como 'un diálogo' entre la práctica social y la tendencia reguladora de disciplinamiento y medicalización del aborto" (RUDA/AUPF-IPPF, 2008:137), ya que éstas especifican el papel de los médicos en los abortos dentro de plazo y causas, y la voluntad de la mujer estipulados para ser considerados dentro de los atenuantes y eximentes a la ley. Asimismo, define el carácter obligatorio de la denuncia epidemiológica junto a la



confidencialidad sobre la identidad de la mujer. El análisis de los actos de gobierno inmediatamente posteriores a la promulgación de la ley permiten pensar que el aborto voluntario constituye “un hecho adjetivo siendo su preocupación central la regulación de la práctica” (RUDA/AUPF-IPPF, 2008:17)

Con el avance del siglo XX, se agudizaron las restricciones al aborto, volviéndose más secreta su práctica. Como respuesta a la situación, durante la dictadura cívico-militar, hay una iniciativa de legalización por iniciativa del Ministro del Interior. Se trata de un proyecto muy articulado estableciendo el aborto “por voluntad de la mujer dentro de las primeras 12 semanas de gestación”. Las jerarquías militares discuten el proyecto y lo descartan.

Con la salida de la dictadura, en 1985, los movimientos de mujeres tomaron el aborto entre sus demandas centrales². El lobby realizado se vio reflejado en la iniciativa parlamentaria presentada por diputados del Partido Colorado en 1985 para despenalizarlo. Sin embargo, no prospera el debate sobre el tema.

En los años siguientes se agudizan aún más las restricciones. Los eximentes y atenuantes nunca se aplicaron cabalmente, pero en ese momento aún menos. Se lleva a cabo lo que podríamos denominar un proceso de “clandestinización” mayor. Las denuncias epidemiológicas dejaron de lado la confidencialidad de la identidad de las mujeres (tal como lo estipulaba la Ley). En los '90 se volvió frecuente que los médicos denunciasen mujeres que acudían a los servicios hospitalarios con complicaciones post-aborto (ROSTAGNOL, 2003; SANSEVIERO, 2003), aunque difícilmente esto tuviera consecuencias judiciales.

Una serie de ordenanzas, decretos y políticas especialmente en los primeros años de los '90 dan cuerpo jurídico al incremento

² “El libro “Yo aborto, tu abortas, todos callan” de Cotidiano Mujer, recoge las inquietudes emanadas en encuentros feministas para debatir el tema.



a las restricciones del aborto, así como configuran el carácter criminal del mismo y de quien lo realice.

La Ordenanza 5/91 se supone que es una respuesta a las dificultades de interpretación de la normativa vigente que ya tenía más de 50 años, referida a los procedimientos a seguir para la realización de las interrupciones de embarazos considerados terapéuticos. Sin duda, en más de medio siglo, los avances en la medicina habían cambiado radicalmente el escenario. Sin embargo, su contenido apunta a los procedimientos burocráticos y no a los sanitarios. El instructivo contenido en la Ordenanza propone un trámite muy burocratizado, que incluye la autorización por escrito de la pareja o de los padres en caso de ser menor de edad; el médico tratante debe elevar los antecedentes al director del servicio, previo pasaje por una Junta Médica; luego se eleva a la Dirección del Ministerio de Salud Pública quienes en principio corroborarán que se haya cumplido con todos los pasos estipulados, luego pasa el expediente al Comando de Lucha contra el Aborto Criminal, el que eleva su informe a la Dirección General de Salud. Hecho todo esto, puede llevarse a cabo el aborto por razones terapéuticas. En la práctica no se llevaron a cabo, los sucesivos pasos burocráticos iban a contrapelo de la premura que exige la práctica de un aborto, especialmente por razones terapéuticas. De modo, que aún estos casos que podían ser contemplados entre los eximentes y atenuantes de la pena, se llevaban a cabo de manera clandestina.

Un año después, en 1992, mediante el Decreto 258 se establecieron normas para la conducta médica de aplicación directa en dependencias del Ministerio de Salud Pública. En su Art. 2 establece que:

El médico debe defender los derechos humanos relacionados con el ejercicio profesional y especialmente el derecho a la vida a partir del momento de la concepción



[y] negarse terminantemente a participar directa o indirectamente, a favorecer o siquiera admitir con su sola presencia toda violación a tales derechos, cualesquiera fuera su modalidad o circunstancia.

Esta norma del Ministerio de Salud Pública es de hecho del Poder Ejecutivo entra en colisión con la legislación vigente en ese momento respecto al aborto, la cual contemplaba eximentes y atenuantes a la pena.

Paralelamente, se viene discutiendo proyecto de ley “Regulación de la voluntaria interrupción de la gravidez”, presentado por el Diputado de Frente Amplio Rafael Sanseviero y elaborado en colaboración con la abogada feminista Graciela Dufau. Es aprobado por unanimidad en la Comisión de Bioética de la Cámara de Diputados en 1993, pero no llega a discutirse en el plenario de la Cámara.

Continúa un período de persecución a clínicas clandestinas y médicos que denuncian a las mujeres que se presentan con complicaciones post-aborto. Aunque estas denuncias no conducen a procedimientos judiciales tienen un grave efecto simbólico sobre las mujeres, quienes en su temor a la denuncia retardan la consulta frente a complicaciones, terminando muchas veces en la muerte.

Unos años más tarde, en 1998, vuelve a presentarse el mismo proyecto de ley con leves modificaciones.

Con el cambio de milenio, se suceden algunos hechos que van modificando el escenario. Por una parte, no es posible desconocer la influencia de las Conferencias de Naciones Unidas sobre el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos. Las discusiones en la arena política internacional dieron al tema definitivamente su dimensión política.

A comienzos del nuevo siglo, la demanda por la legalización del aborto pasó de ser exclusivamente feminista a ser una demanda ciudadana sostenida por diversos sectores



(JOHNSON; LÓPEZ GOMEZ; SCHENK, 2011), abriéndose paso en la agenda política. En tres oportunidades se discutieron proyectos de ley en el Parlamento. La primera vez (2002-2003) obtiene media sanción, pero no logra los votos necesarios en el Senado, no obstante una encuesta de opinión daba un 63% de aprobación al proyecto de ley (BOTINELLI, 2012). En ese momento cumplió un papel importante la Coordinadora Nacional de Organizaciones por la Defensa de la Salud Reproductiva, liderada por organizaciones feministas pero con una amplia base social que incluía representantes de algunas iglesias, grupos de derechos humanos, de la diversidad sexual, entre otros. En 2001 un aumento en las muertes de gestantes por complicaciones post-aborto, llevó a parte de la comunidad médica –reunida en Iniciativas Sanitarias– a la búsqueda de alternativas que permitieran disminuir la mortalidad. Su involucramiento en el debate fue clave, especialmente a través del desarrollo de un procedimiento de asesoramiento pre y post aborto. En el 2004, una vez fracasado el intento de legalización del aborto, el Ministerio de Salud Pública aprueba la Ordenanza 369 que refiere a la atención pre y post aborto, dejando fuera la instancia específica del aborto. El protocolo permite disminuir la posibilidad de morbimortalidad. A su vez, la difusión del misoprostol³ para provocar abortos también colaboró significativamente en la disminución de las complicaciones serias post-aborto. Resulta paradójico que luego de reafirmada la penalización del aborto (al haber votado en contra del proyecto de ley) se implemente una normativa que ayuda a las mujeres a abortar en mejores condiciones y que reafirma la confidencialidad hacia la usuaria. La ordenanza fue aplicada solo por aquellos profesionales de la salud comprometidos en el proceso de legalización del aborto,

³ Medicamento para uso por problemas gástricos, cuyo efecto secundario es provocar contracciones. Por este motivo su uso se ha extendido a fines obstétricos, y también abortivo.



ya que no se implementó una sanción para quienes no aplicaran la Ordenanza. Sin embargo, su mayor mérito probablemente fue que sacó el aborto del silencio. Comienza un proceso en el cual el aborto no solo no es tabú sino que debe ser aceptado que una mujer decida interrumpir su embarazo. Desde la perspectiva de la salud, la normativa estaba enmarcada en la reducción de riesgos y daños. Desde la perspectiva social, la normativa dio visibilidad y hasta cierta legitimidad al acto de abortar por sola voluntad de la mujer.

En el período 2007-2008, nuevamente un proyecto de ley, con muy pocos cambios respecto al anterior, es presentado para su discusión en el Parlamento. En ese momento ya se sabía la prácticamente inexistencia de procesamientos, y se había elaborado una estimación de 33.000 abortos por año (SANSEVIERO, 2003). El episodio de la denuncia por parte de un médico de una mujer que había abortado, activó un dispositivo “Nosotras y nosotros también”, mediante el cual miles de ciudadanos se autoincriminaron el delito de aborto. Entre ellos había ministros, legisladores, personalidades públicas y gente común⁴. El tema tenía una creciente visibilidad, a la vez que, habida cuenta de los pocos procesamientos y el alto número de abortos, se abrían interrogantes sobre cuál era el verdadero tema en discusión. En esta oportunidad la Ley es aprobada por ambas cámaras, pero el Presidente Vázquez veta los capítulos correspondientes al aborto, quedando instaurado por ley el asesoramiento pre y post aborto, así como los capítulos correspondientes a educación sexual. Sin duda que esa ley amplió el ejercicio de derechos sexuales y reproductivos, aunque mantenía fuera el aborto. Finalmente, en lo que va del siglo entra un tercer proyecto de ley al Parlamento. La primera versión guardaba gran similitud con el proyecto “vetado”, sin embargo a

⁴ La campaña se realizó a través de internet: <<http://despenalizar.blogspot.com/>>.



medida que avanzaban las negociaciones entre los parlamentarios para discutir la posibilidad de aprobación, los derechos de las mujeres fueron sufriendo restricciones sucesivas. La mayoría de las feministas no estaban de acuerdo con el proyecto de ley que terminó aprobándose, no obstante, todas reconocían que esa ley era un avance en el camino hacia la conquista de derechos. La ley fue aprobada en octubre de 2012. Inmediatamente, grupos pro-vida y otros conservadores iniciaron una campaña para su derogación. No obtuvieron el apoyo popular necesario para continuar con el mecanismo del referéndum, lo cual también da cuenta del amplísimo apoyo de la población a la actual ley. Se llevó a cabo una instancia de adhesión para su derogación y contó solo con 8% del padrón electoral. Esto debe leerse como una definitiva ratificación de la ley de interrupción del embarazo.

► La ley 18.987

¿Por qué esta ley concretiza esa búsqueda del *medio*, lejos de los extremos a lo que aludimos por el título de la presentación?

Es posible preguntarse si la presencia del Estado en las acciones tendientes a regular el cuerpo de las mujeres, específicamente la reproducción, se corresponde a lo que desde Foucault llamamos 'biopoder'. La Ley 18.987 establece que la mujer que manifiesta su voluntad de interrumpir su embarazo deberá entrevistarse con un equipo interdisciplinario compuesto por un profesional de la salud, uno de salud mental y otro de las ciencias sociales. Ante este equipo deberá manifestar las razones en las que basa su decisión. Luego de lo cual, tendrá cinco días para reflexionar. Tomando en cuenta los resultados de numerosas investigaciones respecto a la construcción de la decisión de interrumpir un embarazo (ROSTAGNOL, 2011; SANSEVIERO, 2003, BAJOS; FERRAND, 2002; CHANETON;



VACAREZZA, 2011; PETRACCI, 2009; HEILBORN et al. , 2012; VIVEROS; FACUNDO NAVIA, 2012; AMUCHÁSTEGUI, 2010), no puedo menos que compartir las palabras de Chaneton y Vacarezza (2011, p. 82), “Cuando lo que se juega es la vida propia, en su más amplio sentido existencial, ¿hace falta desplegar razonamientos para fundamentar la decisión?”

Algunos problemas en relación a la implementación de la ley

a) Objeción de conciencia

Inmediatamente de aprobada la ley hubo algunos debates en la prensa, pero sobre todo fue en espacios limitados al cuerpo médico donde se llevó adelante el debate. En estos sitios, algunos profesionales hablan abiertamente sobre ser objetor de conciencia para no cargar con el estigma de “aborteros” o señalaban la necesidad de cobrar por el acto médico.

Aproximadamente 30% de los y las ginecólogos han declarado “objeción de conciencia”. Se puede pensar que 30% no es un porcentaje muy elevado; significa un 70% a favor; pero el problema se agudiza en algunas regiones: por ejemplo en Salto todos los ginecólogos alegan objeción de conciencia. Esto ha creado un problema serio para resolver los casos de las mujeres que soliciten interrumpir sus embarazos en esa área. A la objeción de conciencia general de Salto, se le encontró la solución de trasladar a las mujeres a otros departamentos para conseguir la receta de prescripción de la mifepristona y el misoprostol. Esta medida, que en un principio se propuso como temporal, no parece que vaya a cambiar en el corto plazo. Así fue que ganó fuerza la idea de que muchos ginecólogos estarían usando la objeción de conciencia para disfrazar un caso de desobediencia civil. Es decir, para negarse a aplicar la ley. Este es un problema aún no resuelto.



b) Capacitación de los equipos de salud

Desde el Ministerio de Salud Pública se han iniciado distintas acciones tendientes a capacitar al personal de salud en la implementación de la ley. Aún se está en el principio del proceso, de modo que todavía carecen de la capacitación necesaria amplios sectores del área salud. Por otra parte, ginecólogos que años atrás tímidamente aplicaban la normativa de atención pre y post aborto porque vivían en lugares pequeños y temían la sanción social, son ahora capacitadores informales de colegas. Es necesario subrayar el compromiso que ha mantenido el Ministerio de Salud Pública con la implementación de la ley.

► Para concluir

La ley actual dista de ser aquella que garantiza cabalmente los derechos de las mujeres, continúa habiendo una actitud de tutelaje en el proceso de la interrupción voluntaria del embarazo, donde los equipos interdisciplinarios juegan un papel central. Estos pueden constituirse en un apoyo para la mujer o en un control de su libertad. La casuística muestra que en general actúan como un apoyo hacia las mujeres.

Por otro lado, no se despenaliza el aborto, sino que se permite que se realice bajo ciertas circunstancias. La mujer que aborta sin seguir los pasos establecidos (ir al médico/ entrevistarse con el equipo interdisciplinarios/cinco días para reflexionar/volver al médico para dar a conocer su decisión/llevar a cabo el aborto), está en el terreno de la ilegalidad. Es posible que esta sea la razón por la cual se estima que un importante número de mujeres continúan llevando a cabo sus abortos en la clandestinidad. Los datos proporcionados por el Ministerio de Salud Pública indicaban alrededor de 400 abortos



por mes⁵, lo cual dista muchísimo de la estimación de los 33.000 abortos anuales elaborada en base a datos del 2002.

No se puede dejar de reconocer que la Ley de la IVE es un enorme paso en la conquista de derechos de las mujeres. Para que la misma fuera aprobada, implementada y ratificada se dieron algunas condiciones fundamentales:

- a) La sociedad aceptaba la práctica del aborto (encuestas realizadas en los últimos 25 años, colocan una base de aceptación en el 50%, llegando hasta el 63%), este aspecto sostenido en el tiempo muestra que el apoyo no es coyuntural.
- b) Una fuerte tradición de laicidad. El estado uruguayo es laico. La educación es laica. Los grupos pro vida están asociados a grupos religiosos, algunos a fundamentalismos.
- c) La sociedad uruguaya –amortiguada y amortiguadora- está reconociéndose menos homogénea: se asume el racismo, hay discriminaciones hacia distintos grupos sociales. El reconocimiento activo, consecuencia en buena medida del activismo de los grupos discriminados, ha resultado en una ley de matrimonio igualitario; una ley de acción afirmativa para la población afrodescendiente. Sin embargo, este es solo el inicio del camino hacia relaciones más equitativas.

“Te doy pero no tanto, te quito, pero algo te dejó” ha sido la historia del aborto en Uruguay, estamos en un momento donde tenemos algo – una ley que habilita a que las mujeres aborten-, pero no tenemos todo lo que queremos o necesitamos para ser mujeres libres, autónomas y dueñas de nuestros cuerpos.

⁵ De acuerdo a la información presentada a la prensa. Disponible em: <<http://www.medicosdelmundo.org.uy/novedades/article/el-ministerio-de-salud-publica-de>>. Acceso em: fev 2013.



► Referências:

AMUCHÁSTEGUI, Ana. "Nueva ciudadanía? La experiencia del aborto legal entre mujeres de la Ciudad de Mexico". Ponencia presentada en *Coloquio Genero y Ciudadania*. Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana-Xochimilco, 17-21 mayo 2010.

BAJOS, Natalie; FERRAND, Michele; equipo GINE 2002. *De la contraception al'avortement. Sociologie des grossesses non prevues*. Inserm (Questions de sante publique), Paris. 2002.

BOTINELLI, Oscar. "El aborto en el juego político". *Factum digital, Revista de análisis político, opinión pública y estudioa sociales*, 2012. Disponível em: <<http://www.factum.edu.uy/node/556>>. Acesso em: jan. 2013.

CHANETON, July; VACAREZZA, Nayla. *La intemperie y lo intempestivo: experiencias del aborto voluntario en el relato de mujeres y varones*. Buenos Aires: Marea Editorial, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza et al. (2012) "Gravidez imprevista e aborto no Rio de Janeiro, Brasil: gênero e geração nos processos decisórios". *Sexualidad, salud y sociedad, Revista Latinoamericana (CLAM)*, v. 12, p. 224-257, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293324656010>>. Acesso em jan 2013.

JOHNSON, Niki.; LÓPEZ GÓMEZ, Alejandra; SCHENCK, Marcela. "La sociedad civil ante la despenalización del aborto: opinión pública y movimientos sociales" In: UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, Art. 2 (*Des*)penalización del aborto en Uruguay: prácticas, actores y discursos. Abordaje interdisciplinario sobre una realidad compleja. Montevideo, UDELAR, 2011.

PEDRO, Joana. *Praticas prohibidas: praticas costumeiras do aborto e infanticidio no seculo XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PETRACCI, Mónica. "Sondeos y políticas: la opinión publica sobren derechos sexuales y reproductivos en la Argentina, 2003-2006".



In: BRAUN, Maria; STRAW, Cecilia (Comp.). *Opinion pública: una mirada desde America Latina*. Buenos Aires: Emece, 2009. p. 429-441.

REAL DE AZUA, Carlos. [1973] *Uruguay, una sociedad amortiguadora?* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

ROSTAGNOL, Susana. "Complicaciones post-aborto como una etapa del proceso de aborto: distintos actores involucrados". *SEMINARIO REGIONAL MONITOREO DE LA ATENCIÓN DE LAS COMPLICACIONES POST ABORTO EN HOSPITALES PÚBLICOS EN ÁREAS URBANAS*. Foro por los Derechos Reproductivos, Buenos Aires, 21 y 22 de abr. 2003.

ROSTAGNOL, Susana (2011) *Aborto voluntario y relaciones de género: políticas del cuerpo y la reproducción*. Tesis Doctoral, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires,

RUDA (Red Uruguaya de Autonomías)/AUPF(Asociación Uruguaya de Planificación Familiar-IPPF (International Planned Parenthood Foundation) 2008 *Barreras. Investigación y análisis sobre el acceso de las mujeres al derecho a decidir*. AUPF/IPPF-WHR, Montevideo.

SANSEVIERO, Rafael. *Condena, tolerancia y negación: el aborto en Uruguay*. Montevideo: CIIP/UPAZ, 2003.

SAPRIZA, Graciela. "Mentiras y silencios". In: BARRAN, José Pedro; CAETANO, Gerardo; PORZECANSKI, Teresa. *Historias de la Vida Privada en Uruguay*. Tomo II. Montevideo: Taurus, 1995.

_____. 1997 "Entre o desejo e a norma: a despenalização do aborto no Uruguay, 1934-1938". In: COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). *Direitos tardios, saúde, sexualidade e reprodução na America Latina*. São Paulo. Fundação Carlos Chagas: Editora 34, p. 277-300.

_____. "Misterios de la vida privada. La despenalización del aborto en el Uruguay (1934-1938)". *Encuentros*, n. 6, p. 188-210, 1999.

_____. "La utopía eugenista en el Cono Sur". *Presentacion VI Jornadas de Historia de las Mujeres y I Congreso Iberoamericano de Estudios de las Mujeres y de Genero*. Instituto Interdisciplinario de Estudios de Genero,



UBA, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia, Buenos Aires, 2000a.

_____. "A (des)penalização do aborto no Uruguai". Presentación en la Mesa Redonda Direitos Reprodutivos e Cidadania. *SEMINARIO INTERNACIONAL FAZENDO GENERO 4: CULTURA, POLITICA E SEXUALIDADE NO SECULO XXI.*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 23-26 mayo, 2000b.

VIVEROS, Mara; FACUNDO NAVIA, Angela. "El lugar de las masculinidades en la decisión del aborto". *Sexualidad, salud y sociedad. Revista Latinoamericana (CLAM)*, v. 12, p. 135-163, 2012. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293324656007>>. Acceso en: jan 2013.

O IMPACTO DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NA FORMAÇÃO MÉDICA EM OBSTETRÍCIA



Sonia N. Hotimsky

► Introdução

Este trabalho visa discutir o impacto da criminalização do aborto na formação médica a partir da análise de dados de uma pesquisa realizada sobre o ensino e treinamento em obstetrícia. Para tanto, cabe apresentar algumas informações sobre o que se denomina abortamento inseguro e seu impacto no Brasil.

O abortamento inseguro é considerado um grave problema de saúde pública e de justiça social no Brasil e na América Latina. A Organização Mundial de Saúde define o abortamento inseguro como: “procedimento para interromper uma gravidez não desejada realizado por pessoas sem as devidas habilidades ou em um ambiente sem os mínimos padrões médicos, ou ambos” (OMS, 2004, p. 12). Nota-se que, conforme essa definição, profissionais de saúde devidamente habilitados trabalhando em hospitais ou clínicas que respeitam determinados padrões médicos são considerados requisitos necessários para a realização do abortamento seguro. Em 2008, a estimativa do total de abortos



inseguros realizados na América Latina e Caribe era de 4,2 milhões, tratando-se de uma das principais causas de morbi-mortalidade materna. Estima-se que complicações resultantes de abortamentos inseguros são responsáveis por 13% das mortes maternas no mundo (WHO, 2008), sendo reconhecida pelos governantes expressamente como um grave problema de saúde pública a partir da Conferência de População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994. Essa Conferência, assim como a Conferência Mundial sobre a Mulher ocorrida em Beijing em 1995, representam marcos no processo de consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos, fruto de demandas dos movimentos feministas e de liberação homossexual desde a década de 1960. Segundo essa perspectiva o sexo, a sexualidade, o gênero e a reprodução passam a ser considerados esferas relevantes da experiência e objeto de garantias de respeito, bem-estar e livre-arbítrio a serem assegurados enquanto direitos humanos e deixam de ser considerados fenômenos da esfera privada, de convenções e normas religiosas, e/ou de políticas de controle populacional dos Estados nacionais (HEILBORN, M. L. et al., 2012). O embate entre estas perspectivas no tocante ao abortamento se faz presente na sociedade brasileira contemporânea.

O Código Penal Brasileiro, datado de 1940, estabelece que o aborto é legal apenas quando há risco para a vida da mulher e em caso de estupro. Em 2012, estas permissivas legais foram ampliadas a partir de decisão do Super Tribunal Federal, determinando que gestantes de anencéfalos têm o direito de interromper a gravidez. Considerando que o processo tramitava nas cortes desde 2004, enfrentando forte oposição do movimento Pró-Vida, essa ampliação das permissivas legais representou um avanço. Entretanto, a maioria dos abortos realizados no Brasil hoje ainda são abortos efetuados em condições de clandestinidade, abortos inseguros.

Segundo a Pesquisa Nacional de Aborto (DINIZ; MEDEIROS, 2010), realizada em 2010 em todo o Brasil urbano,



15% das mulheres de 18 a 39 anos de idade afirmaram ter feito um aborto alguma vez na vida, estimando-se que uma em cada cinco mulheres ao final de sua vida reprodutiva já fez ao menos um aborto. Os resultados desta pesquisa mostram que a cultura do aborto é forte e generalizada em nosso país, sendo o aborto clandestino uma prática comum na vida reprodutiva.

A criminalização e as leis restritivas não levam à eliminação ou redução de abortos voluntários, além de aumentarem consideravelmente os riscos de morbi-mortalidade materna. Porém, o impacto da ilegalidade atinge as mulheres de forma desigual. Há regiões no país em que as taxas de mortalidade materna são mais altas¹, como no Norte, Nordeste e no Centro-Oeste (MONTEIRO; ADESSE, 2006). Além disso, a condição de ilegalidade do aborto penaliza mais severamente as mulheres de menor escolaridade, mais pobres e, sobretudo, as mulheres negras. Segundo Adesse e Monteiro (2007) a população de mulheres negras está submetida a um risco de mortalidade em consequência de abortamento inseguro três vezes maior que as mulheres brancas. Assim, o aborto constitui um dos marcos da estratificação da vida reprodutiva (RAPP, 2001) entre as mulheres brasileiras, uma das facetas das desigualdades sociais existentes entre mulheres.

Conforme os resultados da Pesquisa Nacional de Aborto (DINIZ; MEDEIROS, 2010) cerca de metade (48%) das mulheres brasileiras residentes na zona urbana e alfabetizadas que fizeram ao menos um aborto utilizaram medicamentos, particularmente o Cytotec ou misoprostol para induzi-lo. Dentre estas, 55% recorreram ao sistema de saúde e ficaram internadas por complicações relacionadas ao aborto. Estudos recentes sobre os percursos em busca do acesso ao aborto medicamentoso indicam que as

¹ Em 2008, o abortamento inseguro era a 1ª causa de morte materna em Salvador e a 3ª causa de morte materna em São Paulo (ROSAS, 2008) e no Rio de Janeiro (GALLI; VIANA; SHIRAIWA, 2010).



barreiras legais e restrições quanto ao uso do misoprostol, principal medicamento disponibilizado no mercado ilícito para esta finalidade no Brasil, tem contribuído para ampliar o leque de riscos associados ao término voluntário da gestação (ARRILHA, 2012; DINIZ e MADEIRO, 2012). Além de se submeterem a riscos adicionais de criminalização, pois passam a se envolver com o mercado de bens ilícitos, também estão sujeitas a não receber orientações adequadas e a ingerir produtos falsificados, que não fazem o efeito desejado. Supõe-se que a falta de orientações e a ingestão de produtos falsificados contribuem para o alto índice de internações por complicações relacionadas ao aborto (VILLELA; BARBOSA, 2011). Com exceção das cirurgias cardíacas, a curetagem pós-aborto foi responsável pelo maior número de internações cirúrgicas no SUS em todos os anos no período entre 1995 e 2007, com mais de 238.000 internações ao ano (YU, 2010), ressaltando o volume de abortamentos inseguros que demandam atenção, a técnica rotineiramente utilizada para seu tratamento, e a relevância do papel desempenhado pelos serviços hospitalares em seu atendimento.

Porém, como várias pesquisas têm constatado, a qualidade da assistência ao abortamento e pós abortamento em serviços hospitalares brasileiros está bastante comprometida. Frequentemente se ignoram as orientações e normas técnicas produzidas pelo Ministério de Saúde (2001; 2005; 2011) visando assegurar uma atenção humanizada ao abortamento, assim como as orientações da Organização Mundial da Saúde em relação ao abortamento seguro (2004) e a violência institucional na atenção ao abortamento se instaura (D'OLIVEIRA; DINIZ; SCHRAIBER, 2002; ADESSE, 2006; GALLI; VIANA; SHIRAIWA, 2008; IMAIS, 2009; VILLELA; BARBOSA, 2011; AQUINO, 2012; CARNEIRO; IRIART; MENEZES, 2013).

A magnitude deste fenômeno, em nível nacional, é indicada pela primeira vez pela pesquisa Mulheres Brasileiras e



Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública (FARIA, 2013). Entre as mulheres que buscaram assistência médica hospitalar no processo de abortamento, 53% afirmaram que sofreram violência institucional. Esse quadro estarrecedor² mostra os contornos específicos que este fenômeno adquire em se tratando do aborto. Nestas instituições palavras, gestos e práticas se reiteram, indicando a existência de uma cultura profissional há muito enraizada. D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002) sugerem que parte do problema da mortalidade materna evitável ocorre dentro dos hospitais e se deve a violência cometida por profissionais, afetando o acesso aos serviços de saúde, sua qualidade e sua efetividade.

O objetivo deste artigo é contribuir para a caracterização das formas de violência institucional que se fazem presentes na formação médica durante o atendimento ao aborto e para a descrição e análise dos valores que dão suporte a este fenômeno ou parecem estar a ele associados. Pretende-se colaborar para a compreensão dos desafios a serem enfrentados na formação médica visando garantir às mulheres em processo de abortamento em serviços hospitalares o reconhecimento de seus direitos reprodutivos.

Adota-se, neste trabalho, a definição de violência de Marilena Chauí. Segundo esta autora,

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações inter-subjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. (CHAUÍ, M., 1998).

² Segundo essa mesma pesquisa, 25% das mulheres que recorreram à assistência hospitalar no parto sofreram violência institucional (HOTIMSKY; AGUIAR; VENTURI, 2013), isto é, a proporção de violência institucional vivenciada no aborto é o dobro daquela vivenciada no parto, atingindo metade das mulheres que recorreram aos hospitais em busca de cuidados médicos.



Por se tratar de um fenômeno que se remete claramente aos valores tradicionais e relações de poder desiguais que permeiam as relações de gênero em nossa sociedade, a violência institucional em saúde reprodutiva tem sido considerada violência de gênero (DINIZ; D'OLIVEIRA, 1998).

Segundo D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002), entre os fatores responsáveis pela violência institucional em saúde reprodutiva, três se destacam: o processo de socialização dos profissionais de saúde, tanto durante a formação e treinamento profissional quanto no exercício de suas atividades nos serviços de saúde; a organização dos serviços; e, o acirramento da violência estrutural e de outras manifestações de brutalidade em nossa sociedade. No caso específico do abortamento, é preciso acrescentar, os contornos específicos que o fenômeno adquire, conforme Aquino, "face às posturas dos profissionais de julgamento e punição das mulheres pelo aborto" (AQUINO, 2012, p. 1773).

Os quatro tipos de violência institucional em saúde reprodutiva enfocados por D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002) são a negligência; a violência verbal, que se manifesta por meio do tratamento grosseiro, ameaças, reprimendas, gritos e humilhação; a violência física, que inclui a não utilização de medidas de alívio a dor quando tecnicamente indicadas; e, o abuso sexual.

► Metodologia

Este trabalho tem por base pesquisa de doutorado sobre a formação médica em obstetrícia realizada entre 2004 e 2005 em duas conceituadas escolas de medicina da Região Metropolitana de São Paulo. O objetivo geral daquele trabalho era descrever e analisar os modos pelos quais se articulam a competência técnica e científica e a relação com a paciente na construção social da 'boa prática' obstétrica. Optou-se por realizar a pesquisa de campo



em duas faculdades de medicina visando averiguar continuidades e descontinuidades no ensino e treinamento em serviço, particularmente no que diz respeito à articulação destas duas dimensões estruturantes da formação do 'bom profissional' médico. A etnografia, efetuada ao longo de um ano e meio, recorreu às técnicas de observação participante do ensino e treinamento nos serviços de atenção obstétrica (pré-natal, atendimento de urgência e emergência desta especialidade, e, centro obstétrico) vinculados aos hospitais-escola de ambas as faculdades; de entrevistas semi-estruturadas com estudantes e residentes, as quais foram gravadas e transcritas, sendo submetidas à análise de conteúdo³; entrevistas informais com professores e assistentes; e, da análise complementar de livros-textos e protocolos assistências. O foco central do estudo era a atenção ao parto, porém, as tensões e conflitos em torno da atenção ao processo de abortamento, tema deste capítulo, emergiram em sala de aula em calorosas discussões em torno do exercício da ética médica em obstetrícia nos estágios de treinamento em serviço, sendo também abordado em entrevistas efetuadas com estudantes de graduação e residentes.

Neste capítulo, enfocamos oito entrevistas semiestruturadas (três efetuadas em uma faculdade e cinco em outra, com seis alunos e alunas de graduação e dois residentes), bem como a observação participante em sala de aula e em serviços de urgência e emergência obstétrica. Além disso, fazemos referência a entrevistas informais com obstetras dos hospitais-escola e aos programas das disciplinas de obstetrícia.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e pelos Comitês de Ética em Pesquisa das Faculdades e Departamentos onde o estudo foi realizado. Nas entrevistas foram utilizados

³ As 39 entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes e residentes (21 em uma faculdade e 18 em outra) tiveram duração média de uma hora e meia.



Termos de Consentimento Livre e Esclarecido específicos para alunos e residentes de cada faculdade.

► **A violência institucional no processo de abortamento em hospitais-escola: negligência**

A negligência se manifesta principalmente de duas formas, impede-se a internação, e posterga-se o atendimento. No que diz respeito à construção de barreiras, impedindo o acesso aos serviços e a internação, é preciso distinguir dois mecanismos pelos quais isto ocorre. Por um lado, é comum se fechar o acesso à triagem nos serviços de urgência e emergência obstétrica por meio de cartazes alegando que estes serviços estão indisponíveis por falta de leitos na UTI neonatal. Trata-se de um mecanismo de uso frequente, embora proibido, que afeta todas as mulheres que recorrem a estes serviços, inclusive aquelas que procuram atenção médica em processo de abortamento e não apenas aquelas em trabalho de parto, e têm sido objeto de denúncias e processos, inclusive contra os serviços de um dos hospitais-escola contemplados neste estudo (HOTIMSKY, 2007). Outro mecanismo ocorre durante a triagem. Neste caso, o profissional ou interno que atende a mulher em processo de abortamento não a encaminha para a internação. Por vezes ela é orientada a retornar ao serviço caso os sintomas (dor, sangramento) persistirem, por vezes se sugere que ela procure outro serviço. Ambos os mecanismos implicam em omissão de socorro, uma violação da Constituição Federal que garante o direito à saúde, assim como uma grave violação do Código de Ética Médica. Trata-se de uma forma muito grave de negligência, pois resulta em peregrinação hospitalar, mencionado como um dos temores das mulheres que buscam atendimento nesta situação (CARNEIRO; IRIART; MENEZES, 2013) e fator reconhecido por resultar em morbi-mortalidade materna (TANAKA, 1998).



A outra forma comum de negligência, evidenciado em serviços de saúde é o ato de postergar o atendimento (ADESSE, 2006; McCALLUM; REIS; MENEZES, 2006; GALLI; VIANA; SHIRAIWA, 2008; IMAIS, 2009; VILLELA; BARBOSA, 2011; CARNEIRO; IRIART; MENEZES, 2013). Por vezes, o ato de postergar o atendimento pode inclusive estar associado a uma prática de separar as parturientes das pacientes em processo de abortamento, reiterando a baixa prioridade e o lugar subalterno que estas ocupam frente àquelas na organização dos serviços obstétricos (McCALLUM; REIS; MENEZES, 2006).

É também comum, como tem sido apontado em pesquisas e como pude constatar em entrevistas com alunos de obstetrícia, deixar em suspense a decisão sobre a internação após um primeiro atendimento, gerando mais angústia e sofrimento para as mulheres que, com frequência, em função das restrições legais em relação ao aborto, são tratadas como “suspeitas”, desconfiando-se ou presumindo-se que induziram o aborto.

A negligência ou omissão por vezes implica em uma atitude punitiva com relação à paciente na qual o abuso do poder médico está implícito (LAZARUS, 1997; VILLELA; BARBOSA, 2011).

► **Violência verbal**

A violência verbal se manifesta por meio de tratamento rude, gritos, acusações de irresponsabilidade, de serem assassinas, e ameaças de denúncia policial. Em um dos hospitais-escola o diretor clínico do serviço comentou comigo que alguns dos obstetras lhe davam trabalho. Mencionou então, que uma turma de internos, ao término do estágio, havia se queixado com ele da atitude de um dos preceptores, obstetras responsáveis pela assistência e pelo treinamento em serviço de internos e residentes, durante um abortamento. Antigo funcionário da casa, este



obstetra havia recolhido parte dos restos fetais durante o procedimento com uma pinça e mostrado para a mulher sendo 'atendida'. Dirigindo-se a ela, ele teria dito, "olha o que você fez!" e, em seguida jogou o material no lixo. O diretor considerava esta e outras atitudes deste obstetra como expressões de um desequilíbrio emocional, porém lastimava que nada pudesse fazer a respeito. Nota-se que, neste caso, houve consenso entre os alunos de uma turma de internato que se indignaram com a postura de seu preceptor. A atitude de se queixar com o diretor clínico do serviço ao final do estágio em relação à forma como um assistente se conduziu na relação com uma paciente não é uma prática frequente entre alunos de medicina, pois tendem a se submeter à hierarquia de poder e prestígio médico na aprendizagem do exercício da prática médica. Por outro lado, a resposta do responsável pelo serviço é indicativa da tolerância com a qual a violência institucional é tratada no cotidiano dos serviços nos hospitais escola.

Alunos do internato e residentes afirmaram terem se deparado com incidentes envolvendo violência verbal em diversas situações. Suas posturas diante destas cenas eram bastante heterogêneas. Em uma aula de bioética durante o internato, como pude observar, um aluno defendeu a idéia que era preciso denunciar o 'aborto provocado' à polícia diante de um professor de ética médica que afirmava que esta atitude violaria os princípios éticos de confidencialidade e sigilo. Outros alunos criticaram a postura de um preceptor que, diante de um caso de aborto, teria dito à sua paciente: "*Eu devia chamar a polícia para senhora!*" Pode-se perceber que o contraste entre o 'médico inquisidor' e o 'médico cuidador' descrito no contexto mais amplo de narrativas veiculadas pela mídia impressa (DINIZ; CASTRO, 2011), também se faz presente na formação médica. O professor de ética médica aponta para as graves infrações éticas implícitas no ato de um médico denunciar uma paciente pela prática do aborto voluntário, porém a postura do preceptor que ameaça denunciar a paciente à polícia, também



se constitui como modelo possível de exercício da prática, não sendo objeto de intervenções por parte da direção clínica do serviço, a despeito da crítica de alguns alunos em sala de aula.

► **Violência física**

Quanto à violência física, esta se expressa por omissão quando não se oferece ou se recusa deliberadamente a administrar a analgesia antes ou durante o procedimento cirúrgico. D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002, p. 1683) indicam que profissionais de saúde descrevem esta atitude como uma forma de punição a qual recorrem como forma de ensinar as mulheres a não induzir abortos ilegais. Como bem sugere Adesse (2006), o uso rotineiro da curetagem ao invés da aspiração manual intrauterina (AMIU) se configura como outra forma de violência física, pois submete mulheres a riscos evitáveis. A curetagem consiste na raspagem mecânica da cavidade uterina, para a eliminação de seu conteúdo após a dilatação do colo uterino com o uso de anestesia ou analgesia. A AMIU consiste na retirada de material uterino por meio de vácuo gerado por uma cânula acoplada a uma seringa. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004) reconhece a aspiração manual intra-uterina como o método mais adequado para tratar o aborto incompleto no primeiro trimestre. É um procedimento recomendado pela OMS e pela Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO), tendo sido instituído pelo Ministério de Saúde do Brasil como o mais eficaz e humanizado tratamento do abortamento incompleto (Portaria n. 569/2000; BRASIL, 2001; 2005; 2011). O uso deste procedimento oferece menores riscos para as mulheres e exige menor tempo de internação que a curetagem pós-aborto (CPA), além de representar um menor custo⁴.

⁴ Em 2009, o custo médio por internação menor do AMIU era R\$129,57 enquanto o custo médio da CPA era R\$ 189,95.



Os comentários de uma professora e preceptora são bastante elucidativos: ao término de uma aula em que falou da curetagem, esta professora comentou que não sabe por que ainda não se desenvolveu uma técnica para visualizar o útero durante a CPA. Segundo ela, naquele hospital-escola era comum não utilizar histerômetro (instrumento utilizado para medir o fundo do útero) antes de introduzir a cureta, instrumento com o qual se realiza a raspagem do útero. Afirmou que o histerômetro é uma medida indireta do útero e perfura mais que as curetas. Confienciou que ela só perfurou (o útero de uma paciente sendo submetida a uma curetagem) uma vez na vida. Segundo ela, R1s (residentes no primeiro ano dos programas de residência) têm mais chances de perfurar, porque não estão acostumados “[...] o pior período do ano para os assistentes é o início, é quando a tensão é maior, tem que ficar super em cima dos residentes ingressantes!” Esta preceptora considera ser fundamental supervisionar o procedimento. Segundo ela: “Os R1s tem muita prática! Já saem sabendo fazer super bem!” Os riscos decorrentes da perfuração incluem hemorragia, que pode levar à necessidade de abrir para suturar o útero; infecção, e esterilidade. No período em que realizei a pesquisa (2004 e 2005) a AMIU sequer era mencionada como método alternativo à curetagem em sala de aula nas disciplinas de obstetrícia de ambas as faculdades e, no treinamento em serviço, a única técnica apresentada aos alunos era a CPA. Cabe mencionar, alias, que o manual *Abortamento Seguro da OMS* (2004) e o manual do Ministério da Saúde, *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher* (2001) não eram indicados nos programas das disciplinas de obstetrícia em ambas as faculdades de medicina ou mencionados em sala de aula⁵.

⁵ Tive a oportunidade de verificar que os manuais da OMS e do MS não aparecem ainda hoje (9-2013) nos programas das disciplinas e nas referências bibliográficas de um dos protocolos assistências (ZUGAIB; BITTAR, 2011) consultados durante a formação.



Entende-se porque o ensino referente ao processo de abortamento nas faculdades pesquisadas, tal como o ensino da assim denominada obstetrícia normal, é referido pelos responsáveis pela disciplina como uma formação “clássica”, uma formação em que se busca perpetuar as tradições. O modo como o livro-texto e protocolos assistências de obstetrícia da Faculdade de Medicina da USP, referencia na área, descrevem atualmente as condutas a serem adotadas quanto ao abortamento incompleto ilustram este aspecto:

Classicamente (grifo meu), o tratamento de escolha é o esvaziamento cirúrgico do conteúdo uterino, por curetagem ou aspiração manual intrauterino” (ZUGAIB, 2008, p. 545) e A conduta clássica (grifo meu) é o esvaziamento uterino por meio de curetagem uterina ou aspiração manual intrauterina (AMIU). Entretanto, para casos que se encontrem no primeiro trimestre, com poucos sintomas e pacientes bem esclarecidas, pode-se lançar mão de conduta expectante. Este tipo de conduta alcança taxa de 95% de sucesso. (PEREIRA, P. P.; ZUGAIB; BITTAR, 2011, p. 429)

Nota-se que a aspiração manual intrauterina (AMIU) é mencionada atualmente, porém como método “alternativo”, sem fazer referência aos riscos relativos destes dois procedimentos para a saúde da mulher. Deste modo, o treinamento obstétrico ‘classico’ que se resume ao manejo da cureta no exercício da curetagem, é apresentado como tratamento apropriado. Nota-se, inclusive, que a prolongada permanência hospitalar, bem como a atitude de postergar o cuidado, é justificada acima, sendo descrita como “conduta expectante”.

É possível que um dos fatores que contribuem para a reprodução de algumas formas de violência institucional descritas acima seja outro elemento da assim chamada formação clássica em obstetrícia – a ausência de orientações quanto à forma de se relacionar com as pacientes. Nota-se que a única orientação que os alunos receberam em relação à sua conduta diante de uma



paciente em processo de abortamento em uma das faculdades foi de um professor de ética médica. Na outra faculdade pesquisada, as discussões em torno de aspectos éticos e epidemiológicos do aborto estavam à cargo da área de saúde coletiva. O fato de serem professores de outras disciplinas que se encarregam de discutir os aspectos sociais e éticos do aborto não anula a relevância destes temas serem abordados na formação médica. Porém, o fato de não serem abordados pelos próprios professores de obstetrícia é também indicativo da pouca relevância que os responsáveis pela disciplina atribuem a tais temas. Outro indício da falta de ênfase na interação e diálogo com as pacientes é que os estudantes de obstetrícia não recebem qualquer treinamento ou orientação quanto ao cuidado com a paciente após o aborto, não sendo instruídos a orientá-las sobre o planejamento familiar pós-abortamento.

Como vimos, algumas manifestações de violência institucional podem colocar em evidência tensões e conflitos entre os profissionais responsáveis pelo atendimento e/ou destes com os seus alunos. Por vezes, mais de uma forma de violência institucional se explicita em uma mesma situação. O relato que segue ilustra o modo pelo qual estas dimensões da violência institucional se fazem presente no contexto do treinamento em serviço em obstetrícia.

Esta narrativa foi recolhida em entrevista com um residente durante a pesquisa de campo. Em meados do primeiro ano de residência, ele estava no Pronto Socorro Obstétrico (PSO) em um plantão noturno quando chegou uma mulher em processo de abortamento. Como era por volta das duas horas da manhã, já havia ocorrido a rotineira divisão do plantão noturno.⁶ Assim

⁶ Trata-se de um dos acordos informais, comuns entre profissionais médicos ou “esquemas de folga de plantão”, por meio dos quais um número menor do que o previsto pelos organogramas dos serviços encontra-se efetivamente de plantão (DESLANDES, 2002; DIAS, 2001; SÁ, 2005). Como pudemos observar ao longo da pesquisa de campo, no que diz respeito especificamente a obstetrícia, estes ‘esquemas’ estão presentes nos hospitais universitários (HOTIMSKY, 2007).



sendo, este residente era o único médico de plantão no PSO e havia apenas uma residente do primeiro ano (R1) presente no centro obstétrico (CO), tendo os demais residentes e assistentes de plantão nos dois serviços se retirado para seus respectivos locais de descanso.

Conforme o entrevistado: “Algumas vezes esses abortos em curso vêm acompanhados de um sangramento fenomenal, dá pra matar uma mulher de hemorragia, e era um desses. Sangrava absurdo.” Ele ligou para o CO pedindo para admitirem a paciente para fazer a curetagem e sua colega lhe respondeu que não queria fazer a curetagem naquela hora: “deixa aí embaixo e amanhã de manhã cedo faz a curetagem”. Esta teria sido uma atitude admissível, segundo nosso entrevistado, caso o sangramento tivesse parado ou diminuído, não implicando em uma ameaça à vida da paciente.

Entre você fazer uma curetagem, de manhã cedo, com a equipe que acabou de chegar de casa bem dormida e acordada, e fazer uma curetagem na madrugada, com a equipe que está vencendo o cansaço continuamente na luta, se puder escolher, faça com a equipe de manhã cedo. Isso é óbvio, desde que não tenha risco à vida.

Nota-se que postergar a realização do procedimento em nome de uma maior disposição da equipe, visando assegurar um melhor desempenho técnico é admissível. Por outro lado, o prolongamento desnecessário do sofrimento impingido à mulher que esta atitude da equipe pode representar sequer é levado em consideração, a não ser que sua vida esteja em risco.

Neste caso, porém, o sangramento não melhorou e a pressão da paciente caiu um pouco, então nosso entrevistado lhe deu soro e ligou novamente para o CO, descrevendo a situação, as providências que havia tomado e solicitando que sua colega admitisse a paciente e fizesse a curetagem. Houve novamente uma recusa e a sugestão que ele administrasse ocitocina endovenosa



à paciente visando contrair o útero. Entretanto, um tempo depois de administrar ocitocina, a paciente voltou a sangrar muito e a pressão voltou a cair. Além da ocitocina, ele lhe deu outro medicamento (Metergin) para ajudar contrair o útero e soro, mas não houve melhora. Ele ligou novamente para sua colega no CO e teria ocorrido o seguinte diálogo:

‘Olha, ô _____, já fiz ocitocina, já fiz Metergin, já dei soro, não sei o quê, a pressão caiu, e tal, ela não está chocada agora, porque eu estou dando ocitocina, Metergin e soro, mas se continuar, ela vai chocar’. ‘Ah, mas ela não está chocada agora?’. Eu falei: ‘não! Então eu acho que tem que curetar’. Falei assim. Aí eu vi ela usar a seguinte expressão, tipo assim: ‘deixa eu ver, ah... eu acho que não!’. Aí eu já estava nervoso, e achando isso uma atitude inadmissível, e eu virei e falei assim: ‘olha, eu não quero saber o que você acha. Passa pra assistente’.

Prezado(a) revisor(a): As informações sobre o entrevistado constam na página 11, página anterior: “Esta narrativa foi recolhida em entrevista com um residente durante a pesquisa de campo. Em meados do primeiro ano de residência, ele estava no Pronto Socorro Obstétrico (PSO) em um plantão noturno quando chegou uma mulher em processo de abortamento. Como era por volta das duas horas da manhã, já havia ocorrido a rotineira divisão do plantão noturno.”

Conforme meu entrevistado, não havia como ligar diretamente do PSO para a enfermaria, onde se localizavam as salas de descanso dos residentes e dos assistentes. Assim sendo, dependia da sua colega no CO para intermediar o contato. Esta, ao invés de lhe colocar em contato com a assistente, havia ligado para a R2, sua superior imediata e responsável pelo CO na ausência do assistente. Teria então transcorrido o seguinte diálogo entre ele e a R2:

‘R2: você é louco? A gente quer dormir, você não pára, não? Não, pode ser assim, [...] A mulher tá chocada?’. Foi



a pergunta dela. Eu sou obrigado a responder: ‘*Não*, não tá chocada porque eu estou fazendo tudo o possível para ela não chocar, mas ela vai chocar’. R2: ‘Eu não quero saber. Se essa mulher não chocar, você não liga aqui, porque a gente só vai fazer curetagem se ela chocar, você me entendeu?’. E desligou.

Diante da gravidade da situação e sem acesso ao CO, o residente realizou uma curetagem “a seco”, isto é, sem anestesia e sem cureta, utilizando-se de instrumental improvisado, uma pinça longa disponível no pronto socorro. O entrevistado comenta que foi uma medida de emergência que realizou em desespero:

A mulher teve muita dor, um monte de cólica, se contorceu, urrou e tudo mais, mas não tinha escolha, tive que fazer. Fiz, o sangramento diminuiu e aí deu pra manter ela até o dia seguinte de manhã, quando ela subiu, fez uma curetagem adequada e esvaziou realmente todos os restos do útero. Eu só precisava tirar aquele conjunto de restos que estava provocando o sangramento. E que dava pra sentir com o dedo, eu fazia o toque e dava para sentir o resto lá. Então, tendo examinado, sentido com o dedo, eu me atrevi a ir lá com a pinça e tirar, e consegui, né? Hoje em dia, se você olhar, vai falar ‘é uma loucura, tinha que subir e fazer a curetagem propriamente dita no centro cirúrgico’, e se desse alguma coisa errada, estava no centro cirúrgico anestesiada, abre, opera, faz o que tem que fazer, imagina que loucura, fazer sozinho, o R1 lá embaixo e tal, mas essa é daquelas horas que você começa a ter que se testar, ou você faz e resolve, ou a paciente vai morrer, né. Pior do que o que eu fiz era se ela morresse lá embaixo de sangramento, eu tivesse um choque grave, né?

A paciente correu risco de vida, sendo submetida a diversas formas de violência física e sofrimento emocional devido à atitude negligente de alguns residentes que se recusaram a atender uma emergência após a divisão do plantão. Privilegiaram seu descanso sobre sua responsabilidade médica, instaurando



um conflito com o residente entrevistado, que privilegiou a responsabilidade médica ao seu descanso e se encarregou de salvar a vida de sua paciente, com os recursos disponíveis. Entretanto, para alcançar seus objetivos, a paciente foi submetida à violência física e à riscos desnecessários. A violência física inicialmente resulta da decisão de postergar a curetagem, ignorando-se o sofrimento da paciente causado pelas cólicas, pelas medicações que recebeu visando contrair o útero, e pela incessante hemorragia. A esta forma de violência física se acrescenta a dor de ter de se submeter a uma curetagem sem anestesia e sem instrumental apropriado, pois estava recebendo assistência fora do ambiente adequado. Neste caso, embora a paciente estivesse sendo atendida dentro de um hospital-escola de uma conceituada faculdade de medicina, a situação instaurada a partir da recusa dos residentes de admiti-la ao CO se configura como um abortamento inseguro, segundo a definição da OMS, isto é, um “procedimento para interromper uma gravidez não desejada realizado por pessoas sem as devidas habilidades ou em um ambiente sem os mínimos padrões médicos, ou ambos” (OMS, 2004, p. 12).

Tratava-se de uma atitude punitiva que atingira, sobretudo a paciente, que sobreviveu à violência impingida, mas teve uma importante perda sanguínea, tendo que ser transfundida após a curetagem. Porém a punição também teve por foco o colega da residência responsável pelos seus cuidados imediatos, pois este estava perturbando o descanso de suas colegas, interferindo com o tradicional ‘esquema de folgas’, elemento do currículo oculto, isto é, uma norma informal da organização do serviço que faz parte do processo de socialização de estudantes e residentes em treinamento (HOTIMSKY, 2007). O incidente acima, embora não tenha passado despercebido do coordenador do programa de residência em obstetrícia da faculdade em questão, não resultou em uma intervenção junto a esta equipe de residentes ou em qualquer alteração na dinâmica do serviço, onde os ‘esquemas de



folga' foram mantidos. Tal como sinalizado por Lazarus (1997) em seu estudo sobre o aborto no contexto de programas de residência em obstetrícia nos Estados Unidos, este caso sugere que o individualismo se tornou um valor prevalente que frequentemente se sobrepõe à responsabilidade e ao compromisso com a paciente. No contexto brasileiro, a própria organização dos serviços obstétricos em hospitais universitários contribui para este processo de desvalorização da responsabilidade médica e, conseqüentemente, da vida de pacientes. A existência do "esquema de folgas" gera rotineiramente situações em que residentes no primeiro ano de treinamento, despreparados para determinadas emergência, se encontram sem a supervisão de assistentes, tendo que recorrer aos recursos disponíveis a aos colegas menos ou mais experientes do que eles.

► Valores em relação ao aborto na formação médica

Encontramos no treinamento em serviço uma série de atitudes de desconfiança em relação a demandas consideradas "inapropriadas" por não serem urgências e emergências. Atitudes de desconfiança e desprezo também são muito frequentes em relação a pacientes que procuram o setor em função de um tipo específico de emergência: o abortamento. Trata-se de um foco de tensões e conflitos entre membros da equipe e, principalmente, destes com as pacientes, como assinalado acima, que é específico ao setor de emergências e urgências obstétricas e que mobiliza muito os alunos de medicina, como se pode constatar durante a pesquisa. Diante do valor social que se atribui à reprodução biológica e, em particular, ao papel da mulher nesse processo, a interrupção da gravidez se configura como uma situação difícil, tensa, muitas vezes penosa e/ou conflituosa para as pacientes



como também para os profissionais de saúde e estudantes de medicina que lhes prestam assistência⁷.

No caso específico da equipe médica, cabe lembrar a tradicional ênfase na função reprodutiva da mulher presente na própria constituição da ginecologia enquanto especialidade médica. Os fundamentos “científicos” e “naturais” para a diferenciação social de gêneros se configuraram como bases para a construção social da nascente “ciência da mulher” ou ginecologia, no século XIX, tanto na Inglaterra (MOSCUCCI, 1996) como no Brasil (ROHDEN, 2001). Os médicos, apoiados inclusive em achados “científicos” da antropologia, argumentavam que o sexo e a reprodução eram mais fundamentais para a natureza da mulher do que para a natureza do homem. A partir dessa concepção, distintos papéis sociais eram prescritos para homens e mulheres, sendo o papel social da mulher reduzido basicamente à esfera privada da família e, em particular, à função reprodutiva.

Evidentemente houve muitas modificações nas relações de gênero no Brasil entre o século XIX e XXI, particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e inclusive no perfil dos profissionais médicos brasileiros e nos estudantes de medicina que vêm passando por um processo de “feminilização” (MACHADO; BELISÁRIO, 2000). Lembramos-nos dessa ênfase na função reprodutiva da mulher na constituição da especialidade porque talvez o arraigado apego às tradições que encontramos na área entre os responsáveis pela formação seja um dos fatores que ajude a explicar o conservadorismo que tem caracterizado a postura dos obstetras e ginecologistas brasileiros, em especial os mais jovens, em relação à saúde reprodutiva, particularmente em relação ao

⁷ Cabe salientar que o tema do abortamento emergiu espontaneamente em diversas entrevistas quando se solicitava aos estudantes e residentes para falar sobre aspectos dos estágios de internato ou da obstetrícia que lhes desagradaram ou para falar sobre algum incidente vivenciado durante o treinamento em serviço que considerou particularmente dramático ou traumático.



aborto (FAÚNDES et al., 2004)⁸. Certamente a postura de muitos estudantes de medicina e residentes era bastante conservadora no tocante ao tema do aborto, considerando os processos de abortamento realizados fora do âmbito da legalidade estabelecidos pela atual legislação como prática moralmente condenável. E, aparentemente, o conservadorismo tende a prevalecer e/ou a inibir manifestações abertas em prol da legalização do aborto. Trata-se de um tema cuja análise caberia ser mais aprofundada.

Para alguns alunos entrevistados e que pretendem se especializar em ginecologia e obstetrícia, a necessidade de futuramente ter de atender a casos de aborto provocado é, inclusive, motivo de indignação e raiva. Sobreposta à postura conservadora, observou-se uma caracterização do trabalho do obstetra como uma “luta para colocar a criança bem no mundo” (HOTIMSKY, 2007). Essa forma de descrever o trabalho do obstetra na assistência ao parto está respaldada nos ensinamentos nos livros-texto e em sala de aula, assim como no treinamento em serviço. A concepção que a assistência se volta primordialmente para o bem-estar da criança e não da mãe, é fruto de um deslocamento ocorrido na história da obstetrícia entre o final do século XIX e início do século XX, e que acompanha a expansão da autoridade médica na cena do parto (LEAVITT, 1999; WERTZ; WERTZ, 1979). E é o caráter dramático dessa “luta”, tal como retratado nos manuais de medicina e na formação de modo geral, que faz com que o médico possa nela desempenhar o papel de salvador do bebê (MARTIN, 2006). Essa visão da assistência obstétrica certamente contribui para configurá-la como drama médico, sendo responsável por salvar a vida

⁸ Apenas um professor da Faculdade X declarava-se publicamente em prol da legalização do aborto. Assim mesmo, esse professor havia discutido o tema com alunos da Faculdade fora do âmbito das aulas da disciplina de obstetrícia. Por outro lado, nas únicas vezes em que presenciei discussões em sala de aula acerca da legalização do aborto no contexto da formação em obstetrícia em ambas as Faculdades, estas foram conduzidas por professores de outros departamentos.



do bebê. E a oportunidade propiciada aos alunos de medicina de participar ativamente desse drama é um dos principais motivos que torna o internato nessa especialidade atraente para estudantes de medicina (BECKER et al., 2002).

É certo que o aborto inseguro, em particular, representa uma situação de difícil manejo para os obstetras por diversos motivos, entre os quais se incluem os riscos que representa para a vida da mãe e sua saúde reprodutiva, presentes em outras situações de urgência e emergência, e os valores religiosos e sociais mais amplos aos quais fizemos referência acima. Ademais, ao interromper voluntariamente a gravidez, a mulher promove, mesmo sem necessariamente desejá-lo, uma espécie de confronto não apenas em relação à ordem jurídica, mas também em relação à ordem médica. Assume o controle em relação ao próprio corpo, realizando direta ou indiretamente uma intervenção em relação a sua saúde reprodutiva, que a coloca em risco e, ao mesmo tempo, coloca em questão a autoridade médica ao invadir o campo consagrado de competência e responsabilidade profissional da obstetrícia. BECKER (2002[1961]) sugere que talvez as cenas mais difíceis na interação com os usuários dos serviços ocorram quando os médicos e/ou estudantes de medicina interpretam alguma atitude do paciente como sendo de desrespeito para com sua autoridade. E, aparentemente, um dos motivos pelo quais o assim denominado aborto inseguro conta com pouca empatia de profissionais e estudantes é o que esse ato representa em termos de usurpação de uma oportunidade de exercício de autoridade e responsabilidade profissional e de participação no drama médico mais valorizado pela obstetrícia, o de “salvar a vida da criança”.

A própria organização dos serviços obstétricos em hospitais, como bem afirmam McCallum, Reis e Menezes (2006), tende a contribuir para a valorização deste drama médico e da maternidade enquanto parte constitutiva da identidade feminina, assim como para a desvalorização da mulher que aborta



como sujeito reprodutivo fracassado. Nos hospitais-escola pesquisados encontramos diversos símbolos da desvalorização do abortamento e da mulher que aborta. Em um deles, os abortos sequer constavam do registro eletrônico, sendo registrados manualmente em um prontuário do PSO. Neste hospital-escola, as mulheres que entravam no pronto socorro em processo de abortamento não eram internadas nas enfermarias da especialidade. Elas permaneciam no pronto socorro até o momento da curetagem, quando eram encaminhadas ao CO. Após o procedimento, elas voltavam ao PSO, permanecendo às vezes em macas no corredor, de onde recebiam alta após 6 horas. No outro hospital-escola, as mulheres seguiam o mesmo percurso do PSO ao CO, porém, após a curetagem, elas eram transferidas para um leito da enfermaria de patologias ginecológicas e obstétricas, onde permaneciam por um ou dois dias e ficavam sob os cuidados dos residentes da Obstetrícia cujas visitas eram pouco frequentes.

Há de se considerar também o contraste entre os valores atribuídos à curetagem e a cesárea enquanto procedimentos na formação médica. Conforme Lazarus (1997), alguns obstetras consideram a curetagem um procedimento entediante, que envolve pouco desafio do ponto de vista da aquisição de conhecimento e aprendizagem de aptidões cirúrgicas, sendo visto como um trabalho cansativo, desagradável 'sujo', que não compensa. Os dados desta pesquisa sugerem que esta percepção da curetagem é perpetuada pela abordagem que recebe na formação em obstetrícia. Nos programas de residência a curetagem é procedimento de R1, isto é, trata-se de um procedimento considerado relativamente simples do ponto de vista técnico, cuja aprendizagem se realiza no primeiro ano. Enquanto todos disputam a oportunidade de realizar as cesáreas, não faltam oportunidades para se fazer curetagens e alguns alunos se ressentem da quantidade de curetagens que tem que fazer e da falta de oportunidades de apreender a fazer procedimentos considerados mais desafiantes e que são mais valorizados tecnicamente.



Em ambas as faculdades, havia mecanismos de controle do número de procedimentos realizados por plantão pelos residentes de primeiro ano. Em uma delas, a primeira cesárea do plantão era objeto de sorteio entre residentes os quais se revezavam ao longo de cada estágio daquele ano em que ficavam no Centro Obstétrico (C.O). No hospital-escola da outra faculdade havia um quadro branco afixado na parede da antesala do C.O., local em que ficavam os residentes internos e assistentes em momentos de folga. Denominado de “papômetro”, nele se registrava o tipo e o número de procedimentos em que cada R1 havia participado até aquele momento do estágio no C.O., isto é, as curetagens, cesáreas, parto fórceps e partos normais. Estava com duas residentes (uma R1 e uma R2) e uma assistente nesta sala uma tarde, quando a R1 chamou a atenção da assistente para o quadro. Neste quadro constava que aquela R1 havia feito 5 curetagens, 3 cesáreas e 1 parto fórceps enquanto seu colega de plantão havia feito 7 curetagens e 4 cesáreas até aquele momento. Apontando para o quadro, ela disse para a assistente: “Olha isso, Dra. ____! Que tristeza! Ninguém merece!”

Segundo um dos residentes entrevistados, o caráter entediante e repetitivo da curetagem assim como o fato de ser um procedimento desvalorizado pelos residentes por vezes contribui para descuidos que resultam em complicações como perfurações e a permanência de restos ovulares:

É quando você passa a menosprezar a curetagem que você começa a ter complicações na... toda curetagem devia ser feita com o mesmo cuidado da primeira, quando você está temeroso. [...] Geralmente, abre aspas, fecha aspas, não há uma negligencia, mas um desprezo pelo procedimento: ‘ah, é uma curetagem, é um procedimento de R1, é uma bobagem, é uma besteira de 10 minutos’. E aí é que as complicações vão acontecer [...].



Percebe-se que, na formação médica em obstetrícia, assim como ocorre na medicina de forma geral, há uma grande valorização dos conhecimentos técnico-científicos, ou seja, a dimensão da competência é privilegiada em detrimento da dimensão relacional. A assistência ao processo de abortamento é desvalorizada no treinamento, entre outras coisas, justamente pelo lugar que ocupa no desenvolvimento da competência técnica. Por outro lado, os desafios envolvidos no cuidado de mulheres que enfrentam processos de abortamento são grandes, sejam estes voluntários ou não, tendo em vista inclusive o valor social atribuída à maternidade em nossa sociedade, porém não são contemplados pelo ensino e treinamento obstétrico.

► Conclusão

As distintas formas de violência institucional acima mencionadas, tendem a se reiterar em diferentes contextos de formação, conformando-se em padrões que também se fazem presentes em serviços de assistência obstétrica. Sugere-se que há uma circulação destas palavras, gestos e práticas e que o processo de treinamento em obstetrícia contribui para sua reprodução. Muitos assistentes, preceptores e residentes responsáveis pela formação em obstetrícia não praticam as formas de violência institucional assinaladas acima. Muitos alunos não reiteram estas práticas e inclusive as criticam. Porém, sua presença no cotidiano do treinamento em serviço nas duas conceituadas escolas de medicina pesquisadas é marcante. Além de ‘penalizar’ as mulheres pelo abortamento inseguro, essas práticas violam direitos humanos e preceitos éticos fundamentais, tais como, o direito à saúde, o direito à integridade corporal, o direito especial a proteção das mães, e o direito ao benefício do progresso científico e/ou tecnológico, quando não colocam em risco a vida de mulheres.



Há uma banalização da violência institucional na formação médica em obstetrícia que nos apresenta grandes desafios. Cabe problematizá-la em programas de formação e capacitação profissional com vistas a seu enfrentamento, desenvolver instrumentos de monitoramento sistemático da assistência junta às usuárias visando coibir essas práticas e aprofundar os estudos sobre suas manifestações.

► Agradecimentos

Uma versão preliminar deste texto foi apresentado em uma Mesa Redonda sobre os Desafios e Avanços em relação ao Aborto no Brasil e na América Latina no Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Sou muito grata a Rozeli Maria Porto por ter me convidado a participar desta Mesa Redonda e a ela, a Margareth Arilha e Greice Menezes pelas questões e comentários que levantaram no debate que contribuíram muito para o aprimoramento do trabalho. Agradeço também à Rocio Alonso Lorenzo e a Heloisa Buarque de Almeida pelos seus comentários em relação a uma versão posterior deste texto. Este trabalho é fruto da pesquisa de campo de minha tese de doutorado orientada pela Lilia Blima Schraiber à quem agradeço pela orientação e pela calorosa acolhida e incentivo sempre que a procuro. Quero também agradecer a todos os alunos, residentes e professores dos Departamentos de Ginecologia e Obstetrícia onde esta pesquisa foi realizada, pela colaboração e paciência com minha presença, nem sempre muito cômoda.

► Referências

ADESSE, L. Assistência à mulher em abortamento: a necessária revisão de práticas de má conduta, preconceito e abuso. In: *Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas*. Suely Ferreira Deslandes (Org.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.



ADESSE, L.; MONTEIRO, M. *A Magnitude do Aborto: aspectos epidemiológicos e sociais*. Rio de Janeiro: Ipas Brasil e IMS/UERJ, 2007.

AQUINO et al. Qualidade de atenção ao aborto no Sistema Único de Saúde do Nordeste brasileiro: o que dizem as mulheres? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 7, p. 1765-1776, 2012.

ARILHA, M.M. Misoprostol: percursos, mediações e redes sociais para o acesso ao aborto medicamentoso em contextos de ilegalidade no Estado de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 7, p. 1785-1794, 2012.

BECKER, H. S. et al. *Boys in White: student culture in medical school*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002. Publicado originalmente em 1961 pela University of Chicago Press.

BELLODI, P. L. *O clínico e o cirurgião: estereótipos, personalidade e escolha da especialidade médica*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Ministério de Saúde. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica/MS/ Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério de Saúde, 2005.

CARNEIRO, M. F.; IRIART, J. A. B.; MENEZES, G. M. S. “Largada sozinha, mas tudo bem”: paradoxos da experiência de mulheres na hospitalização por abortamento provocado em Salvador, Bahia, Brasil. *INTERFACE*, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 405-418, 2013.

CHAUÍ, M. Ética e Violência In: *Teoria e Debate*, v. 11, n. 39, p. 32-41, 1998. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/ensaio-etica-e-violencia>>. Acesso em: 10 set. 2013.

DESLANDES, S. F. *Frágeis Deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.



DIAS, Mab. *Cesariana: epidemia desnecessária? A construção da indicação da cesariana em uma maternidade pública no município do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Saúde da Mulher e da Criança) – Instituto Fernandes Figueira – FIOCRUZ, 2001.

DINIZ, C. S. G.; D'OLIVEIRA, A. F. P. Gender violence and reproductive health. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, v. 63 (Suppl. 10): S33-S42, 1998.

DINIZ, D.; CASTRO, R. O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres. In: *Cadernos de Saúde Pública* 25, Sup. 2: S193-S204, 2009.

_____.; MADEIRO, A. Cytotec e Aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 7, p. 1795-1804, 2012.

_____.; MEDEIROS, M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. In: *Ciência & Saúde Coletiva* 15, Supl. 1, p. 959-966, 2010.

_____.; MEDEIROS, M. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 7, p. 1671-1688, 2012.

D'OLIVEIRA, A. F. P.; DINIZ, C. S. G.; SCHRAIBER, L. B. Violence against women in health-care institutions: an emerging problem. *Lancet*, v. 359, n. 11, p. 1681-1685, 2002.

FARIA, N. Entre a autonomia e a criminalização: a realidade do aborto no Brasil. In: *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições SESC São Paulo, 2013. p. 181-201.

FAUNDES, A. et. al. The closer you are, the better you understand: The reaction of Brazilian Obstetrician-Gynaecologists to unwanted pregnancy. In: *Reproductive Health Matters*, v. 12, n. 24, p. 47-56, 2004.

GALLI, B.; VIANA, P.; SHIRAIWA, T. *Dossiê sobre aborto inseguro para advocacy: o impacto da ilegalidade do abortamento na saúde das mulheres e na qualidade da atenção à saúde reprodutiva no estado do Rio*



de Janeiro. Disponível em: <<http://www.aads.org.br/arquivos/dossieRJ22.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

HEILBORN, M. L. et. al. *Direitos sexuais e reprodutivos*. In: *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Coordenação geral de Antonio Carlos de Souza Lima. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/Nova Letra, 2012.

HOTIMSKY, SN. 2007. *A formação em obstetrícia: competência e cuidado na atenção ao parto*. Tese. (Doutorado em Ciências) – Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HOTIMSKY, S; AGUIAR, J. M.; VENTURI, G. A violência institucional no parto em maternidades brasileiras. In: *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado: uma década de mudanças na opinião pública*. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.) São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições SESC São Paulo, 2013. p. 217-229.

IMAI, S. *A realidade do aborto inseguro na Bahia: a ilegalidade da prática e seus efeitos na saúde das mulheres em Salvador e Feira de Santana*, 2009

LAZARUS, E. Politicizing abortion: personal morality and professional responsibility of residents training in the United States. In: *Soc. Sci. Med.*, v. 44, n. 9, p. 1417-1425, 1997.

LEAVITT, J.W. *The growth of medical authority: technology and morals in Turn-of-the-Century Osbtetrics*. In: Leavitt J. W. (Org.). *Women and health in America*. Madison: University of Wisconsin Press; 1999. p. 636-58.

MACHADO, M. H.; BELISÁRIO, S. A. *Os médicos e o mercado de trabalho*. In: CANESQUI, A. M. (Org.). *Ciências sociais e saúde para o ensino médico*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP; 2000. p. 99-110.

MARTIN, E. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. [The Woman in the Body. A Cultural Analysis of Reproduction (1ª edição de 1987)]. Rio de Janeiro:Garamond; 2006.



McCALLUM, C. A.; REIS, A. P.; MENEZES, G. M. S. O atendimento ao aborto em uma unidade pública de saúde: as perspectivas de jovens usuárias e profissionais de saúde. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7[CD-ROM]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/ Universidade Estadual de Santa Catarina; 2006.

MOSCUCCI, O. *The science of woman: gynaecology and gender in England 1800-1929*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1990.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para os sistemas de saúde*. [Safe abortion: technical and policy guidance for health systems, 2000]. Campinas: Organização Mundial da Saúde, 2004.

RAPP, R. "Gender, body, biomedicine: how some feminist concerns dragged reproduction to the center of social theory". *Medical Anthropology Quarterly*. v. 15, n. 4, p. 466-477, 2001.

ROHDEN F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2001.

ROSAS, C. F. Aborto: um grave problema de saúde. *Nascer com equidade. I curso Humanização do Parto e Nascimento: Questões étnico-raciais e de gênero*, São Paulo, 17 de junho de 2008.

SÁ, M. C. *Em busca de uma porta de saída: os destinos da solidariedade, da cooperação e do cuidado com a vida na porta de entrada de um hospital de emergência*. Tese (Doutorado em) Psicologia - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, São Paulo, 2005.

TANAKA, A. C. D. *Maternidade: um dilema entre nascimento e morte*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1995

VENTURI, G.; GODINHO, T. (Org.) *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições SESC SP, 2013.



VILLELA, W. V.; BARBOSA, R. M. *Aborto, saúde e cidadania*. São Paulo: Editoar UNESP, 2011.

WERTZ, R. W.; WERTZ, D. C. [1977]. *Lyng-in: a history of childbirth in America*. London: Yale University Press; 1989.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Unsafe abortion: global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2008*. 6. ed. Geneva: WHO, 2011.

YU, Pai Ching. *Registro nacional de operações não cardíacas: aspectos clínicos, cirúrgicos, epidemiológicos e econômicos*. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

ZUGAIB, M. *Zugaib Obstetrícia*. Barueri, São Paulo: Manole, 2008.

_____. *Protocolos assistenciais, clínica obstétrica, FMUSP*. ZUGAIB, Marcelo; BITTAR, Roberto Eduardo (Orgs.). São Paulo: Atheneu, 2011.



DESAFIOS E AVANÇOS SOBRE O ABORTO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA



Rozeli Porto

O tema do aborto raramente passa incólume ao campo das polêmicas, funcionando, via de regra, como um imbróglio discursivo dentro do qual frequentemente os indivíduos se posicionam simplesmente como pertencentes a dois lados: ‘contra’ ou ‘a favor’, ou no máximo, variações bem delimitadas de ‘exceções’. Porém, faz-se necessário pontuar que para além do fato de o aborto constituir uma espécie de viés que segmenta posicionamentos embasados por experiências e valores subjetivos, este transborda o campo moral individual ao passo que é em todas as esferas da vida social – jurídicas, médicas, morais, éticas e religiosas – assunto de extrema relevância, figurando, portanto, como tema de pesquisa em várias áreas do campo científico. No entanto, sabe-se que ao passo que alguns setores conservadores da sociedade (SINGER, 1998) tendem a tanger a temática do aborto para uma interpretação na qual o indivíduo aparece como peça ultra destacada quase sempre negativamente, outros segmentos considerados “progressistas” persistem numa batalha argumentativa



incansável, trazendo o assunto para campos mais conectados ao restante da realidade social e imbuindo o problema do aborto de questões ligadas a políticas públicas, saúde reprodutiva da mulher, desigualdades de gênero entre outras.

Assim, nesse campo discursivo fortemente marcado por antagonismos acirrados, pesquisas que se propõem a analisar a posição dos diversos agentes envolvidos no bojo do drama do aborto clandestino aparecem como uma maneira eficaz e interessante de compreender a delicada situação social na qual as mulheres se encontram ao se decidirem por interromper uma gestação. Não obstante, já é fato amplamente comprovado por essas pesquisas que, tal qual aponta Débora Diniz (2012), mesmo com a situação desfavorável no campo das leis, as mulheres, decididas de suas escolhas, abortam. Logo, entender a forma com que as mulheres interrompem a gestação, e principalmente, os mecanismos aos quais lançam mão para exercer sua decisão parece um caminho de pesquisa promissor no sentido de colocar em foco os riscos e situações de vulnerabilidade em que estas se encontram ao optarem pela prática do aborto clandestino.

Neste sentido, o objetivo desta mesa foi propor uma discussão sobre o tema aborto no Brasil e na América Latina, considerando os avanços e os desafios a serem enfrentados na contemporaneidade. Ao articular dimensões do fenômeno que privilegia alguns eixos temáticos, especialmente os que tratam de saúde e direitos reprodutivos, campos políticos, aspectos médicos, jurídicos e religiosos, o assunto ocupa posição de destaque nas agendas políticas dos países do MERCOSUL. Sem dúvida, a questão do aborto representa uma das temáticas mais importantes na agenda feminista brasileira e sul-americana, que incorpora as contribuições da antropologia feminista e estudos de gênero, sobretudo aos desafios antropológicos contemporâneos. Na



academia, o tema tem sido objeto de investigação de vários campos disciplinares, notadamente nos estudos hodiernos sobre a antropologia das relações de gênero e feminismos, onde pesquisadoras/es se debruçam sobre o tema e tentam contribuir com reflexões para formulação de políticas públicas numa relação mais acentuada com a sociedade.

Foram muito bem-vindas e oportunas as discussões realizadas pelas palestrantes nesta mesa redonda. Como representantes nesse debate, estiveram presentes a Socióloga Sonia Homtisky professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Antropóloga Flavia de Mattos Motta da UDESC e a também Antropóloga Susana Rostagnol da UDELAR¹.

Sonia Homtisky iniciou os trabalhos com palestra intitulada “Desafios e Avanços em relação ao Aborto no Brasil e na América Latina: o impacto da criminalização do aborto na formação médica”. A pesquisadora abordou o tema do aborto a partir da violência institucional em duas escolas de medicina da Região Metropolitana de São Paulo. Através de entrevistas com jovens residentes (“RIS”) nestas duas instituições e da observação participante, Homtisky pôde captar o preconceito e a negligência existentes por parte destes profissionais durante o atendimento ao aborto. Observe-se que sua pesquisa de doutorado era focada na atenção ao parto, contudo, diante dos conflitos e embates relacionados ao processo de abortamento em seu campo de pesquisa, se viu diante da impossibilidade de ignorar tal discussão.

Inspirada por Marilena Chauí, Homtisky chama atenção que a violência praticada nessas instituições “é um ato de brutalidade” (Chauí, 1998). Uma vez direcionada as mulheres e as questões de saúde reprodutiva, acredita veementemente que se

¹ A mesa contou com a participação de Margareth Arilha pesquisadora em Saúde Reprodutiva do NEPO - Núcleo de Estudos da População da UNICAMP, que generosamente aceitou o convite para debater as falas de nossas convidadas.



trata de uma polaridade entre poderes que se distingue, conforme designam Simone Diniz e Ana Flavia D'Oliveira (1998), como uma "violência de gênero". Destaca que a violência verbal, a negligência, as humilhações, as ameaças, a violência física, a falta de medicação adequada e até mesmo o abuso sexual, caracterizam-se como alguns tipos de violência institucional em saúde reprodutiva (D'OLIVEIRA, DINIZ; SCHRAIBER, 2002).

Tudo indica, pois, que em seu campo de pesquisa, a negligência se manifesta quando a internação é negada e o atendimento é relegado a horas de espera, fato também verificado em outros estudos realizados no país (AGUIAR, 2010; AQUINO; MENEZES; BARRETO DE ARAÚJO et al., 2012; DE ZORDO, 2012; DANTAS SOUSA; PORTO, 2013). Ambos os mecanismos, segundo a autora, implicam em omissão de socorro o que viola tanto a Constituição Federal como o próprio Código de Ética Médica. Neste sentido, chama a atenção que a objeção de consciência, largamente solicitada pelos profissionais de saúde em Portugal (PORTO, 2008), nos serviços de aborto legal no Brasil (DINIZ, 2011) e mais recentemente no Uruguai – como veremos adiante –, foi raramente mencionada pelos informantes, provavelmente por desconhecerem esse estatuto que surge em 2004, ano em que a palestrante realizou pesquisa de doutorado.

Demonstra através de alguns exemplos como a violência verbal (acusações, juízos de valor, ameaças) e a violência física – omissão de analgesias ou procedimentos cirúrgicos – se revelam por parte dos profissionais estudados. Chama atenção que a utilização da curetagem em lugar da AMIU se converte em uma forma de violência física, uma vez que relega as mulheres a riscos que poderiam ser evitados. Tal atitude, analisa Homtisky, segue-se pela acepção de que as mulheres devem ser punidas por não estarem cumprindo com sua função reprodutiva ratificando assim a postura moral e ultrapassada sobre os fundamentos científicos clássicos relacionados a saúde das mulheres advindos



do séc. XIX. Nessa perspectiva ultrapassada, tal qual nos lembra Marit Melhus (1990), a mulher, em sua “essência”, deveria expressar sua virtude e superioridade moral através do sofrimento.

Outros estudos apontam a mesma direção. No nordeste brasileiro (DANTAS SOUSA e PORTO, 2013), observa-se que os cuidados pós-aborto inseguros continuam a ser gravemente limitados pelas deficiências do sistema público de saúde e pela falta de acesso a este. Casos em que o procedimento correto seria a AMIU são substituídos por curetagens, e a medicação analgésica raramente é administrada como preconiza a Norma Técnica de atenção humanizada ao abortamento (Ministério da Saúde, 2005 a e b). Do mesmo modo, calcula-se que se há tanta rejeição ao aborto nas unidades de saúde pública, é de se concluir que as mulheres que se submeterem a um aborto inseguro possivelmente possam postergar a procura de cuidados por medo de um processo criminal ou mesmo de constrangimentos morais, colocando desta forma as suas vidas em risco.

Homtisky não ignora a dificuldade dos médicos e de outros profissionais de saúde em efetuarem os atendimentos aos casos de abortamento que chegam aos serviços. Todavia, observa que a reprodução relativa aos maus tratos, a negligência e ao preconceito por parte dos residentes no primeiro ano dos programas de residência e dos diferentes profissionais, não se justifica pelo que consideram uma afronta à autoridade médica diante da agência empreendida pelas mulheres ao interromperem uma gravidez não desejada. Noutras palavras, seus atos e ações se traduzem muitas vezes, no que Homtisky chama de violência institucional, por estes mesmos profissionais não admitirem que as mulheres acabem por assumir o controle em relação aos seus próprios corpos.

A palestra proferida por Flavia de Mattos Motta sob o título “Aborto, substantivo plural”, decorre dos resultados da pesquisa “Práticas Contraceptivas e aborto em grupos populares



urbanos". Essa pesquisa teve por objetivo investigar as representações sobre o aborto a partir da reconstrução das trajetórias afetivo-sexuais de homens e mulheres de comunidades de periferia urbana de Florianópolis. As investigadoras partiram do pressuposto de que embora na sociedade brasileira ocorra um discurso contrário às práticas abortivas, em contextos sociais específicos ou nas experiências privadas dos sujeitos quando essa questão é colocada, são acionadas justificativas, para que em determinadas situações, mesmo sendo o aborto uma prática ilegal, ele ocorra (TORNQUIST et al, 2008). Metodologicamente, a investigação procurou articular técnicas de pesquisas diversas, embora a perspectiva sócio-antropológica tenha predominado e atravessado todo o trabalho de campo, conforme informam as organizadoras em seu livro (AREND, ASSIS & MOTTA, 2012).

Motta problematiza alguns fatores que circundam as representações desses sujeitos em torno do aborto provocado ao perceber as ambiguidades conceituais e morais advindas especialmente das mulheres desses grupos populares urbanos. Observa que o trabalho de campo registra uma diversidade de práticas e discursos de mulheres moradoras da comunidade em torno do aborto que pluraliza em muito a falsa dicotomia do ser "a favor" ou "contra" o aborto. Chama atenção para a complexidade do tema, e nos explica que a interpretação dos códigos morais, éticos ou sociais não podem tampouco devem ser compreendidos fora do contexto da pesquisa, pois existem lógicas diferenciais internas que pluralizam os sentidos e torno da compreensão do que seja ou não um abortamento.

Demonstra através das falas de suas interlocutoras, como o aborto em alguns momentos é confundido com o infanticídio ou com o abandono de bebês. Ressalta que no imaginário de suas entrevistadas o conceito é compreendido como uma criança o que explica a radicalidade dessas mulheres contra o aborto especialmente quando são gestações mais avançadas confirmando a



presença de “vida” ou de uma “pessoa” em questão. Contudo, percebe que quanto mais recente for a gestação, “menos *vida* e menos *pessoa*” estará representada nesta “gravidez”. Isso favorece maior permissividade a recorrência aos chás, mezinhas e beberagens, elementos que muitas vezes fazem parte do itinerário abortivo dessas mulheres, lembrando que elas também conhecem e tem acesso ao misoprostol (TORNIQUIST; PEREIRA; BENETTI, 2013; HEILBORN, 2012). Tais elementos, segundo Motta, “são capazes de resolver uma gravidez que (ainda) não envolve propriamente ou claramente uma criança”.

Motta explica a necessidade em se ter paciência e perspicácia para analisar e interpretar as narrativas ambíguas, contraditórias e controversas dessas mulheres². Observa, de forma geral, que elas acionam discursos morais e éticos sendo que suas histórias sobre o aborto sempre dizem respeito a uma amiga, vizinha ou conhecida, isto é, raramente alegam que esses processos foram vivenciados por elas mesmas, pois o aborto, especialmente nessas condições, é praticado sob o “signo do segredo” (PORTO, 2009; MOTTA, 2012), por ser considerado imoral, criminoso ou como pecado.

Também há de se ter perspicácia ao acionarem narrativas em torno do aborto. Negar um aborto é a palavra de ordem entre essas mulheres. Mas quando se direciona a pergunta aos moldes do saber local (por ex., *nem um chazinho?*) suas respostas acabam por tomar outros direcionamentos. A partir daí, lançam mão de discursos sobre beberagens de chás, bebidas alcoólicas e de outros produtos inimagináveis ao consumo humano para “fazer descer”. Não há a intenção clara em abortar, mas sim em “tirar”, lembrando que os termos “abortar” e “tirar” não possuem, definitivamente, o mesmo significado. Tais mulheres se valem de discursos eufêmicos que revelam, muitas vezes, seu

² Neste sentido ver Luna, 2013 e Porto, 2009.



desejo em não engravidar e não entendem tal prática como um aborto provocado³.

Dentre outros importantes aspectos apontados por Motta, sua palestra relata, pois, as incongruências, pluralidades e controvérsias existentes nos discursos das mulheres desse bairro, as quais se utilizam de estratégias morais, ou de uma “licença moral” que as permitem rearranjarem suas práticas e ações para darem fim a uma gravidez que consideram inviável (MOTTA et al., 2010).

Por fim, a palestra de Susana Rostagnol sob o título “*Te doy, pero no tanto. Te saco, pero algo te dejo*”, nos fala sobre a história social e política do aborto no Uruguai. A palestrante faz um resgate histórico sobre a constituição da República Uruguia, e elenca como o aborto fora hora descriminalizado hora tipificado como delito. Chama atenção para as tensões que se originaram entre os poderes médicos, políticos e sociais ao longo do século XX e XXI, até chegar à lei atual que descriminaliza o aborto até as 12 semanas de gravidez, fato ocorrido em outubro de 2012.

Nesse processo, Rostagnol observa que embora a lei atual represente um grande passo na conquista dos direitos das mulheres, ela não é plena, pois as mulheres continuam sob a tutela do estado. Para recorrer ao aborto legal, necessitam seguir algumas regras estabelecidas neste processo: consulta com médicas/os, entrevistas com equipes multidisciplinares que acabam por envolver psicólogas/os, outras/os médicas/os e cientistas sociais. Após esta maratona, permanecem cinco dias em processo reflexivo/decisório, para daí retornar ao médico/a e efetuarem (ou não) o procedimento. Do contrário, estarão na ilegalidade

³ Discursos idênticos acontecem entre nossas interlocutoras em algumas localidades do Rio Grande do Norte. Em Natal e Caicó (RN) deve-se tomar cuidado com certos discursos: “Come-se pela mão do informante” (FONSECA, 2009) ao se falar em aborto com as mulheres de camadas populares nessas duas localidades. Questionar sobre os “chazinhos e garrafadas” rendem discursos diversos sobre o “fazer descer” e sobre “tirar menino” tais quais nos chama atenção Motta.



correndo o risco de serem punidas por não desejarem expor sua vontade a esses trâmites legais.

Percebe-se que esse processo é muito semelhante ao que ocorreu em Portugal no ano de 2007 quando há época o aborto foi por lá descriminalizado. Do mesmo modo que as uruguaias, as mulheres portuguesas são obrigadas a passar por esse tipo de itinerário para conseguirem realizar a interrupção voluntária da gravidez. Ambos os países demonstram que apesar de atualizarem suas leis, ainda necessitam colocar algumas barreiras para controlar os corpos das mulheres, como bem lembra Rostagnol. Além disso, durante todo o procedimento pelo qual são obrigadas a passar, existe o que comumente costuma chamar-se de objeção de consciência, já mencionado nesse texto, por parte de alguns profissionais de saúde. Tais profissionais acabam por maltratar algumas mulheres, seja no aspecto físico ou psicológico, como destaca Sonia Homtisky nesta coletânea. A trajetória imposta pela lei, de qualquer modo, obriga as mulheres insistentemente a “perseguirem os caminhos da angústia” no que diz respeito à realização da interrupção voluntária da gravidez (PORTO; DANTAS, 2013). Sobre isso, sabe-se que em Portugal a legislação permite que se realize o abortamento em quaisquer condições até as 10 semanas de gestação. No entanto, quando as mulheres necessitam realizar o procedimento obedecendo à trajetória prescrita legalmente, sofrem pressões psicológicas ameaçadoras. Muitas vezes são esquecidas em salas de espera, deixadas sozinhas em quartos individuais ou colocadas junto às mulheres que acabaram de dar à luz. São, portanto, negligenciadas durante o procedimento e sufocadas emocionalmente por conta do preconceito de alguns profissionais, que quando não se negam a prestar o atendimento, simplesmente o fazem de maneira insatisfatória, situação idêntica de alguns hospitais já pesquisados no Brasil (SOARES, 2003; CDD, 2006).

Para Rostagnol, é inegável que a lei 18.987 trouxe uma série de benefícios a saúde reprodutiva das mulheres no que diz



respeito ao aborto por vontade da mulher. Porém, adverte que a lei não despenaliza o aborto, mas permite que ele seja realizado sob certas circunstâncias, como observado. O Uruguai, evidentemente, sai à frente de outros países da América Latina e representa uma exceção ao lançar mão de um tema tão controverso quanto o aborto. Para Rostagnol, esse processo de descriminalização prova que seu país possui uma forte tradição laica e vem do mesmo modo reconhecendo os direitos de grupos discriminados⁴.

Por fim, Rostagnol assim resume e dá sentido ao título de sua apresentação: *“Te doy pero no tanto, te quito, pero algo te dejo’ ha sido la historia del aborto en Uruguay, estamos en un momento donde tenemos, pero no todo lo que queremos o necesitamos para ser mujeres libres, autónomas y dueñas de nuestros cuerpos”*.

As falas das três palestrantes demonstram as consequências sociais e de saúde pública decorrentes desses procedimentos. A pesquisa de Homtisky traz dados que revelam os maus tratos no atendimento às mulheres em processo de abortamento em hospitais públicos de São Paulo. Sua palestra, sem dúvida, nos deixa a par de quão intensa e generalizada é a violência institucional por parte dos profissionais de saúde nestes estabelecimentos e quão negligentes são os cuidados em torno da saúde reprodutiva das mulheres, o que ratifica o resultado de outros estudos no Brasil em torno do tema.

Motta a partir dos dados de sua pesquisa realizada com grupos populares urbanos aponta como são controversos, indecisos e fugazes os discursos das mulheres sobre o aborto. Revela os graves riscos aos quais se submetem essas mulheres, gerados pela automedicação e pela ingestão de produtos inimagináveis ao consumo humano, dentre outros procedimentos abortivos (ou não) de elevado risco a saúde.

⁴ Certamente confirma sua tradição progressista sendo pioneiro ao permitir o divórcio por iniciativa da mulher (em 1913) e o voto feminino (decidido em plebiscito em 1927).



Nesse interim, chama a atenção o descompasso entre a lei que vigora no CPB desde 1940 – com o adendo em casos de anencefalia no ano de 2012 – e a prática estabelecida pelas mulheres em relação ao aborto: por medo de serem punidas, as mulheres iniciam o abortamento em casa através de itinerários abortivos os mais diversos, o que reverbera num grave problema de saúde pública. Conforme lembram Débora Diniz e Marcelo Medeiros (2012, p. 1.688 , “efetivamente o que a legislação brasileira faz é dificultar o funcionamento das políticas de saúde no Brasil”.

O vanguardismo uruguaio, tal qual nos mostra Susana Rostagnol, poderia inspirar o Brasil e outros países da América latina a repensarem mudanças em suas leis⁵. Dessa forma, embora haja um longo caminho a ser percorrido esbarrando em obstáculos de consciência ou mesmo em equipes despreparadas para aceitar os créditos das legislações, muitas mortes maternas seriam evitadas. Vale lembrar que no Uruguai o número de mortes causadas pelo aborto caiu após a legalização do procedimento.

A partir do exemplo uruguaio como de outros países no mundo, parece não fazer sentido permanecer com uma lei que limita o aborto a casos específicos como vemos em nosso país. Entretanto, a laicidade do estado brasileiro não é suficiente para garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ao se levar em consideração a resistência dos setores conservadores – leia-se religiosos – de nossa sociedade.

O debate a partir dos argumentos de cada uma das palestrantes, certamente representou um foro privilegiado para as trocas entre as/os várias/os pesquisadoras/es e estudantes presentes nessa mesa. Sem dúvida, as palestrantes trouxeram perspectivas diferenciadas sobre o assunto, auxiliando para uma avaliação do estado da arte desses estudos sobre os aspectos da saúde reprodutiva, em particular sobre o tema aborto.

⁵ Lembrando que muito antes do Uruguai, Cuba descriminalizou o aborto ainda no início da década de 60 do século passado.



► Referências

AGUIAR, Janaína Marques. Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AQUINO, Estela M. L.; MENEZES, Greice; BARRETO DE ARAÚJO, Thália Velho et al. “Qualidade da atenção ao aborto no Sistema Único de Saúde do Nordeste brasileiro: o que dizem as mulheres?” *Revista Ciência e saúde coletiva* [online], v. 17, n. 7, p. 1765-1776, 2012.

AREND, Silvia Maria Fávero; ASSIS, Gláucia de Oliveira e MOTTA, Flávia de Mattos (Orgs.). *Aborto e contracepção: histórias que ninguém conta*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. Ministério da Saúde: Brasília DF, 2005a.

BRASIL, Ministério da Saúde. Norma Técnica Atenção Humanizada ao Abortamento. Ministério da Saúde: Brasília - DF, 2005b.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR (Orgs.). “Aborto Legal: Implicações Éticas e Religiosas”. Seminário Nacional de Intercâmbio e Formação sobre Questões Ético-religiosas para Técnicos/as dos Programas de Aborto Legal. Cadernos, Católicas pelo Direito de Decidir, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ética e Violência. In: *Teoria e Debate*, v. 11, n. 39, p. 32-41, 1998.

DANTAS SOUSA, Cassia Helena; PORTO, Rozeli. “Paradoxos da atenção ao aborto provocado: urgências e emergências em uma Maternidade Escola em Natal/RN”. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 7, p. 44-64, 2013.

DE ZORDO, Silvia. “Representações e experiências sobre aborto legal e ilegal dos ginecologistas-obstetras trabalhando em dois hospitais



maternidade de Salvador da Bahia." *Revista Ciência e saúde coletiva* [online], v. 17, n. 7, p. 1745-1754, 2012.

DINIZ, Débora. Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, v. 45, n. 5, p. 981-985, 2011.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 7, p. 1671-1681, 2012.

_____.; _____. Os autores respondem: lacunas da pesquisa nacional do aborto e agenda para o futuro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 7, p. 1682-1688, 2012.

DINIZ, Simone; D'OLIVEIRA, Ana Flavia. Gender violence and reproductive health. *International Journal of Gynaecology and Obstetrics*, v. 63, n. 1, p. 533-542, 1998.

D'OLIVEIRA, Ana Flavia P.; DINIZ, Simone Grilo; SCHRAIBER, Lilian Blima. Violence against women in health-care institutions: an emerging problem. *Lancet*, v. 359, n. 11, p. 1681-1685, 2002.

FONSECA, Claudia. "Trajetória de uma antropóloga com sotaque: entrevista com Claudia Fonseca." *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 331-352, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza et al. Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. *Ciência e saúde coletiva*, v. 17, n. 7, p. 1699-1708, 2012.

LUNA, Naara. *Aborto e células-tronco embrionárias no senado: choque de Moralidades sobre a gestão da vida*. Trabalho apresentando no ST Sociologia e Antropologia da Moral na 37º encontro anual da ANPOCS, 2013.

MELHUS, Marit. "Una Verguenza para el honor, una verguenza para el sufrimiento". In: PALMA, M. (Org.) *Simbólica de La Feminidad*, Quito, Ed. Abya-yala, p. 39-72, 1990.



MOTTA, Flávia Mattos et al. "Não me sinto culpada": práticas contraceptivas e aborto em grupos populares urbanos. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana; AREND, Sílvia Maria Fávero (Org.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

_____. "Não conta pra ninguém: o aborto segundo as mulheres de uma comunidade popular urbana". In: *Aborto e contracepção: histórias que ninguém conta*. AREND, Sílvia de F.; ASSIS, Glaucia O.; MOTTA, Flávia de M. (Org.). Florianópolis: Insular, 2012. p. 97-136.

PORTO, Rozeli. "Objeção de consciência, aborto e religiosidade: práticas e comportamentos dos profissionais de saúde em Lisboa". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 661-666, 2008b.

_____. "Aborto legal e o cultivo ao segredo: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal". Tese (Doutorado em Antropologia) - PPGAS, UFSC, Florianópolis, SC, 2009.

_____.; DANTAS SOUSA, Cassia Helena. "Percorrendo os caminhos da angústia": Cytotec e os itinerários abortivos em uma capital do Nordeste brasileiro. X REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR. Córdoba del 10 al 13 del Julio/2013.

SINGER, Peter. "Tirar a vida: o embrião e o feto". In: *Ética e prática*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 145-183.

SOARES, Gilberta. "Profissionais da saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados". *Cadernos de Saúde Pública* 19, Rio de Janeiro, Sup.2: S399-S406, 2003.

TORNQUIST, Carmen Susana et al. *Práticas contraceptivas e aborto em grupos populares urbanos*. Projeto de Pesquisa UDESC/CNPq, 2008.

TORNQUIST, Carmen Susana; PEREIRA, Silvana Maria; BENETTI, Fernando José. Usos e sentidos do Cytotec: percepções sobre o uso do "comprimido" em bairro popular de Florianópolis. In: *Aborto e contracepção: histórias que ninguém conta*. AREND, Sílvia; ASSIS, Glaucia de Oliveira; MOTTA, Flávia de Mattos (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.

PARADOJAS DE LA VIOLENCIA INSTITUCIONAL: FEMINICIDIO, ABORTO Y FEMINISMO EN MÉXICO



Lucía Melgar

La violencia contra las mujeres se reconoce hoy como un grave problema social que los Estados deben contribuir a resolver con políticas públicas específicas, que incluyen educación, concientización, defensa y promoción de los derechos humanos, así como leyes y un sistema de justicia eficaz. En México, la violencia contra las mujeres y, de manera más amplia, la violencia de género, es un problema social complejo que no se ha enfrentado con suficiente eficacia ni con la seriedad que amerita. Pese a más de una década de políticas oficiales con explícita “perspectiva de género” y una inversión muy significativa de recursos, las estadísticas disponibles indican que no ha menguado la alta tasa de violencia doméstica y han aumentado las violaciones (denunciadas al menos). Además, la violencia extrema evidenciada en asesinatos horribles y no se limita a Cd. Juárez ni a zonas de guerra, y persisten por otra parte violencias “cotidianas” como el acoso sexual y laboral, y la discriminación.

Si bien estas tendencias pueden explicarse en parte por el efecto de la llamada “guerra contra el narcotráfico”, emprendida



por el gobierno mexicano con particular intensidad desde 2007, también inciden en ellas la falta de previsión y acción del Estado a todos los niveles ante los efectos de esta guerra, y la falta de políticas integrales frente a la violencia y en relación con las mujeres.

Para enredar más ésta ya de por sí compleja situación, desde 2007-2008 también se ha dado un embate constante contra los derechos de las mujeres sobre su propio cuerpo y respecto de la libre maternidad. Encabezada por el episcopado mexicano - en función de la agenda del Vaticano- se ha desplegado una "cruzada" misógina respaldada (y a veces disimulada) por líderes políticos estatales que "olvidan" que deben respetar el carácter laico del Estado mexicano, derivado de la Constitución de 1857 y las Leyes de Reforma. En efecto, entre 2007 (año en que se despenalizó el aborto hasta la doceava semana en el Distrito Federal) y 2012, dieciseis de treinta y dos estados modificaron sus constituciones para "proteger la vida desde la concepción" y dar carácter de "persona" al embrión, atribuyéndole derechos que se imponen por encima de los de las mujeres.

Así, paradójicamente, el mismo Estado que ha sido incapaz de castigar a los culpables del feminicidio en Ciudad Juárez, en el Estado de México y otras zonas del país, es responsable hoy del aumento de abortos inseguros, y de la criminalización de cientos de mujeres que han abortado. Ese mismo Estado mexicano - en la figura de gobernantes estatales - es responsable también del injusto encarcelamiento de decenas de mujeres acusadas de "homicidio agravado en razón de parentesco" por jueces que equiparan el aborto con un asesinato doloso, incluso en casos probados de abortos espontáneos o partos adelantados.

Actualmente, ya bajo el nuevo gobierno (del PRI desde diciembre de 2012), prosiguen la "guerra contra el narco" y la violencia del crimen organizado, aunque ahora la política mediática oficial pretenda cubrirlas bajo un manto de silencio.



Prosiguen asimismo continuos ataques al Estado laico por parte del clero y de políticos que se atreven a “consagrar” sus estados a diversos íconos religiosos, en ceremonias públicas.

En este contexto, la terrible paradoja de victimización-y-criminalización de las mujeres sintetiza y significa una intensa violencia contra ellas, que no puede atribuirse sólo a hombres armados o a gobiernos locales. En cuanto se da desde las instituciones de gobierno, justicia, políticas públicas, y conlleva discriminación, transgresión de los derechos humanos e impunidad, se trata de una particular forma de violencia institucional, de una violencia que ejercen las instituciones y de la que el Estado que la usa o tolera es también responsable.

En el marco de las reflexiones sobre los feminismos y la condición actual de las mujeres a que nos ha invitado *Fazendo Gênero*, exploraré aquí algunas facetas de la paradójica política del Estado mexicano hacia las mujeres- una necropolítica disfrazada de defensa de la vida- que nos obligan a considerar el impacto de las violencias en la vida de las mexicanas, y a preguntarnos qué es de la sociedad organizada, en particular qué ha sido del feminismo que impulsó y logró la despenalización del aborto en el Distrito Federal en 2007. Como plantearé, éste no ha sido capaz de detener el embate contra los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres, ni ha sabido presentar un frente unido - ante las nuevas y viejas violencias.

En aras de la claridad, trataré tres asuntos interrelacionados: el feminicidio en Cd. Juárez y las leyes aprobadas para enfrenar la violencia de género y la impunidad; el repunte y expansión de diversas formas de violencia extrema contra las mujeres, y la (falta de) reacción ante violencias “comunes” agudizadas en el contexto de la guerra; y la cruzada contra el Estado laico y los derechos de las mujeres que se concretó en reformas legales en 16 estados y 2 reformas constitucionales federales.



► Veinte años de feminicidio impune

La violencia contra las mujeres en México no es un fenómeno nuevo, las condiciones políticas, sociales y culturales han contribuido a preservar formas de discriminación “colonial” y a perpetuar manifestaciones de violencia misógina, en el ámbito privado y público, entre otros el trabajo, la calle y los medios. Lo nuevo es, hasta cierto punto, la toma de conciencia de que se trata de un problema social que urge resolver, mensaje de la CEDAW de 1979, y de varias convenciones internacionales que la siguieron, en particular la Conferencia de Viena de 1993, la Declaración sobre la Eliminación de la Violencia contra las Mujeres de ese mismo año, y la Convención Belem do Pará de 1994. Este mensaje fue retomado en las leyes mexicanas con referencia explícita a la legislación internacional y con la urgencia de tomar medidas tras una década de feminicidio impune.

A inicios del siglo y en el marco de lo que se creía una “transición a la democracia” se aprobaron tres leyes fundamentales: una Ley contra la discriminación (de 2003, recién reformada en 2013), la Ley de Igualdad entre Hombres y Mujeres (2006) y la Ley de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia (2007). Junto con otras que fortalecieron el papel de las mujeres como ciudadanas en condiciones de equidad o paridad, como diversos cambios en las normas electorales, estas leyes les dieron un marco formal sólido pese a imprecisiones o ambigüedades.

Hacer una ley no es resolver un problema. México se ha caracterizado por firmar todas las convenciones internacionales y ha aprobado leyes nacionales con figuras jurídicas innovadoras, pero no cumple ni unas ni otras, ni se ha reducido el altísimo índice de impunidad de los delitos que alcanza entre el 98% y el 99%. Así, por ejemplo, la Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia (LGAMVLV) del 2007, diseñada y aprobada teniendo en mente el feminicidio y altas tasas de



violencia machista en el país, contiene una figura singular, la Alerta de Violencia de Género (AVG), concebida para responder a situaciones de violencia extrema o general contra las mujeres en una región o estado. En el artículo 22 de esta Ley, se define como “conjunto de acciones gubernamentales de emergencia para enfrentar y erradicar la violencia feminicida en un territorio determinado, ya sea ejercida por individuos o por la propia comunidad”. Su objetivo es “garantizar la seguridad de las [mujeres], el cese de la violencia en su contra y eliminar las desigualdades producidas por una legislación que agravia sus derechos humanos” (art.23).

En la letra, esta figura parece muy productiva. En los hechos, no se ha aplicado, pese a haberse solicitado al menos cinco veces para enfrentar la muy preocupante situación de mujeres y niñas en diversos estados del país. El problema es que se ha politizado por las distintas pertenencias partidistas del Ejecutivo nacional, los ejecutivos locales y hasta de quienes la han solicitado. Así, en vez de ver en ella la posibilidad de investigar las causas de feminicidio, la trata de personas y otras violencias extremas, los gobiernos locales y hasta los institutos de las mujeres estatales y nacional, parecieran considerar la emisión de la alerta como un castigo a las autoridades estatales o locales y por ello la han convertido en letra muerta. Peor aún, ante el creciente descontento de la sociedad y de organizaciones defensoras de las mujeres, se publicó el 25 de noviembre de 2013 una reforma que en el discurso facilitaría la aplicación de este instrumento pero que en los hechos la sigue limitando. La ley reformada no excluye a las autoridades del grupo que debe decidir si se debe o no declarar la alerta por violencia de género en algún estado o localidad. Esto implica un obstáculo para conocer las causas de la violencia en zonas específicas, y buscar soluciones adecuadas. En vista de la política de simulación del estado mexicano, no sorprende que se haya publicado una reforma simbólica justo



en el día internacional contra la violencia hacia las mujeres, ni que ésta sea una medida más para seguir “administrando los problemas” en vez de resolverlos⁶.

En el mismo sentido, el contraste entre los avances legales y la realidad no puede ser más claro que en el caso del feminicidio. Es de sobra conocido el caso de los asesinatos de mujeres en Ciudad Juárez, que se empezaron a documentar en 1993-94, caracterizados por secuestro, tortura, mutilación y postvictimización (como agravio al cadáver, tratado como despojo) en por lo menos un tercio de las muertes, cuya brutalidad e impunidad indignaron a la comunidad nacional e internacional. No deja de ser paradigmático ni es ya único en el país. Al contrario, a veinte años de distancia, se mantiene la impunidad, prosigue la simulación que no conduce a la justicia ni castiga a los culpables, y continúa la violencia contra las mujeres en esa ciudad, ahora denunciada por madres que exigen la aparición con vida de sus hijas desaparecidas.

Tras dos décadas de impunidad de esos crímenes, el panorama en el resto del país es desolador. Según datos oficiales recientes, se cuentan más de treinta y seis mil asesinatos de mujeres en todo el país entre 1985 y 2010, es decir 6.5 en promedio al día, incluyendo a niñas menores de 5 años (Navarrete en *Sin embargo* 2013). Actualmente, varios estados presentan cuadros similares al de Ciudad Juárez, en particular el Estado de México, Morelos, Oaxaca, Guanajuato, y en la zona de la ruta migratoria de Centroamérica a Estados Unidos. Hasta en la capital del país empiezan a aparecer signos ominosos que recuerdan las atrocidades de los años 90: a fines de junio de 2013 aparecieron

⁶ El periodista y escritor Sergio González Rodríguez considera en su ensayo “*Femicide Machine*”, acerca del feminicidio en Ciudad Juárez y las consecuencias de la impunidad, que el Estado mexicano ha optado por sólo “administrar los problemas” y conflictos. La creación de nuevas leyes como falsa solución de los problemas me parece un buen ejemplo.



en un mismo fin de semana una mujer asesinada, con signos de violación, cuyo cadáver fue abandonado semi desnudo en un paraje boscoso, y restos de otra mujer descuartizada en la zona norte de la ciudad⁷.

Ante estos signos de crueldad extrema, es difícil aferrarse a la letra de la ley y seguir pensando que la tipificación del feminicidio (recomendada por el comité CEDAW) va a contribuir a resolver el problema, sobre todo cuando se sabe que el sistema judicial está en crisis, la tasa de impunidad de los delitos es de 98% y cuando no se han esclarecido ni los asesinatos de Chihuahua ni los del Estado de México, Morelos, la frontera norte y sur... El grado de impunidad que esto supone se correlaciona también con la falta de cumplimiento de la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos contra el Estado mexicano por el caso del “campo algodoner” en 2009. Brevemente, la CoIDH aceptó considerar el caso de tres de las ocho mujeres y niñas cuyos cadáveres, brutalmente vejados, se encontraron en el terreno conocido como “Campo algodoner” en 2001, quizá el más emblemático de la impunidad de la violencia feminicida en México. La Corte condenó a México por no haber hecho justicia, por violar normas internacionales de protección a mujeres y niñas y tratados internacionales y expidió una serie de recomendaciones, para reparar el daño y asegurar la no repetición de los crímenes (véase Medina, 2010). El gobierno mexicano cumplió a medias con medidas simbólicas y controvertidas, como construir un memorial para las víctimas y llevar a cabo una ceremonia pública para pedir perdón, pero no ha cumplido con medidas más efectivas como construir una base de datos de mujeres y niñas asesinadas y desaparecidas, sólo ha reparado el daño a algunas familias, pero no se ha

⁷ Me baso aquí en información de prensa, del 2013 en particular: “*La Jornada y Sin embargo*” (accesibles en línea).



asegurado de garantizar la no repetición puesto que asesinatos y desapariciones no han cesado.

La incapacidad o falta de voluntad política en los tres niveles de gobierno puede sugerir negligencia o colusión en los crímenes, de hecho constituye ya una forma de violencia institucional, en cuanto no garantiza los derechos de las mujeres a la vida, la libertad y la seguridad, no cumple con el debido proceso, y en muchos casos ha criminalizado y revictimizado a las mujeres y niñas asesinadas y a sus familias.

En este sentido, cabe recordar el concepto de “misoginia oficial” de Ana Carcedo en su estudio sobre el feminicidio en Centro América, definido como una “expresión agravada de la misoginia social, que niega a las mujeres el derecho inalienable a la vida, la libertad, la autonomía, y que en definitiva justifica la violencia contra las mujeres en sus formas más extremas” (Carcedo, Ana, 2010: 43). Esa misoginia oficial y social, en efecto, está en la base de la violencia que el propio Estado ejerce a través de sus distintos agentes cuando minimiza, oculta, tolera el feminicidio y las desapariciones; cuando pretende engañar a la sociedad y a las instancias internacionales con informaciones y reportes de un ficticio país que vive “en paz”, y cuando la violencia misógina se administra mediante la multiplicación de comisiones y fiscalías federales o estatales “especiales” (supuestamente para investigar mejor los casos) que no rinden cuentas, o se maquilla como “crisis de valores” o, tal vez peor, como “problema de salud” o “epidemia”.

► **Violencia institucional: acumulación de viejas y nuevas violencias**

A últimas fechas, en efecto, el discurso oficial de la Organización Mundial de la Salud (OMS) y el Ministerio de



Salud de México (SSA) ha empezado a construir el problema de la violencia doméstica y familiar como un “problema de salud”, interpretación que abarca también la violencia en general. Si bien la metáfora de la “epidemia” puede dar idea de la expansión de la violencia, ese lenguaje es susceptible de medicalizar y desde luego individualizar un problema que es social y político. Asimismo, en un afán de des-responsabilizar al Estado que abandona sus obligaciones de seguridad social, se ha hablado de la violencia como un problema cultural del que las mujeres son en gran medida responsables. Estas interpretaciones no son nuevas. Sin embargo, llama la atención que no se explicita la obvia correlación entre violencia bélica y criminal y violaciones, desapariciones, secuestros y asesinatos de mujeres y niñas (y de la población en general), ni se sugieran interpretaciones menos simplistas y sobre todo más esclarecedoras.

Las interpretaciones que cargan la responsabilidad de la violencia en “el tejido social” o la “crisis de valores”, y así despolitizan el problema, se relacionan estrechamente con la tradicional estigmatización y cuestionamiento de las mujeres y su palabra. Si ya antes a la mujer violada se le señalaba, si a la mujer golpeada se le reconvenía por su (imaginado) mal comportamiento con su pareja, en el contexto de guerra y auge del crimen organizado estas prácticas se mantienen y se agravan cuando se responsabiliza a mujeres y niñas de las violencias que sufren mediante relatos acerca de asesinas o cómplices del crimen organizado. Si bien existen mujeres violentas, llama la atención que, en vez de hablar de los secuestros y violaciones multitudinarias que se han dado en el norte del país y en la ruta migratoria, se difundan historias sobre mujeres criminales, ya sea en diarios, novelas o series de televisión como *Mujeres asesinas*. Aquí enfrentamos no sólo un caso más de violencia institucional por parte del Estado, sino también un caso de



violencia mediática ejercida por una prensa y una televisión que se han acostumbrado a vilipendiar, revictimizar y cosificar a las mujeres – y sirven así a la política oficial de maquillaje de la realidad, simulación y administración de la violencia.

Resulta entonces que, a la vez que abundan leyes y figuras jurídicas que deberían garantizar la protección de los derechos humanos, han aumentado la violencia de género, la violencia letal y extrema. En efecto, según un estudio de El Colegio de México, se ha dado un aumento, desde 2007, de las violaciones sexuales (se denuncian quince mil al año y se sabe que son muchas más), asesinatos por razones de género y suicidios (sobre todo de jóvenes) una expansión del feminicidio y de las desapariciones a manos del crimen organizado, de fuerzas del orden y sin agente conocido. Todo esto en un contexto de impunidad, criminalización de jóvenes y disidentes, y en un entorno laboral donde persisten el acoso laboral y sexual y donde la más reciente reforma laboral (2012) vulnera los derechos de los trabajadores y sitúa a las mujeres en posición de fragilidad ya que en nombre de la “flexibilidad” se le ofrecerán contratos precarios, carentes de prestaciones como los permisos por maternidad.

A estas manifestaciones de violencia social e institucional se añade desde el 2007 la reactualización de una añeja forma de violencia social y cultural contra las mujeres por el hecho de ser mujeres: la estigmatización de quienes no aceptan los hijos que dios o el destino o el azar les mande y optan por la interrupción del embarazo. Más allá de la misoginia y de la recurrente hostilidad de la iglesia católica (y otras) hacia las mujeres que no se apegan a su limitada visión de la feminidad como maternidad ineludible, lo que se da hoy en México es una nueva forma de violencia institucional ejercida a través de leyes penales por gobiernos que rompen con laicidad de la República.



► La “cruzada” contra las mujeres y los límites del feminismo institucionalizado

En 2007 grupos feministas, defensoras de los derechos de las mujeres, políticos progresistas y sociedad organizada lograron que la Asamblea Legislativa del Distrito Federal aprobara la despenalización del aborto hasta la doceava semana. Así culminaron en la capital del país décadas de activismo por una maternidad libre y el acceso al aborto legal y seguro. A raíz de esta importante victoria social y feminista, fuerzas conservadoras y misóginas desataron una “cruzada” contra las mujeres, una lucha marcada por valores confesionales contra sus libertades y derechos, en particular contra el derecho a optar libremente respecto a la maternidad, en que participaron tanto integrantes del poder ejecutivo federal como miembros de todos los partidos políticos, sobre todo del PAN (de origen confesional) pero también del PRI (en principio apegado a la laicidad) y de partidos de izquierda.

No sé de otro país que se considere democrático donde se usen recursos públicos federales para intentar arrancarle derechos recién conquistados a las mujeres de una entidad. El caso es que en México la Comisión Nacional de Derechos Humanos, encabezada en ese entonces por un abogado conservador, y la Procuraduría General de la República presentaron en mayo de 2007 un recurso de inconstitucionalidad contra la despenalización del aborto en el Distrito Federal, aprobada justo un mes antes (García, 2007). Entre otros argumentos los ilustres abogados esgrimieron los derechos del padre – en un país de padres irresponsables y ausentes-, y se saltaron décadas de legislación y reflexión a favor de la autonomía de las mujeres y de su derecho al cuerpo o sobre su cuerpo, su sexualidad y su maternidad. Aunque afortunadamente la Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN) desechó esta moción, la injerencia



de representantes del Ejecutivo, que se interpretó como acción impulsada por el Presidente de la República, o apoyada por él, demostró la vulnerabilidad de la laicidad del Estado y de los derechos de las mujeres ya que estos funcionarios les antepusieron intereses personales.

Esta no fue la única iniciativa de instancias gubernamentales para revertir el triunfo de las mujeres en la capital del país. Impulsadas por el clero católico, siguiendo la agenda del Vaticano, o apoyadas por él; presentadas por gobernadores o diputados de los principales partidos, se multiplicaron las propuestas de reformas para “proteger la vida desde la concepción y hasta la muerte natural”. A partir de 2008 estado tras estado reformaron la constitución y las leyes locales en este sentido⁸ hasta alcanzar, diecisiete de treinta y un entidades para fines de 2013. En algunas se condena a las mujeres a la cárcel, en otras se les impone un tratamiento médico y psicológico “integral” como si fuera de locas negarse a ser madre o a tener más hijos. En entidades tradicionalmente reaccionarias, como Jalisco y Guanajuato, se pretendió eliminar todas las exclusiones de responsabilidad, incluyendo la violación sexual; el gobernador del primero interpuso en 2009 una controversia constitucional contra la norma de salud que garantiza tratamiento a las mujeres violadas y les da acceso a la píldora de emergencia (NOM 046), medidas que también han sido producto de una lucha nacional e internacional en defensa de los derechos de las mujeres. La Suprema Corte rechazó de nuevo este intento de arrancarle derechos básicos a las mujeres; sin embargo, no hay que olvidar que por más que la medicina y la salud pública requieran de sentido común, cuando de las mujeres y de la sexualidad se trata éste se ve cuestionado por la hipocresía social, el prejuicio religioso y la doble moral.

Para fines de 2013, las leyes contra la libre decisión de las mujeres han acarreado nefastas consecuencias. Aun cuando

⁸ México es una república federal y los estados tienen su propia constitución y leyes.



se conserven distintos excluyentes de responsabilidad en la mayoría de los estados, las causas para justificar el aborto necesario se han reducido. Por ejemplo, en Yucatán, primer estado que había considerado la miseria como causa suficiente para optar por el aborto, eliminó esta posibilidad. Lo más grave es que la simple existencia de leyes restrictivas ha favorecido la incertidumbre y el abuso: hay estados donde mujeres que han sufrido abortos espontáneos y han debido acudir al hospital han sido denunciadas por médicos y enfermeras, que olvidan la obligación del secreto profesional; otros se han negado a practicar abortos por violación en nombre de la objeción de conciencia (que no debe impedir que alguien en un hospital lleve a cabo el procedimiento); en otros, policías municipales han acusado arbitrariamente de haber abortado a mujeres pobres que ni siquiera pueden estar seguras de haber estado embarazadas (como muestran algunos de los testimonios del documental *Expedientes* de Maricarmen de Lara, sobre el tema). Lo peor es que, al equiparar el óvulo fecundado con una “persona”, a costa de la mujer de carne y hueso, se ha dado pie a que el sistema judicial procese a quienes han abortado, no por este “delito” sino por “homicidio agravado en razón de parentesco”. El resultado de esta “cruzada” es que hay actualmente más de seiscientas mujeres encarceladas por este crimen, condenadas a veinte o treinta años de prisión, muchas de las cuales probablemente no hayan matado a nadie sino hayan abortado, intentado abortar o simplemente hayan sido acusadas de hacerlo⁹.

Con fines más amplios pero en el mismo sentido, en 2012 se promovió una reforma constitucional para reformar el

⁹ Me baso aquí en información de mi colega Lourdes Enríquez Rosas, quien presentó una ponencia sobre este tema en *Fazendo Gênero 10* y en el seminario nacional por la Des-criminalización de las mujeres, organizado por la FEMU, en septiembre y noviembre de 2013 respectivamente. Le agradezco haber compartido su investigación en curso.



artículo 24 de la Constitución mexicana, relativo a la libertad de culto. Lo particular de esta iniciativa es que la propuso un diputado del PRI, partido que debería defender la laicidad del Estado (porque históricamente dice emanar de la revolución de 1910 y retomar el espíritu de las Leyes de Reforma del siglo XIX). Si bien los cambios recientes a este artículo no otorgan el margen de intervención en la educación y las comunicaciones que la iglesia católica y la derecha mexicana buscaban, deja abierta la puerta a injerencias del clero en estos ámbitos, lo cual no beneficia a las mujeres ni a los grupos e individuos que no se apeguen a la heteronormatividad. En contrapartida, también en 2012 se aprobó otra reforma constitucional, ésta al artículo 40, para explicitar el carácter laico de la República mexicana. Si bien tiene cierta fuerza simbólica, esta adición no basta para contener el impulso confesional e injerencista de la derecha y la iglesia católica.

Ante la cruzada contra las mujeres y por los derechos del embrión, que fue ganando apoyo entre la clase política del país, las reacciones de la sociedad organizada y de los grupos feministas han sido, en mi opinión, reactivas y dispersas. Los grupos progresistas no tienen por qué imitar la verticalidad de la derecha pero, ante la obvia organización y abundancia de recursos de los defensores del óvulo fecundado (impulsados, apoyados y en parte, según notas de prensa, financiados por la jerarquía católica) cabía esperar una mayor y mejor organización de quienes por años trabajaron a favor de la despenalización del aborto.

Es preciso reconocer que la lucha no ha sido fácil ni equitativa en términos de recursos económicos, humanos y políticos. Los obispos católicos usaron los púlpitos para difundir su odio de las mujeres y de los políticos progresistas¹⁰; el

¹⁰ Para un análisis de las declaraciones de los obispos sobre mujeres, familia y aborto, véase el libro *De la brecha al abismo* (2013)



episcopado y el Vaticano incidieron en las decisiones de políticos de todos los partidos, incluyendo al PRD, que supuestamente es de izquierda. Entre las mujeres con altos cargos públicos hubo quienes se pronunciaron contra la intromisión de la religión en la política, pero otras optaron por callar o por dejar hacer en nombre de “la democracia”, como la entonces presidente del PRI. Demasiado complacidas por el triunfo del 2007, gran parte de las redes de feministas y mujeres organizadas olvidaron diseñar una estrategia para seguir avanzando en el resto del país. Entre 2009 y 2012 algunas líderes históricas del feminismo hicieron declaraciones críticas y se manifestaron a favor de la despenalización del aborto en todo el país, alguna escribió y habló en los medios a favor del estado laico y los derechos de las mujeres. Pero los años de activismo innovador de un movimiento fuerte y creativo parecen haber quedado atrás. Gran parte de las organizaciones y figuras feministas más relevantes han optado por políticas reactivas, que se quieren “prudentes” o “mesuradas” y son indudablemente tibias e ineficaces ante el empuje de la derecha y ante la inercia legalista, las divisiones o la apatía de instancias decisivas como la Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN, máximo tribunal de justicia) o el Ministerio del Interior (SEGOB).

Para ilustrar la descorazonadora tibieza de los movimientos sociales y del feminismo ante esta regresión, baste referirnos a la falta de respuesta unificada - o el silencio - de las agrupaciones feministas y defensoras de los derechos humanos ante la condena de decenas de mujeres a años o décadas de cárcel por haber abortado - incluso en casos de aborto espontáneo. Más allá de declaraciones y algún diagnóstico parcial, no ha habido una respuesta política o jurídica o mediática que con fuerza emprenda públicamente la defensa de estas mujeres. Mientras las organizaciones más ricas buscan “casos emblemáticos” que les den publicidad, faltan recursos para investigar cuántas acusadas



de homicidio están en realidad injustamente encarceladas por aborto. ¿Qué decir de las argumentaciones que han defendido o resignificado como “triunfo” fallos de la Suprema Corte de Justicia respecto de recursos y controversias de inconstitucionalidad que son insuficientes para revertir reformas “anti-derechos” en distintos estados, como Baja California y San Luis Potosí en 2011¹¹, o Guanajuato y Oaxaca en 2013 (Martínez, 2013 y, o que son positivas pero muy restringidas, como el caso de Querétaro donde sólo se revirtió la ley antiderechos en un municipio, dejando a las mujeres del resto del estado bajo una ley arbitraria. Sistemáticamente el feminismo hegemónico ha evitado las críticas abiertas y hay quienes han sugerido que quienes defendemos los derechos de las mujeres, nos abstengamos de criticar en público las decisiones de la Suprema Corte¹². Afortunadamente la academia permite la independencia de opinión.

► ¿Un paso adelante y tres atrás?

Con estas consideraciones, basadas tanto en investigación hemerográfica como en mi participación personal en redes que han trabajado por la despenalización del aborto, no pretendo descalificar al feminismo mexicano. Para empezar, es más diverso que el feminismo hegemónico, institucionalizado en el gobierno o en OCSs. Sí me interesa, en cambio, sugerir que las feministas mexicanas comprometidas con los derechos humanos y los derechos de las mujeres debemos cuestionarnos la falta de actividad crítica en el debate público y en las acciones colectivas. Es preocupante la desarticulación del movimiento feminista ante las reformas “anti-derechos”, ante la posterior criminalización y

¹¹ Para mayor información sobre estos casos, véase por ejemplo: Ramos, 2011 y Rodríguez 2011.

¹² Comunicación personal en el curso de una discusión sobre fallo de la SCJN.



encarcelamiento de mujeres que han abortado, y ante los fallos de la Suprema Corte de Justicia. La “prudencia” de las figuras que tienen influencia en la opinión pública o que colaboran en las instancias gubernamentales ha servido para aprobar algunas leyes positivas (como la LGAMVLV) pero no para evitar la proliferación de otras, regresivas. Tampoco se ha garantizado el buen uso de los recursos ni la rendición de cuentas de instancias que deben combatir la violencia contra las mujeres, ni la ausencia de acoso laboral en oficinas gubernamentales responsables de la política de género.

De ahí, la urgente necesidad de buscar otras formas de organización y acción desde el feminismo, otras formas de hacer política. Optar por otros feminismos o crearlos.

► Referencias

ALDAZ, Evelyn; MEJÍA, María Consuelo (Coords.). *De la brecha al abismo. Los obispos católicos ante la feligresía en México*. México, 2013, Católicas por el Derecho a Decidir.

CARCEDO, Ana. (Coord.). *No olvidamos ni aceptamos: femicidio en Centroamérica 2000-2006*. San José, Costa Rica: CEFEMINA, 2010.

CASTILLO, Gustavo. “Promueven PGR y CNDH ante la Corte acciones contra el aborto”. *La Jornada*, 26 mayo 2007. Disponible em: <<http://www.jornada.unam.mx/2007/05/26/index.php?section=capital&article=028n1cap>>. Acceso em: Enero 2013:

EL COLEGIO DE MÉXICO, NACIONES UNIDAS-ONU MUJERES, INMUJERES, LXI LEGISLATURA. *Feminicidio en México: aproximación, tendencias y cambios, 1985-2009*. México: Publicación de Naciones Unidas-ONU Mujeres, Inmujeres, LXI Legislatura, 2011.

Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia. 2007. Reformada 2013. Disponible em: <<http://www.diputados.gob.mx/>



LeyesBiblio/pdf/LGAMVLV.pdf>. Acesso em: Enero 2013: Ley publicada por la Camara de Dipuitados del H. Congreso de la Unión, 2007.

MARTÍNEZ, París. “La Corte invalida reforma antiaborto en Querétaro”. *Animal político*, 29 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.animalpolitico.com/2013/04/suprema-corte-analiza-hoy-constitucionalidad-de-3-leyes-estatales-antiaborto/#axzz2mUFZ675c>>. Acesso em: Febrero 2013.

RAMOS, Dulce. “Ocho claves de la discusión sobre el aborto en la SCJN”, México, *Animal político*, 26 de septiembre 2011. Accesible vía: <http://www.animalpolitico.com/2011/09/8-claves-de-la-discusion-sobre-el-aborto-en-la-scn/#axzz2mUFZ675c>

ROSAS, Andrea Medina. *Campo algodonoero. Análisis y propuestas para el seguimiento de la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos en contra del Estado mexicano*. México & Perú: Red Mesa de Mujeres de Ciudad Juárez A.C., CLADEM, 2010. Disponível em: <http://www.boellatinoamerica.org/downloads/Campo_algodonoero_ES.pdf>. Acesso em: Febrero 2013.

RODRÍGUEZ, Salomón; MACÍAS, Verónica; RUBÍ, Mauricio. “La mano del Papa influyó en la SCJN”. México, *El economista*, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://eleconomista.com.mx/sociedad/2011/09/29/corte-mantiene-ley-antiaborto-san-luis-potosi>

Sin embargo. “Inmujeres afirma que en promedio se cometen 6.5 feminicidios al día en México; 5.6% eran menores de 5 años”. 19 de noviembre 2013. Accesible vía: <http://www.sinembargo.mx/19-11-2013/820053> febrero 2013. Trata-se de um jornal.

RODRÍGUEZ, Sergio González. *Huesos en el desierto*. Barcelona: Anagrama, 2003.

_____. *The Femicide Machine*. Boston: Semiotext(e), intervention series 11, 2012.

AUTORAS



► **Albertina de Oliveira Costa**

Socióloga, pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas onde é editora-executiva da revista *Cadernos de Pesquisa*. Diretora do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos. Áreas de interesse: Movimentos sociais, políticas públicas, direitos das mulheres. Publicou inúmeros artigos e co-organizou várias coletâneas, entre elas, *Mulher Negra: política Governamental e a mulher* (Nobel; CECF, 1985); *Memórias das Mulheres do Exílio* (Paz e Terra, 1980); *Divisão Sexual do Trabalho, Estado e crise do capitalismo* (SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2010); *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais* (Editora FGV, 2008).

E-mail: acosta@fcc.org.br

► **Anna Paula Uziel**

Psicóloga, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Nos últimos anos tem desenvolvido pesquisas sobre sexualidade e psicologia jurídica. É coordenadora do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual



e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS/UERJ) e pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). Publicou vários artigos, entre os quais, mais recentemente, em coautoria, *On high heels: intertwinings between the art of travestility, becoming-drag queen and self-affirmation* (*Annual Review of Critical Psychology*, 2014 - Online); *Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas* (*Psicologia Clínica*, PUCRJ, 2012). Coorganizou várias coletâneas, entre elas, *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate* (Eduerj, 2013) e *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays, travestis* (Garamond, 2007).
E-mail: uzielap@gmail.com

► Anna Paula Vencato

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. É Pesquisadora Associada dos grupos de pesquisa Corpo, Identidade e Subjetivações, da UFSCar e Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias Contemporâneas, da UNESP. Atualmente é Professora Titular da Universidade Paulista e Assessora de Políticas LBT da Secretaria de Políticas para as Mulheres de São Paulo. Tem publicado vários artigos. Recentemente publicou o capítulo *Body, gender, sexuality and subjectivity among male cross-dressers*, na coletânea organizada por SIVORI, Horácio et al. intitulada *Sexuality, Culture and Politics: a South American Reader* (CEPESC, 2013). Lançou, em 2013, o livro *Sapos e Princesas: prazer e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil*. Tem atuado em pesquisas e na organização de eventos com as temáticas de gênero, sexualidades, corporalidades, crossdressing e diferenças.

E-mail: apvencato@gmail.com



► **Carla Giovana Cabral**

Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC, realizou pós-doutorado no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas na mesma instituição. Professora adjunta na área Ciência, Tecnologia e Sociedade, na Escola de Ciências e Tecnologia e na linha de pesquisa Cultura e Desenvolvimento, no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ECT/UFRN), onde lidera grupos de pesquisa. Coordenadora do Grupo do Brasil na Rede Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia e Gênero, no âmbito de um projeto do Programa Ibero-Americano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo (Cyted). Áreas de interesse: História das Ciências, Tecnologia e Gênero; Gênero e Educação; Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); Educação Científica e Tecnológica; e Compreensão Pública da Ciência e da Tecnologia. Publicou vários artigos e co-organizou várias coletâneas, entre elas, *Introdução aos Estudos CTS* (EDUFRN, 2011) e *Práticas Pedagógicas e Emancipação: gênero de diversidade na escola* (Editora Mulheres, 2009).

E-mail: carlac@ect.ufrn.br

► **Camilo Braz**

Professor Adjunto II de Antropologia na Universidade Federal de Goiás (UFG), atuando na Faculdade de Ciências Sociais (FCS), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), além de ser pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Ser-Tão). É graduado em Ciências Sociais (Antropologia), Mestre em Antropologia Social e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio de doutorado na Universidad Complutense de Madrid



(UCM). Publicou vários artigos e capítulos de livros. Coorganizou o número temático *Gênero, Moralidades e Sexualidades Contemporâneas* (Revistas Temáticas, Gráfica IFCH/Unicamp, 2013). É autor do livro *À meia-luz...uma etnografia em clubes de sexo masculinos* (Editora da UFG, 2012). É membro da Red del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades (RED LIESS), Espanha. É sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Latin American Studies Association (LASA) e da ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, gênero, corpo.

E-mail: camilobraz@gmail.com

► Christiane Girard Ferreira Nunes

Graduada e Mestre em Sociologia pela Université de Paris VIII (1981 e 1983) e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (1993). Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Linha de pesquisa: Sociologia do Trabalho, com ênfase na economia solidária, setor informal, trabalho e gênero, trabalho e sociologia clínica, cultura e cidadania. Vice-líder do grupo de pesquisa de Sociologia do Trabalho do CNPQ. Dirige a linha de pesquisa Economia Solidária do doutorado em sociologia da UNB. Pós-doutorado na Universidade de Nanterre, Laboratório Sophiapol (*Laboratoire de sociologie, philosophie et anthropologie politiques*), e no Laboratoire LISE (*Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Economique*) do CNAM em Paris. Pesquisadora associada do Laboratoire International de Sociologie Clinique de Paris, Universidade de Paris 7 Sorbonne/Diderot, Laboratoire de Changement Social. Tem publicado vários artigos e capítulos de livros. Recentemente publicou o *Manifeste convivialiste- déclaration d'interdépendance* (Paris-França:



Le Bord de l'Eau, 2013). É coautora do capítulo *O contexto do trabalho dos professores (as) na educação superior: as mudanças no mundo do trabalho do professor* (coletânea organizada por Leda Gonçalves Freitas, Juruá Editora, 2013).

E-mail: girardchristiane@gmail.com

► Fátima Lima

Antropóloga. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IMS/UERJ. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, campus de Macaé. Tem experiência de pesquisa no campo da Antropologia, Sociologia e Saúde Coletiva com ênfase em Antropologia e Sociologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade, processo saúde/doença, Ciências Humanas, Sociais e Saúde. Tem publicado artigos sobre esses temas e defendeu a tese intitulada *A Construção do Dispositivo da Transexualidade: Saberes, Tessituras e Singularidade nas Experiências Trans*, IMS/UERJ, 2010. Participa da linha de pós-graduação Micropolítica do Trabalho e Cuidado em Saúde na Clínica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro na condição de professora colaboradora, pesquisadora e orientadora. Faz parte do grupo de pesquisa *Rede Substitutiva em Saúde: racionalização e/ou desinstitucionalização do cuidado* e do projeto de pesquisa *Criação de Observatório Microvetorial de Políticas Públicas em Saúde e Educação em Saúde - MCTI/CNPq/CT- Saúde/MS/SCTIE/Decit n. 41/2013*.

E-mail: fatimalima4@gmail.com

► Hildete Pereira de Melo

Professora Associada da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero



(NUTEG) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social/UFF. Editora da Revista Gênero. Pesquisadora de relações de gênero, feminismos e mercado de trabalho e história econômica do Brasil, com ênfase no Brasil republicano. Foi coordenadora da área de Educação e Cultura da Secretaria de Políticas para as Mulheres de Presidência da República na gestão da Ministra Nilcéa Freire de 2009/2010. Voltou a esta coordenação na gestão da Ministra Eleonora Menicucci de 2012 a julho de 2013 e em seguida foi assessora especial do Gabinete da Ministra até janeiro de 2014. Publicou inúmeros artigos e capítulos de livros no campo disciplinar das Relações de Gênero, particularmente nos temas de serviços domésticos remunerados, trabalhadoras rurais e urbanas, história econômica do Brasil Republicano. Recentemente publicou em coautoria, os seguintes livros: *A Sinhazinha Emancipada: a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher do século XIX: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930)* (Vieira & Lent Casa Editorial Ltda, 2012) e *Tempos e Memórias - Movimento Feminista no Brasil* (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2010). E-mail: hildete43@gmail.com

► **Jair Zandoná**

Graduado em Letras Português Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2003). Mestre (2008) e doutor (2013) em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sua tese de doutorado se intitula *Da Poética do Deslocamento à cartografia do sensível: às voltas com Mário de Sá-Carneiro e Bernardo Soares*. É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC), professor substituto na área de Literaturas do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (DLLV/UFSC) e tem atuado como colaborador do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Publicou



artigos, entre eles, em coautoria, *Casas em Exílio: fragmentos do feminino em personagens de Orlanda Amarílis* (Investigações, UFPE, 2011).
E-mail: jzandona@gmail.com

► Jaqueline Gomes de Jesus

Professora do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal e investigadora da Rede de Antropologia Dos e Desde os Corpos. Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília e Pós-Doutoranda pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro). Áreas de pesquisa: diversidade, identidade social, trabalho e movimentos sociais, com foco em gênero, orientação sexual e cor/raça. Produção mais recente: *O Conceito de Heterocentrismo: um Conjunto de Crenças Enviesadas e sua Permanência*, na revista *Psico-USF* (2013); *Psicologia das Massas: Contexto e Desafios Brasileiros*, na revista *Psicologia e Sociedade* (2013); *O Desafio da Convivência: Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (2004-2008)*, na revista *Psicologia: Ciência e Profissão* (2013); *A Negação do Corpo Feminino*, na revista *Mídia & Política* (2012); e *Psicologia Social e Movimentos Sociais: uma Revisão Contextualizada*, na revista *Psicologia e Saber Social* (2012).

E-mail: jaquelinejesus@unb.br.

► Larissa Pelúcio

Professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus Bauru, Departamento de Ciências Humanas FAAC) e integra o quadro de docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do campus da UNESP (campus Marília), além de pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Doutora em Ciências Sociais pela



Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde coordena o módulo “Gênero” no curso de formação continuada Gênero e Diversidade na Escola. Áreas de interesse: gênero, sexualidade, saúde, mídias digitais a partir de diálogos com a teoria *queer*, epistemologias feministas saberes subalternos. É autora dos livros *Abjeção e Desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids* (Anablume, 2009) e *Discursos Fora da Ordem* (Annablume), este último em parceria com Richard Miskolci. Coorganizou o *Dossiê Vivências trans: desafios, dissidências e conformações* (Revista Estudos Feministas, 2012) bem como o livro *Saberes Subalternos* (Casa de Ideias, 2012).

E-mail: larissapelucio@gmail.com

► Laurence Tain

“Mestre de conferências” em sociologia na Universidade Lumière Lyon 2, pesquisadora no Centre Max Weber (Centre National de la Recherche Scientifique- UMR 5283), pesquisadora associada do Institut National Études Démographiques (INED). Suas pesquisas investigam o gênero, a saúde e as profissões. Publicou recentemente o livro *Le corps reproducteur* (EHESP, 2013). Coorganizou várias obras, notadamente *Langage, genre et profession: le métier d’orthophoniste* (Édition ENSP, Rennes: 2007). Tem publicado inúmeros artigos incluindo *Le devoir d’enfant à l’ère de la médicalisation: stigmates, retournements et brèches en procréation assistée*, no periódico *Genre, sexualité et société* (n. 1, 2009, edição eletrônica).

E-mail: laurence.tain@univ-lyon2.fr

► Lourdes Maria Bandeira

Doutora em Antropologia, Université René Descartes de Paris V (1980-1984). Pós-Doutorado na área de Sociologia do Conflito, na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris



(2001-2002). Professora Titular no Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais - ICS da Universidade de Brasília. É pesquisadora do CNPq - Pq-1B. Coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher - NEPEM/UnB (2007 e 2011). Atua nas linhas de pesquisa: Sociologia das relações de gênero e violência; Sociologia da sexualidade e do corpo; Feminismo e Políticas públicas; metodologia e Técnicas de pesquisa. Publicou inúmeros artigos e capítulos de livros. Em coautoria, publicou, entre outros, os seguintes livros: *A Segurança Pública no Distrito Federal. Práticas Institucionais e Dilemas Culturais* (LGE, 2007); *Políticas públicas e Violência contra as mulheres: metodologia de capacitação de agentes públicos/as* (Gráfica Relevo Serviços, 2006). Atualmente no governo federal, exerce o cargo de Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). E-mail: lourdes.bandeira@spm.gov.br

► **Lucía del Carmen Raphael de la Madrid**

Licenciada em Direito pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Mestra em Direito pela École de Hautés Études em Sciences Sociales (EHESS), Mestra em Estudos do Feminino pela Universidade de Paris VIII e Doutora em Literatura Comparada e Estudos Femininos e de Gêneros, pela Universidade Nueva Sorbona, París III. Egressa da Escola de Escritores da Sociedade Geral de Escritores de México (SOGEM). Professora da área de Direito e Gênero na pós-graduação da Faculdade de Direito da UNAM. Investigadora do Instituto de Investigações Jurídicas de la UNAM, onde coordena o Seminário “Miradas de Género para una Cultura Jurídica de la Transversalidad” e o Mestrado em Direito e Gênero para funcionários da Administración Pública Federal. Colunista do jornal El Sol de México, autora da coluna *Un cuarto propio*, desde 2010. Publicou em várias revistas acadêmicas tanto no México como no exterior. Conferencista e palestrante sobre temas como Direito, Literatura e Gênero. E-mail: learapha@gmail.com



► Lucía Melgar

Docente e pesquisadora do Instituto Tecnológico Autónomo de México. Doutora em literatura hispanoamericana pela Universidade de Chicago. É crítica cultural e professora de literatura y estudios de gênero. Áreas de investigação: literatura y política, em particular la obra de Elena Garro; conceitos y representações da violência, violências contra as mulheres e discriminação no México, em particular o feminicídio na Cidade Juárez. Tem publicado numerosos artigos e vários livros sobre estes temas, entre os quais: *Familias en el siglo XXI: realidades diversas y políticas públicas, con Susana Lerner* (PUEG-UNAM/El Colégio de México, 2011); *¿Y usted cree tener derechos? Acceso de las mujeres mexicanas a la justicia*, con Irma Saucedo (PUEG-UNAM; 2011), *Discriminación sobre discriminación: un acercamiento desde la perspectiva de género* (México: IEDF, SCJN; 2012). Coordena a revista feminista virtual Con la A. (<http://revista.conlaa.com/>).

E-mail: lucia.melgar@gmail.com

► Mareli Eliane Graupe

Doutora em Educação pela Universidade de Osnabrueck, Alemanha, onde defendeu a tese intitulada *A questão do gênero e a diferença cultural na escola: Um estudo sobre a Pedagogia da Equidade com base no modelo de três redes de ensino no Brasil*, 2010. Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC (2011) e pós-doutorado em Antropologia Social, UFSC (2012). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade do Planalto Catarinense. Possui experiência na área de Educação, com ênfase em docência, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, diversidade, sexualidade, feminização do magistério,



monoeducação e co-educação, metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa. Tem publicado artigos nessas áreas.

E-mail: mareligräupe@hotmail.com

► Patricia Porchat

Psicanalista. Professora assistente, doutora e supervisora de Estágio Clínico do Curso de Psicologia da Unesp/Bauru. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Unesp/Araraquara. Pesquisadora das áreas de gênero, sexualidades e psicanálise. Autora do livro *Freud e o Teste de Realidade* (Casa do Psicólogo/Fapesp, 2005). No prelo encontra-se a tese de doutorado que será publicada em 2014 pela Editora Juruá, de Curitiba. O título original da tese é *Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política*, defendida em 2007 no Instituto de Psicologia da USP. Autora de vários artigos, entre eles: *Intervenções no corpo como marcadores do gênero no fenômeno transexual*, em parceria com G. F. Silva (A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade, 2013); o capítulo intitulado *Entre las teorías de género y el psicoanálisis: una clínica para una sociedad queer*. In: FERNANDEZ, Ana María; PERES, William S. Peres. (Orgs.). *La diferencia desquiciada: Géneros y diversidades sexuales* (Editorial Biblos, 2013); o capítulo intitulado *Tópicos e desafios para uma psicanálise queer*. In: TEIXEIRA FILHO, Fernando S. et al. (Orgs.). *Queering: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea* (EdUFMT, 2013).

E-mail: patriciaporchat@uol.com.br

► Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora



em lotação provisória na Universidade Federal de Santa Catarina (1994/2013) e professora da Escola de Serviço Social da UFRJ em exercício. Tem como interesses de pesquisa a produção e a reprodução da desigualdade, da pobreza e as formas para o seu enfrentamento; e pobreza, meio ambiente e desastres socioambientais. Publicou vários artigos e capítulos de livros. Recentemente participou, em coautoria, da organização das seguintes coletâneas *Serviço Social e Questões Contemporâneas* (Editora UFSC, 2012) e *Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina* (o caso de Florianópolis) (Editora da UFSC, 2010).

E-mail: romartin@matrix.com.br

► Rozeli Maria Porto

Professora do Departamento de Antropologia (DAN) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Possui Graduação em Ciências Sociais (1996) e Mestrado em Antropologia Social (2002) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorou-se em Antropologia Social pela UFSC (2009) e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (sanduíche). Atualmente realiza pesquisas sobre as práticas e as representações de Profissionais de Saúde relativas ao aborto legal e suas relações com mulheres usuárias do SUS em hospitais/maternidades no estado do Rio Grande do Norte/(RN (CNPq/SPM/MCTI). Faz parte do Grupo Gênero, Corpo e Sexualidade (GCS/UFRN), do Núcleo Tirésias (UFRN) e do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC). Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Antropologia do Corpo e da Saúde, Métodos e Técnicas em Pesquisas Qualitativas e Antropologia das Relações de Gênero (com enfoque em Saúde Reprodutiva, Aborto, Religiões/Religiosidades e Violências).

E-mail: rozeliporto@gmail.com



► Sandra Maria da Mata Azerêdo

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em *History of Consciousness* pela Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade e processos de subjetivação, grupo, sexualidade, teoria feminista, relações de gênero e raciais, diferença e violência. Da produção recente, destaca-se o livro *Preconceito contra a Mulher: diferença, poemas e corpos* (São Paulo: Cortez, 2011, 2. ed.) e os artigos *Encrenca de Gênero nas teorizações em psicologia* (Revista Estudos Feministas, v. 18, n. 1, 2010). Em co-autoria, o artigo *Mulheres Evoluídas: a publicidade na reiteração da heteronormatividade* (Sociais e Humanas, v. 24, p. 192-197, 2011). O capítulo intitulado *Em defesa do posicionamento na pesquisa em Psicologia*, publicado na coletânea de SILVA, Fernando Teixeira Filho et al. (Orgs.), *Queering-problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea* (EdUFMT, 2013).
E-mail: sandrazeredo2001@yahoo.com.br

► Sarah Schulman

Professora, escritora e ativista atua no Departamento de Inglês como Professora de Humanidades no College of Staten Island da City University of New York. Participou da organização Act Up em New York, fundada para lutar pelos direitos das pessoas vivendo com AIDS, tendo se tornado uma das principais historiadoras dessa epidemia. Coordenou, entre outros projetos, o *ACT UP Oral History Project*, que documentou as vidas e as estratégias



de membros dessa organização. Fundou um dos principais grupos lésbicos dos anos 1990 norte-americanos, as “Lesbian Avengers”. Como novelista e pesquisadora tem atuado para a ampliação da produção de obras lésbicas e *gays* na literatura e cânone teatral norte-americano. Várias de suas peças foram montadas no circuito teatral norte americano. Entre as suas obras atuais destacam-se os livros *Israel/Palestine and The Queer International* (Duke University Press, 2012)”; *The Gentrification of the Mind: Witness to a Lost Imagination* (Berkeley: University of California Press, 2012); *The Ties That Bind: Familial Homophobia and Its Consequences* (New York: The New Press, 2009, paperback, 2012). O artigo de sua autoria *Homofobia Familiar: uma experiência em busca de reconhecimento* foi publicado na Revista Bagoas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (v. 4, n. 5, 2010).

E-mail: schulmany@aol.com

► Sonia Marise Salles Carvalho

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1991). Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Brasília/UnB (2008). Sua tese de doutorado se intitula *Desafios dos Vínculos Sociais na Sociedade do Trabalho Contemporâneo: experiência de Economia Solidária no Distrito Federal e Entorno*. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Amazonas em exercício provisório na Universidade de Brasília - UnB. Pesquisadora na área de Sociologia do Trabalho com destaque na Economia Solidária e na dádiva e na Sociologia Clínica com ênfase no sentido do trabalho. Tem elaborado artigos e apresentado trabalhos em eventos científicos nessas áreas. E-mail: smarises@yahoo.com.br



► Sonia Nussenzweig Hotimsky

Professora de Antropologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). É graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 1981), com especialização em Antropologia Social pela Universidade de Campinas (UNICAMP, 1986), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP-2001) e doutorado em Ciências pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP, 2007). Sua tese de doutorado se intitula *A formação em obstetrícia: competência e cuidado na atenção ao parto*. Tem experiência em pesquisa nas áreas de gênero e saúde reprodutiva, tendo produzido recentemente, em coautoria, os seguintes artigos: *A violência institucional no parto em maternidades brasileiras* (Revista Coletiva, 2012) e *Humanização no contexto da formação em obstetrícia* (Ciência e Saúde Coletiva, 2005).

E-mail: sonianhotimsky@uol.com.br

► Susana Rostagnol

Docente e pesquisadora da Universidad de la República, Uruguay. Doutora em Antropologia Social. Linhas de investigação: gênero, corpo e sexualidade; antropologia feminista. Integrante do Sistema Nacional de Investigadores (SNI, nível II). Coordenadora do Programa *Género, Cuerpo y Sexualidad* (FHCE). Últimas publicações: *Consumidores de sexo: un estudio sobre masculinidad y explotación sexual comercial en Montevideo y área metropolitana* (Naciones Unidas; Montevideo, 2012); *De la maternidad elegida a no ser madre (ahora): anticoncepción y aborto en la vida de las mujeres* (Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana, 2012); *Aborto voluntario y relaciones de género: implicancias mutuas*, en R. Zurbriggen y C. Anzorena (Orgs.) *El aborto como derecho de las mujeres, otra historia es posible* (Buenos Aires, 2013).

E-mail: susana.rostagnol@gmail.com.



► Teresa Kleba Lisboa

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Sociologia e Pós Doutora pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Autônoma de México (PUEG/UNAM). Coordena o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero, é membro do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, integra o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e o Fórum Catarinense de Mulheres. Desenvolve pesquisas que articulam as temáticas Serviço Social, estudos feministas e relações de gênero, com ênfase nos seguintes temas: equidade de gênero nas políticas públicas, mulheres excluídas dos direitos mínimos, violência de gênero, gênero e desenvolvimento sustentável e empoderamento de mulheres. Da produção mais recente destaca-se a organização, em parceria, das coletâneas *Leituras de Resistência. Corpo, violência e poder*, v. 1 (Editora Mulheres, 2009); *Leituras de Resistência. Corpo, violência e poder*, v. 2. (Editora Mulheres, 2009). E-mail: tkleba@gmail.com

► Wiliam Siqueira Peres

Professor do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-graduação em Psicologia da Unesp/Assis, Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ e Pós-doutorado em Psicologia e Estudos de Gêneros pela Universidade de Buenos Aires. Pesquisador em Esquizoanálise e Teoria *Queer* e saúde pública (Estratégia Saúde da Família) e direitos sexuais e humanos, coautor dos livros *La diferencia desquiciada: géneros y diversidades sexuales* (Editorial Biblos - Argentina, 2013) e *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea* (Editora da UFMT, Cuiabá/Brasil, 2013). E-mail: pereswiliam@gmail.com



Esta obra foi composta em Book Antiqua e Zurich BT
no formato 15,5 x 22,5 cm, mancha de 11 x 18,8 cm
A impressão se fez sobre papel Pólen Bold 80g,
capa em Duplex 250 g pela Gráfica e Editora Copiart